Coloque-se no papel de um linguista (profissional especializado em linguagem) e tente explicar os desvios que seguem. Primeiramente, observe e compare estes casos:

lavá	trabaiá	os zoio
abri	zoio	as água

(a) Em algumas variedades não padrão, a letra -r do final de algumas palavras terminadas em -ar, -er e -ir desaparece, como ocorreu em lavá, trabaiá, luá e abri. Na sua opinião, por que isso acontece?
(b) O que ocorreu com as letras lh das palavras trabalhar e olhos? Por que, na sua opinião, isso acontece? (Cereja/Magalhães, 2008, vol. 5: 47).

Ora, nas pronúncias "lavá", "trabaiá" e "abri" não aconteceu nada com "a letra R", mas sim com o som da língua representado na escrita pela letra R (aliás, um dos muitos sons que essa letra representa). Da mesma forma, não ocorreu nada com "as letras LH", mas, de fato, a deslateralização da consoante lateral [ʎ], que conservou apenas seu traço palatal. É lamentável que essa milenar confusão seja transmitida até hoje no ensino.

9.2 O LUGAR DA LINGUAGEM NA FILOSOFIA GREGA

A complexidade do pensamento dos filósofos gregos acerca da linguagem fica bem evidente no termo que eles empregavam para tratar do tema: λόγος (lógos). A partir das formulações de Heráclito (540?-480? a.C.) e do tratamento dado ao termo *lógos* pelos filósofos posteriores a ele, essa palavra pode significar, a cada ocorrência, e até ao mesmo tempo, "razão", "inteligência universal", "lei do pensamento", "regra lógica", "lei cósmica", "discurso", "fala", "palavra", "frase com significado completo", "estudo" etc.

Para os filósofos gregos, esse *lógos* (que vamos traduzir aqui, para facilitar nossa discussão, simplesmente por "linguagem") era apenas o ponto de partida para um empreendimento intelectual muito mais ambicioso e, no entendimento deles, muito mais nobre. Investigando o funcionamento da linguagem, eles acreditavam ser possível desvendar o funcionamento da ψυχή (*psykhé*: "alma", "espírito", "pensamento"), ou seja, decifrar a organização da mente humana. Por isso é que, desde essa época longínqua, o estudo da língua sempre esteve entremeado com a lógica (palavra derivada do mesmo *lógos* visto acima), isto é, com a disciplina "que trata das formas do pensamento em geral (dedução, indução, hipótese, inferência etc.) e das operações intelectuais que visam à determinação do que é verdadeiro ou não" (Dicionário *Houaiss*).

9.3 O CÉREBRO HUMANO NÃO É UM COMPUTADOR

O impacto da lógica sobre o estudo da língua é, até hoje, responsável por muitas confusões que tantas pessoas fazem na hora de analisar formas linguísticas, porque

querem exigir, no uso da língua, a mesma fixidez e o mesmo rigor das fórmulas da lógica clássica, desconhecendo o fato de que as línguas humanas se organizam e se estruturam segundo outros princípios (sociocognitivos), que têm muito pouco a ver com os silogismos aristotélicos e com as formulações matemáticas.

Por exemplo, os defensores da "lógica na língua" não aceitam o apagamento das preposições diante de pronomes relativos [▸901], apagamento comuníssimo no PB falado e escrito, inclusive por pessoas altamente letradas. Dizem eles que "se quem *gosta*, *gosta* sempre *de* algo ou *de* alguém", a preposição *de* precisa, "logicamente", aparecer em todos os usos do verbo *gostar*. Daí condenarem construções como: "*As coisas ø que eu mais gosto*", "*um cantor ø que todo mundo gosta*", "*cada um faz o ø que gosta*" etc. Ora, o apagamento da preposição *de* diante do pronome relativo (*que*) é perfeitamente explicável por princípios de análise *linguística*, que não dependem das formulações lógico-matemáticas do tipo *se* X = Y *e se* Y = Z, *logo* X = Z...

É claro que a língua tem sua própria *lógica*, isto é, suas regras de funcionamento, mas essa lógica linguística é muito diferente da lógica formal clássica. Os processos/princípios que agem na lógica linguística são, entre outros, a analogia, a metáfora, a metonímia, a reanálise, a abdução, a economia linguística, a comparação, a iconicidade, a inferência, a recursividade... Por essa razão, não existe motivo sério nenhum para querer submeter a análise da língua viva — falada e escrita por seres humanos, dotados de um cérebro extremamente complexo, localizado dentro de um corpo, que por sua vez, historicamente situado, age e interage com outros num ambiente físico natural e num meio sociocultural — aos princípios da lógica clássica, princípios formais que se aplicariam bem melhor a uma máquina calculadora, a um computador, infinitamente mais toscos e rudimentares do que o cérebro de qualquer criancinha de cinco anos de idade. O tradicional estudo das "condições de verdade" (vericondicionalidade) de um enunciado vem se mostrando impotente diante do que realmente se processa na mente humana.

Além disso, a lógica clássica, fundada por Aristóteles, é toda baseada nas estruturas gramaticais da língua grega. Como demonstrou lucidamente Émile Benveniste (1902-1976), importantíssimo linguista francês do século XX, se Aristóteles falasse outra língua, com regras gramaticais bem diferentes das do grego (como, por exemplo, o chinês ou o árabe), os postulados de sua lógica seriam também inteiramente outros... Isso deixa claro que, desde seu aparecimento, a *lógica*, como disciplina, é que esteve sujeita ao funcionamento da língua, e não o contrário!

9.4 Platão: *ónoma* e *rhēma*

Como se vê, os filósofos gregos não tinham a menor intenção de criar uma *disciplina gramatical*, um conjunto de regras para se falar ou escrever bem, não investigavam

a linguagem com nenhum objetivo didático, pedagógico. Mesmo assim, para empreender o caminho que levava da palavra até a essência das coisas, era preciso criar instrumentos de análise que balizassem a trajetória da investigação. E foi o mesmo já citado Platão que inaugurou a descrição e a definição daquilo que até hoje chamamos de partes do discurso ou classes gramaticais.

É muito instrutivo seguir a trajetória histórica da elaboração dos nomes, conceitos e definições das classes de palavras porque, com isso, aprendemos que se trata de um longo empreendimento intelectual, que essas classes não foram ditadas por nenhuma divindade, e que os nomes e mesmo a quantidade dessas classes não representam nenhuma verdade perfeita, eterna e imutável como querem nos fazer crer os defensores da gramática como uma doutrina quase religiosa. A distribuição das palavras em classes é um empreendimento teórico, ou seja, resultante de reflexão, de hipóteses e de testagens e, como todo empreendimento teórico, pode ser contestado, reformulado e até mesmo rejeitado.

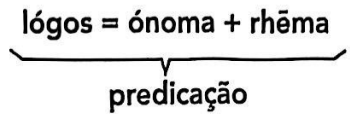
Platão propôs distinguir no *lógos* (que podemos agora traduzir por *sentença*) duas partes principais, que ele chamou de ónoma e rhēma. Essa primeira divisão é importantíssima, porque revela, da parte do filósofo, uma lúcida percepção daquela que é a função quase única das línguas humanas: a predicação. Por mais simples ou mais complexo que seja um enunciado linguístico, por mais breve ou mais extenso, a operação primordial que se realiza nele é a da *predicação*, ou seja, a expressão de um argumento e a atribuição de propriedades/qualidades/estados/ações a esse argumento. Como já dissemos, a sintaxe é inevitavelmente narrativa e dialógica: toda expressão linguística é algo que alguém conta/narra/descreve/relata a alguém.

Por isso, a sentença mais simples, mais básica (*próte symploké*, "primeira combinação") é a que contém esses dois termos, o argumento e a predicação que incide sobre ele:

Eu	sou
Ivo	nasceu
Todo homem	é mortal
Rosinha	tem dois filhos
Esses pássaros	voam para o Sul no começo do inverno
A cidade de Atenas	foi cenário de um magnífico desenvolvimento intelectual e artístico entre os séculos VI e IV a.C.

Nossa atividade linguística se resume praticamente a isso: *predicar*. Predicar é "falar de" e "dizer que": em *Ivo nasceu*, estou *falando de* Ivo e *dizendo que* ele nasceu.

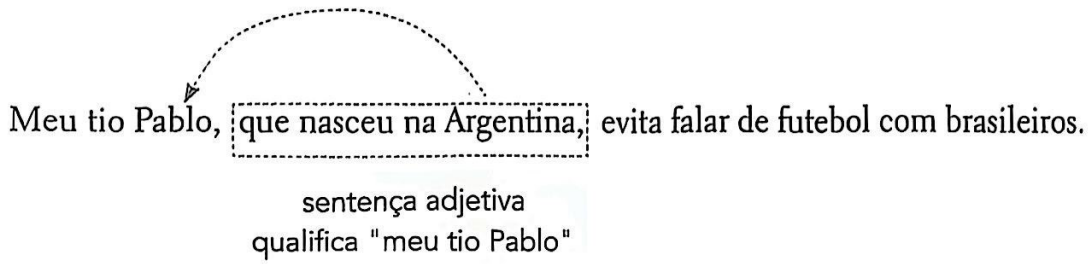
Decerto foi por causa dessa percepção que os gramáticos antigos se detiveram exclusivamente na descrição e na análise da *sentença* isolada, sem se preocupar com o resto do *texto* em que essa frase aparece: afinal, todo texto é um encadeamento de *sentenças*, e toda e qualquer sentença é sempre, inevitavelmente, a expressão de *algo* e daquilo que se diz a respeito (que se *predica*) desse *algo*.



A divisão entre *ónoma* e *rhēma* não distinguia, como fazemos hoje, entre categorias lexicais ("substantivo" e "verbo") e funções sintáticas ("sujeito" e "predicado"). Por ser uma análise filosófica — interessada na *natureza* das palavras e não na *forma* delas —, a divisão platônica recobria simultaneamente essas duas maneiras de considerar os termos da sentença.

Para Platão, por exemplo, aquilo que hoje chamamos de adjetivo entrava na categoria do *rhēma*, do predicado, do verbo, portanto. Por quê? Primeiro, porque o ato de predicar é exatamente o ato de atribuir qualidade/propriedade ao *ónoma*, ao nome/sujeito. Quando digo simplesmente, como o famoso dito atribuído a Heráclito, Panta rhei, *Tudo flui*, estou atribuindo a *tudo* a qualidade/propriedade de *fluir* e seria fácil transformar *flui* num adjetivo: *Tudo é fluido*.

Em segundo lugar (ou, melhor, ao mesmo tempo), porque todo adjetivo traz implícito um verbo, o verbo ser: quando digo apenas *mulher encantadora*, estou na verdade querendo me referir a *uma mulher* [que é] *encantadora*. Se digo *Viviane vive* posso também dizer: *Viviane é alguém que vive*. E é justamente por isso que as sentenças encabeçadas por um pronome relativo (*que*) são chamadas de sentenças adjetivas, porque desempenham a mesma função tradicionalmente atribuída aos adjetivos, isto é, atribuir uma "qualidade" ao argumento que está expresso na sentença principal:



9.5 Substância e acidente

A divisão proposta por Platão também é genial porque se aplica a todas as línguas do mundo. Ela é conhecida nos estudos linguísticos atuais como a oposição verbo-nominal [▸440]. Até os dias de hoje, não se encontrou nenhuma língua humana que não apresentasse em sua gramática um modo de representação dessa divisão fundamental entre *nome* e *verbo*, *sujeito* e *predicado*, *substância* e *acidente*, *tema* e *rema* etc. Alguns pesquisadores sugeriram que pelo menos uma língua, o nootka (falado por uma reduzida população indígena da ilha de Vancouver, no Canadá), não apresentava a oposição verbo-nominal. Estudos mais recentes, no entanto, mostraram os problemas dessas primeiras análises, feitas com base em dados insuficientes.

A oposição verbo-nominal é necessária não somente por razões semânticas (diferenciar os objetos dos eventos, por exemplo), mas principalmente por razões morfossintáticas. Sem ela, a própria construção dos enunciados se tornaria impossível, impossibilitando o ato da predicação, o "falar de" e "dizer que", e a natureza *narrativa* de tudo o que se diz.

Muito embora os gregos antigos fossem tremendamente etnocêntricos e só se importassem com o próprio umbigo — inclusive o próprio umbigo idiomático, pois nem lhes passava pela cabeça comparar sua língua ("naturalmente" superior) com outras (chamadas por eles de "bárbaras") —, muitas de suas intuições gramaticais (devidamente reajustadas, é claro) puderam ser aplicadas ao estudo das demais línguas do mundo e da linguagem humana em seus traços universais.

Toda e qualquer língua humana, para cumprir a tarefa de simbolização e expressão do mundo e das experiências reais e/ou virtuais — e é para isso que os seres humanos desenvolveram a linguagem —, tem que poder enunciar o que é essencial e o que é acidental, o que é estático e o que é dinâmico. Por isso, todas as línguas apresentam a chamada *oposição verbo-nominal*. O nome designa o que é *essencial*, aquilo que permanece inalterado em sua substância (daí o termo substantivo), enquanto o *rhēma*, o predicado, dominado por um verbo, exprime o que é acidental, os *eventos*, as mudanças de *estado*, as *ações* empreendidas ou sofridas pelo *ónoma*. Numa sequência de enunciados como

- [Milton Santos][nasceu em 1926]
- [Milton Santos][se graduou em Direito na Bahia]
- [Milton Santos][fez seu doutorado na França em 1958]
- [Milton Santos][foi perseguido pela ditadura militar]
- [Milton Santos][passou 13 anos exilado]
- [Milton Santos][foi professor da Universidade Sorbonne]
- [Milton Santos][trabalhou no Canadá e nos Estados Unidos]
- [Milton Santos][organizou a pós-graduação em geografia da Universidade de Dar-es-Salaam, na Tanzânia]
- [Milton Santos][foi professor da Universidade de São Paulo de 1984 até o fim da vida]
- [Milton Santos][recebeu em 1994 o Prêmio Vautrin Lud, concedido por um conjunto de 50 universidades internacionais]
- [Milton Santos][publicou dezenas de livros considerados clássicos da geografia]
- [Milton Santos][foi o primeiro negro a se tornar professor titular da Universidade de São Paulo]
- [Milton Santos][morreu em 2001],

o nome *Milton Santos*, que é o sujeito de todas as sentenças, é um *substantivo* porque se refere sempre a um mesmo e único ente: desde seu nascimento até sua morte, Milton Santos foi sempre, em sua *essência*, *substancialmente* a mesma pessoa, o mesmo *ser*. Para expressar os *eventos* que pontuaram sua vida, usamos os *verbos* que, justamente para poder exercer essa função, trazem marcas formais de modo, tempo e aspecto.

Para dar conta dessa característica fundamental da linguagem humana é que a teoria gramatical postulou uma dupla classificação para as palavras: a classificação pela *forma* (substantivo, verbo, adjetivo, preposição etc.) e a classificação pela *função* (sujeito, predicado, objeto, pronome, predicativo etc.). No entanto, como vamos ver em [▸436], essa divisão tem a ver com a tradição gramatical ocidental, elaborada com base em línguas *flexionais*, isto é, línguas em que as palavras mudam de forma (se flexionam) dependendo da função que exercem: *eu/me/mim*, por exemplo, ou *cantar, cantando, cantado, cantante* etc. Em muitas línguas do mundo, no entanto, as palavras não sofrem alteração formal por causa da função que representam.

A tradição gramatical fixou o par *sujeito/predicado* como os "dois termos essenciais" da sentença. No entanto, contradizendo sua própria doutrina, a gramática tradicional afirma a existência de "sentenças sem sujeito". Ora, se o sujeito é parte *essencial* da sentença, isto é, se precisa existir para que a sentença *seja* (a palavra *essencial* deriva do verbo latino *esse*, 'ser'), como pode haver "sentenças sem sujeito"? Esse paradoxo tem a ver com a incoerência de critérios da tradição gramatical em suas classificações, que ora são morfológicas, ora são semânticas, ora são as duas coisas...

9.6 Aristóteles, o filósofo com os pés no chão

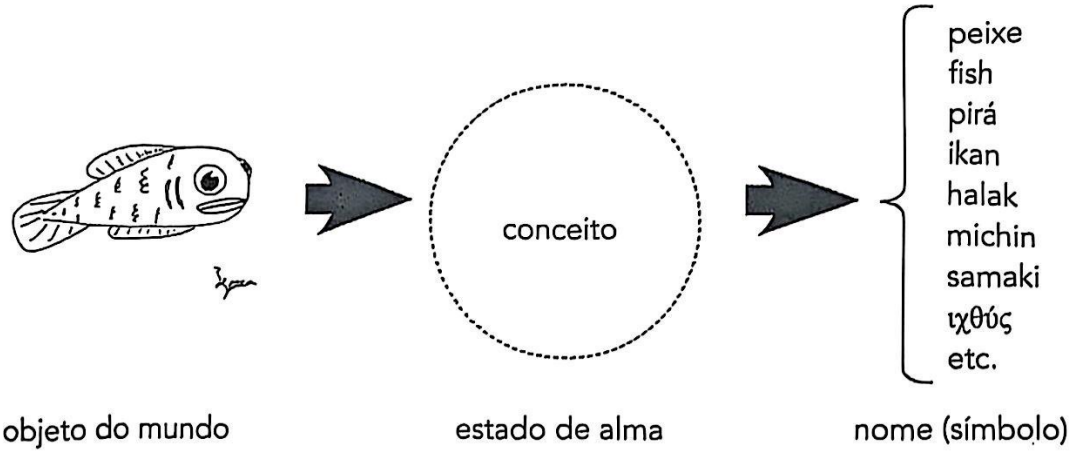
Depois de Platão, é inevitável falar de Aristóteles (384-322 a.C.), que foi seu discípulo. Aristóteles foi o primeiro pensador a construir um sistema filosófico completo que abrangia moral e estética, lógica e ciência, política e metafísica. Não se limitou à teorização abstrata, também "pôs a mão na massa", realizando pesquisas empíricas, experimentos práticos e mapeando, assim, quase todas as ciências que viriam a se desenvolver depois dele utilizando os nomes e termos técnicos que ele mesmo inventou para elas: física, economia, psicologia, meteorologia, zoologia, biologia, mecânica, poética, lógica e... gramática!

Para Aristóteles, a linguagem *(lógos)* é fruto da natureza política do ser humano, que ele designa explicitamente como animal político *(zôon politikon)*. Num citadíssimo trecho de sua *Política*, ele afirma que "aquele que não consegue viver em sociedade, ou que não precisa porque é autossuficiente, só pode ser um animal ou um deus". Para cumprir com essa natureza de animal gregário, social, político, os seres humanos precisam da linguagem para manter suas relações uns com os outros. Daí que, para Aristóteles, o *lógos* tem um caráter marcadamente político.

A relação entre os nomes e as coisas é incompleta: existem mais coisas no mundo do que nomes para representá-las, o que provoca o fenômeno da homonímia, tão debatido até hoje entre os semanticistas e lexicólogos (basta lembrar do surrado exemplo da palavra *manga*, que aparece inevitavelmente quando se toca no assunto da homonímia).

Como o *ser* próprio das coisas é inacessível, não podemos estudá-las diretamente: só podemos estudar os nomes que as representam, nomes que Aristóteles chama de símbolos.

Aristóteles vai dar um primeiro passo importante na formulação do conceito da *arbitrariedade* do signo linguístico, que Saussure, no início do século XX, vai retomar e transformar em postulado-base de sua ciência da linguagem. A famosa dicotomia saussuriana *significado/significante* recupera algumas das reflexões de Aristóteles. Para o filósofo grego, as coisas que estão no mundo (*prâgma*) são objetivamente idênticas para todos os seres humanos e causam as mesmas impressões na alma (*pathémata tês psykhês*) de cada ser humano, gerando um conceito (*nóema*), que também é o mesmo para todos. No entanto, a expressão desses estados de alma através de um signo (*semeîon*) ou nome (*ónoma*) se faz por meio de uma convenção, não natural, que gera o *símbolo*, que é diferente para os diferentes homens. Precisamente pela nossa incapacidade de apreender as coisas em si mesmas, em sua natureza, somos forçados a designá-las por meio de sinais falados ou escritos, sinais artificiais, símbolos, criações humanas.



9.7 Origem do termo 'sujeito'

No que diz respeito à análise do enunciado, Aristóteles acrescentou uma terceira classe de palavras às duas de seu mestre Platão: além de *ónoma* e *rhēma*, ele trata de sýndesmos, termo que nos livros de história da linguística vem geralmente traduzido por "conjunção", mas que abrangia, na visão de Aristóteles, todas as palavras que, ao contrário do *ónoma* e do *rhēma*, não têm significado próprio, não são *partes do discurso*, mas servem para articular entre si os elementos internos de uma sentença e as diferentes sentenças entre si. Mais uma vez, como se trata de uma investigação de cunho *filosófico*, o que interessa é bem mais a *função* das palavras, o que elas (não) *significam*, e não sua *forma*. O conceito aristotélico de *sýndesmos* estaria mais próximo, talvez, do que hoje designamos por coesão, tanto no sentido da qualidade de um todo coerente quanto no de uso de palavras específicas usadas para obtê-la (o que hoje chamaríamos de conectivos). Aristóteles também dedicou especial atenção à categoria do *tempo*, expressa pelas palavras que hoje chamamos de *verbos*.

Também foi o primeiro, que se saiba, a se referir ao sujeito, chamado por ele em grego de hypokeîmenon. Essa palavra significa, literalmente, "algo que está por baixo". Os romanos traduziram o termo grego por *subjectum*, com o mesmo significado: "algo que fica por baixo". Trata-se de um conceito da *metafísica*, transferido mais tarde para a disciplina gramatical como termo técnico, para definir o termo da frase sobre o qual recai a predicação, expressa pelo verbo.

Mas, afinal, o que é que "está por baixo" do sujeito? Ora, o que está por baixo de uma coisa é a sua *essência*, o seu *ser*, aquilo que permanece o mesmo, "lá no fundo", "lá embaixo", a despeito das mudanças que essa coisa venha a sofrer com o tempo. Quando analisamos, mais acima, a série de enunciados sobre o geógrafo Milton Santos, vimos que, do nascimento até a morte, Milton Santos se manteve *essencialmente* o mesmo: bebê, menino, adolescente, adulto, geógrafo, solteiro, casado, pai, brasileiro, escritor, professor, idoso, magro ou gordo, doente ou sadio, vivo ou morto etc., tudo isso são *acidentes* que não afetam "aquilo que está por baixo", aquilo que *subjaz* em Milton Santos (o nosso verbo *subjazer* é derivado direto do verbo latino *subjácere*, que na sua forma com apofonia [▶296], *subjícere*, tem como particípio passado precisamente *subjectus*), o seu *ser*, a sua *essência*.

Justamente por isso é que o termo que exerce a função de *sujeito* recebe o nome de *substantivo*, porque ele é o portador da *substância* — do latim *substantia*, formado de *sub-*, "sob, por baixo", e *-stare*, "estar, ficar". Assim como o sujeito é "aquilo que jaz embaixo", o substantivo também representa aquilo que "está embaixo". Por isso é que, na tradução do termo grego *hypokeîmenon*, os estudiosos da metafísica alternam entre *sujeito* e *substância*.

Quando estudamos a gramática nessa perspectiva filosófica, só podemos reprovar a prática tradicional de ensino, que primeiro apresenta as classes de palavras, isoladamente, para, mais adiante, às vezes até só no ano escolar seguinte, tratar das funções que elas podem exercer no enunciado. Essa prática é frequentíssima nos livros didáticos e só serve para transformar o estudo da gramática num amontoado de conceitos desconexos, de definições isoladas umas das outras, de gavetas autossuficientes, onde o que está dentro de uma parece passar muito bem sem o que está nas outras... Qualquer apresentação didática da noção de *substantivo* deveria vir obrigatoriamente articulada com o estudo da noção de *sujeito*, até porque, como vimos, essas duas palavras são basicamente sinônimas, uma vez que ambas designam "o que está / fica por baixo" do ser.

9.8 A noção de objeto

Quando se estuda o *sujeito*, é imprescindível tratar logo em seguida da outra palavra que vem sempre associada a ele, ambas formadas com o mesmo radical, apesar da

diferença de forma em português: o objeto. Do latim *subjectu-* provém o *sujeito*, e de *objectu-*, o nosso *objeto*. Por ser uma palavra de uso muito mais antigo e mais amplo na língua, inclusive na linguagem cotidiana, o latim *subjectu-* sofreu as mudanças regulares que, na história do português, levaram o grupo consonantal latino *-ct-* a se transformar em *-it-*, como em *octu-* > *oito*; *nocte-* > *noite*; *pectu-* > *peito*; *lectore-* > *leitor* etc. As primeiras ocorrências de *sujeito* em português datam do século XIII. Por seu turno, a palavra *objeto*, mais restrita à linguagem erudita, se manteve mais próxima de seu étimo latino, e seus primeiros registros na língua datam do século XV (na ortografia lusitana, a forma é ainda mais próxima: *objecto*).

Se o *sujeito* é "o que está embaixo", o *objeto* é "o que está diante, em frente". A preposição latina *ob* tinha, como sentido primeiro, "em frente a, diante de". É essa noção que está em jogo, por exemplo, no verbo *opor* (de *ob* + *pôr*), isto é, "pôr na frente, diante de", na palavra *obstáculo* ("aquilo que está diante de"), em *obstruir*, em *obrigar* (de *ob-ligare*, "ligar ao que está diante") etc.

Assim como traduziram o termo filosófico grego *hypokeîmenon* literalmente por *subjectum* ("aquilo que subjaz, que está por baixo"), os romanos fizeram o mesmo com antikeîmenon ("aquilo que está diante"), traduzido como *objectum*. Ambas são palavras cunhadas e empregadas por Aristóteles em seus escritos metafísicos.

Enquanto o *sujeito*, por ser o que "está por baixo", representa a *essência profunda*, a *substância*, e, por conseguinte, é um conceito, digamos, abstrato, o *objeto* é aquilo que está diante de nós, que se oferece aos nossos sentidos, que se apresenta, que se expõe. Talvez possamos dizer que o conceito de sujeito é *metafísico* (que está para além do mundo físico, sensível), enquanto o objeto é um conceito *físico*, uma entidade que pode ser apreendida pelos sentidos.

Essa oposição entre *sujeito* e *objeto* na filosofia é que explica os usos antonímicos que fazemos dos termos *subjetivo/subjetividade* (íntima, interna, particular, individual, teórica, "abstrata") e *objetivo/objetividade* (geral, externa, universal, prática, "concreta").

Quando, na teoria gramatical, classificamos um termo da sentença como *objeto*, estamos nos referindo a algo que "se apresenta diante" do *sujeito* para permitir que ele "desempenhe" a "ação" designada pelo verbo. Por isso é que se diz, tradicionalmente, que o objeto "sofre" a ação do sujeito.

9.9 Estoicos

A escola filosófica chamada estoicismo tem sua data de fundação tradicionalmente estabelecida no ano 301 a.C., quando Zenão de Cítio começou a ensinar filosofia

debaixo da *Stoa Poikile*, "o Pórtico Pintado", uma colunata que se situava na *Ágora*, o grande espaço público no centro de Atenas. Do nome *Stoa* é que a escola tirou seu nome (*stoikismós*). Seu impacto vai ser enorme e se prolongará por vários séculos, exercendo influência profunda na vida cultural e intelectual, não só do mundo grego mas também da Roma antiga, avançando até os cinco primeiros séculos da era cristã.

Não temos espaço aqui para abordar a filosofia estoica, muito complexa, justamente porque se estende por um largo período histórico. Vamos nos limitar às reflexões desses filósofos que contribuíram para o desenvolvimento da teoria linguística. Essa rápida incursão, no entanto, vai deixar bem claro o papel fundamental que eles exerceram na formulação da disciplina gramatical.

9.10 Analogia *vs.* anomalia

Para os estoicos, a linguagem humana deveria ser uma *metalíngua* da natureza, isto é, tão organizada e regular quanto o mundo natural.

Ora, se o mundo natural é regular e ordenado, também o mundo da linguagem, que, na crença dos estoicos, corresponde ao mundo natural (sendo sua tradução linguística), deve apresentar regularidade e ordenamento. Investigando a língua, porém, os filósofos encontram anomalias, isto é, desvios, irregularidades. Com isso, os estudiosos da linguagem no mundo grego antigo se agruparam em dois partidos diferentes: o dos *analogistas*, que acreditavam que a língua é, principalmente, regular e ordenada, como a natureza; e o dos *anomalistas*, que consideravam a língua como um sistema intensamente marcado pelas irregularidades. Para os analogistas, as formas irregulares se devem à "perversão" da relação direta entre linguagem e natureza.

Para compreender esse debate, nada melhor do que exemplos. Observando a conjugação da grande maioria dos verbos em português, depreendemos uma regularidade: *amo-amei-amava*, *bato-bati-batia*, *parto-parti-partia*... Em todas essas formas se percebe o radical do verbo acrescido de terminações que caracterizam as três conjugações. No entanto, também existem em português formas como *faço-fiz-fazia*, *tenho-tive-tinha*, *trago-trouxe-trazia*, *sou-fui-era*, *vou-fui-ia*, que rompem com aquela regularidade. Aquelas primeiras formas são chamadas regulares ou, na terminologia dos filósofos gregos, *analógicas*. As segundas são irregulares ou *anômalas*.

Outro exemplo é o que se encontra na relação entre um verbo e um substantivo derivado dele. Temos, por exemplo, os verbos *conceber*, *perceber* e *receber* e os substantivos correspondentes *concepção*, *percepção* e *recepção*. No entanto, os substantivos *acepção*, *decepção* e *intercepção*, formados com a mesma raiz, não têm verbos que lhes correspondam:

?	acepção
conceber	concepção
?	decepção
?	intercepção
perceber	percepção
receber	recepção

Um analogista, ávido por deixar sua tabela toda "certinha", seria tentado a preencher as casas vazias com os verbos **aceber*, **deceber* e **interceber*...

A disputa entre os analogistas e os anomalistas era, mais uma vez, filosófica e se vinculava à concepção que eles tinham da relação linguagem → mente → natureza → mundo [▶39]. Por isso, ela não se resolveria com uma análise exclusivamente *linguística*, com uma investigação demorada em torno do que é ou não regular numa língua e do quanto de irregularidade se encontra nela, como faria um linguista dos dias de hoje.

Uma observação importante para o futuro da gramática é que os analogistas, em busca das regularidades da língua, foram os primeiros a propor a fixação do que chamaram (e chamamos até hoje) de paradigmas ("exemplos", "modelos"), isto é, de quadros de regularidades que poderiam servir de base para a dedução de outras formas linguísticas regulares. A função didática dos paradigmas é evidente e eles vão desempenhar grande papel no estabelecimento da gramática como disciplina: basta pensar no modo como tradicionalmente apresentamos a conjugação verbal e na fixação que fazemos de alguns *paradigmas* a partir dos quais é possível depreender as formas de inúmeros outros verbos. Nas línguas com morfologia de caso (como o grego, o latim, o russo, o alemão etc.), também existem os paradigmas das declinações dos nomes.

Os anomalistas não negavam a existência de regularidades na língua, mas chamavam a atenção para a grande quantidade de formas anômalas, para as quais o recurso aos *paradigmas* não tinha qualquer serventia. Apontavam, por exemplo, o fato dos nomes das cidades *Atenas* e *Tebas* estarem no plural (em grego), embora designem uma coisa só. Também viam anomalia nas palavras do gênero feminino que podiam designar seres do sexo masculino (como em *a criança, a vítima, a pessoa, a testemunha* etc.) e vice-versa (*o indivíduo, o ente, o ser, os pais*). Consideravam anômalas as palavras que tinham forma positiva para indicar uma privação ou carência (*sofrimento, cegueira, pobreza*) e palavras de forma negativa para uma significação positiva (*imortal, destemido, impávido*). E viam como grande comprovação da irregularidade da língua — isto é, de seu desvio com relação ao mundo natural — a existência da *sinonímia* (duas ou mais palavras para um mesmo significado) e da *homonímia* (uma única forma com mais de um significado). Nem é preciso dizer que esse filósofos eram cultores apaixonados da *lógica* e que tentavam por tudo reduzir a linguagem humana a um sistema sem falhas.

Para os anomalistas, a melhor análise da língua tinha que se basear no *uso*, por mais "irracional" que ele fosse, isto é, por mais que nele se detectasse "perversões" e "desvios" ("ilogicidades") com relação à "natureza" das coisas.

No entanto, serão os analogistas os verdadeiros fundadores da disciplina gramatical. Os filólogos alexandrinos — os primeiros gramáticos no sentido moderno do termo, interessados na língua em si e não nos aspectos transcendentais, metafísicos da linguagem em sua relação com a natureza/mundo — serão membros destacados do partido analogista.

9.11 Contribuições estoicas à teoria gramatical

Os estoicos foram muitos e produziram muitas reflexões importantes. Infelizmente, nenhuma das obras dos primeiros representantes do estoicismo grego chegou até nós na íntegra, e só dispomos dos textos dos filósofos estoicos tardios, sobretudo romanos, como Sêneca (1 a.C.–65 d.C.) ou o imperador Marco Aurélio (121–180). Assim, quase tudo o que sabemos a respeito dos primeiros estoicos se deve a citações feitas por filósofos (e gramáticos) posteriores. Por isso, embora sejamos tentados a reunir tudo o que eles propuseram de teoria linguística num grande pacote, a verdade é que entre os diferentes estoicos houve (ou parece ter havido) divergências e dissonâncias. Mesmo assim, vale a pena tentar uma síntese.

Como vimos, Platão dividiu o *lógos* (sentença) em *ónoma* e *rhēma* (*substantivo/sujeito* + *verbo/predicado*). A essas duas entidades Aristóteles acrescentou os *sýndesmoi* ("coesivos": artigos, pronomes, conjunções). Os estoicos vão refinar o sistema de classificação das *partes do discurso*, estabelecendo alguns dos termos e definições que viriam a ser empregados até os dias de hoje.

Os primeiros estoicos, ao que parece, propuseram quatro classes: nome, verbo, conjunção e artigo (*árthron*). Hesitavam na classificação do particípio: alguns autores o incluíam entre os nomes — já que o particípio se flexiona em caso (nas línguas com declinação), gênero e número, tal como os nomes — enquanto outros o lançavam entre as formas do verbo, ainda que reconhecendo seu caráter especial como *nome verbal*, *verbo participial* ou *verbo com casos*. O nome grego dessa forma verbal é *metokhé*, que os latinos traduzirão por *participium*, "particípio", uma vez que ela *participa* tanto da classe dos nomes quanto da classe dos verbos. Embora hoje em dia incluamos os particípios entre as formas verbais, reconhecemos seu caráter especial ao incluí-los entre as chamadas formas *nominais* do verbo (junto com o infinitivo e o gerúndio), formas verbais que podem exercer, na sintaxe, funções semelhantes às exercidas pelos *nomes*, além de compartilharem com eles (no caso do particípio)

a flexão em gênero e número. Nessa gramática essas formas vão ganhar uma classe própria, a dos verbinominais [▶715].

Os estoicos vão retomar os "coesivos" de Aristóteles, mas dando a eles um tratamento diferente. Para começar, incluem nessa classe o que hoje chamamos de conjunções e preposições, que para eles tinham papel importantíssimo na lógica por causa de seu valor de conexão entre as palavras e entre as sentenças. Sublinhando esse valor conectivo das "conjunções", os estoicos excluem dessa classe os pronomes, nela incluídos por Aristóteles. Chamam também a atenção para o caráter *indeclinável* dessas palavras (a nomenclatura atual diria que elas são *invariáveis*). Essas palavras serão distribuídas pelos estoicos em onze tipos: *prepositivas, disjuntivas, subdisjuntivas, comparativas, causais, continuativas, subcontinuativas, ilativas, copulativas, conclusivas* e *completivas* ou *expletivas*. Como é fácil ver, essa tipologia das conjunções em nada se parece com a que empregamos hoje (*coordenativas: aditivas, alternativas, adversativas; subordinativas: causais, comparativas, concessivas, condicionais, conformativas, consecutivas, finais, modais, proporcionais, temporais*).

Na classe chamada *árthron*, estavam incluídas as palavras que *articulam* as partes do discurso entre si. Nada mais justo, portanto, que entre os "artigos" estivessem... os pronomes pessoais. E de fato os estoicos faziam uma separação entre artigos definidos (*horisména*), que são o que hoje chamamos de pronomes pessoais e possessivos; e artigos indefinidos (*aoristóde*), que compreendiam os nossos artigos definidos e os demais pronomes. A denominação "artigos definidos" para os pronomes pessoais e possessivos se explica pelo fato desses pronomes sempre se referirem a uma pessoa gramatical *definida* no discurso, ao passo que os demais pronomes não têm essa referência.

O quadro das classes de palavras dos estoicos passou também a incluir o *epírrhema*. A tradução latina é bem fiel ao grego, pois o *epírrhema* é o que está junto (*epi-*) ao *rhēma*, e se traduzimos *rhēma* por *verbo*, o *epírrhema* será o *ad-vérbio*. O advérbio será, para o verbo, o que o *adjetivo* (*epítheton*) é para o nome: um modalizador, um qualificador. Mais uma vez, o termo latino traduz com precisão o termo grego: se o *epítheton* é "colocado (*theton*) junto (*epi*)" ao nome, essa é bem a tradução da palavra *ad-*("junto a") *-jectivus* ("lançado"). Observe-se, porém, que os estoicos classificavam o *epítheton* como um dos tipos possíveis dos *nomes*, de modo que para eles, ao contrário do que fazemos hoje, não existia uma classe gramatical exclusiva para os adjetivos.

9.12 A GRAMÁTICA TRADICIONAL É A GRAMÁTICA DA LÍNGUA GREGA

Podemos sintetizar o que vimos até agora no seguinte quadro:

<table>
<tr><th>Heráclito</th><th>Platão</th><th>Aristóteles</th><th>estoicos</th></tr>
<tr><td rowspan="6">1. lógos ("linguagem, razão, natureza, cosmo")</td><td rowspan="3">1. ónoma ("nome"): substantivo/ sujeito</td><td rowspan="2">1. ónoma ("nome")</td><td>1. ónoma ("nome"): substantivos e adjetivos</td></tr>
<tr><td>2. rhēma ("verbo")</td></tr>
<tr><td rowspan="3">2. rhēma("verbo")</td><td>3. sýndesmos ("conjunção"): conjunções e preposições</td></tr>
<tr><td rowspan="3">2. rhēma ("verbo"): verbo/ predicado</td><td>4. árthron ("artigo"): pronomes retos e pessoais; artigos definidos e demais pronomes</td></tr>
<tr><td rowspan="2">3. sýndesmos ("conectivo"): preposições, conjunções, pronomes</td><td>5. metokhé ("particípio")</td></tr>
<tr><td>6. epírrhema ("advérbio")</td></tr>
</table>

É muito instrutivo acompanhar essa evolução dos termos e das definições dadas às classes de palavras ao longo dos trezentos anos que separam Heráclito dos primeiros gramáticos alexandrinos (herdeiros dos estoicos). Antes de mais nada, ela revela que o foco de interesse dos filósofos (com exceção de Heráclito) *não é* o que eles chamam de *lógos* ("linguagem"/"razão") — como se fosse uma faculdade sociocognitiva da espécie humana em geral —, mas, sim, de fato, exclusivamente, a *língua grega*, a única digna de ser estudada, na opinião deles, muito xenófobos que eram. Com isso, as diferentes "partes do discurso" ou "classes de palavras" correspondem a tentativas de analisar o que existia na língua grega antiga, isto é, num idioma particular, falado num lugar particular, por um povo particular — ou melhor, pela reduzida elite intelectual desse povo, essencialmente formada por homens, usuários de um dialeto próprio e de uma norma própria.

Nem de longe, por conseguinte, tudo o que vale para o grego vale para as outras línguas do mundo. Aliás, o que vale para o grego antigo já não vale integralmente nem sequer para o grego moderno, falado hoje na Grécia... que dirá para as outras 6.999 línguas catalogadas no mundo. Se é verdade que podemos detectar, em todas as línguas, traços universais em suas estruturas [▶431], também é verdade que a classificação proposta pelos filósofos gregos não é a única nem necessariamente a melhor possível para identificar esses traços universais — o que se evidenciará ao longo dos séculos e, mais fortemente ainda, com o surgimento da ciência linguística moderna, que tem demonstrado as muitas incongruências, contradições e falhas da tradição gramatical (ao lado, é claro, de suas contribuições positivas).

Fruto de intuições geniais, sem dúvida, e de grandes sacadas dos filósofos, a nomenclatura grega está, como qualquer produto intelectual humano, profundamente enraizada no ambiente cultural, religioso, social, econômico, político e ideológico existente nos momentos históricos e nos lugares específicos em que ela foi produzida. É fundamental, portanto, expulsar o fantasma que tantas pessoas teimam em invocar quando se referem à nomenclatura gramatical tradicional e à quimérica necessidade de ensiná-la tal e qual aos alunos na escola, sem submetê-la a crítica, como se fosse um conjunto de dogmas religiosos, cujo descumprimento leva ao inferno e à perdição da alma.

Por isso é tão importante conhecermos o passado da gramática, para não operarmos com aquilo que o sociólogo francês Pierre Bourdieu (1930-2002) chamou de *amnésia da gênese*, ou seja, o esquecimento das origens, como se a Gramática, com inicial maiúscula, existisse desde a aurora dos tempos, surgida, por geração espontânea ou ditada por alguma voz divina, pronta e acabada.

Como bem escreveu o linguista inglês John Lyons (1968: 10):

> Para aqueles que se familiarizaram, desde os tempos de escola, com as várias categorias gramaticais empregadas nas descrições tradicionais do grego, poderia parecer que o reconhecimento de apenas essas categorias e de mais nenhuma outra se imporia imediatamente a qualquer um que se dedicasse à tarefa de analisar a linguagem. Ora, mesmo o conhecimento mais superficial da história da teoria gramatical grega nos mostra que isso não é verdade. A análise particular refletida nos compêndios gramaticais gregos estava tão longe de ser óbvia que levou quase seis séculos para ser elaborada (do século IV a.C. até o século II d.C.). Além disso, não é a única análise possível, e talvez nem sequer seja a melhor.

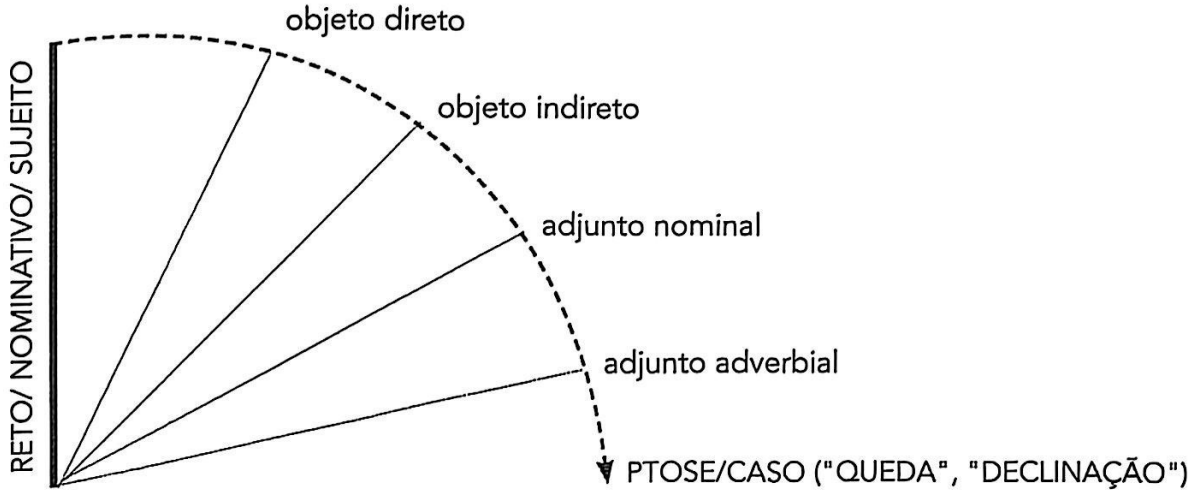
9.13 A NOÇÃO DE CASO

A palavra caso vem diretamente do latim *casu-*, que é o particípio passado do verbo *cado* ("eu caio"), ou seja: *caso* quer dizer "caído". Em sua origem, um *caso* é algo que *cai* na nossa frente, em sentido concreto ou, em sentido abstrato, uma ocorrência, um acontecimento. O pôr do sol é chamado *ocaso* (*ob* + *casu-*) porque o sol está "caindo" diante de nós (*ob*, "diante de", preposição latina que estudamos mais acima, ao tratar da palavra *objeto*). E a palavra *ocasião* é da mesma família: a ocasião é uma chance, uma oportunidade que "cai" no nosso colo. E o *acaso*, então (*ad* + *casu-*), deixa ainda mais evidente a noção de alguma coisa que "cai" inesperadamente na nossa vida.

Já vimos que os romanos traduziram literalmente os termos que os filósofos gregos criaram para teorizar sobre o funcionamento da língua. E a palavra *caso* segue a mesma prática. Os gregos chamaram *ptôsis* ("queda") o que os gramáticos latinos traduziram por *casus*. A palavra *ptôsis* deriva do verbo *pípto* ("eu caio"). Hoje em dia, é termo da medicina: *ptose* é "a queda ou a localização anormalmente baixa de um órgão" (*Houaiss*).

Mais uma vez, é o estudo atento da *filosofia* que vai nos explicar o que está embutido nessa ideia de "queda". Para Aristóteles, o *sujeito* é o nome por excelência, em sua forma primordial, essencial. Já vimos que a palavra *sujeito* significa "aquilo que subjaz, que está por baixo", e que é o *ser*, em sua *essência* fundamental, o que está "por baixo" no sujeito. Ora, se o *sujeito* é o *ser* (a coisa essencial), a forma que o termo da sentença chamado sujeito assume vai ser a *retidão*, porque ele é o próprio nome, em sua forma original e em sua função primordial (justamente a de sujeito).

Partindo dessa ideia, todas as demais formas que o nome adquire por força das concordâncias sintáticas serão formas oblíquas, ou seja, correspondem a "quedas" que o nome sofre desde sua *retidão* primordial, essencial. É exatamente por isso que falamos de *declinação* quando estudamos grego, latim, russo, alemão e outras línguas em que as palavras mudam de forma segundo a função sintática que exercem. As palavras declinam, isto é, "decaem", de sua posição reta original (a de sujeito) para posições menos superiores (objeto direto, objeto indireto, complementos e adjuntos etc.). E também é exatamente por isso que, nas línguas com declinação, se chama de *nominativa* (ou seja, própria do *nome*) a forma da palavra quando ela é sujeito.



Para Aristóteles, no entanto, a categoria de *caso* se aplicava não somente aos nomes, mas também aos verbos. Para ele, o único tempo verdadeiro é o presente, os demais são "quedas" com relação ao presente. Por isso, o termo *ptôsis* é aplicado por ele também à flexão verbal. Além disso, uma vez que o nome verdadeiro é o que desempenha a função de sujeito, a forma do nominativo não é, para ele, um "caso", já que nessa função o nome está *(e)reto*.

São os estoicos que vão dar uma configuração definitiva ao conceito de *caso*, restringindo essa categoria aos nomes (substantivos e adjetivos), pronomes e artigos. E assim é até hoje. Para eles, mesmo o nominativo era um "caso", porque todo nome, em combinação com um predicado, denota uma qualidade particular, o que, na teoria deles, é o que vem expresso nos casos. Daí a aparente contradição que existe na expressão "caso reto", que usamos para designar os pronomes-sujeitos: se é caso, ou seja, se está "caído", como pode estar (e)reto? Mas para os estoicos não havia contradição alguma: não existe nome sem caso — a *retidão* dos nomes deve existir em outra dimensão cognoscível, fora (ou "no fundo") da linguagem falada e ouvida.

A observação de que os adjetivos também alteram sua forma conforme a função sintática e em concordância com os substantivos permitiu aos estoicos retirar os adjetivos da classe dos verbos e incluí-los na classe dos nomes, de onde só sairiam muitos séculos depois. A categoria de *caso* também serviu para dividir as palavras em dois

grandes grupos: as *declináveis* (nomes, pronomes, artigos e, para Aristóteles, verbos) e as *indeclináveis* (conjunções, advérbios, preposições). Hoje dizemos que as palavras são *variáveis* (substantivos, adjetivos, artigos, pronomes e verbos) e *invariáveis* (preposições, conjunções, advérbios), sendo que o que *varia* é a flexão da palavra (em gênero e número, no caso dos nomes; em tempo, modo e pessoa, no caso dos verbos).

Como fica claro, a teoria gramatical (como, aliás, toda teoria) recorre a metáforas para fixar seus postulados. Aqui, a metáfora de algo que está inicialmente em pé, ereto e que vai "caindo", ficando oblíquo... O latim *obliquus* traduz o termo grego *plágios*, de onde provém o nosso *plágio* e o verbo *plagiar*.

9.14 Os alexandrinos e a gramática tradicional

O surgimento da *gramática* como disciplina, como atividade prática, pedagógica está profundamente enraizado nas transformações — mais justo seria dizer *revoluções radicais* — ocorridas no mundo antigo a partir do final do século IV a.C., com as conquistas de Alexandre Magno ("o Grande"). Tendo conquistado o Egito, Alexandre fundou no delta do rio Nilo uma cidade, Alexandria, que viria a se tornar o centro mais importante de cultura grega depois da decadência de Atenas. Alexandria vai manter esse posto durante séculos, inclusive no período romano e cristão. Só muito mais tarde, com a conquista do norte da África pelos muçulmanos no século VII, a cidade deixará de ser um polo irradiador de cultura grega e cristã.

A Biblioteca de Alexandria (que fazia parte de um Museu — palácio das Musas — que incluía também um *campus* universitário, com prédios para estudo e pesquisa, bem ao estilo das grandes universidades modernas) empregou um grande número de arquivistas, copistas, tradutores, mestres e pesquisadores. Entre eles se destacariam os filólogos ("amantes do *lógos*", isto é, da "palavra", do "conhecimento", do "estudo"). Eles se dedicavam à análise crítica dos grandes textos literários do passado, com especial destaque para os poemas homéricos, que vinham registrados em diferentes cópias e versões. Era preciso examinar com cuidado essas versões para definir qual ou quais delas eram as mais "fiéis" ao original (supostamente escrito por Homero no século VIII a.C., ou seja, quinhentos anos antes).

Para empreender seu trabalho de crítica e estabelecimento dos textos, os filólogos desenharam aquilo que chamaríamos hoje, na era da informática, de um sistema operacional — a *gramática* — dotado de diversas *ferramentas* que lhes permitiam *rodar* os *arquivos* existentes na Biblioteca. É precisamente nesse momento que a gramática deixa de ser uma *especulação filosófica* sobre o funcionamento da língua (e, como vimos, da mente, da natureza e do mundo) e se constitui numa *atividade*

prática, numa *disciplina eminentemente linguística e didática*, onde o que importa é a "língua em si" — fonologia, morfologia, sintaxe, léxico — como objeto de estudo, análise, descrição e — principalmente — de *prescrição*. Os gramáticos alexandrinos vão se valer das reflexões e teorizações dos filósofos gregos — sobretudo dos estoicos, seus contemporâneos — para compor não só um aparato técnico para a crítica textual, mas também e principalmente uma *doutrina* portadora de uma ideologia fortemente marcada e explicitamente enunciada.

Alguns nomes se destacam entre os muitos filólogos que trabalharam na Biblioteca de Alexandria e produziram tratados gramaticais: Zenódoto (325-234 a.C.), Aristófanes (257-180 a.C.), Aristarco (215-145). Mas os dois gramáticos que passarão à posteridade como pioneiros dos estudos gramaticais do Ocidente do modo como até hoje se faz são Dionísio Trácio (170?-90? a.C.) e Apolônio Díscolo (primeira metade do século II d.C.).

Dionísio Trácio é autor do primeiro compêndio gramatical da história do Ocidente, a *Tekhné Grammatiké* ("Arte da gramática"), que foi impressa pela primeira vez em 1715. Ocupando-se essencialmente da fonética e da morfologia da língua grega, e sem abordar a sintaxe, a obra reproduz a lista de oito classes gramaticais definida por Aristarco, de quem Dionísio deve ter sido discípulo:

1. nome
2. verbo
3. particípio
4. pronome
5. artigo
6. advérbio
7. preposição
8. conjunção

Os gramáticos alexandrinos retiraram os *pronomes* da classe dos *artigos* (onde tinham sido colocados pelos estoicos) e as *preposições* da classe das *conjunções*. O termo *pronome* se dizia em grego *antonymía* ("no lugar do nome"), enquanto a *preposição* se chamava *próthesis* ("o que se põe antes" de outra palavra). Como sempre, os termos que empregamos hoje são as versões latinas das palavras gregas.

Tal como os estoicos, os alexandrinos analisam os *adjetivos* como um dos tipos possíveis de *nomes*. Na mesma classe dos nomes, Dionísio incluía o que a TGP chama de *pronomes interrogativos* (*que? quem? quando?* etc.), *pronomes indefinidos* (*qualquer, cada* etc.), os *numerais cardinais e ordinais*.

Na classe dos *artigos*, Dionísio incluía os *artigos definidos* (que ele chamou de *protaktikón*, "colocado antes" do nome) e os *pronomes relativos* (*hypotaktikón*, "colocado depois" do nome).

Os pronomes são vistos pelos gramáticos como referidos a pessoas específicas do discurso, de modo que nesta classe eles só incluíam os *pronomes pessoais* e os *possessivos*.

Apolônio Díscolo nos deixou um livro *Sobre a sintaxe (Perí syntáxeos)*, considerado o primeiro compêndio gramatical a tratar da organização do discurso e não somente das partes do discurso (as classes gramaticais). Infelizmente, não temos espaço aqui para debater toda a doutrina de Apolônio, que influenciará fortemente o trabalho dos gramáticos romanos de épocas posteriores. Um aspecto importante, porém, merece destaque nessa doutrina: o postulado do *autotelēs lógos*.

9.15 *Autotelēs lógos*: o dogma da frase autossuficiente

De acordo com Apolônio, a língua é um sistema organizado, com uma hierarquia de níveis, que sobe das letras para as sílabas, das sílabas para as palavras (através dos conceitos) até a frase dotada de significação e gramaticalmente bem construída, frase que ele chama em grego de autotelēs lógos. Para ele, existe uma equivalência entre os diferentes níveis: sua organização é estruturalmente idêntica e a combinação (*syntáxis*) ordenada e regular dos elementos a partir de cada nível forma a combinação ordenada e regular dos elementos do nível superior seguinte. A frase completa (*autotelēs lógos*) pode ser formada por palavras porque sobre cada palavra se enxerta um conceito inteligível, um significado que pode ser pensado (*noeton*), e esses significados são os elementos (*stoikheia*, mesmo termo empregado para designar as letras do alfabeto) da frase significativa e completa:

> E assim como os elementos [letras] em sua combinação completam sílabas, também a combinação dos inteligíveis [conceitos] completa as sílabas numa certa direção, através da combinação de palavras. Mais uma vez, assim como a palavra provém das sílabas, assim a frase completa [*autotelēs lógos*] provém da regularidade (congruência simétrica) dos inteligíveis. (*Perí syntáxeos*, 1, 2. 2.iiff)

Como vimos ao passar em revista as reflexões dos filósofos gregos acerca da linguagem, para eles a combinação de *ónoma* [substantivo/sujeito] + *rhēma* [verbo/predicado] formava a estrutura mínima, básica da atividade racional-linguística, que chamavam de *lógos*. Uma vez reconhecida essa estrutura, a análise se detinha aí, visto que qualquer texto, por mais longo e complexo que seja, será inevitavelmente formado de uma coleção de *lógoi* encadeados, cada um deles comportando sua própria combinação *ónoma-rhēma*. Além disso, o interesse dos filósofos era detectar essa estrutura mínima para elegê-la como mecanismo básico de funcionamento do pensamento racional que, segundo eles, refletia o funcionamento da natureza e, um passo acima, o funcionamento do mundo. E eram esses diversos funcionamentos que interes-

savam a eles. O programa de investigação dos filósofos, convém insistir, não era *linguístico*, muito menos "gramatical", mas sim filosófico, para não dizer *metafísico* — e nunca é demais lembrar que na opinião, por exemplo, de Platão a linguagem é débil, sem forças, o instrumento mais pobre e mesquinho para se ter acesso à realidade essencial das coisas, dos seres [▶40].

Os gramáticos alexandrinos, mesmo deixando de lado os propósitos metafísicos dos filósofos para se concentrar na língua como objeto primordial de estudo, herdaram deles os conceitos, os termos e até os equívocos surgidos em suas investigações sobre o funcionamento da linguagem. E, para piorar, quando os romanos se apoderaram do aparato filosófico-gramatical grego, não empreenderam uma análise crítica dele — o que seria impensável, já que os romanos tinham verdadeira veneração pela cultura grega e tratavam simplesmente de *traduzir-transferir* do modo mais fiel possível o que os gregos tinham produzido no campo intelectual. A partir daí, surge o dogma da frase autossuficiente, objeto único da análise sintática tradicional: o ponto final de uma sentença escrita é também o ponto final da investigação (e não só da análise sintática tradicional, mas também da análise sintática gerativista [▶47], que se limita a estudar a frase isolada, quase sempre inventada pelo linguista para provar seus postulados teóricos).

O adjetivo grego *autotelēs* é composto de *auto-* ("em si mesmo", "por si só") e de *-télos* ("acabamento, realização, resultado, consequência, fim, termo, desenvolvimento pleno, formação acabada"), de modo que suas possíveis traduções são: "perfeito em si mesmo", "que subsiste por si só", "decisivo, sem apelação". Por isso, estamos traduzindo *autotelēs lógos* por "frase autossuficiente" (usando, aliás, o mesmo *auto-* do grego, que foi adotado por inúmeras outras línguas como prefixo).

> Se para a investigação filosófica a consideração da frase como etapa final de reflexão não era problema algum, para a investigação do funcionamento da língua — já não desprestigiada, como na filosofia platônica, mas valorizada como elemento fundador da condição humana — a limitação do foco de análise ao ponto final escrito é simplesmente inadmissível — ao menos nos dias de hoje, ao menos nas teorias linguísticas que entendem língua como uma atividade social, desempenhada por seres humanos que interagem entre si, e não como um sistema abstrato de entidades que "se relacionam" umas com as outras, como se tivessem "vida própria".

A frase só existe num arcabouço maior e mais complexo que chamamos de texto (falado e escrito). A análise fonético-fonológica (que cuida dos *sons* da língua), a análise morfológica (da palavra) e a análise sintática (da frase) continuam tendo, é claro, seu valor para a ciência da linguagem. No entanto, é imprescindível ir além, ampliar o foco da análise para englobar nela o sujeito que fala/escreve e o(s) interlocutor(es) real(is) ou virtual(is) com quem ele interage socialmente — somente assim a compreensão do evento verbal será possível em sua complexidade.

Arrancar a frase do texto para tentar analisá-la isoladamente seria o mesmo que arrancar um tijolo de um edifício completo e analisar esse tijolo em seus aspectos materiais (peso, altura, largura, comprimento, composição química...) sem levar em consideração o papel que ele desempenha nesse edifício, em que posição ele se encontra com relação aos demais tijolos, quanto peso ele suporta etc. Outra comparação possível é a de um zoólogo que leva um animal recém-descoberto para o laboratório e o submete a testes, controles e medições — é claro que vai descobrir muitas coisas interessantes sobre o bicho, mas não saberá nada da relação desse animal com seu meio ambiente, com os demais membros de sua espécie, com as outras espécies animais com que ele interage, nada de seu ciclo de reprodução, nada de seus hábitos alimentares, de sua posição na cadeia alimentar etc.

Infelizmente, a desconsideração do aspecto *filosófico* contido na expressão *autotelês lógos* levou ao que podemos chamar de "miséria da sintaxe" (que se perpetua, repito, em teorias linguísticas contemporâneas, como a do gerativismo chomskiano), ou seja, a limitação da análise linguística à frase, à organização dos elementos na sintaxe, como se ela não tivesse sido falada/escrita por alguém, em algum lugar, num dado momento histórico, num determinado contexto de interação verbal, com vistas a determinados objetivos pragmáticos etc. Quando a gramática passa a ser praticada pelos romanos, o dogma se cristaliza para sempre.

Desastrosamente, as gramáticas de configuração tradicional, herdeiras diretas da doutrina greco-latina, continuam até hoje a transmitir o dogma de que a frase contém uma totalidade semântica própria, que dispensa uma análise mais ampla do contexto em que surge:

> Frase é um enunciado de sentido completo, a unidade mínima de comunicação. (Cunha e Cintra, 1985: 116)

E a definição de *sentença* oferecida por Evanildo Bechara (1999: 407) vai no mesmo sentido:

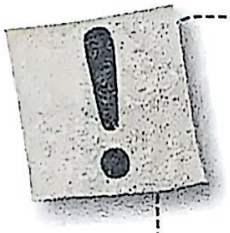
> Entre os tipos de enunciados há um conhecido pelo nome de *sentença* que, pela sua estrutura, representa o objeto mais propício à análise gramatical, por melhor revelar as relações que seus componentes mantêm entre si sem apelar fundamentalmente para o entorno (situação e outros elementos extralinguísticos) em que se acha inserido. É neste tipo de enunciado chamado *sentença* que se alicerça, portanto, a gramática [...]

Ora, essa definição de *sentença* apresenta problemas evidentes. Por exemplo, se destacarmos do trecho acima a sequência

> < por melhor revelar as relações >

teremos, sem possibilidade de dúvida, segundo as definições oferecidas pelo próprio gramático, uma *sentença (reduzida de infinitivo)*. No entanto, é difícil aceitar a ideia de que essa sentença é capaz de "revelar as relações que seus componentes mantêm entre si sem

apelar fundamentalmente para o entorno". Se não é preciso apelar para o entorno, como se poderá identificar, por exemplo, o *sujeito* dessa sentença? E "relações" com quê?



O que importa, no entanto, é reconhecer que a frase/sentença nada tem de *autossuficiente*, sendo, isso sim, *insuficiente* para o estudo, o ensino e o aprendizado da(s) língua(s). Esse é, sem sombra de dúvida, o mais grave dos diversos problemas contidos na doutrina gramatical tradicional, responsável pela *inadequação* dessa doutrina para um trabalho pedagógico relevante e honesto no ensino de língua(s).

9.16 Roma conquista a Grécia, e vice-versa

Na segunda metade do século I a.C., os romanos conquistam a Grécia, mas logo serão conquistados "espiritualmente" por ela. A civilização grega vai, de fato, causar um impacto profundo entre os romanos, que veem nela um desenvolvimento cultural muito mais avançado e sofisticado do que o seu próprio. Religião, artes, ciências, tecnologias, gêneros literários, valores éticos e estéticos, filosofia, hábitos e costumes, indumentária, culinária, esportes... tudo será objeto de importação, imitação e adaptação por parte dos romanos. Os deuses da religião romana serão sincretizados com os deuses olímpicos.

É claro que no campo dos estudos linguísticos (e literários) os romanos também se valerão de seus ídolos gregos, como manda o poeta Horácio em sua *Arte poética*, no século I a.C.:

> *Vos exemplaria Graeca nocturna versate manu, versate diurna.*
> Compulsem com mão noturna e diurna os livros dos gregos.

9.17 A gramática latina

Fiéis a seus modelos gregos, os gramáticos latinos se recusarão a abandonar o número de oito partes do discurso, fixado pelos alexandrinos. Como, no entanto, a língua latina não tinha *artigos*, o romano Quintiliano decidiu incluir, no lugar deles, as interjeições — dando início a uma bizarrice que se perpetua até hoje em muitos compêndios gramaticais e livros didáticos. Bizarrice porque uma interjeição constitui, de fato, um fenômeno de *entoação, prosódico*, e não uma categoria lexical plena como as demais — afinal, toda e qualquer palavra, de qualquer classe — *"Fogo!"*, *"Chega!"*, *"Demais!"*, *"Gostosa!"* —, ou mesmo uma sentença inteira pode constituir

uma interjeição: *"Valei-me, minha Nossa Senhora da Abadia!"*. A interjeição é, pois, "uma espécie de grito com que traduzimos de modo vivo nossas emoções", conforme bem definem os gramáticos Celso Cunha e Lindley Cintra (1985: 577).

Quintiliano assim justifica o seu trabalho de classificação:

> Os antigos, com efeito, entre os quais Aristóteles também e Teodecto, só falaram de verbos, de nomes e de termos de ligação, decerto porque os verbos constituem a parte ativa da linguagem e os nomes, a matéria, um exprimindo o que dizemos, o outro aquilo de que falamos, e os termos de ligação tendo por papel indicar suas conexões; esta última categoria é, bem sei, comumente chamada *coniunctio*, mas este termo me parece traduzir mais propriamente *sýndesmos*. Pouco a pouco, os filósofos, sobretudo os estoicos, aumentaram seu número; primeiro, aos termos de ligação foram acrescidos os *artigos* e em seguida as *preposições*; aos nomes, o *apelativo*, em seguida o *pronome*, depois o *particípio*, forma que também se prende ao verbo; aos verbos mesmos, os *advérbios*. Como o artigo não é exigido por nossa língua, seu papel é distribuído entre outras partes do discurso; mas às partes já mencionadas se junta a *interjeição*. Outros, contudo, apoiando-se na autoridade de autores competentes, seguiram somente a classificação em oito partes, como Aristarco e, em nossos dias, Palêmon, que fizeram entrar na categoria do nome o *vocábulo* ou *apelativo*, como espécie sob um gênero.

Pela lista oferecida por Quintiliano, e que será conservada por toda a Idade Média e início da Moderna, se vê que os *adjetivos* continuam incluídos na classe dos nomes, junto com os substantivos, assim como os *numerais*, que hoje constituem classe à parte em nossas gramáticas (aliás, sem uma boa justificativa, ver [▶825]). E tal como faziam os gregos, o *particípio* é separado em classe especial. Segundo uma ordem praticamente imutável, todas as gramáticas examinam sucessivamente cada parte do discurso e, apoiando-se em numerosos exemplos, identificam suas particularidades.

Assim, no que diz respeito, por exemplo, ao *nome*, após ter dado sua definição, elas passam em revista as seções *qualitas* (nome próprio, nome comum), *genus* (masculino, feminino, neutro, comum ou indistinto), *figura* (palavra simples, palavra composta), *numerus* (singular, plural, dual). Cada classe gramatical pode ser subdividida ao bel-prazer do gramático: é assim que já Dionísio Trácio distinguia 24 tipos de nomes comuns e Dionísio de Sídon, 47... É a "fúria taxonômica" que se perpetuará ao longo dos séculos, até chegar às escolas brasileiras, onde, até hoje, segundo as pesquisas, quase 80% das atividades nas aulas de português se resumem a catalogar as palavras em classes e a rotular as funções sintáticas (sujeito, predicado etc.), como se isso fosse o objetivo único das aulas de língua.

9.18 As sete artes liberais

O mais importante a destacar no trabalho dos gramáticos latinos é, primeiramente, sua quase total *falta de originalidade*: como já vimos, eles se subjugaram integralmente às reflexões filosófico-filológicas e às "manias" dos gregos, fazendo, muitas vezes,

uma (con)fusão eclética de alguns debates ocorridos entre eles. Em seguida, e por consequência disso mesmo, a gramática latina é integralmente uma *doutrina*, uma atividade prática, uma *disciplina*, voltada para a formação intelectual do "homem de bem" que deve ser igualmente, e por isso mesmo, um "homem que fala bem".

Ora, para falar bem não basta conhecer a *gramática* da língua, suas regras de funcionamento: é preciso também saber *usar* a língua em proveito próprio, na defesa de suas ideias, de suas teses, e no combate bem fundado às opiniões alheias. Nisso os eruditos da Antiguidade tardia foram originais, ao fazer da *gramática* somente uma das disciplinas escolares necessárias à boa formação de um cidadão (cidadão no masculino mesmo, pois nunca se deve esquecer que nas sociedades antigas — e não é assim até hoje em muitos lugares? —, as mulheres ocupavam um lugar inferior na hierarquia social e nem de longe se imaginava a possibilidade delas sequer desejarem aprender o que quer que fosse de filosofia, literatura ou ciência...).

Com o passar do tempo, e principalmente a partir do século V (já iniciada a Idade Média), vai se constituindo um conjunto de disciplinas que virão a ser conhecidas como as sete artes liberais. Essas sete artes serão divididas em dois conjuntos: o trivium ("três vias"), com três disciplinas, e o quadrivium ("quatro vias"), com quatro:

A composição do *trivium* revela uma percepção muito interessante da parte dos antigos, que já mencionei: não basta conhecer as regras de funcionamento da língua (a *gramática*), é preciso também aprender a usá-las. Daí a necessidade do estudo sistemático da *retórica* — a arte da oratória, do bem dizer, da boa escolha das palavras e das construções sintáticas — e da *dialética* (às vezes também chamada *lógica*) — a arte do encadeamento lógico do raciocínio, da organização dos argumentos, da estruturação do debate, da defesa e/ou refutação de teses etc. Poderíamos ver também no *trivium* o ancestral da proposta de três níveis de análise característica dos estudos funcionalistas [▸825]: *sintaxe* (a gramática), *semântica* (a retórica) e *pragmática* (a dialética).

Essa divisão curricular, que começou a vigorar no final da Antiguidade, foi implantada nas universidades europeias que começaram a surgir na Idade Média (a mais antiga é a de Bolonha, na Itália, criada em 1088) e perdurou por muitos séculos. As grandes transformações políticas, sociais e culturais ocorridas na Europa a partir do Renascimento levaram ao abandono das "sete artes liberais" ou, mais precisamente, à ampliação do currículo universitário, que passou a incluir, além das sete disciplinas tradicionais, também a filosofia, o direito, a literatura, a medicina e outras ciências.

9.19 A GRAMÁTICA COMO FIM EM SI MESMA

Infelizmente, a dissolução do *trivium* e a autonomização das disciplinas levaram ao grande problema que o "ensino de gramática" tem até hoje: o seu total desprendimento do uso autêntico da linguagem, da dinâmica social da língua, seu afastamento quase deliberado da realidade vivida pelo(s) falante(s) em suas interações por meio da(s) línguas(s). A gramática, então, que para a educação antiga e medieval, tinha se tornado um *meio*, um *instrumento* para fins maiores — a comunicação eficaz, a estética do falar, a estilística do texto escrito, a arte de seduzir e persuadir, de argumentar e contra-argumentar, de defender ou refutar teses etc. —, se transformou num fim em si mesma, num conjunto de saberes mecânicos, áridos, sem nenhuma aplicação prática na vida dos indivíduos, que simplesmente não compreendem o que está em jogo naquelas regras. Daí a secular repulsa que as pessoas têm (e não só no Brasil) pelo estudo da gramática.

No entanto, como a história humana é feita de idas e vindas, de repetições e recuperações de coisas passadas, o que a pedagogia de língua(s) postula hoje em dia é, em grandes linhas, uma revivescência do *trivium*, devidamente atualizado e arejado pelas contribuições das ciências da linguagem e da educação. Quando as diretrizes dessa nova pedagogia de língua(s) insistem no desenvolvimento ininterrupto do *letramento* dos aprendizes, na percepção de toda manifestação verbal (falada e escrita) como um *texto* portador de um *discurso*, na prática da *oralidade* em sala de aula e no exercício da *reflexão linguística* com base em usos e textos autênticos, o que se está fazendo é justamente compreender a língua como um sistema de regras (gramática), que se realiza efetivamente em textos falados e escritos, mais felizes ou menos felizes em sua constituição (retórica), que visam um objetivo (convencer, divertir, agredir, persuadir etc.) por parte de seu produtor (dialética). Os conceitos de *coesão* e *coerência*, de *discurso*, de *gêneros textuais*, entre outros, tão em voga hoje em dia, parecem resgatar os princípios antigos da *retórica* e da *dialética*, sob uma luz nova.

A gramática "por si e para si" absorveu completamente a retórica, a tal ponto que os compêndios gramaticais, a partir de dada época (e até hoje), passaram a incluir — além da descrição-prescrição propriamente gramatical da língua — capítulos (sempre no final) dedicados às "figuras de sintaxe" e às "figuras de pensamento" (os objetos tradicionais de estudo da retórica), que eram antigamente tratadas em manuais de retórica completos e específicos. A dialética, por sua vez, nem essa hospitalidade mínima mereceu, tendo desaparecido completamente das abordagens sistemáticas do uso da língua.

9.20 CONCLUSÃO

A Gramática Tradicional, como doutrina, é, em sentido literal e figurado, um presente de grego. Inspirada nas *reflexões teóricas* dos grandes filósofos da Grécia clás-

sica, ela se torna, no período helenístico, alexandrino, instrumento de *doutrinação* explícita: já não se trata de investigar o funcionamento da língua → mente → natureza → mundo, investigação que ficou, como se diz, "para as calendas gregas". O importante agora é criar um instrumento de descrição-prescrição capaz de preservar a gloriosa língua de Homero das "perversões" que seu uso por parte de povos "bárbaros" inevitavelmente acarretaria. Etnocentrismo, xenofobia e misoginia dão o tom.

Fruto de uma visão de mundo imperial e imperialista, a gramática tradicional é uma doutrina que traz, desde sua elaboração no mundo helenístico, as marcas visíveis do *oligarquismo* ("poder exercido por um pequeno grupo de pessoas"), da *autocracia* ("poder concentrado nas mãos de uma pequena elite autoritária") e da *tirania* ("opressão, violência") — não por acaso, todas palavras gregas. Nada disso deve nos espantar, pois, como sabemos, até mesmo a célebre *democracia* ("poder do povo") estava muito longe de ser, na Grécia, verdadeiramente... democrática, visto que só contemplava os homens livres, deixando de fora todas as mulheres e, é claro, os escravos.

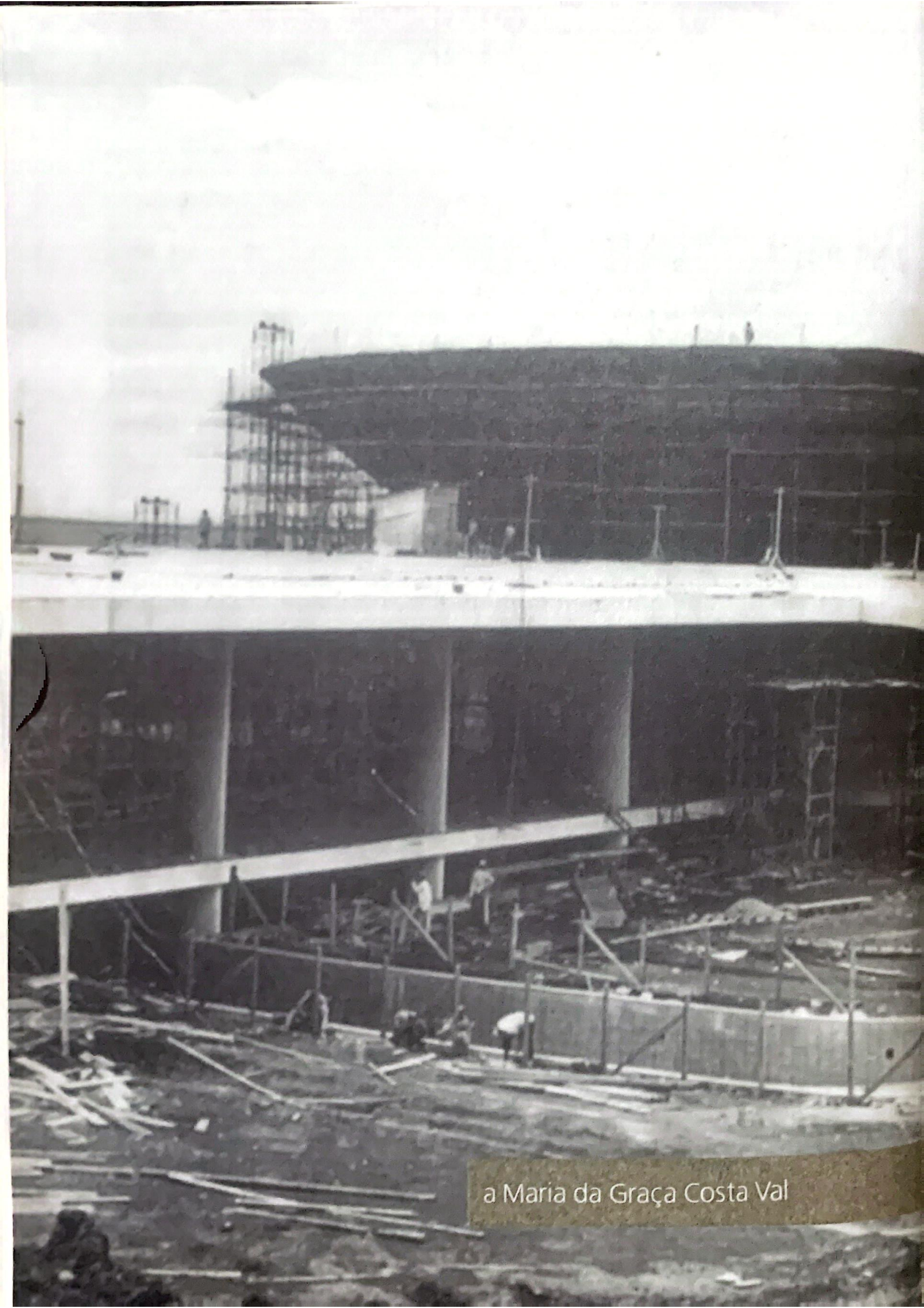
Essa doutrina engendra um ideal de língua "pura" e "correta" — um *cânon* (do grego *kánon*, "vara usada para medir; régua") — que se baseia na *língua escrita* por um punhado de *homens* (do sexo masculino mesmo) pertencentes a uma *elite letrada* de um *lugar longínquo* e de um *tempo remoto* — a idealização de uma idealização de uma idealização... Ou, para recorrer de novo ao grego, uma *nostalgia* ("sofrimento [*algia*] provocado pelo desejo de regresso [*nostos*] a um tempo-lugar que ficou para trás"). Todo empreendimento prescritivo traz embutida (quando não explícita) a saudade de uma "Idade de Ouro", de um "Paraíso" perdido.

Não por acaso o primeiro gramático de destaque do período renascentista, o espanhol Antonio de Nebrija, escreveu em sua obra: *"Siempre la lengua fue compañera del imperio"*. Império helenístico, no século III a.C., império romano até o século V d.C., impérios modernos a partir do século XV (português, espanhol, inglês, francês, holandês), impérios ideológicos no século XX (o soviético e o norte-americano), imperialismo cultural hegemônico no século XXI (Estados Unidos, sob o disfarce da "globalização"). Em todos eles, a língua exerceu e exerce papel fundamental de colonização cultural, subjugação de outros povos, emudecimento de outras línguas, exploração e pauperização de populações inteiras.

Transferida para o campo da pedagogia de língua(s), a doutrina gramatical aparentemente perde seu caráter imperialista, mas preserva sua ideologia oligárquica, autoritária, elitista e anacrônica:

> A adoção de gramáticas pelas escolas é bem um sintoma de que elas pouco se preocupam em analisar efetivamente uma língua mas, antes, em transmitir uma ideologia linguística. Se considerarmos que aquelas gramáticas adotam uma definição de língua extremamente limitada, que expõem aos estudantes um modelo bastante arcaico e distante da experiência vivida, mais do que ensinar uma língua, o que elas conseguem é aprofundar a consciência da própria incompetência por parte dos alunos. (Possenti, 1999: 56)

Será que é isso que queremos continuar a fazer em nossa prática pedagógica?



a Maria da Graça Costa Val

10

universais e brasileiros

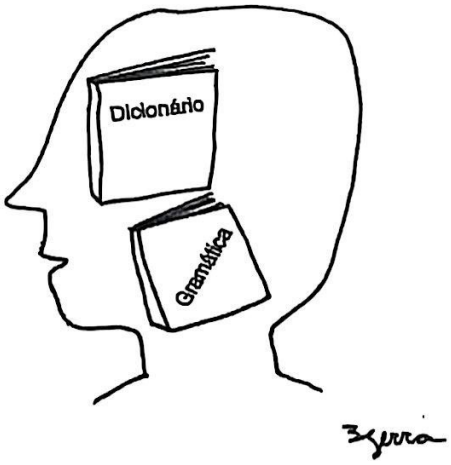
conceitos importantes para entender a gramática

Nesse capítulo vamos examinar alguns conceitos importantes para uma boa compreensão do funcionamento da gramática. Esses conceitos têm aplicação universal, ou seja, valem para todas as línguas do mundo ou então, valendo para umas e não para outras, permitem classificar as línguas em tipos. Nosso interesse aqui é examinar de que modo eles se aplicam à gramática do PB. São eles:

1. Lexicogramática
2. Oposição verbo-nominal
3. Análise e síntese
4. Sintagma e paradigma
5. Ordem dos constituintes na sentença
6. Dêixis e anáfora
7. Proformas
8. Pronomes
9. Sujeito pleno e objeto nulo
10. Topicalização
11. Formas marcadas e não-marcadas
12. Sintaxe-semântica-pragmática
13. Gramaticalização

10.1 Lexicogramática

Já se tornou clássica a divisão que se faz, nos estudos linguísticos, entre léxico e gramática. Segundo essa divisão, a língua seria composta de dois grandes conjuntos: as palavras e as regras que põem em funcionamento essas palavras. É como se dentro do nosso cérebro existissem dois grandes livros: um dicionário, com todas as palavras que conhecemos e seus significados e sentidos, e uma gramática, com todas as regras necessárias para pôr aquele dicionário em movimento.



Nessa perspectiva, elementos como *que, de, com, pois, o, -s, -mos, -ção* etc. não são palavras e sim regras, uma vez que ou não têm significado próprio ou, mesmo significando, servem de mecanismos para que as verdadeiras palavras se articulem entre si na expressão e na comunicação.

Essa visão aparece claramente no título de um livro do neurocientista Steve Pinker, *Words and Rules: The Two Ingredients of Language* [*Palavras e regras: os dois ingre-*

dientes da língua, 1999]. Como Pinker, no entanto, é um partidário do *dualismo* chomskiano que criticamos em [▶47], e como nosso trabalho aqui é uma tentativa de escapar das armadilhas do dualismo, vamos propor, novamente, um conceito de língua em que as dicotomias não têm lugar. A figura aqui é mais uma vez a da interação profunda e íntima entre duas coisas que não podem ser separadas e que já trazem dentro de si os germes uma da outra:

Essa separação entre palavras/léxico/morfologia, de um lado, e regras/gramática/sintaxe, do outro, é que tem permitido falar de "classes gramaticais abertas" e "classes gramaticais fechadas": as "abertas" seriam aquelas cujo repertório se amplia o tempo todo com novas contribuições dos falantes (estrangeirismos, empréstimos, neologismos, derivação etc.), enquanto as "fechadas" seriam dotadas de um número finito de membros. Assim, substantivos, adjetivos, verbos e advérbios seriam classes "abertas", enquanto pronomes, preposições, artigos, conjunções etc. seriam classes "fechadas". Mas o que fazer então com a língua igbo, falada na Nigéria, que tem apenas dez adjetivos (grande/pequeno, novo/velho, preto-escuro/branco-luminoso, bom/mau)? E com as diversas línguas amazônicas, e de outros povos coletores-caçadores, que têm apenas 1, 2, 3, 4 ou 5 nomes para os números? E se a tradicional classe dos numerais não é "lexical", mas apenas "gramatical", como pode conter um número infinito de membros, como nas línguas indo-europeias e tantas outras?

Essa divisão, como bem ressalta Halliday (2004: 24), se desenvolveu na linguística ocidental porque nas línguas indo-europeias a estrutura das palavras (a morfologia) tende a ser marcadamente diferente da estrutura das sentenças (a sintaxe). No entanto, esse não é um traço universal, e em muitas línguas do mundo é impossível separar a palavra da estrutura sintática. Nas chamadas línguas *polissintéticas*, por exemplo, não é possível distinguir palavra de sentença, porque essas duas coisas são uma só:

- *sahaitsahserunyana* (mohawk, língua norte-americana)
  "Ele voltou para preparar o peixe".
- *tusaatsiarunnanngittualuujunga* (inuit, língua dos "esquimós")
  "Eu não consigo ouvir muito bem".

- *usaopuspe aejajkotujmasiramsujpa* (aino clássico, Japão)
  "Eu fico oscilando meu coração para longe e para perto de mim por causa de vários rumores".

Nessas línguas, a relação entre *forma* e *função* é praticamente de 1:1, ou seja, a cada forma corresponde sempre a mesma função. Assim, no exemplo do inuit, o morfema *junga* funciona sempre como 1ª pessoa, sem alterar sua forma como ocorre, ao contrário, nas línguas indo-europeias, como em latim: *ego* (sujeito), *mē* (ob. direto e adj. adverbial), *mihi* (ob. indireto), *meī* (genitivo).

A mesma coisa ocorre com as línguas chamadas *isolantes*, como o chinês-mandarim. O índice de 1ª pessoa — *wǒ* — é usado para todos os casos sintáticos: sujeito, objeto, adjunto etc.:

- *wǒ bǎ píngzi dǎ-pò le* → *wǒ* = sujeito
  "Eu quebrei a garrafa".

- *tā bǎ wǒ mà-kū le* → *wǒ* = objeto
  "Ele/ela zombou tanto de mim que chorei".

Conforme nos explicam Charles Li e Sandra Thompson (1987: 824), de quem obtivemos os exemplos acima,

> [...] a maioria das palavras em chinês tem uma forma imutável, que não muda conforme o número, o caso, o gênero, o tempo, o modo ou qualquer outra categoria flexional familiar [a quem conhece] outras línguas. [...] Primeiro, não existe morfologia de caso que assinale diferenças entre relações gramaticais como sujeito, objeto direto ou objeto indireto, nem existe qualquer 'concordância' ou correferência no verbo para indicar o que é sujeito e o que é objeto. Em chinês, de fato, há poucas razões gramaticais para se postular relações gramaticais. [...] no discurso natural, normalmente fica claro quem é o agente e quem ou o que é o paciente sem qualquer marca especial.

A separação clássica entre léxico e gramática não contempla as frases feitas, as locuções etc. em que sintagmas completos desempenham funções idênticas às de palavras isoladas. Mais adiante [▶635], vamos tratar dos chamados verbos-suporte. Por ora, para ilustrar o que estamos dizendo, vamos tomar o verbo dar e examinar a quantidade inumerável de sintagmas que é possível construir com ele quando vem seguido de complementos os mais variados:

- dar <tabuísmo sexual> para alguém
- dar <tantas> horas
- dar a volta
- dar a volta por cima
- dar uma volta
- dar adeus
- dar bandeira
- dar ciência
- dar com algo/alguém
- dar com os burros n'água
- dar de bandeja
- dar de beber a alguém
- dar de cara com algo/alguém
- dar de comer a alguém

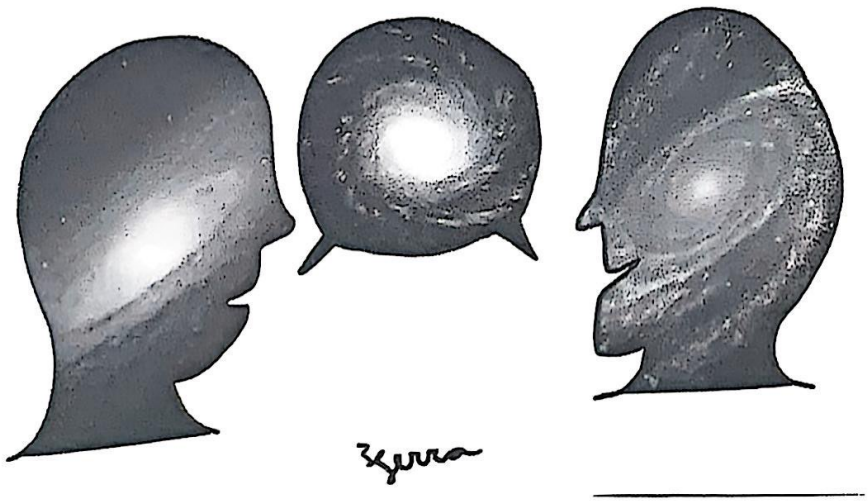
- dar de graça
- dar de mão beijada
- dar de ombros
- dar duas sem tirar
- dar duro
- dar esmola
- dar jeito em algo/alguém
- dar mole
- dar na vista
- dar no pé
- dar no pira
- dar o braço a torcer
- dar o fora
- dar para <infinitivo>
- dar pé
- dar por terminado <acabado, encerrado, concluído etc.>
- dar um fora
- dar um presente
- dar cobro a alguém
- dar no couro
- dar em alguém
- dar o troco
- dar o que falar
- dar em nada
- dar panos para manga
- dar uma calibrada
- dar uma de <nome>
- dar uma espiada
- dar uma garibada
- dar uma geral
- dar uma mão
- dar uma olhada
- dar-se conta de algo
- dar a mão etc.

Muitas dessas construções podem ser equiparadas a um verbo simples (por exemplo: *dar um presente = presentear; dar uma mão = ajudar; dar com os burros n'água = fracassar, decepcionar-se; dar duro = esforçar-se* etc.). Se isso é possível é precisamente pela não separação rígida entre léxico e gramática — separação que também não é possível entre *nome* e *verbo*, como vamos examinar logo a seguir.

Além disso, uma vez que analisamos a língua — como fazemos aqui — pela ótica da gramaticalização, essa divisão perde o sentido. Afinal, o latim não apresentava artigos nem índices de não-pessoa, ao passo que nas línguas românicas — que são a continuação histórica do latim, apenas com outros nomes — surgiram essas palavras. Mesmo que não queiramos ir tão longe, na própria história do português é possível encontrar novos itens gramaticais acrescentados às supostas classes "fechadas": os índices pessoais você e a gente, que são os mais empregados no PB para a 2ª pessoa do singular e a 1ª do plural, são um ótimo exemplo. Apesar da repressão purista, a locução conjuntiva concessiva **apesar que** já se incorporou definitivamente ao VGB falado e ocorre fartamente na escrita da internet, assim como a palavra **tipo** vem sendo usada cada vez mais como advérbio. O mesmo vale para o adjetivo **maior** que, gramaticalizado em **mó**, é um advérbio utilizadíssimo pelas gerações mais novas (*mó legal, mó bom, mó caro* etc.). Na verdade, o que distingue as classes ditas abertas e as ditas fechadas é o ritmo com que elas recebem novos membros: as abertas se ampliam com maior permissividade e, na prática, o tempo todo; as fechadas, com muito menor permissividade e com a necessidade de um maior lapso temporal (justamente o lapso da gramaticalização) (Ilari/Basso, 2008: 177).

O linguista britânico M. A. K. Halliday (nascido em 1925), um dos nomes mais destacados da linguística funcionalista, propõe o termo lexicogramática (*Lexicogrammar*, 2004: 43), numa evidente recusa do dualismo tradicional. Segundo ele, léxico e gramática não formam dois estratos diferentes, mas os polos extremos de um *continuum* — ou seja, uma outra forma de representar o que simbolizamos acima com a figura do *yin-yang*. Essa lexicogramática se manifesta no *discurso*, sempre na forma de *textos* (falados ou escritos), na interação social por meio da linguagem, com vistas a *conferir sentido ao mundo por meio do conhecimento-experiência intercambiado entre os interlocutores*, de modo que é essa necessidade *semântico-pragmática* o motor de tudo quanto fazemos com a linguagem.

A linguagem, portanto, é uma nebulosa, no sentido astronômico do termo, onde *léxico, gramática, discurso e semântica* circulam, colidem, se fundem, fazem surgir novas estrelas e planetas, onde cometas brilham repentinamente para logo desaparecer, nos ininterruptos processos de criação, destruição e recriação de mundos que é nosso universo mental, que só ganha forma e conteúdo nas trocas incessantes com outros universos mentais, com outras nebulosas. Afinal, como escreveu o poeta inglês John Donne (1572-1631), "nenhum homem é uma ilha", e é precisamente nessa condição inescapável de *arquipélago* que nós nos situamos no oceano da existência em sociedade.



É justamente por causa desse caráter nebuloso da língua que as classificações gramaticais não podem ser tomadas como fixas e definitivas. Teorias linguísticas contemporâneas tentam mostrar que as palavras navegam pela nebulosa da língua sem respeitar fronteiras rígidas, sem se encaixar de uma vez por todas nessa ou naquela classe. E que as classes gramaticais não são compartimentos fechados mas, sim, domínios conceituais com um centro mais definido e bordas extremamente fluidas, por onde as palavras podem entrar e sair sem dificuldade.

Esse centro mais definido, esse "núcleo duro", é formado pelo que chamamos de protótipos, isto é, palavras que representam de maneira mais típica a classe em questão. Essa ideia de *protótipos* tem a ver com a própria maneira como apreendemos a realidade e tentamos categorizá-la mentalmente.

Por exemplo, se pedirmos a um grupo de pessoas que desenhem uma *ave*, dificilmente alguma delas vai desenhar um pinguim, embora o pinguim seja classificado como ave. É porque, em nosso arquivo mental, se cristalizou um *protótipo* de ave que corresponde à maioria das aves existentes: penas, bico, asas, capacidade de voar etc. Da mesma forma, se pedirmos exemplos de *fruta*, é provável que ninguém cite o tomate ou a abóbora que, apesar de serem frutas, fazemos com eles usos muito mais parecidos com o que normalmente classificamos como legumes. Por outro lado, o abacaxi e a jaca, que não são propriamente frutas, mas infrutescências, podem ser citados como tais.

Por isso, se pedirmos também exemplos de adjetivo, as pessoas não vão elencar palavras como *cabeça*, *aranha*, *senhora*, *cheguei* e *dez*, embora elas sejam amplamente usadas como qualificativos em ocorrências como *filme cabeça*, *papo aranha*, *uma senhora casa*, *um vestido cheguei*, *esse garoto é dez*... A própria palavra *tipo* (presente em *protó.tipo*) passa por esses processos, ao sair de seu "núcleo duro" de substantivo para se tornar um modalizador discursivo, um advérbio ou um marcador conversacional em usos como *A gente se vê amanhã tipo dez horas... Ela age assim tipo como se não ligasse pra nada do que a gente combinou...*

Assim é que muitos linguistas da atualidade recorrem ao conceito de morfossintaxe, de modo a dar conta ao mesmo tempo da *forma* e da *função* das palavras. De fato, se tomamos uma palavra mínima como me, somos obrigados a reconhecer nela uma *forma*, a de um *índice de pessoa* [▶738], mas ao mesmo tempo uma *função*, a de complemento de um verbo. Essa é a razão por que vamos examinar, nos próximos

capítulos, as classes gramaticais sempre junto com suas funções sintáticas. É um procedimento que vai na contramão do que aparece, infelizmente, na maioria dos livros didáticos disponíveis no mercado: quase todos apresentam primeiro as classes gramaticais para só mais tarde, às vezes dois anos depois, apresentarem a função que elas podem exercer na sintaxe. O caso clássico é do *substantivo* e do *sujeito*, que são apresentados independentemente um do outro, quando seria extremamente mais proveitoso mostrar, logo de saída, os papéis que um *substantivo* pode exercer.

> Justamente porque a língua constitui um dispositivo sociocognitivo em ininterrupto movimento de criação e recriação (exatamente como ocorre com as nebulosas no espaço sideral, onde a todo momento estrelas e planetas nascem e morrem), movimento decorrente das nossas capacidades cognitivas e das nossas interações sociais, o repertório das palavras passa o tempo todo pelos processos de gramaticalização, morfologização, sintaticização e discursivização que impedem a língua de se cristalizar, que permitem que ela esteja a cada instante inteiramente disponível para responder as necessidades de produção de conhecimento, intercâmbio de experiência e sociocomunicação entre os falantes e de cada falante consigo mesmo. Toda língua viva exibe uma gramática sempre emergente, em constante processo de atualização, e nunca um "tesouro" cristalizado, como insistem em definir os puristas, defendendo além do mais que esse "tesouro" seja preservado e defendido contra os supostos ataques dos próprios falantes da língua, seus únicos e verdadeiros donos e senhores que, por isso mesmo, têm todos os direitos do mundo de moldar a língua de acordo com suas necessidades de interação com o mundo e consigo mesmos.

Infelizmente, no ensino, predomina uma visão estática da língua, como um produto pronto e acabado ou como algo externo ao indivíduo. Numa coleção de livros didáticos, por sinal das melhores que temos hoje no mercado, encontramos, por exemplo, o seguinte trecho, no momento em que as autoras vão tratar das classes gramaticais:

> Quando, por exemplo, observamos as palavras por essa 'lente' [a gramática], é possível perceber que existem dez diferentes tipos ou classes. (Garcia / Amoroso, 2008, vol. 5, p. 24, grifo das autoras)

O problema aqui é o uso do verbo *existir*. Por que é um problema? Porque as classes gramaticais não existem como dados da natureza, que podemos apreender pelos nossos sentidos feito uma pedra, a água, o ar, o som, uma folha, um inseto, um peixe, uma célula etc. As classes gramaticais são tentativas de apreender e categorizar aquilo que, de fato, é fluido e nebuloso. As classificações são portanto arbitrárias e artificiais, necessárias para apreendermos de modo mais sistemático o fenômeno linguístico, mas não são "coisas em si", não têm "existência" fora da teoria que as elaborou. E a depender justamente da teoria, essas classes podem ser 2, 12, 15, 66

ou 150. Nós, por exemplo, vamos propor, no próximo capítulo, 9 classes, com alguns nomes diferentes dos da TGP e uma distribuição bem pouco tradicional dos membros de cada uma.

Podemos comparar a classificação das palavras com a classificação das estrelas em constelações. Existem estrelas no céu? Sim, existem. Mas e as constelações, isto é, os agrupamentos que têm sido tradicionalmente feitos pelos astrônomos, elas também *existem*? É claro que não. Quando nos referimos a entidades como Touro, Leão, Andrômeda, Cassiopeia, Ursa Maior, Cruzeiro do Sul etc., estamos simplesmente atribuindo rótulos a determinados grupos de estrelas que os antigos – os gregos, inspirados nos babilônios – decidiram reunir *arbitrariamente*, com base em figuras que (forçando bastante a barra, aliás) eles imaginaram ver no céu. Essas designações arbitrárias tentavam encontrar correspondentes na mitologia grega: a constelação de Gêmeos, por exemplo, representaria os lendários irmãos Castor e Pólux que, depois de mortos, teriam sido transformados em estrelas por Zeus, o senhor dos deuses olímpicos. Quando estudamos a astronomia de outras civilizações, porém, nos surpreendemos com uma divisão completamente outra do espaço celestial. As constelações que a tradição astronômica chinesa, por exemplo, identifica são radicalmente distintas das que se firmaram na tradição ocidental. Onde, no Ocidente, temos um zodíaco que corresponde ao ano solar (por isso 12 signos, um por mês), os chineses têm as 28 Mansões, inspiradas no movimento da lua (um mês de 28 dias). Entre essas 28 Mansões estão constelações como Moça, Vazio, Bico da Tartaruga, Salgueiro, Fantasma etc., que obviamente em nada correspondem às divisões ocidentais.

De igual modo, decidir se determinadas palavras vão ser agrupadas na "constelação" dos verbos, dos adjetivos, dos advérbios, das preposições etc. também é um gesto relativamente arbitrário, embora sujeito a critérios mais racionais do que os que levam à determinação das constelações celestes (características morfológicas das palavras, o fato de serem ou não flexionáveis, seu comportamento sintático etc.). Portanto, as palavras existem, porque nossa intuição consegue apreendê-las (embora também seja bastante complicado dizer onde termina uma palavra e onde outra começa: compare *senão* e *se não*; *porque* e *por que*; *demais* e *de mais*; *debaixo* e *de baixo*; *porventura*, *porquanto*, *portanto* e *por conseguinte*, *por isso*, *por enquanto*, duplicidades ortográficas devidas às decisões arbitrárias dos filólogos que, muitas vezes, contrariam as intuições linguísticas do falante nativo). Por seu turno, as classes gramaticais são fruto exclusivo de decisões teóricas, mais ou menos arbitrárias e, justamente por isso, sempre sujeitas a críticas e reformulações.

Os critérios de classificação, por mais racionais que tentem ser, são produtos socioculturais, ideológicos, variam de uma época para outra, de uma sociedade para outra etc. A esse respeito, é sempre divertido recordar um conto do argentino Jorge Luis Borges (1899-1986), onde lemos que "notoriamente não há classificação do universo que não seja arbitrária e conjectural". E para provar isso, o narrador menciona

> [...] certa enciclopédia chinesa intitulada *Empório celestial de conhecimentos benévolos*. Em suas remotas páginas está escrito que os animais se dividem em a) pertencentes ao Imperador, b) embalsamados, c) amestrados, d) leitões, e) sereias, f) fabulosos, g) cachorros soltos, h) incluídos nesta classificação, i) que se agitam feito loucos, j) inumeráveis, k) desenhados com um pincel finíssimo de pelo de camelo, l) *et cetera*, m) que acabaram de quebrar o jarrão, n) que de longe parecem moscas ("El idioma analítico de John Wilkins", in Borges, 1987: 707).

Tudo isso serve de mais argumento para defender o ponto de vista pedagógico que sustentamos nesse livro: não tem cabimento o ensino de gramática, tal como tem sido feito tradicionalmente, como apreensão de uma nomenclatura fixada há mais de dois mil anos, num ambiente sociocultural, geográfico, ecológico, político, religioso etc. completamente diverso do que é o Brasil do século XXI, e fixada para tentar depreender o funcionamento de uma língua muito específica: o grego ático falado e escrito em Atenas na Idade Clássica da cultura grega antiga. Se algum trabalho metalinguístico tiver de ser feito, que seja com base precisamente nesse caráter fluido, nebuloso, do funcionamento da língua e na provisoriedade (e precariedade) de toda classificação. Os estudantes (e os professores também) decerto vão achar muito mais interessante saber que não existe verdade definitiva sobre a língua, como não existe verdade definitiva sobre nenhum campo de conhecimento e que é assim, precisamente, que se faz ciência.

10.2 A OPOSIÇÃO VERBO-NOMINAL

No capítulo anterior, acompanhamos o surgimento, na Grécia antiga, da primeira divisão das categorias gramaticais, proposta por Platão: *ónoma* e *rhēma* [▶493]. Ali mostramos também de que modo essa divisão corresponde ao que se passa em todas as línguas do mundo: a oposição verbo-nominal, ou seja a necessidade de uma categoria que "fale de X", o nome, e uma que "diga que Y", o verbo — ou seja, a necessidade de exprimir a predicação que é a principal operação desempenhada pela língua. Essa oposição reflete outras, que a linguística vem examinando há muito tempo: *substância/acidente*, *objeto/evento*, *tópico/comentário*, *tema/rema*, *dado/novo*, além, é claro, da mais conhecida de todas, a oposição *sujeito/predicado*.

No entanto, apesar de tão bem firmada na tradição gramatical, a oposição verbo-nominal não deve ser vista, na opinião de Claude Hagège (1982: 94), como indicadora de "categorias discretas e traços binários". Esse autor argumenta que existe o que ele chama de "mobilidade da fronteira verbo-nominal" (p. 72).

Por exemplo, num enunciado como: *Apoiamos a construção do estádio pela prefeitura*, temos um grupo nominal que corresponde a uma oração substantiva (*que a prefeitura construa o estádio*) — que não se chama "substantiva" por acaso: é uma

sentença que vale por um nome. Ela também exprime a *passividade*, empregando inclusive a preposição *por*, que também é usada na construção de orações na voz passiva: *que o estádio seja construído pela prefeitura.*

Os nomes também apresentam o traço semântico [beneficiário], presente no objeto indireto acionado pelo verbo: *vender ao governo / venda ao governo; telefonar para Ana / telefonema para Ana; doar ao asilo / doação ao asilo* etc.

As chamadas *formas nominais do verbo* — infinitivo, gerúndio e particípio — funcionam, como o próprio nome indica, ora como nomes, ora como verbos: *as coisas passadas* (adjetivo) / *o passado das coisas* (substantivo) / *as coisas que eu tenho passado* (verbo). Por isso vamos abrir para elas uma classe própria, a dos *verbinominais* [▶715].

O caso mais interessante é, sem dúvida, o dos adjetivos. Vimos em [▶407] que Platão os colocava na classe dos verbos. Ora, é precisamente com verbos que um grande número de línguas da Ásia, da Melanésia, da África Central e das Américas exprimem a qualidade/propriedade das coisas. Se Platão tivesse podido estudar chinês, talvez ficasse muito satisfeito com suas próprias intuições ao descobrir que, nessa língua, simplesmente não existe nada que se compare aos "adjetivos" do grego (e também do latim, do alemão, do português, do russo etc.) e que a expressão de qualidade/propriedade se faz por meio de... verbos. Em chinês, uma declaração como *"o céu está azul hoje"* se exprime mais ou menos como se disséssemos, em português, *"o céu* azula *hoje"*. Além disso, as palavras que denotam qualidade/propriedade em chinês são negadas com a mesma partícula — *bù* — usada para negar verbos:

tā	*bù*	kāixīn		tā	*bù*	chī	ròu
ele/a	não	feliz		ele/a	não	comer	carne
'Ele/a	não é	feliz'		'Ele/a	não	come	carne'

Observe que não existe em chinês o verbo de ligação (o verbo ser, também chamado cópula), uma vez que ele está, como se sabe, implícito em todo e qualquer adjetivo. Do mesmo modo, o chinês emprega a mesma partícula nominalizadora — de —, empregada em sintagmas verbais, para formar sintagmas "adjetivais":

kāixīn	*de*	rén		chī	ròu	*de*	rèn
feliz	NOMIN.	pessoa		comer	carne	NOMIN.	pessoa
'Gente que é feliz' ou				'Gente que come carne' ou			
'Gente feliz'				'Gente comedora de carne'			

Por causa disso, Li e Thompson (1987: 827, de onde retirei os exemplos acima) afirmam que é mais sensato considerar as palavras que exprimem qualidade/propriedade em chinês "simplesmente como uma subclasse dos verbos".

Algumas línguas, como o igbo, tem um número muito limitado de adjetivos propriamente ditos de modo que, para exprimir a qualidade/propriedade, elas usam expressões nominais: para o que seria *bela mulher*, nessas línguas encontramos

mulher de beleza ou *beleza de mulher* — algo parecido com nosso *amor de mãe = amor materno*.

Os adjetivos têm parentesco, portanto, com os verbos e o substantivos, mas também com os advérbios. Há línguas em que simplesmente não existem advérbios de modo: o uso do adjetivo é suficiente. É o caso do alemão, por exemplo: *Der Vogel ist schnell* ('o pássaro é rápido') / *Der Vogel fliegt schnell* ('o pássaro voa rapidamente'). Em muitas outras línguas isso acontece, sem a sistematicidade do alemão. Em PB mesmo, poderíamos traduzir a segunda frase alemã acima como *o pássaro voa rápido* — assim como dizemos *falar alto, trabalhar duro, bater forte, suar frio, pagar caro* etc. Também podemos responder indiferentemente a quem pergunta por nossa saúde depois de alguma doença: *Eu já estou bem / Eu já estou bom (boa)*. O mesmo acontece em francês e inglês, entre muitas outras línguas.

Hagège, por seu turno, simplesmente nega a existência da categoria dos "advérbios" (p. 89), que ele escreve entre aspas. Segundo o autor, a tradição gramatical ocidental aplica o rótulo de "advérbio" a um conjunto de palavras que têm funções muito heterogêneas: complementos circunstanciais (*ontem, hoje, mal, bem*), determinantes de adjetivos e de outros advérbios (*muito bonito, bem cedo*), operadores enunciativos (*talvez*), conectivos entre enunciados (*de fato, sem dúvida*). Eles podem até mesmo funcionar como predicados: *Sem dúvida que eu vou*. Hagège afirma que os advérbios não são universais: em muitas línguas, as circunstâncias expressas por advérbios nas línguas europeias são expressas por meio de verbos — algo como, no lugar de usar *talvez*, se usar *pode ser*. Em outras línguas, como o PB, os advérbios têm uma relação mais próxima do nome, já que podem ser substituídos por sintagmas nominais: *aqui = neste lugar / assim = dessa maneira / agora = neste exato momento / onde = em que lugar / quando = em que momento / frequentemente = com frequência* etc. Mas também podemos usar sintagmas verbais: *talvez = pode ser que, quem sabe...* Por efeito da gramaticalização, o nosso *talvez* se traduz em inglês por *maybe*, em francês por *peut-être*, em catalão por *potser*, todos advérbios oriundos de "pode ser". E nem é preciso lembrar que *talvez* é a aglutinação de *tal* e *vez* (em espanhol até hoje se escreve *tal vez*, duas palavras). Vamos ver a complexidade dos advérbios no capítulo 18.

A morfologia que indica o tempo é geralmente considerada um privilégio dos verbos. No entanto, em algumas línguas, ela ocorre também nos substantivos. É o caso do tupi antigo, conforme nos ensina Navarro (2006: 24), língua em que o verbo não apresenta marcas de tempo (como diversas línguas ameríndias e também o hebraico bíblico):

NHE'ENG ('falar')

a-nhe'eng	falo; falei
ere-nhe'eng	falas; falaste
o-nhe'eng	fala; falou
oro-nhe'eng	falamos (exclusivo)*
îa-nhe'eng	falamos (inclusivo)

pe-nhe'eng	falais; falastes
o-nhe'eng	falam; falaram

(°) O tupi, como muitas outras línguas, tem dois índices de pessoa equivalentes a nós: um que exclui o interlocutor e outro que o inclui.

No entanto, os substantivos se conjugam no passado ou no futuro (Navarro, 2006: 108-109):

- **ybyrá** - árvore;
- **ybyrá-rama** - a futura árvore (p. ex., uma muda ou um arbusto);
- **ybyra-puera** - a árvore que não existe mais (p. ex., um tronco seco caído);
- **ybyra-rambuera** - o que poderia ter sido uma árvore, mas não foi (p. ex., um arbusto que alguém cortou antes que se tornasse uma árvore);
- **ybyra-puerama** - o que terá sido uma árvore (uso pouco frequente).

A nossa palavra *tapera* vem de *taba* + *puera*, 'aldeia abandonada', 'casa destruída'. O mesmo ocorre com *capoeira*, no sentido de 'roça', 'mata derrubada para o cultivo', formada de *caá* ('mato') + *puera*. O nome *Anhanguera*, traduzido como 'diabo velho', é formado de *anhanga* ('diabo') + *puera*, com transformações fonéticas regulares no tupi.

Como o verbo tupi não expressa o tempo, é por meio do substantivo que nos inteiramos do momento da ação descrita:

- A-î-apó xe r-embi'u-rama
  Eu-fazer minha comida FUTURO → Faço o que vai ser minha comida (ainda não está pronta).
- A-î-apó xe r-embi'u-puera
  Eu-fazer minha comida PASSADO → Fiz minha comida (que já foi ingerida).

Em línguas com poucas marcas morfológicas — como o inglês, que se aproxima em alguns aspectos das línguas isolantes, como o chinês — uma mesma forma pode exercer as mais diferentes funções sintáticas. A palavra crash, por exemplo, aparece nos dicionários como verbo, substantivo, adjetivo e advérbio, sem alteração de forma (a não ser, como verbo, na não-pessoa do singular do presente, *crashes*, e no passado, *crashed*, igual para todas as pessoas). O mesmo acontece com sharp, right, wrong, con, blue etc. Aliás, em inglês, qualquer palavra colocada diante de um substantivo funciona como um adjetivo:

- mother tongue (mãe - língua): 'língua materna'
- book seller (livro - vendedor): 'vendedor de livros'
- coast guard (costa - guarda): 'guarda costeira'
- sea water (mar - água): 'água do mar'
- cow boy (vaca - menino): 'vaqueiro'
- house fly (casa - mosca): 'mosca doméstica'
- dog collar (cão - coleira): 'coleira para cachorro'
- etc.

Em inglês também, qualquer substantivo ou adjetivo pode se transformar num verbo, desde que venha precedido de to: book ('livro') / to book ('reservar acomodação num hotel', 'registrar'); house ('casa') / to house ('abrigar, dar casa a'); dog ('cão')

/ to dog ('seguir alguém de perto e persistentemente'); duck ('pato') / to duck ('agachar-se'); yellow ('amarelo') / to yellow ('amarelar'); brain ('cérebro') / to brain ('bater com força na cabeça de alguém') etc.

No PB e muitas outras línguas, sintagmas verbais inteiros, com sujeito-verbo-complemento, podem se transformar em nomes: *Maria-vai-com-as-outras, toma-lá-dá-cá, sai-de-baixo, vale-tudo, leva-e-traz, vira-casaca, sabe-tudo, diz-que-me-diz-que, bate-boca, é-dando-que-se-recebe, chove-não-molha, pega-pra-capar, bem-te-vi, beija-flor...*

No processo de derivação em PB podemos facilmente criar adjetivos a partir de verbos com sufixos usados mais tipicamente para formação de substantivos:

- entrar + ão → entrão
- pedir + ão → pidão
- chorar + ão → chorão
- fugir + ão → fujão
- babar + ão → babão
- beber + ão → beberrão

Com base no estudo de um grande número de línguas (754) de todos os continentes, e diante dos fenômenos citados, Hagège (p. 94) postula:

> *a oposição verbo-nominal é bem mais um* continuum. Convém, portanto revisar as teorias, antigas e modernas, que estabelecem categorias discretas e traços binários, e substituí-las por uma visão escalar: do nome ao verbo, passando pelos outros elementos do enunciado, ocorre uma deriva sobre uma escala de percurso fluido. [grifos do autor]

Mais uma vez, temos aqui uma proposta de ruptura com a tradição dualista, dicotômica, e a sugestão de uma observação mais dinâmica e complexa das relações gramaticais:

Essa ideia de um *continuum* combina muito bem com a proposta de Halliday, que vimos acima, de considerar também como uma escala a divisão entre léxico e gramática. E, a nosso ver, tem mesmo que ser assim, pois, do contrário, seria simplesmente impossível pensar nos fenômenos de gramaticalização: de que forma uma palavra de determinada classe poderia migrar para outra classe se entre as duas não existisse uma zona de contato, um "portal", que permitisse essas migrações?

Temos aqui, novamente, um ótimo argumento para defender a tese do não ensino da taxonomia gramatical em sala de aula, principalmente quando esse ensino se faz sob a ilusão de que as classes gramaticais tradicionais "existem" como dados da realidade quando são, de fato, meros construtos teóricos e, ainda por cima, flutuantes e... nebulosos.

Verbo e nome não se opõem, de fato. Essa dupla pode ser aproximada de outros pares de conceitos fundamentais para nosso entendimento do mundo e do universo que, contrapostos durante milênios, foram reunidos numa só unidade pela ciência moderna: tempo/espaço, que Einstein provou serem uma coisa só, assim como matéria/energia. O verbo é tempo/energia, enquanto o nome é espaço/matéria. E o mais surpreendente é que os seres humanos, desde que desenvolveram a linguagem, sempre tiveram a (in)consciência dessa impossibilidade de separação, milhares e milhares de anos antes dos desdobramentos da física moderna!

10.3 Análise vs. síntese

Quando comparamos o latim clássico com as línguas românicas, a primeira coisa que chama a nossa atenção é a diferença entre uma língua sintética e línguas analíticas. Compare:

LATIM	PORTUGUÊS	FRANCÊS	ITALIANO
amor	[Eu] sou amado/a	Je suis aimé/e	[Io] sono amato/a
eo rur	[Eu] vou ao campo	Je vais à la campagne	[Io] vado in campo
video Petri domum	[Eu] vejo a casa de Pedro	Je vois la maison de Pierre	[Io] vedo la casa di Pietro
Dominus tecum	O Senhor é contigo	Le Seigneur est avec toi	Il Signore è con te
Homo homini lupus	O homem é o lobo do homem	L'homme est un loup pour l'homme	L'uomo è un lupo per l'uomo

A palavra *análise* significa, em sua etimologia grega, 'decomposição, dissolução'. De fato, quando fazemos a análise de alguma coisa, nós a decompomos em seus constituintes para identificá-los (pense, por exemplo, na análise sintática). Por seu turno, *síntese*, também de origem grega, foi traduzida pelos latinos como *compositio*, 'composição'. Por isso é que esses dois termos — análise e síntese — costumam ser identificados como antônimos um do outro.

O latim clássico, com toda probabilidade, nunca deve ter sido uma língua realmente falada, pelo menos não como nós a aprendemos. Era essencialmente uma norma literária, fixada com base nas opções linguísticas dos grandes autores da Roma clássica: Cícero, Virgílio, Horácio etc. Na sua vida cotidiana, mesmo os romanos da aristocracia deviam falar variedades bastante diferentes dessa norma literária. É só pensar no que ocorre hoje no Brasil: falamos o VCB, mas ainda somos cobrados a aprender e ensinar uma norma-padrão arcaica, inspirada nos usos literários de duzentos anos atrás.

Com a expansão do vasto império conquistado pelos romanos, o latim foi introduzido nas novas regiões por meio dos colonos, soldados, comerciantes, funcionários públicos etc. que se transferiam para as terras romanizadas. Já vimos [▶445] que esse latim imperial não era o latim clássico, literário, mas um conjunto de variedades faladas pelas camadas sociais médias e baixas, conjunto que na história da linguística tem recebido o nome de *latim vulgar*.

Nesse latim vulgar, o processo de análise já vinha ocorrendo. Com o passar do tempo e a transformação do latim vulgar nas diferentes línguas românicas, a tendência analítica se acentuou ainda mais: a morfologia dos casos desapareceu, o gênero neutro desapareceu, surgiram os artigos e outros determinantes, surgiram os pronomes de não-pessoa, houve redução do número dos tempos verbais e a criação de outros tempos, a ordem dos constituintes da sentença se cristalizou etc. Podemos identificar esse processo com a economia linguística que estudamos em [▶147]. E ele não se restringe ao latim e às línguas derivadas dele. O inglês, por exemplo, é radicalmente analítico em comparação com o saxão antigo, do qual ele se origina, e com as outras línguas germânicas. E mesmo as línguas germânicas, como o alemão e o sueco, vêm se tornando analíticas com o passar do tempo. Se compararmos o *grego antigo* com o *grego moderno*, vamos ver que o moderno perdeu diversos traços gramaticais do antigo (redução do número de casos, por exemplo) e adotou construções analíticas que não existiam na língua antiga, como o uso de uma partícula para indicar o futuro e o futuro do pretérito (exatamente como aconteceu nas línguas românicas!).

Onde estão os sinais dessa economia linguística? Vamos examinar a expressão do *pretérito mais-que-perfeito* no PB. De um lado, temos a conjugação clássica:

cantara	vendera	partira
cantaras	venderas	partiras
cantara	vendera	partira
cantáramos	vendêramos	partíramos
cantáreis	vendêreis	partíreis
cantaram	venderam	partiram

Ao lado da conjugação clássica dos verbos regulares também existe a dos verbos irregulares, os mais empregados da língua, com radicais próprios:

- *dar* → dera etc.
- *estar* → estivera etc.
- *fazer* → fizera etc.
- *ir* → fora etc.
- *poder* → pudera etc.
- *querer* → quisera etc.
- *saber* → soubera etc.
- *ser* → fora etc.
- *ter* → tivera etc.
- *ver* → vira etc.
- *vir* → viera etc.

Junto à conjugação *sintética* também existe a conjugação *analítica* (que, curiosamente, a TCP chama de *tempo composto*, quando de fato, por ser analítico, ele é "de-

composto"), formada pelo auxiliar *ter* conjugado no imperfeito e seguido do particípio passado do verbo principal: *tinha dado, tinha estado, tinha feito, tinha ido, tinha podido, tinha querido* etc. Essa conjugação analítica dispensa o falante de conhecer as flexões de cada pessoa e os radicais dos verbos irregulares: basta saber conjugar o verbo *ter* no imperfeito e conhecer os particípios. Além disso, como a forma *tinha* pode se referir a qualquer uma das (não)pessoas verbais (*eu, você, ele, a gente*), a explicitação do sujeito veio acentuar ainda mais o caráter analítico dessa conjugação (ver abaixo a discussão sobre sujeito pleno e objeto nulo). Resultado: o pretérito mais-que-perfeito no VGB apresenta uma única forma, a analítica, com o auxiliar *ter* (já que *haver* está praticamente extinto no VGB, inclusive em suas VUP, e só comparece em CTM). Essa, aliás, é a única forma do pretérito mais-que-perfeito em francês e em italiano, que não conservaram (como o espanhol e o português), nem sequer em sua conjugação clássica, as formas sintéticas herdadas do latim.

O mesmo fenômeno ocorreu com o futuro: a conjugação sintética (*cantarei, venderemos, irão* etc.) desapareceu do VGB, substituída pela conjugação analítica, formada pelo verbo *ir* no presente, seguido do infinitivo (*vou cantar, vamos vender, vão sair* etc.). Curiosamente, a conjugação sintética já era, ela mesma, resultado da gramaticalização de uma forma analítica, gramaticalização ocorrida em todas as línguas românicas: *cantare + habeo > cantar hei > cantarei.*

O mesmo se passou com a formação do futuro do pretérito: *cantare + iba > cantar ia > cantaria.* Aqui, a análise inverteu a ordem da síntese histórica, de modo que hoje dizemos, no VGB, *"Se eu tivesse mais tempo, eu ia estudar alemão".*

Quando comparamos o inglês moderno com seu mais remoto antepassado, o chamado anglo-saxão ou inglês antigo (falado entre os séculos V e XII), também fica evidente o impacto dos processos analíticos sobre a morfossintaxe da língua. No inglês antigo existiam diversos *casos* com morfologia própria para cada um (nominativo, acusativo, dativo, genitivo etc.). Desses sobrou apenas o genitivo, na forma de *'s* como em *Mary's cat* ('gato de Maria'). Existia também um rico paradigma de conjugação verbal, com diferentes tempos e formas específicas para cada pessoa. Hoje, o inglês apresenta apenas três formas para o verbo (infinitivo — com o qual se forma o presente —, particípio e passado). Os demais tempos e aspectos verbais são expressos *analiticamente* pelo emprego de partículas que se gramaticalizaram: futuro (*shall* ou *will; going to*), imperfeito (*used to*), condicional (*would*) etc. No inglês antigo existia o modo *subjuntivo*, que desapareceu quase totalmente do inglês moderno, bem como um particípio presente, igualmente extinto.

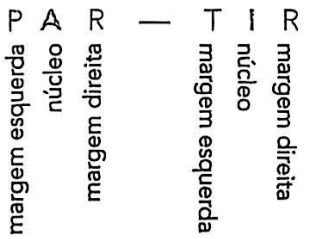
Como a mudança linguística (capítulo 4) é um processo ininterrupto, outros fenômenos de análise substituindo síntese ocorrem nesse exato momento em PB. Vamos ver isso no tratamento (capítulo 20) dos "pronomes relativos" que, ao que tudo indica, estão prestes a simplesmente deixar de existir no VGB. É também a tendência analíti-

ca que explica a substituição, nas VLE, da forma verbal flexionada, que dispensaria a expressão do sujeito, pela construção índice pessoal-sujeito + verbo na não-pessoa: *tu vai, ele vai, nós vai, vocês vai, eles vai* etc., exatamente como ocorreu em francês, língua em que a expressão do pronome-sujeito é obrigatória (tanto quanto em inglês). Como se vê, não existe motivo nenhum para depreciar os falantes das VLE como se fossem incapazes de aprender as formas flexionadas por algum tipo de inferioridade mental ou coisa assim: eles simplesmente levam adiante os processos analíticos que, em outras línguas, se transformaram nas formas padronizadas, prestigiadas, literárias etc.

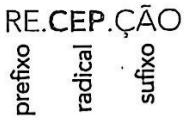
10.4 Sintagma e paradigma

Um aspecto interessante da língua, quando analisada do ponto de vista de suas unidades, é que a cada nível de análise encontramos uma estruturação muito semelhante, na qual se destaca um **núcleo** com elementos marginais à esquerda e à direita.

Por exemplo, a sílaba se constitui assim:



Da mesma maneira, quando analisamos a palavra em seus constituintes (os morfemas) temos:



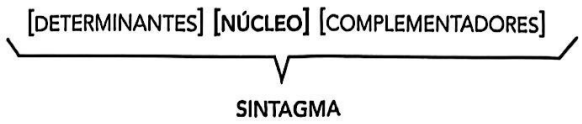
Quando passamos ao nível da sintaxe, também nos deparamos com uma unidade semelhante, o sintagma. São duas palavras aparentadas, ambas derivadas do verbo grego *tasso*, 'ordenar, dispor, organizar', e precedidas do prefixo *syn-*, equivalente ao latim *cum-* ('com'). A sintaxe, portanto, se refere a elementos que se *ordenam* um em relação *com* o outro.

Se subirmos para um nível acima, vamos ver que o sintagma também é um constituinte, já que uma sentença completa é formada por um ou mais sintagmas. Por isso se diz que o sintagma é um constituinte menor do que a sentença.

Os sintagmas também se estruturam com um núcleo em torno do qual se colocam elementos à esquerda e à direita. Esse núcleo pode ser ocupado pelas seguintes classes de palavras: verbo, substantivo, adjetivo, advérbio, preposi-

ção. Essas palavras funcionam como ímãs que atraem para junto de si outras palavras de outras classes.

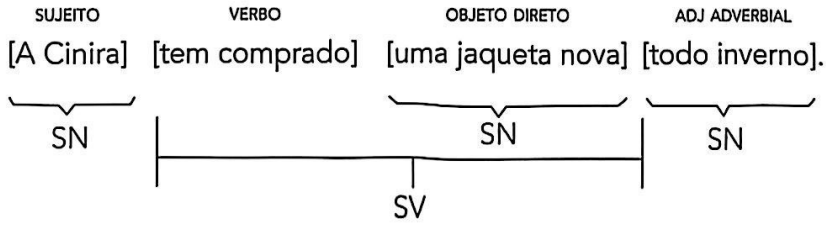
O sintagma tem uma configuração básica, que é a seguinte:



Os falantes, em geral, têm uma boa *intuição sintagmática*, na medida em que percebem que determinados grupos de palavras num enunciado apresentam uma coesão interna enquanto outros, não. Por exemplo, se perguntarmos a alguém se existe no PB a sequência *nova todo*, é provável que a pessoa diga que não, que o que pode existir, quando muito, é *toda nova*. No entanto, essa sequência pode ocorrer em enunciados como:

(1) A Cinira tem comprado uma jaqueta nova todo inverno.

A sequência *nova todo* não é percebida como uma unidade porque não configura um sintagma, já que os sintagmas que compõem a sentença acima são:



Nesse exemplo temos, portanto, um sintagma verbal, cujo núcleo é *comprado*, ladeado por um sintagma nominal à esquerda e outro à direita, mais um outro sintagma nominal que funciona como seu complementador (*uma jaqueta nova*). Cada sintagma nominal, por sua vez, tem seu núcleo (*Cinira* no da esquerda, *jaqueta* no complemento e *inverno* no segundo à direita), ladeado por seus determinantes e complementadores.

Os tipos de sintagmas que encontramos no PB são: o sintagma verbal, o sintagma nominal, o sintagma adjetival, o sintagma adverbial e o sintagma preposicional. Os sintagmas são qualificados de acordo com a classe gramatical do elemento que constitui o seu núcleo:

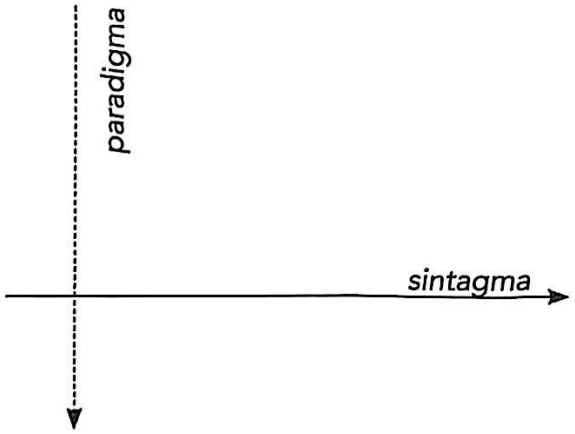
TIPO	DETERM.	NÚCLEO	COMPL.
sintagma verbal	Vou	visitar	Vovó
sintagma nominal	Meu	doce	de coco
sintagma adjetival	Muito	alegre	da vida
sintagma adverbial	Bem	aquém	do previsto
sintagma preposicional	Tudo	sobre	Eva

O estudo dos sintagmas é muito importante, por exemplo, para um uso eficiente dos sinais de pontuação, sobretudo a vírgula, e para o bom entendimento das regras de concordância. Reconhecendo os constituintes que pertencem ao mesmo sintagma, podemos aplicar as regras de concordância, por mais que esses constituintes estejam distantes um do outro:

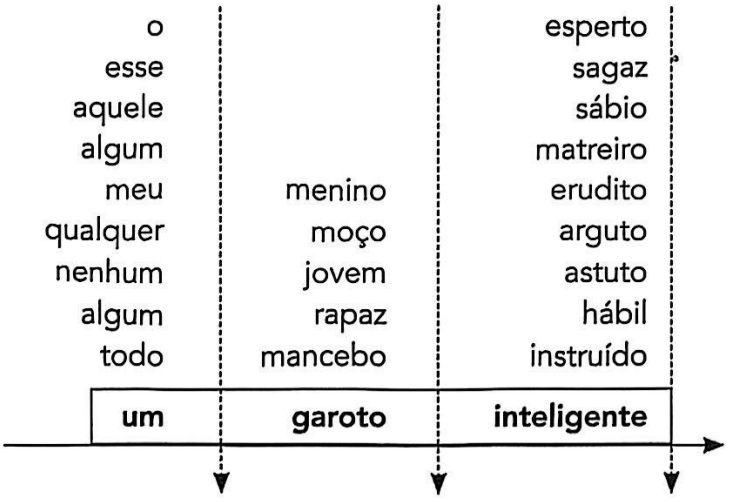
(2) Aquelas estudantes chinesas [que eu conheci no ano passado num congresso internacional de antropologia muito interessante lá em Porto Alegre] foram apresentadas a nós [pelo professor Eurico]

[Aquelas estudantes chinesas][foram apresentadas][a nós]
SUJEITO VERBO OBJ IND

Numa outra perspectiva, a noção de sintagma pode ser associada à de paradigma. Essa associação foi proposta por Saussure e mais tarde desenvolvida pelos estruturalistas. Numa metáfora espacial, podemos representar dois eixos que se cruzam, assim:



O paradigma, nessa concepção, contém as formas *virtuais* que podem ser selecionadas para ocupar um lugar *real* no sintagma. Por exemplo, se tenho o sintagma *um garoto inteligente*, podemos representar o processo de sua composição mais ou menos assim:



Como é típico das dicotomias saussurianas [▸45], temos aqui um contraponto entre o que está no plano da abstração, da potencialidade (o paradigma) e o que se oferece concretamente aos ouvidos e aos olhos (o sintagma).

Outra maneira de interpretar a relação sintagma/paradigma é definir o paradigma como um conjunto de formas que servem de modelo para um sistema de flexão. Vimos que os primeiros gramáticos [▸414] usaram essa noção de paradigma com finalidades didáticas, criando os paradigmas das declinações (nominais) e das conjugações (verbais). Quando, no lugar de uma forma prevista num paradigma, empregamos um grupo de palavras para preencher a mesma função, estamos abandonando o paradigma em favor do sintagma.

Por exemplo, se no lugar da forma *te*, prevista no paradigma de declinação dos índices de pessoa, eu empregar *para você*, estou privilegiando o eixo sintagmático:

(3) Mariana te telefonou ontem?
(3') Mariana telefonou ontem para você?

Da mesma maneira, se no lugar de uma forma verbal simples como *farei* empregarmos *eu vou fazer* ou *eu vou estar fazendo*, também estamos privilegiando o eixo sintagmático em detrimento do eixo paradigmático. Nos achamos aqui, novamente, portanto, no terreno da oposição análise *vs.* síntese, que vimos acima.

Essas observações são importantes porque o PB se caracteriza como uma língua cada vez mais *sintagmática*, ou seja, uma língua que emprega grupos de palavras para desempenhar uma função sintática que, na língua clássica, poderia ser desempenhada por uma única palavra. Vamos ver alguns casos.

Nas VLE e também nas VUP, em contextos de interação mais espontâneos, a expressão da categoria de número dos substantivos se dá no plano sintagmático, já que a flexão do substantivo, uma concordância redundante [▸642], é abandonada. Com isso, o PB se aproxima muito do francês padrão atual, língua em que muitas marcas morfológicas, apesar de escritas, nunca são pronunciadas:

PB	FRANCÊS
o barco	**le** bateau [lə ba'to]
os barco	**les** bateaux [le ba'to]

Observe que a única distinção entre singular e plural em francês está no artigo [lə] e [le], uma diferença sonora muito sutil para ouvidos acostumados ao PB.

É totalmente incorreto, portanto, dizer que em *os barco* "não existe concordância". Ela existe, sim, só que se expressa no nível sintagmático e não no paradigmático. Afinal, qualquer falante que ouvir *os barco* vai saber imediatamente que se trata de *mais de um* barco.

Nas variedades linguísticas mais estigmatizadas do PB, o paradigma da conjugação verbal passou pelo mesmo processo de eliminação da morfologia redundante, de modo que a expressão do sujeito — que no paradigma clássico se dava por meio das terminações específicas (falo, falas, fala$_p$, falamos, falam) se faz pela enunciação do nome ou do índice de pessoa que desempenha essa função. Com exceção da 1ª

pessoa do singular, as demais assumem uma forma idêntica (o que também ocorre em inglês):

PB	INGLÊS
eu gostei	I liked
tu/você gostou	you liked
ele gostou	he liked
nós/a gente gostou	we liked
vocês gostou	you liked
eles gostou	they liked

Observe que o inglês é ainda mais radical do que o PB, já que não faz a diferença entre *eu* e as demais pessoas nem entre *you* singular e *you* plural, enquanto nós temos *você/vocês*. Com isso, o PB, sobretudo em suas variedades menos prestigiadas, mas também nas VUP, está se tornando aos poucos uma língua de sujeito obrigatório, como o inglês e o francês.

Como vamos analisar no capítulo 20, os "pronomes" relativos no PB falado contemporâneo, em todas as suas variedades, estão praticamente deixando de existir e se reduzindo a um "relativo universal", que. Por representarem um processo de *síntese*, configuram um "corpo estranho" na morfossintaxe do PB, caracteristicamente *analítica*. Os antigos pronomes relativos perderam sua função anafórica [▶455] e se transformaram em meros conectivos, ligando duas orações. Um bom exemplo é o do pronome cujo, que não existe no VGB e só é empregado em GTM escritos (rarissimamente orais) por falantes altamente escolarizados:

(4) Morei numa casa **cujo** piso era todo de granito.

(4') Morei numa casa **que** o piso **dela** era todo de granito.

O pronome *cujo*, que promove uma síntese entre *casa* e *piso*, exercendo a dupla função de *indicador de posse* e de *conectivo*, é esvaziado de sua primeira função — que é exercida pelo sintagma *dela* (*de* + *ela*) — e cede seu lugar ao *que*, conjunção.

Com a introdução de *você, a gente, o senhor, a senhora* no quadro dos índices pessoais do PB, os possessivos referentes a eles ocorrem com muita frequência sob a forma dos sintagmas *de você, da gente, do senhor, da senhora*, uma vez que a forma prevista no paradigma dos possessivos para a não-pessoa — *seu* e flexões — se tornou ambígua e inespecífica, de forma que até mesmo para *ele/ela* damos preferência aos sintagmas *dele/dela*, reservando *seu* e flexões para a 2ª pessoa (*você*):

(5) Você e a Sandra vieram no seu carro ou no dela?

Esses mesmos índices de não-pessoa, junto com *você* e com *ele* e flexões, aparecem na função de objeto direto, visto que as formas *o/a/os/as*, além de praticamente extintas no VGB, também seriam ambíguas e inespecíficas, se usadas:

(6) O André está procurando você há horas!
(7) O Jorge estava bem na minha frente, mas acabei perdendo ele de vista.
(8) Entre a Dora e você, eu prefiro ela para essa tarefa.

Nas VLE, mesmo os índices pessoais *eu*, *tu* e *nós* podem ser usados como objeto direto:

(9) Ô leva eu, minha saudade, que eu também quero ir...
(10) Passei a noite procurando tu, procurando tu, procurando tu...
(11) Você pode deixar nós aqui mesmo, obrigado.

O uso de *nós* como objeto direto é muito comum entre falantes gaúchos, por exemplo, mesmo os mais escolarizados. Para reconhecer a função sintática desses índices de pessoa, portanto, é necessário analisar todo o sintagma de que eles fazem parte.

10.5 Uma questão de ordem

As línguas do mundo são classificadas, entre outras coisas, pela ordem dos constituintes na sentença. De acordo com esse critério, existem as seguintes classificações, em que S = **sujeito**, V = **verbo** e C = **complemento**[1]:

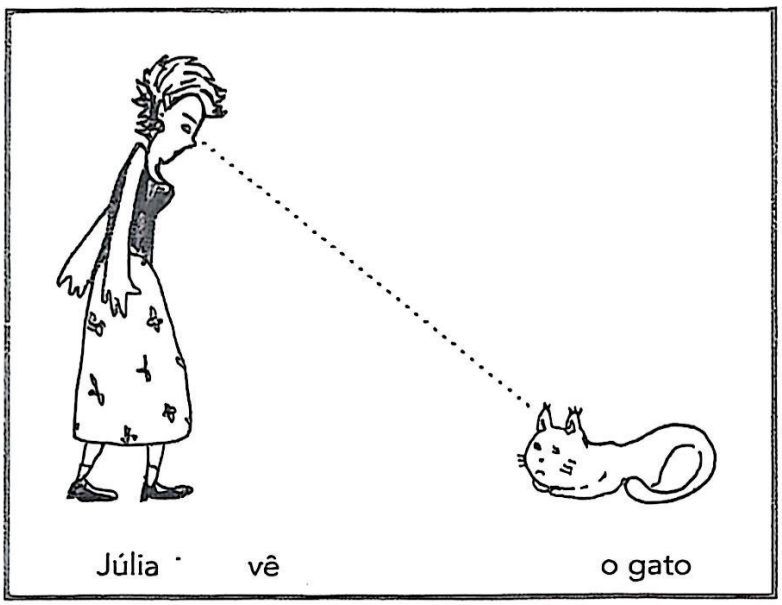
SCV	André café toma	± 39%
SVC	André toma café	± 37%
VSC	Toma André café	± 15%
VCS	Toma café André	± 10%
CVS	Café toma André	
CSV	Café André toma	

[As porcentagens se referem ao total das línguas conhecidas no mundo.]

As ordens SCV e SVC correspondem, juntas, a cerca de 75% das línguas do mundo. Isso indicaria que essas ordens seriam as mais "naturais", devido a mecanismos cognitivos que operam no processamento da língua em nossos cérebros. Há estudiosos que postulam para isso a hipótese da iconicidade, isto é, a capacidade que as línguas humanas têm de "desenhar", "pintar", "retratar", "esculpir", nas formas linguísticas,

[1] Na literatura especializada já se consagrou o uso de O (= objeto) no estabelecimento da tipologia linguística. No entanto, sabemos que nem todos os complementos são rotulados como "objeto". Em [▶745] vamos ver que, além do objeto direto e do objeto indireto, é preciso reconhecer o complemento relativo, também chamado complemento oblíquo. Assim, em (a) *Eu amo o Miguel*, temos *Miguel* como *objeto direto*; (b) *Eu trouxe um presente para o Miguel*, temos *Miguel* como [beneficiário], portanto *objeto indireto*; (c) *Eu me orgulho do Miguel*, temos *do Miguel* como *complemento relativo* ou *oblíquo*. É necessário evitar a confusão que se faz na TCP entre *objeto indireto* e *complemento relativo* ou *oblíquo*. Por isso, vamos usar C (= complemento) no lugar do O, já que todo objeto é complemento, mas nem todo complemento é objeto.

a realidade não linguística — a palavra *ícone* provém do grego e significa 'imagem' (é como são chamadas as pinturas sacras das igrejas cristãs orientais).



Um exemplo claro de iconicidade é a expressão do plural: na maioria das línguas, as formas do plural são mais longas do que as do singular, como em *luz : luz*es, ou em inglês: *child : children* (criança : crianças); em alemão: *Mann : Männer* (homem : homens); em náhuatl: *tlācatl : tlatlācah* (pessoa : pessoas) — o que seria uma representação do fato de se tratar de uma quantidade maior de coisas. Também é icônica a maneira como narramos os fatos, na ordem em que aconteceram, e o exemplo mais famoso é a frase de Júlio César: *Vim, vi, venci*. Seria difícil acompanhar uma narração em que a ordem dos eventos não fosse respeitada na construção sintática do texto. Compare:

(12) Ari escorregou na rua, caiu de cara no chão e quebrou o óculos.
(12') *Quebrou o óculos, caiu de cara no chão e Ari escorregou na rua.

Por isso, as ordens SCV e SVC são as mais frequentes: elas refletiriam a ordem mesma do que está sendo enunciado.

Observe que a diferença entre as línguas SCV e SVC é bem pequena (2%), o que daria quase uma divisão exata entre os dois tipos. No entanto, existem dados que indicam que a ordem SVC se aproxima mais do que realmente ocorre em termos cognitivos no processamento da língua. Por exemplo, todas as línguas derivadas do latim (que era SCV) são predominantemente SVC. O inglês, língua híbrida por excelência, é eminentemente SVC. As chamadas línguas "crioulas" [▶140], isto é, línguas derivadas de outras línguas mais antigas (exatamente como as línguas românicas derivaram do latim), também apresentam a ordem SVC.

A classificação das línguas em SVC, SCV, VSC etc. se faz com base nas sentenças mais frequentes e mais "neutras" por assim dizer (também chamadas não-marcadas, ver

mais abaixo). Afinal o PB — que é classificado como uma língua SVC — também pode apresentar sentenças em outras ordens:

(13a) Os meus pais ainda não conhecem o namorado do Breno. (SVC)
(13b) O namorado do Breno os meus pais ainda não conhecem. (CSV)
(13c) Conhecem ainda não, os meus pais, o namorado do Breno. (VSC)
(13d) Meus pais o namorado do Breno ainda não conhecem. (SCV)

No entanto, as formulações (b), (c) e (d) soam para nós, falantes do PB, como sentenças *marcadas intencionalmente*, isto é, com a colocação antecipada de um ou outro elemento sintático com finalidades de realce, destaque, topicalização [▶472]. É justamente por isso que SVC é chamada, na nossa tradição pedagógica, de ordem direta — como nos célebres (e absurdos) exercícios em que se pedia aos alunos que pusessem na ordem direta o Hino Nacional Brasileiro, cuja sentença inicial é VSC (Ouviram^{V} do Ipiranga as margens plácidas^{S} de um povo heroico o brado retumbante^{C}) ou versos de Camões, como "Nem deixarão^{V} meus versos^{C} esquecidos / aqueles que nos Reinos da Aurora / se fizeram por armas tão sabidos^{S}" [VCS] (*Lus.*, I, 14).

Para a nossa discussão no próximo capítulo, é importantíssimo manter sempre em mente a característica SVC do PB. À medida que o tempo passa, essa ordem vai se cristalizando, se enrijecendo, e isso tem provocado interessantes fenômenos gramaticais na nossa língua, sobretudo no campo da concordância, como vamos ver em [▶648].

Um fato muito interessante com respeito à ordem dos constituintes na sentença é que no PB, eminentemente SVC, subvertemos essa ordem quando o que está em jogo são os clíticos em função de objeto [▶762]. Como a colocação normal dos clíticos no PB é a próclise, quando usamos essas partículas, a sentença assume a ordem SCV: *Eu me admiro muito com a insistência dos gramáticos em dizer que a ênclise é a "colocação básica" dos clíticos no* PB.

Essas três características do PB que acabamos de estudar — língua analítica, língua sintagmática, língua SVC — explicam muitos dos fenômenos que particularizam a nossa língua com relação não só ao português europeu como também dentro do conjunto maior das línguas românicas. É fundamental conhecê-las e entendê-las para se ter uma compreensão mais clara do que é a verdadeira gramática da nossa língua. E também para abandonar noções preconceituosas e irracionais como a de "língua pobre", "língua deturpada", "língua sem gramática" e outras do tipo.

10.6 Dêixis e anáfora

Vamos começar essa seção lendo uma crônica muito conhecida de Millôr Fernandes:

A VAGUIDÃO ESPECÍFICA

"As mulheres têm uma maneira de falar que eu chamo de vagoespecífica" (Richard Gemman)

— Maria, ponha isso lá fora em qualquer parte.
— Junto com as outras?
— Não ponha junto com as outras, não. Senão pode vir alguém e querer fazer coisa com elas. Ponha no lugar do outro dia.
— Sim, senhora. Olha, o homem está aí.
— Aquele de quando choveu?
— Não, o que a senhora foi lá e falou com ele no domingo.
— Que é que você disse a ele?
— Eu disse pra ele continuar.
— Ele já começou?
— Acho que já. Eu disse que podia principiar por onde quisesse.
— É bom?
— Mais ou menos. O outro parece mais capaz.
— Você trouxe tudo pra cima?
— Não, senhora, só trouxe as coisas. O resto não trouxe porque a senhora recomendou para deixar até a véspera.
— Mas traga, traga. Na ocasião nós descemos tudo de novo. É melhor, senão atravanca a entrada e ele reclama como na outra noite.
— Está bem, vou ver como.

Esse texto não consegue cumprir o que parece ser seu objetivo: defender uma tese, enunciada na epígrafe: "As mulheres têm uma maneira de falar que eu chamo de vagoespecífica", com a qual o autor evidentemente parece concordar. E podemos comprovar esse insucesso recorrendo a conceitos linguísticos que — primeiramente — desmontam a ideologia machista presente tanto na epígrafe quanto no próprio texto. Experimente substituir "Maria" por "João" e "senhora" por "senhor" — a graça do texto continuará sendo a mesma, e ela não tem absolutamente nada a ver com "as mulheres", mas sim com as propriedades semânticas do discurso. Nisso, sim, o texto é um sucesso total.

O humor do texto está no fato de nós, leitores, não termos condições de interpretar toda uma série de palavras e sentenças que só podem ganhar sentido para nós quando conhecemos os objetos e eventos do mundo real aos quais elas remetem — *isso, as outras, elas, o homem, aí, lá, continuar, tudo, as coisas, o resto, véspera, ele* etc. Sem esses dados, ficamos impossibilitados de conectar o discurso das personagens à nossa experiência de mundo, o que pode ser um problema na vida real mas que, nas mãos de um estilista como Millôr Fernandes, se torna uma leitura divertida (apesar, repito, do machismo).

Situações semelhantes ocorrem diariamente quando, por exemplo, estamos junto de alguém que fala ao telefone e só temos acesso a uma parte do diálogo, o que nos permite fazer inferências (palpites, hipóteses), mas não interpretações exatas do que está sendo negociado verbalmente. O cinema, principalmente nos filmes do gênero suspense ou policial, se vale muito dessas situações para criar expectativas e tensões no espectador.

As conexões que as palavras permitem estabelecer podem se dar em dois planos: no plano extratextual (fora do texto) e no plano intratextual (dentro do texto). Existem

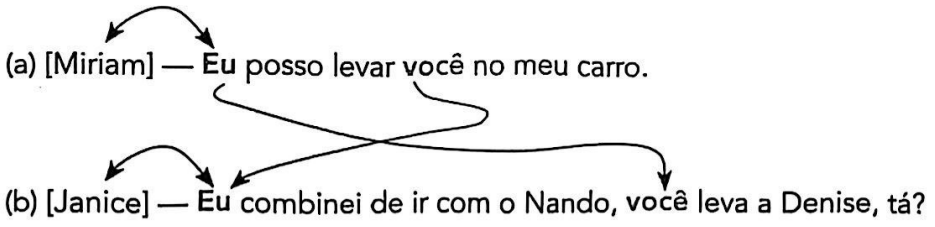
expressões linguísticas que nos remetem ao mundo da experiência real, ao mundo do ato de fala que se realiza, e expressões que nos remetem à própria construção morfossintática-semântica do texto.

A propriedade que permite às palavras a remissão ao que está fora do texto (ou seja, no contexto do discurso) é chamada de dêixis, enquanto a propriedade que permite que elas remetam ao que está dentro do texto (ou seja, ao cotexto) é chamada de anáfora.

Dêixis é a transcrição de uma palavra grega — δειξις — que significava, primeiramente, 'exposição pública de um objeto' e, por extensões de sentido, 'prova, mostração, indício'. No nosso verbo in.dic.ar está presente a mesma raiz indo-europeia presente no grego dêixis — de fato, os verbos latinos dīcō (infinitivo: dicāre) e dīcō (infinitivo: dicēre) são derivações da raiz indo-europeia °deik-, 'mostrar'. O segundo verbo latino está na origem do nosso *dizer*, com o mesmo sentido do latim, o que deixa claro um processo metafórico em que um 'mostrar' genérico se cristalizou, se especificou como 'mostrar por meio da fala, dizer que'. O sentido mais remoto da raiz se encontra no latim in.dex, de onde provêm nossas palavras *índice*, *indicar*, *indicador*, *indício*, todas com o sentido mais genérico de 'mostrar'. A mostração está ainda mais evidente no nome do dedo *índex* (ou *indicador*) que é nosso instrumento primário e principal para 'apontar, mostrar'. Por isso, é comum dizer que a propriedade dêitica das expressões linguísticas permite que elas "apontem" para o que está fora do texto.

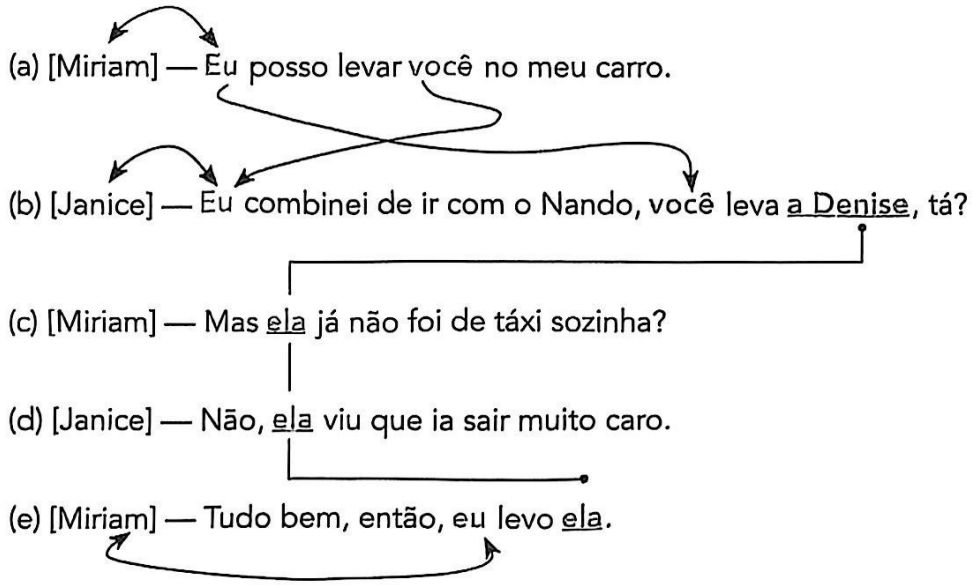
A dêixis opera principalmente quando desejamos expressar as categorias de pessoa, tempo e lugar — ou seja, expressar o que há de mais básico e fundamental para a nossa vida de seres dotados de linguagem. Para elas temos uma coleção de palavras: *eu / tu / você / nós / a gente / vocês* (PESSOA); *hoje / ontem / amanhã / mês passado / mês que vem / depois de amanhã / agora* etc. (TEMPO); *aí / ali / aqui / cá / lá / acolá* etc. (LUGAR). Sem dúvida, é a categoria de pessoa a que melhor concentra as propriedades dêiticas.

Apesar de tradicionalmente chamarmos as palavras *eu / tu / você / nós / a gente / vocês* de "pronomes", elas não se encaixam naquela definição, também tradicional em nossa pedagogia de língua, de "palavra que substitui o nome" — uma definição, aliás, que seria bem melhor descartar para sempre. Afinal, se substituirmos a palavra *eu* pelo nome da pessoa que ela indicia, o enunciado deixa de ser de primeira pessoa e se torna imediatamente de não-pessoa. Esses "pronomes" pessoais são eminentemente dêiticos, sobretudo porque, no decorrer de um diálogo, por exemplo, eles podem trocar de referente e apontar alternadamente para cada um dos interlocutores:



Nesse diálogo mínimo, ocorreu a inversão exata dos objetos do mundo apontados pelos "pronomes": na primeira fala, *eu* indicia a falante [Miriam] e *você*, a ouvinte [Janice], enquanto na segunda fala os papéis se invertem. Por isso é que somente os indicadores de 1ª e 2ª pessoa merecem o qualificativo de pessoal no rótulo tradicional de *pronome pessoal*, porque indiciam justamente as chamadas pessoas do discurso.

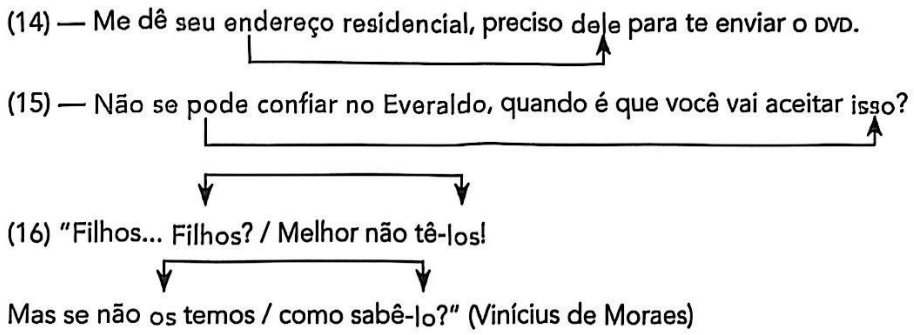
Ora, se prosseguirmos nosso diálogo fictício, pode ocorrer uma coisa muito interessante:



Nas falas (c), (d) e (e) não ocorre nenhuma troca de papéis: a palavra *ela* remete sempre e exclusivamente a *a Denise*. Não se justifica, portanto, qualificar *ela* de pronome "pessoal", já que não indica nenhuma das pessoas que efetivamente participam da interlocução. *A Denise* não fala: se fala de *a Denise* — *a Denise* é o assunto do diálogo entre [Miriam] e [Janice], essas, sim, presentes e atuantes no discurso. *A Denise* é uma ausência, remete, por conseguinte, à não-pessoa do discurso.

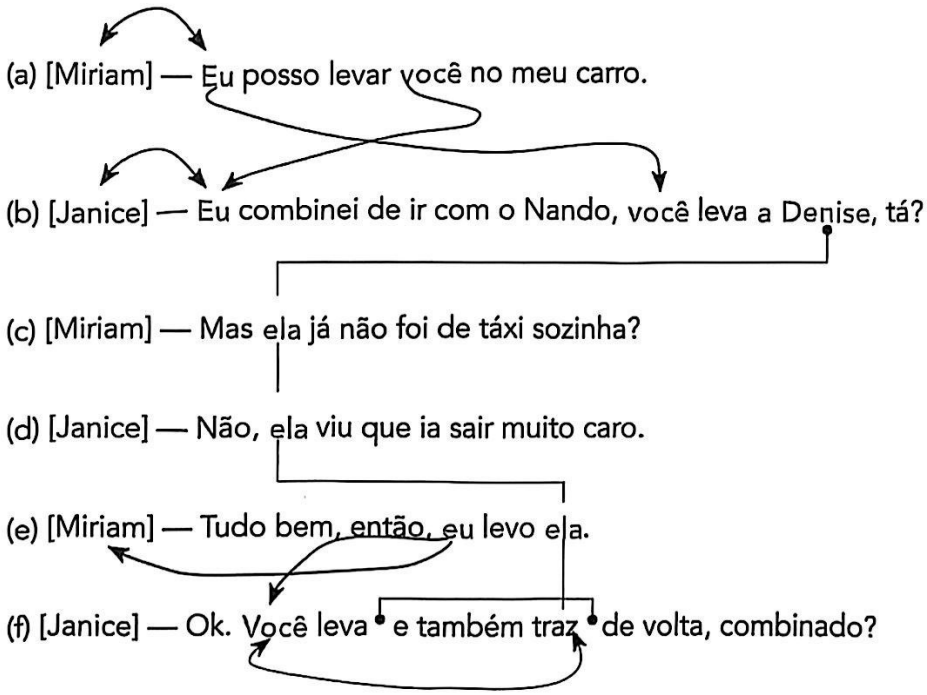
Essa diferença entre as expressões de pessoa se explica, portanto, pelas propriedades semânticas diferentes que as palavras têm. Os "pronomes" de 1ª e 2ª pessoas são dêiticos, enquanto ela(s)/ele(s) são principalmente anafóricos e, não sendo pronomes pessoais, devem ser incluídos em outra classe de palavras, os mostrativos [▶773]. Essa diferença também fica muito clara no fato de muitas línguas não terem pronomes de "3ª pessoa", como o próprio latim. Não havendo pessoas, não há necessidade de atribuir pronomes ao que não existe no discurso.

A palavra anáfora — do grego αναφορά, 'ação de trazer de novo, repetir, levar para trás' etc. — é empregada para indicar a propriedade que as palavras têm de remeter a algo que já foi indicado anteriormente dentro do texto. As palavras que melhor exemplificam essa propriedade são precisamente os *mostrativos* como *ele / o / lhe / esse / aquele / isso / aquilo* etc.:



Esses exemplos deixam evidente a inconveniência de se continuar a dizer que "o pronome substitui o nome". Afinal, em (14) o que se retoma é um sintagma nominal completo com determinante (*seu*), núcleo (*endereço*) e complementador (*residencial*). Em (15), uma sentença completa: *Não se pode confiar no Everaldo*, com sujeito (*se*), verbo (*pode*) e objeto (*confiar no Everaldo*). Em (16), além de *filhos*, também se dá a retomada da sentença *melhor não tê-los* por meio do pronome *-lo* em *sabê-lo* — "como saber isso [= se é melhor não ter filhos]?".

Se retomarmos nosso diálogo fictício, a anáfora ainda nos reserva uma boa surpresa:



Em (f) o que se retoma é mais uma vez *a Denise*, só que agora essa retomada se faz por meio de uma anáfora-zero, isto é, um "espaço vago" que se deixa após o verbo, sem expressar o objeto direto, que pode ser recuperado pelo interlocutor graças à sua colaboração para a manutenção da coerência do texto. Vamos examinar a importância da anáfora-zero em nossa língua logo mais abaixo.

Outra diferença marcante entre os índices pessoais e os pronomes não-pessoais é que esses podem retomar anaforicamente qualquer tipo de objeto ou evento mencionado, ao passo que os índices pessoais, dêiticos, só podem apontar para seres humanos

ou considerados como tais (na ficção literária infantil, por exemplo, em que um urso ou um lobo pode falar e se chamar de "eu"):

(17) A construção da ferrovia foi suspensa por ordem judicial. Ela só será retomada depois de concluído o relatório sobre impacto ambiental.
(18) Já dá para ver que o ano novo promete muita emoção nos esportes, embora ele ainda mal tenha começado.
(19) Não gosto da televisão na sala, por isso coloquei ela no quarto de hóspedes.

Os pronomes empregados mais frequentemente como anafóricos também podem, ocasionalmente, se tornar dêiticos, se o locutor, no mesmo gesto de falar, também *apontar fisicamente* para o assunto de sua fala:

(20) — Aceito trabalhar com todo mundo da seção, menos com aquele alí! ☞
(21) — Foi ela quem fez isso? ☞

Também vale lembrar que alguns desses mostrativos podem exercer o papel tanto de determinantes quanto de pronomes:

(22) Segundo Castilho, não se deve considerar a existência de artigos "indefinidos". Para esse autor só existem artigos definidos, que devem ser incluídos na classe que ele chama de *mostrativos*. Esses também incluiriam os pronomes de não-pessoa: *ele/ela, o/a* etc.

Na primeira ocorrência, *esse* é um determinante (ou *especificador*, como prefere Castilho); na segunda, *esses*, temos um verdadeiro pronome, o que fica nítido pela sua função sintática de *sujeito* do verbo *incluiriam*, função que um determinante não pode exercer. Nossa tradição gramatical, no entanto, inclui os determinantes na classe dos pronomes (pronomes demonstrativos, no caso), o que só se justifica pela forma, que em PB por coincidência é a mesma (ao contrário de outras línguas), mas não pelas propriedades sintáticas. Melhor seria separar os demonstrativos em *adjetivos* e *pronomes* ou em *determinantes* e *pronomes*. Isso ocorre na descrição gramatical do inglês, do francês, do espanhol, do italiano, por exemplo. E é a nossa opção no próximo capítulo. A Nomenclatura Gramatical Brasileira chega a prever a diferença entre *pronomes adjetivos* (determinantes) e *pronomes substantivos* (pronomes propriamente ditos), mas essa distinção é feita em nota e não é mencionada no ensino. De todo modo, chamar os dois tipos de "pronome" não parece conveniente.

Além da anáfora também existe a catáfora, a possibilidade de expressar por meio de um pronome algo que ainda vai ser enunciado:

(23) Ela quer tirar a França da União Europeia, é favorável à reintrodução da pena de morte, a uma moratória contra a imigração e à supressão do direito de solo para a obtenção de cidadania. [...] Seu nome? Marine Le Pen, 42 anos, a provável nova líder da Frente Nacional. (*Carta Capital*, 12/1/2011, p. 66)
(24) Segundo vários observadores, a diferença entre Le Pen, Sarko e Marine é esta: ela encarna um neofascismo camuflado e, por isso, de grande perigo. (*Carta Capital*, 15/12/2010, p. 67)
(25) "A laranja tem essa característica, parecida com o morango: nada feito com ambas as frutas lembra seus sabores naturais". (*Carta Capital*, 15/12/2010, p. 73)
(26) "Quem sabe$_{\varnothing}$, sabe$_{\varnothing}$, conhece$_{\varnothing}$ bem, como é gostoso gostar de alguém". (marchinha de J. Sandoval Carvalhinho)

Em (26) temos um exemplo de *catáfora-zero*, isto é, o uso de uma lacuna sintática para expressar o que vem mais adiante. É preciso enfatizar, porém, que a anáfora e, principalmente, a anáfora-zero é muitíssimo mais frequente do que a catáfora, sendo, na verdade, uma importante regra da nossa gramática, como vamos ver em [▶797].

10.7 Proformas

Nossa tradição gramatical só enumera os *pronomes* como palavras capazes de exercer a retomada anafórica. No entanto, existem outras classes que também desempenham essa função. Elas são chamadas globalmente de proformas (que também incluem os pronomes):

Proadjetivos:

(27) — O marido da Neuza é tão elegante, quem dera o meu fosse assim.

Proadvérbios:

(28) — É verdade que você morou no Recife?
— É, meus três filhos nasceram lá.

Prossentenças:

(29) — Ela é linda, né?
(30) — Tem lugar ainda ou não?
— Acho que sim.
(31) — Eu já desisti de convencer o Xavier a estudar inglês!
— Eu também.
(32) — A Zilda dança muito bem!
— Só.
(33) — Topa ir no cinema hoje à tarde?
— Talvez.
(34) — Posso te fazer uma pergunta pessoal?
— Não.
(35) — Quer dizer que eu posso substituir o leite por suco de laranja nessa receita?
— Isso.

Proverbos:

(36) — Eu sei que aborreci você com essa história, mas foi por um bom motivo.
(37) — Quero muito largar o cigarro, mas não sei como fazer.

Um proverbo muito recorrente é a anáfora-zero, isto é, um lugar deixado vazio na sintaxe, mas que pode ser preenchido pelo ouvinte graças ao contexto geral do enunciado. Na escrita, costumamos representar esse elemento-zero por uma vírgula:

(38) João estuda alemão e Caetano $_{ø}$, italiano. [ø = estuda]
(39) Eu queria muito te ajudar, mas não sei como $_{ø}$. [ø = te ajudar]
(40) Meu irmão toca piano e meu cunhado também $_{ø}$. [ø = toca]

Proformas interrogativas:

Essas palavras são empregadas para a formulação de interrogações diretas ou indiretas. São consideradas proformas porque ocupam o lugar que, na sintaxe, seria

ocupado pelo elemento desconhecido sobre o qual incide a pergunta. Também são chamadas de palavras QU-, porque a maioria delas se inicia com esse dígrafo:

(41) [O nome dele é Antônio.] — Qual é o nome dele?
(41a) — Gostaria de saber qual é o nome dele.

(42) [Meu avô aceita um cafezinho.] — Quem aceita um cafezinho?
(42a) — Vou lá perguntar quem aceita um cafezinho.

(43) [A Helena tem três filhos.] — Quantos filhos tem a Helena?
(43a) — Estou tentando descobrir quantos filhos tem a Helena.

Pertencem a essa categoria, portanto — além de *qual*, *quem* e *quanto* já citados — os interrogativos *aonde*, *onde*, *como*, *quando*, *quão*, *que*, *por que*. Nossas *palavras* QU- são herança do latim, onde os interrogativos também começavam com QU- (sempre pronunciado [k^{w}]) — *quis*, *quando*, *quem*, *cuius*, *quo*, *quomodo* etc. Vamos ver em [▸923] a relação estreita entre essas proformas interrogativas e os pronomes relativos. Curiosamente, em outras línguas as proformas interrogativas também costumam começar por uma mesma letra. O inglês, que é uma língua indo-europeia como o latim, tem as WH-words: *who*, *when*, *where*, *why*, *which*, *how* etc. O híndi, também da família indo-europeia, tem seus interrogativos iniciados por [k]: *kab*, *kya*, *kyom*, *kitne*, *kisne*, *kahan*. Mas o gondi, uma língua dravídica, sem nenhum parentesco com as anteriores, também falada na Índia, segue a mesma tendência, usando [b]: *betchu*, *benand*, *begga*, *bela*, *baata*. O turco, língua altaica, tem: *nasil*, *ne*, *neden*, *nerede*. O finlandês, uralo-altaica, apresenta: *miten*, *mitä*, *miksi*, *missä*. E, por fim, o tâmil, língua dravídica, faz perguntas usando *yeppadi*, *yenna*, *yaar*, *yen*, *yenke*.

Na língua falada mais espontânea, as proformas QU- costumam ser reforçadas com a inserção da oração clivada é que: *Quando é que você viaja? Como é que você se chama? Onde é que você mora? Que é que você quer comigo?* Com muita frequência a oração clivada se reduz a que: *Quando que você viaja? Como que você se chama? Onde que você mora? Que que você quer comigo?* Por fim, vamos lembrar que o interrogativo *que* pode vir antecedido de *o*: *O que é isso, minha gente?*

10.8 Pronome não é classe, é função

Na descrição que vou empreender nos próximos capítulos da gramática do PB, os pronomes não são uma classe de palavras, mas uma função que palavras de diversas classes podem exercer — a função da retomada anafórica [▸455]. Outra razão para tratar os pronomes como uma função é o fato de muitas palavras tradicionalmente chamadas de "pronomes" não só empreenderem a retomada anafórica, mas também funcionarem como determinantes. Os demonstrativos, por exemplo, podem ser dêiticos — esse *livro aí* —, caso em que funcionam como determinantes

(dêiticos), ou anafóricos — *cigarro, eu queria muito viver sem isso* —, caso em que funcionam como pronomes. O mesmo se dá com os possessivos — *teu avô era italiano, o meu era francês* —, com os "pronomes" indefinidos, que aqui chamamos de quantificadores, com os conectivos relativos ("pronomes" relativos) etc.

Das duas, uma: (1) ou criávamos uma classe ampla de pronomes e outra de determinantes, incluindo em cada uma todos os itens que merecem essas distintas designações, que são de fundo semântico-pragmático por se vincularem à dêixis (e ao discurso) e/ou à anáfora (dentro do texto), o que implicaria em classificações duplas para as mesmas palavras e obrigaria também, por coerência, a criar classes específicas para cada tipo de substantivo, por exemplo, uma vez que as designações de *abstrato, concreto, contável, não contável* etc. são de natureza semântica; ou então (2) distribuíamos as palavras segundo outro critério, o lexicogramatical [▸436], subclassificando os membros de cada classe em determinantes/dêiticos e pronomes/anafóricos, quando for o caso. Preferi optar pela segunda alternativa, apesar de saber que ela representa uma ruptura com uma tradição de pelo menos dois mil anos. Mas, como se verá, essa ruptura não é tão radical, pois também vou recuperar algumas classificações que os gramáticos antigos faziam e que foram abandonadas na modernidade.

Essa opção por um novo tratamento do conceito de pronome se deve também a uma adesão explícita às análises decisivas feitas pelo linguista francês Émile Benveniste (1902-1976), um dos nomes mais importantes das ciências da linguagem no século XX. Em dois ensaios fundamentais sobre "Estrutura das relações de pessoa no verbo" (publicado originalmente em 1946) e "A natureza dos pronomes" (em 1956), Benveniste critica o hábito tradicional de considerar os pronomes como "formando uma mesma classe formal e funcional" (1966: 251). Com sólidos argumentos, ele mostra que os chamados pronomes pessoais (1ª e 2ª pessoas) pertencem à *linguagem* (são comuns a todas as línguas humanas), enquanto os de "3ª pessoa" pertencem à *língua* (aos idiomas particulares, muitos dos quais não têm pronomes de "3ª pessoa"). Com isso, Benveniste quer dizer também que *eu* e *tu* estão no mundo da *enunciação*, das "instâncias de discurso", enquanto *ele* pertence ao mundo da sintaxe, ao mundo do *enunciado* — foi o que tentamos mostrar ao estudar os fenômenos da dêixis e da anáfora. Segundo ele, os pronomes de 1ª e 2ª pessoas atualizam na *fala* os recursos disponíveis no *sistema* e são, por assim dizer, palavras "vazias" que não se referem a nenhum "objeto" e que só se tornam "cheias" quando um falante as pronuncia em cada instância de seu discurso. De fato, como também vimos acima, *eu* e *tu* se invertem perfeitamente quando, num diálogo, são pronunciados pela pessoa A ou pela pessoa B. Já os pronomes de "3ª pessoa" sempre se referem a um mesmo "objeto", retomam algo já dado no próprio discurso dos falantes e que é sucessivamente recuperado. Além disso, *eu* e *tu* apontam sempre para *pessoas*, seres dotados de fala, enquanto *ele* pode retomar todo e qualquer objeto físico, psíquico, material, imaterial, animado, não animado, humano, não humano etc. — quando digo *ela* numa sentença posso estar me referindo a uma sensação, a uma frigideira, a uma lenda, a uma mulher, a uma bactéria, a uma tartaruga, à chuva, à morte, a uma gota d'água etc.

Benveniste recorre à definição dos gramáticos árabes que chamam a 1ª pessoa de "aquela que fala", a 2ª de "aquela a quem me dirijo" e a 3ª de "aquela que está ausente", sem usar a numeração da gramática ocidental. Essa noção de *ausência* é fundamental: uma ausência *física* ou uma ausência *do discurso*.

Um dado importante que Hagège (1982: 96) nos oferece é que apenas 24% das línguas por ele analisadas (754 no total) apresentam forma própria para a "3ª pessoa". Os outros 76% recorrem a classificadores, anáforas, demonstrativos — o latim não apresentava pronomes de "3ª pessoa"; as línguas românicas, para criá-los, recorreram precisamente aos demonstrativos latinos [▶773].

Benveniste também chama a atenção para uma característica do verbo conjugado na não-pessoa: ele é sempre a forma não-marcada, isto é, a que representa, digamos, "o verbo em si". Em turco, de maneira geral, a "3ª pessoa" não apresenta desinência própria: 1ª pessoa, *-m*; 2ª pessoa, *-n*; 3ª pessoa, *-ø*. Nas línguas fino-úgricas, a 3ª pessoa representa o tema despido de toda marca, como se vê em húngaro: 1ª, *-ok*; 2ª, *-sz*; 3ª, *-ø*. Segundo Benveniste, a existência de desinências próprias para a 3ª pessoa nas línguas indo-europeias é que representa uma *anomalia*, um fato excepcional.

O verbo na 3ª pessoa em latim apresentava uma desinência *-t*: *canto, cantas, cantat*. Sintomaticamente, na maioria das línguas românicas esse *-t* desapareceu, enquanto as desinências da 1ª e da 2ª permaneceram: *canto* (italiano, espanhol, catalão, galego, português), *cantas* (sardo, occitano, galego, espanhol, português), mas *canta* (romeno, italiano, romanche, catalão, occitano, galego, português, espanhol). O caráter de não-pessoa dessa forma verbal é que a habilita a expressar os chamados verbos impessoais: *chove, neva, venta, faz frio, há problemas, tem gente aqui, faz séculos que não te vejo...* Como diz Benveniste (1966, I: 230): "É precisamente como não-pessoal que o processo é relatado, na qualidade de puro *fenômeno*, cuja produção não está relacionada a um agente".

Como vamos ver em [▶818], o PB levou ainda mais adiante essa impessoalidade, fazendo do verbo na não-pessoa do singular uma das formas de indeterminação mais usadas em nossa língua: *Como é que faz suco de abacaxi? Onde é que põe essas caixas vazias? Hoje em dia não usa mais minissaia tão curta! Você sabe onde pega o ônibus para Sobradinho?* Também é na não-pessoa do singular que ocorrem as gramaticalizações dos verbos em substantivos: *chove-não-molha, leva-e-traz, sabe-tudo, vaivém, corre-corre, pega-pega, toma-lá-dá-cá, sobe-desce*, assim como as locuções e frases feitas do tipo "escreveu, não leu, pau comeu", "bateu, levou", "foi à roça, perdeu a carroça" etc.

Além disso, em praticamente todas as línguas em que o verbo é uniforme, a forma verbal é sempre a da não-pessoa: em africâner [▶644] é assim; em francês, parcialmente [▶150], apesar da escrita conservadora. (O inglês, que marca a não-pessoa singular com um *-s* final no presente — I/you/we/they *sing*, she/he/it *sings* — é uma

raríssima exceção que, desse modo, só faz confirmar a regra.) E no PB é justamente o verbo na não-pessoa que vai marcar a oposição entre *eu* e *não-eu* na conjugação característica das VLE e mesmo das VUP, em situações não monitoradas [▶163].

Por tudo isso, considerando que já passou da hora de incorporarmos definitivamente as reflexões de Benveniste às descrições gramaticais, optei por não abrir nenhuma classe de "pronomes". No lugar dos "pronomes pessoais", uso índices de pessoa, traduzindo assim a expressão "*indicateurs de personne*", empregada pelo próprio Benveniste diversas vezes em seus ensaios para se referir a *eu* e *tu* — que ele não considera propriamente como "pronomes" (usando essas mesmas aspas para tratar deles). Para se referir ao pronome *ele*, o autor fala da não-pessoa, que desempenha

> uma função de "representação" sintática que se estende assim a termos tomados às diferentes "partes do discurso", e que responde a uma necessidade de economia, ao retomar um segmento do enunciado, e mesmo um enunciado inteiro, por um substituto mais manejável. Não existe, portanto, nada de comum entre a função desses substitutos e a dos indicadores de pessoa.

Assim, é preciso decidir a que palavras aplicar o rótulo de pronomes: às "pessoas do discurso", que não substituem/retomam nada, mas apontam para a dinâmica da interação verbal, ou para os termos que empreendem a retomada anafórica, agindo em favor (*pró-*) do nome, economizando seu uso, poupando-o de ser repetido. Diante dos argumentos de Benveniste, fica óbvio que o verdadeiro pronome é *ele*, ao qual se juntam outros, distribuídos entre as diferentes classes gramaticais — são as *proformas*, que acabamos de ver acima e que podem ser verbos, advérbios, adjetivos, sentenças, interrogativos etc.

A opção pelo termo *índice* também se dá em conformidade com a semiótica proposta pelo americano Charles Sanders Peirce (1839-1914), um dos mais notáveis pensadores da virada do século XIX-XX, lógico, matemático, cientista e semioticista. Para Peirce, os chamados "pronomes pessoais" deviam ser considerados como *índices*, termo que ele empregava para definir um signo que *aponta* para seu objeto, num tempo e espaço definidos — assim,

> 'Eu', 'aqui' e 'agora' são signos ou termos indéxicos porque sua denotação cabe àquele que os usa. 'Indéxico' vem de 'índice' e tem por objetivo salientar que o uso de um signo indéxico é como o uso do dedo indicador para assinalar um objeto. Se em vez de apontar com o dedo indicador se diz 'isto', "indica-se" aquilo para o que se aponta "indexicamente". (Ferrater Mora, 2001, II: 1.479)

Além de Peirce, outros pensadores também se referiram aos "pronomes pessoais" como *palavras indicadoras*, entre eles Karl Brugmann (1849-1919), Karl Bühler (1879-1963), William E. Collinson (1889-1969) e Uriel Weinreich (1926-1967). E o já citado Claude Hagège (nascido em 1936) usa literalmente *indices de personnes*, tal como vamos fazer aqui. Como dá para ver, estamos bem acompanhados.

Também Mário A. Perini, em sua *Gramática descritiva do português* (1996), reconhece a impropriedade da designação de "pronomes" dada pela TGP a palavras tão distintas entre si do ponto de vista semântico e sintático. Como ele demonstra com bons argumentos, a definição tradicional de pronome como "palavra que substitui ou acompanha o nome" quer dizer tudo e coisa nenhuma ao mesmo tempo: "Consequentemente, a classe tradicional dos 'pronomes' terá de ser abandonada e substituída por diversas categorias" (p. 329). É o que vamos fazer aqui, sem no entanto seguir as classificações propostas pelo autor.

Como argumento final em defesa de nosso abandono dos pronomes como classe, citamos o linguista americano Charles J. Fillmore (n. 1929), autor do verbete sobre os pronomes numa importante enciclopédia de linguística:

> Na realidade, os conjuntos de palavras agrupados sob a categoria "pronome" raramente compõem uma "parte do discurso" integrada. Frequentemente, as proformas *demonstrativas*, *interrogativas*, *relativas* e *indefinidas* incluem funções adverbiais tanto quanto estritamente nominais [como em PB: *isso*, *que*, *ali*, *quem*, *onde*, *quando* etc.]. Até mesmo os pronomes pessoais muitas vezes falham na composição de uma classe gramatical bem definida. Em várias línguas, os demonstrativos ocupam o lugar dos pronomes de 3ª pessoa; frequentemente, vemos um elemento anafórico que compartilha funções com os "pronomes" substituindo um sintagma preposicional em vez de um sintagma nominal (p. ex., em francês *y* e *en*). [...] Para efeitos de comparação de línguas, talvez seja melhor considerarmos a função exercida pelos pronomes do que nos limitarmos a classes de palavras justificadas intralinguisticamente. Em línguas intimamente aparentadas, ou em diferentes estágios na história de uma mesma língua, às vezes encontramos palavras plenas num sistema correspondendo a pronomes clíticos em outra, e a afixos flexionais em outra. (Fillmore, 2003, III: 406) [negrito meu]

10.9 Sujeito pleno e objeto nulo

10.9.1 A vitória do sujeito pleno

Vamos comparar as seguintes conjugações verbais de algumas línguas românicas, usando o verbo *cantar* no presente do indicativo:

LATIM	SARDO	ROMENO	ITALIANO	OCCITANO	CATALÃO	GALEGO	ESPANHOL	PORTUGUÊS
canto	canto	cânt	canto	canti	canto	canto	canto	canto
cantas	cantas	cânțși	canti	cantas	cantes	cantas	cantas	cantas
cantat	cantat	cântă	canta	canta	canta	canta	canta	canta
cantamus	cantamus	cântăm	cantiamo	cantam	cantem	cantamos	cantamos	cantamos
cantatis	cantadzis	cântațși	cantate	cantatz	canteu	cantades	cantáis	cantais
cantant	cantan	cântă	cantano	cantam	cantem	cantan	cantan	cantam

Esse quadro nos permite observar — além da estreita semelhança entre as línguas — uma característica do latim e das línguas derivadas dele: a possibilidade de omitir o sujeito do verbo, graças às desinências, isto é, às terminações dos verbos que já explicitam o sujeito.

Você deve ter sentido falta no quadro acima de uma importante língua românica, o francês. A exclusão do francês se justifica porque, de todas as línguas da família, é aquela em que a explicitação do sujeito é obrigatória. O motivo disso fica muito claro quando examinamos a conjugação do mesmo verbo em francês, com a transcrição fonética da forma verbal ao lado:

je chante	[ˈʃãt]
tu chantes	[ˈʃãt]
il chante	[ˈʃãt]
nous chantons on chante	[ʃãˈtõ] [ˈʃãt]
vous chantez	[ʃãˈte]
ils chantent	[ˈʃãt]

Das seis pessoas verbais, quatro têm pronúncia idêntica: [ˈʃãt], além do *on*, que equivale ao nosso *a gente* e que, tal como o nosso pronome, usa a forma da não-pessoa do singular. Não existe maneira de distinguir em francês, por exemplo, a não-pessoa singular da não-pessoa plural, nem sequer pelo pronome, porque *il* e *ils* têm a mesma pronúncia, já que o *-s* final em francês nunca é falado. O mesmo ocorre em outros tempos verbais. Só o contexto vai permitir saber o número da não-pessoa — além disso, sendo anafóricos, os pronomes de não-pessoa recuperam algo já dito antes, o que facilita a interpretação. A consequência disso é que, em francês, um verbo nunca vem desacompanhado de seu sujeito, seja ele um nome, um índice de pessoa ou um pronome.

Sabemos que em inglês ocorre a mesma coisa, de forma ainda mais radical, pois, no presente, a única forma que se distingue das outras é a da não-pessoa do singular — *he/she/it sings* ('canta') —, que recebe um *-s*, enquanto as outras têm a mesma forma: *sing*. No tempo passado, porém, existe uma única forma verbal — *sang* — para todas as pessoas. Em francês e em inglês, a obrigatoriedade de enunciação fonética do sujeito é tal que ele aparece até mesmo com os verbos impessoais, como os que indicam fenômenos meteorológicos:

◗ Il pleut (fr.) ◗ It rains (ing.) ◗ Chove (PB) ◗ Piove (ital.)

Em francês esse *il*, que não se refere a ninguém, é chamado de "sujeito aparente", enquanto em inglês o *it* é tido como um *dummy subject* ("simulacro de sujeito").

Voltando a examinar o quadro acima, a coluna *português*, como bem sabemos, não reproduz nenhuma das variedades linguísticas do PB (e, de fato, nem do português europeu). É, provavelmente, a conjugação que prevalecia na língua em meados do século XVI — o que torna no mínimo absurdo reproduzir essa conjugação no ensino de língua no Brasil quinhentos anos depois. No capítulo 12 vamos nos aprofundar sobre os verbos em nossa língua. Por ora, basta apresentar a conjugação que de fato encontramos nas variedades urbanas prestigiadas, faladas e escritas:

eu	canto
tu	cantas
tu*	canta
você	
ele/ela	
o/a senhor/a	
a gente	
se	
nós	cantamos
vocês	cantam
eles/elas	

[(*) Em VUP como as do RS, por exemplo.]

Temos aqui 13 expressões de pessoa (contando com os femininos e os plurais) e 5 formas verbais. Além da diferença de quantidade (os "pronomes" passam do dobro das formas verbais), a divisão também é bastante desigual: 3 pronomes apresentam 3 formas verbais particulares (*eu*, *tu*, *nós*), 3 pronomes compartilham a mesma forma verbal (*vocês*, *eles*, *elas*) e 8 pronomes compartilham uma única forma (*tu**, *você*, *ele*, *ela*, *o senhor*, *a senhora*, *se*, *a gente*). Mais importante ainda, desses 8 pronomes, 4 se referem à 2ª pes. do sing. (*tu*, *você*, *o senhor*, *a senhora*), 2 à não-pessoa do sing. (*ele*, *ela*), 1 à 1ª pes. do plur. (*a gente*) e 1 à pessoa indeterminada (*se*). Com isso, temos uma morfologia única (*canta*) para uma multiplicidade semântica e discursiva.

Muitos pesquisadores brasileiros, com destaque para Maria Eugênia L. Duarte (1989, 2003a, 2003b), vêm demonstrando que o PB se encontra numa fase de transição: de uma língua que seguia o princípio <evite pronome> para uma língua que segue o princípio <explicite pronome> ou, como prefiro, <explicite sujeito>. Em seu estudo de 2003b, Duarte encontrou um total de 80% de sujeitos preenchidos na fala de seus informantes. Com isso, o PB se afasta das demais línguas românicas e se aproxima do francês.

Podemos sintetizar nossa discussão numa equação bem simples, que já vimos em [▶160]:

+ morfologia verbal	=	– morfologia verbal
–sujeito		+sujeito

O que está em jogo aqui é um princípio da economia linguística que diz <evite redundância>. Não há necessidade de marcar duas vezes o sujeito, no pronome e na terminação do verbo (*tu canti*, em italiano, por exemplo) porque a desinência verbal já traz essa indicação (*canti*). Na verdade, a terminação -i desse verbo italiano traz muitas informações ao mesmo tempo: *pessoa* (2ª), *número* (singular), *modo* (indicativo), *tempo* (presente).

São muitas as línguas do mundo que apresentam o chamado sujeito nulo: árabe, japonês, albanês, basco, finlandês, híndi, chinês, persa, russo, grego, tâmil, as línguas do grupo banto, que confluíram de modo importante para a formação do PB [▶238]. Em todas elas, o que vemos é, sistematicamente, uma morfologia verbal que já explicita o sujeito, dispensando, assim, os índices pessoais e pronomes. Além das informações de *pessoa*, *número*, *modo* e *tempo*, algumas línguas também chegam ao requinte de informar, com as desinências, o gênero masculino ou feminino do sujeito, bem como se o sujeito é singular, plural ou dual (duas pessoas). É o caso do árabe padrão moderno, que vemos abaixo no pretérito perfeito do verbo que significa 'dizer':

qultu ('eu disse')
qulta ('você MASC. disse')
qulti ('você FEM. disse')
qultumā ('vocês DOIS disseram')
qāla ('ele disse')
qālat ('ela disse')
qālā ('eles DOIS disseram')
qulnā ('nós dissemos')
qultum ('vocês MASC. disseram')
qultunna ('vocês FEM. disseram')
qālū ('eles disseram')
qulnā ('elas disseram')
qālatā ('elas DUAS disseram')

A economia do francês e do inglês vai ainda mais longe. Em francês, como vimos, os pronomes *il/elle* e *ils/elles* têm pronúncia idêntica, e somente quando o verbo não começa por consoante é possível fazer a ligação do *-s* com a vogal inicial: *il aime* (i'lɛm), *ils aiment* (il'zɛm). Em inglês, nada distingue *you* singular de *you* plural; também não sabemos o gênero do pronome plural *they* que pode ser masculino (*he sings/they sing*), feminino (*she sings/they sing*) ou neutro (*it sings/they sing*). Uma distância enorme, portanto, do que se dá em árabe.

Outra característica interessante das línguas de sujeito obrigatório é que os pronomes se tornam foneticamente muito fracos e se transformam em clíticos — palavras que só ocorrem "coladas" em outras, com as quais formam um vocábulo fonético, com acentuação única. O francês é o exemplo perfeito desse fenômeno — *j'aime, t'aime, il aime...* Os clíticos-sujeitos se tornaram tão fracos em francês que, na língua falada cotidiana, é muito comum os verbos virem com dois pronomes: o chamado pronome tônico e o pronome-sujeito átono: *moi, j'aime... toi, t'aimes... lui, il aime... nous, on aime...* como se fosse uma forma de topicalização [▶472].

Pois tudo indica que o PB está seguindo os passos do francês (e do inglês) e, portanto, se distanciando das demais línguas românicas, como já ocorreu com o francês. Um dos principais indícios dessa mudança é justamente a cliticização dos índices pessoais/pronomes-sujeitos em nossa língua. Em muitas variedades, o índice pessoal *eu* se transformou em [o]; *você* e *vocês* ocorrem na grande maioria das vezes como [se] e [seis]; *ele* pode se reduzir a [el] ou a [ei]; *a gente* se torna [a'hẽt], assim como *eles* se torna [eis].

Tudo isso comprova, portanto, que o PB caminha a passos bem firmes para se tornar uma língua de sujeito pleno.

10.9.2 A vitória do objeto nulo

Outra característica muito própria do PB e que também afasta ele das demais línguas românicas (inclusive do francês, nesse caso) é a ocorrência da anáfora-zero quando o elemento a ser recuperado anaforicamente é um objeto direto de não-pessoa.

A TGP só reconhece uma estratégia de retomada anafórica de objeto direto de não-pessoa: os clíticos o, a, os, as. Ora, a gramática do PB é muito mais complexa do que isso, e o que de fato encontramos em nossa realidade linguística é a seguinte situação:

(44a) Procurei o gato pela rua toda, mas não o encontrei em lugar nenhum.
(44b) Procurei o gato pela rua toda, mas não encontrei ele em lugar nenhum.
(44c) Procurei o gato pela rua toda, mas não encontrei ø em lugar nenhum.
(44d) Procurei o gato pela rua toda, mas não encontrei o gato em lugar nenhum.

Todas essas quatro variantes existem no PB atual. No entanto, qualquer falante da língua sabe que existe uma drástica diferença na frequência de uso de cada uma delas. Vamos dar a cada uma um nome específico:

(a) clítico (pronome oblíquo)
(b) ele-OD (objeto direto)
(c) pronome nulo (anáfora-zero)
(d) SN (sintagma nominal)

A mesma M. E. L. Duarte que citamos mais acima acerca do sujeito nulo também vem se dedicando à investigação das retomadas anafóricas de não-pessoa. Numa pesquisa da ocorrência de cada uma dessas variantes num *corpus* de língua falada, ela encontrou os seguintes resultados:

VARIANTE	Nº	%
clítico	97	4,9
ele-OD	304	15,4
pronome nulo	1235	62,6
SN anafórico	338	16,1
total	**1974**	**100,0**

[Duarte (1989: 21), adaptado.]

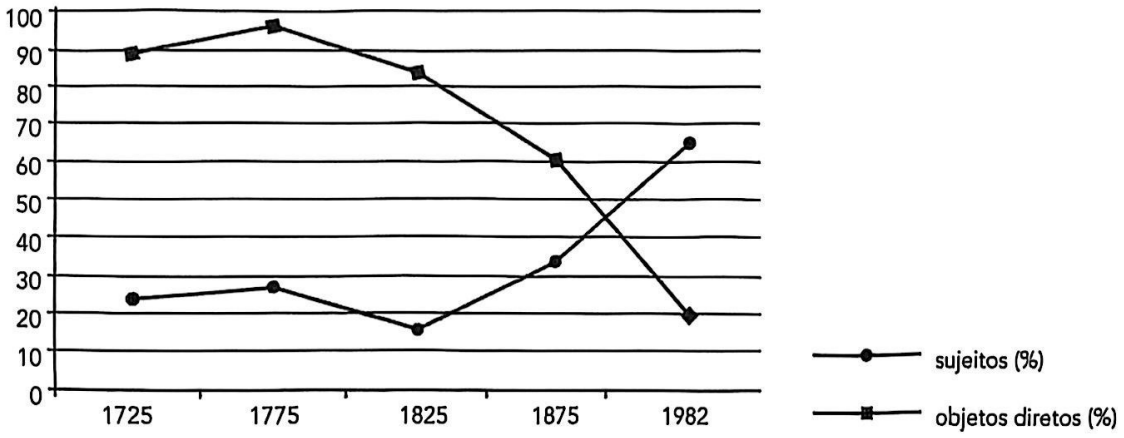
Os dados revelam que o pronome nulo é, de longe, a estratégia de retomada anafórica preferida pelos brasileiros, falantes de todas as variedades linguísticas. Resultados semelhantes têm sido obtidos por outros pesquisadores com outros tipos de *corpus*. Num estudo que realizei, por exemplo, utilizando material do projeto NURC num total de quase 10 horas de gravação com 13 falantes diferentes, encontrei os seguintes resutados:

VARIANTE	Nº	%
clítico	3	0,6
ele-OD	18	3,6
pronome nulo	479	95,8
total	**500**	**100,0**

[Bagno (2000: 201).]

Essa preponderância absoluta do pronome nulo tem sérias consequências para a descrição da gramática do PB e também, é claro, para o ensino de língua na escola.

Numa pesquisa para tentar rastrear esse processo de mudança no PB — o sujeito pleno e o objeto nulo —, Tarallo (1993) montou um *corpus* de língua escrita em nosso país ao longo de mais de duzentos e cinquenta anos. Os resultados obtidos são muito reveladores:



Como se pode observar, no decorrer dos séculos, a explicitação do sujeito foi se tornando cada vez mais frequente, ao mesmo tempo em que o apagamento do objeto conquistava mais e mais terreno. A guinada mais radical nessa direção se deu a partir da segunda metade do século XIX. Os dois processos de mudança, portanto, ocorreram simetricamente. E isso somente no português brasileiro.

Essas duas tendências morfossintáticas já bem incorporadas à gramática do VGB — a explicitação do sujeito e o apagamento do objeto direto — coloca o PB numa posição bastante distanciada da das outras línguas da família românica, incluindo o português europeu. Se o francês é exceção notável por ser a única língua em que a explicitação do

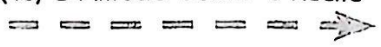
sujeito é obrigatória, o PB é ainda mais notável por ser a única língua em que, ao lado dessa explicitação, também ocorre a anáfora-zero na posição do objeto direto de não-pessoa.

10.10 Topicalização

10.10.1 Construções de tópico

Se imaginarmos a produção verbal como uma linha reta que se desloca da esquerda para a direita, a ordem SVC — que tipifica o PB — poderia ser representada assim:

(45) O Alfredo^{s} adora^{v} o Recife^{c}

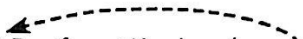


Em tempo: optamos pela direção da esquerda para a direita porque é assim que nossa cultura (ocidental) representa graficamente a produção verbal. E é também por isso que nosso material impresso (livros, jornais, revistas) é lido virando-se as páginas da direita para a esquerda, de modo que possamos ler os textos da esquerda para a direita. Em muitas outras culturas, a escrita se produz da direita para a esquerda e o material impresso se abre da esquerda para a direita. É o caso, por exemplo, do japonês, do hebraico e do árabe.

Nosso exemplo está na chamada ordem direta, que é a ordem "neutra" (não-marcada) em nossa língua, ou seja, em (45) não se dá ênfase a nenhum de seus constituintes. Vamos observar agora, porém, esses mesmos constituintes dispostos de outra maneira:

(46) O Recife^{c} o Alfredo^{s} adora^{v}

Nessa nova disposição, a ordem se tornou CSV e, por isso, não podemos representar esse enunciado com a linha reta que usamos em (45). Afinal, o objeto direto sofreu o que chamamos de deslocamento à esquerda, de modo que uma representação adequada poderia ser:



(47) O Recife o Alfredo adora

Quando um constituinte da sentença sofre esse deslocamento à esquerda, dizemos que ele foi topicalizado, isto é, se transformou no tópico (no tema, no assunto) para o qual o falante quer chamar a atenção, que o falante quer enfatizar, pôr em destaque.

Essas construções de tópico são extremamente comuns na nossa língua e em muitas outras. Uma diferença notável, porém, entre o PB e outras línguas mais conhecidas é que, ao contrário delas, o "buraco" deixado vago pelo objeto direto após o verbo não é preenchido com um pronome anafórico, como poderíamos esperar em português "clássico":

(47a) O Recife, o Alfredo adora-o.

Em línguas como o espanhol, o francês e o inglês, a presença do pronome-cópia é praticamente obrigatória. Nessas línguas, um verbo transitivo direto não pode ficar sozinho, desacompanhado de seu complemento:

(48) Esta computadora la he comprado ayer.
(49) Cet ordinateur, je l'ai acheté hier.
(50) This computer, I bought it yesterday.

Compare agora esses exemplos com a construção mais comum em PB:

(51) Esse computador eu comprei ontem.

Além do objeto direto, diversos outros constituintes da sentença podem ser deslocados à esquerda:

(52) Todo santo dia a Lurdes tem vindo aqui em casa. [adjunto adverbial]
(53) Para a Eunice você já telefonou? [objeto indireto]
(54) Daquelas brigas diárias minha mãe não tem nenhuma saudade. [complemento nominal]
(55) Tão feliz a noiva parecia quando saiu da igreja! [predicativo]
(56) Por todos você sempre foi muito admirado. [agente da passiva]
(57) De laranja eu pedi o bolo e não de fubá. [adjunto nominal]
(58) O prefeito com esses atrasos todos na obra está furioso. [sujeito]

Outra característica das construções de tópico mais frequentes no PB é o apagamento da preposição quando o elemento que, na ordem direta, seria seu consequente sofre deslocamento à esquerda:

(59) Doc: não gosta de drama?
Inf: não, ø drama já basta a vida [ø = *de*] (NURC/SP/234)
(60) nós comemos muita comida típica...tanto em Recife quanto em Salvador... ø as comidas baianas eu gostei muito sabe? [ø = *de*] (NURC/RJ/328)
(61) aquelas comidas assim muito típicas lá da...da Bahia então eu achei gostosa...Recife também...ø Recife nós comemos coisas assim MUIto gostosas...também...MUIto ligada...a peixe... [ø = *em*] (NURC/RJ/328)
(62) pois é...ah::ah:: ø isso eu tenho...realmente muito cuidado [ø = *com*] (NURC/RJ/328)
(63) mas eu::ahn ø merenda escolar eu tenho pouca noção... [ø = *de*] (NURC/RJ/328)
(64) olha não lembro qual foi a peça agora...uma peça muito comentada...assisti antes dessa "Caiu o Ministério" ø a última eu não lembro o nome... [ø = *de*] (NURC/SP/234)
(65) esses encontros que chamam-se regionais... [...] uma vez foi em Santa Cru::z... no ano pass/ ø esse nós fomos... uma:: uma viajada com a turma assim né? [ø = *a, em*] (NURC/POA/045)

Esse apagamento da preposição nas construções de tópico vai nos ajudar a compreender melhor o que se passa no PB com as sentenças relativas (as *orações adjetivas* da TGP) [▶901].

10.10.2 Tópico versus *sujeito?*

Alguns linguistas têm proposto uma tipologia que distingue as línguas de tópico-comentário das línguas de sujeito-predicado. Estamos mais habituados às línguas

de sujeito-predicado porque as línguas europeias mais difundidas estruturam sua sintaxe desse modo. No entanto, existem muitas línguas em que a construção de tópico-comentário é a que predomina, como o japonês e o chinês-mandarim:

- Sosite sono inu wa kodomo ni kamituita → japonês
  e então esse cachorro TOP criança para morder
  "E então, o cachorro, ele mordeu a criança".
- Zhège rén gèzi hěn gāo → chinês-mandarim
  essa pessoa TOP muito alto
  "Essa pessoa, ela é muito alta".

O PB tem sido alvo de muita investigação a respeito de construções como as seguintes, que se assemelham às do japonês e do mandarim acima:

(66) então o Japão...ele, desde o seu início...(pausa) desde o seu início...minha filhinha...ele contava como força fundamental (das suas colônias) os dois fatores. (NURC/RJ/379)
(67) as glândulas mamárias...elas se atrofiam...elas se atrofiam porque não existe aqueles elementos...ou seja aqueles hormônios responsáveis pelo seu desenvolvimento [...] esses tubérculos...eles se hipertrofiam de maneira considerável..[...] então esses tecidos pré-mamários...eles cobrem...quase toda a glândula mamária... (NURC/SSA/049)
(68) porque a sociologia do direito por exem:plo ela não estuda somente a lei... (NURC/REC/337)

Quem primeiro se dedicou a esses estudos foi Eunice Pontes, num livro que já se tornou clássico: *O tópico no português do Brasil* (1987).

Aqui já é difícil perceber, como nos exemplos anteriores, uma intenção do falante de dar realce a algum elemento da sentença. Parece, bem mais, uma consequência da obrigatoriedade crescente, no PB, de uso dos índices/pronomes-sujeitos, o que tornaria essas construções tão "neutras" ou não-marcadas quanto "O Alfredo adora o Recife". Uma das evidências disso é que, além das retomadas dos tópicos referentes à não-pessoa do discurso, observamos a retomada dos referentes à 1ª pessoa do plural, sempre retomados pelo pronome a gente:

(69) A Lia e eu, a gente tá indo tomar um café, você quer ir junto?
(70) Eu e você, a gente bem que podia viajar juntos para Salvador.
(71) Eu, a Zilda e a Zelda, a gente acha que o Eduardo vai pedir demissão.

Esse mesmo tipo de construção ocorre em francês, com o pronome on desempenhando função idêntica à do nosso a gente:

(72) Pierre et moi, on n'a pas encore décidé où on va passer les vacances.
('Pedro e eu, a gente ainda não decidiu onde a gente vai passar as férias'.)

Vimos acima que, na topicalização do objeto direto, o PB em geral não utiliza o pronome-cópia para preencher o lugar deixado vago pelo complemento deslocado à esquerda:

(73) Esse bolo eu fiz ø com uma receita que peguei na internet.
(74) As bebidas o Agostinho prometeu trazer ø hoje de manhã.
(75) Os copos você guarda ø por favor naquela cristaleira, tá?

A pergunta que podemos fazer é: por que no PB não recuperamos o objeto direto com um pronome-cópia, mas fazemos isso quando o elemento topicalizado é o sujeito? A resposta, me parece, se encontra na seção anterior — Sujeito pleno e objeto nulo. Da mesma maneira como, em construções não-topicalizadas, estamos cada vez mais apagando o objeto direto e explicitando o pronome-sujeito, também nas construções topicalizadas deixamos o lugar do objeto vago, mas preenchemos o lugar do sujeito. Compare:

(76) Esse livro é muito bom mesmo: quando eu terminar de ler $_{ø}$ eu te empresto $_{ø}$. → *objeto direto não-topicalizado, anáfora-zero.*
(77) Esse livro quando eu terminar de ler $_{ø}$ eu te empresto $_{ø}$. → *objeto direto topicalizado, sem pronome-cópia.*
(78) A Dora já saiu, mas ela não me disse aonde ela estava indo nem quando ela ia voltar. → *construção sem topicalização, preenchimento de todas as vagas destinadas ao sujeito.*
(79) A Dora, ela já saiu, mas ela não me disse aonde ela estava indo nem quando **ela** ia voltar. → *construção com topicalização e retomada do tópico pelo pronome-sujeito.*

As construções que seguem a fórmula TÓPICO, PRONOME-SUJEITO+VERBO têm sido muito criticadas e até condenadas pelos agentes do purismo linguístico no Brasil. Como sempre, essas pessoas falam com base unicamente na TGP ou, pior, em seus gostos pessoais, exibindo total desconhecimento dos processos de mudança linguística e sem recorrer às necessárias comparações com o que se passa em outras línguas — comparações que deixam evidente que não se trata de "invenção" dos brasileiros que estariam "distorcendo" a língua. Existem línguas em que a construção com tópico é obrigatória. Um caso muito interessante é o do bergamasco (língua românica falada no norte da Itália), em que o índice/pronome-sujeito é retomado por um clítico que se coloca entre ele e o verbo, numa construção de tópico que é obrigatória na língua:

lü 'l laùra = 'ele trabalha' (literalmente: 'ele, ele trabalha')
lé la laùra = 'ela trabalha'
nóter an laùra = 'nós trabalhamos'
lur i laùra = 'eles trabalham'

Essa regra do bergamasco representa uma gramaticalização do que ocorre atualmente em francês com o *moi, je parle... toi, tu parles... lui, il parle... nous, on parle...* que já mencionamos. Se a tendência em francês prosseguir, é provável que, no futuro, ocorra nessa língua o mesmo que ocorreu em bergamasco.

Vale também lembrar que essa fórmula não é recente na língua, pois está bem documentada em textos escritos em Portugal entre os séculos XIII e XV, como se pode ver nesse exemplo, citado por Castilho (2010: 284):

(80) Ca Deus en ssi meesmo, ele mingua non à, / nen fame nen sede nen frio nunca já [...]

Segundo esse autor, a diferença é que esse tipo de construção era esporádico no português medieval, enquanto no PB contemporâneo ele é altamente produtivo.

Não se pode dizer que o PB seja integralmente uma língua de tópico-comentário. Mais adequado é dizer que se trata de uma língua em que as duas construções po-

dem ocorrer: sujeito-predicado e tópico-comentário. Talvez a forte presença das construções de tópico indiquem uma mudança futura, mas por enquanto o que temos é, provavelmente, um estágio de transição de um tipo para o outro.

O fenômeno da topicalização do sujeito também vai nos auxiliar no entendimento dos processos de mudança que estão ocorrendo nas já citadas sentenças relativas ou adjetivas [▶899].

10.11 Marcação e não-marcação

Uma distinção amplamente utilizada nos estudos linguísticos é a que opõe formas marcadas a formas não-marcadas. Nessa distinção entre marcado e não-marcado, um dos termos do par é de uso mais amplo e dominante — o não-marcado — enquanto o outro é mais restrito e limitado — o marcado. Trata-se, como se vê, de uma relação assimétrica. Sua utilidade foi reconhecida também para outras áreas de estudo, como a sociologia, a antropologia e os estudos culturais.

Assim, no que diz respeito aos tempos verbais, o presente é a forma não-marcada, é "o verbo em si", por assim dizer, enquanto o passado e o futuro são as formas marcadas. A análise morfológica nos revela justamente isso: o presente não tem desinências próprias de tempo, enquanto o passado e o futuro têm:

TU CANT-A-STE	TU CANT-A-S	TU CANT-A-RÁ-S
VOG TEM	VOG TEM	VOG TEM
PRET PERF + 2ª P SING	2ª P SING	FUTURO + 2ª P SING

Por essa razão, o presente pode ser empregado no lugar dos demais tempos [▶576].

Ainda no tocante aos verbos, o modo indicativo é o não-marcado (em oposição ao subjuntivo, ao condicional e ao imperativo), assim como a voz ativa (em oposição à passiva). Com relação à indicação de *pessoa*, a forma correspondente à não-pessoa do singular é a forma não-marcada, enquanto os índices de pessoa (1ª e 2ª) são marcados. Por isso, o verbo na não-pessoa é o mais forte candidato à gramaticalização, além de servir para a expressão dos fenômenos naturais [▶464].

Quanto aos nomes, a forma considerada marcada é a feminina. Quando alguém diz, por exemplo, que tem *três filhos*, não se sabe se são todos homens ou se há mulheres entre eles. No entanto, se a pessoa disser que tem três filhas, a ambiguidade desaparece. Em algumas variedades regionais, o termo menino é empregado em lugar de *criança*: "Abri a porta da sala e era menino para todo lado". Por ser muito mais usual, a forma não-marcada pode ser considerada neutra. Por exemplo, *égua* é

a forma marcada e *cavalo*, a forma não-marcada: ao avistar diversos animais da espécie, alguém dirá que viu "muitos cavalos" e não "muitas éguas". O uso negativo da forma não-marcada também é frequente: "Não é um cavalo, é uma égua".

Na tipologia das sentenças, as declarativas são não-marcadas, enquanto as interrogativas e as imperativas são marcadas. E em cada um desses três tipos, as sentenças afirmativas são não-marcadas, enquanto as negativas são marcadas.

Uma vez que a ordem canônica do PB é SVC, essa ordem dos constituintes é a não-marcada. Por isso, a topicalização, que acabamos de examinar, representa uma forma marcada. Qualquer inversão da ordem dos constituintes constitui uma forma marcada, conforme o exemplo já apresentado e que repetimos aqui:

(81) Os meus pais ainda não conhecem o namorado do Breno. (SVC)
(a) O namorado do Breno os meus pais ainda não conhecem. (CSV)
(b) Conhecem ainda não os meus pais o namorado do Breno. (VSC)
(c) Meus pais o namorado do Breno eles ainda não conhecem. (SCV)

O elemento marcado exibe algum aspecto formal que está ausente no elemento não-marcado. Em PB não existe morfema de presente, morfema de masculino, morfema de singular nem nada que marque uma sentença como afirmativa. Assim, de acordo com Azeredo (2008: 139),

> a língua provê recursos para que a informação relevante e não previsível seja dada por algum elemento acrescentado à expressão, enquanto tende a suprimir do texto indicadores formais de conteúdos que o contexto torna previsíveis. Uma forma não é marcada por si, mas sempre em relação a outra: a unidade marcada é necessariamente mais complexa do que a não-marcada no plano do sentido, e a esta maior complexidade informacional/semântica pode corresponder uma maior complexidade formal.

De fato, quando analisamos, por exemplo, o **número** das palavras, percebemos que (até por efeito da iconicidade citada acima [▸454]) as formas no plural são mais longas do que as do singular, não só nos nomes mas também nos verbos: sou :: somos; fiz :: fizemos; é :: são; fez :: fizeram.

Podemos sintetizar o que dissemos até agora no seguinte quadro:

FORMAS/CATEGORIAS		NÃO-MARCADA	MARCADA
VERBO	TEMPO	presente	PASSADO FUTURO
	MODO	indicativo	SUBJUNTIVO CONDICIONAL IMPERATIVO
	VOZ	ativa	PASSIVA
	PESSOA	não-pessoa (sing.)	1ª E 2ª

NOME	NÚMERO	singular	PLURAL
	GÊNERO	masculino	FEMININO
	GRAU	normal	AUMENTATIVO DIMINUTIVO
SENTENÇA		declarativa	IMPERATIVA INTERROGATIVA
		afirmativa	NEGATIVA
ORDEM		SVC	SCV CVS VCS VSC

Como já se repetiu aqui diversas vezes, a língua é um fenômeno cognitivo que se vincula intrinsecamente ao social, ao cultural, ao político. Como escreve Deborah Cameron (1995: 122), "a linguagem não é somente um meio para [transmitir] ideias, mas um modelador de ideias; ela é sempre e inevitavelmente política; e a 'verdade' que alguém enuncia pode ser relativa ao poder que a pessoa detém".

A noção de marcado e não-marcado extrapolou a área dos estudos linguísticos e passou a ser empregada no exame das relações sociais, das hierarquias de valores, dos conflitos de poder, das simbologias culturais etc. Uma vez que o não-marcado pode ser considerado "neutro", daí para considerá-lo como o normal a distância é minúscula. De fato, prevalece em nossa sociedade uma oposição entre elementos que constituem pares onde um elemento é tido como a norma (o não-marcado), enquanto o outro se situa fora da norma (o marcado). Assim, em pares como homem/mulher, branco/não-branco, vidente/cego, ouvinte/surdo, heretossexual/homossexual, destro/canhoto, fértil/infértil, vestido/nu, cozido/cru, letrado/iletrado etc., a estrutura social vigente tende a nos fazer considerar o primeiro elemento de cada um desses pares como o "neutro", o "óbvio", o "normal", o "natural".

Em reação a essa visão conservadora, a essa ideologia "naturalizante", um número cada vez maior de pessoas — sobretudo nos países industrializados e, nesses, nos de língua inglesa — tentam impor o que vem sendo descrito como linguagem inclusiva. Isso tem provocado interessantes fenômenos sociolinguísticos capazes de, num breve futuro, alterar a própria morfologia das línguas.

O principal alvo de ataque da linguagem inclusiva é a dominação masculina que se reflete na língua. Afinal, se uma mulher e seu cachorro sofrem um acidente ao atravessar a rua, diremos que eles foram atropelados — ou seja, basta um cachorro para fazer sumir a especificidade feminina de uma mulher e jogá-la dentro da forma supostamente "neutra" do masculino. Os textos pedagógicos sempre se referem aos professores, embora as mulheres constituam a esmagadora maioria da profissão docente. Existem por todo o Brasil sindicatos dos trabalhadores domésticos, ainda que todos saibamos que 99,9% desses "trabalhadores" são do sexo feminino, o mesmo valendo para "os fonoaudiólogos"...

Os casos mais destacados se referem à língua inglesa. Nessa língua, desde a eclosão dos movimentos feministas nos anos 1960, a distinção entre *Miss* ('senhorita') e *Misteress* ('senhora') foi eliminada das relações sociais: por que só as mulheres têm títulos diferentes quando são solteiras ou casadas? Em substituição a essa divisão foi adotada a forma *Ms.* [mɪz], que desconsidera o *status* de casada ou solteira.

Ainda em inglês, palavras que terminavam em *-man* ('homem') passaram a terminar em *-person* ('pessoa'), como *spokesperson* ('porta-voz'), *chairperson* ('presidente de um congresso'), e até a palavra *mankind* ('gênero humano') agora se diz *humankind*. Nos textos escritos nessa língua, aparece com cada vez maior frequência a fórmula *he or she* ('ele ou ela') para se fazer referência a uma pessoa indeterminada, sendo comum também a grafia *s/he*.

Em grego, a palavra *ánthropos, ánthropou* era empregada para designar o ser humano em geral, enquanto *áner, andrós* designava o ser humano do sexo masculino e *gyné, gynaikos*, o ser humano do sexo feminino. Daí a especialidade médica chamada *andrologia* se ocupar dos homens, a *ginecologia* se ocupar das mulheres, e a *antropologia* estudar os seres humanos e sua cultura. Em latim também existia *homo, hominis* ('ser humano'), *vir, viri* ('homem') e *mulier, mulieris* ('mulher'). Da raiz de *vir* é que provêm palavras como *viril* ('másculo'), *virago* ('mulher forte ou corajosa como um homem'), *virtude* ('força própria do homem'), com conotações bem sexistas. No inglês antigo, *man* se referia ao ser humano em geral; *wer*, ao do sexo masculino, e *wif*, ao do sexo feminino. A palavra *wer* remonta à mesma raiz indo-europeia do latim *vir* e está presente, por exemplo, em *werewolf* ('lobisomem': *wer* + *wolf*, 'lobo'). Do antigo *wif*, 'mulher em geral', provém *wife* ('esposa') e também *woman* ('mulher': *wimman* > *wifman: wif*, 'do sexo feminino' + *man*, 'ser humano').

No entanto, e não por acaso, as palavras que designavam o ser humano em geral não tardaram a ser usadas para designar também o ser humano do sexo masculino. Observe que o latim *vir* não se transmitiu para as línguas românicas, nas quais tanto o ser humano em geral quanto o do sexo masculino são chamados pelos termos correspondentes ao nosso *homem*. Também em inglês o fenômeno se repetiu (e não por mera coincidência): *man* passou a ser empregado para designar a espécie humana e o ser masculino. Uma vez que nas línguas se impregna a visão de mundo dominante entre seus falantes — e os falantes dominantes, na imensa maioria das sociedades humanas ao longo da história, sempre têm sido os homens, do sexo masculino —, não admira que na própria estrutura das línguas esteja registrada a assimetria vigente nas sociedades e nas culturas no que se refere à distribuição dos poderes simbólicos e das violências simbólicas destinados aos homens e às mulheres, isto é, não admira que a forma não-marcada, "neutra", "normal", "natural", seja a forma masculina, que nem precisa de marcas morfológicas para se identificar. Como vimos em [▶70], no desenho ideologicamente carregado da "evolução humana", o resultado desse suposto "progresso biológico" é o macho branco.

É importante, desde logo, evitar conclusões equivocadas como a de que "a língua é machista". Não, a língua não é machista, porque a língua não existe: o que existe são falantes da língua, seres sociais e políticos que determinam os destinos do idioma. E, reiterando o já dito, como os destinos do idioma e da sociedade têm sido determinados desde a pré-história pelos homens, não admira que as marcas desse predomínio masculino tenham sido incrustadas na gramática das línguas.

A ideia da mulher como subordinada ao homem tem raízes antiquíssimas e está registrada, por exemplo, na mitologia judaica (e, por conseguinte, cristã), no relato da criação de Eva a partir de uma costela de Adão.

No trecho de abertura de sua famosa obra gramatical (1539), o erudito português João de Barros (1496-1570), ao definir o termo *gramática*, escreveu:

> *Grammática é* vocábulo grego, quér dizer, çiençia de leteras. E, segundo a difinçám que lhe os grammáticos déram, é um módo çérto e justo de falár e escrever, colheito do uso e autoridade dos barões doutos. [negritos meus]

O termo *barões* é o que hoje chamamos *varões*, isto é, homens, do sexo masculino. Portanto, o "modo certo de falar e escrever" só podia ser encontrado na boca e na pena dos *homens* — até porque, naquela época, as mulheres eram em sua grande maioria analfabetas (e até hoje, no mundo inteiro, a maioria das pessoas iletradas é do sexo feminino).

No PB, uma língua em que — ao contrário do inglês — existe a concordância de gênero, quando empregamos termos como *pessoa*, *criança*, *indivíduo*, *vítima* etc., usamos, na referência anafórica, os pronomes com o gênero correspondente: *pessoa...ela*, *criança...ela*, *indivíduo...ele*, *vítima...ela* etc.[2] Em inglês, porém, isso não é possível e, tradicionalmente, a retomada era feita pelo pronome *he* ('ele') ou pelo pronome *they* (usado como forma neutra). Para forçar a desnaturalização da forma masculina, muitas pessoas atualmente retomam os termos genéricos *person* ('pessoa'), *someone* ('alguém'), *child* ('criança'), bem como todos os que não trazem marca de gênero (ou seja, a imensa maioria dos substantivos da língua inglesa) com o pronome *she* ('ela'):

---

[2] De fato, a concordância não se faz assim de forma tão rigorosa. Na fala espontânea, é muitíssimo mais comum retomar qualquer referência a uma pessoa genérica usando o pronome ele: "Se uma pessoa diz que ama Hitler (responsável pela morte de 6 milhões de judeus), diz que a pessoa ao seu lado deveria estar morta, assim como seus antepassados deveriam ter sido assassinados com gás, esta pessoa não é antissemita? Então ele deve ser chamado do que? Se vc. o defende deve pensar igual" (http://blogs.estadao.com.br/marcos-guterman/john-galliano-e-os-gays-fascistas, acesso em 4 de março de 2011). Outro exemplo: "Descobriu que eventos importantes na vida dessas pessoas e, principalmente, como eles reagiriam a esses eventos é o que mais interfere na sua percepção de qualidade de vida". (*Carta Capital*, 8 dez 2010, p. 95)

> In this scenario it would be possible for an infant to point for others while still not understanding their ponting gesture for her — that is, she would understand pointing form her own perspective only (...) (Tomasello, 1999: 87-88)
>
> [Nesse cenário seria possível para um bebê apontar para outros embora ainda não entendendo o gesto de apontar deles para ela — isto é, ela entenderia o gesto de apontar somente da própria perspectiva dela (...)]

No Brasil, logo após a posse de Dilma Rousseff na presidência da República em 2011, um debate supostamente linguístico emergiu quanto ao uso da palavra presidenta para designá-la. O debate, na realidade, era sociocultural e político. Como escreveu Sírio Possenti: "A novidade não é a forma feminina. A novidade é uma mulher no cargo"[3]. A própria Rousseff declarou que desejava ser chamada de presidenta, para deixar muito bem marcada a significação histórica da eleição de uma mulher ao cargo máximo de um país entranhadamente machista. No entanto (e, mais uma vez, não por acaso) os grandes meios de comunicação — que, durante a campanha eleitoral se posicionaram sem rodeios *contra* a candidatura dela, com raríssimas exceções — têm insistido em usar apenas a forma *presidente*, muito embora os dicionários (que na nossa cultura normativista têm *status* de autoridades em questões de língua) registrem há bom tempo a forma presidenta. Nada nesse episódio é inocente: a recusa da forma presidenta é, ao mesmo tempo, machista e politicamente conservadora.

10.12 Sintaxe, semântica, pragmática

O filósofo americano Charles W. Morris (1901-1979), atuando no campo da semiótica (o estudo dos signos e dos símbolos em geral e de sua interpretação), propôs, num livro publicado em 1938, três níveis de análise dos signos/símbolos:

1. a relação dos símbolos com outros símbolos;
2. a relação dos símbolos com os objetos do mundo;
3. a relação dos símbolos com as pessoas.

A cada uma dessas relações ele atribuiu um nome:

1. a relação dos símbolos com outros símbolos → sintaxe
2. a relação dos símbolos com os objetos do mundo → semântica
3. a relação dos símbolos com as pessoas → pragmática

Essa trivisão tem se revelado desde então muito produtiva nos estudos da semiótica, da lógica e da linguística. Ela permite, no nosso caso, ampliar o foco de investigação

[3] http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI4845435-EI8425,00-Presidenta.html, acesso em 4 de março de 2011.

da língua, introduzindo nela uma diversidade de elementos que tornam o estudo da linguagem muito mais rico e esclarecedor. Por isso, essa tripla abordagem tem se tornado praticamente obrigatória nas análises linguísticas de cunho **funcionalista** [▸60].

A tradição gramatical clássica, herdada dos gregos, se concentrou basicamente na **sintaxe**, pincelando seus postulados com toques de semântica (até porque é praticamente impossível desvincular as palavras e as sentenças de seu significado). Essa composição, no entanto, nunca foi coerente nem regular, e uma das críticas mais frequentes à gramática tradicional é precisamente sua instabilidade de conceitos: ora um elemento ou uma classe gramatical é analisado/a do ponto de vista sintático, ora do ponto de vista semântico, ora mesclando as duas coisas. Por causa de sua origem nas investigações dos antigos filósofos, a gramática tradicional se vale com grande frequência de definições "metafísicas" que são, no fundo, semânticas, uma vez que tentam demonstrar a relação das palavras com o mundo.

A definição clássica de **substantivo**, por exemplo, vai nessa direção: "Palavra que designa os seres em geral". A presença do termo *seres* nessa definição já é sintoma de sua origem "metafísica", sendo por isso mesmo muito problemática: o que é um *ser*? Os filósofos vêm se debruçando sobre essa pergunta há milênios, existe até mesmo um campo específico para a investigação do ser, a **ontologia**. Como vamos poder continuar usando essa definição? Sabemos que a palavra *banho*, por exemplo, é um substantivo, mas podemos dizer que *banho* é um "ser"? Poderíamos, sim, se tivéssemos optado, de antemão, por alguma definição de ser que incluísse entidades como *banho, suor, espuma, névoa, ar* etc.

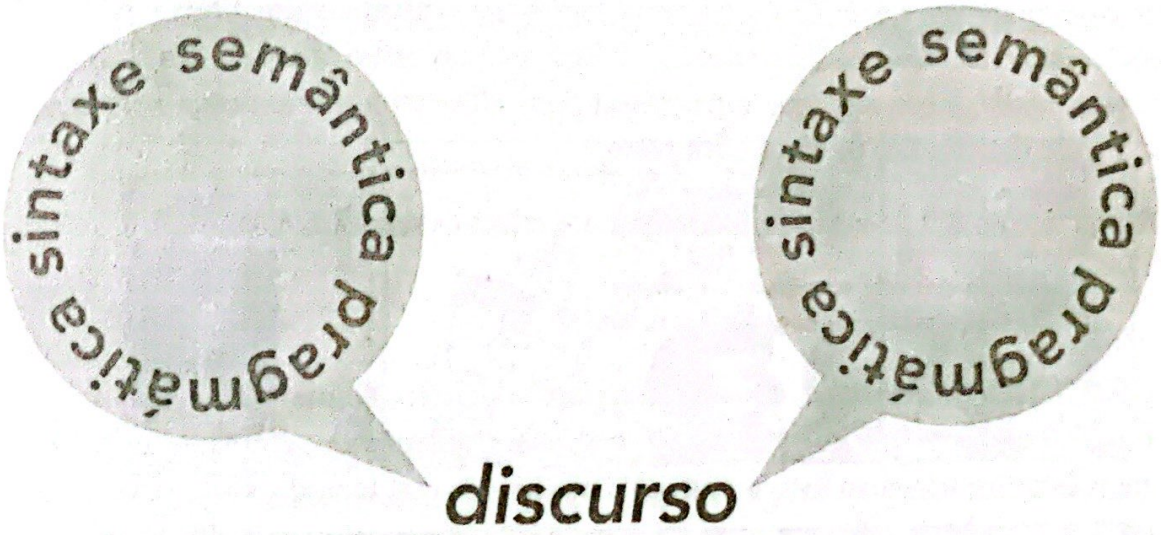
Ainda mais complicada — e inexplicavelmente repetida em quase todos os livros didáticos — é a definição de *substantivo abstrato*: "Ser que não tem existência própria e que por isso depende de outro para existir", um conceito que vem estampado em livros destinados a crianças que ainda mal sabem ler e escrever... No entanto, o que significa "depender de outro ser para existir", se ainda nem sabemos o que é um ser?

A linguística estrutural em sua forma mais extremada — o gerativismo chomskiano — lida única e exclusivamente com a **sintaxe**. Tanto quanto a gramática tradicional, o gerativismo interrompe sua análise no ponto final de uma frase (e de uma frase escrita, diga-se de passagem, já que a língua falada realmente nunca foi objeto de estudo dessa escola teórica — e nem poderia ser, pois a língua falada torna peremptoriamente inútil o instrumental analítico dela). O que um enunciado *significa* e o que ele revela da *interação* dos falantes entre si por meio da linguagem são elementos soberanamente desprezados, uma vez que não permitem a análise lógico-matemática computacional a que o gerativismo submete os enunciados, quase sempre artificiais e criados pelo próprio analista [▸47].

Numa linguística que se interessa pela língua como um fenômeno especificamente humano e — inevitavelmente — social, cognitivo, interacional, cultural etc.,

o estudo da atividade verbal sob a ótica tripla da sintaxe, da semântica e da pragmática é muito produtivo. Por isso, repito, essa ótica está presente nos estudos chamados funcionalistas.

Os funcionalistas, no entanto, levaram adiante a proposta pioneira de Morris e introduziram na análise o conceito importantíssimo de discurso. O discurso é a língua em uso, a língua como atividade sociocognitiva, intrinsecamente dialógico, como já vimos em [▶51]. Assim, a sintaxe, a semântica e a pragmática se combinam precisamente para a produção do discurso, que implica sempre, pelo menos, dois interlocutores, mesmo que um deles seja virtual:



Como bem nos informa Ronaldo O. Batista (2011: 27):

> Usar uma língua é se posicionar discursivamente, criando diferentes espaços de atuação social, intermediados pelos valores ideológicos, produzindo, consequentemente, diferentes efeitos de sentido, que acabam por tornar a linguagem verbal tão variada e fascinante, uma vez que o sentido produzido em determinado momento, veiculado por um arranjo formal resultante das escolhas feitas no sistema linguístico, não será necessariamente o mesmo obtido em outra configuração de uma interação verbal, sendo que falantes diferentes, contextos diferentes, intenções comunicativas diferentes, papéis sociais diferentes podem levar a diferentes formas de contato linguístico, gerando, assim, os mais variados efeitos de sentido, colocando, portanto, a língua numa dimensão discursiva. [negritos meus]

Em nossa descrição do PB, nos próximos capítulos, vamos tentar observar os fenômenos linguísticos nessa perspectiva discursiva (sintático-semântico-pragmática). Mas, como aperitivo, vamos ver um exemplo simples desse tipo de análise. Observe o seguinte enunciado:

> (82) Ofereci a *minha* faxineira para a *minha* chefe.

Se analisamos sintaticamente os grupos *a minha faxineira* e *a minha chefe* não encontramos diferença: são dois sintagmas nominais que apresentam o possessivo *mi-*

nha. No entanto, existe uma diferença enorme de significado e de intenção-efeitos quando alguém chama uma faxineira de "minha" e uma chefe de "minha". O que significa o *minha* no sintagma *a minha faxineira*? Significa que eu ocupo, na hierarquia social, uma posição superior em relação à faxineira. Quando chamo a faxineira de *minha*, a intenção é deixar bem clara uma série de coisas: que não faço serviços domésticos, que posso me dar ao luxo de pagar alguém para cuidar da minha casa, que essa pessoa é alguém que depende de mim para ter rendimentos etc. Quando chamo a chefe de *minha*, são outras as relações que ficam claras: que não sou dono do meu próprio negócio, que dependo de um salário para viver, que existe alguém na hierarquia do trabalho que está acima de mim. Todas essas informações são transmitidas pela articulação entre o possessivo *minha* (que estabelece as relações sintático-pragmáticas) e o significado dos substantivos *faxineira* e *chefe*. Outro indício de todas essas relações, evidentemente, é o emprego do verbo *oferecer* — a faxineira é representada como algo que uma pessoa pode oferecer a outra, numa coisificação evidente do trabalho de um ser humano.

Ainda no uso dos possessivos, se alguém nos relata os seguintes fatos:

(83) Eu pedi para ele autografar o meu livro.
(84) Ela pediu para eu autografar o meu livro,

o significado (a *semântica*) do verbo *autografar* nos permite interpretar "o meu livro" em (83) como o livro que pertence à pessoa que está falando, enquanto em (84) "o meu livro" se refere ao livro escrito pela pessoa que está falando. O uso dos sujeitos *eu* e *ela* também colaboram nessa interpretação *pragmática*: será difícil encontrar quem analise (84) como "ela pediu para eu autografar um livro que me pertence", até porque, em nossa cultura, o esperável é que os escritores autografem livros para outras pessoas e não para si mesmos. Se fizermos uma análise sintática tradicional dos dois enunciados, vamos ver que sua organização sintática é idêntica; no entanto, alguns índices *semânticos* e *pragmáticos* (os verbos *pedir* e *autografar*, os sujeitos *eu*, *ele*, *ela*) nos permitem interpretar esse *discurso* e deduzir os sentidos produzidos por cada interlocutor. Além disso, a presença em (83) de um *índice de pessoa* [▸484] e em (84) de uma *não-pessoa* altera radicalmente a produção dos sentidos em cada enunciado. Por isso, a simples análise sintática é insuficiente e constitui, de fato, uma forma muito restrita e pobre de explicar a atividade linguística real, autêntica.

Por fim, imagine o ambiente de uma palestra em que o palestrante, desejando usar um projetor de imagens, antes de começar a falar, se vire para uma pessoa e diga:

(85) — Edison, as luzes, por favor.

Edison desliga as luzes. O palestrante apresenta suas imagens e fala sobre elas. Em seguida, ele se vira para a mesma pessoa e diz:

(86) — Edison, as luzes, por favor.

Edison acende as luzes. As mesmas palavras, na mesma organização sintática, produzem efeitos simplesmente opostos: apagar e acender as luzes. Sem o conhecimento global do contexto de interação, os enunciados, se apresentados soltos, não têm sentido pré-definido (como não o tem nenhum enunciado solto, aliás!).

Ainda no campo da pragmática, é preciso também considerar que todo uso de uma língua está incontornavelmente mergulhado numa *cultura*. Por mais "objetivo" e "neutro" que um texto possa parecer, o simples fato de estar escrito (ou ser falado) numa dada língua implica um contexto cultural que, se não for conhecido, impede a boa interpretação de seus significados e sentidos.

A consideração do contexto cultural é fundamental, por exemplo, na prática da tradução. Vamos observar as três tirinhas abaixo da personagem Mafalda, do desenhista argentino Quino:

1

2

3

A tira (1) é a que foi produzida originalmente pelo desenhista em espanhol argentino. A tira (2) é uma tradução brasileira e a (3), uma tradução portuguesa. Além das diferenças linguísticas (uso do verbo *perceber* e de *tu* na tira portuguesa), tem um dado cultural

importante para que o humor presente na última fala de Manolito/Manelinho cause o efeito esperado. Nos textos argentino e brasileiro, Manolito (que é caracterizado como um menino pouco inteligente) diz que não entendeu nada "desde março". No texto português, no entanto, ele diz que não entendeu nada "de outubro até agora". Para o leitor argentino ou brasileiro, fica evidente que o menino não entendeu nada do que deveria ter aprendido na escola desde o início do ano escolar (que na Argentina e no Brasil começa em março). Para o humor funcionar em Portugal, é preciso traduzir "marzo" por "outubro", pois na Europa é em outubro que se inicia o ano escolar.

Muitos usos da linguagem — como na publicidade, no humor, nas letras de música, nas piadas etc. — se valem explicitamente dos conteúdos culturais que as palavras transportam. Daí a fundamental importância de uma abordagem *discursiva* e nunca meramente sintática de todo enunciado linguístico.

O triplo foco sintaxe-semântica-pragmática nos permite compreender melhor o que ocorre no processamento da língua e na produção dos enunciados linguísticos. Por exemplo, os três mais importantes papéis sintáticos — sujeito, objeto direto, objeto indireto — são tradicionalmente estudados somente do ponto de vista da sintaxe. No entanto, esses mesmos elementos da sentença podem ser analisados sob outro ponto de vista:

SINTAXE →	sujeito	objeto direto	objeto indireto
SEMÂNTICA →	agente	paciente	beneficiário

Na análise sintática convencional, só se emprega o termo *agente* quando se estuda o processo de *passivização*, em que o agente da voz ativa se torna paciente da voz passiva: *Pedro pagou a conta* / *A conta foi paga por Pedro*.

No entanto, o que de fato determina as propriedades semânticas do sujeito não é simplesmente a voz verbal, mas as propriedades semânticas do próprio verbo envolvido. Quando digo, por exemplo, *Pedro apanhou de André*, o sujeito *Pedro* é quem "sofre" a ação do verbo *apanhar*, embora a sentença não esteja na voz passiva.

É por isso que a poderosa e certeira intuição linguística dos falantes rejeita certas construções previstas pela TGP: elas se chocam duramente contra a realidade dos fatos, realidade que é o reino dos significados e sentidos filtrados pela semântica. Assim, na chamada "voz passiva sintética" ou "voz passiva pronominal" (que, de fato, não existe no PB), todos os verbos envolvidos são sempre verbos que exigem de seus sujeitos-agentes o traço semântico [+humano]. Ora, na chamada "passiva sintética", a TGP atribui o papel de sujeito a elementos que não podem exercer a função de agentes dos verbos implicados. É isso que nos leva a não fazer a bizarra "concordância" que a TGP exige entre um "sujeito" e o verbo, uma vez que tal "sujeito" carece do traço semântico [+humano]. É impossível convencer alguém de que em *Vende-se ovos* o "sujeito" é *ovos* e, por isso, o verbo deveria estar no plural: "*Vendem-se ovos*". Mesmo uma criança pequena sabe que o verbo *vender* só pode ser praticado por um ser hu-

mano ou por uma entidade humanizada (empresa, instituição, órgão público etc.) e que *ovos* não têm capacidade alguma de vender o que quer que seja, muito menos de venderem a si mesmos... Vamos examinar mais a fundo essa questão em [▸808].

10.13 Gramaticalização

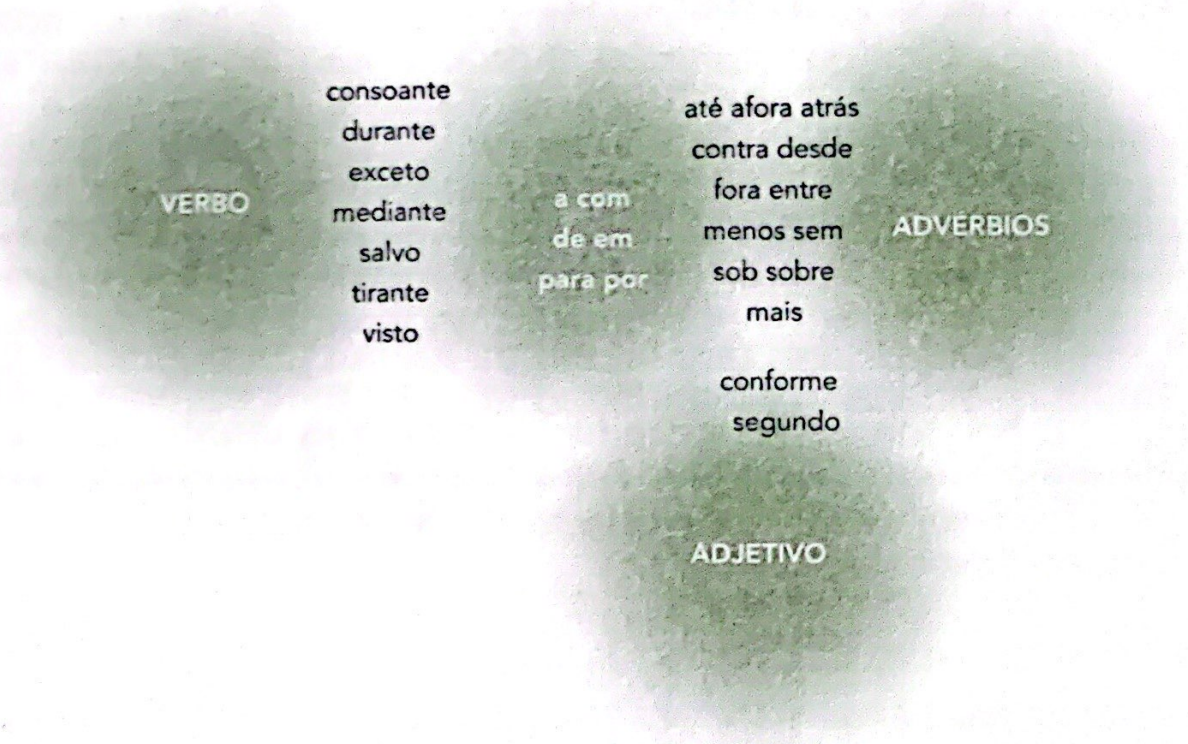
Não vamos repetir aqui a longa discussão que fizemos no capítulo 4 a respeito da **gramaticalização** e de seu papel fundamental no processo da mudança linguística. A gramaticalização, como vimos, é uma poderosa força de transformação da língua: assim como as erupções vulcânicas, os maremotos e os terremotos abalam e redesenham a face da terra, a gramaticalização também contribui para a extinção de "espécies" gramaticais e, ao mesmo tempo, para o surgimento de novas. Os principais agentes da gramaticalização são a metáfora, a metonímia, a analogia, a reanálise sintática, a recategorização, a relação icônica etc.

Propusemos a noção de **protótipo** para negar a existência de classes gramaticais fechadas em si mesmas e com limites bem definidos. Para isso utilizamos a seguinte figura:

O que torna as classes gramaticais fluidas assim é precisamente a gramaticalização, que, por um lado, cristaliza algumas formas novas tornando-as prototípicas, ao mesmo tempo em que, pelo outro, desloca antigas formas para as bordas pouco consistentes da classe e força elas a entrar no domínio de outra classe gramatical.

Um bom exemplo disso ocorre com a classe das chamadas **preposições** (capítulo 19) Embora nossa tradição pedagógica insista em fazer os alunos decorar uma lista fechada de preposições (a famosa cantilena *a, ante, após, até, com, contra, de, desde, em, entre, para, perante, por, sem, sob, sobre, trás*), essa lista contém pelo menos três

sérios problemas: ela inclui itens que já se tornaram extintos no uso (*ante, trás*); não inclui todas as palavras que, na língua, funcionam como preposição e inclui palavras que ainda não se cristalizaram definitivamente como preposições, ficando a meio caminho, por exemplo, entre as preposições prototípicas e os advérbios prototípicos, e entre as preposições prototípicas e algumas formas verbais:



As preposições que têm mais direito a esse nome são aquelas que estão no núcleo da classe. Não por acaso, são continuadoras em linha reta de preposições que já existiam como tais em latim: *a* < *ad*; *com* < *cum*; *de* < *de*; *para* < *pera* < *per ad*; *por* < *pro*. As outras, embora funcionem sintaticamente como preposições, ainda estão, do ponto de vista semântico, com um pé em outras classes, seja porque se originaram delas (como as que vieram de verbos e de adjetivos) ou porque seu significado já inclui noções bem nítidas de tempo, espaço, movimento e modo, o que leva elas para mais perto dos advérbios. Esse pertencimento a uma ou a outra classe fica claro nos dicionários, em que muitas dessas palavras recebem ao mesmo tempo mais de uma classificação, como *fora* (advérbio, preposição, interjeição, substantivo). Isso já não se passa com as preposições centrais, que são exclusivamente preposições.

As preposições centrais — *a, com, de, em, para, por* — têm significados bastante fluidos (embora não sejam palavras "vazias" como postulam algumas definições), que adquirem sentidos mais definidos de acordo com seu uso e com as palavras que elas conectam. A preposição de, por exemplo, vem assim descrita no dicionário *Houaiss*:

> de
> ■ preposição — 1 relaciona palavras por subordinação e expressa os sentidos: 1.1 procedência, ponto de partida, origem Ex.: *<chegou de Minas Gerais> <veio da cozinha para a sala>*

<queijo de Minas>; 1.2 lugar onde está o agente da ação Ex.: *<do alto avista-se a cidade> <ele telefonou de casa>*; 1.3 assunto de que se trata Ex.: *<falou de você e não de mim>*; 1.4 matéria Ex.: *<estátua feita de ouro>*; 1.5 meio Ex.: *<vive de rendas>*; 1.6 causa Ex.: *<cego de tanta claridade> <desmaiou de fome>*; 1.7 instrumento Ex.: *<ferido de faca>*; 1.8 modo Ex.: *<olhar de soslaio> <sair de fininho>* 1.9 tempo Ex.: *<de manhã>*; 2 ligando dois substantivos (ou equivalentes), diretamente ou com auxílio de verbos de ligação (ser, estar, parecer etc.), adquire os sentidos:; 2.1 possuidor Ex.: *<a casa (é) dos pais>*; 2.2 o autor de uma obra Ex.: <Os Lusíadas *de Camões>*; 2.3 aquilo de que é parte Ex.: *<mão de pilão> <maçaneta da porta>*; 2.4 finalidade Ex.: *<vestido de festa>*; 2.5 local Ex.: *<o carnaval da Bahia>*; 2.6 continente ou conteúdo Ex.: *<copo de água> <a água do copo>*; 2.7 inclusão numa classe Ex.: *<jararaca da espécie* Bothrops neuwiedi*> <sócio do clube>*; 2.8 característica genérica ou particular Ex.: *<indivíduo de respeito> <homem de nariz grande>*; 2.9 semelhança Ex.: *<escada de caracol>*; 2.10 tempo, época em que acontece Ex.: *<chuvas de verão> <pão de hoje> <presente de aniversário>*; 2.11 constituição Ex.: *<comissão de alunos> <conselho de ministros>*; 2.12 dimensão Ex.: *<torre de 20 m>*; 2.13 valor Ex.: *<vestido de cem reais>*; 2.14 instrumento, órgão ou dispositivo de manejo de uma coisa Ex.: *<carrinho de mão> <instrumento de percussão>*; 2.15 destino (equivalendo a *para*) Ex.: *<trem de São Paulo>*; 2.16 o produto de algo Ex.: *<bicho-da-seda>*; 2.17 o agente (na voz passiva) Ex.: *<queimado do sol da Bahia>*; 3 introduzindo objeto direto preposicionado, indica, p.ex., uma parte de um todo (uso partitivo) Ex.: *<comerás do pão, beberás do vinho> <provou do meu macarrão?>*; 4 precedido da interjeição *ai* e antes de palavras como *coitado, infeliz, pobre* etc., indica o objeto da lamentação Ex.: *<ai de mim> <infeliz de ti>*; 5 entra na formação de determinadas formas perifrásticas com verbos como ter, haver, parar, deixar etc. e o infinitivo do verbo principal Ex.: *<hei de vencer> <parou de chorar>*; 6 entra em construções comparativas Ex.: *<o maior de todos> <é menor do que o irmão>*.

Agora compare o que o mesmo dicionário nos diz sobre as preposições *após*, *até* e *desde*:

após
■ preposição — 1 relaciona por subordinação e expressa os sentidos: 1.1 atrás de, a seguir a (no espaço) Ex.: *<logo a. os tanques, seguiam os soldados>*; 1.2 depois de, a seguir a (no tempo) Ex.: *<a. breve pausa, continuou>*.

até
■ preposição — 1 expressa um limite posterior de tempo Ex.: *<ficará a. dezembro> <não esperou a. você decidir-se>*; 2 expressa um limite espacial, o término de uma distância ou de uma superfície Ex.: <o terreno vai a. a cerca> *<trace uma linha a. o canto> <venha a. aqui> <o Homem foi a. a Lua> <do Rio a. São Paulo há muitas cidades>*.

desde
■ preposição — 1 relaciona por subordinação e expressa os sentidos: 1.1 movimento ou extensão com relação a um ponto determinado no espaço; a começar de, Ex.: *<veio a pé d. sua casa> <a multidão se estendia d. o centro à periferia da cidade>*; 1.2 movimento ou extensão a partir de um momento determinado; a partir de, a datar de, já, já em Ex.: <d. ontem até hoje> *<d. que horas você está aí?> <estava a esperá-lo d. duas horas da tarde> <d. cedo revelou interesse por literatura>*; 1.3 ordem gradativa, sempre em correlação com as preposições *a* ou *até* Ex.: *<estavam lá, d. ministros aos mais humildes funcionários> <d. o mais alto ao mais baixo> <tentou tudo, d. a calúnia até o suborno>*.

Realmente, qualquer uso de *após* já evidencia o sentido de 'que vem depois'; qualquer uso de *até* pressupõe um 'ponto de chegada'; e qualquer uso de *desde* ativa a

ideia de 'algo que parte de A e chega a B'. Muito diferente, portanto, do que ocorre com os usos de *de*.

É por efeito, portanto, da gramaticalização que as palavras vão estendendo suas redes de propriedades semânticas, sintáticas, morfológicas e discursivas. No desenho acima, incluímos entre as preposições os adjetivos *conforme* e *segundo*, que também funcionam como advérbios. Ora, a fronteira entre adjetivos e advérbios é das mais nebulosas. Praticamente qualquer adjetivo pode funcionar como advérbio:

(87) A cerveja que desce redondo.
(88) Fale mais alto, por favor!
(89) Com o nosso plano, você fala ilimitado no seu celular.
(90) O que você fez ontem na festa pegou feio.
(91) O Valdir sabe mesmo falar muito bonito.
(92) Só a Madalena não compareceu ao almoço.
(93) A gente trabalhou duro para cumprir o prazo.

Essa relação tão íntima entre advérbios e adjetivos é que nos leva a flexionar no feminino (e às vezes no plural) os advérbios todo e meio quando seguidos de palavras femininas: *Eu gosto de dormir com a janela* ***toda*** *fechada / Gilda me pareceu* ***meia*** *triste na festa*. Quanto a isso, os gramáticos e dicionaristas são muito incoerentes: uns admitem *toda* mas não registram *meia* (Houaiss), outros fazem o inverso: admitem *meia* mas não registram *toda* (Aurélio). Os normativistas aceitam que se diga "uma *pouca* de água", uma forma que absolutamente ninguém mais usa hoje em dia, e fazem um escândalo quando alguém usa o *meia* (uma flexão que foi usada amplamente por Machado de Assis e, ainda mais remotamente, por Camões). Essa mesma chamada "flexão por atração" explica a forma *menas*, muito empregada hoje em dia no PB, sobretudo pelos falantes das VLE.

A gramaticalização não atinge apenas itens isolados ou pequenos sintagmas. Ela também pode transformar sentenças inteiras em palavras-frases, isto é, palavras ou locuções que condensam toda uma sentença e se tornam convencionais numa determinada língua, fórmulas fixas usadas em situações culturalmente marcadas. Como sempre ocorre no processo de gramaticalização, a sentença primitiva perde material sonoro e se reduz a seus elementos essenciais:

1. bom dia < 'eu desejo a você um bom dia'.
2. obrigado < 'eu fico obrigado a você pelo que me fez'.
3. não tem de quê < 'não tem de que agradecer'.
4. bença < a bênção < 'eu lhe peço a sua bênção'.
5. adeus < a Deus < 'eu te entrego a Deus', 'eu te recomendo a Deus'.
6. puxa < puxa vida < 'puta vida', com mudança eufemística de *puta* > *puxa*, por intermédio do espanhol *pucha* < *puta*.
7. nó < nossa < 'valha-me, Nossa Senhora' (na variedade de Belo Horizonte ocorreu o fechamento da vogal: nu!).
8. credo < primeira palavra da oração latina: "*Credo in unum Deum, Patrem omnipotentem, Factorem cæli et terræ, Visibílium omnium et invisibílium...*". Existem

diversas variantes como *cruz credo* (< *in crucem credo*, 'creio na cruz'), *creio em deus pai, creio em deus padre, crendeuspai* etc.

9. **oxe** < **oxente** < 'ó gente!', com ensurdecimento do [ʒ].
10. **pois não** → inicialmente expressava incredulidade ou recusa: "Eles acham que podem agir assim impunemente? Pois não [podem]!". A partir daí, passou a significar 'de maneira alguma', 'de modo nenhum' e, um passo adiante, 'é claro', 'sem dúvida': "— A senhora pode me dar uma informação? — Pois não."
11. **parabéns** > plural de **parabém** > "Faço votos *para* o seu *bem, para bem* de você".
12. **vixe** > **virgem** > 'valha-me, Virgem Maria', com assimilação do [h] e ensurdecimento posterior do [ʒ].
13. **mode, prumode, pramode** etc. → contração de 'por amor de'.

Essas palavras-frases são empregadas com objetivos *pragmático-discursivos* e não configuram uma classe de palavras, já que a noção de classe de palavra está vinculada à *morfossintaxe*, ou seja, ao papel sintático que a palavra exerce na sentença. As palavras-frases, que muitas vezes se expressam como interjeições do ponto de vista prosódico, se situam *fora da sintaxe* e, a rigor, toda e qualquer palavra pode se transformar numa interjeição: *Lindo! Mesmo?! Não!? Ela?! Eu?! Quem!? Agora!? Vamos! Chega! Socorro! Ajuda! Rua!*

Também as chamadas **expressões idiomáticas** representam gramaticalizações de sentenças inteiras que perderam seu significado concreto original e, por meio da metáfora, passaram a se aplicar às mais diversas situações. O que caracteriza uma expressão idiomática é que o seu significado não é igual à soma dos significados de seus componentes. Compare, por exemplo: "Vou *dar uma colher de chá de boldo* ao Juca para ver se ele melhora do estômago" e "Vou te *dar uma colher de chá* e ouvir suas desculpas". O mesmo vale para *dar com os burros n'água, pagar mico, cair a ficha, dar bandeira, cair do cavalo, tirar o cavalinho da chuva* e milhares de outras.

Esses exemplos são uma pequeníssima amostra dos efeitos da gramaticalização na vida da língua ou, mais precisamente, na vida dos falantes da língua. Como dissemos em [▶76], a gramática de toda língua viva é sempre uma **gramática emergente**, em processo de fazer-se, desfazer-se e refazer-se. Talvez possamos repetir, com Castilho (1994b), que não existe gramática, existe gramaticalização, "que é a cristalização das formas discursivas mais produtivas".

Um importante princípio da gramaticalização é a **reanálise sintática**. Como sugere o nome, trata-se de uma nova análise, uma nova interpretação que os falantes realizam sobre as palavras e sua organização na sentença. Um exemplo clássico é o da formação do futuro com o auxiliar **ir**. De início, um enunciado como **vou lavar o carro** podia ser interpretado como

[vou] [lavar] [o carro] → vou = me desloco no espaço na direção de.

No entanto, uma vez que todo deslocamento no espaço implica também numa passagem de tempo, a construção foi reanalisada como enunciação de ato futuro:

[vou lavar] [o carro] → vou = futuro.

Nessa reanálise, o verbo ir deixou de ser um verbo pleno e se transformou em auxiliar, com a decorrente perda de sua carga semântica inicial (deslocamento espacial). Isso torna perfeitamente possíveis e aceitáveis enunciados como

Vou dormir → alguém pode dizer isso estando já deitado na cama e virando-se para o lado, sem implicar movimento espacial nenhum.

Vou ficar → aparente contradição, pois ou se vai ou se fica, mas aqui não há contradição alguma, pois o verbo ir indica apenas futuridade.

Vou pensar → o ato de pensar não implica em movimento espacial algum, mas a construção é perfeitamente aceitável porque, de novo, ir é mero índice de futuridade.

Diante disso, o patrulhamento que se faz contra as expressões vou ir (e vou vir) não se justifica, já que nesse caso não há redundância alguma, não se está usando "duas vezes" o mesmo verbo: vou já não é verbo, é na prática uma desinência tempo-modo-pessoal empregada para indicar ação futura, enquanto o infinitivo ir mantém a carga semântica plena do verbo. É curioso que ninguém se incomode com vou ficar, uma aparente contradição, mas que tanta gente implique com vou ir, absolutamente natural e justificado pelo processo de gramaticalização.

No caso das regências verbais, que vamos examinar em [▶527], as transformações de verbos transitivos indiretos em verbos transitivos diretos e vice-versa, bem como a substituição de uma preposição por outra, são consequências também da reanálise empreendida pelos falantes da relação entre o verbo e seu complemento. Os casos de mudança provocada pela *afetividade* [▶590], como o do verbo *custar* (*custa-me crer* → *eu custo a crer*) também são efeitos de reanálises sintáticas (e semântico-pragmáticas).

Já vimos os efeitos poderosos da metáfora nos processos de mudança linguística. Agora vamos abordar a companheira constante da metáfora, a metonímia. Enquanto a metáfora opera por meio da comparação implícita, obtida pelo uso de um termo para designar outro, sempre na passagem do concreto para o abstrato — *um atoleiro de corrupção, um mar de lágrimas, a boca da noite* etc. —, a metonímia opera com a noção de contiguidade, ou seja, usando um termo no lugar de outro com o qual o primeiro mantém uma estreita proximidade:

(94) Ainda não sabemos o que Brasília vai fazer a respeito do caso → *Brasília = sede do governo*, logo *Brasília = governo*.

(95) Quando ele contou aquela piada, o teatro explodiu em gargalhadas → *teatro = local que recebe muitas pessoas*, logo *teatro = as pessoas que estão no teatro*.

(96) Essa cantora lírica está se especializando em Wagner → *Wagner = compositor de óperas*, logo *Wagner = óperas de Wagner*.

A metonímia, além de ser uma "figura de linguagem", também é um dos princípios da gramaticalização, uma das forças que levam a língua a mudar.

Por exemplo, nossa palavra *nada* se originou de um sintagma latino: *res nata*, literalmente 'coisa nascida'. Ao dizer *não sei nada sobre isso*, queremos dizer que não existe coisa surgida (nascida) no mundo que saibamos a respeito de tal assunto. Por metonímia, o adjetivo *nata* passou a ser usado sozinho, subentendendo-se *res* ('coisa'). Mais adiante, por ser sempre empregado em enunciados negativos, *nata* > *nada* assimilou a carga semântica negativa de *não* e, por mais uma metonímia, passou a ser empregado muitas vezes sozinho, já plenamente gramaticalizado como quantificador indefinido negativo [▶826]:

não sei nada ⟶ nada sei
não vi nada ⟶ nada vi
não quero nada ⟶ nada quero

Por coincidência, a palavra *nada* também começa com *n-*, como as demais palavras negativas da língua: *não, nem, ninguém, nenhum, nunca*... o que pode ter contribuído também para sua gramaticalização.

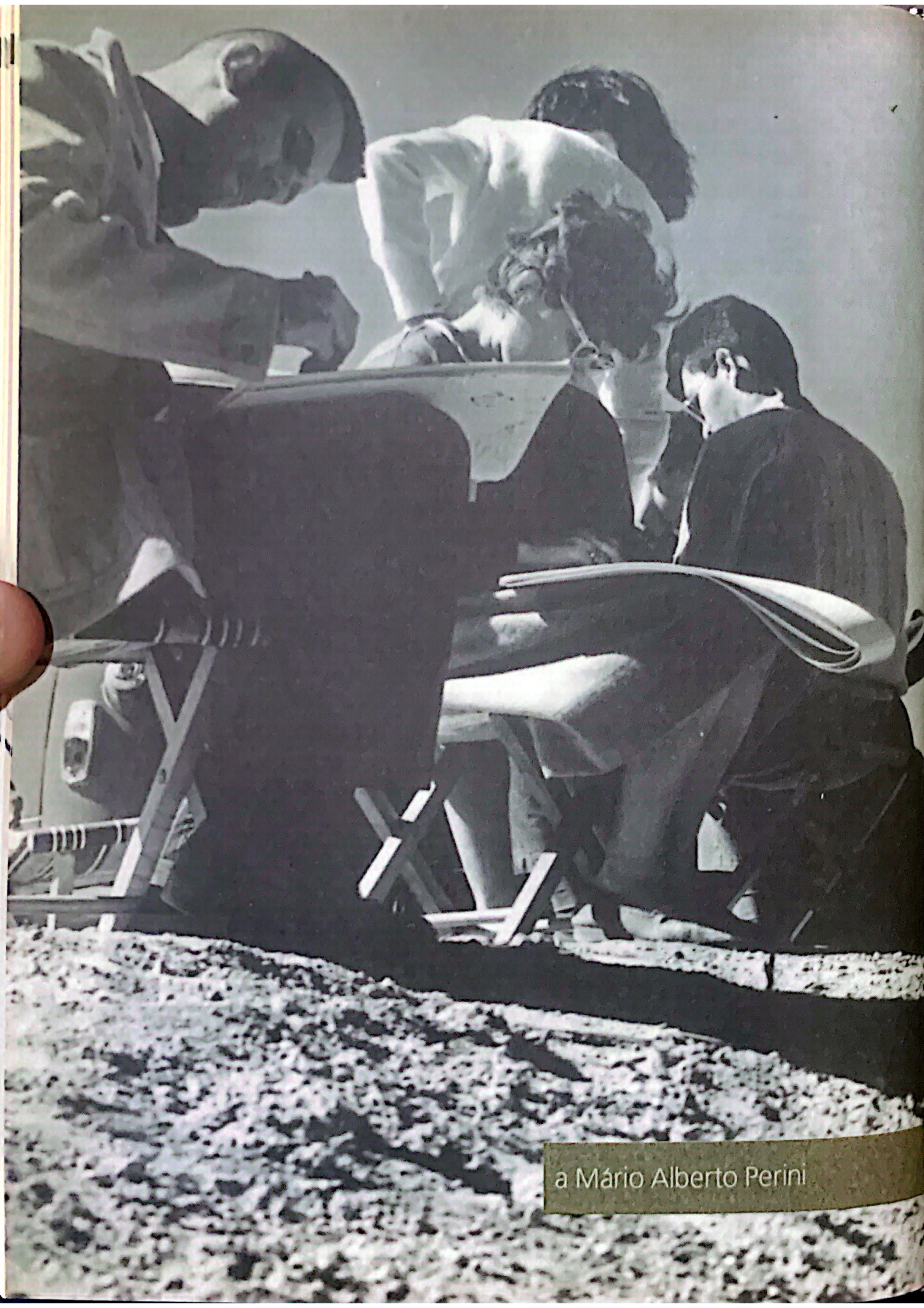
Quando estudarmos as conjunções e os pronomes relativos (capítulo 20), vamos ver de que modo interessante a metonímia agiu na constituição desses conectivos gramaticais.

10.14 O QUE É O PORTUGUÊS BRASILEIRO

Resumindo tudo o que vimos nesse capítulo, podemos afirmar que o português brasileiro:

- é uma língua que organiza sua sintaxe na ordem SVC;
- é uma língua predominantemente analítica e, por isso mesmo,
- é uma língua em que as construções sintagmáticas prevalecem sobre as paradigmáticas;
- é uma língua em que a expressão do sujeito tende cada vez mais a se tornar obrigatória;
- é uma língua em que o objeto nulo é a forma preferencial de retomada anafórica;
- é uma língua em que as construções de tópico são frequentes, refletindo a preponderância do sujeito pleno e do objeto nulo.

Por fim, é uma língua em que — como qualquer outra língua viva do mundo — os processos de gramaticalização jamais se interrompem, trazendo à tona hoje a gramática de amanhã.



a Mário Alberto Perini

11

as palavras, as coisas e as não-coisas

características lexicogramaticais do português brasileiro

Essa gramática não tem o objetivo de descrever exaustivamente o PB, tarefa que vem sendo cumprida por um número considerável de pesquisadores engajados na produção de uma *Gramática do português culto falado no Brasil*, a ser publicada em cinco volumes

(Jubran/Koch, 2006; Ilari/Neves, 2008; Kato, 2009; Rodrigues/Alves, no prelo; Abaurre, no prelo) e, mais recentemente, por uma obra assinada pelo idealizador e coordenador do Projeto Gramática do Português Falado, Ataliba T. de Castilho, a *Nova gramática do português brasileiro* (2010). Para se ter uma ideia da magnitude desse trabalho, basta mencionar que só o volume II da *Gramática do português culto falado no Brasil* tem 1.170 páginas escritas por 22 autores. Por seu turno, a gramática de Castilho ocupa 770 páginas, num esforço de síntese de todas essas pesquisas realizadas nos últimos quarenta anos.

De fato, essa monumental tarefa de descrição e análise das variedades urbanas de prestígio do PB vem sendo empreendida desde o início dos anos 1970, quando se iniciou sua primeira fase, a coleta da língua viva falada pelos brasileiros mais letrados (com curso superior completo) e com antecedentes socioculturais urbanos. Essa coleta ficou a cargo dos pesquisadores do Projeto NURC (Norma Urbana Culta), sem dúvida, o empreendimento mais importante da nossa pesquisa linguística até hoje. O impacto do NURC tem sido tamanho que muitos autores não hesitam em dizer que a história da descrição do PB se divide em antes do NURC e depois do NURC, esse verdadeiro divisor de águas.

As gravações da fala urbana de prestígio ocorreram em cinco cidades: Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Elas foram selecionadas com base em dois critérios principais: a população (mais de um milhão de habitantes) e a idade (mais de trezentos anos de fundação), de modo que fossem comunidades de fala populosas e com uma história suficientemente longa para o surgimento de variedades urbanas com características próprias mas, ao mesmo tempo, compartilhando muitos traços comuns, devidos ao próprio processo de urbanização que, por meio da escolarização de melhor qualidade e dos meios de comunicação com seu caráter homogeneizador, tende a unificar em boa parte a fala dos cidadãos mais letrados nas zonas metropolitanas. Na década de 1970, aquelas cinco capitais eram as únicas que se enquadravam nos dois critérios.

O processo de coleta do *corpus* se realizou entre 1970 e 1977 e, uma vez concluído, resultou nos seguintes números:

- 1.870 entrevistas,
- 2.356 informantes,
- 1.570 horas de gravação.

Em seguida, foi necessário transcrever essas gravações para torná-las acessíveis aos pesquisadores desejosos de estudá-las. Uma vez transcritas, se iniciou a publicação desse *corpus* na forma de livros:

- São Paulo: Castilho / Preti (1986; 1987); Preti / Urbano (1988)
- Rio de Janeiro: Callou (1992); Callou / Lopes (1993; 1994)

- Salvador: Motta / Rollemberg (1994)
- Recife: Sá / Cunha / Lima / Oliveira (1996)
- Porto Alegre: Hilgert (1997)

Além desses livros, também é possível encontrar, atualmente, as transcrições e o material sonoro das entrevistas realizadas pelo NURC do Rio de Janeiro na página da internet <www.letras.ufrj.br/nurc-rj>. É de se esperar que os outros núcleos do projeto tomem a mesma iniciativa.

Graças ao NURC, tem sido possível conhecer com cada vez mais profundidade e extensão a realidade do PB urbano de prestígio. E é esse conhecimento que vem provocando o abandono das descrições-prescrições clássicas da língua — que têm como modelo de exemplaridade a escrita literária, essencialmente *lusitana* ou *lusitanizante*, do Romantismo em diante — em favor de um retrato mais condizente com o que constitui *de fato* a legítima gramática do PB, ao menos em suas variedades urbanas de prestígio.

Nos próximos capítulos, como aliás já tenho feito nos anteriores em menor escala, vou me servir do *corpus* do NURC para exemplificar a vigência, no PB atual, de regras gramaticais que não são contempladas pela TGP ou, se contempladas, sofrem censura e condenação. Em contraposição à TGP vamos tentar descrever aqui as principais características morfossintáticas do VGB, ou seja, regras gramaticais que pertencem a *todas as variedades do* PB *contemporâneo*, incluindo, obviamente, as VUP.

No entanto, uma descrição mais honesta do PB tem de incluir também os aspectos mais relevantes das VLE, até porque, como a sociolinguística vem provando, é nessas variedades que surgem mais espontaneamente as inovações que, a depender de sua expansão sociocultural, acabam, ao fim de algum tempo, sendo acolhidas também pelos falantes das VUP.

Essas VLE apresentam, tanto quanto as VUP, características locais, regionais, mas também grandes traços pan-brasileiros, devidos à nossa história sociolinguística, onde, como vimos em [▶243], o contato do português colonial com as línguas indígenas e africanas produziu formas linguísticas encontráveis em praticamente todo o território nacional.

Acerca do NURC, é preciso fazer uma observação de caráter histórico e sociocultural. As entrevistas, como já dito, foram coletadas ao longo dos anos 1970. Passados quarenta anos, a realidade social, econômica, política e cultural do Brasil sofreu grandes e profundas transformações. O fim da ditadura militar, que imperou por duas décadas (1964-1984), levou a uma rápida e vertiginosa modernização da sociedade brasileira no tocante, por exemplo, aos meios de comunicação, às novas tecnologias de informação, à expansão da oferta educacional em todos os níveis, à emergência dos discursos e das ações em defesa dos direitos humanos, dos direitos

das mulheres, contra o racismo e a homofobia, em favor da preservação do meio ambiente etc. Em menos de vinte anos, o Brasil alcançou ampla projeção internacional, tendo se tornado um interlocutor de peso no cenário mundial, sobretudo graças ao crescimento de sua economia, que coloca nosso país hoje entre as chamadas potências emergentes. No que diz respeito aos costumes, ocorreu uma liberalização geral, com rompimento de velhos tabus comportamentais, com a possibilidade de discussão aberta e explícita de temas antes intocados (virgindade, diversidade sexual, sexo na adolescência, pedofilia, violência contra a mulher, exploração do trabalho infantil, críticas às religiões instituídas, doenças sexualmente transmissíveis e sua prevenção, legalização da maconha etc.).

Mais especificamente, e de grande importância para as questões sobre língua no país, ocorreu nos últimos dez anos a maior redução de pobreza da história do Brasil e a consequente ascensão da chamada nova classe média:

> De acordo com esse estudo [da Fundação Getúlio Vargas], nos últimos seis anos cerca de 20 milhões de brasileiros deslocaram-se da base para o miolo da pirâmide social. Até há pouco tempo classificados como pobres ou muito pobres, eles melhoraram de vida e [...] começam a usufruir vários confortos típicos de classe média. Sua ascensão social revela uma excelente novidade: pela primeira vez na História, a classe média passa a ser maioria no Brasil. São hoje 52% da população (eram 44% em 2002) – ou 100 milhões de brasileiros, segundo a FGV.
>
> Essa população emergente, com seu desejo de continuar a consumir e seu foco no progresso pessoal, é um sintoma de que o Brasil está melhorando. Em todos os países que alcançaram um alto grau de desenvolvimento econômico e social, a maioria dos habitantes pertence à classe média. Conhecer a nova classe média brasileira é, portanto, fundamental para entender o futuro do Brasil. Quem são essas pessoas? Como melhoraram de vida? Que impacto podem provocar? Quais desafios trazem para o país? (*Época*, 8/8/2008)

Às perguntas feitas pelos autores da reportagem podemos acrescentar: como falam essas pessoas? Que impacto podem (e sem dúvida vão) provocar no conceito de norma urbana culta ou, como prefiro chamar, variedades urbanas de prestígio? Sendo metade da população, não é de se prever que suas características linguísticas vão se expandir, alcançar o "miolo" da pirâmide social e, com uma possível ascensão maior, chegar ao topo dessa pirâmide? Sabendo também que a grande maioria dos docentes hoje provém dessas camadas sociais, que impacto a língua falada por eles vai exercer no ensino de língua na escola?

Um exemplo simples desses fenômenos é o emprego da construção para + mim + infinitivo: *Preciso desses exames* PRA MIM PODER *te dar um diagnóstico preciso.* Ela já vem documentada na literatura romântica brasileira do século XIX (no romance *Inocência*, de Taunay, 1872). Até pouco tempo atrás, essa construção era muito estigmatizada pelos mais letrados, tida como própria dos falantes menos escolarizados ou sem qualquer escolarização, habitantes da zona rural ou das periferias marginalizadas das grandes cidades. Ora, hoje em dia é possível afirmar que ela é empregada

pela ampla maioria da população, incluindo membros das antigas e das novas classes médias. A condenação unânime dos defensores da TGP serviu de barragem a essa sintaxe durante o longo período de nossa história em que a fala urbana de prestígio era restrita a uma parcela muito reduzida da população. Mas o que vai ocorrer a partir de agora? Essa barragem já foi rompida na língua falada pois, repetimos, é assim que se expressa oralmente a maioria da população brasileira, incluindo pessoas altamente escolarizadas como médicos, engenheiros, economistas, professores (inclusive de português) etc. A repressão ainda vigora com sucesso nos GTM, que são o último reduto das formas linguísticas canonizadas pela tradição normativa. Até quando eles resistirão é uma questão que vai depender da dinâmica social.

Por tudo isso é que o *corpus* do NURC, material precioso, retrata uma "norma urbana culta" já em certa medida ultrapassada, ainda que revele, como afirmei, uma distância larga e funda com relação ao que era previsto na TGP. Determinados traços linguísticos, atribuíveis naquela época às VLE, decerto estariam presentes em entrevistas com falantes urbanos mais letrados se elas fossem realizadas nos dias de hoje. O número do substantivo **óculos**, plural na maioria dos inquéritos do NURC, sem dúvida se revelaria, com frequência majoritária, singular na fala urbana de prestígio contemporânea: *O seu óculos novo ficou lindo!* Afinal é assim que se expressam os próprios oculistas e boa parte da propaganda desse ramo de negócio.

Como o objetivo primordial da escola é levar os aprendizes a se apoderar daquilo que não conhecem — essencialmente a leitura e a escrita e, mais especificamente, as convenções que governam a produção dos GTM —, também vamos ilustrar a morfossintaxe do PB recorrendo a textos desses gêneros. Ao contrário do que faz a TGP, não vamos nos valer de citações literárias, pois compartilhamos a tese de que o objetivo da educação linguística não é formar grandes escritores, mas sim cidadãos usuários competentes da língua escrita para fins sociais, culturais, profissionais. Grandes escritores não se formam na escola — quase sempre se formam *apesar* da escola:

> Quanto a português, era com o maior tédio que eu dava as regras de gramática. Depois, felizmente, vim a esquecê-las. É preciso antes saber, depois esquecer. Só então se começa a respirar livremente. (Clarice Lispector, *A descoberta do mundo*, p. 158)

Além do mais, a literatura é uma *arte* e, como tal, o escritor deve estar livre para experimentar, reconfigurar, desrespeitar e transgredir os cânones. Na obra literária, portanto, o que se vai procurar é prazer estético, conhecimento de mundo, questionamentos filosóficos, manifestos políticos etc., mas nunca "exemplos a imitar", a menos que a pessoa seja artista iniciante à procura de modelos. E pessoas assim são a minoria de uma minoria da população geral — essa, o que procura, é desempenhar com relevância e competência suas habilidades de fala, leitura e escrita.

Por isso, as citações que vamos fazer dos GTM serão colhidas da produção jornalística mais conceituada, da escrita ensaística e acadêmica, das obras de divulgação científi-

ca etc., pois é nessa produção que vamos encontrar um verdadeiro padrão de escrita mais monitorada que deve, ele sim, guiar a prática do ensino de leitura e produção de textos na escola. Nesse padrão sobrevivem muitas regras preconizadas pela TGP e que, por isso, precisam ser ensinadas como algo que os aprendizes desconhecem. Mas ali também vigoram já novas regras gramaticais características das VUP que vieram a substituir regras antigas, caídas em total desuso.

Nosso objetivo aqui, tentando justificar o caráter pedagógico dessa gramática, é precisamente distinguir o que ainda existe nesse padrão e o que já deixou de existir nele. Com isso, a tarefa de ensinar o PB se vê obrigada a desistir de inculcar regras gramaticais que nem os falantes mais letrados seguem (incluídos aí os próprios professores) e a incorporar ao ensino as regras novas, empregadas pela ampla maioria da população, incluindo aí os autores de textos escritos mais monitorados.

Afinal, como bem escreve Azeredo em sua gramática (2008: 26):

> Continuam a ser indevidamente estigmatizadas como 'erros gramaticais' muitas formas e construções regularmente empregadas em textos formais de circulação pública em território brasileiro escritos em português.

Como fica claro pelo que se disse acima, e desmentindo veementemente as afirmações grosseiras veiculadas nos meios de comunicação pelos defensores intransigentes da TGP, ninguém está propondo nenhum vale-tudo linguístico. O que se está propondo é o reconhecimento sereno da existência de uma gramática do português brasileiro que, há pelo menos cento e cinquenta anos, se mostra profundamente diferente da gramática do português lusitano:

> Certamente, estes novos traços gramaticais entraram na língua no final dos anos 1800 porque circunstâncias sociais especiais aconteciam naquele momento da história externa. Isso significa que não descartamos a hipótese de que essas mudanças poderiam ter ocorrido antes da virada do século [XX]. [...] Sem vias de dúvidas, entretanto, pode ser afirmado que o cidadão brasileiro já estava de posse, ao final do século XIX, de sua própria língua/gramática. (Tarallo, 1993: 99)

Ninguém tampouco está negando o acesso dos aprendizes, na escola, à TGP. Os alunos têm todo o direito de conhecer o pronome vós e outros arcaísmos, tanto quanto têm todo o direito de saber o que significa *sine qua non*, *grosso modo*, *data venia* ou *errare humanum est*, o que significa *yo no creo en brujas pero que las hay, las hay*, o que significa *l'État, c'est moi* ou *noblesse oblige*, o que significa *last but not least*, sem que para tanto precise conhecer a fundo latim, espanhol, francês ou inglês. As formas linguísticas obsoletas, arcaicas ou em vias de extinção não precisam ser *ensinadas* para que os alunos entrem em contato com elas. Quando e se aparecerem em textos autênticos, que mereçam ser lidos e estudados, a professora pode explicar do que se trata sem impor aos alunos um conhecimento ativo daqueles fósseis.

Para o trabalho que vamos empreender aqui, vou usar o *corpus* do NURC-Rio de Janeiro disponível no *site* mencionado acima, recolhendo dele 15 inquéritos (entre os quais se encontram alguns coletados na década de 1990, o que aproxima mais a fala desses informantes da realidade linguística de hoje); mais 15 inquéritos do NURC-Recife, material que me foi gentilmente cedido pela saudosa profesora Maria da Piedade M. Sá (falecida em 2009) e, por fim, os 15 inquéritos que compõem o chamado *Corpus* Compartilhado do Projeto NURC, que inclui três inquéritos de cada uma das cinco cidades e tem sido utilizado pelos estudiosos participantes do Projeto da Gramática do Português Falado em suas descrições e análises. Esse *corpus* compartilhado me foi generosamente fornecido pelo professor Ataliba T. de Castilho, a quem agradeço pela confiança.

Os inquéritos do NURC se dividem em três tipos: DID, em que o entrevistador dialoga com um único informante; D2, em que o entrevistador estimula duas pessoas a dialogar entre si; e EF, elocução formal, constituída, no caso do NURC, por aulas de curso superior gravadas com a permissão do docente. No caso do NURC-Brasil, são três inquéritos de cada tipo recolhidos em cada uma das cinco cidades.

Esses 45 inquéritos constituem uma grande quantidade de horas de fala gravada. Para se ter uma ideia, um inquérito com 45 minutos de duração corresponde a cerca de 7.000 palavras. Se multiplicarmos esse valor por 45, o total de inquéritos, temos quase 38 horas de fala contínua e cerca de 300.000 palavras, valendo lembrar também que muitas das gravações se estendem por mais de uma hora contínua. É um material mais do que suficiente para se ter uma ideia do que são as VUP do Brasil e de como se organiza a sua gramática.

No que diz respeito à língua escrita ou, mais especificamente, aos GTM, vou me valer de textos disponíveis na internet publicados pelas grandes agências de notícias brasileiras, bem como de textos assinados por profissionais das diversas áreas de conhecimento, desde que essa autoria esteja claramente identificada. Assim como os informantes do NURC foram selecionados por seu grau de instrução superior completo, também os autores dos GTM, jornalistas e outros, são portadores de diplomas universitários. Nesse caso, não se trata de um *corpus* fechado, porque meu intuito é comprovar o impacto do vernáculo sobre a escrita mais monitorada. Sabemos que os GTM são os últimos bastiões das formas linguísticas mais conservadoras. Por isso, se já podemos detectar formas inovadoras neles, é porque a mudança se processou plenamente e essas formas inovadoras já se incorporaram definitivamente à gramática do português brasileiro.

Por fim, não estamos propondo aqui um prescritivismo às avessas, algo como forçar o abandono das formas "clássicas" para que sejam substituídas pelas formas inovadoras. Propomos simplesmente que ambas as opções sejam consideradas certas, legítimas e boas — um apelo, portanto, à democracia linguística e ao respeito pela diversidade.

11.1 Sobre a Nomenclatura Gramatical Brasileira

Nenhuma área de conhecimento, de pesquisa ou de atividade técnica tem sua nomenclatura definida oficialmente por meio de decreto da Presidência da República. Isso no Brasil só acontece com o campo dos estudos e do ensino da língua, onde existe uma Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), promulgada há mais de meio século e que, desastrosamente, ainda orienta (ou desorienta) muito do que se produz e se faz em termos de ensino em nosso ambiente escolar. Basta abrir a maioria dos livros didáticos, mesmo os selecionados pelos programas do Ministério da Educação, para encontrar neles a tentativa de transmissão acrítica da NGB, com todos os seus inúmeros problemas.

Não existe uma Nomenclatura Matemática Brasileira, uma Nomenclatura Química Brasileira nem uma Nomenclatura Biológica Brasileira. Mesmo quando as associações científicas dessas áreas propõem classificações e nomenclaturas, essas propostas não são objeto de legislação oficial nem de decreto presidencial. Por que deve existir, então, uma Nomenclatura Gramatical Brasileira?

A NGB, tendo sido decretada há mais de cinquenta anos, foi elaborada muito antes da introdução da linguística nos cursos superiores do Brasil. Ela se baseia, portanto, única e exclusivamente, na tradição gramatical herdada dos gregos, dos latinos, dos renascentistas e dos filólogos do século XIX. Só por isso ela já deveria ter sido abandonada há, no mínimo, trinta anos, senão mais.

Outro problema sério é que toda ciência, todo campo de investigação científica, se constrói precisamente por meio da crítica, da revisão e até do abandono dos termos, conceitos e definições de épocas passadas. O estudo histórico de qualquer ciência é o estudo de como os nomes empregados para definir seus objetos de investigação foram sendo substituídos com o passar do tempo. Fixar (ainda por cima por decreto!) a nomenclatura de um campo de estudo é querer fixar esse campo de estudo no estágio em que ele se encontrava no momento da legislação dessa nomenclatura, é querer ancorar essa área de conhecimento num dado momento do tempo, como que pretendendo interromper seu progresso, seu avanço. É difícil imaginar que médicos, engenheiros, sociólogos, técnicos de informática etc. venham a querer definir (por decreto!) para os próximos cinquenta anos, senão mais, o vocabulário específico de suas áreas de pesquisa e atividade profissional.

A NGB, por exemplo, apregoa a existência de uma "flexão de grau", o que é um absurdo teórico. Para os estudiosos da *morfologia*, só se pode designar como *flexão* o processo morfológico que é *obrigatório*, imposto pela *sintaxe* de um enunciado. Ora, nada na sintaxe obriga um substantivo ou um adjetivo a alterar sua forma para

expressar o acidente linguístico denominado *gradação*. Se digo *casinha* também posso dizer *casa pequena*; se digo *elegantíssimo* também posso dizer *muito elegante*. O processo que transforma *casa* em *casinha* e *elegante* em *elegantíssimo* é, portanto, um processo *derivacional*, que se faz com recursos a *sufixos derivacionais* e não a *desinências flexionais*.

> Por essas razões é que estamos repetindo a todo o momento: não tem cabimento ensinar gramática no ensino básico, principalmente se por "ensino de gramática" se entende a transmissão de uma nomenclatura atrasada, não científica e repleta de problemas teóricos.

A ciência da linguagem e o ensino de língua têm de estar livres para se desenvolver por meio de novas pesquisas, novos conceitos, novos métodos e, por conseguinte, novas nomenclaturas. Cada escola teórica da linguística e cada proposta metodológica de didática de línguas precisa ter a mais absoluta liberdade para designar seus construtos teóricos e seus objetos de trabalho.

11.2 A CLASSIFICAÇÃO PROPOSTA NESSA GRAMÁTICA

Nesse capítulo vamos fazer uma abordagem nada convencional das classes gramaticais. Assim têm procedido também alguns dos estudiosos empenhados no projeto da *Gramática do português culto falado no Brasil*. Castilho, por exemplo, desde 1993 vem propondo uma classe de *mostrativos* que inclui palavras como o artigo *o*, o pronome *ele* e os demonstrativos tradicionais. Rodolfo Ilari e colaboradores (1991) propuseram uma classe de *pronomes adverbiais*. Azeredo (2008) não reconhece o "artigo indefinido" nem uma classe específica para os "numerais". Já em 1985, Cunha e Cintra contestaram a existência de uma "classe" de interjeições... Em vários de seus trabalhos, Perini (2006) argumenta que a separação entre substantivos e adjetivos é problemática, preferindo incluir as duas classes numa só, a dos *nominais*.

Essa recusa da tradição mais estrita não se deve a um desejo de "reinventar a roda", mas sim de demonstrar que os fenômenos linguísticos se prestam a uma multiplicidade de interpretações e de teorizações e que, justamente por isso, a taxonomia (classificação) empregada para analisar esses fenômenos pode variar amplamente de um autor para o outro, de uma escola teórica para outra. Em segundo lugar, essa abordagem pretende — mais uma vez — argumentar contra o ensino da taxonomia na escola fundamental, seja a taxonomia clássica da TGP ou a taxonomia de alguma escola científica, qualquer que seja ela. E, por fim, instigar as leitoras e os leitores a ver a língua de outros pontos de vista, segundo outros critérios — quem

sabe assim se convençam da riqueza que é uma língua humana viva e da miséria intelectual que é tentar reduzir a língua a definições estanques (e preconceituosas como as de "certo" e "errado") e a análises fossilizadas que não levam em conta a absoluta impossibilidade de capturar de uma vez por todas os múltiplos processos que fazem qualquer língua ser o que é.

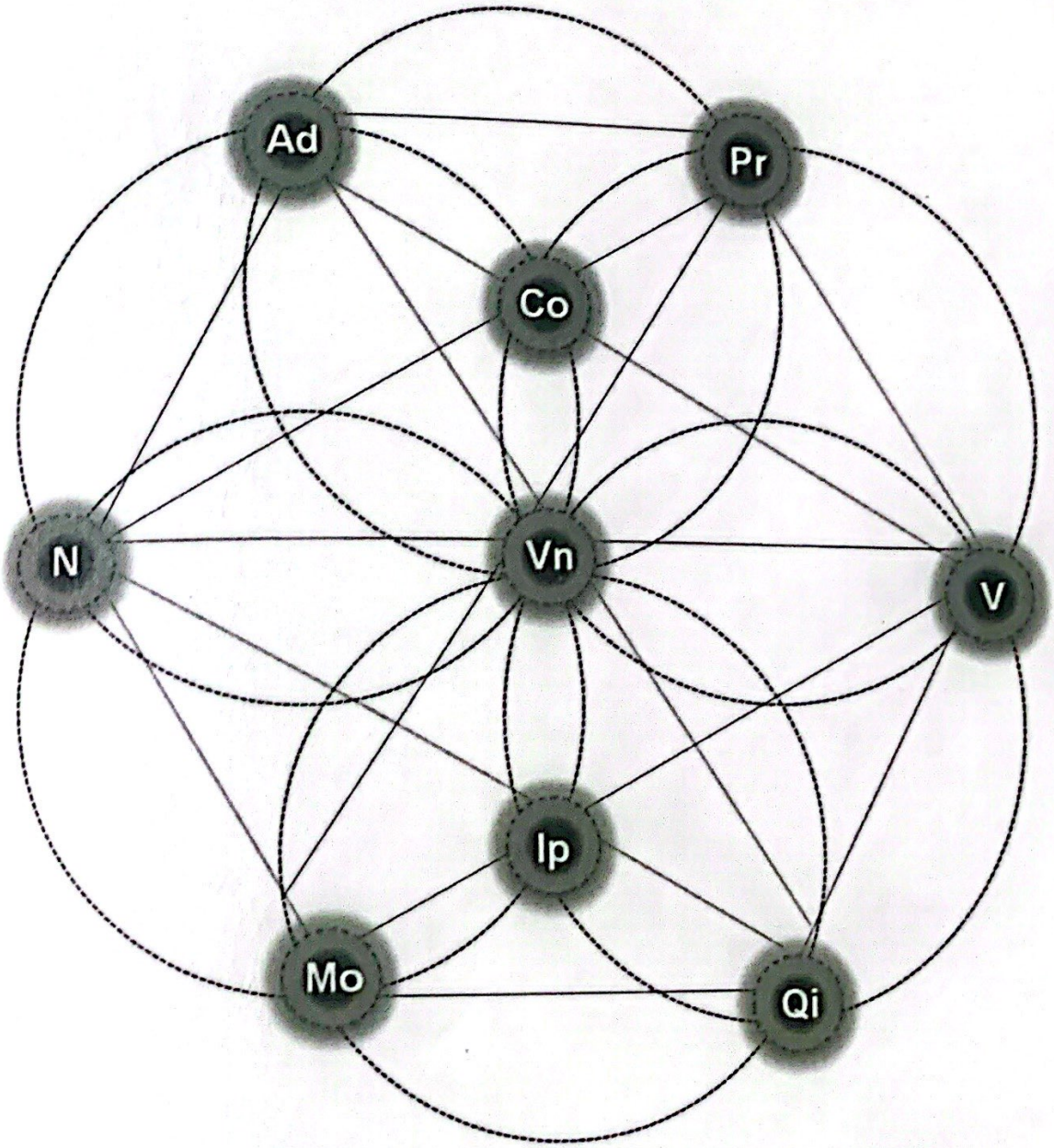
Afinal, a gramática não *é*, a gramática *está* — está se desfazendo e se refazendo a todo momento. Por isso, o estudo e o eventual ensino da gramática têm de ser feitos com a consciência desse dinamismo da língua, da provisoriedade — sempre válida — de qualquer tentativa de apreendê-la e analisá-la. Quem hoje usa tranquilamente o pronome *ele/ela* ou o artigo *o/a* não imagina que essas duas palavras provêm de um mesmo termo latino (o demonstrativo *ille-/illa-/illu-*) que se gramaticalizou tão completamente que foi preciso criar novas classes para incluí-los. Como vimos em [▸438], as classes gramaticais não "existem" como objetos do mundo empírico, concreto: elas são *decisões* tomadas pelo teórico com base em suas pesquisas e em suas opções filosóficas.

Para a abordagem que faremos aqui, vamos nos orientar pela seguinte classificação:

1. VERBOS
2. NOMES
   - 2.1 substantivos
   - 2.2 adjetivos
3. VERBINOMINAIS
   - 3.1 infinitivo
   - 3.2 particípio
   - 3.3 gerúndio
4. ÍNDICES PESSOAIS
5. MOSTRATIVOS
   - 5.1 artigo
   - 5.2 não-pessoa
   - 5.3 demonstrativos
6. QUANTIFICADORES
   - 6.1 definidos
   - 6.2 indefinidos
7. ADVÉRBIOS
8. PREPOSIÇÕES
9. CONJUNÇÕES

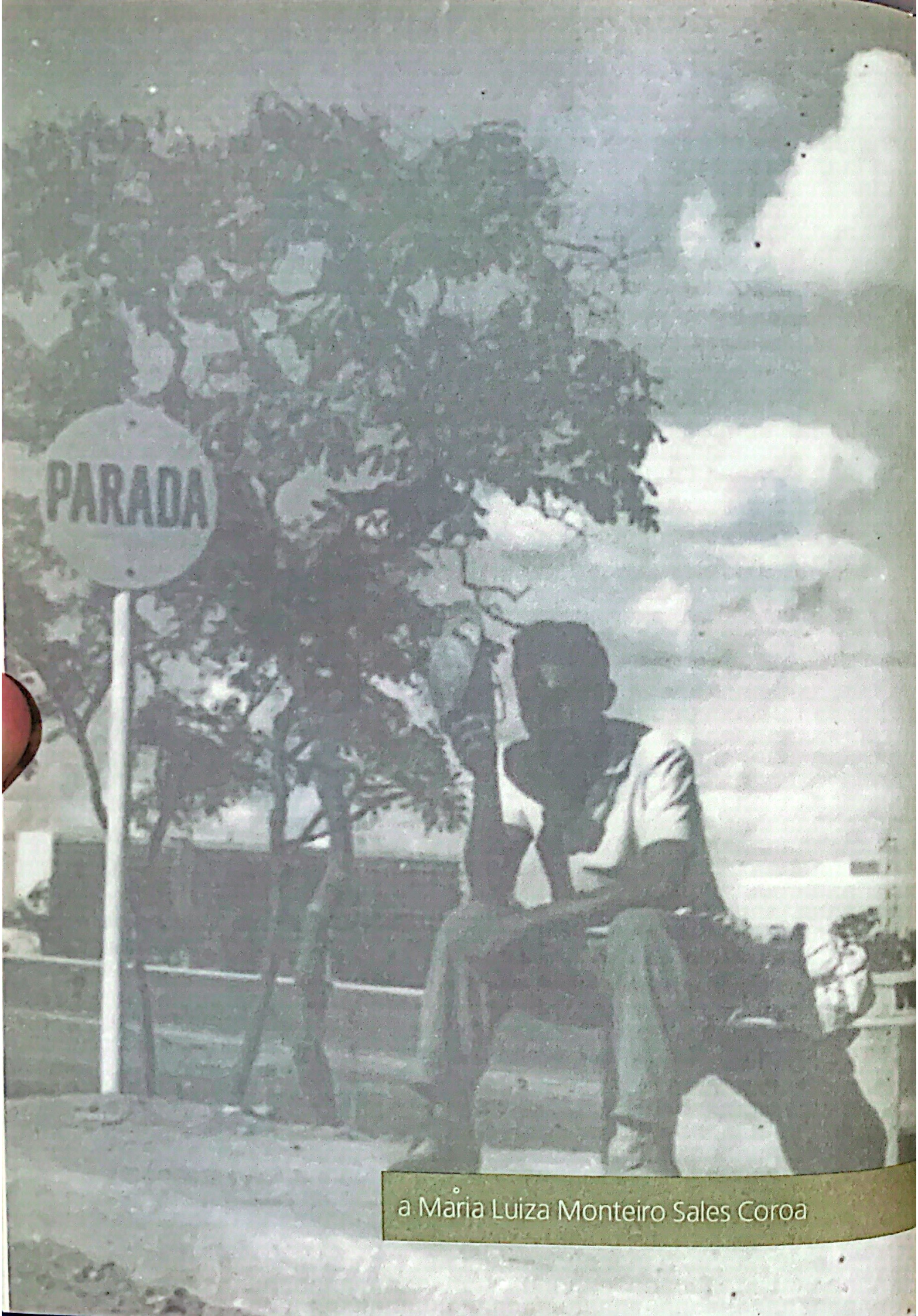
Você decerto notou algumas ausências na lista acima, no que diz respeito às classificações mais tradicionais. A mais notável delas, provavelmente, é a dos pronomes. No capítulo anterior [▸462], deixei bem clara minha posição teórica acerca dos pronomes e das demais proformas, que considero como *funções* e não como classes gramaticais.

É possível também que você tenha percebido a ausência dos *numerais* e das *interjeições* na lista acima. Essas ausências se devem a um fato muito simples: não há nada que justifique o estabelecimento de uma classe de numerais, quando as palavras assim chamadas são, de fato, quantificadores definidos, com função de determinantes ou de pronomes. Postular uma classe de numerais seria o mesmo que criar uma



classe especial para os adjetivos que designam as cores: *azul*, *amarelo*, *roxo*, *vermelho* etc. Já as interjeições, sua introdução na lista das classes gramaticais se deve a uma bizarrice dos gramáticos latinos, como já vimos em [▸425].

Essas classificações não são necessariamente as melhores nem as que se aproximam mais da "verdade" sobre a língua — elas representam simplesmente os frutos de muitos estudos e muita reflexão e, como toda teoria, estão abertas para a crítica, a reformulação e a refutação. Afinal, é assim que se faz ciência.



a Maria Luiza Monteiro Sales Coroa

12

no princípio era...

o verbo

A ordem com que as classes de palavras são apresentadas nos tratados gramaticais e nos livros didáticos não é fruto do acaso. Se você consultar essas obras, vai ver que é sempre pelo substantivo que os autores começam suas explanações. Afinal, por causa de suas origens nos trabalhos dos filósofos, a gramática tradicional vai iniciar o desdobramento de sua doutrina pela palavra que "designa os seres em geral", pelas palavras que representam a *substância* das coisas.

Em contrapartida, os estudos inspirados em teorias linguísticas contemporâneas fazem sempre questão de abrir a investigação pelos verbos. Os verbos são o núcleo de todo e qualquer enunciado significativo, a tal ponto que a própria definição de *sentença* (ou *oração*) é dependente da existência de verbos: contamos o número de sentenças num período pelo número de verbos que ele apresenta. Observe que a tradição gramatical fala de "orações sem sujeito", mas nunca de "orações sem verbo". O verbo é tão poderoso que, sozinho, dá conta de expressar todo um estado de coisas ou uma intenção comunicativa:

- Vim, vi, venci.
- Bobeou, dançou.
- Bateu, levou.
- Pode ser...
- Quero ver!
- Tomara!
- Deixe estar...
- Será?
- Pare, olhe, escute.

A palavra *verbo* é herança direta do latim *verbum*, 'palavra'. Essa origem é que explica todos os derivados que trazem em si a noção de 'palavra', 'palavra falada', como *averbar, provérbio, verbal, verbalizar, verborrágico, verbosidade, verve* etc. Ao definir o verbo como "a palavra", os latinos demonstraram consciência da importância do verbo como núcleo de todo e qualquer enunciado.

Os latinos também usaram *verbum* para traduzir o grego *lógos* com o sentido de 'palavra divina', donde a expressão 'verbo divino' que empregamos até hoje. As primeiras palavras do evangelho de João em grego — *En arkhe en ho logos* — foram traduzidas por são Jerônimo por *In principio erat Verbum*.

Nos estudos gramaticais latinos, também se passou a empregar a expressão *verbum temporalis* ('palavra temporal') para indicar os verbos, palavras que se caracterizam nas línguas indo-europeias precisamente por trazerem a indicação do *tempo* em que se processou o evento designado.

Na gramática grega, o verbo se chamava (e ainda se chama) *rhēma*, desde que Platão [▸405] propôs dividir o *logos* em *ónoma* e *rhēma*.

12.1 Definição de verbo

As definições corriqueiras de verbo, principalmente as que vêm estampadas nos livros didáticos, são problemáticas. Dizer que o verbo é a palavra que "indica" ação, estado ou processo nos levaria a classificar como verbos as palavras *ação, estado* e *processo*, já que elas indicam... ação, estado e processo.

Mais adequado é definir o verbo com base em suas características *sintáticas, semânticas e pragmáticas*, para dar conta das suas diversas facetas:

DEFINIÇÃO DO VERBO	
morfossintática	palavra que dispõe de um radical e de sufixos próprios: radical (raiz + vogal temática) + sufixo modo-temporal + sufixo número-pessoal: *falássemos = fal- + -a- + -sse- + -mos*
semântica	o verbo expressa os estados de coisas, ou seja, as ações, os estados e os eventos de que precisamos dar conta quando falamos ou escrevemos.
discursiva	"palavra (i) que introduz participantes no texto, via processo de apresentação, por exemplo; (ii) que os qualifica devidamente, via processo de predicação; (iii) que concorre para a constituição dos gêneros discursivos, via alternância de tempos e modos". (Castilho, 2010: 396)

Por sua importância crucial na vida da linguagem, o verbo é a classe de palavras por excelência, indispensável para a articulação e expressão do conhecimento e da interação social. Por isso, alguns autores, na tentativa de levar ao extremo seus talentos criativos, têm se entregado à tarefa, difícil, de produzir textos sem verbos:

POEMA SEM VERBOS
Manhã azul cinzenta, levemente baça, de Primavera.
As mimosas suspensas — amarelos ausentes.
Flores tímidas, promessas de arco-íris.
Pássaros silenciosos,
simples traços de carvão, asas de papel.

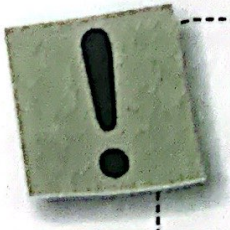
Crianças. Muitas crianças. Sorrisos, claro.
Não sorrisos claros — nem sequer em fuga.
Sorrisos de estátua nos meus olhos. Só nos meus olhos.

Olhos sem vento sem sol sem sonhos sem beijos.

Poema sem verbos — morto.

(Sandra Costa, poeta portuguesa)

12.2 O VERBO NO ENSINO DE LÍNGUA



A natureza imprescindível do verbo nos obriga a chamar a atenção para eles em nosso trabalho de educação linguística. No entanto, é preciso abandonar (e denunciar quem ainda tem) a mania de pedir aos alunos que escrevam no caderno, como exercício, as conjugações completas desse ou daquele verbo, um exercício que só produz dois resultados: gasto de papel e tinta e dor nos dedos! Além, é claro, da ojeriza dos alunos ao

> estudo da língua... Ninguém aprende a usar os verbos simplesmente preenchendo tabelas com eles, assim como ninguém vai obter um bolo copiando cem vezes a receita de um livro.

Em sua coleção didática, Magda Soares — que vem se esforçando há décadas para criar uma educação linguística de fato voltada para o *letramento* dos aprendizes —, depois de fazer o trabalho de leitura com o texto da unidade, escreve o seguinte:

> Se essa história fosse contada num texto narrativo, as falas seriam introduzidas por travessão e por palavras — verbos — que indicam *o que* está acontecendo e *como* está acontecendo: o personagem *fala, pergunta, responde, reclama, grita...* (Soares, 2008, v. 5: 38)

Essa definição de verbo ("palavras que indicam o que está acontecendo e como está acontecendo") é muito mais simples, dispensa elucubrações metafísicas e se vale de algo que deveria ser óbvio mas que, pelo modo como a gramática é apresentada na pedagogia tradicional, parece que não é: *qualquer pessoa, tão logo aprende a falar, usa de modo natural, espontâneo, intuitivo e eficiente os* verbos *que são o centro em torno do qual se organiza toda a sintaxe de qualquer enunciado.* É impossível encontrar uma criança de 5 ou 6 anos que não saiba dizer *o que aconteceu, o que está acontecendo, o que ela quer que aconteça, o que vai acontecer* etc. A única coisa que ela não sabe é que, muitos séculos atrás, alguns senhores decidiram chamar essas palavras de *verbos*, rotular como *desinências* as partes dessas palavras que se alteram segundo a necessidade da expressão, classificar as formas que essas palavras assumem como *presente do indicativo, pretérito perfeito, imperfeito, mais-que-perfeito, futuro do pretérito, pretérito mais-que-perfeito composto do subjuntivo* etc.

O reconhecimento do verbo como o motor da sintaxe também se faz na coleção de Faraco e Moura, também no livro da 5ª série. No entanto, observe-se a quantidade de *metalinguagem* — nada menos do que 18 termos gramaticais — que aparece num único parágrafo acerca dessa função nuclear dos verbos:

> O verbo$_1$ é o 'nó' da oração$_2$, a palavra que organiza tudo. É a ele que todas as outras palavras estão ligadas, direta ou indiretamente. A função do substantivo$_3$ é servir de sujeito$_4$ (agente$_5$), paciente$_6$ (objeto$_7$ direto$_8$) e beneficiário$_9$ (objeto indireto$_{10}$). No lugar do substantivo, podem aparecer os pronomes$_{13}$. O artigo$_{12}$, o numeral$_{13}$, o adjetivo$_{14}$ e os pronomes, que acompanham o substantivo, são os adjuntos$_{15}$ adnominais$_{16}$. A classe de palavras que desempenha a função de adjunto adverbial$_{17}$ é a classe dos advérbios$_{18}$. (Faraco e Moura, 2005, v. 5: 240)

Para que tanta nomenclatura na 5ª série, quando as crianças — como sabemos pelas estatísticas — ainda mal conseguem ler e escrever? Aquela definição de Magda Soares, muito mais simples, que recorre à intuição, permite fazer um eficiente trabalho com os verbos na 5ª série, sem exigir a apreensão de toda essa terminologia e suas definições:

1 Muita coisa aconteceu com o menino ou a menina do poema, na infância; veja os verbos:

Chutei bola na chuva,
Roubei laranja, banana,
Goiaba e uva,
Xinguei a professora,

[...]

2 Observe a palavra que está escondida nos versos do poema:

[eu] Chutei bola na chuva,
[eu] Roubei laranja, banana,
Goiaba e uva,
[eu] Xinguei a professora,

E se, no poema, a mãe do menino ou da menina é que contasse o que aconteceu com ele ou com ela: como ficariam os verbos? Veja:

Chutou bola na chuva,
Roubou laranja, banana,
Goiaba e uva,
Xingou a professora,

[...]

3 A mãe do menino ou da menina poderia estar contando o que aconteceu com dois ou três filhos ou filhas, não só com um ou uma. Veja:

Chutaram bola na chuva,
Roubaram laranja, banana,
Goiaba e uva,
Xingaram a professora,

[...]

4 E se quem lembrasse os acontecimentos da infância fosse a turma do menino ou da menina? Observe:

Chutamos bola na chuva,
Roubamos laranja, banana,
Goiaba e uva,
Xingamos a professora,

[...]

5 Observe:

Chut**ei** bola na chuva	Roub**ei** laranja, banana
Chut**ou** bola na chuva	Roub**ou** laranja, banana
Chut**amos** bola na chuva	Roub**amos** laranja, banana
Chut**aram** bola na chuva	Roub**aram** laranja, banana

■ Reflita:

Os verbos indicam se o fato aconteceu:
com a própria pessoa que está falando — EU chutei, roubei;
com outra pessoa — ELE, ELA chutou, roubou;
com outras pessoas — ELES, ELAS chutaram, roubaram;
com a pessoa que está falando junto com outras — NÓS chutamos, roubamos.

■ Conclua:

Que recurso a nossa língua tem para que os verbos indiquem com quem o fato aconteceu?
(Soares, *ibid.*: 44-46)

A resposta esperada, evidentemente, não é *flexão de pessoa, modo e tempo* nem *desinência verbal*, porém algo simples e intuitivo como *mudança das terminações*.

São iniciativas como essas que vão permitir uma educação linguística eficiente, que apele para a intuição e para o conhecimento linguístico prévio que todo aprendiz já traz para a escola, como ser humano dotado de capacidades sociocognitivas.

12.3 Propriedades funcionais do verbo

Em seu alentado estudo sobre o verbo, Ilari e Basso (2008) analisam o que chamam de "funções" do verbo (aspas dos autores), na verdade as propriedades sintático-semântico-pragmáticas dessa complexa classe gramatical. Parafraseando e resumindo a análise dos autores, podemos dizer:

1. O verbo cria um *molde* ou uma *matriz* que comporta espaços passíveis de serem preenchidos por sintagmas nominais, gerando sentenças completas. O número e o tipo desses espaços varia segundo o significado do verbo. Um verbo como *transportar*, por exemplo, pode abrir quatro espaços nessa matriz, a serem preenchidos por (i) *quem* transporta (ii) *o quê* (iii) *de onde* (iv) *para onde*. É o que vamos ver mais adiante ao tratar da *valência* verbal.

2. O verbo estabelece uma *perspectiva*, isto é, um *ponto de vista* a respeito do estado de coisas enunciado e dos *participantes* necessários para a efetivação desse estado de coisas. Retomando o exemplo dos autores, enunciados com a mesma estrutura sintática como *José bateu em Pedro* e *Pedro apanhou de José* descrevem, no entanto, o mesmo estado de coisas de perspectivas diferentes.

3. O verbo nos obriga a examinar a categoria de *pessoa*. Como vimos em [▶463], os índices de pessoa nos permitem identificar os participantes referidos na sentença e os papéis que desempenham nela. Já vimos que os índices de pessoa são *dêiticos*, enquanto a não-pessoa é *anafórica*.

4. O verbo (nas línguas indo-europeias como o PB) contém, em sua morfologia, informações acerca do *tempo*. É preciso ressaltar, porém, que o tempo verbal não é o tempo físico, o transcorrer do tempo na realidade. O tempo verbal está sempre ancorado *no momento da fala*, no aqui e agora da enunciação, ou num momento diferente do momento da fala ao qual o contexto linguístico deu saliência. Assim, por exemplo, num diálogo entre duas pessoas, A e B, podemos encontrar a seguinte situação: (A) *Por que você desistiu de namorar o amigo do Rodolfo?* (B) *Porque eu descobri que ele era casado*. Ora, o amigo do Rodolfo ainda é casado no momento presente, mas B emprega um tempo verbal (o pretérito imperfeito) que se refere ao passado estabelecido dentro do ato de fala e não na realidade empírica.

5. O verbo, além de expressar o tempo, também permite a expressão de *aspectos*. O aspecto, como vamos examinar mais adiante, indica a maneira como o falante

avalia o estado de coisas descrito. Uma mesma ação transcorrida no passado, por exemplo, pode ser enunciada sob diferentes pontos de vista: (a) *Quando o avião pousou, começou a chover*; (b) *Quando o avião pousou, estava começando a chover*; (c) *Quando o avião pousou, tinha começado a chover.*

6. O verbo também nos permite *modalizar* o estado de coisas que descrevemos, e é por isso que as gramáticas descrevem os *modos* do verbo (indicativo, condicional, subjuntivo e imperativo). Compare: (a) *Só admitimos candidatos que falam francês*; (b) *Só admitimos candidatos que falem francês*. Além das modalizações previstas em paradigmas morfológicos, também é possível modalizar um enunciado com o auxílio de *verbos auxiliares modais*: (a) *Ana pode começar a trabalhar hoje*; (b) *Ana deve começar a trabalhar hoje.*

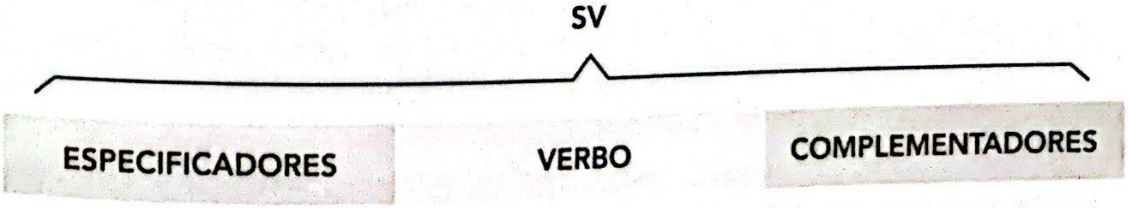
7. O verbo também comporta informações de *voz*. A voz nos permite colocar em evidência (no centro da ação) ora este ora aquele participante do processo expresso pelo verbo. Como dizem os autores, esse conceito de voz "é mais abrangente do que o tradicional, e nos permitirá perceber que há fenômenos de voz mesmo em sentenças nas quais ninguém pratica uma ação ou sofre seus efeitos". O autores mostram, por exemplo, que a *clivagem* pode ser encarada como um tipo de voz, pois traz para o primeiro plano um dos participantes da ação. Compare: (a) *Ana trouxe o bolo*; (b) *O bolo foi a Ana que trouxe*. A inversão dos termos permite conferir a *bolo* em (b) um realce, transformando-o em *tópico* ou dado *novo*.

Vamos tratar de cada um desses pontos a seguir.

12.4 Sintagma verbal, transitividade e valência

12.4.1 O sintagma verbal

A configuração do sintagma verbal é a seguinte:



Temos, portanto, três posições que podem ser preenchidas. A posição central, chamada núcleo do sintagma, é ocupada precisamente por um verbo e por isso o sintagma é qualificado como *verbal*. Esse verbo tem de ser um verbo pleno, do ponto de vista semântico, e um verbo principal, do ponto de vista sintático.

À esquerda do núcleo está a posição que pode ser ocupada pelos especificadores. No caso do sintagma verbal, esses especificadores podem ser outros verbos que, para ocupar essa posição, têm de ser, do ponto de vista semântico-sintático, verbos auxiliares.

À direita do núcleo está a posição que pode ser ocupada pelos complementadores do verbo. Esses complementadores são objeto direto, objeto indireto e complemento relativo (ou oblíquo).

São sintagmas verbais, portanto:

	CHOVIA			
pode estar	CHOVENDO			
tem	CHOVIDO	granizo		
posso	LEVAR	Isabel		
vou	LEVAR	uns doces	pra Isabel	
preciso	LEVAR	Isabel	comigo	
pretendo	LEVAR	Isabel	da escola	pra casa

Observe que a única diferença entre uma sentença e um sintagma verbal é que a sentença inclui o sujeito, que é sempre um sintagma nominal. Se o verbo é impessoal, como *chover*, o sintagma verbal e a sentença coincidem, são uma coisa só. Esse fato prova a importância central do verbo na língua.

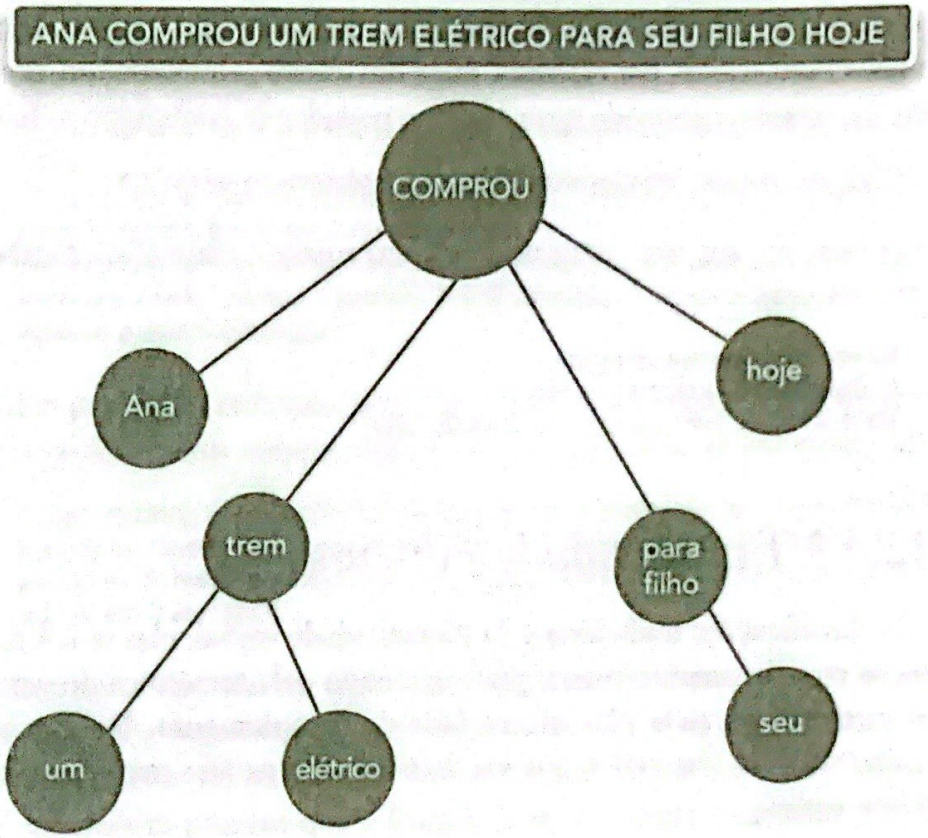
De fato, o verbo é o pequeno sol em torno do qual se alinham todos os demais planetas da predicação, ou seja, da sintaxe, sobre os quais o verbo projeta a sua luz, de acordo com a necessidade: o sujeito, o tipo de sujeito e as características semânticas do sujeito (por exemplo: [+animado], [+humano], [+agente] etc.); os complementos e os tipos de complementos (direto, indireto, oblíquo ou nenhum complemento); os adjuntos de todo tipo; toda as relações de concordância que implicam flexão morfológica etc.

12.4.2 Valência verbal

Essas propriedades importantes levaram o linguista francês Lucien Tesnière (1893-1954) a colocar o verbo no ápice da hierarquia gramatical e como o responsável pela seleção dos demais elementos do enunciado. A esse poder do verbo Tesnière deu o nome de valência, termo tomado de empréstimo à química. Uma diferença notável entre a análise proposta por Tesnière e a análise tradicional é que para ele o sujeito não pode ficar de fora do exame do enunciado — o sujeito é mais um dos atores que o verbo convoca para a encenação do pequeno drama condensado em todo enunciado gramatical.

Para ilustrar sua análise, Tesnière criou diagramas aos quais deu o nome de *stemma*, palavra grega que significa 'coroa, diadema' e também 'teia da vida'. No *stemma* o verbo aparece acima de todos os demais constituintes porque ele é, para Tesnière, "o nó dos nós". Já

que nos referimos acima ao verbo como um *sol*, vamos representar o *stemma* de Tesnière na forma de um sistema solar em que o verbo-sol atrai palavras-planetas para sua órbita, enquanto esses mesmos planetas capturam em sua própria órbita outros satélites menores:

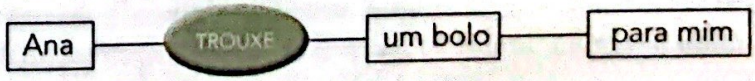


Os elementos ativados pela valência verbal são chamados de argumentos. De acordo com o número de argumentos que o verbo atrai para si ele será chamado de *monovalente*, *bivalente*, *trivalente* ou *tetravalente*. O sujeito recebe o rótulo de argumento externo, uma vez que se encontra fora do sintagma verbal, enquanto os demais sintagmas nominais que complementam a semântica do verbo são denominados argumentos internos.

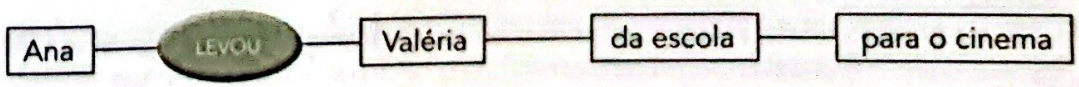
1. verbo monovalente

2. verbo bivalente

3. verbo trivalente



4. verbo tetravalente



A análise do verbo em termos de sua valência oferece uma riqueza de possibilidades de compreensão do papel fundamental dessa classe de palavras no funcionamento da língua. Um de seus principais benefícios é permitir uma apreensão mais clara da semântica do verbo, o que só é possível ao incluirmos o sujeito como argumento do verbo. O significado do verbo vai exigir do sujeito e dos complementos determinados traços semânticos e não outros. O verbo *falar*, por exemplo, exige um sujeito [+humano] ou, por extensão de sentido, um objeto inanimado tomado como portador de conteúdos verbais:

(1) Esse livro FALA das relações entre Portugal e Inglaterra no século XIX.

O verbo *pensar*, por sua vez, além de exigir um sujeito [+humano], também exige complementos com o traço [+abstrato]:

(2) Eu VOU PENSAR na sua proposta.
(3) O Duílio só PENSA obscenidades!
(4) Você já PENSOU bem nos efeitos dessa decisão?

12.4.3 *Transitividade e discurso*

Quanto às classificações tradicionais da transitividade verbal, elas se referem, como sabemos, ao tipo de complemento que é acionado pela semântica do verbo ou, no caso dos intransitivos, pela não necessidade de complemento. No entanto, como sempre, é o contexto discursivo que vai determinar o caráter transitivo e/ou intransitivo de um verbo.

Por exemplo, o verbo dar é o verbo transitivo por excelência, a tal ponto que o caso sintático latino correspondente ao *objeto indireto* é chamado de *dativo*, termo derivado do verbo *dare*, 'dar'. A construção canônica do verbo *dar* se traduz na fórmula *<alguém dá algo a alguém>*, ou seja, uma construção que prevê um objeto direto e um objeto indireto[1]. No entanto, ao contrário do que certa vez me disse uma colega, gerativista — "está tudo na sintaxe" —, não podemos recorrer somente à sintaxe para interpretar os enunciados linguísticos. Segundo Margarida Salomão (2005: 127), esse apego exclusivo à sintaxe "remove o empreendimento gerativo da possibilidade de vislumbrar a natureza simbólica das estruturas argumentais". E mais adiante (p. 131) ela afirma:

> De fato, o recurso a métodos consagrados de análise linguística aponta para a inexistência de condições univocamente criteriais que estabelecessem unidades analíticas, válidas interlinguística e intralinguisticamente.

O que ela quer dizer com isso? Que a noção de (in)transitividade não está inscrita simplesmente na sintaxe nem no léxico da língua, mas que depende de uma série de outras condições para ser aplicada. A autora oferece como exemplo a construção

[1] As construções dativas no PB empregam cada vez mais a preposição *para* no lugar de *a*. Vamos tratar delas no capítulo dedicado às preposições.

do objeto interdito. Nas sentenças em que essa construção ocorre, verbos transitivos se tornam intransitivos porque a enunciação de seus objetos "gera constrangimento aos participantes da cena comunicativa por aludirem (metonimicamente) a situações que são publicamente desrecomendadas (ou censuráveis, ou condenáveis) em algum ambiente". E ilustra o fenômeno com os seguintes exemplos:

(5) Se beber ø, não dirija.
(6) Quem senta ø, fuma ø e cheira ø, vota no Gabeira. (propaganda eleitoral no Rio, em 1992)
(7) "Vou apertar ø, mas não vou acender ø agora". ("Malandragem, dá um tempo", de Popular P., Moacir Bombeiro e Adelzonito)
(8) Fiz sexo oral com o menino com quem estou ficando. Ele pediu para eu engolir ø. Posso ter engravidado? (revista *Capricho*, 2/2/2002)
(9) Aprecie ø com moderação.

O verbo *dar*, por razões culturais, pode não trazer explicitado seu objeto direto, que é no entanto perfeitamente compreensível para um falante de PB em enunciados como:

(10) Robert Burkley, o Kirby de Lipstick Jungle. Decididamente, eu quero dar pra ele. Calma gente. Quero dar os parabéns, dizer que admiro o trabalho dele... O resto, só se ele quiser :D hehehe. (http://papyds.blogspot.com/2008/10/eu-quero-dar-pra-ele.html, acesso em 3 abr 2011)

Construções desse tipo são exemplos que justificam a abordagem da língua como um fenômeno sociocognitivo, que aciona, sem dúvida, a lexicogramática, mas também o conhecimento de mundo dos interlocutores, regras culturais, tabus linguísticos etc. E também provam que a língua só se manifesta realmente e só se torna significativa em textos, falados ou escritos, e nunca jamais em sentenças isoladas.

12.5 Complementos verbais

No que diz respeito aos complementos, a TGP em geral só menciona os objetos diretos e os objetos indiretos. Os objetos indiretos seriam todos os complementos introduzidos por preposição (Cunha e Cintra, 1985: 139). No entanto, os estudos linguísticos contemporâneos preferem chamar de objeto indireto somente os complementos que tragam o traço semântico [beneficiário], introduzido pelas preposições *para* e *a*. O beneficiário, como indica o próprio nome, é aquele que se beneficia com a ação indicada pelo verbo:

(11) Comprei um perfume delicioso *para* você.
(12) Maria trouxe um presente lindo *para* nós.
(13) Esses computadores pertencem *à* escola.
(14) Não vou dar mais nada *àquele* ingrato!
(15) Assim que eu chegar em casa eu telefono *para* você.

Um teste para reconhecer o objeto indireto é tentar convertê-lo nos *índices de pessoa e não-pessoa* que desempenham esse papel sintático:

(16a) **Comprei um perfume delicioso** *para você*.
(16b) *Te* **comprei um perfume delicioso.**

(17a) **Maria trouxe um presente lindo** *para nós*.
(17b) **Maria** *nos* **trouxe um presente lindo.**

(18a) **Assim que eu chegar em casa eu telefono** *para você*.
(18b) **Assim que eu chegar em casa eu** *te / lhe* **telefono.**

Essa conversão não é possível, por seu turno, em

(19a) **Teresinha não gosta** *de Antonieta*.
(19b) ***Teresinha não** *a / lhe* **gosta.**

(20a) **Gabriel não estava se referindo** *a você*!
(20b) ***Gabriel não estava** *te / lhe* **referindo!**

(21a) **Marcela ainda vive** *de mesada*?
(21b) ***Marcela ainda** *a / lhe* **vive?**

Se esses complementos não são objetos indiretos, o que são? Alguns estudiosos os chamam de complementos relativos (p. ex.: Bechara, 1999). Outros, como Castilho (2010: 305), preferem tratá-los de complementos oblíquos. Vamos adotar aqui essa segunda denominação. Mais alguns exemplos:

(22) Ainda não coloquei os quadros *na parede*.
(23) Esse menino não sai *do computador!*
(24) Marta gosta *de bacalhau*?
(25) Você ainda pensa *naquele cafajeste*?
(26) Quem tem boca vai *a Roma*.
(27) Caiu *na rede* é peixe.
(28) Esse ônibus passa *por Pindamonhangaba*?
(29) O professor nunca se refere *a Marx*.
(30) Ninguém precisa *de tanto dinheiro* para ser feliz.
(31) Eu me recuso *a trabalhar com Ximena!*

Na análise proposta por Bechara (1999: 420),

> A preposição que introduz o complemento relativo constitui uma extensão do signo léxico verbal como parece indicar o fato de que cada verbo se acompanha de sua própria preposição, por servidão gramatical[2]. A escolha de qual preposição deva introduzir este complemento relativo depende da norma estabelecida pela tradição [...]

De fato, a regência verbal se gramaticaliza a tal ponto que verbo + preposição constituem, na prática, uma unidade lexicogramatical — por isso, é possível dizer que não existe o verbo *gostar*, mas sim o verbo *gostar-de* X. Mais uma vez, temos aqui um argu-

[2] "SERVIDÃO — termo que se aplica a fatos gramaticais meramente mórficos, sem correspondência com uma noção ou categoria gramatical" (Mattoso Camara, 1984: 217). Um bom exemplo de servidão gramatical é a regência do verbo *gostar*. Dizemos sempre *eu gosto de café*, numa construção aparentemente transitiva indireta que, de fato, semanticamente, é direta (equivalente a *aprecio café, adoro café, amo café*). A preposição ocorre aí por mera servidão gramatical. Não é por acaso que, nas sentenças relativas (adjetivas) é muito frequente o apagamento da preposição quando ela não vem depois do verbo: *Café é uma coisa ø que eu gosto muito* [▸901].

mento em favor da não separação de léxico e gramática: a unidade *gostar-de X* pertence ao repertório lexical da língua, sim, mas é ao mesmo tempo um sintagma pronto, cristalizado, refratário a outra regência. O mesmo vale para *sair-de X*, *colocar X em Y*, *se referir-a X*, *precisar-de X*, *passar-por X*, *se recusar-a X*, *pensar-em X*, *sonhar-com X* etc.

A servidão gramatical se evidencia quando comparamos verbos de semântica semelhante que, no entanto, apresentam regências diferentes:

(32) Eu não cogito de / penso em / pretendo me aposentar tão cedo.
(33) Eu gosto de / me amarro em / curto viajar de trem.
(34) O presidente do banco abdicou do / renunciou a / entregou cargo.
(35) Ana optou por / escolheu viajar sem os filhos.

Algumas regências são relativamente previsíveis. Por exemplo, ocorre com frequência a repetição, na regência, da preposição (ou, melhor, do prevérbio [▶268]) que serve de prefixo para a formação do verbo: *depender de*, *desistir de*, *decorrer de*, *concorrer com*, *contentar-se com*, *condizer com*, *comunicar-se com*, *cooperar com*, *colaborar com*, *agregar a*, *aprender a*, *apresentar a*, *adaptar-se a* etc. Também ocorre uma preferência pela preposição *de* na regência dos chamados verbos "pronominais": *queixar-se de*, *arrepender-se de*, *lembrar-se de*, *condoer-se de* etc.

12.6 Regência verbal

A relação dos verbos com a preposição que introduz os complementos oblíquos, justamente por ser resultante de uma servidão gramatical, está sujeita a mudanças ao longo da história da língua. Podemos dizer, metaforicamente, que em diversos casos algumas preposições se "libertaram" dessa servidão. O movimento inverso, contudo, também tem ocorrido: verbos anteriormente transitivos diretos capturaram preposições em sua órbita e as transformaram em seus satélites.

Ao lado da concordância, que vamos ver mais adiante, a regência é um dos alvos preferidos da vigilância purista que, infelizmente, também é exercida pelos livros didáticos filiados à TGP (livros que constituem a maioria das obras disponíveis no mercado, cf. Bagno, 2010).

12.6.1 Mudanças históricas na regência verbal

As regências verbais mudam com o tempo porque os falantes passam a interpretar de forma nova o significado dos verbos, atribuindo a eles novos sentidos, ou

formando paralelismos sintáticos com verbos de significado semelhante (*assistir* se torna transitivo direto pela analogia semântica com *ver*, *presenciar*, *frequentar*, todos transitivos diretos). Com isso, o modo de construir as frases em que esses verbos aparecem também sofre mudança. Isso aconteceu com muitos verbos na história da língua. Mudaram de regência (ou passaram a admitir duas ou mais regências), ao longo do tempo, os seguintes verbos, por exemplo, listados por Nascentes (1960) e Said Ali (1964):

REGÊNCIA ARCAICA E CLÁSSICA	REGÊNCIA CONTEMPORÂNEA*
ACERTAR DE + INFINITIVO "E acertando eu nesse comenos de chamar o China" (F. Mendes Pinto, séc. XVI)	ACERTAR + INFINITIVO "Na hora da audiência, subi, pus a toga e, quando ela me viu, não acertou fazer nada".
ATREVER-SE DE + INFINITIVO "... não avia algum que se atrevesse de o levar à Índia" (João de Barros, séc. XVI)	ATREVER-SE A + INFINITIVO "O presidente Barack Obama atreveu-se ontem a olhar um pouco além da crise atual para fazer um suave e breve sermão sobre como deveria ser a economia mundial".
COMEÇAR + INFINITIVO "Começou fazer suas orações" (*S. Josafate*, séc. XVI) COMEÇAR DE + INFINITIVO "Começou de chamar por Galatea" (Pe. Manuel Bernardes, séc. XVII)	COMEÇAR A + INFINITIVO "Pelo plano, 10 mil máquinas iriam para 44 cidades de um projeto-piloto e a novidade racionalizadora começaria a funcionar em 2001".
CUIDAR A + INFINITIVO "E o comde cuydou logo a ser morto" (*Livro das Linhagens*, séc. XIV)	CUIDOU DE + INFINITIVO "Chegado ao poder em 5 de julho de 1932, Salazar cuidou de preparar a base constitucional e legislativa do Estado Novo".
DESEJAR A + INFINITIVO "desejã a morrer" (Cancioneiro da Vaticana, séc. XIII) DESEJAR DE + INFINITIVO "Deseja de comprar-vos para genro" (Camões, *Lusíadas*, séc. XVI)	DESEJAR + INFINITIVO "A oposição também vai disputar as eleições de 2010 e não desejaria sofrer desgaste diante do eleitorado mais pobre".
DEVER A + INFINITIVO "e outro algum de qualquer estado, e condiçom que seja, non o deve a fazer" (*Ordenações Afonsinas*, séc. XV)	DEVER + INFINITIVO "Uma empresa do porte da Petrobrás não deveria recorrer aos bancos públicos, porque tira recursos de outros setores da economia".
JURAR DE + INFINITIVO "Jurou de nunca mais vestir armas" (Pe. Manuel Bernardes, séc. XVII)	JURAR + INFINITIVO "E com quem se poderia comparar um prefeito que jurou cumprir seu mandato até o fim, mas saiu do cargo depois de dois anos para concorrer ao governo do Estado?"
MERECER DE + INFINITIVO "Depois que eu conheci Jesus Cristo e mereci de ser seu servo" (*S. Josafate*, séc. XVI)	MERECER + INFINITIVO "Estilista competente que é, merecia receber mais investimento financeiro para poder desenvolver sua coleção [...]".

OUSAR A + INFINITIVO "Ousou algum a ver do mar profundo" (Camões, *Lus.*, séc. XVI)	OUSAR + INFINITIVO "Quando a criança chega inconformada, criticando o coleguinha que ousou dizer que o Papai Noel não existe [...]".
PERGUNTAR ALGUÉM ALGUMA COISA "Perguntou-o que homem era" (Santo Graal, séc. XIV)	PERGUNTAR A ALGUÉM ALGUMA COISA "Na quarta passada, Roberto Justus perguntou a um participante o nome do personagem de Conan Doyle que vivia na Baker Street".
RESISTIR ALGUMA COISA "Para esperar e resistir os assaltos de tão bravo inimigo" (Pe. Antônio Vieira, séc. XVII)	RESISTIR A ALGUMA COISA "Tanto sucesso, porém, não resistiu a uma série de reveses e decisões equivocadas".
ROGAR ALGUÉM ALGUMA COISA "Rogou-o mui aficadamente que lhe mostrasse o santo" (*S. Josafate*, s. XVI)	ROGAR A ALGUÉM ALGUMA COISA "Bush, após o 11 de Setembro, para vencer a guerra 'contra o terror', rogou a seu povo que consumisse mais, não menos".

* Todos os exemplos foram retirados da internet.

Em sua gramática, Bechara menciona "a possibilidade de, para muitos verbos, alternar a construção do complemento direto com o complemento relativo e até a norma admite indiferentemente qualquer dos dois complementos" (1999: 420). E oferece os seguintes exemplos:

Ajudar a missa	*Ajudar à missa*
Atender o telefone	*Atender ao telefone*
Assistir os carentes	*Assistir aos carentes*
Chamar românicas essas línguas	*Chamar românicas a essas línguas*
Presidir a sessão	*Presidir à sessão*
Satisfazer o pedido	*Satisfazer ao pedido*

Os exemplos não contemplam outras possibilidades de regência, bem mais usuais no PB contemporâneo: *ajudar na missa*; *chamar essas línguas de românicas*. E não é por acaso, uma vez que o autor, infelizmente, demonstrando o caráter oscilante de seu compêndio entre uma abordagem teórica consistente e uma atitude prescritivo-normativa conservadora, fornece a persistente lista de regências tradicionais (pp. 572-581), desconsiderando as mudanças já ocorridas nas VUP e nos GTM do PB e documentadas há mais de um século na escrita literária e jornalística.

Além disso, quando se trata de verbos bitransitivos, isto é, que habilitam dois complementos, o autor menciona apenas a regência que incide sobre um dos complementos, sem explicitar qual deles: herdar de, por exemplo. No entanto, o verbo herdar se constrói na maioria das vezes como herdar x de y ("Herdei essa casa do meu avô"). Também deixa de explicar que alguns verbos admitem duas regências,

UNIVERSIDADE ... Biblioteca

que geram enunciados de sentido diferente: é o caso de reduzir, que Bechara prescreve de modo enfático — reduzir a (não em!) —, quando se sabe que também existe reduzir em: "O orçamento da União foi reduzido em 100 bilhões de reais" — coisa bem diferente de: "O orçamento da União foi reduzido a 100 bilhões de reais". De fato, é o verbo pseudorreflexivo reduzir-se que está atrelado à preposição a. Do modo sumário como vem indicada na lista, a regência pode gerar dúvidas ao (ou no) leitor[3].

12.6.2 *Regências prescritivas, regências descritivas*

Vamos proceder aqui ao contraste entre a prescrição tradicionalista da lista oferecida por Bechara e o procedimento metodológico mais rigoroso que suscitou a produção do *Dicionário gramatical de verbos do português contemporâneo do Brasil*, coordenado por Francisco da Silva Borba (1991). Esse dicionário se baseia num *corpus* de língua escrita composto de aproximadamente 25.000 páginas coletadas de livros de literatura, jornais, revistas e peças teatrais dos anos 1950, 1960 e 1970. Embora limitado à escrita e ao período citado, o dicionário já demonstra claramente as mudanças ocorridas nas regências verbais:

BECHARA (1999: 572-581)	DICIONÁRIO GRAMATICAL DE VERBOS DO PORTUGUÊS CONTEMPORÂNEO DO BRASIL BORBA (1991)
agradar a	AGRADAR - 1. Indica ação-processo com sujeito agente/causativo. 1. Com complemento, apagável, expresso por nome humano, precedido ou não de a, significa *causar agrado, satisfazer, deleitar: Carla tinha tudo para agradar aos americanos (BP, 35); Nando quis agradar o amigo (Q, 447); mas parece que o noivado não agrada a rainha (BN, 26); o feito de vocês não me agrada (IN, 118); saia vermelha que tanto agradou a João Abade (IA, 75); à danada agrada andar seminua (GA, 62); Sua presença agradava (RIR, 86); A conversa comprida, atenciosa, agradava (VC, 40).*
aspirar a	ASPIRAR - [...] II. Indica estado com sujeito inativo e com complemento expresso por nome abstrato ou sentença infinitiva, introduzida ou não por a. Significa *desejar ardentemente, almejar, pretender: a obra educativa deve aspirar à formação integral de personalidade (PE, 8); Isso é qualidade requerida daquele que aspira um cargo de oficial da igreja (Lessa-0, 37); jamais aspirei a chegar à presidência da República (Médici-0, 23); Diante dele, Marialva, tudo quanto aspirava possuir (PN, 109).* // Ocorre também com o complemento introduzido por por: *[D. Vidal e D. Macedo] Aspiravam ardentemente pelo seu descomprometimento temporal (EV, 98).*

[3] Assim como a lista sai da ordem alfabética estrita nas pp. 578-579, também algumas regências que aparecem ali só podem ser resultantes de erro de revisão, pois é pouco crível que E. Bechara queira prescrever coisas como *continuar em, com* (sem mencionar *continuar a*); *encostar a* (sem mencionar o

assentir a	ASSENTIR - Indica ação. Constrói-se com sujeito agente e com complemento, apagável, da forma a/em + nome abstrato de ação ou sentença conjuncional/infinitiva. Significa *concordar, anuir, aquiescer: O pai assentiu no casamento da filha; Assentiu a que a filha se casasse; O pai assentiu em comprar a bicicleta; Nando assentiu com a cabeça (Q, 431); E vendo que o pai assentia, Doninha pôs-se a correr.*
assistir a (= presenciar)	ASSISTIR - [...] II. Indica ação, com sujeito agente e com complemento expresso por nome abstrato de ação/processo ou por sentença infinitiva, precedida ou não de a. Significa *presenciar, observar: As crianças assistiam emudecidas àquele grande acontecimento (DE, 83); Assisti a filmes aqui no Metro (LM, 211); A cidade assistiria então ao julgamento do Capitão Alcebíades (SA, 297); Para matar o tempo, assisti parte do filme (BB, 92); [o deputado] Assistiu os desfiles de moda (AU-31.12.80, 1); Se você assistir aula de cabelo comprido, põe abaixo a portaria dele (RC, 46); Agora assisto engatarem o vagão-restaurante e o carro "Pullman" (LM, 286); Eu assisti começar a fazer Belo Horizonte (TP, 90).*
atingir (sem a!)	ATINGIR - [...] 3ª O complemento pode ser introduzido por a: *[a carestia] atinge a todos (ESP - 3.8.55,3); as vantagens atingem aos lotados em Porto Alegre (CP - 16.8.67,17)* . [...] Ocorre com complemento introduzido por a: *para um único trator a despesa atingia a mais de Ncr$ 580,00 (CS, 3); o faturamento da Technos atingia a Cr$ 170.000.000,00 (FSP - 4.10.78,12); Couto atinge ( ) à plenitude da expressão (Amado-0, 19).*
consistir em (e não *de*!)	CONSISTIR - Indica estado com sujeito inativo e com complemento de forma em + nome sentença/infinitiva. Significa *ser constituído por, ter sua essência ou suas propriedades (em), compor-se de: Sua cama consiste num estrado (M, 29); Acrísico diminuiu o som da vitrola que agora consiste num leve fundo musical (SMF, 109); Um de seus temas prediletos consiste em lamentar a mudança dos tempos (RA, 7). A sabedoria da vida consiste em fazer de nós o centro do universo (Lima-0, 57).*
deparar com, (tr. direto)	DEPARAR - [...] 1.2. Na forma pronominal ou não, com complemento da forma com + nome, significa defrontar(se), topar: *Da. Hilda ( ) foi abrir a porta do armário da cozinha e deparou com um enxame enfurecido (CS,1); [Arlequim] deparou com uma pequena turba esquálida (JA, 55); Ao depararem com meu capacete e meu cavalo, os capatazes gritavam (SE, 189); Os anseios dos novos tempos não deparam com a reformulação religiosa (EV, 11); Imagine deparar-se com um homem assim despida (DM, 200); Na Índia encontro coisas com as quais não me deparo em parte alguma (VEJ - 22.13.78, 162); Já seus olhos se deparavam com uma fêmea de azul-claro, roliça, alva, mais para o senhoril (SD, 65).*

uso reflexivo do verbo *encostar-se em, a*); *interrogar a*; *justificar de*; *lograr-se de*; *merecer de* (arcaico ou obsoleto); *murmurar de*; *prestar por*; *presumir de*; *prever a, de*; *professar de*; *regar de*; *renegar de*; *solicitar de*; *temer de* etc. Se alguma vez tais regências foram empregadas, hoje em dia estão extintas no PB falado e escrito. Por isso não incluímos tais regências em nossa análise comparativa.

desobedecer a	DESOBEDECER - [...] Indica ação. Constrói-se com sujeito agente e com complemento expresso por nome humano ou por nome abstrato indicativo de ordem, regulamento, introduzido ou não por a. Significa *não submeter a, transgredir, infringir*: *Estava aí o resultado de desobedecer minha mãe (SRB, 54); Como poderia eu desobedecer à ordem de minha sobrinha? (LM, 251); Como pode [o governo] desobedecer a Lei de Segurança da Nação? (CP - 16.8.67, 4) O Brasil não pensa em desobedecer aos ditamos do FMI.*
esquecer-se de	ESQUECER - [...] Forma pronominal ou não + de + sentença infinitiva: *Esqueci-me de mandar reservar acomodação para o doutor que vem aí (AM, 68); Não te esqueças de exagerar nas reverências (TSL, 124); Você esqueceu de dar comida aos cachorros (TP, 55); Camilo esquecera até de calçar as alpercatas (ED, 120).*
implicar com **(No sentido de *resultar* é transitivo direto: *Isto implica erro.*)**	IMPLICAR - [...] I. Indica ação-processo. 1. Com sujeito causativo e com complemento expresso por nome abstrato de ação/processo ou sentença infinitiva, precedidos ou não por em, significa: *1.1 abranger, englobar, pressupor: Tal postura implica um enfoque consentâneo com a realidade multipartidária que se esboça (DP - 8.3.81, 2); mesmo que isso implique apenas banhar e consolar um leproso (VEJ - 25.7.79, 3); Nossos nutrólogos imaginam que o ato de engolir implica em digestão perfeita (FSP - 4.10.78, 2). 1.2 trazer como consequência: a extinção implicará muitos remanejamentos (CB, 5); seu transporte [do café] implica ( ) em danificação das embalagens (JB - 22.1.65, 5).* [...]
lembrar-se de	LEMBRAR - [...] 1. Na forma pronominal ou não, com sujeito experimentador. [...] 1.2 Com complemento da forma de + sentença infinitiva, significa *passar a ter a lembrança de: Nem aquele esperto Mané Raimundo se lembrava de morrer (MA, 131); Vermelhinho ( ) lembrou de esconder a cabecinha no sovaco do outro (CL, 134).* [...]
obedecer a	OBEDECER - [...] I. Indica ação com sujeito agente. 1. Com complemento, apagável, expresso por nome humano, precedido ou não de a, significa *cumprir as ordens de: Mas mesmo assim, doente e raivoso, não obedecia a ninguém (CJ, 70); Obedeça sua mãe (SA, 99); Quando dizemos que um indivíduo é disciplinado não queremos dizer que ele obedece passivamente (AE, 147).* 2. Com complemento, apagável, expresso por nome abstrato, precedido ou não de a, significa *cumprir, observar, acatar: O conselheiro ( ) permanecia figura do Império, jamais obedecendo a leis, regulamentos, decretos (SD, 21); É o horário do convento que eu hei de ter obedecido durante tempos que não sei (VE, 100); Adquiri o hábito de obedecer (BAM, 186).* [...] III. Indica estado com sujeito inativo e com complemento expresso por nome abstrato, seguido ou não de a. Significa *estar submetido: O trabalho do campo obedecia aos mesmos ritmos do trabalho do espírito (JK-0, 330); Sua instalação obedeceu a todos os dispositivos legais em vigor na época (CS, 30); essas viagens ocasionais obedeciam a certas regras (TV, 210); A propaganda eleitoral obedece regras injustas.*

pagar a, de, em **(Não pode aceitar obj. direto de pessoa: Paguei *o médico*, mas sim de coisa paga: Paguei a conta *ao garção*).**	PAGAR - [...] I. Indica ação-processo, com sujeito agente. 1. Com dois complementos, apagáveis, um expresso por nome de atividade remunerável precedido ou não de por/para, e outro, beneficiário, da forma a + nome humano, com ou sem especificador de preço, significa *remunerar, compensar ou retribuir: o dono do cafezal pagava ao colono e seus familiares por saco de café colhido (BF, 40)* [...] O beneficiário pode ocorrer sem a preposição, e o especificador, se ocorrer, vem precedido de com/em: *Veja só, tio: a velhinha pagou o senhor com uma nota falsa (VEJ - 13.12.78, 15); Você pode até me pagar depois em bola de gude (PL, 57); O deputado pagou o colono (RIR, 99); o trabalho é menos duro nas casas onde se pode pagar uma empregada (CT, 30).* [...]
perdoar a	PERDOAR - Indica ação-processo. Com sujeito agente. 1.1 Com dois complementos, ambos apagáveis, um expresso por nome abstrato designativo de erro, falta, dívida ou por sentença infinitiva, e outro, beneficiário, da forma a + nome humano, significa *absolver, remitir, desculpar. [Meu irmão] Não me perdoava um erro (FE, 37); Não lhe [a Eulália] perdoava o falso testemunho (DM, 240); - Perdoa-me, Senhor, o mau pensamento. (TSL, 180)* [...] Quando ocorre apagamento do primeiro complemento, o complemento beneficiário pode ocorrer sem a: *os homens não perdoam os inocentes (ML, 87); ninguém perdoaria o noivo barbado (SE, 108); A mulher pode perdoar o homem desleixado que nunca se barbeia (BB, 124); e a gente o [Armando] perdoava imediatamente (ED, 98); Germando perdoou Armando pelo atrevimento de ter se casado com sua filha (ED, 189); A Ana Amélia, coitada, não perdoou a família (TSL, 112); Deus perdoa os pecadores (PE, 32).*[...]
perguntar a, por	PERGUNTAR - [...] 2. Com dois complementos: um da forma de/sobre/por + nome, e outro, destinatário, constituído por a/para + nome humano, significa *procurar saber, solicitar informação: O visitante lhe perguntou pelas benzeduras que ela sabia fazer (MA, 173); ela me perguntou por você (CAS, 111); Por que não perguntam sobre aquele que mandou desenterrar as armas (FEC, 117); Lambeth ( ) pergunta da minha vida, dos meus trabalhos (LM, 236); Ela pergunta sempre por você (ED, 115); é feio perguntar sobre defeitos dos outros (R, 242).* [...]
preferir a **(É errôneo o emprego do advérbio *antes* ou *mais* com este verbo porque a noção de preferência ou excelência já está contida no prefixo. É também errôneo o uso da conjugação (*sic*) comparativa *que* (ou *do que*). Deve-se dizer *prefiro isto àquilo, prefiro o teatro ao cinema*.**	PREFERIR - Indica estado. Constrói-se com sujeito experimentador e com dois complementos: um expresso por nome ou por sentença infinitiva/conjuncional e outro, apagável, da forma a + nome ou sentença infinitiva/conjuncional. Significa *dar primazia a, ter predileção por, achar melhor: prefiro o pior profissional ao melhor amador (DM, 141); Sua mãe prefere a morte à desonra (CT, 23); [Couto] Prefere o romântico ao prosaico (Amado-0, 9)* [...]. (Pop) - Usa-se do que em lugar de a: *[Zefinha] bem preferia ainda ficar só, aos domingos, do que ter a sondar-lhe os passos uma visita incapaz de dizer algo com graça (G, 175); Prefiro ver a menina amortalhada do que em poder de Ponciano (CL, 164).*

preferir a **(É errôneo o emprego do advérbio *antes* ou *mais* com este verbo porque a noção de preferência ou excelência já está contida no prefixo. É também errôneo o uso da conjugação (*sic*) comparativa *que* (ou *do que*). Deve-se dizer *prefiro isto àquilo, prefiro o teatro ao cinema.***	PREFERIR - Indica estado. Constrói-se com sujeito experimentador e com dois complementos: um expresso por nome ou por sentença infinitiva/conjuncional e outro, apagável, da forma a + nome ou sentença infinitiva/conjuncional. Significa *dar primazia a, ter predileção por, achar melhor: Prefiro o pior profissional ao melhor amador (DM, 141); Sua mãe prefere a morte à desonra (CT, 23); [Couto] Prefere o romântico ao prosaico (Amado-0, 9)* [...]. (Pop) - Usa-se do que em lugar de a: *[Zefinha] bem preferia ainda ficar só, aos domingos, do que ter a sondar-lhe os passos uma visita incapaz de dizer algo com graça (G, 175); Prefiro ver a menina amortalhada do que em poder de Ponciano (CL, 164).*
satisfazer a, (-se) com	SATISFAZER - I. Indica ação-processo com sujeito agente/causativo. 1. Com complemento expresso por nome abstrato, introduzido ou não por a, significa: *1.1 realizar, cumprir: O Banco estava longe de satisfazer o seu desejo de ser amada (FE, 121); Mas vocês têm de me satisfazer aos menores caprichos (DES, 57). 1.2. atender: Jesus não satisfaz a curiosidade dos discípulos (Lessa-0, 7); um desejo de satisfazer à bondade divina injuriada (Mayer-0, 10). 1.3. preencher, suprir: a nossa estrutura econômica estava organizada para satisfazer a demanda externa (RS, 42); Buscar empréstimos no exterior satisfaz nossas necessidades econômicas.* 2. Com complemento expresso por nome designativo de algo voraz, introduzido ou não por a, significa *saciar, mitigar: Leda não deve satisfazer todas as suas taras (SV, 39); para satisfazer as bichas, Verinha roía o casaco de lã (CE, 98); a verdade é a única coisa que satisfaz a essas almas sequiosas de absoluto (CCA, 260).* 3. Com complemento expresso por nome humano introduzido ou não por a, significa: *3.1. agradar, contentar: Muito me satisfaz a leitura da entrevista (VEJ - 25.7.79, 7); os presidentes não satisfazem a pátria (Q, 442); a verdade é que a paz não satisfaz a ninguém (TP, 53); Seu Quincas acabou pagando um despropósito para satifazer o menino (SE, 65). 3.2. convencer, persuadir: A explicação é simples, mas não satisfaz a todos (Nery-0, 44).* [...]
sobressair em, por	SOBRESSAIR - Indica processo, na forma pronominal ou não. 1. Com sujeito paciente expresso por nome animado e com complemento, apagável, da forma entre/dentre/de + nome indicativo de grupo, significa *distinguir-se, realçar-se, tornar-se alvo da atenção, salientar-se: A irmã Clarisse sobressai-se entre as outras freiras por seu amor aos pobres; na Câmara Alta de nossa primeira República, [vosso pai] sobressaiu-se como um de seus mais prestigiosos financistas (Lins-0, 48)* [...]
suceder a	SUCEDER - [...] Na forma pronominal ou não, com sujeito paciente expresso por nome e com complemento expresso por nome da mesma subclasse do sujeito, introduzido ou não por a, significa *ser substituído por sucessão, vir em seguida: [Adriano] sempre dizia que havia de suceder o pai (MC, 18); Os dias tumultuosos que precederam e sucederam a sua impensada volta à casa (A, 17)* [sic]; *As plantas de largas folhas a eles [arbustos] sucediam (M, 21); À conquista pelos romanos sucederam-se as invasões de alanos, de vândalos, de suevos (CGS, 286)* [...]

A lista de regências de Bechara assume em alguns momentos o tom e o caráter do *Appendix Probi*, a famosa lista de erros a se evitar atribuída ao gramático latino Valério Probo (que viveu no século I de nossa era). Assim como no *Appendix Probi* aparece a fórmula *A non B*:

- speculum non speclum
- vetulus non veclus
- solea non solia
- auris non oricla
- oculus non oclus
- viridis non virdis
- calida non calda,

também na lista de regências de Bechara encontramos injunções como *atingir (sem* a*!), chegar-se a (não* em *junto ao lugar), consistir em (e não* de*!), envelhecer (sem* de*!), reduzir a (não* em*!)*... Ora, do mesmo modo como o *Appendix Probi* tem servido aos historiadores para estudar as mudanças ocorridas no latim tardio e que mais tarde se incorporariam de vez às línguas românicas, também a lista de regências "corretas" (na verdade, corrigidas) de Bechara nos indica mudanças já devidamente implantadas no PB — afinal, se não fossem tão frequentes não haveria por que condená-las.

Os verbetes do *Dicionário gramatical de verbos* trazem em diversos casos a indicação "introduzida/precedida ou não de/por a" (agradar, aspirar, assistir, desobedecer, obedecer, satisfazer, suceder), onde a lista do gramático prescreve unicamente o uso da preposição. O que existe aqui, portanto, é uma variável com duas variantes, uma conservadora e outra inovadora, ambas perfeitamente legítimas e bem documentadas nas VUP e nos GTM. Ou seja: tanto faz usar uma como outra.

12.7 Mudanças de transitividade

12.7.1 De transitivo indireto para direto

O abandono da preposição tem importantes consequências sintático-semântico-pragmáticas: o que na regência tradicional era complemento oblíquo ou objeto indireto agora é interpretado pelos falantes como objeto direto:

(des)agradar a alguém (OBJ IND)	(des)agradar alguém (OBJ DIR)
(des)obedecer a algo/alguém (COMP OBL/OBJ IND)	(des)obedecer algo/alguém (OBJ DIR)
aspirar a algo (COMP OBL)	aspirar algo (OBJ DIR)
assistir a algo (COMP OBL)	assistir algo (OBJ DIR)
responder a algo/alguém (COMPL OBL/OBJ IND)	responder algo/alguém (OBJ DIR)
satisfazer a algo/alguém (COMP OBL/OBJ IND)	satisfazer algo/alguém (OBJ DIR)
suceder a algo/alguém (COMP OBL/OBJ IND)	suceder algo/alguém (OBJ DIR)

Essa transformação sintática implica numa reanálise semântica da relação do falante com o objeto em questão, relação que deixa de ser indireta ou oblíqua e passa a ser direta. Em muitos casos, é possível argumentar que a mudança se processou devido a uma analogia sintático-semântica com verbos de significado semelhante, transitivos diretos:

- agradar [alegrar - aprazer - contentar - deleitar] alguém
- aspirar [almejar - desejar - querer] algo
- assistir [contemplar - frequentar - observar - presenciar - ver] algo
- obedecer [acatar - cumprir - respeitar] algo/alguém
- satisfazer [agradar - alegrar - contentar] alguém
- suceder [subsituir] alguém

A transitividade direta desses verbos se comprova na possibilidade de sua conversão à voz passiva:

(36) Este ano tivemos a honra e o prazer de receber a equipe de filmagens de Amanhecer e os atores Robert Pattinson e Kristen Stewart aqui no Brasil. Mas, infelizmente, nem todos foram agradados pela notícia, principalmente os moradores da Lapa que foram impedidos de entrar em casa por causa das filmagens. (http://robstensensation.blogspot.com/2010/12/, acesso 8 mar 2011)

(37) O filme "Bruna Surfistinha" foi assistido por 400 mil pessoas no fim de semana. (http://extra.globo.com/tv-e-lazer/o-filme-bruna-surfistinha-foi-assistido-foi-400-mil-pessoas-no-fim-de-semana-1177126.html, acesso em 8 mar 2011)

(38) No dia 18 de janeiro, o jornal enviou um ofício ao ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, solicitando a divulgação da lista. O pedido não foi respondido. (http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po0203201107.htm, acesso em 8 mar 2011)

(39) O pagamento parcial do precatório não torna a decisão inócua ou implica perda de objeto do Mandado de Segurança. A pretensão do particular, de receber integralmente o valor de seu precatório, não foi satisfeita. (http://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/14464580/reclamacao-rcl-3951-mt-2010-0030365-3-stj, acesso em 8 mar 2011)

(40) Trata-se de fato público e notório que o Banco Econômico foi sucedido pelo Banco Bilbao Vizcaya - BBV, que foi comprado pelo Bradesco. (http://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/1194813/embargo-em-recurso-de-revista-e-rr-435124301998515555-5-435124-3019985155555-tst, acesso em 8 mar 2011)

12.7.2 *De transitivos diretos para indiretos*

Outros verbos, ao contrário, passam de transitivos diretos a indiretos. É o caso de atingir e implicar. A construção atingir a pode ser devida à analogia com chegar a. Em ambas, o sentido remete a um ponto de chegada, a um movimento em dada direção, sentidos que são veiculados pela preposição a:

(41) Para um único trator a despesa atingia a [chegava a] mais de Ncr$ 580,00. (Borba, 1991)

No caso de **implicar**, a regência sem preposição é analógica de *englobar, envolver, comprometer*, enquanto a regência com preposição é analógica de *resultar em*. Como esses dois sentidos são muito próximos, o uso ou não da preposição parece variar livremente. No entanto, no *corpus* do NURC-Brasil que usamos para nossas pesquisas, são 8 as ocorrências do verbo implicar, todas seguidas da preposição em:

(42) a assistência odontológica... implica evidentemente... em custos... demasiadamente elevados... para o... o público ou para a coletividade... [...]... toda e qualquer cirurgia... no campo médico... propriamente dito... implica... obrigatoriamente... em despesas... as mais elevadas [...] (NURC/REC/131)

(43) podia ser até... que uma pessoa tivesse... um grau superior de instrução... e não conseguisse ser um bom garçom... não implica uma coisa na outra. (NURC/REC/078)

(44) extremamente ligada à vida humana a flora... e: sem dúvida nenhuma... a renovação de uma flora... implica: num:: num movimento num numa tendência ao romantismo não é? (NURC/REC/178)

(45) um assunto muito interessante este de transportes... porém: implica... num: (3s) implica em muitos em em mu:i/ em... vá:rios meios de transportes exigindo... um certo tempo... para: analisá-los... (NURC/REC/191)

(46) E essa lei da oferta e da procura que o Sr. falou, acho que ela implica num problema sério que é de mercado de trabalho. (NURC/RJ/064)

(47) Então o comércio é um traço típico, um traço característico de uma grande cidade sobretudo quando essa grande cidade é o Rio de Janeiro, onde há uma concentração, eh, espacial condicionada pela, pelo relevo, pela proximidade do mar e isso então, eh, implica em que as pessoas estão muito próximas uma das outras e favorece assim essa concentração muito grande, não em termos residenciais apenas mas também em termos de prestação de serviços. (NURC/RJ/048)

(48) Às vezes eu acompanho, eh, acompanho a mulher pra fazer compras em supermercados mas não é uma atividade de que eu goste muito porque isso, eh, implica em (riso) entrar em lugares muito congestionados. (NURC/RJ/039)

O mesmo fenômeno ocorreu com o verbo **acarretar**, que tem sentido próximo ao de *implicar*, "resultar em", embora os dicionários de regência o apresentem exclusivamente como transitivo direto:

(49) Apagão de FHC acarretou em 18 meses de racionamento e aumento da tarifa para ressarcir o "prejuízo" das privadoadas Elétricas, e o PiG esqueceu! (http://newsgroups.derkeiler.com/Archive/Soc/soc.culture.brazil/2009-11/msg00255.html, acesso em 8 mar 2011)

(50) Conforme consta nos documentos juntados, o Convênio acarretou em custo ao erário público no valor de R$ 251.223,07;Termo de Convênio- [...] Conforme consta nos documentos juntados, o Convênio acarretou em custo ao erário público no valor de R$ 90.157,41; [...] Conforme consta nos documentos juntados, o Convênio acarretou em custo ao erário público no valor de R$ 159.109,38. (http://diarios-oficiais.com/arquivo/2010/12/16/17714/Tribunal-de-Justica-Sao-Paulo-Caderno-5-Editais-e-Leiloes-16122010-Pg-128.html, acesso em 8 mar 2011)

(51) Um estudo conclui, por exemplo, que a maior adesão ao tratamento da asma entre idosos acarretou em uma redução anual de 20% nas internações hospitalares entre esse público. (http://www.novartis.com.br/apoio/adesao.shtml, acesso em 8 mar 2011)

No caso do verbo **consistir**, parece haver uma distinção semântica entre consistir em e consistir de — regência que, embora muito frequente, não apareceu no *corpus* utilizado para a elaboração do *Dicionário gramatical de verbos*. (Numa rápida consulta à internet, porém, com as frases "consiste de" e "consiste em", encontrei,

para a primeira, 2.610.000 ocorrências e, para a segunda, 1.990.000 — acesso em 8 de março de 2011).

A regência com em parece levar ao sentido de "implicar em, envolver, resultar em, significar", enquanto a regência com de traria a ideia de "ser composto de, ser formado de, ser feito de". Vamos comparar os seguintes exemplos:

(52) no que é que consiste digamos a a atividade de um aluno, né? (NURC/SSA/231) → *o que envolve/significa a atividade de um aluno?*

(53) a instrução... pode contribuir para a educação... mas a educação não consiste nisto... a educação é Tirar o que há de mau... no espírito da criança... não é? (NURC/REC/145) → *a educação não significa isto*

(54) a vida da barcelonesa consiste em se vestir bem pra mostrar pra vizinha [...] porque o Uruguai consiste em Montevidéu. (NURC/RJ/133) → *a vida da barcelonesa envolve/implica em se vestir; o Uruguai resulta ser Montevidéu*

(55) Em Kiptusuri, o sistema LED Firefly comprado por Ruto é a grande febre deste ano. O menor deles, que custa US$ 12, consiste de um painel de energia solar que pode ser colocado numa janela ou telhado, e que é conectado a uma luminária e um carregador de celular. (http://www1.folha.uol.com.br/fsp/newyorktimes/ny3101201110.htm, acesso em 8 mar 2011) → *o sistema é composto de um painel de energia solar*

(56) Cada fase não dura mais do que um minuto, quando tanto, e consiste de um desafio: conduzir Super Meat Boy (um simpático quadradinho de carne sangrenta) até a sua amada Srta. Curativo, que se encontra do outro lado da tela. (http://www1.folha.uol.com.br/fsp/tec/tc1901201122.htm, acesso em 8 mar 2011) → *cada fase é composta de um desafio*

(57) O aparelho da Logitech consiste de uma unidade esguia e negra que fica junto ao televisor e de um teclado sem fio. (http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/me0111201016.htm, acesso em 8 mar 2011) → *o aparelho é composto de uma unidade esguia e negra*

A mesma preposição em que ocorre depois dos verbos implicar e acarretar é usada com consistir para conferir os mesmos sentidos ('envolver, significar, englobar'), enquanto a preposição de introduz os complementos de consistir para atribuir ao verbo os sentidos de 'compor-se de, constituir-se de, formar-se de'). São os processos analógicos, sempre tão ativos na história e no presente das línguas [▶188].

Dos verbos esquecer e lembrar vamos tratar adiante [▶591]. O surgimento de um clítico pseudorreflexivo junto aos verbos deparar(-se) e sobressair(-se) é resultante do processo de atribuição de afetividade [▶590] ao estado de coisas relatado: deparar tem sujeito com traço semântico [experimentador], enquanto sobressair tem sujeito [paciente]. O clítico vem conferir a mesma carga de afetividade que se verifica em tantos outros verbos como *queixar-se, incomodar-se, acostumar-se, assustar-se, espantar-se, alegrar-se* etc., em que não existe reflexividade da ação. Observe que o verbo suicidar-se vem sempre (ou quase sempre) acompanhado do clítico, embora, em sua origem, seja composto de *sui* ('si mesmo') e *cid-* (raiz que contém a ideia de 'matar', cf. *homicídio, infanticídio, genocídio* etc.). No entanto, que verbo poderia conter uma carga maior da afetividade do que esse? Por isso, bem cedo na história da língua, ele passou a ser usado com o clítico afetivo (e não reflexivo!).

12.7.3 O *caso do verbo* preferir

Por fim, mas de grande importância, temos o verbo preferir. As tentativas (frustradas) de preservação da construção tradicional — a despeito do uso incomparavelmente mais frequente da construção comparativa — se exibem nos argumentos levantados por seus defensores. Bechara, em nota de rodapé, escreve:

> É errôneo o emprego do advérbio *antes* ou *mais* com este verbo porque a noção de preferência ou excelência já está contida no prefixo. É também errôneo o uso da conjugação (*sic*) comparativa *que* (ou *do que*). Deve-se dizer *prefiro isto àquilo, prefiro o teatro ao cinema.* (p. 578)

Há, decerto, um erro de revisão nesse pequeno texto: onde aparece *conjugação* deveria aparecer *conjunção*. Mas esse não é o maior problema. O problema de fato é, primeiramente, mencionar a existência de um "prefixo" no verbo preferir. Como vimos em [▶271], o verbo latino *ferre*, por ser muito irregular, se transformou, no latim vulgar, num provável **férere*, origem dos radicais *-ferire* (italiano), *-férer* (francês) e *-ferir* (catalão, galego e castelhano). Em nenhuma dessas línguas, porém, o verbo **férere* sobreviveu como item lexical pleno: em todas elas, ele sobrevive apenas como morfema preso, como um radical: *aferir, conferir, deferir, diferir, preferir, referir, transferir* etc. Se digo *sobreviveu* é porque todos esses verbos já existiam em latim e foram herdados diretamente pelas línguas românicas, não sendo, portanto, em nenhuma delas, resultantes de composição e/ou derivação. Por isso é descabido referir-se a "prefixo" quando se trata do verbo *preferir*. Afinal, se suprimíssemos o suposto prefixo teríamos **ferir*, verbo que não existe em PB[4]. Só podemos falar de *prefixo* numa língua quando, em seu estado atual, esse elemento apresenta produtividade na formação de novas palavras (como, por exemplo, *anti-*: *antiglobalização, antiecológico, antiterrorista, antirracista* etc.). Ora, existe, sim, o prefixo pre- no PB contemporâneo, mas ele não entrou na formação — em português — do verbo *preferir* que, repito, foi herdado diretamente do latim.

Não bastasse a inconveniência de emprego do termo "prefixo", ocorre também uma interpretação equivocada do valor semântico do prevérbio prae- na língua latina. Tal como nós usamos hoje em dia o seu derivado, na forma pre-/pré-, esse prevérbio continha (e contém) a noção de 'antes, na frente, primeiro', como vemos em *pré-história, pré-escola, predisposto, preconceito, previsão, predizer* e tantas outras palavras. O sentido de 'superioridade comparativa' é uma extensão metafórica da noção de 'anterioridade'. Mesmo reconhecendo esse sentido metafórico, porém, é fácil ver que se o verbo ferre significava 'trazer, levar, transportar', é claríssimo que prae-ferre significava 'trazer na frente, levar adiante'. E de fato é assim que aparece nos dicionários latinos:

---

[4] É sempre bom lembrar que nosso verbo *ferir*, 'causar ferimento(s) em; receber ferimento(s) de; cortar(-se), machucar(-se)', provém do latim ferire, diferente, portanto, de ferre.

> præ-fĕrō, fers, tŭlī, lātŭm, ferrĕ *v. trans.* 1º Levar adiante; trazer (em si), ter; 2º Trazer ou levar, fornecer, dar; 3º Mostrar, dar a ver, deixar ver; anunciar, declarar, indicar; fazer mostra de, mostrar com desvanecimento, ostentar; 4º Pôr em primeiro lugar, preferir [...] (Saraiva, 1993)

Como sempre ocorre, entra aqui em jogo a metáfora, que parte indefectivelmente do sentido concreto na direção do abstrato. Esse processo metafórico pode ser acompanhado pela leitura do verbete: cada nova acepção indica um passo adiante na metaforização. No entanto, em todos os sentidos listados, a ideia que se preserva é a de 'antes', 'na frente', 'adiante'. Somente na quarta acepção surge 'preferir' com o sentido que o verbo tem em protuguês. Difícil, então, concordar com o postulado de uma "noção de preferência ou excelência já contida no prefixo". O prevérbio latino que tinha essa noção — ou, melhor, a noção de 'acabamento, perfeição, completude' e o sentido superlativo — era, de fato, per-, que conservamos em palavras como *perfazer* ('fazer inteiramente'; de onde *perfeito*, 'excelente, completo, concluído'), *perfurar* ('furar de um lado a outro'), *perene* ('por todos os anos, sempre'), *perseguir* ('seguir até o fim') etc.

Por sua vez, no *Dicionário gramatical de verbos*, também aparecem incongruências. Nele, a construção comparativa é marcada como *(pop.)*, isto é, "popular". Esse é um qualificativo supostamente sociolinguístico, aplicado com demasiada frequência a variantes gramaticais que se opõem ao nebuloso conceito de "culto" que povoa nossa tradição de estudos linguísticos. Na realidade, o conceito de "popular" esconde simplesmente as mudanças ocorridas na língua, há bom tempo incorporadas nas VUP, nos GTM e na escrita literária consagrada, mas que, por mero conservadorismo ideológico, continuam sendo rotuladas como "inaceitáveis" ou francamente como "erros". Para não empregar a palavra *erro*, muitos autores preferem falar de "popular", termo menos autoritário (mas sempre preconceituoso, por incorporar uma ideia distorcida de 'povo') com que dissimulam, quase sempre, sua tentativa de preservar as formas tradicionais. Outro rótulo muito usado, sobretudo nos livros didáticos, é o de "informalidade", que critiquei mais a fundo em outro trabalho (Bagno, 2010). Quando, na fala ou na escrita de falantes tidos como "cultos", aparece algum uso não previsto na norma-padrão conservadora, a desculpa que se oferece é a de que se trata de um uso "informal". No entanto, e retomando palavras de Azeredo (2008: 26) já citadas mais atrás,

> continuam a ser indevidamente estigmatizadas como 'erros gramaticais' muitas formas e construções regularmente empregadas em textos formais de circulação pública em território brasileiro escritos em português.

A respeito da construção comparativa com o verbo preferir, o dicionário *Houaiss* assim se manifesta:

> O uso, embora freq[uente] no Brasil, de *preferir* seguido de *do que* (prov[alvemente] por influência da construção comparativa *mais ... (do) que* [*gosto mais deste do que daquele*; *prefiro este do que aquele*]) não é aceito pela norma culta da língua, embora se abone em escritores como Mário de Andrade, Cecília Meireles e Oswald de Andrade e mesmo em clássicos como

Manuel Bernardes, Garrett e Camilo, como o registra Antenor Nascentes em *O Problema da Regência*, 3ª ed., 1967; o mesmo quanto a *preferir antes*, construção de expressividade pleonástica, mas que se abona em Camilo, Eça de Queirós, Euclides da Cunha etc.

Com todo o merecido respeito pela equipe que elaborou, com notável esforço, o dicionário que leva o nome do nosso importante filólogo, alguma coisa nessa explicação soa contraditória. Afinal, em todas as obras de caráter normativo, a definição de *norma culta* se faz sempre com base nas opções dos escritores consagrados da língua. Celso Cunha e Lindley Cintra, por exemplo, ao definirem o objeto de sua gramática, assim explicam:

> Trata-se de uma tentativa de descrição do português atual na sua forma culta, isto é, da língua como a têm utilizado os escritores portugueses, brasileiros e africanos do Romantismo para cá. (1985, xiv)

Se é o uso dos escritores que constitui a "forma culta" do português, a redação do verbete do dicionário *Houaiss* não poderia encadear "não é aceito pela norma culta da língua" com um *embora*: "Embora se abone em escritores como ... e mesmo em clássicos como ...". Aqui reina a confusão entre norma culta e norma-padrão, duas entidades socioculturais muitíssimo diferentes.

No *corpus* do projeto NURC encontramos muitos exemplos dessa regência, não só para o verbo mas também para o substantivo preferência e o adjetivo preferível:

(58) prefiro ir a teatro do que a cinema...quando o filme não é bom né? [...] porque é comédia justamente eu não te falei eu gosto mais de comédia eu gosto de de coisa mais alegre sei lá...prefiro do que...do que::...drama. (NURC/SP/234)

(59) eu nunca me dei em alimentar-me fora de casa, quer dizer que eu preferia mil vezes levar comida. (NURC/RJ/080)

(60) Já, já tornando mais amena a conversa, eu digo o seguinte: é muito preferível a Transamazônica ser explorada que a...a lua. [...] Mas é preferível que eles sejam meio formados, não é? do que não sejam formados... (NURC/RJ/064)

(61) é preferível um jogo de futebol::: do que um problema que nós acabamos de observar aí... não é? (NURC/RJ/373)

(62) Não. Prefiro mais lugar popular. Eu não gosto muito de lugar fechado. (NURC/RJ/119)

(63) agora eu prefiro... eu prefiro essa subida do que aquela coisa do:... ah... daquele empréstimo compulsório. (NURC/RJ/355)

(64) Eu gosto do Alto da Boa Vista, da Barra, o próprio Grajaú, eu prefiro Grajaú do que Tijuca. (NURC/RJ/002)

Por isso, por essa construção pertencer à língua culta real, ou seja, às variedades urbanas de prestígio, é que o jornal *O Globo* pôde estampar em grandes letras esta notícia na capa de seu segundo caderno (29/9/2003):

(65) Público preferiu ver as sessões de musicais no Odeon do que participar delas.

Em textos monitorados produzidos por falantes classificados de "cultos" também é abundante a presença da construção comparativa. Seguem alguns exemplos coletados na internet (acesso em 10 mai 2009):

(66) Segundo Colangelo, Kaman preferiu se naturalizar alemão do que defender a seleção americana. (http://basketbrasil.com.br/tags/jerry-colangelo)
(67) Enquanto isso não ficou claro, Suplicy preferiu acreditar nesse obscuro personagem do que em seus companheiros. (www.horadopovo.com.br/2006/novembro/29-11-06/pag2a.htm)
(68) Porque a elite brasileira prefere viver na vergonha do que arriscar a perda dos seus privilégios. [Cristovam Buarque, *Os instrangeiros*, p. 125.]
(69) Em matéria de resistência sempre vale a pena lembrar o pensamento de Henry David Thoreau, nascido em 1817 na cidade de Concord estado de Massachussetts, EUA. Formou-se em Harvard em 1837 e foi dar aulas numa escola primária em sua cidade, mas preferiu deixar seu posto do que aceitar praticar castigos corporais em seus alunos, coisa comum na época. (www.revistainteratual.com.br/revistas/05/colunistas_luis_b_neto.html)
(70) Já com *O tempo que resta*, a situação é outra. Os relacionamentos não são o que podemos chamar de perfeitos, mas a descoberta de um câncer terminal faz com que o jovem fotógrafo de 31 anos reflita sobre seus relacionamentos e suas memórias naquele tempo que lhe resta, pois preferiu não buscar tratamento. Preferiu viver seus últimos dias livre do que preso a uma cama e a medicamentos. (www.digestivocultural.com/colunistas/imprimir.asp?codigo=2144)
(71) Metade das americanas prefere ficar sem sexo do que sem internet. (tecnologia.terra.com.br/interna/0,,OI3396669-EI4802,00.html)
(72) Governo prefere desgaste com crise no setor aéreo do que pôr em risco os passageiros, diz Tarso. (www.ceftru.unb.br/comunicacao/clipping-antigos/governo-prefere-desgaste-com-crise-no-setor-aereo-do-que-por-em-risco-os-passageiros-diz-tarso)
(73) Consumidor prefere segurança ao comprar online do que desconto no preço. (www.emarket.ppg.br/index.asp?InCdMateria=5506)
(74) PREFERE VER SOFRER UM ENTE QUERIDO DO QUE UM ANIMAL? (/www.jornaldedebates.ig.com.br/debate/as-experiencias-com-animais-em-laboratorios-devem-/artigo/prefere-ver-sofrer-um-ente-querido-)
(75) O ministro de Relações Institucionais, Walfrido dos Mares Guia, lamentou hoje a morte do senador Antonio Carlos Magalhães (DEM-BA). Segundo ele, os mineiros preferem lembrar das virtudes do que dos defeitos. (www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u313805.shtml)
(76) Kobe Bryant prefere estar na final sob pressão do que de férias numa praia. (http://basketbrasil.com.br/nba/kobe-bryant-prefere-estar-na-final-sob-pressao-do-que-de-férias-numa-praia.)

12.7.4 O *caso do verbo* visar

Um verbo que também é sempre vítima das campanhas puristas é visar. Nelas se tenta impor uma diferença entre visar transitivo direto, com o sentido de 'dirigir a vista para, mirar' alguma coisa, e visar a, 'ter como objetivo, almejar'. No entanto, essa distinção já desapareceu há muito tempo. Em sua lista de regências, Bechara admite as duas construções. No *Dicionário gramatical de verbos*, é mais um dos casos em que o complemento pode vir "precedido ou não de a". Por sua vez, o dicionário *Aurélio* assim se expressa acerca desse verbo:

> [Os exemplos de *visar*, nesta acepção, como transitivo direto, poderiam facilmente ser multiplicados. Não há razão, pois, para condenar esta regência, só admitindo a seguinte. {transitivo indireto com preposição *a*}]

No seu verbete visar, o dicionário *Houaiss* apresenta as duas regências, sem fazer nenhum comentário, prova de que já reconhece a legitimidade de ambas:

■ verbo
transitivo direto
1 dirigir a vista para (um ponto determinado); mirar
Ex.: *<o rapaz visava a mais linda jovem da festa> <visei a maçã do último galho>*
transitivo direto
2 Derivação: sentido figurado.
dirigir (palavras, comentário, insinuação, elogio, insulto etc.) a
transitivo direto
3 dirigir-se (projétil, tiro) para
Ex.: *<o tiroteio visava a multidão> <embora visasse o bandido, o tiro atingiu o refém>*
transitivo direto
3.1 Derivação: sentido figurado.
dirigir-se (palavra, comentário, insinuação, elogio, insulto etc.) em certa direção
Ex.: as palavras do advogado visavam diretamente os sentimentos dos jurados
transitivo direto e transitivo indireto
4 Derivação: sentido figurado.
ter (algo) como desígnio, ter por fim ou objetivo; mirar (a), propor-se
Ex.: *<estas providências visam solucionar o problema> <os pais visam o bem dos filhos> <toda medida que vise ao bem comum será apoiada>*
pronominal
5 demonstrar intenção de; propor-se, procurar-se

12.7.5 O caso do verbo permitir

Um verbo que está passando nesse exato momento por um interessante processo de reanálise é **permitir**. A construção clássica desse verbo seguia a fórmula:

[algo/alguém]	permite	[a algo/alguém]	[infinitivo]
SUJEITO	VERBO	OBJ INDIR	OBJ DIR

A mudança que se processa está transferindo o papel de beneficiário — ou seja, o **objeto indireto** — para o de **sujeito** do infinitivo, ao mesmo tempo em que a sentença reduzida de infinitivo se torna o **objeto direto** de *permitir*:

[algo/alguém]	permite	[algo/alguém] [infinitivo] SUJEITO VERBO
SUJEITO	VERBO	OBJ DIRETO

Alguns exemplos colhidos na internet (em 17 de março de 2011) mostram essa reanálise:

(77) Qual o elemento do detergente que não o permite se misturar com a água?
(78) Mourinho "teria" cláusula no contrato com o Real Madrid que o permite ir para o United.
(79) Alexandre, que mora no Rio, é portador de deficiência auditiva. Ele consegue falar pelo celular através do sistema de videoconferência, que o permite conversar em tempo real pelo aparelho.
(80) Questionado se Neymar está infeliz no clube, Marquinhos declarou que o salário que o atleta recebe não o permite estar chateado.
(81) D'Alessandro diz que qualidade do Inter o permite viajar tranquilo para a seleção.

A direção da reanálise está bem clara nesse caso: o verbo permitir está sendo interpretado pelos falantes como um verbo causativo/sensitivo da mesma natureza de *mandar, fazer, sentir, deixar, ouvir* e *ver* que vamos examinar mais adiante [▶593]. Assim como podemos dizer, em PB,

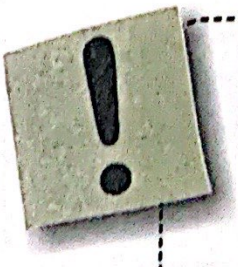
eu o vi chegar	*ou*	eu vi ele chegar
me deixa entrar	*ou*	deixa eu entrar,

também com o verbo permitir encontramos os índices de pessoa do caso reto como sujeito de uma sentença reduzida de infinitivo que é, por sua vez, o objeto direto de *permitir* (exemplos colhidos na internet, 17 de março de 2011):

(82) a legislação não permite ele ser candidato
(83) A mesma lei que trata um indivíduo de 17 anos como criancinha inocente e ingênua. Mas a mesma lei que permite ele votar, dirigir, fazer filhos, ir pra noitada etc.
(84) O Orkut não permite eu adicionar pessoas
(85) Televisão da Panasonic permite você gravar vídeos em High Definition no seu cartão de memória

A ocorrência de permitir seguido de clíticos oblíquos antes de infinitivo pode ser, portanto, resultado da tentativa dos falantes de conduzir as construções com esse verbo a um paradigma já bem consolidado na língua atual, justamente o dos verbos causativos/sensitivos. Isso se comprova pelo uso, sobretudo em gêneros textuais menos monitorados, dos índices de pessoa e da não-pessoa no caso reto entre *permitir* e o infinitivo. A construção clássica trazia o objeto indireto antes do objeto direto, colocação nada usual no PB, sobretudo quando o objeto direto é um infinitivo (O *mau tempo não permite aos pilotos decolar* → S-V-OI-OD). Além disso, com a tendência do PB a explicitar cada vez mais o sujeito dos verbos, o uso dos clíticos oblíquos e/ou dos índices de pessoa e não-pessoa permite que a vaga do sujeito do infinitivo seja devidamente preenchida. Por analogia semântica com *permitir*, outros verbos também começam a ser empregados em construções causativas, com paralelismo sintático (acessos em 3 de abril de 2011):

(86) Daí quando você pergunta: \"E se a sua mulher fizesse o mesmo?\", tem uns que respondem: \"Ah, eu sou machista, não envolvo minha mulher nas minhas aventuras e também não aceito ela fazer isso!\", outros já dizem: \"Ah eu ia adorar, mas como ela não gosta faço sozinho!\" (http://www.bolsademulher.com/forum/amor/f16/138346/)
(87) "Meu pai é militar, não aceita eu ser *gay*, mas me respeita e se eu contasse que estava namorando ia ter mais um motivo para brigar", brinca Augusto. (http://www.armariox.com.br/conteudos/colunistas/renato/namoroescondido.php, acesso 3 abr 2011)
(88) Esse senhor nao queria muito ser fotografado... topou eu fazer apenas uma foto... (http://www.digiforum.com.br/viewtopic.php?p=842888&sid=b3baf97ffbdc452e0b73a7db01d90c3d)
(89) "Claudinho" seria o contato do PCC na região Norte, o que facilitava ele trazer drogas da Colômbia e da Bolívia. (http://mobi.diariodopara.com.br/not.php?idnot=85245)
(90) agora tenho que comandar a tropa amanhã e quinta-feira pra ver se o sargento aprova eu ser promovido a cabo. (http://www.fotolog.com.br/rafahardcorex3/41590201)
(91) Já pedi várias vezes para ela o que ela quer com isso, e ela me responde que ela não admite eu ser feliz. (http://forum.jus.uol.com.br/176668/separacao-e-guarda-de-filha-de-7-anos/)



Fica claro que não tem cabimento desperdiçar tempo e espaço de sala de aula com a tentativa de preservar regências verbais há muito tempo caídas em desuso. Um ensino honesto não pode esconder dos aprendizes a realidade de sua língua. O mais adequado é promover pesquisas acerca das regências verbais. Se a professora se vale de um livro didático que traz sua lista de regências "corretas" (com raríssimas exceções, extremamente conservadoras), é possível, por exemplo, pesquisar nos textos oferecidos à leitura pelo próprio livro didático exemplos que corroborem e/ou rejeitem a prescrição. Também é possível, em poucos minutos, levantar ocorrências em textos disponíveis na internet. Com isso, os estudantes perceberão que dizer/escrever assistir o filme ou assistir ao filme é indiferente e fica ao gosto do falante/escrevente. E que os supostos especialistas que aparecem na televisão, que falam no rádio ou escrevem nos jornais sobre o "certo" e o "errado" merecem toda a suspeição possível: são meros propagadores da TGP e não têm nenhum compromisso com a investigação séria e racional do que é realmente o português brasileiro contemporâneo.

12.7.6 Construções verbais das variedades urbanas de prestígio do PB

VERBO	REGÊNCIA CONTEMPORÂNEA	REGÊNCIA TRADICIONAL
ACARRETAR	acarretar em algo [+abstrato]	acarretar algo [+concreto], [+abstrato]
AGRADAR	agradar alguém	agradar alguém ('fazer carinho') agradar a alguém ('satisfazer, dar prazer')
AGRADECER	agradecer alguém; agradecer a alguém	agradecer a alguém
ASPIRAR	aspirar algo ('almejar, desejar' / 'inalar')	aspirar algo ('inalar') aspirar a algo ('almejar, desejar')
ASSENTIR	assentir em algo	assentir a algo
ASSISTIR	assistir algo ('presenciar')	assistir a algo
ATINGIR	atingir algo; atingir a algo (= cifra)	atingir algo
BASTAR	bastar alguém + infinitivo	bastar a alguém + infinitivo
BUSCAR	buscar algo/alguém buscar por algo/alguém	buscar algo/alguém

CABER	algo cabe algo	em algo cabe algo
CHEGAR	chegar em, a algum lugar	chegar a algum lugar
CONSISTIR	consistir em algo ('ser, significar, envolver') consistir de algo ('ser composto de')	consistir em algo
CUSTAR	algo/alguém custar a + infinitivo	custar a algo/alguém + infinitivo
DEPARAR	deparar-se com algo/alguém	deparar algo/alguém; deparar com algo/alguém
DESOBEDECER	desobedecer algo/alguém	desobedecer a algo/alguém
ESQUECER-SE	esquecer-se de algo/alguém / esquecer de algo/alguém	esquecer-se de algo/alguém
EVITAR	evitar algo; evitar de + infinitivo	evitar algo; evitar + infinitivo
IMPLICAR	implicar em algo ('envolver, acarretar')	implicar algo
IR	ir em, para, a algum lugar [±permanência]	ir a algum lugar [–permanência] ir para algum lugar [+permanência]
LEMBRAR-SE	lembrar-se de algo/alguém / lembrar de algo/alguém	lembrar-se de algo/alguém
NAMORAR	namorar com alguém; namorar alguém	namorar alguém
OBEDECER	obedecer algo/alguém	obedecer a algo/alguém
PAGAR	pagar alguém	pagar a alguém
PEDIR	pedir a alguém para + infinitivo pedir a alguém para que + subjuntivo	pedir a alguém que + subjuntivo
PERDOAR	perdoar algo/alguém	perdoar a alguém
PERGUNTAR	perguntar a alguém de/por/sobre algo/alguém	perguntar a alguém por algo/alguém
PREFERIR	preferir $algo_1$ [mais] do que $algo_2$	preferir $algo_1$ a $algo_2$
RESPONDER	responder algo/alguém; responder a alguém	responder a algo/alguém
SATISFAZER	satisfazer algo/alguém	satisfazer a algo/alguém
SOBRESSAIR	sobressair-se em/de/entre/dentre algo/alguém	sobressair em/de/entre/dentre algo/alguém
SUCEDER	suceder alguém ('substituir')	suceder a alguém
VIR	vir em/a algum lugar	vir a algum lugar
VISAR	visar algo ('mirar' [+concreto], [+abstrato])	visar algo ('mirar' [+concreto]) visar a algo ('mirar' [+abstrato])

12.8 A CONJUGAÇÃO VERBAL NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

O paradigma de conjugação verbal apresentado até hoje nas obras que seguem a TGP não corresponde a absolutamente nenhuma das variedades linguísticas reais do PB (nem de nenhuma outra língua derivada do português europeu levado para as colônias a partir do século XV, nem do português europeu contemporâneo). É uma irracionalidade pedagógica continuar estampando um quadro de conjugação que deixou de vigorar na língua há tantos séculos.

Se alguém se dispusesse a fazer, hoje, por exemplo, uma *descrição* dos paradigmas de *conjugação verbal* do português brasileiro, poderia apresentar um quadro parecido com este:

VARIEDADES RURAIS OU RURBANAS DE MENOR PRESTÍGIO SOCIAL

A		B		C		D	
eu	FALO	eu	FALO	eu	FALO	eu	FALO
tu você ele / ela nós a gente vocês eles / elas	FALA	tu / você ele / ela a gente nós	FALA	tu / você ele / ela a gente	FALA	tu	FALAS
						você ele / ela a gente	FALA
		vocês eles / elas	FALA[M]	nós	FALAMO[S]	nós	FALAMOS
				vocês eles / elas	FALA[M]	vocês eles / elas	FALAM

VARIEDADES URBANAS DE MAIOR PRESTÍGIO SOCIAL

Esse quadro (que nem de longe esgota todas as possibilidades de descrição) se baseia num grande volume de pesquisas que têm sido empreendidas e publicadas no Brasil nas últimas quatro décadas. O que temos aqui são quatro paradigmas que diferem entre si pela quantidade de *formas verbais* que cada um deles apresenta:

(A) duas formas;
(B) três formas (com possibilidade de duas);
(C) quatro formas (com possibilidade de três);
(D) cinco formas.

Qualquer um de nós, de qualquer idade, de qualquer região do país, de qualquer nível de escolarização, de qualquer classe socioeconômica, homem ou mulher, de qualquer etnia, vai reconhecer em um (ou mais de um) desses paradigmas a sua própria maneira de conjugar os verbos[5].

[5] Observe que não incluí a forma "a gente falamos". Isso porque as pesquisas linguísticas têm demonstrado que a ocorrência dessa forma é extremamente baixa, mal chegando a aparecer nos quadros estatísticos. De fato, trata-se muito mais de um estereótipo do que de uma variante socialmente significativa.

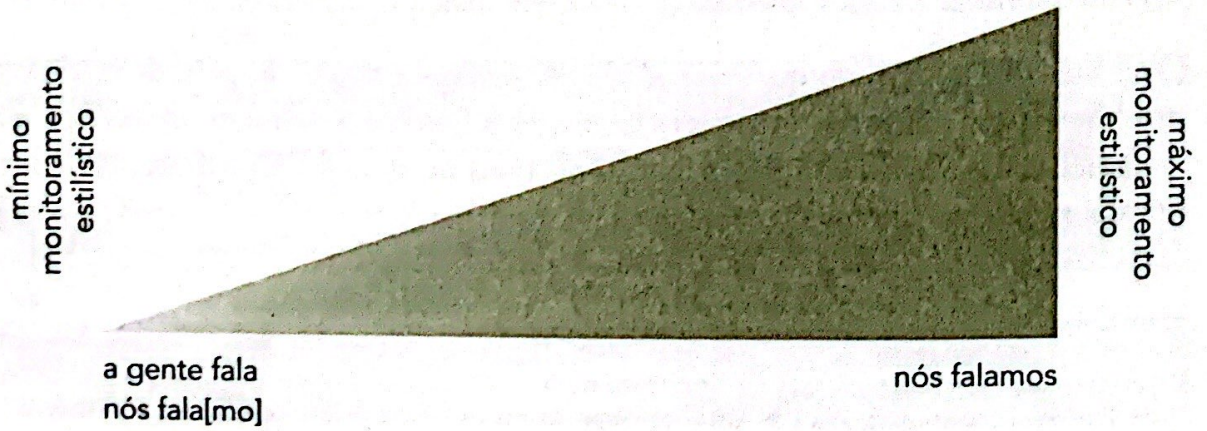
Nessa descrição, procuro mostrar que esses paradigmas se distribuem ao longo de um *continuum dialetal*, isto é, de uma linha sobre a qual distribuí as muitas variedades sociolinguísticas do português brasileiro: num de seus extremos estão as *variedades rurais e/ou rurbanas menos prestigiadas* na hierarquia social; no outro, as *variedades urbanas mais prestigiadas*. Entre os dois extremos, uma zona intermediária.

12.8.1 Monitoramento estilístico

Além de caracterizar os *grupos sociais*, esses paradigmas verbais também podem representar uma *variação estilística*, termo técnico que define o repertório de formas linguísticas que cada *indivíduo* apresenta em sua fala (e também em sua escrita) de acordo com o *grau de monitoramento* de sua atividade verbal, quer dizer, de acordo com o *grau de atenção e controle* que a pessoa dedica àquilo que está dizendo

A amplitude dessa variação estilística vai depender do *grau de letramento* da pessoa, ou seja, do domínio que ela tenha das *práticas sociais de leitura e escrita*. Uma pessoa que foi alfabetizada, mas não ultrapassou os primeiros anos da escolarização formal nem criou o hábito de ler e de escrever com frequência, certamente não vai dispor dos mesmos recursos de monitoramento estilístico de alguém que cursou universidade, tem bom desempenho no domínio da escrita, conhece as convenções dos diferentes gêneros textuais, maneja um vocabulário mais amplo e diversificado etc. O grau de letramento elevado também favorece, é claro, a produção de textos *falados* mais monitorados, em que a pessoa tenta reproduzir na oralidade mais formal traços característicos dos gêneros textuais escritos mais monitorados.

Por exemplo, falantes das regiões brasileiras onde se emprega habitualmente o pronome *tu* (como no Pará, no Maranhão, em Pernambuco, no Rio Grande do Sul e em outros lugares) podem alternar entre as formas *tu fala* e *tu falas* de acordo com a situação de interação verbal em que se encontre: em situações mais formais, é provável que empregue *tu falas* (paradigma D); nas menos formais, *tu fala* (paradigma C), além de alternar o *tu* com o *você*. A mesma alternância pode ocorrer no uso de *nós* e *a gente*, segundo o grau de monitoramento da fala, bem como a pronúncia *nós falamo*, menos monitorada, em oposição a *nós falamos*, mais monitorada.



12.8.2 A economia linguística em ação

O paradigma A reflete um interessante fenômeno de mudança linguística que ocorreu em diversas outras línguas do mundo. Trata-se de um belo exemplo de *economia linguística* [▶147]. A regra aqui é: <evite redundância de marcas morfológicas>. Se a morfologia verbal já explicita a pessoa, o índice/pronome-sujeito pode ser apagado (como ocorre em latim, em italiano, em espanhol, em português europeu), de modo que há uma redundância em se dizer *nós estávamos, tu falaste, eles procurassem* etc. Se no percurso histórico da língua, porém, a morfologia verbal foi deixando de explicitar a pessoa, a presença do pronome-sujeito passa a se tornar obrigatória. De fato, para que dizer *nós falamos*, marcando duas vezes a pessoa verbal (*nós, -mos*), se a forma mais econômica *nós fala* dá conta do mesmo recado?

Pela ótica dos falantes urbanos prestigiados e da doutrina gramatical tradicional, o paradigma A representa um "empobrecimento" da língua e revela o "atraso" cultural de seus usuários. Curiosamente, do ponto de vista da linguística histórica, o mesmo paradigma A representa, pelo contrário, o que há de mais *avançado* e *inovador* no processo de mudança, pois seus falantes obedeceram à risca a regra primordial da economia linguística: <evite redundância de marcas morfológicas>. Cuidado, porém: o uso dos adjetivos *avançado* e *inovador* para qualificar o paradigma A não implica que ele seja "melhor", mais "lógico", mais "prático", mais "certo" do que os demais paradigmas — todas as formas variantes de uso de uma língua são igualmente boas, práticas, lógicas etc. O que estamos dizendo é, simplesmente, que ele reflete um estágio na mudança da língua rumo ao qual, sem dúvida, todos os demais paradigmas se dirigem (estágio que já foi atingido, como vimos, pelo inglês, pelo francês e por muitas outras línguas do mundo [▶466]).

Quanto à noção de "empobrecimento" da língua, ela tem de ser descartada por qualquer análise científica rigorosa. As explicações que tentam atribuir o desaparecimento das marcas de concordância à "preguiça", à "incapacidade intelectual", ao "psiquismo inferior", à "mistura de raças" ou ao "desmazelo" dos falantes são puro preconceito social que deve ser jogado no lixo e incinerado como todos os demais preconceitos. É mais uma faceta perversa do mito da "língua primitiva" [▶81]. Os julgamentos sociais que atribuem valor negativo a formas como *nós fazia, vocês veio, eles disse* etc. se devem exclusivamente à história da nossa sociedade e não têm nenhum fundamento linguístico — afinal, em inglês e em francês essa mesma regra de terminação verbal única tem todo o prestígio social, em nenhuma situação é contestada ou condenada, e isso por causa, lá também, da história das sociedades onde essas línguas são faladas.

Do ponto de vista exclusivamente estrutural, não há nada de melhor em *I/you/he/she/it/we/you/they spoke* nem nada de pior em *eu/tu/você/ele/ela/nós/a gente/vocês/eles/elas falava*... O fenômeno morfológico é o mesmíssimo — economia linguística —,

a recepção sociocultural do fenômeno — e só ela — é que é diferente. Se os brasileiros que dizem *eu-tu-você-ele-ela-nós-a gente-vocês-eles-elas falava* forem considerados preguiçosos, intelectualmente atrasados etc., seremos obrigados a considerar assim também os mais de 500 milhões de falantes do inglês no mundo que dizem *I-you-he-she-it-we-you-they spoke*.

12.8.3 A conjugação "clássica"

Vamos agora comparar o quadro dos paradigmas verbais que acabamos de ver com o que aparece em todas as gramáticas normativas e nos livros didáticos disponíveis no mercado. Ali, tudo o que encontramos é:

eu	falo
tu	falas
ele	fala
nós	falamos
vós	falais
eles	falam

Aqui, sim, podemos dizer que salta aos olhos o soberano desprezo por uma descrição minimamente realista do que de fato ocorre na língua majoritária dos brasileiros em pleno século XXI. Essa representação do paradigma verbal corresponde, quando muito, ao modo como os verbos eram conjugados em português há uns bons trezentos anos, senão mais.

Onde está *você*, que é o índice de 2ª pessoa mais amplamente usado no Brasil nos dias de hoje? Onde está *a gente*, que alterna com *nós* na referência à 1ª pessoa do plural, sendo estatisticamente muito mais empregado do que o *nós*? E o que é esse *vós* que insistem em estampar nos livros, um índice de pessoa que não é empregado em absolutamente nenhum lugar do planeta Terra onde se fala português? Em todos os países de língua oficial portuguesa, o plural de *tu* é *vocês*...

É urgentemente necessário abandonar, no ensino, a simplificação — o empobrecimento — da conjugação verbal em nossa língua. Trata-se de um fenômeno sociolinguístico complexo que a conjugação "clássica", desaparecida há séculos, não pode nem de longe contemplar. A observação da língua real e contemporânea é o único método capaz de levar um aprendiz a se conscientizar do que é de fato a gramática de sua língua — uma observação que deve ser empreendida de modo sereno, sem preconceitos contra o que a tradição prescritiva insiste em chamar de "erro". Como repetirei diversas vezes nessa gramática, essa observação só pode ser feita em textos autênticos, falados e escritos, nos múltiplos gêneros discursivos que circulam na sociedade. O exercício estéril de preencher tabelas de conjugação é uma afronta à inteligência dos alunos.

12.9 Verbos regulares e irregulares

No processo de mudança linguística, os falantes das línguas tendem — por pressão da força sociocognitiva chamada analogia [▶188] — à regularização de paradigmas, isto é, tendem a impor sobre as formas irregulares, idiossincráticas, os moldes morfológicos da maioria das outras formas. Vimos em [▶189] de que modo as crianças, em seu processo de aquisição da língua, aplicam de maneira coerente os processos morfológicos que vão aprendendo a todos os casos semelhantes — o que resulta em formas como *eu fazi, se eu sesse, eu pido, eu di* etc. Quando novas formas irregulares são criadas, isso se deve primordialmente ao fenômeno da hipercorreção, como vamos ver no capítulo 21.

Sabemos, no entanto, que alguns nichos da língua resistem à força da analogia e da regularização, e os verbos irregulares são o melhor exemplo disso. Por que continuam a manter suas formas não analógicas? A resposta é simples: *pela intensidade de seu uso*. Uma rápida lista nos prova que os verbos irregulares por excelência são também os mais empregados, incluindo os auxiliares, os modais, os causativos etc.:

- dar → dou; dera; der
- dizer → digo, diz; direi; diria; disse; dizia; disser; dito
- estar → (es)tou, (es)tá; (es)tive; (es)teja, (es)tiver
- fazer → faço, faz; fiz; farei; faria; fizer; feito
- haver → hei, há; houve
- ir → vou, vai; fui, foi; vá; fosse; for
- ouvir → ouço, ouça
- pedir → peço, peça
- poder → posso, pode; pude, pôde; puder
- pôr → ponho, põe; pus, pôs; punha; puser; posto
- querer → quer; quis; queira; quiser
- saber → sei; soube; souber; saiba
- sentir → sinto, sinta
- ser → sou, é; fui, foi; era; fora; seja; fosse; for
- ter → tenho, tem; tive, teve; tinha; tiver
- trazer → trago, traz; trouxe; trarei; traria
- ver → vejo, vê; visse; vir; visto
- vir → venho, vem; vim, veio; vinha; vier; vindo

Não por acaso, são esses os primeiros verbos que temos de conhecer quando nos aventuramos a aprender línguas estrangeiras, porque eles permitem a realização das principais tarefas sociocomunicativas no trabalho da interação verbal. E também não é por acaso que, na maioria das línguas flexionais, esses verbos sejam irregulares. Sua altíssima frequência de uso fez com que, em sua maioria, se tornassem monossilábicos nas principais formas de sua conjugação. Esse mesmo uso intenso é que

lhes garante a conservação de suas formas idiossincráticas, formas explicitamente ensinadas às crianças pelos adultos, que tratam de impedir o avanço das formas analógicas: "Não é *di*, é *dei*" — e no entanto sabemos que em espanhol existe a forma *di*, tanto quanto *pido*.

Mesmo assim, nas variedades menos sujeitas à força centrífuga da escolarização formal, algumas formas analógicas se impõem com mais facilidade. É o caso, por exemplo, do verbo ponhar, formado por dedução analógica a partir da 1ª pessoa do singular no presente do indicativo: *eu ponho*. Também em diversas formas do verbo vir a nasalidade própria dos principais tempos do indicativo — *venho, vem, vêm; vim; vinha* — foi transferida analogicamente aos demais tempos: *quando eu vinhe(r), se eu vinhesse*. Até mesmo o infinitivo recebeu essa nasalização analógica: *vim*. Esse infinitivo nasalizado está amplamente difundido no PB, inclusive nas variedades urbanas de prestígio. Com isso estamos recuperando, inconscientemente, a nasalidade que esse verbo apresentava em todas as suas formas em latim e no português arcaico: *venire* > *vẽir* > *viir* > *vir*.

Também nas variedades urbanas ocorrem processos de regularização dos paradigmas irregulares. O futuro do subjuntivo do verbo *ver* é, tradicionalmente, *vir* — "Se eu *vir* o Pedro, dou a ele o teu recado". No entanto, a irregularidade dessa forma, aliada ao fato de ser idêntica ao infinitivo *vir*, levou os falantes de PB a usar, regularmente, a forma *ver* — "Se eu *ver* o Pedro, dou a ele o teu recado". Mesmo em textos escritos monitorados encontramos a forma analógica:

(92) Para o psicólogo italiano Luigi Zoja, se os Estados Unidos não reverem sua arrogância imperial, serão 'punidos' pelo terrorismo". (*IstoÉ*, 28/5/2003, p. 84-85)

Diante disso, propomos que a forma ver seja considerada igualmente válida à forma vir na expressão do futuro do subjuntivo do verbo ver. É só uma forma de reconhecer um processo de mudança concluído e já perfeitamente incorporado nas variedades urbanas de prestígio, incluindo os textos escritos mais monitorados.

12.9.1 História das conjugações

Em latim existiam quatro conjugações verbais, que representamos aqui por seus infinitivos:

I. amāre
II. vidēre
III. perdĕre
IV. venīre

A diferença entre a II e a III conjugações pode ser percebida pela quantidade da vogal temática: na II temos uma vogal longa ē, enquanto na III temos uma vogal

breve ĕ. Isso influenciava no acento tônico do infinitivo, de modo que os verbos da 3ª conjugação eram proparoxítonos: *pérdere, vívere, míttere, prahéndere* etc. Na formação das línguas românicas a partir do latim vulgar, dois fenômenos ocorreram:

(1) Nas línguas românicas surgidas na Itália e na Gália, as quatro conjugações foram mantidas, de forma que estão presentes até hoje no italiano e no francês:

LATIM	ITALIANO	FRANCÊS
amare	amare	aimer
videre	vedere	voir
pérdere	pérdere	perdre
venire	venire	venir

(2) Nas línguas românicas surgidas na Ibéria, as conjugações II e III se fundiram, desaparecendo a acentuação proparoxítona do infinitivo:

LATIM	CASTELHANO	GALEGO
amare	amar	amar
videre	ver	ver
pérdere	perder	perder
venire	venir	vir

Além de se fundirem, os verbos dessas duas conjugações também se transferiram para outras conjugações:

- cádere > caer > cair
- cíngere > cingir
- corrígere > correger > corrigir
- -dúcere > -duzir (*aduzir, conduzir, induzir* etc.)
- exsúgere > enxaguar
- -ferre > -*férere > -ferir (*aferir, conferir, inferir* etc.)
- lucere > luzir
- méiere > mijar
- tórrere > torrar

Também foram conduzidas à acentuação paroxítona os verbos da conjugação I que apresentavam formas conjugadas proparoxítonas:

- contínuo > continuo
- dúbito > duvido
- nómino > nomeio
- pópulat > povoa
- pronúnciat > pronuncia

Assim, surgiram na língua pares de palavras idênticas que só se distinguem pela acentuação: proparoxítona quando é nome, paroxítona quando é verbo:

- âncora ~ ancora
- clínica ~ clinica
- débito ~ debito
- dízimo ~ dizimo
- dúvida ~ duvida
- específico ~ especifico
- mágoa ~ magoa
- médica ~ medica
- música ~ musica
- pêndulo ~ pendulo
- prático ~ pratico
- pronúncia ~ pronuncia
- retífica ~ retifica
- rótulo ~ rotulo
- silêncio ~ silencio
- último ~ ultimo

Sabemos que as línguas ibéricas apresentam uma tendência maior ao acento paroxítono [▸154], de modo que a maioria dos nomes proparoxítonos da língua são resultantes de formação erudita [▸493]. O italiano conservou as formas proparoxítonas da conjugação I, de modo que nessa língua não existe o par *clínica ~ clinica*, porque tanto o nome quanto o verbo têm a mesma pronúncia: *clínica*. Como não se acentua as palavras proparoxítonas em italiano, o estrangeiro precisa aprender quais são os verbos que apresentam acentuação proparoxítona: *io applico; io visito; io pratico; io identifico; io telefono; io pronuncio* etc.

O verbo **pôr** é considerado de II conjugação por razões históricas: deriva do latim **pónere**, da III conjugação, que resultou em sua transferência para a II conjugação na língua arcaica: **põer > poer > pôr**. No galego moderno, esse verbo assumiu a forma **poñer**. Muito irregular, já vimos que esse verbo foi substituído por **ponhar** em algumas variedades do PB.

Existiam em latim clássico alguns infinitivos irregulares, resultantes de assimilações ocorridas em fase remota da língua. Na fase histórica do latim vulgar, esses infinitivos foram regularizados:

- **esse** > *éssere > éssere (italiano)
  *esre > estre > être (francês)
- **ferre** > *férere > ferire > -ferir (*aferir, conferir, inferir* etc.)
- **posse** > potere > poder
- **velle** > volere > volere (italiano)
  > vouloir (francês)

No latim hispânico, os verbos esse e velle foram substituídos pelos regulares sedere (> ser) e quáerere (> querer). No entanto, conservamos nomes derivados das raízes desses verbos: *essência, essencial, ente, entidade* etc.; *vontade* (< *voluntate-*), *voluntário, benévolo, volição* etc. Também do radical de posse temos diversos derivados: *posse, possessão, possuir, possesso* etc.

12.10 Categorias semânticas do verbo

São as seguintes as categorias semânticas do verbo e suas propriedades:

CATEGORIA	PROPRIEDADES
aspecto	expressa a visão que o falante tem do estado de coisas relatado
modo	expressa a atitude do falante com relação ao estado de coisas relatado
tempo	expressa o momento (real ou irreal) do estado de coisas relatado com respeito ao momento da enunciação ("agora"); é uma categoria dêitica
voz	expressa o papel dos participantes do estado de coisas relatado

12.10.1 O aspecto verbal

Um componente fundamental da semântica do verbo é o aspecto. Nossa tradição escolar, no entanto, sempre desprezou esse componente, evidenciando mais uma vez os graves problemas teóricos e metodológicos que têm caracterizado a pedagogia de língua na educação ocidental. Nessa tradição, há uma concentração exagerada e quase obsessiva com o tempo verbal e, ainda assim, somente com os tempos listados tradicionalmente, sem atenção às mudanças ocorridas na história da(s) língua(s), durante a qual muitos tempos verbais caíram em desuso, enquanto outros foram criados para melhor atender as necessidades dos falantes.

O aspecto nos informa *como o falante vê a situação*, o estado de coisas enunciado: como um evento unitário e concluído ("a ponte caiu") ou como um evento em processo e inconcluso ("a ponte caía"). Também nos informa se a ação é repetitiva, habitual ("no tempo em que eu estava morando no Recife..."), se está no começo, no meio ou no fim, entre outras coisas.

A enunciação do aspecto exprime, digamos assim, o ponto de vista do falante acerca dos eventos e/ou estado de coisas que ele relata, é uma apreciação do desdobramento desses eventos. A palavra *aspecto* deriva da raiz indo-europeia **spek-*, 'ver'. De fato, o *aspecto* verbal nos indica de que modo o falante *vê* (isto é, entende, percebe, analisa, avalia, considera, julga) aquele desdobramento (ou falta de desdobramento).

Não devemos confundir aspecto e tempo. Embora a tradição nos ensine que pretérito perfeito e pretérito imperfeito são dois "tempos" diferentes, a coisa não é bem assim. O que esses "tempos" supostamente diferentes incorporam, na verdade, é o aspecto, embora na nossa língua essa incorporação não seja sistemática e completa. Isso varia de acordo com as línguas. Há línguas em que o aspecto tem muito mais importância do que o tempo e, por isso, trazem marcas *formais* de aspecto. No caso do PB, essas distinções não ficam muito claras: ora o aspecto é marcado formalmente, ora é expresso de outras maneiras. Observe e compare esses enunciados:

(93) O voo 3245 partiu às 9 horas e 45 minutos.
(94) O voo 3245 partia às 9 horas e 45 minutos.
(95) O voo 3245 tinha partido às 9 horas e 45 minutos.
(96) O voo 3245 partiria às 9 horas e 45 minutos.
(97) O voo 3245 tem partido às 9 horas e 45 minutos.
(98) O voo 3245 teria partido às 9 horas e 45 minutos.

Aqui temos várias descrições de um mesmo evento: a partida do voo 3245. Esse evento ocorreu no passado — por isso, todos os tempos trazem em seu nome a palavra pretérito (do latim praeteritu-, 'deixado de lado, omitido; passado, decorrido'; da mesma raiz do verbo *preterir*). No entanto,

(93) faz uma descrição de um evento que já se concluiu, que terminou, com relação ao momento presente → pretérito perfeito do indicativo;
(94) traduz o aspecto de um evento que se inicia no passado e prossegue passado adentro, repetindo-se (*durante quinze anos, o voo 3245 partia às 9 e 45*) → pretérito imperfeito do indicativo;
(95) descreve o evento como concluído antes de outro evento também ocorrido no passado (*o voo 3245 tinha partido ['partira'] às 9 e 45 quando cheguei no aeroporto*) → pretérito mais-que-perfeito do indicativo;
(96) descreve um evento como (i) algo que ainda estava para acontecer, num momento futuro dentro do passado (*cheguei no aeroporto às 9 horas e o voo 3245 partiria dali a 45 minutos*); (ii) um evento por cuja veracidade o locutor não quer assumir um compromisso (*segundo a repórter, o piloto disse que o voo 3245 partiria às 9 e 45*); (iii) um evento cuja realização está condicionada a outro evento (*se o tempo melhorasse, o voo 3245 partiria às 9 e 45*) → futuro do pretérito / condicional presente;
(97) descreve um evento que se iniciou no passado e prossegue normalmente ainda hoje → pretérito perfeito composto do indicativo;
(98) descreve (i) um evento sobre o qual não se tem absoluta certeza de ter ocorrido no passado e sobre o qual o locutor não quer assumir responsabilidades (*segundo o depoimento do passageiro à nossa reportagem, o avião* teria partido *às 9 e 45, com duas horas de atraso*), ou (ii) que esteve condicionado a outro evento para se processar (*o funcionário da empresa aérea me disse que o voo 3245* teria partido *às 9 e 45 se as condições meteorológicas não tivessem piorado*) → futuro do pretérito composto / condicional composto.

Como se vê, em PB ocorre, em alguns casos, uma coincidência entre morfologia verbal (as desinências de *tempo*) e aspecto verbal (avaliação do estado de coisas).

No entanto, os tempos verbais codificados pela TGP não esgotam nem de longe todas as expressões possíveis do aspecto. Ainda na enunciação de eventos passados, temos no PB várias outras possibilidades de expressão do aspecto que não vêm catalogadas nos compêndios gramaticais como "tempos" específicos:

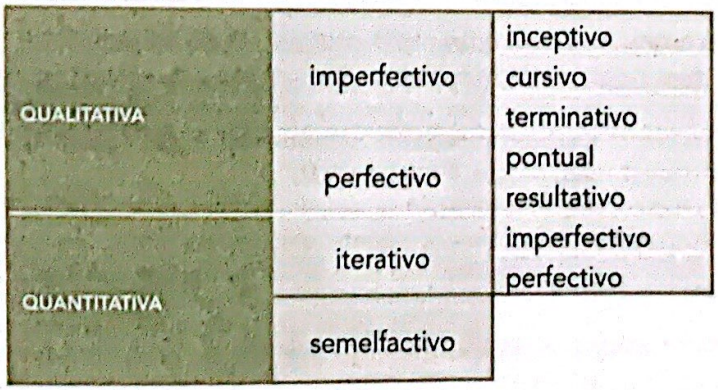
(99) O voo 3245 estava partindo às 9 e 45.
(100) O voo 3245 estaria partindo às 9 e 45.
(101) O voo 3245 ia estar partindo às 9 e 45.
(102) O voo 3245 ia partir às 9 e 45.
(103) O voo 3245 iria partir às 9 e 45.
(104) O voo 3245 andou partindo às 9 e 45.
(105) O voo 3245 havia de partir às 9 e 45.
(106) O voo 3245 havia de estar partindo às 9 e 45.
(107) O voo 2345 haveria de partir às 9 e 45.
(108) O voo 3245 vinha partindo às 9 e 45.
(109) O voo 3245 voltaria a partir às 9 e 45.
(110) O voo 3245 tinha acabado de partir às 9 e 45.
(111) O voo 3245 começava a partir às 9 e 45.

Fica claro, portanto, que o aspecto é independente do tempo: tudo o que foi dito até agora sobre o voo 3245 se localiza no *passado*, mas a *visão* que o falante tem sobre o evento se altera significativamente, de modo que ele precisa descrever o *aspecto* que as coisas assumiram para ele em cada situação.

Uma boa maneira de diferenciar o tempo do aspecto é enfatizar o caráter dêitico do tempo verbal — ele *aponta* para o momento (real ou fictício) do estado de coisas referido ao longo da linha do tempo. O aspecto, por sua vez, assinala o tempo interno da ação ou a fase de desenvolvimento ou modificação da ação que se destaca sobre todas as demais, sem avançar nem recuar na linha do tempo.

12.10.1.1 Tipologia do aspecto verbal

A apreciação que o falante faz daquilo que *vê* acontecer, ou seja, o *aspecto* que o estado de coisas apresenta para ele, pode ser quantitativa ou qualitativa. E essas apreciações, por sua vez, admitem uma tipologia:



Quando usamos os termos *perfeito/perfectivo* e *imperfeito/imperfectivo*, para falar dos verbos, estamos mais próximos do étimo dessas palavras. O latim *perfectu-* é formado de *per-* e do particípio passado do verbo *facere* ('fazer'), *factu-*. Temos aqui um caso de apofonia [▶270], em que a vogal aberta *a* se fecha em *e* (*factu-* > *perfectu-*). O prevérbio *per-* trazia a noção de 'completamente, totalmente', de modo que *perfectu-* significava 'completamente feito, totalmente acabado, concluído'. Logicamen-

te, *imperfectu-* significava 'não completamente feito, parcialmente concluído'. Essa distinção é claríssima entre o pretérito perfeito e o pretérito imperfeito: para nós existe uma diferença radical entre dizer "Eu viajei para Minas" e "Eu viajava para Minas" — embora outras línguas (como o inglês) não apresentem essa distinção morfológica e precisem recorrer a outros elementos para explicitar o aspecto.

Assim, o aspecto perfectivo é a descrição de fatos acabados, concluídos, pontuais etc., de *produtos*, por assim dizer, enquanto o imperfectivo descreve situações iniciais (inceptivas), situações em andamento (cursivas) e situações perto de acabar (terminativas), ou seja, *processos*. A boa figura para representar o *perfectivo* é o ponto, enquanto para o imperfeito podemos usar a seta que indica prosseguimento:

Vamos ver alguns exemplos do aspecto imperfectivo:

i. Inceptivo → traduz o *início* de um evento

(112) Então, houve a tentativa do trabalhador de se defender da opressão do patrão e começaram então a surgir as primeiras associações de operários. (NURC/RJ/164)
(113) (...) para homem [a carreira de advogado] já começa a ficar um pouco mais difícil principalmente para os que têm dedicação exclusiva. (NURC/SP/360)
(114) Só agora é que a informática está chegando às escolas, os boletins estão saindo pelo computador, e nós estamos bolando umas fichas de questões pra ver se conseguimos fazer um banco de questões como tem a Cesgranrio. (NURC/RJ/164)
(115) "Maringá, Maringá, / depois que tu partiste / tudo aqui ficou tão triste / que eu garrei a imaginar". ("Maringá", Joubert de Carvalho)
(116) "Foi chegando sorrateiro / e antes que eu dissesse não / se instalou feito um posseiro / dentro do meu coração". ("Teresinha", Chico Buarque)

ii. Cursivo → traduz o prosseguimento de um evento

(117) Eu estudava num colégio que entrou em obra [...]. (NURC/RJ/18)
(118) Então, duas ou três noites nós fizemos diversas vezes a, a projeção do filme porque ele durava dez minutos, quer dizer, as pessoas chegavam viam e tal. (NURC/RJ/133)
(119) Eu andava só com sapato importado, quando era meninota assim, os tênis estrangeiros, duravam muito mais, sapato. (NURC/RJ/002)
(120) Eu não procuro, sair, ficar olhando na vitrine uma roupa não. (NURC/RJ/096)
(121) a construção de uma casa oferece algumas dificuldades que::... à medida que vão sendo superadas... você éh:: encontra uma série de de satisfações enormes.... (NURC/REC/004)

iii. Terminativo → traduz a conclusão do evento

(122) levaram o dia inteiro para arrumar a canoa... quando acabaram de arrumar... já estava na hora de vir embora... (NURC/POA/45)
(123) antigamente o pessoal ia a gente via éh casais agora nao eu acho que vai mais estuDANte eu acho qua o pessoal deixou de ir a teatro, né? (NURC/SP/234)
(124) assim que eu entrei na Antártica, eu não queria parar de estudar. (NURC/RJ/28)
(125) o veado é muito interessante... é um animal muito veloz:... não é? de/ tem um chifre muito grande como você acabou de dizer... (NURC/REC/108)
(126) É, o carro se transformou, deixou de ser carro particular pra ser carro de praça, e aí voltou a rodar e este foi o último carro do ano que papai teve. (NURC/RJ/28)

Conforme nos explica Ataliba de Castilho (2010: 422):

> A grande maioria das perífrases gerundiais expressa o aspecto imperfectivo cursivo. Examinando-as, constata-se que em geral 70% têm *estar* como verbo auxiliar, seguindo-se de *ir* (10%), *acabar* (8%), *fazer, continuar, vir, viver, passar* e *permanecer* (12%) + *-ndo*.

A construção estar + -ndo é tão produtiva e importante no PB que nossa nomeclatura gramatical já deveria ter criado para ela uma classificação definida e codificada. Em inglês, por exemplo, ela é chamada de *continuous*, uma sugestão interessante para nós.

No PB, fazemos uma diferença importante entre

(127) Eu **leio** em média dois livros por semana.
(128) Por causa do concurso, eu **estou lendo** em média dois livros por semana.
(129) Ele **comia** muita fritura, por isso teve problemas de coração.
(130) Ele **estava comendo** quando passou mal do coração.
(131) Ela **vai viajar** para Buenos Aires nas férias.
(132) Durante todo o mês de setembro ela **vai estar viajando** pela Argentina.

Parodiando Shakespeare, podemos dizer que há mais tempos verbais no PB do que supõe a nossa tradição gramatical. É o que dizem também Ilari e Basso (2008: 102):

> Considerem-se, por exemplo, as formas (se eu) *telefonasse*, (eu) *telefonarei*, (eu) *tenho telefonado*, (eu) *vou telefonar*, (eu) *acabo de telefonar*, (eu) *estou telefonando*, (eu) *vou estar telefonando*, (eu) *dei uma telefonada*. De acordo com as gramáticas, apenas as três primeiras formas fazem parte do paradigma de conjugação verbal; as demais não chegam sequer a ser lembradas. Ao contrário, interessa perceber que todas essas formas aproveitam uma mesma base lexical e que seu uso é particularmente frequente: *estou telefonando* é a forma mais usada para descrever uma ação simultânea à fala (é o verdadeiro presente do indicativo do português do Brasil) e resulta de um processo de formação semelhante ao que deu origem a *terei telefonado*, que, embora seja registrado pelas gramáticas, tem uma frequência de uso praticamente nula.

O aspecto **perfectivo**, como o nome indica, é a representação da coisa pronta e acabada. Ele pode ser pontual ou resultativo [ver quadro acima]. No PB, alguns tempos verbais, como o pretérito perfeito e o mais-que-perfeito do indicativo são formas bem gramaticalizadas de representação do aspecto perfectivo. Seguem os exemplos:

i. Pontual

(133) você não diga que Olinda **desapareceu**...não pelo contrário você não desconhece uma pesquisa agora da ONU **determinou** o seguinte que Olinda é o maior conjunto barroco existente no mundo atualmente. (NURC/REC/05)
(134) Hemingway dizia que as duas grandes tragédias americanas do século **tinham sido** Pearl Harbor e Pearl Buck...é...a grande tragédia pernambucana é olindense apaixonado. (NURC/REC/05)
(135) na escola ele **aprendeu** rapidamente a ler...e começou a ler os livros que nós já **tinhamos lido** para ele, não é? (NURC/SP/360)

ii. Resultativo

(136) Veja, os médicos acordaram mais cedo, estão evitando greves. Como eles estavam desgastados, a categoria **ficou desgastada**, que a televisão que é empresarial sempre só vai mostrar a falha. (NURC/RJ/164)

(137) Vários se tornaram juízes classistas, vários foram agraciados com benefícios, títulos, até hoje alguns, ainda restam ... (NURC/RJ/096)
(138) brasileiros numa mesma casa... onde o rádio tornou-se... uma presença dominadora em vários casos... de de aproximar... nas famílias as gerações, não é? (NURC/REC/193)

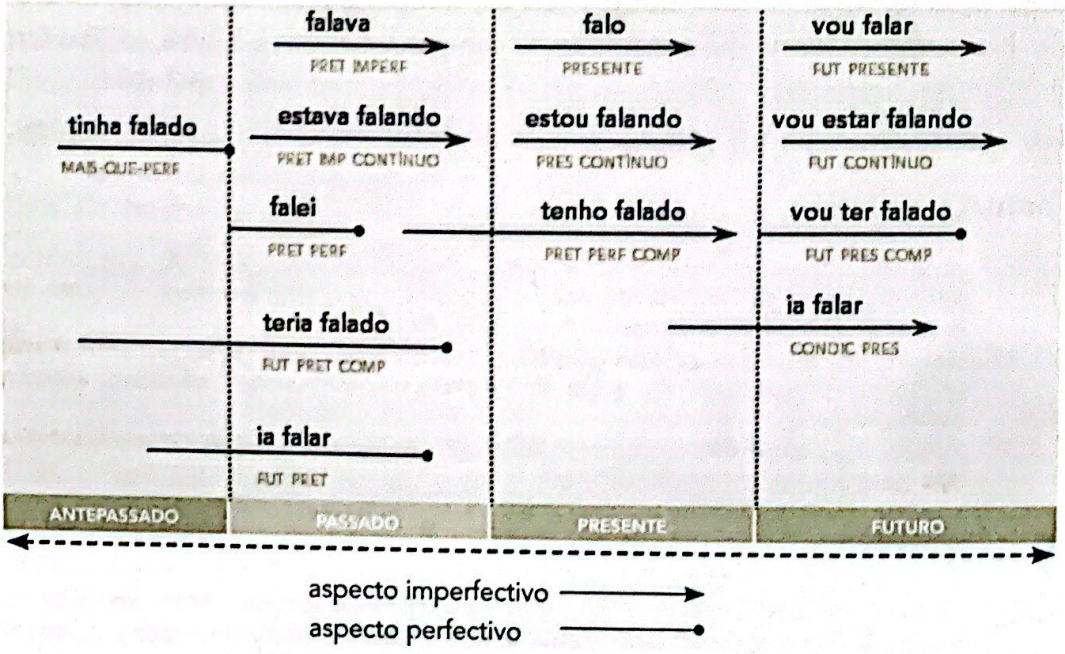
O aspecto semelfactivo se refere a alguma ação praticada uma única vez (é o significado de *semel-* em latim, 'uma vez'). São semelfactivos, por exemplo, os verbos *piscar, espirrar, reconhecer.*

O aspecto iterativo (também chamado frequentativo) descreve ações que se repetem. Um tempo verbal como o pretérito imperfeito é usado com muita frequência para indicar ações desse tipo:

(139) no meu tempo era através de prova só nós fazíamos as provas mensais...e a prova final... trabalho de equipe que nós fazíamos mas não era tanto como hoje se faz tanto trabalho. (NURC/SSA/231)

Mas a iteração também se expressa em outros tempos verbais:

(140) a outra de nove quer ser bailarina [...] ela *vive* dançando. (NURC/SP/360)
(141) você tem que ir no centro de Magé ou em Parada-Modelo. E nós habituamos a ir em Magé. Aquela praça tem um clima, nós costumamos *sentar* ali pra tomar um chopinho e olhar aquele Palácio da Prefeitura. (NURC/RJ/347)
(142) "Mesmo com toda cédula, com toda célula / Com toda súmula, com toda sílaba / A gente vai levando, a gente vai tocando, a gente vai tomando, a gente vai dourando essa pílula!" ("Vai levando", Chico Buarque e Caetano Veloso)
(143) Isso é um fenômeno, que eu acho curioso, mas já tenho visto... e não é só... eu vejo às vezes... no meio artístico isso é mais comum, mas vejo também, assim, criaturas que não são... ligadas... nem à televisão, nem a teatro, nem a coisa nenhuma. (NURC/RJ/071)
(144) "Todo dia ela *faz* tudo sempre igual / me sacode às seis horas da manhã / me sorri um sorriso pontual / e me beija com a boca de hortelã. / Todo dia ela diz que é pr'eu me cuidar / e essas coisas que diz toda mulher / diz que está me esperando pro jantar / e me beija com a boca de café. / Todo dia eu só penso em poder parar / meio-dia eu só penso em dizer não / Depois penso na vida pra levar / e me calo com a boca de feijão. / Seis da tarde, como era de se esperar, / ela pega e me espera no portão / diz que está muito louca pra beijar / e me beija com a boca de paixão. / Toda noite *ela diz* pr'eu não me afastar / meia-noite ela jura eterno amor / E me aperta de eu quase sufocar / E me morde com a boca de pavor." ("Cotidiano", Chico Buarque).



aspecto imperfectivo ——→
aspecto perfectivo ——•

[Tempos verbais e sua relação com os aspectos no PB.]

12.10.1.2 Verbos incoativos

O aspecto verbal também pode vir marcado de forma especial na morfologia. É o caso dos chamados verbos incoativos, que expressam uma mudança de estado ou o início de uma mudança. Em latim esse aspecto era marcado no verbo por um infixo [▸275] — -sc- —, que se colocava entre o radical do verbo e a terminação número-pessoal e a desinência do infinitivo:

- cre.sc.o, cre.sc.ĕre ('cresço, crescer')
- convale.sc.o, convale.sc.ĕre ('convalesço, convalescer')
- ira.sc.o, ira.sc.ĕre ('fico irado, ficar irado')
- na.sc.o, na.sc.ĕre ('nasço, nascer')
- rube.sc.o, rube.sc.ĕre ('erubesço, enrubescer)

Todos esses verbos pertenciam à IV conjugação latina, de modo que no infinitivo o acento tônico recaía sobre a sílaba anterior à terminação *-scĕre*. Em português, passaram para a II conjugação.

No que diz respeito à grafia, cedo se fixou na língua a terminação -ecer. A partir do século XVII, porém, foram criados novos verbos de origem erudita que recuperaram a terminação latina -escer. Segundo o dicionário *Houaiss*, existem 53 verbos com -escer contra 220 com -ecer, o que deixa clara a oposição erudito/popular [▸143].

No PB, não existe distinção de pronúncia entre *crescer* e *acontecer*, uma vez que em nossa língua o dígrafo SC se pronuncia simplesmente [s]. Por imposição, durante algum tempo nas escolas brasileiras, da pronúncia característica do português europeu — que distingue *crescer*, em que o dígrafo soa palatalizado [ʃ], e *acontecer*, com o [s] normal —, algumas pessoas pronunciam um [ɪ] antes do que se escreve SC, gerando um ditongo como em [naɪseh] para *nascer*. Essa ditongação, quase exclusiva do verbo *nascer*, se verifica entre falantes letrados nordestinos e cariocas.

A formação de verbos incoativos apresenta a característica de, além da terminação -ecer/-escer, também incluir com muita frequência um prefixo como a-, en-, es-:

a.bast.ecer	e.magr.ecer	es.clar.ecer
a.dorm.ecer	em.branqu.ecer	e.scur.ecer
a.madur.ecer	e.mud.ecer	es.mae.ecer
a.mol.ecer	en.dur.ecer	es.mor.ecer
a.noit.ecer	em.palid.ecer	es.trem.ecer
a.podr.ecer	em.pobr.ecer	es.pair.ecer
a.qu.ecer	en.louqu.ecer	es.van.ecer
a.manh.ecer	en.velh.ecer	es.pavor.ecer

O prefixo en- é, de longe, o mais produtivo, e não por acaso: derivado do latim in- (que é a preposição in, 'em', tornada prefixo), esse prefixo traz a noção de

algo que se movimenta para o interior, algo que se introduz, e, metaforicamente, algo que se inicia.

A produtividade da terminação -ecer/escer é alta e seu aspecto incoativo é bem presente na intuição linguística dos falantes de PB, como se comprova pelo surgimento a toda hora de verbos do tipo, inclusive na gíria (*emputecer*). No entanto, numa grande quantidade de verbos com essa terminação, o sentido incoativo se diluiu e praticamente não é mais percebido como tal pelos falantes. sobretudo porque seu radical só é reconhecido pelo estudioso das etimologias. Alguns casos assim são:

ABORRECER	ab.horr.e.sc.ĕre → radical **horr-**, presente em **horror**. O significado original do verbo era 'afastar-se' (ab-) 'com horror' de algo ou alguém. No português clássico, literário e bíblico ainda se preservava um sentido semelhante até o início do século XX. Em trechos da Bíblia em português ocorrem passagens como "Deus aborreceu aqueles homens", isto é, Deus se afastou daqueles homens pelos maus feitos que tinham praticado.
ACONTECER	*con.ting.e.sc.ĕre → radical **tang-**, do verbo **tangĕre**, 'tocar', com apofonia [▸270], acrescido de um **a-** protético.
ADOLESCER	ad.ol.e.sc.ĕre → havia em latim o verbo **alo, alĕre**, 'alimentar, sustentar, fazer crescer'. Com o prefixo **ad-** surgiu o verbo *adolescere*, em que o *a* do radical *al-* se fechou em *ol-* por efeito da apofonia [▸270]. Seu particípio presente, **adolescente-**, significava 'que está sendo alimentado, sustentado, levado a crescer', e no particípio passado, **adultu-**, 'alimentado, crescido, adulto'. Há várias etimologias fantasiosas sobre a origem de *adolescente*, mas nenhuma delas merece crédito.
APARECER	ap.pare.sc.ĕre → verbo derivado de outro, *apparere* ('estar à vista, mostrar-se'), por sua vez derivado de *parere*, 'estar presente, estar às ordens de alguém; trabalhar em; cuidar de; executar; cumprir'. São muitos os derivados desse verbo em nossa língua: **aparência, comparecer, comparsa, desaparecer, reaparecer, transparecer** etc.
CONHECER	co.gno.sc.ĕre → em latim havia o verbo **no.sc.o, no.sc.ĕre**, em que o *g* do radical *gno-* foi suprimido porque a língua não admitia as duas consoantes em início de palavra. *Cognoscere* tinha o sentido de 'conhecer por meio dos sentidos', 'conhecer por experiência'. O verbo *noscere*, por ser incoativo, significava, no tempo presente, *nosco*, 'começo a conhecer', enquanto seu passado, *novi*, justamente por ser um tempo perfeito, significava 'conheci, soube, tomei ciência'. O radical **cogn-** aparece em termos como **cognição, cognitivo, cognoscível**, de formação erudita. A primeira forma do verbo foi **conhocer**, com o particípio passado **conhoçudo**. Por dissimilação, o segundo [o] se tornou [e]. Em espanhol o verbo é *conocer*, com preservação do segundo [o]. Dessa mesma raiz provém o adjetivo **nobilis** ('conhecido, famoso'), que nos deu **nobre**, e o seu antônimo, **ignobilis**, que nos deu **ignóbil** e em que reaparece o *g* da raiz *gno-*.
CRESCER	cre.sc.ĕre → havia em latim o verbo **creo, creare**, origem do nosso verbo **criar**. Com o infixo incoativo, o verbo *crescere* significava 'brotar, nascer, aumentar de tamanho'.

ESQUECER	*ex.cad.e.sc.ĕre → esse verbo, não atestado no latim clássico, deve ter ocorrido no latim vulgar e mostra, uma vez mais, o poder da metáfora na formação das línguas. A raiz **cad-** é a que se vê no verbo **cado, cadere**, origem do nosso verbo **cair**. Com o prefixo **ex-**, 'para fora', temos um verbo incoativo que significava 'cair para fora', ou seja, cair para fora da mente, da memória. O francês e o espanhol conservaram a raiz latina **obliv-** em seus verbos *oublier* e *olvidar*, respectivamente. Em português temos **olvido** e **olvidar**, mas são termos exclusivamente de uso erudito. Em italiano 'esquecer' se diz *di.ment.icare*, em que também se vê a ideia de algo que sai da mente. A forma mais antiga do verbo em português foi **escaecer**, com a queda regular do *-d-* intervocálico. Mais adiante, o hiato *a-e* se tornou a vogal simples *-e-*, o que exigiu a adoção do dígrafo *qu*.
FALECER	**fall**.e.sc.ĕre → o radical **fall-** provém do verbo **fallo, fallere**, 'enganar, induzir a erro; escapar; ser invisível; escapar sem ser visto' etc. O particípio passado desse verbo é **falsu-**, que nos deu **falso**. Do mesmo radical provém **fallacia** > **falácia**, além de **falha, falhar** e toda a sua família. Na língua arcaica, *falecer* significava 'escassear, faltar, falhar, fazer falta'. A partir dessa noção de insuficiência e de falta, o verbo passou a ser usado eufemisticamente em lugar de *morrer*. Aliás, também o verbo **faltar** e sua família derivam do radical **fall-**. O particípio **falsu-** foi regularizado em ***fállitu-**, donde o nosso **falto** e toda a família. Por fim, também o verbo **falir** e seu resultado, a **falência**, exibem a mesma origem.
MERECER	***mere**.sc.ĕre → incoativo de **mereo, merere**, 'ganhar dinheiro ou salário; obter em troca; ser digno de' etc. A forma incoativa deve ter surgido no latim vulgar. O particípio passado do verbo *merere* é **méritu-**, origem do nosso **mérito**. O gerundivo desse verbo, no plural neutro, nos deu **merenda**, que significava em latim 'coisas que devem ser merecidas'.
NASCER	**na**.sc.ĕre → verbo essencialmente incoativo, uma vez que *nascer* é tornar-se, vir a ser. Aqui também, como ocorreu com *cognoscere*, o *g-* inicial da raiz *gn-* desapareceu (mas são duas raízes distintas!). O particípio passado, **natu-** está presente num grande número de palavras nossas como **natal, natureza, nação** (< **natione-**) etc. O *g* reaparece em palavras como **cognatu-**, origem do nosso **cunhado** e também do termo erudito **cognato**. Vimos os frutos da raiz **gn-** em [▸284].
OBEDECER	***oboed**.i.sc.ĕre → forma incoativa do verbo clássico latino **oboedio, oboedire**, formado do prefixo **ob-** anteposto ao verbo **audire**, 'ouvir'. Obedecer, portanto, etimologicamente, era 'dar ouvidos a' alguém,
OFERECER	Nosso verbo **oferecer** (junto com **sofrer**) se rebelou contra a família, aquela formada pelos diversos verbos terminados em **-ferir** (*aferir, conferir, deferir, inferir, preferir, proferir* etc.), que vimos em [▸271]. Sua forma arcaica era **offerer** ou **offerir**. Assumiu a terminação **-ecer** por pura rebeldia. Em latim, o verbo **offero, offerre** se formou de **ob-** + **-ferre**, com o sentido primeiro de 'trazer adiante, oferecer à vista'.

12.10.2 Modo

O **modo** é, junto com o aspecto, o tempo e a voz, uma das categorias semânticas dos verbos. Em muitas línguas o modo está devidamente gramaticalizado em cada um

dos paradigmas morfológicos que permitem ao falante expressar sua atitude com relação ao estado de coisas. Esse estado de coisas pode ser apresentado como real (indicativo), irreal (subjuntivo), desejável (optativo), sujeito a condições particulares (condicional), exigido ou solicitado a outrem (imperativo e causativo). Em algumas línguas, é possível distinguir morfologicamente o modo interrogativo e o modo negativo porque elas apresentam marcas próprias para expressá-los.

Os modos englobam, como sabemos, diferentes tempos. O modo se diferencia do aspecto precisamente por comportar um conjunto de tempos, enquanto o aspecto traduz a apreciação que o falante faz de algo que se passa num único segmento temporal — repetindo: tudo o que dissemos acima sobre o voo 3245 transcorre no *passado*, mas esse passado recebe, do falante, diferentes representações, diferentes traduções que não se configuram necessariamente em morfologia específica.

A TGP nos ensina que existem três modos verbais — indicativo, subjuntivo e imperativo —, cada um deles com seus tempos. O indicativo tem presente, pretérito perfeito simples, pretérito imperfeito, pretérito mais-que-perfeito, futuro do presente, futuro do pretérito — além dos chamados "tempos compostos": pretérito perfeito composto, pretérito mais-que-perfeito composto, futuro do presente e futuro do pretérito compostos. O subjuntivo tem presente, pretérito imperfeito e futuro, além de seus compostos (pretérito perfeito, pretérito mais-que-perfeito e futuro composto do subjuntivo). O imperativo se divide em afirmativo e negativo. Com isso temos, ao todo, 18 tempos verbais devidamente rotulados e classificados. (Não estamos incluindo aqui as chamadas "formas nominais do verbo", que vamos estudar no capítulo 14.)

O ensino sistemático desses tempos se prende à antiga noção de *paradigma* [▸414], e à sua evidente função didática de levar as pessoas a aprender a *morfologia* verbal. Essa didática, no entanto, era eficiente na Idade Média e períodos posteriores quando o *latim* — única língua estudada de modo programático — já tinha se tornado língua morta e só podia ser aprendido por meio desse tipo de esquematização paradigmática, de dissecação de cadáveres textuais. Infelizmente, quando as línguas vernáculas passaram a ser também objeto de aprendizagem e ensino, o peso da tradição clássica se exerceu sobre a escola, transferindo-se a pedagogia da língua morta para a pedagogia das línguas vivas, dinâmicas.

12.10.2.1 O modo condicional

No caso da TGP, por exemplo, não se fala mais do modo condicional, uma nomenclatura muito mais adequada do que a de futuro do pretérito. Em francês e italiano, por exemplo, o modo condicional ainda figura na gramática e tem três tempos: um presente e dois passados. É certo que formas como *falaria, venderia, partiria* podem expressar algo que aconteceu num futuro inserido no passado da enunciação:

(145) Guimarães Rosa publicou seu primeiro livro, *Sagarana*, em 1946. Somente dez anos mais tarde publicaria novas obras literárias: *Grande sertão: veredas* e *Corpo de baile*.

No entanto, esse é um uso muito restrito, quase que confinado aos GTM, principalmente escritos e literários. Essas formas verbais são incomparavelmente mais empregadas na expressão de *hipóteses*, sobretudo nas construções *condicionais*, em que elas aparecem na sentença principal:

(146) se eu ganhasse assim na loteria e tal eu nunca jogaria em mercado de capitais, nada disso, eu sempre ficaria em imóveis, mesmo porque agora eu tenho uma terceira condição importante que é a questão de família, de filhas e tal então... (NURC/RJ/355)

(147) eu...gostaria de fazer orientação educacional...sabe?...eu gosto eu leio...sobre isso e eu acho que me realizaria mais...como orientadora do que como professora. (NURC/SP/360)

(148) se fosse passar um filme para crianças que tipo de filme a senhora acha que deveria ser passado? (NURC/SP/234)

Investigando o *corpus* NURC-Brasil, que reúne quinze gravações, três de cada uma das cidades do projeto, encontrei os seguintes verbos conjugados no futuro do pretérito:

VERBO	QTD	USO	
		MODO	TEMPO
1. abrir	2	2	0
2. absorver	1	1	0
3. aconselhar	1	1	0
4. ajudar	1	0	1
5. aplicar	1	1	0
6. botar	1	1	0
7. cobrar	1	0	1
8. complementar	1	1	0
9. conseguir	1	0	0
10. dar	3	3	0
11. decidir	2	2	0
12. deixar	1	0	1
13. descrever	2	2	0
14. dever	11	11	0
15. dizer	11	10	1
16. dormir	1	1	0
17. entrar	1	1	0
18. esperar	1	1	0

19. estar	4	3	1
20. exigir	1	0	1
21. falar	1	1	0
22. fazer	4	4	0
23. ficar	1	1	0
24. formar	1	1	0
25. gostar	22	22	0
26. haver	2	2	0
27. impedir	1	1	0
28. independer	1	1	0
29. ir	4	4	0
30. jogar	1	1	0
31. ler	1	1	0
32. levar	2	2	0
33. necessitar	1	1	0
34. operar	1	1	0
35. passar	1	1	0
36. perguntar	1	1	0
37. poder	38	38	0
38. precisar	1	1	0
39. prestar	1	1	0
40. realizar	1	1	0
41. ser	66	64	2
42. ter	18	16	2
43. variar	1	1	0
44. ver	3	3	0
45. vir	1	1	0
46. voltar	1	1	0
TOTAL	224	213	10
%	100	95,5	4,5

[Ocorrências de 'futuro do pretérito' no *corpus* NURC-Brasil.]

Os números falam por si: 95,5% de usos *modais* (condicionais) contra 4,5% de usos *temporais* (futuro do pretérito). Além disso, o exame dos dados nos revela que todos os dez usos temporais ocorreram no discurso de três únicas falantes: uma das entrevistadas no inquérito 360 do NURC/SP (advogada) e duas professoras universitárias (uma do Rio de Janeiro e a outra do Recife) que tiveram uma de suas aulas gravadas. A presença do futuro do pretérito nas chamadas *elocuções formais* não admira, uma vez que, como dissemos acima, esse tempo verbal se restringe cada vez mais aos GTM falados e/ou escritos. Vejamos os dados:

(149) pensei em fazer diplomacia sempre sempre sempre... mas::...depois...por uma série de circunstâncias...não foi possível...mas::então a a minha meta **teria sido** diplomacia... mas eu acho que direito particularmente foi incutido por ele...principalmente foi porque ele dizia que depois eu **teria condições** eu não...quer dizer a pessoa **teria** ele sempre:: (NURC/SP/360)

(150) porque...eu fiz o curso normal...porque eu havia perdido o meu pai fazia::ah no no primeiro colegial...e::eu precisava...ter uma ah optar por uma carreira pro/ --meu relógio está atrapalhando a nossa-- ...por uma carreira profissionalizante...eu achei que as coisas dali para frente **seriam** mais difíceis eu comecei o colegial... pensando...em Medicina...e pensando em contar com o meu pai...para...o custeio do estudo mas desde o momento em que eu...o perdi eu::preferi uma carreira profissionalizante... (NURC/SP/360).

(151) as economias industriais que ganharam a Segunda Grande Guerra não **teriam ajudado** o Japão, quer dizer de outra maneira, se o Japão fosse a Birmânia, né? (NURC/RJ/379)

(152) prometi também que a aula de ho:je **seria**... alguma coisa... num é? liga:da a esse estudo que vocês fizeram... e prometi... também... prometi também... que: **diria** a vocês se... eu **iria exigir cobrar**... algo do que vocês já fizeram... e que **deixaria** isso para dizer hoje... (NURC/REC/337)

A estrutura sintática que caracteriza o futuro do pretérito é aquela em que esse tempo coocorre na sentença subordinada com outro verbo no pretérito perfeito ou imperfeito na principal, criando assim uma correlação temporal entre um evento passado e outro evento lançado para adiante, mas ainda dentro do passado. A presença de expressões de tempo (advérbios etc.) também ajuda a criar essa correlação:

- ele dizia que depois eu teria condições
- eu achei que as coisas dali para frente seriam mais difíceis
- as economias industriais que ganharam a Segunda Grande Guerra não teriam ajudado o Japão
- prometi também que a aula de hoje seria
- prometi também que diria a vocês se eu iria exigir cobrar algo do que vocês já fizeram e que deixaria isso para dizer hoje

Os dados nos revelam também a predominância do verbo *ser* (29,6%), nada surpreendente por ser o verbo de emprego mais frequente na língua e, por conseguinte, também o mais empregado para a formulação de hipóteses e desejos. Logo em seguida, o verbo *poder* (17%), um verbo que é classificado precisamente como verbo modal, ou seja, "classe de verbos auxiliares (como *poder, dever*) pelos quais o predicado da frase é interpretado como necessário ou contingente, provável ou possível" (*Houaiss*). O verbo *poder* é o mais modal de todos, tanto que só ocorre seguido de

um infinitivo, que é seu objeto direto, ou de uma anáfora-zero [▶459][6]. Muito frequente também é o verbo *ter* (8%), outro dos mais empregados da língua. E, para confirmar o caráter essencialmente modal do "futuro do pretérito", temos o verbo *gostar* (9,8%), empregado sempre para modalizar uma ordem ou comando ou para exprimir vontade ou desejo de realização duvidosa:

(153) eu... **gostaria** de fazer orientação educacional...sabe?...eu gosto eu leio...sobre isso e eu acho que me **realizaria** mais...como orientadora do que como professora. (NURC/SP/360/1976)

(154) agora eu **gostaria** de saber que tipo de filme além da comédia quando a senhora quer assistir alguma coisa mais séria. (NURC/SP/234/1988)

(155) uma última coisa que eu **gostaria** de dizer é o fato de que nessa época ainda não existe preocupação com composição. (NURC/SP/405/1977)

Outra evidência do caráter mais modal do "futuro do pretérito" é o seu emprego em enunciados onde também é possível empregar o subjuntivo, ou seja, na enunciação de hipóteses, desejos, dúvidas etc. Essa alternância ocorre nos exemplos abaixo, recolhidos da fala de uma mesma pessoa:

(156) *acredito* por exemplo... que a compra do carro próprio: ou a ajuda para construção da casa própria... **seriam** medidas... de GRANDE repercussão... social... [...] então a casa própria eu *acredito* que **seria** evidentemente uma medida de LAR::GA repercussão... social.. porque **viria** inclusive proporcionar... uma integração: por assim dizer melhor:... [...] o presidente é eleito evidentemente... pelos associados... *acredito* que **seja**... por uma votação... do tipo que classificamos como maioria absoluta... [...] por exemplo a cooperativa dos usineiros... *acredito* que ela **presta**... aos usineiros... informações sobre: o mercado... [...] é exatamente por isso... que nós *acreditamos*... que... uma sociedade democrática... **seja** um tipo de sociedade inclusive onde os sindicatos POdem realmente participar... [...] (NURC/REC/131)

Assim, para levar em conta o emprego mais corrente, espontâneo e intuitivo dessas formas verbais, seria mais coerente reabrir a casa do **modo condicional** e nela incluir, como uso restrito a poucos GTM, a possibilidade de se expressar, com suas desinências, o "futuro do pretérito". Assim procede, por exemplo, Bechara em sua gramática (1999). Afinal, submeter o condicional, muito mais frequente, ao futuro do pretérito é o mesmo que dizer que os mamíferos em geral põem ovos, quando de fato apenas duas espécies de mamíferos fazem isso (o ornitorrinco e a equidna)...

12.10.2.2 O modo subjuntivo

O modo **indicativo** (também chamado **evidencial** ou **declarativo**) incide diretamente sobre a realidade empírica do estado de coisas; com ele produzimos declarações factuais e crenças positivas. Ocorre em todas as línguas do mundo.

---

[6] Os raros objetos diretos de *poder* que não são infinitivos verbais são *tudo, nada, alguma coisa, coisa nenhuma, isso e aquilo* ("Ela acha que pode isso e aquilo, mas na verdade não pode nada").

O modo subjuntivo permite ao falante expressar a ação ou estado denotado pelo verbo como um fato irreal, ou simplesmente possível ou desejado, ou quando se emite sobre o fato real um julgamento. Além dessa característica semântica, o subjuntivo tem uma característica sintática bem marcada: como seu próprio nome indica (*subjunctivu-*, 'preso por baixo', ver [▸282]), os verbos nesse modo ocorrem primordialmente em sentenças *subordinadas* ('ordenadas por baixo'). Mesmo quando ocorrem numa sentença aparentemente principal, os verbos no subjuntivo estão, de fato, numa estrutura subordinada em que a sentença principal foi apagada — a melhor evidência disso é o uso da conjunção *que* antes desses subjuntivos "soltos":

(157a) Deus te acompanhe!
(157b) Que Deus te acompanhe!
(157c) {*eu peço a*} Deus {*que*} te acompanhe!
(157d) {*te desejo uma*} Boa viagem e {desejo} que Deus te acompanhe!

Por isso é que o subjuntivo também é chamado em algumas línguas de conjuntivo (como no português europeu), por ser introduzido por uma *conjunção*, imposta pelo verbo da sentença principal: *espero que...*, *quero que...*, *desejo que...*, *peço que...*, *impeço que...*, *nego que...*, *não acho que...*, *pode ser que...* etc. Outras conjunções frequentes na ocorrência do subjuntivo são *se* (*se ele viesse...*) e *quando* (*quando ele vier...*). No entanto, como as conjunções também introduzem verbos no indicativo, é mais adequado designar esse modo como subjuntivo.

O português é, das línguas românicas, aquela em que o subjuntivo é empregado em todos os seus tempos simples e compostos: presente ({*que*} *eu fale*), imperfeito ({*se*} *eu falasse*), futuro ({*quando*} *eu falar*), pretérito perfeito ({*que*} *eu tenha falado*), pretérito mais-que-perfeito ({se} *eu tivesse falado*) e futuro composto ({*quando*} *eu tiver falado*).

Em espanhol, os tempos do futuro do subjuntivo caíram em desuso há muito tempo e se restringem a registros extremamente formais (como no âmbito jurídico): no lugar de "*Sea lo que fuere*" ('Seja o que for') se usa "*Sea lo que sea*" ('Seja o que seja'). O imperfeito do subjuntivo assumiu, em espanhol, as formas do mais-que-perfeito do indicativo, que convivem com as do imperfeito do subjuntivo mais antigas, herdadas do latim: "*Pedro me pidió que cantara...*" em lugar de "*Pedro me pidió que cantase...*" Em português ocorre o uso do mais-que-perfeito do indicativo no lugar do imperfeito do subjuntivo em textos literários ou em formas gramaticalizadas que já deixaram de ser verbos (*tomara*, *pudera*, *quem dera* [▸660]).

Em francês, o presente do indicativo e o presente do subjuntivo têm formas idênticas nos verbos regulares da 1ª conjugação (infinitivos em *-er*), ou seja, a conjugação mais produtiva e com o maior número de verbos: "*Je chante* bien, mais Pierre ne veut pas que *je chante*" ('Eu canto bem, mas Pedro não quer que eu cante'). Quando usado em expressões do passado, o presente do subjuntivo substitui o imperfeito: "*Il ne voulait pas que je chante*" ('Ele não queria que eu cantasse', literalmente: 'que eu cante'). O imperfeito do subjuntivo é de uso raríssimo, literário rebuscado, tendo

sido substituído pelo imperfeito do indicativo: *"Et si tu n'existais pas, dis-moi pourquoi j'existerais?"* ('*E se você não existisse* [literalmente: *existia*], *diga-me por que eu existiria*?" — verso de uma canção francesa popular nos anos 1970, de Joe Dassin). O francês não dispõe de uma morfologia própria para o futuro do subjuntivo, que é expresso pelo futuro do indicativo: *"Tu peux commencer à chanter quand tu voudras"* ('Você pode começar a cantar quando quiser' [literalmente: 'quando quererá').

É importante mencionar que no PB, em diversas variedades regionais e sociais, o subjuntivo também se encontra em fase de obsolescência. Em Minas Gerais, por exemplo, mesmo entre falantes altamente letrados, são frequentes — e não causam reação negativa explícita — construções como *Você quer que eu vejo isso para você?* A pesquisadora Sandra M. G. B. Bianchet (2002: 32) apresenta, num artigo sobre o uso do indicativo e do subjuntivo no português e no latim, exemplos recolhidos de redações de vestibular na Universidade Federal de Minas Gerais e em entrevistas gravadas:

(158) [...] a população, que se tornando exausta diante da situação, *permite* que o Estado **continua** agindo de tal maneira.
(159) O autoritarismo hoje em dia anda junto com a burocracia, *fazendo com* que **camuflam** os podres de quem está no poder.
(160) Por isso que eu *estava querendo* que **ficava** pronto depressa.

Também é comum a ocorrência do indicativo depois da conjunção *se*, no lugar do subjuntivo:

(161) **se eu começo** a a a a pensar em estatística se verá que o lugar mais perigoso do mundo é a cama...porque noventa por cento das pessoas morrem na cama. (NURC/REC/005)

Por outro lado, em variedades nordestinas (Alagoas, Pernambuco, Paraíba) sobrevive o uso do subjuntivo quando na sentença principal aparece a negação do verbo *saber*: *Não sei mais o que faça para esse menino me obedecer!* Esse uso do subjuntivo é amplamente encontrado na literatura clássica.

O uso decrescente do subjuntivo em PB se percebe pela substituição desse modo pelo indicativo em construções desiderativas, dubitativas, concessivas etc. que, por sua própria semântica, deveriam exigir o subjuntivo:

(162) eu *acho* que o meu conceito de morar bem **é** diferente um pouco da maioria das pessoas que eu conheço. (NURC/REC/05)
(163) *pensou* que **ia** gaNHAR mas não gaNHOU. (NURC/POA/45)
(164) Ficava difícil você *imaginar* que tudo aquilo **ia acabar** de repente. (NURC/RJ/28)
(165) Você *imagina* que lá não **tem** perigo nenhum! (NURC/RJ/12)
(166) depois desse episódio que acontec/que a gente *pensa* que nunca **vai acontecer** com a gente... e aconteceu comigo... (NURC/RJ/25)

Esses mesmos verbos, porém, na negativa favorecem o uso do subjuntivo:

(167) eu *não acho* que o público se **manifestasse** assim [...] eu *não acho* que::éh éh **haja** muita divulgação do teatro. (NURC/SP/234)
(168) eu *não acho* que casar e ter filhos **seja** uma coisa natural, da vida. (NURC/RJ/
(169) Aí, eu *não podia imaginar* que o mundo **pudesse** viver sem aquilo. (NURC/RJ/28)

(170) então tudo aquilo que vai sendo éh trazido pela outra... pelo outro lado que você *nunca pensou* que na casa **houvesse**... porque para nós homens o: problema de casa se resume mais a... chegar um lugar pra estudo um gabinete um terraço às vezes e: mais nada. (NURC/REC/004)

(171) não *acredito* que **haja** problema de abastecimento. (NURC/REC/005)

Com os verbos *acreditar* e *pensar*, em enunciados afirmativos, o verbo da subordinada oscila entre o indicativo e o subjuntivo, às vezes no discurso de um mesmo falante:

(172) o presidente é eleito evidentemente... pelos associados... *acredito* que **seja**... por uma votação... do tipo que classificamos como maioria absoluta... [...] por exemplo a cooperativa dos usineiros... *acredito* que ela **presta**... aos usineiros... informações sobre: o mercado... sobre a as condições econômicas... ou sobre digamos assim... questões referentes a determinados... tipos de: de PREÇOS... (NURC/REC/131)

(173) a primeira pergunta foi por que o direito é um fenômeno social?... eu *acredito* que... a grande maioria... **conseguiu**... responder... [...] vocês agora eu *acredito* que já **tenham tido**... seis aulas de introdução à ciência do direito... e também entre: cinco e oito aulas de teoria geral do estado... (NURC/REC/337)

(174) muita gente ainda pode *pensar* que uma das (inaudível) existentes no Japão **seja** a da sua ausência de recursos de insumos. (NURC/RJ/379)

(175) a maioria das pessoas *pensa* que morar bem é morar num apartamento de luxo. (NURC/REC/005)

(176) eu *pensei* que ela **fosse** ter problema porque ela não fala muito. (NURC/SP/360)

A explicação para o declínio do uso do subjuntivo nas línguas que têm esse modo em seu sistema gramatical pode ser encontrada, mais uma vez, nos postulados da economia linguística [▶147]. A inexistência de subjuntivo (melhor dizendo: de uma *morfologia* própria para os verbos de sentenças subordinadas a uma sentença principal que expressa dúvida, desejo, hipótese, concessão etc.) em tantas línguas do mundo deixa claro que a morfologia do subjuntivo é, por assim dizer, um "luxo". E, como quase sempre ocorre, o que é "de luxo" também é supérfluo, vale dizer, excessivo, desnecessário. E é exatamente sobre o supérfluo ou dispensável que age a economia linguística (ou melhor, que agem os falantes, sempre avarentos no desperdício de suas potencialidades cognitivas, como a memória).

Observe os seguintes exemplos em inglês e seus correspondentes em PB:

(177a) I hope he doesn't **mind** waiting.
Espero que ele não se **incomode** de esperar.

(177b) He doesn't **mind** waiting.
Ele não se **incomoda** de esperar.

(178a) Her first name was Anna, though no one **called** her that.
Seu primeiro nome era Anna, embora ninguém a **chamasse** assim.

(178b) Andy **called** his first daughter Anna.
Andy **chamou** sua primeira filha Anna.

(179a) You can go home earlier, provided that you **finish** your tasks.
Você pode ir para casa mais cedo, desde que **termine** suas tarefas.

(179b) Why don't you **finish** this task later?
Por que você não **termina** essa tarefa mais tarde?

(180a) When I say "now", you push this button, ok?
Quando eu disser "já", você aperta esse botão, tá?

(180b) I mean it when I say that I love you.
Eu falo sério quando digo que te amo.

(181a) If you have any doubts, call me.
Se você tiver alguma dúvida, me liga.

(181b) Beth told me you have three children, is that true?
Beth me disse que você tem três filhos, é verdade?

Esses exemplos nos mostram que, em inglês, os verbos não sofrem alteração morfológica quando estão no modo subjuntivo, conservando a mesma forma que têm no indicativo. Em inglês, só uns poucos verbos apresentam morfologia distinta no subjuntivo e, ainda assim, são formas emprestadas do passado do indicativo ou, no caso de *to be*, à forma do infinitivo; além disso, essas formas diferentes são empregadas quase sempre na formulação de hipóteses encabeçadas pela conjunção *if* ('se'):

- I am ('eu sou') / I were ('eu fui') / If I were ('se eu fosse') / So be it! ('Assim seja')
- I can ('eu posso') / I could ('eu pude/podia/poderia') / If I could ('se eu pudesse')
- I have ('eu tenho') / I had ('eu tive/tinha') / If I had ('se eu tivesse')
- I know ('eu sei') / I knew ('eu soube/sabia') / If I knew ('se eu soubesse')
- I see ('eu vejo') / I saw ('eu vi/via') / If I saw ('se eu visse')
- I give ('eu dou') / I gave ('eu dei/dava') / If I gave ('se eu desse')

Com exceção, portanto, dessas formas já cristalizadas, a morfologia do verbo em inglês não se dá ao "luxo" de um paradigma próprio para o modo subjuntivo. (Convém lembrar, no entanto, que o *modo* subjuntivo existe em inglês, mesmo que não venha marcado morfologicamente, uma vez que *modo*, como já vimos, é uma categoria *semântica* do verbo, que não precisa, portanto, vir expressa na *morfologia*.)

Assim como é excessivo dizer

as garças dão meia volta, sentam na beira da praia

quando é perfeitamente possível dizer (e interpretar cognitivamente com facilidade), como na letra da canção anônima "Cuitelinho",

as garça dá meia volta, senta na beira da praia,

poupando-se marcas morfológicas — como ocorre em muitas e muitas línguas mundo afora —, também no caso do subjuntivo ocorre uma redundância: por que marcar *morfologicamente* a expressão de dúvida, concessão, desejo, suposição etc. na

sentença subordinada, se essa expressão já está contida *semanticamente* no verbo da sentença principal? Se verbos como *querer, supor, desejar, esperar, pedir, permitir, duvidar, (não) crer, (não) acreditar, (não) pensar* etc. já trazem, em seu próprio significado, aquelas noções (desejo, suposição, dúvida etc.), para que marcá-las também na morfologia do verbo da subordinada?

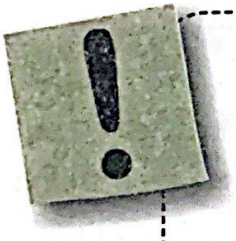
A redundância do subjuntivo está em repetir, na morfologia, a *modalização* que já vem inscrita na *semântica* do verbo da sentença principal e — no caso, majoritário, das sentenças completivas objetivas — de exprimir, também na morfologia, a subordinação sintática, que já vem indicada pela conjunção que encabeça a sentença subordinada.

O termo subjuntivo traz em si mesmo uma definição de caráter sintático: os verbos nesse modo ocorrem tipicamente em sentenças subordinadas. Sua ocorrência é amplamente determinada pelo tipo de sentença em que a subordinada aparece. Será mesmo adequado tratar o subjuntivo como um "modo"?

Lyons (1968: 312) argumenta que nos contextos em que a seleção de uma forma do verbo em lugar da outra (por exemplo, *venha* e *vem*) é determinada por outras características sintáticas da sentença, a ocorrência do indicativo no lugar do subjuntivo e vice-versa não carrega em si mesma nenhuma distinção de modalidade. Por exemplo, a ocorrência de *venha* em *Não acho que ele venha* (em contraste com *Acho que ele vem*) não indica qualquer distinção semântica particular associada com a escolha do subjuntivo *vs.* indicativo: o subjuntivo aparece ali por causa da negação contida na sentença principal. Além disso, como nossos exemplos acima mostram, o uso de um modo pelo outro pode ser indiferente em muitas situações: *Se eu te dou a chave do carro você me deixa em paz? ~ Se eu te der a chave do carro você me deixa em paz?* Então, pergunta Lyons, por que dizer que o verbo *venha* está no "modo" subjuntivo? Por que não dizer, usando um termo mais neutro, que ele está na "forma" subjuntiva, isto é, na forma que o verbo assume pelo fato *sintático* de estar na sentença subordinada?

Nessa mesma linha de argumento segue Joaquim Mattoso Camara Jr. (1904-1970), pioneiro dos estudos linguísticos de caráter científico no Brasil. Diz ele (1984: 225) que no português, como nas outras línguas da família românica, o subjuntivo sofreu a interferência do indicativo e só aparece em determinados tipos frasais. Por isso, Mattoso Camara diz que o uso do subjuntivo se tornou uma mera servidão gramatical.

Como é fácil perceber, o estudo do verbo é extremamente complexo e vem suscitando boas controvérsias teóricas desde os tempos mais antigos. E só podia ser assim, sendo ele a classe gramatical por excelência, o núcleo da constelação sintática.



Apesar dessa redundância e da tendência crescente ao abandono dessas formas verbais, o subjuntivo ainda apresenta grande vitalidade nos gêneros textuais mais monitorados, servindo mesmo como marca de avaliação do uso eficiente da língua, sobretudo na escrita mais monitorada. Por isso, **é importante ensinar as formas e os empregos do subjuntivo** para um alunado que, em sua ampla maioria, não domina com segurança esse modo verbal. Esse ensino, evidentemente, não se faz pela memorização de paradigmas de conjugação mas, sempre, pela reflexão sobre o uso que se faz desse modo em textos autênticos. Cabe dar ênfase sobretudo aos verbos irregulares — **ser, ter, fazer, dizer, saber, haver, ver, ir, vir, dar, querer, poder, estar** —, que são irregulares justamente por serem os mais empregados da língua.

12.10.2.3 O modo imperativo

O modo imperativo é tradicionalmente descrito como aquele em que o falante emite uma ordem, um comando, uma exortação, um pedido etc. A TGP e os materiais didáticos que insistem em se apoiar nela apresentam um quadro de formação do imperativo que não corresponde em nada à realidade do PB falado e escrito nos dias de hoje. E não poderia ser diferente, uma vez que a TGP se apega a uma descrição exaustiva dos usos de *tu*, que no PB são marcas de variação regional, e de *vós*, um índice de pessoa que não é usado em nenhum lugar do mundo onde se fala alguma língua derivada do português clássico. Numa tentativa de resumir o que muitas pesquisas vêm revelando (ver, por exemplo, Scherre, 2005), podemos traçar a seguinte síntese do emprego do imperativo no PB contemporâneo:

O IMPERATIVO AFIRMATIVO

I • *fala tu / fale você*

I.1 Segundo a regra tradicional, o imperativo afirmativo na 2ª pessoa do singular (*tu*) se forma com a supressão do -s final da conjugação do presente do indicativo. Sendo assim, *tu falas* → *fala [tu]*. Se o falante trata seu interlocutor por *você*, emprega-se a forma da 3ª pessoa do singular do presente do subjuntivo: *[que] ele fale* → *fale você*.

I.2 Essas duas regras diferentes não correspondem aos usos autênticos do português brasileiro. O *tu* no Brasil é um elemento que serve muitas vezes para identificar a terra natal do falante: junto com outros elementos, o *tu* permite reconhecer se a pessoa

com quem falamos vem do Pará ou do Maranhão, por exemplo, ou então de Santa Catarina ou do Rio Grande do Sul. Além desses lugares, onde o uso do *tu* é intenso e se verifica em todas as camadas sociais, esse pronome também é empregado por certas comunidades linguísticas da cidade do Rio de Janeiro, pelas camadas mais jovens do Distrito Federal, entre outras.

I.3 O *você*, que tem distribuição muito mais ampla por todo o território, é reconhecido por qualquer brasileiro como a forma "neutra", a maneira mais geral de tratar o interlocutor com quem se tem (ou se quer ter) intimidade, com quem se fala de modo menos monitorado, menos formal. Nos estados mais populosos do Brasil (São Paulo e Minas Gerais, que juntos somam 60 milhões de habitantes, mais de um terço da população total), muito dificilmente ouvimos um falante nativo usar *tu*, seja de que classe social for. Neles predomina maciçamente o *você*. Esse predomínio do você se revela também na publicidade, nos meios de comunicação, na imprensa escrita e falada, no rádio etc.

I.4 Outra característica do uso do *tu* no Brasil é a morfologia verbal que acompanha esse índice pessoal. Na maioria das variedades em que ele é empregado, a forma verbal não corresponde à conjugação clássica: *tu falas, tu falaste, tu falavas* etc. Com exceção do Amapá, do Pará e do Maranhão, onde se ouve as formas clássicas com alguma frequência (mas não em 100% dos casos), o que ouvimos em geral é o *tu* seguido de formas verbais idênticas às da não-pessoa singular: *tu fala, tu falou, tu falava* etc. Na fala dos gaúchos, as formas verbais clássicas só aparecem quando a pessoa está monitorando seu discurso, tentando usar uma língua tida como mais adequada para certos ambientes de interação mais monitorada — na fala corrente, habitual, o que ouvimos mesmo é *tu foi, tu quer, tu disse, tu veio* etc.

I.5 O que as pesquisas revelam é que as formas do imperativo, no português brasileiro contemporâneo, seguem regras bem mais complexas do que as que aparecem nos livros didáticos e nas gramáticas, regras que não são exclusivamente linguísticas, mas em que entram também elementos sociais, culturais, geográficos, interacionais etc.

I.6 Um fenômeno interessante é o da inversão quase completa do que está previsto nas gramáticas normativas. Em muitas das áreas onde se emprega o *tu*, encontramos o imperativo usado com as formas do subjuntivo: *venha, faça, diga, traga, deixe* etc. Assim, é perfeitamente possível encontrar enunciados como: "Se tu ainda não fizeste o que eu pedi, faça agora!". É essa forma imperativa que ouvimos com mais frequência (mas, como sempre, nunca em 100% dos casos) na boca de paraenses e maranhenses, por exemplo. Além disso, o uso da forma imperativa derivada do subjuntivo é também um fator geográfico: ela aparece com muito maior frequência nas regiões Norte e Nordeste. É muito mais provável escutarmos um *diga, venha, corra, faça* na fala de um baiano, de um pernambucano ou de um paraibano do que as formas *diz, vem, corre, faz* (embora, como venho insistindo, elas também ocorram,

já que a pesquisa linguística trabalha sempre com maior ou menor frequência e nunca com formas de uso absoluto e exclusivo).

I.7 Por outro lado, nas regiões onde se usa amplamente o *você*, a forma do imperativo mais frequente é a que, supostamente, deveria corresponder ao uso de *tu*: *vem, faz, diz, pega, toma* etc. Por isso, um mineiro ou paulista pode dizer, tranquilamente: "Eu já falei, agora fala você", e não "fale você" como exigem as regras tradicionais. Na canção "Sem fantasia", de Chico Buarque, os primeiros versos dizem: "Vem, meu menino vadio, / Vem, sem mentir pra você"...

I.8 Não bastasse tudo isso, ainda tem mais: nós empregamos, às vezes num mesmo enunciado, formas derivadas do indicativo e do subjuntivo, com a maior tranquilidade. Dois exemplos tirados de publicidades recentes divulgadas pelo Brasil inteiro ilustram isso: um provedor de televisão a cabo anunciava: "Saia da Sibéria e vem para a Net"; e um grande banco propunha: "Reinvente. Vem com a gente". E para citar de novo Chico Buarque, na canção "João e Maria" um dos versos diz: "Vem, me dê a mão..."

I.9 No uso das formas derivadas do indicativo e do subjuntivo, segundo Scherre (2005), ocorre uma distribuição interessante quando se trata de língua escrita e de língua falada. No texto escrito, em gêneros mais monitorados, as formas do subjuntivo — *leia, faça, beba, dirija, estacione* — soam muito mais claramente imperativas do que as formas do indicativo — *lê, faz, bebe, dirige, estaciona* — que podem provocar ambiguidades de leitura. No rótulo de uma bebida alcoólica, por exemplo, o que encontramos é *Beba com moderação*, e nunca "Bebe com moderação", porque fica parecendo que se está apenas declarando algo sobre alguém: "[Ele] bebe com moderação". Se formos transmitir oralmente uma receita culinária para alguém (e se não somos usuários das formas do subjuntivo), é quase certo que vamos dizer: "bate", "corta", "mistura", "deixa assar" etc. Mas se formos escrever a mesma receita, é provável que usemos: *bata, corte, misture, deixe* — até porque essas formas já estão cristalizadas no gênero textual receita culinária.

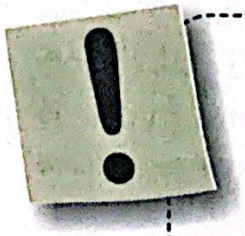
I.10 Em resumo: o emprego das formas derivadas do indicativo (*fala*) e do subjuntivo (*fale*) não tem a ver apenas com o uso dos índices de pessoa *tu* e *você*, como as regras tradicionais tentam mostrar, mas, sim, com fatores mais complexos: a origem regional do falante, o uso falado ou escrito da língua, a busca de uma fala mais monitorada etc. Outro fator que também age na escolha da forma verbal do imperativo é o próprio verbo: nenhum brasileiro, por exemplo, usa o verbo estar no imperativo com a forma do indicativo (como fazem os portugueses, que dizem: "Está certo", "Está calmo" etc.), mas sempre com a do subjuntivo: "Esteja certo" etc. O mesmo vale para o verbo *ser*: as gramáticas dizem que o imperativo afirmativo de *ser* é *sê tu* e *sede vós*, formas que nunca aparecem na fala de ninguém — o que se usa mesmo no Brasil é *seja*.

I.11 Outro aspecto interessante do imperativo brasileiro é o uso da próclise (pronome oblíquo antes do verbo), perfeitamente normal nos outros modos e tempos verbais [▶762] e, por isso, também no imperativo: *diz-me, prepare-se, abraça-me, cuida-te* são formas totalmente artificiais ou pedantes. Em bom brasileiro o que dizemos mesmo é: *me diz, me abraça, se prepare, te cuida* etc.

II • *falemos nós*

II.1 As formas previstas pela tradição normativa para o imperativo com o índice de pessoa *nós* simplesmente nunca ocorrem na língua espontaneamente falada no Brasil. Não imaginamos alguém com amigos em casa dizendo: "*Saiamos* da varanda e *passemos* à sala de jantar", a menos que esteja querendo fazer piada. Ou uma pessoa dizendo a outra, no aeroporto: "*Corramos* porque estamos atrasados e o avião já vai sair!"

II.3 Na língua falada espontânea, o imperativo para *nós* se faz sempre com o verbo *vamos* seguido de infinitivo: *vamos sair, vamos começar, vamos correr, vamos jogar* etc. Na fala menos monitorada, o *-s* de *vamos* costuma ser apagado, e o que ouvimos mesmo é: *vamo sai(r), vamo começá(r), vamo corrê(r)* etc. Além, é claro, do naturalíssimo e brasileiríssimo *vamo se vê(r), vamo se falá(r)* etc., já que o pronome oblíquo *nos* é uma espécie praticamente extinta da fala normal brasileira na maioria das variedades linguísticas. Esse imperativo composto é semelhante ao que ocorre em inglês: *Let's go! Let's do it! Let's begin!* ('vamos ir', 'vamos fazer isso', 'vamos começar') — *let's* é forma contraída de *let us* ('deixe + nos').



II.4 As formas "clássicas" do imperativo de *nós* aparecem em textos escritos (ou falados, porém mais raramente) mais monitorados, de gêneros textuais específicos como artigos científicos, letras de hinos, pareceres jurídicos, literatura religiosa, sentenças tradicionais etc. Por isso, cabe ensiná-las na escola, mas nunca sustentadas pelo velho e enganoso discurso de que são as únicas formas "certas". Um ensino honesto deve esclarecer o aluno sobre os usos reais da língua, e não confundir esse aluno com inverdades baseadas exclusivamente no respeito (irracional) aos dogmas.

III • *falem vocês*

III.1 *Vocês* é a forma que assume, no PB, o plural de todos os índices de 2ª pessoa:

fala tu!
fala/fale você! } FALEM VOCÊS!
fale/fala o senhor/a senhora!

III.2 No entanto, essa forma do imperativo é muito raramente empregada, a não ser em situações de fala/escrita muito monitoradas. Em geral, quando nos dirigimos a muitas pessoas, costumamos exortá-las ou comandá-las usando um termo no singular com sentido coletivo: Gente, *para com isso!* Pessoal, *deixa de moleza! Sai da chuva,* todo mundo, *já!*

IV • *falai vós*

IV.1 O pronome *vós* não é usado nas línguas derivadas do português há séculos, nem no Brasil nem em Portugal. Ninguém, nos dias de hoje, se dirige a um grupo de pessoas chamando elas de *vós* e usando as formas verbais correspondentes. Por que, então, insistir no ensino e na decoreba perfeitamente inútil dessas formas verbais, ainda mais no imperativo? Por que desperdiçar tantas horas preciosas de sala de aula com isso? Quem é que diz coisas como *ide, sede, falai, vinde, saí, parti, vede, comei*...?

É claro que podemos apresentar aos alunos o índice de pessoa *vós* e as formas verbais correspondentes, mas explicitando claramente que são formas **arcaicas, obsoletas, extintas,** que só aparecem em textos clássicos, em traduções antigas da Bíblia, em hinos religiosos e outras ocorrências do tipo. Uma boa ideia é levar textos desses gêneros para a sala de aula e mostrar que neles, além do *vós*, ocorrem muitas outras formas já desaparecidas. Não tem o menor cabimento aplicar exercícios nem "tirar ponto" dos alunos em provas porque eles não conhecem essas formas nem as incorporam em sua atividade linguística. É quase o mesmo que querer que eles saibam latim!

O IMPERATIVO NEGATIVO

V • *não fales tu / não fale você*

V.1 As formas previstas para o imperativo negativo referente a *tu* não ocorrem em nenhuma variedade do português brasileiro. Nem mesmo naquelas regiões onde encontramos o *tu* seguido da conjugação clássica (*falas, falaste, falavas* etc.):

os falantes dessas variedades jamais empregam o imperativo negativo previsto pelas gramáticas normativas. Ninguém no Brasil diz *não venhas, não faças, não digas* etc. As formas realmente empregadas são *não vem, não faz, não diz* ou então *não venha, não faça, não diga*. Aqui, mais uma vez, os fatores que entram em jogo não são os índices de pessoa, mas a origem geográfica do falante, o uso escrito ou falado etc.

V.2 Citando mais uma vez Chico Buarque, em sua canção "As vitrines" ele usa o tempo todo o índice de pessoa *tu*, conjugando os verbos pela morfologia clássica — "*passas* sem ver teu vigia / catando a poesia / que *entornas* no chão". Mas na hora de usar o imperativo negativo, o compositor emprega exclusivamente as formas brasileiras legítimas: "*não faz* assim / *não vai* lá não". Afinal, se existe, sim, quem diga *tu passas* e *tu entornas*, é impossível encontrar, no Brasil, quem diga *não faças assim, não vás lá não*.

VI • *não falemos nós*

VI.1 Para o imperativo negativo, vale tudo o que já foi dito acima sobre o afirmativo. As formas previstas pela tradição gramatical não ocorrem jamais na língua falada normal, onde o que se usa é *não vamos + infinitivo* ("não vamos começar agora não"). As formas clássicas são usadas em gêneros textuais específicos, quase sempre escritos e muito formais.

VII • *não faleis vós / não falem vocês*

VII.1 Vale aqui o que se disse acima sobre o imperativo afirmativo referente a esses índices de pessoa.

Por fim, cabe lembrar que, no imperativo negativo (aliás, nos enunciados negativos em geral), é muito frequente o emprego de uma dupla de partículas negativas: uma átona, proclítica — [nũ] — e uma tônica, enclítica, escrita não na ortografia oficial.

Podemos sintetizar tudo o que dissemos no seguinte quadro:

MODO IMPERATIVO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO			
AFIRMATIVO		NEGATIVO	
tu	fala	tu você o senhor a senhora	[nũ] não fala [não]^{SSE} [nũ] não fale [não]^{NNE} não fale^{GTM}
você o senhor a senhora	fala^{SSE} fale^{NNE}		
nós	vamo(s) fala(r)^{VGB} falemos^{GTM}	nós	[nũ] não vamo(s) fala(r) [não]^{VGB} não falemos^{GTM}
vocês	falem^{GTM}	vocês	não falem^{GTM}
gente, pessoal etc.	fala^{VGB}	gente, pessoal etc.	[nũ] não fala [não]^{VGB}

[GTM: gêneros textuais mais monitorados; NNE: Norte-Nordeste; SSE: Sul-Sudeste; VGB: vernáculo geral brasileiro]

A riqueza da expressão do imperativo no PB precisa ser reconhecida no ensino e nos materiais destinados ao ensino. A insistência na preservação do quadro tradicional da "formação do imperativo", extremamente pobre se comparado à realidade dos usos, tem como consequência o perverso sentimento, compartilhado por tantos e tantos brasileiros, de que a língua é "difícil" e de que ninguém sabe falá-la corretamente.

12.10.2.4 Verbos modais

Além dos modos morfologicamente constituídos em paradigmas — indicativo, condicional, subjuntivo e imperativo —, a modalização também se expressa por meio de um pequeno número de verbos auxiliares que, como vimos acima com *poder*, são classificados como verbos modais. Como se dá com todos os auxiliares, os verbos modais compartilham do mesmo sujeito do verbo principal. A construção com os verbos modais se faz sempre com infinitivos na posição de verbo principal. Ao mesmo tempo, os verbos principais sempre constituem o complemento direto do verbo modalizador. Assim, temos sintagmas verbais dos seguintes tipos:

VERBO MODAL	VERBO PRINCIPAL
quero	*dormir*

VERBO MODAL	VERBO PRINCIPAL	COMPLEMENTO
devemos	*prestar*	*atenção*

A modalização exercida por esses verbos se distribui numa escala que vai da maior *possibilidade/probabilidade* até a maior *necessidade/obrigatoriedade*, passando pela *vontade/desejo*:

+possibilidade/ probabilidade	+vontade/ desejo	+necessidade/ obrigação
PODER	QUERER	DEVER

Com esses verbos, portanto, buscamos conferir ao enunciado uma modalização epistêmica — expressando o grau maior ou menor de certeza que se tem do estado de coisas enunciado —, uma modalização volitiva — expressando vontade ou desejo — ou deôntica — expressando o dever, a obrigação etc. Desse modo, os verbos modais prototípicos são justamente poder, querer e dever.

Os verbos modais do PB são, principalmente, os seguintes:

VERBO	MODO	EXEMPLO
dever	epistêmico	o::...o ensino...aqui na capital, né?::*deve ser* no interior a mesma coisa... (NURC/SSA/231/1977)
	deôntico	ele diz como o comportamento *deve ser*... independente do que ele é... como ele *deveria ser*... (NURC/REC/337/1986)
parecer	epistêmico	não existe cobra de duas cabeças... o que há... são certos vermes... ginofiontes... minhocões... que... *parecem ter* duas cabeças... (NURC/REC/216/1979)
poder	epistêmico	de acordo com certas relações, então, eu *posso dizer*, eu *posso classificar* os livros, *posso classificar* uma turma, eu *posso classificar* ah os alunos, mas estabeleço taxionomia, quando a minha classificação ah se apresenta com características sistematizadas. (NURC/POA/278/1974)
	deôntico	...para ser procurador do Estado... a profissão é específica não *pode ser* outra profissão nem assessoria nada nada... (NURC/SP/360/1976)
precisar	deôntico	quem não é apaixonado por Olinda? pra ser apaixonado por Olinda não *precisa ser* olindense. (NURC/REC/05/1974)
preferir	volitivo	às vezes as mulheres *preferem* continua:r... no cargo anterior que ela exercia por exemplo sem ter aquela responsabilidade sem ter aqueles compromissos todos. (NURC/REC/172/1978)
pretender	volitivo	embora futuramente eu *pretenda trabalhar* eu *quero continuar* os estudos...e::e trabalhar fora. (NURC/SP/360)
querer	volitivo	a cem metros do rio Capibaribe que é o meu rio sagrado... tanto que quando eu morrer *quero ser cremado* e as cinzas jogadas no Capibaribe. (NURC/REC/05/1974)
tentar	volitivo	o que eu vou *tentar fazer* hoje não vai ser só na aula de hoje. (NURC/RJ/379)
ter de ter que	deôntico	a divisão *tem que ser* ABsolutamente exata...porque se um tiver mais do que o outro sai um monte de briga. (NURC/SP/360)

Além desses verbos, mais comuns, também podemos incluir entre os modais *acreditar, crer, pensar, imaginar, saber, julgar, considerar, supor* etc. (epistêmicos), *desejar, sonhar, almejar, buscar, ansiar, esperar* etc. (volitivos), *necessitar, carecer* etc. (deônticos), sempre que tiverem como complemento um infinitivo verbal ou uma sentença substantiva (*suponho ser possível / suponho que é possível*).

I • *poder*

I.1 O verbo poder é de longe o mais empregado (254 ocorrências no *corpus* do NURC-Brasil, por exemplo). Seu caráter essencialmente modal faz ele ser empregado exclusivamente como *transitivo direto*, tendo como complemento quase sempre um *infinitivo verbal*. (Em espanhol, a locução *puede ser que* se transformou em *puede que*,

com elipse do verbo *ser*, coisa que não aconteceu no PB.) Esse caráter intrinsecamente modalizador levou a que em algumas línguas a locução *pode ser* tenha se gramaticalizado, tornando-se um advérbio de sentido equivalente ao do nosso *talvez* que é, precisamente, um advérbio modalizador (cf. inglês: *maybe*; francês: *peut-être*; catalão: *potser*). Em PB a locução *quer dizer* também se gramaticalizou, tornando-se equivalente a *isto é, ou seja, vale dizer* etc. (e muito frequentemente pronunciado [kɛ'dze], como marcador conversacional usado para revisar ou confirmar o que se acaba de dizer). No *corpus* do NURC-Brasil, *quer dizer* aparece 161 vezes.

I.2 O verbo *poder* tem uso muito particular em PB na expressão do imperativo. Muito frequentemente, em vez de empregarmos o verbo no modo imperativo, empregamos o verbo *poder* seguido de infinitivo e com prosódia enfática, voz de comando: *Pode tirar o cavalinho da chuva! Pode largar isso aí agora mesmo! Pode começar a falar antes que eu me zangue! Se você acha que eu vou te ajudar com isso, pode esquecer!*

I.3 A transformação de verbos plenos em verbos auxiliares modais é, de novo, resultante da gramaticalização desses verbos. Conforme temos visto, na gramaticalização ocorre enfraquecimento semântico — *poder* deixa de significar apenas "ter autoridade, condições, força" ("Só a presidenta da República *pode* designar ministros de Estado") para ter o sentido de "probabilidade" ("A presidenta *pode* viajar à China ainda esse ano") — e enrijecimento sintático — o auxiliar modal vem sempre antes do infinitivo e, por efeito da erosão fonológica comum na gramaticalização, alguns se transformaram numa partícula proclítica ao infinitivo: "*pó-parar* com isso agora mesmo!", "*qué-fazer* o favor de sair?"

I.4 Nossa TGP praticamente não menciona os verbos modais nem, por conseguinte, reconhece seu papel importantíssimo na língua. O mesmo não ocorre em outras línguas, principalmente germânicas, como o inglês e o alemão, em que o papel da modalização é parte integrante da descrição e do ensino da língua.

12.10.3 Tempo

Conforme nos explica Lyons (1968: 304), a palavra *tempo*, usada na gramática, procede diretamente do latim (*tempus*) que é, por sua vez, tradução exata do termo grego *khrónos*. A categoria do *tempo* tem que ver com relações temporais na medida em que elas são expressas por contrastes gramaticais sistemáticos. Três desses contrastes foram reconhecidos e registrados pelos gramáticos tradicionais para a análise do grego e do latim: o *passado*, o *presente* e o *futuro*. Essa trivisão se impregnou de tal modo em nossa concepção de língua e de mundo que é fácil imaginar que se trate de um traço universal da linguagem humana. No entanto, não é assim que ocorre, pois nem todas as línguas exibem a categoria que chamamos de *tempo*: em muitas delas a expressão do *aspecto* é muito mais relevante do que a do tempo. Além disso,

prossegue o autor, a oposição entre "passado", "presente" e "futuro" não era simplesmente uma questão de tempo nem mesmo em grego e latim:

> A característica essencial da categoria gramatical de tempo é que ela relaciona o momento da ação, evento ou estado de coisas referido na sentença ao momento da enunciação (sendo "agora" o momento da enunciação). O tempo é, por conseguinte, uma categoria dêitica que (como todos os traços sintáticos parcial ou totalmente dependentes da dêixis) é simultaneamente uma propriedade da sentença e da enunciação. Muitos tratamentos do tempo têm estado viciados pela suposição de que a divisão "natural" do tempo em "passado", "presente" e "futuro" está necessariamente refletida na língua. (Lyons, 1968: 305)

De fato, é preciso distinguir o tempo "natural" do tempo gramatical. Conforme vimos, por exemplo, o presente é a forma não-marcada [▶476] e, justamente por isso, pode ser usado para a expressão de eventos passados ou futuros. O presente também pode expressar realidades "atemporais" ou "eternas": *A luz viaja no vácuo a 299.792.458 metros por segundo.* Além disso, a semântica do próprio verbo — mesmo morfologicamente no presente — pode expressar, por exemplo, o futuro: *Hoje a gente vai no cinema.* Uma vez que todo deslocamento no espaço é um deslocamento no tempo, verbos como **ir** e **vir** muitas vezes expressam estados de coisas futuros (e precisamente por isso o verbo **ir** é o auxiliar de formação do futuro: *vou falar, ia falar* etc.).

Outro aspecto interessante, como ressalta Lyons, é o fato dos tempos do **futuro** terem um valor semântico bem mais **modal** do que propriamente temporal. Afinal, podemos ter certeza, ainda que relativa, de coisas passadas e presentes, mas o futuro é sempre, inevitavelmente, desconhecido; por isso os tempos que chamamos de futuro são usados sobretudo para expressar dúvida, suposição, desejo, conjectura etc., exatamente como se dá com o **modo** subjuntivo. Não por acaso, a expressão do futuro em inglês, por exemplo, se faz por meio do auxiliar ***will***[7], cujo significado original era precisamente 'querer' (e o substantivo *will* significa 'vontade, desejo'); e o passado desse mesmo verbo, ***would***, se emprega para a expressão do modo **condicional** em inglês. Já vimos acima que o chamado "futuro do pretérito" é mais empregado no PB como **modo condicional**. Outras línguas em que a ideia de 'querer' entra na formação do futuro são (Viaro, 2011: 272):

- romeno → *o să scriu*
- albanês → *do (të) shkruaj*
- grego mod. → *tha gráphō*
- búlgaro → *štă da piša*

} 'escreverei'

[7] O verbo *will* provém da mesma raiz indo-europeia que o verbo latino *velle* ('querer'), que se conjuga na 1ª pessoa do sing. *volo* (cf. o italiano *volere* e o francês *vouloir*). Desse verbo provém o substantivo *voluntate-*, origem de *voluntad* em espanhol e *volontade* > *voontade* > *vontade* em português. O verbo *querer* (usado em espanhol também) provém do latim *quaerere*, 'buscar, procurar'. Aqui, mais uma vez, agiu a metáfora: querer alguma coisa é buscar essa coisa... Observe que nos filmes de faroeste aparece com frequência o cartaz escrito ***wanted*** ('PROCURADO'), isto é, o particípio passado do verbo *to want* ('querer'). Vemos aqui a mesma metáfora que nos faz usar o verbo *quaerere* no lugar do verbo *velle*...

Em todas essas línguas, o futuro se forma através de uma partícula invariável proveniente de uma flexão do verbo 'querer' (romeno: *o* < *voiu*; albanês *do* < *dua*; grego medieval *the* < *thélō*, búlgaro antigo *štă* > *hoštă*). Segundo Heine e Kuteva (2002: 310-311), o mesmo ocorre em mandarim, mabiha, suaíli, omyene, kuba, luba, quimbundo. Também o verbo 'amar/gostar' em diversas línguas se gramaticalizou como marca de futuro — não por acaso, já que 'amar' e 'querer' são empregados em várias línguas como sinônimos (cf. italiano: *ti voglio bene*, 'eu te amo', de *volere*, 'querer'); afinal, amar alguém é querer essa pessoa sempre ao nosso lado.

Por isso, afirma Lyons (1968: 310), "para a teoria sintática geral, podemos tomar como axiomático o fato de que a 'futuridade' é uma noção que atravessa a distinção entre modo e tempo". É isso que nos permite usar o tempo futuro como expressão de dúvida ou hipótese: *Será que ele volta logo? Por onde andará o tio Tonico? Já é difícil dirigir com chuva, que dirá numa estrada perigosa como essa...* E também não é por mera coincidência que o futuro do pretérito, um tempo verbal, tem a mesma forma do condicional, um modo...

As pesquisas linguísticas sobre o PB têm deixado muito claro que existem tempos verbais que nós já deixamos de usar há muito tempo na maioria dos gêneros falados e escritos, enquanto outros tempos já se incorporaram definitivamente à nossa lexicogramática. Por isso, nunca é demais repetir: nem tudo o que aparece nos compêndios gramaticais se usa, nem tudo o que se usa aparece nos compêndios gramaticais. E mesmo aquilo que se usa e aparece ali não é exposto e descrito conforme a realidade contemporânea da língua. Vamos examinar alguns casos.

O presente do indicativo é o verbo em sua forma não-marcada [▸476]. Para o filósofo Aristóteles, o presente era o único tempo verbal digno desse nome: os demais eram "declinações" ou "casos" do presente. Justamente por isso, ele pode ser usado na expressão de todos os demais tempos:

(182) Empregada é morta em sequestro de casal em São Paulo. (*Folha de S.Paulo*, 17/2/2011) → presente pelo pretérito perfeito ('foi morta')

(183) Sem acordo sobre aluguel, Belas Artes fecha na próxima semana. (*Folha de S.Paulo*, 17/2/2011) → presente pelo futuro do presente ('vai fechar')

(184) Imagine se alguém começa por favor quer me dar... um: pastel de na de nata uma torta... o garçom estranha um pouco. (NURC/REC/337) → presente pelo imperfeito e/ou futuro do subjuntivo e pelo futuro do presente e/ou condicional presente ('começasse'/'ia estranhar' ou 'começar'/ 'vai estranhar')

(185) Meu problema é que eu só ia ficar com cara de mal se fosse maquiado como o palhaço do Spawn... Se eu abro a boca, todo mundo ia rir! (http://www.coxacreme.com.br/2008/04/22/onde-esta-o-prazer/acesso em 17 fev 2011) → presente do indicativo pelo imperfeito do subjuntivo ('abrisse').

O pretérito perfeito simples, forma marcada como perfectiva, também pode ser usado com outros valores aspectuais:

(186) A casa que eu morei quando eu era menina, era uma casa assim bem comprida sabe, aquelas com, bem comprida, mesmo né [...] (NURC/RJ/011) → pretérito perfeito pelo pretérito imperfeito do indicativo ('morava')

(187) Eu me lembro uma vez que o papai chegou em casa, ele conseguiu chegar em casa e eu não tinha chegado, que minha professora é que me trazia. (NURC/RJ/347) → pretérito perfeito pelo mais-que-perfeito do indicativo ('tinha chegado', 'tinha conseguido')

(188) Escreveu, não leu, pau comeu → pretérito perfeito pelo futuro do presente ('vai comer').

(189) Se você for de ônibus, quando chegar no aeroporto eu já entrei no avião → pretérito perfeito pelo futuro do presente composto ('vou ter entrado').

(190) Quem deixou de entregar a declaração de Imposto de Renda do ano passado já está com seu CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) suspenso. (http://www.calcule.net/calculos.trabalhistas/noticias/acesso em 17 fev 2011) → pretérito perfeito pelo futuro do subjuntivo composto ('tiver deixado')

Também o pretérito imperfeito do indicativo se presta a usos desse tipo:

(191) passando assim mais agora para o campo de filme... eu queria saber qual o tipo de::o que mais chama atenção da senhora no que diz respeito a cinema. (NURC/RJ/328) → imperfeito pelo presente (para atenuação ou polidez) ('quero')

(192) Eu conheci a Silmara num dia, no dia seguinte eu já me mudava para a casa dela. → imperfeito pelo pretérito mais-que-perfeito ('tinha me mudado')

(193) Se eu sabia que esse livro era tão ruim, nem tinha comprado. → imperfeito do indicativo pelo imperfeito do subjuntivo ('soubesse')

(194) "Se essa rua, se essa rua fosse minha, eu mandava, eu mandava ladrilhar..." → imperfeito pelo condicional presente ('mandaria')

O uso do imperfeito no lugar do condicional presente é o único que se admite com o verbo *querer*. No PB jamais se diz "eu *quereria* te pedir um favor", mas sempre "eu *queria* te pedir um favor". No NURC-Brasil encontramos, por exemplo:

(195) eu *queria* saber qual o tipo de::o que mais chama atenção da senhora no que diz respeito a cinema? (NURC/SP/234)

Outro verbo também muito empregado no imperfeito, e não no condicional, é *preferir*. A forma *preferia* é muito mais frequente do que *preferiria* na formulação de um desejo expresso de forma atenuada, modalizada:

(196) eu *preferia* deixar evidentemente essa questão... a um consultor jurídico que ele poderia então lhe dar: um resposta mais conclusiva... a esse respeito. (NURC/REC/131)

Na fala das crianças, o imperfeito do indicativo é usado para a referência a mundos imaginários e para a designação de papéis a serem desempenhados pelos participantes de um jogo ou brincadeira. Esse uso foi registrado poeticamente por Chico Buarque na letra de sua composição "João e Maria", com música de Sivuca:

Agora eu era o herói
e o meu cavalo só falava inglês,
a noiva do caubói
era você, além das outras três.
Eu enfrentava os batalhões,
os alemães e seus canhões,
usava o meu bodoque
e ensaiava o *rock* para as matinês.

Em todas essas línguas, o futuro se forma através de uma partícula invariável proveniente de uma flexão do verbo 'querer' (romeno: *o* < *voiu*; albanês *do* < *dua*; grego medieval *the* < *thélō*, búlgaro antigo *štă* > *hoštă*). Segundo Heine e Kuteva (2002: 310-311), o mesmo ocorre em mandarim, mabiha, suaíli, omyene, kuba, luba, quimbundo. Também o verbo 'amar/gostar' em diversas línguas se gramaticalizou como marca de futuro — não por acaso, já que 'amar' e 'querer' são empregados em várias línguas como sinônimos (cf. italiano: *ti voglio bene*, 'eu te amo', de *volere*, 'querer'); afinal, amar alguém é querer essa pessoa sempre ao nosso lado.

Por isso, afirma Lyons (1968: 310), "para a teoria sintática geral, podemos tomar como axiomático o fato de que a 'futuridade' é uma noção que atravessa a distinção entre modo e tempo". É isso que nos permite usar o tempo futuro como expressão de dúvida ou hipótese: *Será que ele volta logo? Por onde andará o tio Tonico? Já é difícil dirigir com chuva, que dirá numa estrada perigosa como essa...* E também não é por mera coincidência que o futuro do pretérito, um tempo verbal, tem a mesma forma do condicional, um modo...

As pesquisas linguísticas sobre o PB têm deixado muito claro que existem tempos verbais que nós já deixamos de usar há muito tempo na maioria dos gêneros falados e escritos, enquanto outros tempos já se incorporaram definitivamente à nossa lexicogramática. Por isso, nunca é demais repetir: nem tudo o que aparece nos compêndios gramaticais se usa, nem tudo o que se usa aparece nos compêndios gramaticais. E mesmo aquilo que se usa e aparece ali não é exposto e descrito conforme a realidade contemporânea da língua. Vamos examinar alguns casos.

O presente do indicativo é o verbo em sua forma não-marcada [▸476]. Para o filósofo Aristóteles, o presente era o único tempo verbal digno desse nome: os demais eram "declinações" ou "casos" do presente. Justamente por isso, ele pode ser usado na expressão de todos os demais tempos:

(182) Empregada é morta em sequestro de casal em São Paulo. (*Folha de S.Paulo*, 17/2/2011) → presente pelo pretérito perfeito ('foi morta')

(183) Sem acordo sobre aluguel, Belas Artes fecha na próxima semana. (*Folha de S.Paulo*, 17/2/2011) → presente pelo futuro do presente ('vai fechar')

(184) imagine se alguém começa por favor quer me dar... um: pastel de na de nata uma torta... o garçom estranha um pouco. (NURC/REC/337) → presente pelo imperfeito e/ou futuro do subjuntivo e pelo futuro do presente e/ou condicional presente ('começasse'/'ia estranhar' ou 'começar'/ 'vai estranhar')

(185) Meu problema é que eu só ia ficar com cara de mal se fosse maquiado como o palhaço do Spawn... Se eu abro a boca, todo mundo ia rir! (http://www.coxacreme.com.br/2008/04/22/onde-esta-o-prazer/acesso em 17 fev 2011) → presente do indicativo pelo imperfeito do subjuntivo ('abrisse').

O pretérito perfeito simples, forma marcada como perfectiva, também pode ser usado com outros valores aspectuais:

(186) A casa que eu morei quando eu era menina, era uma casa assim bem comprida sabe, aquelas com, bem comprida, mesmo né [...] (NURC/RJ/011) → pretérito perfeito pelo pretérito imperfeito do indicativo ('morava')

(187) Eu me lembro uma vez que o papai chegou em casa, ele conseguiu chegar em casa e eu não tinha chegado, que minha professora é que me trazia. (NURC/RJ/347) → pretérito perfeito pelo mais-que-perfeito do indicativo ('tinha chegado', 'tinha conseguido')

(188) Escreveu, não leu, pau comeu → pretérito perfeito pelo futuro do presente ('vai comer').

(189) Se você for de ônibus, quando chegar no aeroporto eu já entrei no avião → pretérito perfeito pelo futuro do presente composto ('vou ter entrado').

(190) Quem deixou de entregar a declaração de Imposto de Renda do ano passado já está com seu CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) suspenso. (http://www.calcule.net/calculos.trabalhistas/noticias/acesso em 17 fev 2011) → pretérito perfeito pelo futuro do subjuntivo composto ('tiver deixado')

Também o pretérito imperfeito do indicativo se presta a usos desse tipo:

(191) passando assim mais agora para o campo de filme... eu queria saber qual o tipo de::o que mais chama atenção da senhora no que diz respeito a cinema. (NURC/RJ/328) → imperfeito pelo presente (para atenuação ou polidez) ('quero')

(192) Eu conheci a Silmara num dia, no dia seguinte eu já me mudava para a casa dela. → imperfeito pelo pretérito mais-que-perfeito ('tinha me mudado')

(193) Se eu sabia que esse livro era tão ruim, nem tinha comprado. → imperfeito do indicativo pelo imperfeito do subjuntivo ('soubesse')

(194) "Se essa rua, se essa rua fosse minha, eu mandava, eu mandava ladrilhar..." → imperfeito pelo condicional presente ('mandaria')

O uso do imperfeito no lugar do condicional presente é o único que se admite com o verbo *querer*. No PB jamais se diz "eu *quereria* te pedir um favor", mas sempre "eu *queria* te pedir um favor". No NURC-Brasil encontramos, por exemplo:

(195) eu *queria* saber qual o tipo de::o que mais chama atenção da senhora no que diz respeito a cinema? (NURC/SP/234)

Outro verbo também muito empregado no imperfeito, e não no condicional, é *preferir*. A forma *preferia* é muito mais frequente do que *preferiria* na formulação de um desejo expresso de forma atenuada, modalizada:

(196) eu *preferia* deixar evidentemente essa questão... a um consultor jurídico que ele poderia então lhe dar: um resposta mais conclusiva... a esse respeito. (NURC/REC/131)

Na fala das crianças, o imperfeito do indicativo é usado para a referência a mundos imaginários e para a designação de papéis a serem desempenhados pelos participantes de um jogo ou brincadeira. Esse uso foi registrado poeticamente por Chico Buarque na letra de sua composição "João e Maria", com música de Sivuca:

Agora eu era o herói
e o meu cavalo só falava inglês,
a noiva do caubói
era você, além das outras três.
Eu enfrentava os batalhões,
os alemães e seus canhões,
usava o meu bodoque
e ensaiava o *rock* para as matinês.

O pretérito mais-que-perfeito do indicativo, em sua forma simples — *falara, vendera, partira* —, não faz parte do vernáculo dos brasileiros. Em seu lugar usamos a forma composta — *eu tinha falado / você tinha vendido / ele tinha partido* —, sempre com o verbo auxiliar *ter*, reservando o auxiliar *haver* para os GTM. No entanto, em alguns usos já bem estereotipados, é possível usar o mais-que-perfeito simples:

(1) na sentença principal e na subordinada para formulação de hipótese. É célebre o verso de Camões em *Os Lusíadas* em que ele escreve: "Se mais terras houvera, lá chegara [o português]", isto é, em linguagem corrente, "se mais terras *houvesse*, lá *chegaria*". Essa construção é um puro *latinismo*: no latim clássico, o mais-que-perfeito era usado nas duas sentenças para formulação de hipóteses. No desenvolvimento das línguas românicas, os falantes passaram a empregar tempos diferentes em cada uma das sentenças. No PB, usamos o imperfeito do subjuntivo e o futuro do pretérito (ou, como prefiro, o condicional presente). Em sua canção "O estrangeiro", Caetano Veloso, em intertextualidade direta com Camões, escreve e canta, ao se referir à baía da Guanabara: "E eu menos a conhecera, mais a amara?";

(2) em textos literários ou mais rebuscados, é comum encontrar a forma fora no lugar de *fosse*, principalmente em negativas: "Se as coisas são inatingíveis... ora! / Não é motivo para não querê-las... / Que tristes os caminhos, se não fora/ A presença distante das estrelas!" (Mário Quintana);

(3) sob a forma de expressões optativas cristalizadas: *pudera, tomara, quisera, quem dera*: "Quem me dera agora eu tivesse a viola pra cantar!" ("Ponteio", Edu Lobo e Capinam); "Tomara que chova logo, tomara, meu Deus, tomara / Só deixo meu Cariri no último pau-de-arara" ("Último pau-de-arara", Venâncio, Corumbá e J. Guimarães).

Vamos assinalar, por fim, alguns outros tempos verbais que costumam ser usados com o que Castilho (2010) chama de sentido "metafórico":

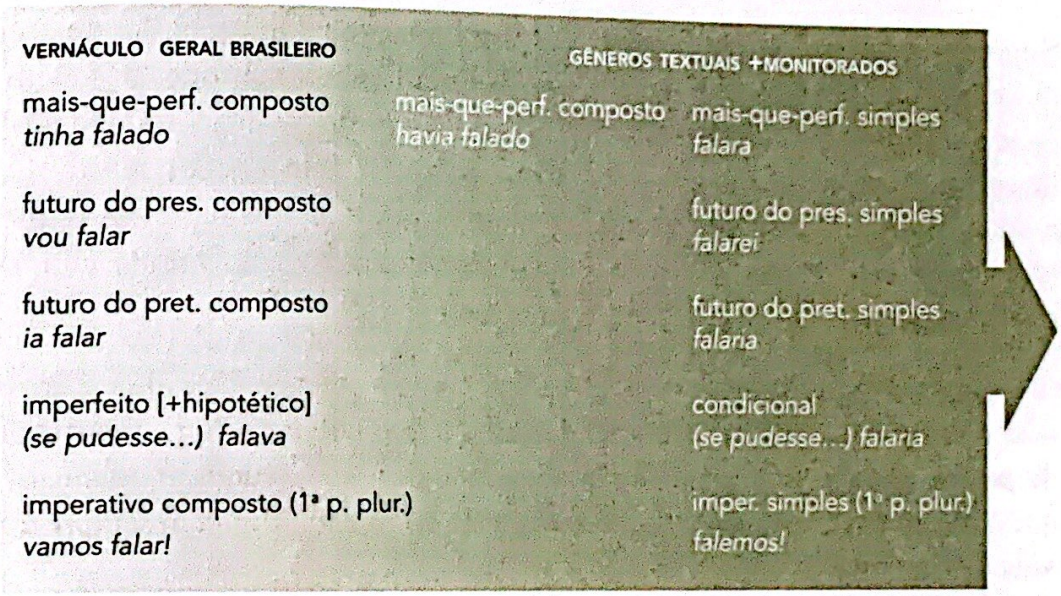
(1) o futuro do presente pode expressar dúvida ou conjetura, sendo usado no lugar do presente do indicativo: "Onde estará o meu amor? / Será que vela como eu? / Será que chama como eu? / Será que pergunta por mim? / Onde estará o meu amor?" ("Onde estará o meu amor?", Chico César)

(2) O condicional presente é usado no lugar do presente do indicativo em expressões de atenuação, cortesia ou polidez: "agora talvez ele goste de ficar na cama até mais tarde... não seria conveniente mudá-lo de período escolar?" (NURC/SP/360)

(3) O pretérito perfeito composto pode ser usado no lugar do futuro do presente composto. É um uso muito frequente nas variedades nordestinas do PB. Exemplo: "Se você tomar o ônibus das sete horas, às nove você já tem chegado em

Caruaru". Esse mesmo tempo pode aparecer no lugar do mais-que-perfeito do subjuntivo: "Vejam como Deus escreve direito por linhas tortas, pensa ele. Se mana Piedade tem casado com Quincas Borba, apenas me daria uma esperança colateral. Não casou; ambos morreram, e aqui está tudo comigo; de modo que o que parecia uma desgraça..." (Machado de Assis, "Quincas Borba", cap. 1)

Se dispusermos os tempos verbais habitualmente listados pela TGP num eixo que vai do vernáculo geral brasileiro até os gêneros textuais mais monitorados, vamos ver que alguns desses tempos só ocorrem, hoje em dia no PB, nesses GTM:



Além disso, outras particularidades de uso também podem ser distribuídos nesse eixo:

(1) o uso do auxiliar *haver* no lugar de *ter* está reservado aos GTM. O auxiliar *haver* não pode ser usado em todos os tempos compostos, ao contrário do auxiliar *ter* — ninguém diz *hei ido muito ao cinema ultimamente*...; é muitíssimo raro que alguém diga *espero que ele haja chegado bem*... etc. Mesmo assim, por efeitos da **hipercorreção** [▶949], existe uma verdadeira obsessão no uso do auxiliar *haver* sempre que for possível, sobretudo em GTM ou em fala hipercorreta, como se o auxiliar *ter* fosse uma forma menos "nobre". Isso talvez se deva à implacável perseguição que o verbo *ter*, com sentido existencial, tem sofrido por parte dos puristas mais empedernidos;

(2) as formas compostas inovadoras *irei falar* e *iria falar* só ocorrem nos GTM e são, mais uma vez, frutos da hipercorreção. Considerando a forma *falarei* muito "pedante" e a forma composta *vou falar* muito "informal", muitas pessoas adotam uma solução de compromisso: conjugam o auxiliar no futuro simples (*irei*) exagerando a ideia de futuro que já está desde sempre implicada na semântica do verbo *ir* (todo deslocamento no espaço, toda *ida*, é também um deslocamento no tempo). O mesmo vale, menos frequentemente, para a forma *iria falar* no lugar de *falaria* ou de *ia falar*. Essas composições ocorrem exclusivamente na fala/

escrita monitorada de pessoas letradas e, portanto, não pertencem ao vernáculo geral brasileiro. No *corpus* do NURC-Brasil, por exemplo, tem só uma ocorrência desse futuro ("irá existir") e desse condicional ("iria exigir").

12.10.4 Voz

A voz do verbo (também chamada de diátese) é a propriedade que nos informa sobre a relação entre o estado de coisas referido e os participantes do que é relatado.

SUJEITO E OBJETO, AGENTE E PACIENTE: Para uma boa compreensão do conceito de voz verbal, convém distinguir os papéis sintáticos e semânticos dos elementos da sentença. As noções de sujeito e objeto direto designam a função sintática dos elementos que se organizam em torno do verbo. Já as noções de agente e paciente nos informam sobre o papel semântico desempenhado por esses mesmos elementos. É importante, então, não confundir sujeito com agente nem objeto com paciente.

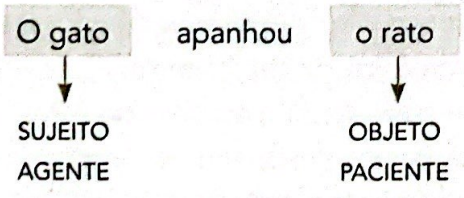
O termo agente provém do verbo agir, assim como o adjetivo ativo. Já paciente provém do particípio presente (*patiens*) do verbo latino *patior*, 'sofrer', mesma origem de *passivo*, *paixão* (< *passione-*). Por isso é comum, nos estudos gramaticais, dizer que o objeto direto, por exemplo, "sofre" a ação do sujeito. Mas nem sempre é assim. Veja, por exemplo:

(197) A seleção de basquete da Sérvia apanhou feio da Argentina.

Embora o verbo esteja na voz ativa, seu significado faz com que o sujeito ("a seleção de basquete da Sérvia") seja, aqui, paciente, pois foi a seleção sérvia que sofreu a derrota diante da argentina. Sendo agente e paciente categorias *semânticas*, é logicamente a *semântica* do verbo que vai determinar os papéis dos elementos sintáticos da sentença:

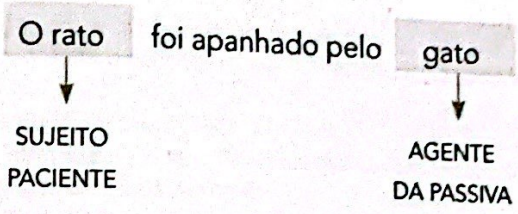
(198) O gato caiu do telhado. → *gato*: sujeito/paciente
(199) O palácio desabou com o terremoto. → *palácio*: sujeito/paciente
(200) O feijão queimou na panela. → *feijão*: sujeito/paciente
(201) Ana sofreu muito com o divórcio. → *Ana*: sujeito/paciente

Na maioria das ocorrências da voz ativa, porém, ocorre a coincidência de sujeito/agente e objeto direto/paciente. Por essa razão, como se viu em [▸476], ela é a forma não marcada quando o assunto é voz do verbo. Vamos examinar o seguinte exemplo:



Já na voz passiva os papéis sintáticos se invertem, mas os papéis semânticos permanecem os mesmos, ou seja, gramaticalmente ocorre uma mudança, na organização

do enunciado, mas no plano da realidade do mundo (ou seja, no nível semântico) não ocorre inversão nenhuma:



O rato, mesmo ocupando o lugar sintático de sujeito, continua sofrendo — literalmente — nas garras do gato, que ocupa agora o lugar de agente da passiva.

A voz passiva se constrói, no PB, única e exclusivamente de forma analítica. A insistência da TGP e de seus seguidores em postular a existência de uma "voz passiva sintética" é uma irracionalidade que vem sendo provada e comprovada por filólogos e linguistas desde o início do século XX. Não existe voz passiva sintética no PB. O que existe, sim, são construções ativas em que o clítico se exerce o papel sintático de sujeito e o papel semântico [indeterminado]. O estudo desse clítico-sujeito será feito em [▸806].

12.10.4.1 Formação da voz passiva

Na voz passiva, usamos predominantemente o verbo auxiliar ser seguido do particípio passado do verbo principal. Para a expressão do agente da passiva, usamos a preposição por. Outros auxiliares e outras preposições também podem ser empregados:

(202) A mesa de negociações está composta por todos os membros da diretoria.
(203) A água é composta de oxigênio e hidrogênio.
(204) O povo da cidade ficou escandalizado com o comportamento do prefeito.
(205) O barco que lidera a regata vem dirigido pelos irmãos Rômulo e Remo.
(206) A seleção de basquete que embarca hoje vai formada pelos campeões do ano passado.
(207) Apesar dos protestos, o time segue digirido pelo técnico Onecir.
(208) O cargo de gerente continua ocupado pela sra. Carolina Ferreira.

A voz passiva também é usada com frequência quando não se quer, não se precisa ou não se pode (no sentido de ter condições tanto quanto de não ter permissão) enunciar o agente:

(209) Olinda é uma cidade que já foi assassinada há muito tempo. (NURC/REC/005)
(210) ...agora com a renovação que fizeram nesse trecho que foi duplicado...da Bahia-Feira... ela está muito bem sinalizada. (NURC/REC/005)
(211) aí vai ao forno e junto vai também já preparado o arroz que foi feito à parte e mistura então os frutos do mar. (NURC/POA/291)

Na vitória da análise sobre a síntese [▸445] no processo de mudança histórica das línguas românicas, em todas elas se desenvolveu a passiva analítica, ao passo que no latim clássico a voz passiva no presente era sintética, isto é, paradigmática, dotada de flexões próprias:

- amor 'sou amado/a'
- amaris 'és amado/a'
- amatur 'ele/ela é amado/a'
- amamur 'nós somos amados'
- amamini 'vós sois amados/as'
- amantur 'eles/elas são amados/as'

Para a expressão da voz passiva no passado, o latim usava uma forma composta — amatus sum — que, apesar da aparência, significa 'fui amado/a'. A noção de passado está presente no particípio amatus ('que foi amado'), já que o latim dispunha de particípios presente (amans) e futuro (amaturus). Assim, amatus sum significava 'eu fui [= sou aquele que foi] amado'.

A TGP ensina que todo verbo transitivo direto, indistintamente, pode ser convertido para a voz passiva. No entanto, se isso vale para a teoria, na prática a coisa é bem diferente. Existem sentenças com verbo transitivo direto que não permitem uma conversão à voz passiva sem provocar estranhamento aos falantes da língua. Observe:

(212a) Nicinha lavou roupa para fora durante muito tempo.
(212b) *Roupa foi lavada para fora por Nicinha durante muito tempo.

(213a) O projeto do governo encontrou forte resistência no Congresso.
(213b) *Forte resistência foi encontrada pelo projeto do governo no Congresso.

(214a) Orlene fala alemão.
(214b) *Alemão é falado por Orlene.

(215a) Esse empresário detém uma fortuna incalculável.
(215b) *Uma fortuna incalculável é detida por esse empresário.

(216a) O hotel tem 123 apartamentos.
(216b) *123 apartamentos são tidos pelo hotel.

Camacho (2002: 300) nos lembra que o conceito de "transitivo" é mais semântico do que morfossintático. Castilho (2010: 437), por sua vez, inclui motivações discursivas para a formulação das construções passivas. Não se trata apenas, diz ele, de "derivar a voz passiva da ativa". Esses argumentos nos permitem combater o mito da "equivalência" com que a TGP tenta nos convencer de que, por exemplo, *alugam-se salas* deve ter o verbo no plural porque "equivaleria" a *salas são alugadas*.

A opção do falante pela voz ativa ou pela voz passiva não é indiferente. Recorrendo ao conceito de marcado e não-marcado [▸476], definimos a voz passiva como marcada, de modo que recorrer a ela envolve uma intencionalidade da parte do locutor.

Em seu minucioso estudo das vozes verbais no PB falado, Camacho mostra, entre outras coisas, que na voz passiva o paciente "é mais tópico que o agente" (p. 303), ou

seja, a construção passiva transforma o paciente, normalmente em segundo plano na sintaxe (e frequentemente representado pelo objeto), em tópico:

(217) uma comida, ah, indiana que se faz muito na China, a mulher dele que sabia mais, me convidou pra esse negócio, ... comendo uma comida tipicamente indiana, mas que **foi adotada pela China**. (NURC/POA/291)→ *o tópico conversacional é comida, de modo que a construção "foi adotada pela China" preserva essa topicalidade, o que não ocorreria com "comida ... que a China adotou".*

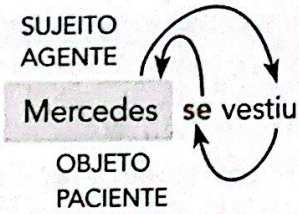
(218) ocorre a guerra e...nada nessa história acontece por acaso, não é? se...realmente **a guerra foi perdida pelos países do Eixo**, é que as condições...sociológicas, econômicas e políticas etc. etc. fizeram com que **fosse perdida a guerra**. Entretanto, foi uma guerra geral, né? (NURC/RJ/379) → *trata-se de uma aula de universidade sobre a II Guerra Mundial e suas consequências para o Japão. Aqui também a passiva é usada como uma forma de preservar o tópico.*

(219) em igrejas bonitas...as igrejas de Olinda...são BEM melhores...tavam todas quase todas... uma grande quantidade de igrejas de Olinda tavam descaracterizadas...agora o patrimônio histórico tá uma comissão trabalhando permanentemente em Olinda e o patrimônio histórico tá restaurando...as igrejas de Olinda...você vê agora o seminário tá quase todo restaurado tá em restauração a Sé pra colocar no no na arquitetura inicial tal qual **ela foi construída**. (NURC/REC/005)

(220) isso é um problema econômico é o mesmo caso agora (vai entrar o técnico pra dar) a/ a satisfação...acontece o seguinte a sinalização...é um/ uma etapa cara da estrada...mas...é indispensável à segurança de tráfego...quer dizer...aquele/ aquela sinalização feita na Salvador-Feira é exatamente um/ uma sinalização feita para estradas de GRANDE movimento... então **ela foi pintada** com uma tinta especial...com película grossa... (NURC/REC/005)

12.10.4.2 A voz reflexiva

Além da ativa e da passiva, também existe a **voz reflexiva**, isto é, aquela em que o sujeito/agente e o objeto/paciente coincidem:



O que caracteriza a voz reflexiva é a presença dos clíticos no caso oblíquo: **me, te, se, nos.**

É preciso fazer a distinção entre verbos na voz reflexiva e verbos que apresentam o clítico sem que o sujeito seja de fato agente e paciente da ação. Na tradição gramatical, eles são chamados de "verbos pronominais". Uma vez que estamos dando, nessa gramática, um tratamento diferente aos pronomes da TGP, vamos chamar esses verbos de **verbos pseudorreflexivos**. São principalmente os verbos *atrever-se, arrepender-se, comportar-se, despedir-se, orgulhar-se, indignar-se, queixar-se, ufanar-se, admirar-se, sair-se* (bem ou mal) entre outros, nos quais, como explica Bechara (1999: 223), "não se percebe mais a ação rigorosamente reflexa, mas a indicação de que a pessoa a que o verbo se refere está vivamente afetada". Incluo nesse grupo verbos como *batizar-se, chamar-se, formar-se* que para alguns autores exprimem passividade (como se houvesse equivalência entre *me batizei na igreja de S. Jorge* e *fui batizado na igreja de S. Jorge*). Uma vez que rejeito qualquer tipo de "equivalência"

entre as construções ativas, passivas e com clítico-sujeito *se*, hospedo esses verbos na casa dos pseudorreflexivos.

Em algumas variedades do PB, especialmente em Minas Gerais, é frequente o apagamento do clítico reflexivo ou pseudorreflexivo:

(221) Eu ø formei em Direito no ano passado.
(222) Meu filho ø chama Pedro também.
(223) Nós ø mudamos da Pampulha para a Savassi.
(224) Eu ø assustei quando ouvi aquele trovão!
(225) A Graça foi ø queixar com a diretora.

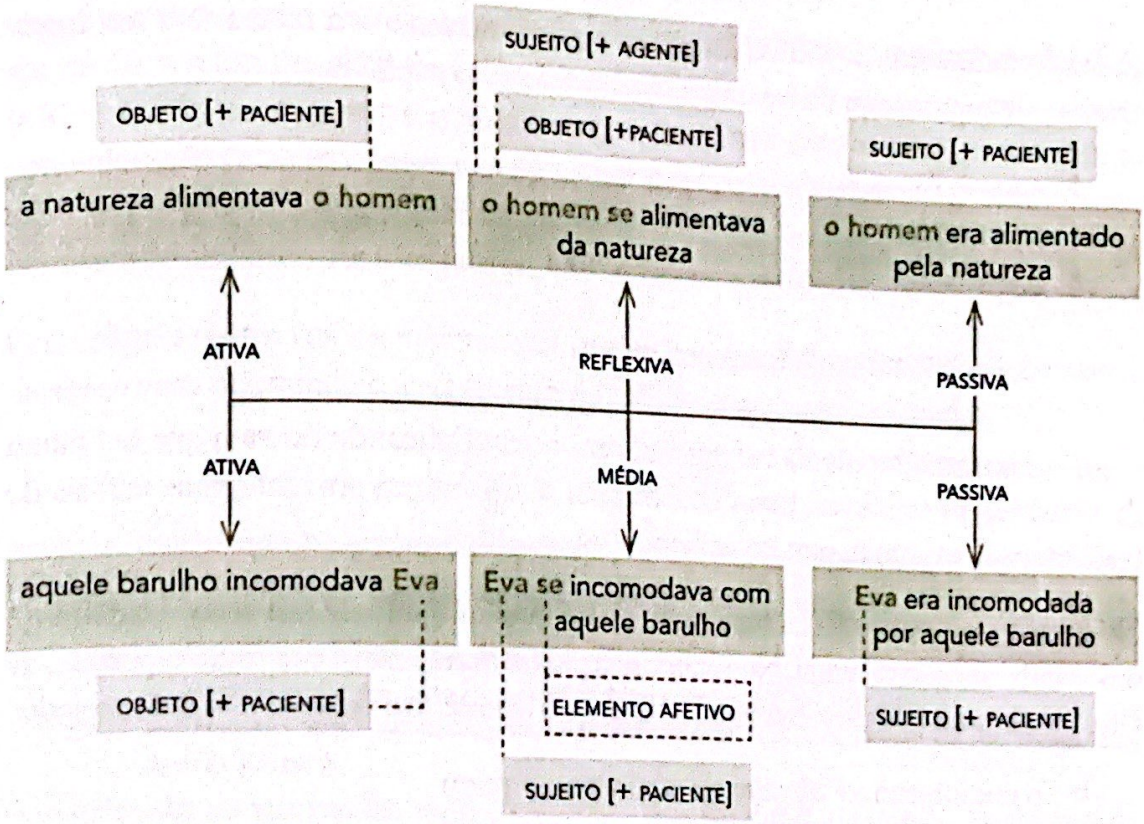
12.10.4.3 A voz média

Embora sistematicamente deixada de lado pela TGP e pelo ensino de língua inspirado nela, existe também a voz média do verbo. O bom entendimento dessa noção nos permite analisar de modo mais claro diversos fenômenos de mudança ocorridos no PB. Existe, infelizmente, um confusão entre voz média e voz reflexiva (cf. dicionário *Houaiss*, por exemplo), porque em ambas ocorre o clítico no caso oblíquo. No entanto, uma observação atenta nos mostra que existe uma diferença notável entre os dois enunciados seguintes:

(226) NO fim das FEStas... o pessoal começa... a pegar todos os arranjos do salão... né? e::o meu marido peDIU para as senhoras que não não fizessem isso porque tinha outra festa noutro dia e eles queriam deixar o salão arruMAdo né? e ah:: o pessoal se incomodou e chamou o MEU marido de grosseiro... (NURC/SP/234)
(227) o homem se alimenta do meio em que está... alimentar-se no sentido amplo da palavra... respira o oxigênio... bebe a água. (NURC/REC/ 216)

Em (226) não tem cabimento dizer que "o pessoal se incomodou a si mesmo", sendo mais plausível a interpretação de que "o pessoal ficou incomodado". Já em (227), a única interpretação possível é a de que "o homem se alimenta a si mesmo", dá alimento para si mesmo. Enunciados como (226) podem ser designados como tendo seu verbo na voz média, "designação [que] tem a vantagem de caracterizar a construção pronominal como um meio termo entre a voz ativa e a voz passiva" (Azeredo, 2008: 278). Como propõe esse mesmo autor, o rótulo de reflexiva só deve ser aplicado às construções nas quais o sujeito acumula os papéis semânticos de agente e paciente, deflagrando uma ação que retorna, que se *reflete*, sobre ele mesmo.

A voz média é precisamente aquela em que os verbos são pseudorreflexivos, citados acima, verbos em que o clítico oblíquo não exerce função sintática alguma, sendo mero elemento de realce da afetividade [▶590] implicada na situação. Retomando as palavras de Bechara, nesses verbos (e na voz média, portanto) "não se percebe mais a ação rigorosamente reflexa, mas a indicação de que a pessoa a que o verbo se refere está vivamente afetada". De fato, esse clítico faz parte do verbo: tanto é assim que nos dicionários não aparecem os verbos *queixar*, *arrepender*, *ufanar*, *atrever*, mas sim queixar-se, arrepender-se, ufanar-se, atrever-se porque — ao menos na norma-padrão — eles só podem ocorrer com seu clítico, que é mero elemento de ênfase afetiva.



O caráter pseudorreflexivo da voz média tem provocado, no PB, o apagamento do clítico oblíquo — desprovido de qualquer função sintática — quando o sujeito apresenta o traço semântico [–animado]. Verbos que exigem um sujeito [+agente] [+animado] conservam em geral o clítico. Quando, porém, o sujeito é [+paciente] [–animado], a tendência é ao desaparecimento do clítico:

SUJEITO [+AGENTE] [+ANIMADO] = +CLÍTICO		SUJEITO [+PACIENTE] [–ANIMADO] = –CLÍTICO	
(228)	Acho que a es/ a criança deve ir o mais cedo possível a escola (né)?...e...uma coisa que eu não me arrependi foi ter botado ela com um ano e quatro meses... (NURC/SSA/231)	(229)	Professor, fomos viajar, o pneu ø furou, não conseguimos consertá-lo, tivemos mil problemas, e por conta disso tudo nos atrasamos, mas gostaríamos de fazer a prova. <http://principefutil.blogspot.com/2009/11/qual-pneu-furou.html, acesso em 6 mar 2011>
(230)	eu acho que é através do aproveitamento durante o curso...o doen/ o estudante se comporta durante o curso. (NURC/REC/131)	(231)	A porta ø abriu. Amarrotado, com cara inchada, tirando a sujeira do canto dos olhos. Ele saía para trabalhar, e esperava pacientemente a chegada do elevador. A porta ø abriu. Querido, esqueceu o celular. <http://www.baconfrito.com/conto-a-porta.html, acesso em 6 mar 2011>
(232)	Arnaldo se queixava muito, a questão de, de material pra carro, por exemplo. (NURC/RJ/140)	(233)	Hoje quando cheguei em casa, minha mulher me contou a tragédia que aconteceu. Ela estava fazendo limpeza na área, e bateu com o rodo na quina do aquário, a batida foi tão forte que o vidro ø quebrou um pouco na quina. Ele não trincou e nem ø quebrou para vazar água. <http://www.ciclideosonline.com/forum/viewtopic.php?f=13&t=6989, acesso em 6 mar 2011>

O desaparecimento do clítico faz desaparecer também a voz média. No seu lugar, surgem sentenças com verbos transitivos sem objeto explícito:

- o pneu furou [?]
- a porta abriu [?]
- o vidro quebrou [?]

12.10.4.4 A ergatividade no PB

Com o desaparecimento da voz média, vem se multiplicando no PB o que se chama de construções ergativas. Essas construções se organizam em sintagmas verbais do tipo intransitivo, isto é, sem complementos.

No entanto, o ergativo é um caso sintático no qual o sujeito de um verbo transitivo é o paciente da ação relatada. Nessas construções, o objeto não é explicitado porque, de fato, ele ocupa a posição de sujeito, enquanto o agente real da ação não é enunciado:

- o pneu furou → *alguém ou algo* furou o pneu
- a porta abriu → *alguém ou algo* abriu a porta
- o vidro quebrou → *alguém ou algo* quebrou o vidro

caso ergativo

Nessas construções, o sujeito parece agir, "trabalhar" (a palavra grega *érgon* significa 'trabalho'), uma vez que concorda com o verbo. No entanto, o sujeito é quem "sofre" a ação.

A construção ergativa nos permite produzir sentenças que, por exemplo, para um falante de português europeu, soam agramaticais, isto é, inaceitáveis, porque nelas aparentemente "falta" alguma coisa, um lugar sintático fica vazio:

(234) — Você trouxe o seu computador?
— Não, ele está consertando ø.
(235) — Você viu o meu vestido novo de alcinha?
— Acho que ele está lavando ø.
(236) O buquê estava lindo, mas com a ventania ele desmanchou ø.
(237) O livro caiu na poça d'água e molhou ø todo.
(238) Puxei o lençol do varal com muita força e ele rasgou ø no meio.
(239) Vou lá fora ver se a piscina já encheu ø.
(240) Aonde fala ø essa língua?
(241) Que planta esquisita... será que isso come ø?
(242) Onde é que compra ø esse doce?
(243) Seu livro novo está vendendo ø bem?

Observe que todos os sujeitos desses verbos estão conjugados na não-pessoa, de modo que o clítico (supostamente) reflexivo que se apagou foi se. O emprego desse clítico

tem passado por uma série de transformações importantes na nossa língua. Hoje em dia, sua única função, além de índice de reflexividade, é a de sujeito indeterminado [▸813]. Infelizmente, a TGP e seus seguidores não reconhecem os novos papéis desempenhados pelo se no PB e condenam qualquer uso não tradicional como "erro", numa atitude que despreza a possibilidade de examinar a língua sob uma ótica científica. No capítulo dedicado aos mostrativos [▸803], vamos nos deter no estudo desse clítico.

Com alguns outros verbos, mesmo com sujeito [+animado] e sobretudo [+humano], também vem ocorrendo o apagamento do clítico. Um enunciado como

Vou operar amanhã,

poderia, teoricamente, ser proferido tanto por um médico quanto por um paciente. O contexto e o cotexto é que permitem determinar o sujeito:

(244) — E aquela cirurgia na vista? Já fez?
— Ainda não, eu vou operar amanhã. Meu médico estava viajando.

(245) — O estado dessa paciente piorou nos últimos dias. Não posso mais adiar a cirurgia. Vou operar amanhã.

A construção na voz média, com o clítico — vou me operar amanhã — perde cada vez mais terreno para a construção ergativa. Além disso, também é possível encontrar o verbo transitivo seguido de objeto — nesses casos, temos um sujeito [+paciente] e um objeto também [+paciente]:

(246) porque eu operei a vesícula [...] minha empregada tinha que me botar no ônibus... mas é isso sabe... eu operei um olho. (NURC/RJ/18)

(247) Operei a hérnia cervical. Posso voltar a correr? (http://www.webrun.com.br/home/n/operei-a-hernia-cervical-posso-voltar-a-correr/9919, acesso em 7 mar 2011)

(248) Operei o coração quando era soldado da FAB. (http://forum.jus.uol.com.br/206674/operei-o-coracao-quando-era-soldado-da-fab/, acesso em 7 mar 2011)

Observe que quando o sujeito do verbo não é o próprio paciente, o clítico reaparece na sua função canônica de objeto direto:

(249) Quem me operou foi o Dr. Marcelo Roque com assistência do Dr. Renato (foi um alívio vê-lo lá...) e pelo que soube foi tudo bem durante a cirurgia. (http://www.exgordo.com.br/depoimentos/monica/, acesso em 7 mar 2011)

Esse mesmo fenômeno ocorre com o verbo reprovar. Em princípio, esse verbo não admitia o clítico pseudorreflexivo, de modo que somente um professor podia reprovar um estudante. Na linguagem escolar, no entanto, esse verbo passou a ser empregado amplamente em construções ergativas, ou seja, com sujeito [+paciente]:

(250) Eu reprovei em 6 matérias do 2° ano do ensino médio, tem como passar em outro colégio? (http://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20110111140431AAH9FAM, acesso 7 mar 2011)

(251) Eu reprovei e vou voltar para a mesma escola o que fazer? (http://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20110103190429Aakmulf, acesso 7 mar 2011)

(252) Você já reprovou na prova prática do DETRAN? (http://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20100829135954AawCfBA, acesso 7 mar 2011)

Para nós, falantes do PB, esse tipo de construção não provoca nenhuma ambiguidade, é perfeitamente gramatical (no sentido de aceitável). O mesmo vale para enunciados como:

(253) minha lua de mel eu passei em Petrópolis... eu vou todo mês... a Minas... na cidade de Piraúba porque meu marido só corta cabelo em Piraúba... (NURC/RJ/19)

Sabemos, por nosso conhecimento de nossa cultura e da situação de interlocução, que quem corta o cabelo não é a própria pessoa referida. Em inglês e francês é inaceitável alguém dizer "eu cortei o cabelo" se não tiver sido ela mesma a agente. Em inglês será preciso dizer *I had my hair cut* (literalmente: 'tive meu cabelo cortado'), e em francês, *je me suis fait couper les cheveux* (literalmente: 'eu me fiz cortar os cabelos').

São muitos os verbos do PB que permitem construções ergativas:

1. Verbos transitivos que podem ser usados intransitivamente quando o sujeito do verbo intransitivo é [+paciente] [+inanimado]:

   (254a) Eu afundei o barquinho.
   (254b) O barquinho afundou → *ergativo*

   (255a) O governo aumentou o salário mínimo.
   (255b) O salário mínimo aumentou. → *ergativo*

   (256a) Eu comecei o curso de alemão.
   (256b) O curso de alemão começou. → *ergativo*

   Outros verbos: *melhorar, piorar, acabar, acordar, congelar, esfriar, esquentar, estragar, engordar* etc.

2. Verbos pseudorreflexivos, derivados de verbos transitivos diretos, em que o clítico tem mero valor afetivo: *concentrar-se, interessar-se, desenvolver-se, congratular-se, enervar-se, rasgar-se, estragar-se, desmanchar-se, envergonhar-se, suicidar-se, entristecer-se, alegrar-se, decepcionar-se, aborrecer-se, irritar-se* etc. — observe que vários desses verbos se referem a sensações e sentimentos, o que explica a presença do clítico de realce afetivo. São todos verbos que também podem ser empregados em construções transitivas diretas: *eu desenvolvi um projeto; a atitude do ator enervou a plateia; aquele caso envergonhou nossos pais* etc.

3. Verbos pseudorreflexivos, transitivos na voz ativa, empregados na formulação da voz média, em que o clítico também não exerce função sintática: *incomodar-se, abrir-se, fechar-se, quebrar-se, partir-se, furar-se* etc. — quando o sujeito é [–animado], o clítico frequentemente é apagado, gerando construções de aparência intransitiva: *a porta fechou, o vidro quebrou, o pneu furou, a taça partiu* etc.

4. Verbos transitivos em que o sujeito é [+paciente] tanto quanto o objeto — *operei a garganta, cortei o cabelo, fiz um implante dentário, quebrei a perna no acidente, machuquei o dedo no alicate* etc.

5. Verbos transitivos cujos objetos se tornam sujeitos [+pacientes] de verbos intransitivos:

(257a) O professor reprovou Alzira por excesso de faltas.
SUJEITO OBJ DIR

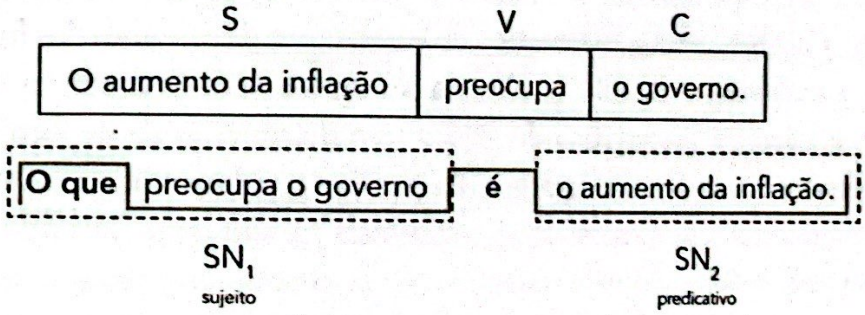
(257b) Alzira reprovou por excesso de faltas.
SUJEITO

A noção de ergatividade nos ajuda a entender muitos fenômenos interessantes no PB. Graças a ela podemos rejeitar as análises dos puristas que só conseguem examinar a língua pela ótica do "erro"[8].

12.10.4.5 Clivagem e ter + *particípio passado*

Em seu estudo sobre o verbo, Ilari e Basso incluem entre as possibilidades de voz duas estruturas não contempladas nos capítulos dedicados às vozes verbais nas gramáticas tradicionais.

A primeira estrutura é a da clivagem, isto é, 'separação', 'rachadura'. Uma sentença em sua constituição não-marcada é dividida pelo verbo *ser* em dois grandes sintagmas nominais. Por meio da clivagem, a sentença adquire um caráter marcado, em que ocorre topicalização do sintagma verbal que, na nova sentença, se torna um sintagma nominal, sujeito do verbo *ser*:



A segunda estrutura de voz considerada pelos autores é a fórmula

X + ter + Y + particípio passado,

que ocorre raramente na fala espontânea, mas aparece às centenas nos textos jornalísticos contemporâneos:

(258) Motorista diz que teve carteira suspensa pelo Detran-MG sem ser comunicado. (*Estado de Minas*, 28/1/2011)

[8] Recentemente, outro verbo passou a ser usado em construções ergativas: restituir, quando se trata de Imposto de Renda. Sobretudo entre os contadores profissionais, no lugar de se dizer "Você vai receber restituição de I.R.", é comum ouvirmos "Você vai restituir", em que o sujeito ('você') não é agente.

(259) Quem teve o nome incluído na lista de ontem tem até 27 de março para procurar o consórcio [...] Até o momento, 230 pessoas, de um total de 8 mil inscritos no programa, tiveram o cadastro revisto e aprovado pelo governo. (*Correio Braziliense*, 22/3/2011)

(260) Policiais que balearam adolescente em Manaus têm prisão decretada. (*Jornal do Brasil*, 20/4/2011)

(261) Roriz, Jader Barbalho, no Pará, e Cássio Cunha Lima, na Paraíba, tramaram tudo; a renúncia era o *"plano B"* deles — que tiveram as candidaturas impugnadas com base na lei da *"Ficha Limpa"*. (*Correio do Povo*, Alagoas, 28/9/2010)

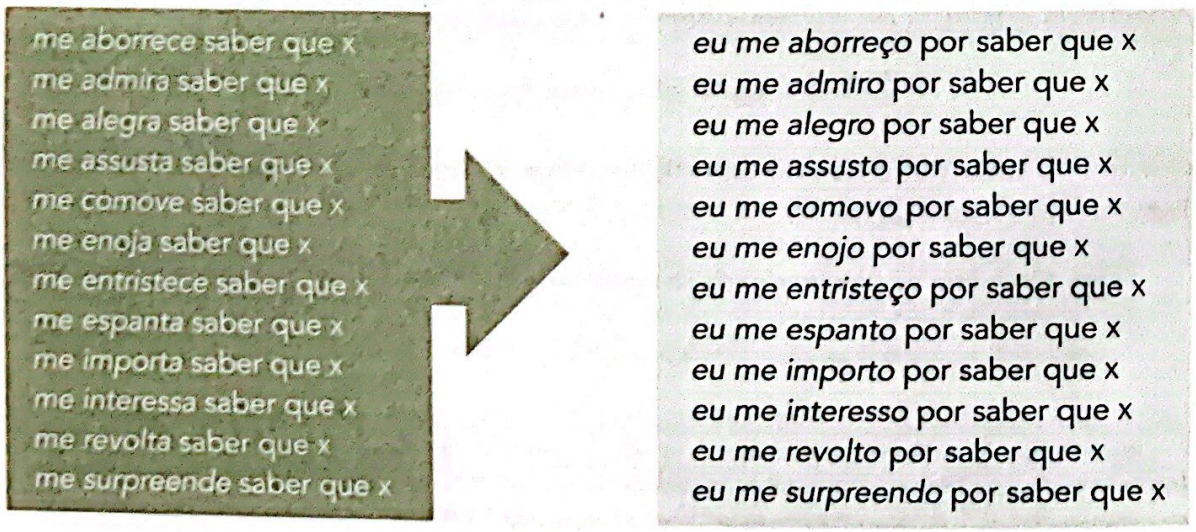
(262) Neguinho da Beija-Flor tem carro apreendido durante blitz no Rio. (*O Estado de S. Paulo*, 18/2/2011)

12.11 A EXPRESSÃO DA AFETIVIDADE

Falamos mais acima da *afetividade* presente nos verbos pseudorreflexivos. Vamos retomar esse conceito agora para explicar outros fenômenos sintáticos do PB decorrentes de mudança linguística.

A estilística clássica chama de afetivo qualquer elemento de linguagem que exprime o interesse pessoal do escritor ou locutor, ou aspectos subjetivos do seu pensamento, e cujo emprego suscita um conjunto de associações emotivas, positivas ou negativas. A psicologia chama de afetividade o conjunto de fenômenos psíquicos experimentados e vivenciados na forma de emoções e sentimentos. O PB apresenta diversos casos de reanálise sintática em que se detecta a intenção do falante de privilegiar, no discurso e na gramática, a função sintática do *sujeito* (em detrimento das funções de *objeto direto e indireto*), a função semântica do *agente* (em detrimento das de *meta* e *receptor*) e a função pragmática do *tópico* (em detrimento da de *foco*). Essa maior afetividade discursiva se correlaciona, do ponto de vista sintático, com uma tendência ao enrijecimento da ordem dos constituintes no sintagma, levando à *gramaticalização* da ordem SVC.

O processo de mudança se deu da seguinte forma:

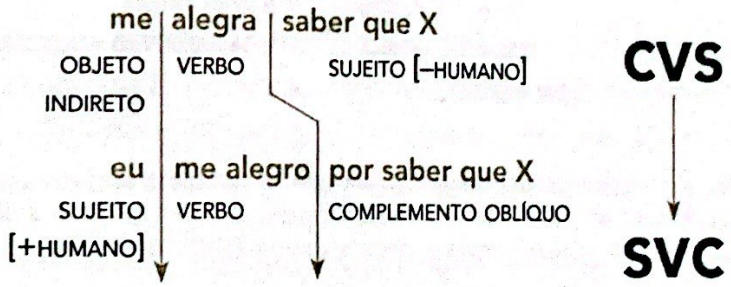


Como se percebe facilmente, todos os verbos envolvidos expressam emoções e sentimentos, ou seja, expressam a *afetividade* que o falante investe no conteúdo relatado. Para concretizar esse investimento afetivo, vários processos de reanálise ocorreram.

As construções sintáticas iniciais tinham a ordem CVS, em que o objeto era indireto: *me* (= *a mim*). Na reanálise, as construções passaram a seguir a ordem SVC que é a ordem característica do PB. Embora nas construções novas apareça um clítico *me*, aparentemente reflexivo, ele não funciona de fato como objeto: a tradição gramatical classifica esse clítico precisamente como "afetivo". É o que postula Bechara, entre outros, num trecho que já citamos (1999: 223):

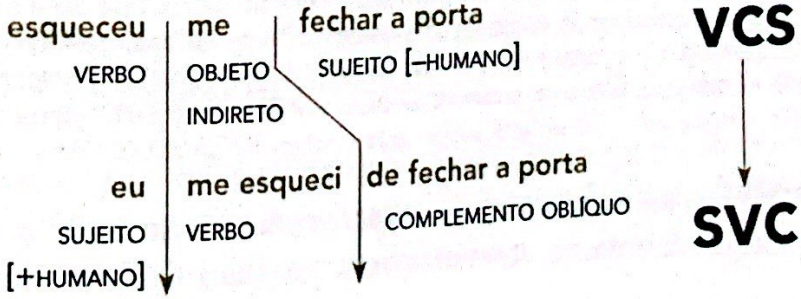
> Com verbos como *atrever-se, indignar-se, queixar-se, ufanar-se, admirar-se*, não se percebe mais a ação rigorosamente reflexa, mas a indicação de que a pessoa a que o verbo se refere está vivamente afetada. [negrito meu]

Nas novas construções, o que antes era objeto indireto (*me*) se transforma em sujeito (*eu*), evidenciando o envolvimento afetivo do falante com o que enuncia. Nas construções iniciais, a função de sujeito era exercida por um infinitivo verbal: [*saber que* X]. Ora, a expressão da afetividade exige um sujeito dotado do traço semântico [+humano], o que não é o caso quando a função é exercida pelo infinitivo:



12.11.1 Esquecer *e* lembrar

O mesmo aconteceu com os verbos *esquecer* e *lembrar*. No português clássico (e no português europeu ainda hoje), esses verbos podiam ter como sujeito um infinitivo verbal ou um substantivo [–humano]: *Esqueceu-me apagar a lâmpada da sala / Esqueceu-me o nome do teu avô / Lembrou-me agora telefonar ao padre José / Já não me lembra o dia em que te conheci.* Como os atos de lembrar e de esquecer só podem ser praticados por seres humanos, os falantes do PB reformularam as construções em que esses verbos aparecem, conferindo a elas, por meio da reanálise sintática e da reordenação dos constituintes da sentença, a devida carga de afetividade:



Como o clítico *me* na nova construção não tem função sintática, é um *pronome de realce*, conforme vimos, ele pode ser dispensado sem maior prejuízo para a interpretação afetiva do enunciado: *eu esqueci de apagar a lâmpada da sala*. Essa construção, sem o *me*, é frequentíssima no PB e nada justifica que os puristas a condenem:

(263) hoje eu não esqueci de trazer um pulôver, que foi o primeiro que eu peguei. (NURC/RJ/096)
(264) sabe a água assim não é tão... limpinha mas... eh... falar nisso eu lembrei de Ilha Grande (NURC/RJ/20)
(265) vamos lembrar um pouco das planícies. (NURC/REC/265)

12.11.2 Custar *e* faltar

A afetividade também incidiu sobre as construções com o verbo *custar*, de modo que temos hoje no PB uma construção característica da nossa língua (o dicionário *Houaiss* a apresenta como "brasileirismo"):

(266) acho que eu custei tanto a casar que foi feriado e acabou o feriado. (NURC/RJ/20)
(267) fomos ver o Jaú aliás VÁRIAS vezes... porque o Jaú custava a chegar... mas cada demora era maior a expectativa e maior a alegria. (NURC/REC/191)

O mesmo se deu com outros verbos de sentido análogo a *custar*, de modo que no PB é mais usual dizer *eu demorei a X, eu tardei a X, eu levei tempo para X*, do que *demorou para eu X, tardou para eu X, levou tempo para eu X*.

Com o verbo *faltar* o processo conheceu três etapas:

i. **só [me] [faltou] [chorar] → Oi VS**

ii. **só [faltou] [eu chorar] → VS**

iii. **[eu] só [faltei] [chorar] → SVC**

(268) eu tenho um conhecido, aliás, um amigo comum nosso que ele é especialista em comida internacional então vai faze(r) uma comida chinesa indiana, qualque(r) coisa até incenso ele queima, ah, só falta música ambiental, só falta eu me vesti(r) a rigor. (NURC/POA/291)
(269) eu acho que falta o ca/ o carioca também admirar a beleza né... dessa cidade... (NURC/RJ/25)
(270) ai deixa ver... faltei falar sobre: sobre cobra. (NURC/REC/150)

É interessante observar que, nessas etapas, o advérbio *só* também muda seu escopo: em (i) ele incide sobre o objeto indireto (*me*); em (ii), ele circunstancia o verbo

(*faltou*); em (iii), ele incide tanto sobre o sujeito (*eu*) quanto sobre o verbo (*faltei*), o que se evidencia pela concordância. Em (ii), apesar da nossa análise como VS (verbo-sujeito), também seria possível analisar a sentença como VO, em que V é um verbo impessoal. De fato, como vamos estudar adiante, a ordem VS favorece a interpretação do verbo como impessoal, levando o falante a reanalisar S como objeto direto.

12.11.3 Conclusões da reanálise

Podemos então sintetizar nossas conclusões sobre a reanálise desses verbos:

I. Em todas as reanálises, o que se obtém sempre, no final, é a ordem sintática canônica do português brasileiro: SVC → eu custo a crer. Verificamos com isso um processo de enrijecimento da ordem dos constituintes no sintagma, isto é, uma gramaticalização dessa ordem.

II. A preferência pela ordem SVC favorece a afetividade, graças ao movimento de reanálise que converte objetos diretos e indiretos em sujeitos: custa-me crer → eu custo a crer.

III. A afetividade discursiva favorece a tendência a atribuir a função sintática de sujeito a agentes reais, isto é, aos elementos dotados do traço semântico [+humano], em vez de atribuí-la a um verbo no infinitivo: crer [–humano] me custa → eu [+humano] custo a crer.

IV. Do ponto de vista da função pragmática, o elemento reanalisado deixa de ser o *foco* do evento comunicativo para se tornar o seu *tópico*, o que se evidencia no movimento morfossintático me → eu.

Como se vê, a ordem SVC se gramaticalizou plenamente no PB e já se tornou um elemento poderoso no nosso processamento da língua. Qualquer coisa que desrespeite essa ordem é imediatamente transformada para se encaixar nela. E fazemos isso sem nos dar conta, simplesmente porque os falantes de qualquer língua são os melhores gramáticos que existem!

12.12 Verbos causativos e sensitivos

12.12.1 O sujeito acusativo

Uma das classificações possíveis para o sujeito de uma sentença é a de sujeito acusativo. O caso acusativo é aquele correspondente à função de objeto direto e, como sabemos, as palavras em latim variavam morfologicamente de acordo com sua fun-

ção sintática, com o *caso* gramatical em que ocorriam. Vamos ver a declinação do substantivo aqua ('água'):

CASO	FUNÇÃO	SINGULAR	PLURAL
NOMINATIVO	sujeito	aqua	aquae
ACUSATIVO	objeto direto	aquam	aquās
DATIVO	objeto indireto	aquae	aquīs
GENITIVO	adjunto nominal (= posse)	aquae	aquārum
VOCATIVO	interpelação, chamamento	aqua	aquae
ABLATIVO	adjunto adverbial	aquā	aquīs

Ora, se o acusativo é o caso do objeto direto, como é possível falar de sujeito acusativo? Em que circunstâncias um sujeito poderia exercer a função de objeto direto?

A resposta está no tipo de verbo e, consequentemente, no tipo de construção que esse tipo de verbo permite. O sujeito acusativo ocorre com os verbos chamados causativos e sensitivos.

12.12.2 Os verbos causativos

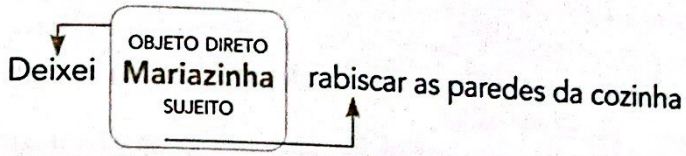
Um verbo causativo é aquele "que exprime a ideia de que o sujeito da sentença causa a ocorrência da ação ou processo" (Houaiss). Os verbos causativos mais comuns no PB são mandar, fazer, deixar em construções como *Eu mandei o Ademir desocupar a sala dele*: o sujeito de *mandar*, eu, está na origem da ação de Ademir de desocupar a sala, é a causa dessa ação.

Um verbo sensitivo, como o próprio nome diz, é aquele que exprime uma percepção realizada pelos nossos sentidos. Os verbos sensitivos mais empregados em nossa língua são sentir, ouvir e ver em construções como *Eu não ouvi o trem se aproximar*.

As construções causativas/sensitivas se caracterizam pela seguinte organização:

VERBO CAUS. / SENS.	SINTAGMA NOMINAL	INFINITIVO / GERÚNDIO
DEIXEI	MARIAZINHA	RABISCAR [as paredes da cozinha]
FIZ	O DIRETOR	RECONHECER [que tinha errado]
MANDEI	O ADEMIR	DESOCUPAR [a sala dele]
OUVI	A TAL SIRENE	TOCANDO [sem parar]
SENTI	O CLIMA	FICAR PESADO [de repente]
VI	A TURMA	A SORRIR / SORRINDO [de alegria]

Ao contrário das construções com verbos auxiliares, em que o verbo principal e o auxiliar compartilham o mesmo sujeito, formando portanto uma perífrase ou locução verbal, no caso dos causativos/sensitivos temos duas sentenças distintas, cada qual com seu sujeito. O que essas construções têm de peculiar, segundo a TGP, é que há um sintagma nominal que exerce simultaneamente duas funções sintáticas: ele seria objeto direto do verbo causativo/sensitivo e sujeito do infinitivo ou gerúndio. Por isso a denominação sujeito acusativo:



Essa mesma TGP nos ensina que o sintagma nominal pode ser substituído por um clítico no caso acusativo, ou seja, na forma que indica objeto direto:

VERBO CAUS. / SENS.	CLÍTICO ACUS.	INFINITIVO / GERÚNDIO
DEIXEI	-A	RABISCAR [as paredes da cozinha]
FI	-LO	RECONHECER [que tinha errado]
MANDEI	-O	DESOCUPAR [a sala dele]
OUVI	-A	TOCANDO [sem parar]
SENTI	-O	FICAR PESADO [de repente]
VI	-A	SORRINDO [de alegria]

Por que o clítico deve estar no acusativo? A resposta é a mesma que a TGP costuma dar para justificar suas opções: assim acontecia em latim. Na gramática latina existia a expressão *accusativus cum infinitivo* para designar precisamente esse fenômeno sintático particular. E é assim que essa construção passou às línguas românicas, além de ocorrer também em inglês:

- Vi-o chegar. → o = acusativo (cf. nominativo: ele)
- L'ho visto arrivare. → lo = acusativo (cf. nominativo: lui)
- Je l'ai vu arriver. → le = acusativo (cf. nominativo: il)
- Lo vi llegar. → lo = acusativo (cf. nominativo: él)
- I saw him arrive. → him = acusativo (cf. nominativo: he)

12.12.3 O uso do nominativo no PB

Ora, qualquer falante nativo do PB sabe muito bem que nessas construções nós usamos majoritariamente os índices de pessoa e não-pessoa na forma nominativa, como se vê nesses exemplos do NURC:

(271) de praia? deixa eu ver.., agora eu estou muito sozinha lá na praia... quando a gente ia com a TURMA lá no SESC... (NURC/POA/45)
(272) agora deixa eu ver... outros bichos... (NURC/REC/150)
(273) ah estou depressivo... deixa eu tomar umas bolinhas... (NURC/SP/343)
(274) eu não vi eles comendo não... (NURC/REC/150)
(275) aí dei os temperos todos da gali:nha... e mandei ele botar no fo:go... (NURC/REC/150)
(276) então os homens ainda estão num esquema bem bolado... que não foram eles que criram mas... deixa eles irem para a frente... (NURC/SP/343)
(277) um exemplo de um mecanismo que teria que se repetir que vão tentar deixar ele se repetir. (NURC/SP/343)
(278) quer dizer digamos você cercaria uma população de lemingues num vale e não deixaria eles saírem... (NURC/SP/343)
(279) o pessoal tocava o cavalo à toda e fazia ele subir com todo mundo em cima... (NURC/POA/45)

Sabemos que a sentença deixa eu ver, empregada como marcador conversacional, se gramaticalizou em [ʃo've], que poderíamos grafar *xovê*, gerando até a brincadeira usual "se chover vai molhar", quando pedimos a alguém que deixe a gente ver alguma coisa.

Vale notar que o índice de pessoa *nós* praticamente não ocorre na atividade linguística dos falantes mais letrados. Em seu lugar empregamos a gente, com o infinitivo não conjugado.

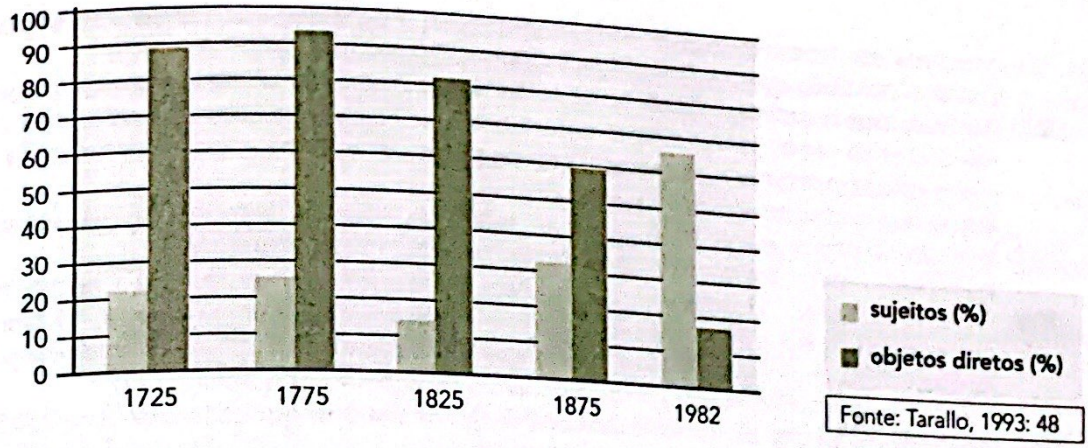
O uso dos índices de pessoa e não-pessoa no nominativo é tão frequente e tão antigo que o filólogo brasileiro Silvio Elia (1913-1998), em geral muito conservador em suas opiniões, assim se manifestava, há muitas décadas atrás:

> No caso em apreço, quando o pronome é simultaneamente sentido como complemento do verbo finito e sujeito da forma infinita, cremos que é lícito à língua culta sancionar tal uso. (Silvio Elia, A língua de Casimiro de Abreu, in *Studia* nº 12, p. 145)

12.12.4 Mais sujeito, menos objeto

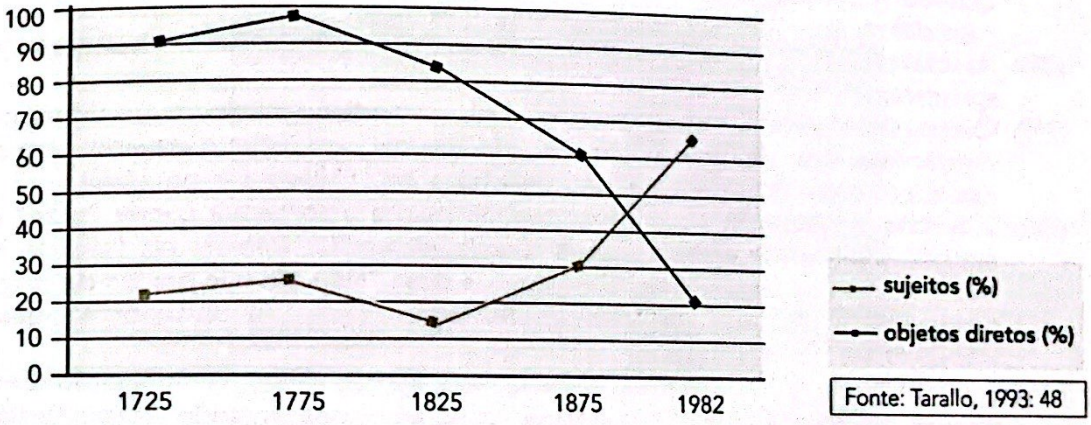
O mais surpreendente é que esse uso, tanto quanto sabemos, é exclusivo do PB dentro de todo o conjunto das línguas românicas. O que se evidencia aqui é a tendência cada vez mais acentuada do PB a explicitar o sujeito e a apagar o objeto direto. Como vimos em [▸466], o objeto direto nulo já se tornou a estratégia de retomada anafórica preferida dos brasileiros. Ao mesmo tempo, estamos cada vez mais sentindo a necessidade de explicitar foneticamente o sujeito.

Estudando esse fenômeno em peças teatrais escritas no Brasil entre os anos de 1725 e 1982, Fernando Tarallo pôde montar o seguinte gráfico:



Fonte: Tarallo, 1993: 48

Aqui se revela uma inversão perfeita na proporção de sujeitos nulos e objetos diretos nulos, inversão que fica ainda mais evidente se transposta para um gráfico de curvas como abaixo:



Fonte: Tarallo, 1993: 48

É decerto essa tendência cada vez mais acentuada ao apagamento do objeto direto e à explicitação do sujeito que explica a ocorrência quase exclusiva, na língua falada no Brasil, de construções com os índices de pessoa e não-pessoa no caso reto (nominativo) no lugar do caso oblíquo (acusativo) preconizado pela TGP, sempre muito apegada à gramática latina.

12.12.5 *Outros verbos causativos/sensitivos no* PB

Além dos seis verbos tradicionalmente listados pela TGP — os causativos *mandar, fazer, deixar* e os sensitivos *sentir, ouvir* e *ver* —, diversos outros verbos também ocorrem no PB em construções do mesmo tipo (acessos em 18 de março de 2011):

(280) Meu marido estava em São Paulo semana passada e **OBRIGUEI ele a ir** ao shopping Morumbi para ver se achava a calça de paetês na Nosh, mas infelizmente lá só tinha tamanhos grandes dela. (http://mamaeuquero.com/mamaeuquero/?p=2615)

(281) Além de ter um grande conhecimento sobre magia, Glinda usa várias ferramentas, encantamentos, e instrumentos em seu laboratório. O livro *A Cidade Esmeralda de Oz* revela que ela possui um grande livro de registros que **permite ela saber** tudo que ocorre no mundo. (http://pt.wikipedia.org/wiki/Glinda)

(282) Minha filha está com 2 anos e 5 meses e há um mês mais ou menos começou a repetir as primeiras palavras de uma frase. Estou preocupada com ela mas sempre tenho calma

e espero ela terminar de falar sem interrompê-la. E falo isso aos familiares também. (http://brasil.babycenter.com/toddler/linguagem/gaguejar/)

(283) Só Deus sabe o quanto é difícil... minha filha tem 3 anos e por diversas vezes já peguei ela chorando vendo vídeos antigos nossos onde eu ainda tinha cabelo, e não tinha nenhum desses problemas... eu não sei como consigo estar de pé todos os dias ainda.... (http://lupus.realmsn.com/t1603-o-comeco)

(284) Nos corredores já apanhei ele a olhar para mim, mas eu sempre ignoro. (http://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20101007111902AAgETMF)

(285) ACREDITE SE QUISER – O deputado Isaltino Nascimento (PT), afirma que na Constituinte defendeu o Ministério Público e jamais pediria o afastamento de um promotor, no caso o de Garanhuns, que pilhou ele fazendo campanha. Ah, bom! (http://www.blogdomagno.com.br/templates/blogdomagno/index.php?cod_pagina=31002&coluna=1)

(286) NOSSA IMAGINA EU DOMINANDO ESSE CORPINHO!!!! (http://djubasl.bloguedemusica.com/47952/festa-com-mc-jean-paul-o-principe-do-funk/)

(287) Os peitos da minha filha estão crescendo, já encontrei ela vomitando 2 vezes e mês passado encontrei, no lixo do banheiro, um papelzinho escrito "pílula abortiva". (http://www.slogbox.com/pt/slog/o+que+pode+para+com+o+vomitar+quando+se+esta+gravida)

(288) Fomos atrás deles e eu finalmente consegui o abraço do Alex, eu finalmente escutei ele dizendo: "I love you" e esse I love you foi para mim, o que é o melhor de tudo. (http://www.alltimelow.com.br/nobrasil/depoimentos/helo.php)

(289) Na foto meu mano e eu; Surpreendi ele fazendo a barba. (http://www.fotolog.com.br/springerato/8175520)

(290) Quando estava voltando de noite, enxerguei ele entrando no prédio, quase chorei, meu coração batia forte, ele me amava mesmo. Me apressei para pegar o elevador com ele, mas não consegui. (http://www.achando.info/historias/1713/pra-sempre.html)

(291) E eu tinha problemas de peso (baixo) quando criança e conseguir comer "tudo" era raríssimo então ela me elogiava demais quando acontecia... Percebi ela fazendo isso com meu filho que também tem baixo peso... e disse "mãe, ele não precisa de elogios porque comeu" enfim... (http://vidalevevida.blogspot.com/2008/08/lembranas-que-o-ato-de-comer-traz.html)

(292) Sem falar que eu não fui com a cara do Papai Noel, ele não mostrou empolgação com as crianças, não visualizei ele carregando os três ou ao menos tentando. (http://tresdeumavez.blogspot.com/2009_12_01_archive.html)

(293) Poucas foram às vezes nessas duas décadas e meia de convívio em que presenciei ele perder a compostura. (http://www.rondoniadinamica.com/colunas/resenha-politica-,527.shtml)

(294) Renato Cajá deu essa qualidade no meio de campo, foi lindo assistir ele jogar, pra mim, a melhor partida dele aqui, distribuiu como ninguém o jogo, fez o que o Ganso faz, salvo as devidas proporções, e o que DJ agoniado queria que Marquinhos no primeiro tempo e Madson no segundo tempo tentaram. (http://globoesporte.globo.com/platb/olhotatico/2010/09/10/santos-0x1-botafogo-vitoria-tipica-e-emblematica/)

(295) Meu ex-companheiro usou meus documentos pessoais e pela internet conseguiu fazer uma compra. Não autorizei ele utilizar meus documentos. (http://forum.jus.uol.com.br/163531/)

(296) E a partir daí começamos a ter uma relação mais profunda de pai e filho. Ensinei ele a ser pai, uma coisa que ele não sabia. (http://www.cafedasquatro.com.br/Noticia.aspx?codMateria=35811)

(297) Foi isto que ajudei a fazer com o Lula. Ele é ele e sempre foi ele, como ainda agora é. Eu apenas ajudei ele a se mostrar para as pessoas. As pessoas acreditaram nele, votaram nele e agora estão satisfeitos com o voto que deram. (http://blogdofuxico.com.br/novo/?p=90)

(298) Digo isso porque estou jogando na Ligue 1 (França), com o Bordeaux, em 2012, e conversei com o Alou Diarra e convenci ele a ser treinador adjunto, este então começou a trabalhar imediatamente como meu staff e também jogando. (http://www.fmanager.com.br/forum/index.php/topic/93267-duvida-jogadores-staffs/)

(299) Mas persuadi ela a telefonar e pedir notícias. No final, ela me pediu desculpas e tudo mais. (http://mslomp.blogspot.com/)

(300) Adoro ônibus mais rápido. Minha mãe é o auge com essas dicas. Fui pro ponto de ônibus e já avistei ele chegando. Tudo dando certo. (http://falaleonardo.wordpress.com/2009/08/)

(301) Meu filho estava nessa manifestação e instiguei ele a escrever sobre ela quando vi, no ES TV da noite, as informações pífias do evento e as imagens do início da manifestação, quando ainda não tinha quase ninguém lá. (http://www.overmundo.com.br/overblog/este-bonde-e-pesadao)

(302) Porém, sempre que falamos com Silvio, que já não trabalha mais conosco, incitamos ele a fazer uma nova "viagem". Ele, esperto, diz que é só marcarmos que irá com o maior prazer. (http://keyla-vidaearte.blogspot.com/2008/02/chaienne-uma-bela-loira-de-cabelos.html?zx=ad007e8c4ba897e)

(303) (...) o sol brilha para você ele disse no dia que a gente estava deitado entre os rododendros no cabeço do Howth no terno de tuíde cinza e chapéu de palha dele dia que levei ele a se propor a mim sim primeiro eu dei a ele um pouquinho do bolinho-de-cheiro da minha boca [...] (http://ogrifoemeu.com/2010/06/16/ulisses-james-joyce/)

(304) Eu nunca forcei ele a andar de bike. Apenas mostrei, e ele pegou gosto (http://www.betabmx.com/2010/03/entrevista-com-henrique-castro-o-valvoline/)

A lista dos verbos causativos/sensitivos, portanto, já se ampliou bastante no PB. Ela já inclui os seguintes verbos e, sem dúvida, outros:

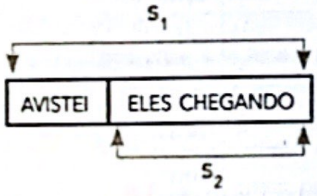
VERBO	TIPO	+INF.	+GER.
ACEITAR	caus.	■	
ADMITIR	caus.	■	
AJUDAR	caus.	■	
APANHAR	caus.		■
APROVAR	caus	■	
ASSISTIR	sens.	■	■
AUTORIZAR	caus.	■	
AVISTAR	sens.		■
CONVENCER	caus.	■	
DEIXAR	caus.	■	■
ENCONTRAR	sens.		■
ENSINAR	caus.	■	
ENXERGAR	sens.		■
ESCUTAR	sens.		■
ESPERAR	caus.	■	
FACILITAR	caus.	■	
FAREJAR	sens.		■
FAZER	caus.	■	
FLAGRAR	sens.		■
FORÇAR	caus.	■	
IMAGINAR	sens.		■
INCITAR	caus.	■	
INSTIGAR	caus.	■	
LEVAR	caus.	■	
MANDAR	caus.	■	
OBRIGAR	caus.	■	
OUVIR	sens.	■	■

PEGAR	sens.		
PERCEBER	sens.		
PERMITIR	caus.		
PERSUADIR	caus.		
PILHAR	sens.		
PRESENCIAR	sens.		
PRESSENTIR	sens.		
PROVOCAR	caus.		
SENTIR	sens.		
SURPREENDER	sens.		
TOPAR	caus.		
VER	sens.		
VISUALIZAR	sens.		

[Obs.: consideramos os verbos *assistir, encontrar, enxergar, escutar, imaginar, pegar, perceber, pilhar, presenciar, surpreender* etc. como sensitivos por considerá-los de sentido semelhante ao de ver. O mesmo vale para os causativos, que consideramos de sentido semelhante a deixar e/ou fazer.]

12.12.6 *Análise sintática das construções causativas/sensitivas no* PB

Com o uso dos índices de pessoa e não-pessoa no caso reto (nominativo), a análise sintática tradicional perde sua validade. Afinal, já não temos aqui formas de objeto direto que nos autorizem a falar de um "sujeito acusativo". Uma análise possível para as construções causativas/sensitivas mais usuais no PB seria a seguinte:

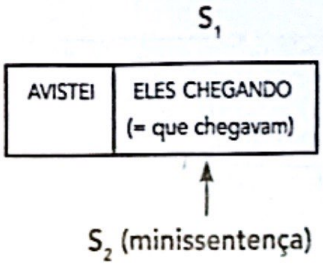


Continuamos a ter duas sentenças. A segunda sentença (S_2) é o *objeto direto* da primeira (S_1) e é analisada aqui como uma minissentença (ou minioração). Esse termo (com seu respectivo conceito) não faz parte das análises sintáticas tradicionais, mas já tem sido empregado por diversos linguistas para dar conta de forma mais precisa dos fatos sintáticos envolvidos. Em inglês essa entidade se chama *small clause* ('pequena sentença') e foi com base nesse nome que surgiram seus equivalentes em PB. A minissentença é um predicado mínimo que não apresenta marca de tempo.

A presença de um elemento verbal (*chegando*) poderia justificar a atribuição do rótulo de *sentença* a S_2, já que estamos habituados à ideia de que é a presença de um

verbo que nos autoriza a classificar um enunciado como sentença (ou oração). Mas não é bem assim: uma minissentença pode não ter verbo nenhum e ainda assim continuar sendo uma sentença. Vamos ver isso no próximo capítulo, ao tratar dos adjetivos. Por ora, vamos nos fixar no que está em jogo aqui.

O que caracteriza os elementos da língua é a sua *multifuncionalidade*. Por isso é sempre muito arriscado tentar fechar as palavras em classes estanques, com limites definidos — elas se rebelam, escapam e vão viver em outras classes. As chamadas *formas nominais do verbo* (que nessa obra chamo de verbinominais, no capítulo 14) não recebem esse nome à toa. O gerúndio, como bem sabemos, pode exercer a função (e ter o sentido) de um *adjetivo*, como no citadíssimo exemplo *água fervendo*. Se aqui tratarmos "chegando" como um *adjetivo*, então também podemos tratar S_2 como equivalente a uma *sentença adjetiva* (que também não recebe esse nome à toa, já que ela qualifica o elemento retomado pelo pronome relativo):

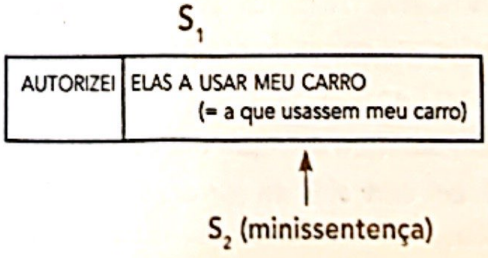


No próximo capítulo, vamos ver de que maneira é possível considerar *avistei eles chegando* como uma estrutura paralela à de *considero eles inteligentes*.

Retomando o que examinamos aqui, tem diversos verbos da nossa lista que podem reger uma preposição a antes do infinitivo — são os verbos *autorizar*, *ensinar*, *obrigar* etc.:

- autorizei ele a usar meu carro
- ensinei ele a falar alemão
- obriguei ela a entregar as chaves

Nesse caso, temos uma sintaxe diferente em que a segunda sentença funciona, ainda, como objeto direto, enquanto o sintagma "a usar meu carro" é um complemento oblíquo, sendo portanto equivalente a uma sentença substantiva completiva oblíqua:



Em ambos os casos, o índice de pessoa e/ou a não-pessoa são o sujeito da minissentença, razão pela qual estão no caso nominativo. Observe-se, no entanto, que também encontramos construções com *autorizar*, *ensinar*, *obrigar* etc. sem a preposição, como no exemplos seguintes:

(305) "Nunca autorizei ele usar meu nome, até porque prevalece o dito popular: Cada macaco no seu galho", falou Ragno. (http://fernandolima01.blogspot.com/2010/09/riachao-do-jacuipe-prefeito-inaugura.html)

(306) Percebi que ele não queria usar o piniquinho, então deixei de lado e ensinei ele fazer xixi no ralo do banheiro, já que o vaso sanitário era muito alto pra ele. (http://www.e-familynet.com/phpbb/como-tirar-das-fraldas-vt107112.html)

(307) Meu falecido marido era mineiro, e sempre lutei em vão para ele fazer o exame preventivo de próstata... Só consegui depois que eu obriguei ele fazer o exame de sangue PSA e deu um nível pouco acima do normal, então eu arrastei ele para um urologista e finalmente ele fez o exame, uma ultrassonografia e uma biópsia e felizmente era apenas uma hiperplasia prostática benigna... (http://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20080614102510AA66QMp)

Nesses casos, a análise é a mesma que aplicamos aos demais verbos causativos/sensitivos.

Como venho reiterando, a função da escola é ensinar o que os alunos não sabem. Ninguém precisa ensinar um falante nativo de PB a dizer "deixa eu entrar" ou "apanhei ele fumando" porque essas construções já estão perfeitamente incorporadas à gramática da nossa língua. Já as construções clássicas, em que o objeto direto do verbo causativo/sensitivo assume a forma de um clítico acusativo (*me, te, o, a, lhe, nos, os, as, lhes*), não pertencem ao vernáculo geral brasileiro, de modo que é necessário e importante ensiná-las sistematicamente na escola para que os alunos se conscientizem da existência delas e possam, se quiserem, empregá-las em gêneros textuais falados ou escritos mais monitorados. Como sempre, a melhor maneira de proceder a esse ensino é recolhendo as ocorrências de verbos causativos/sensitivos no mais amplo espectro possível de gêneros textuais, falados e escritos, monitorados e não monitorados, para que seja possível fazer o trabalho de comparação e análise das construções variáveis que tais verbos permitem. Isso, evidentemente, sem cair no prescritivismo tradicional de condenar o que já é perfeitamente nosso e tentar impor como únicas possíveis as regras da tradição normativa. O ensino de língua tem de valorizar a multiplicidade de recursos que a língua oferece e não tentar podá-la em nome de um conceito de correção anacrônico e autoritário.

12.13 Verbos auxiliares

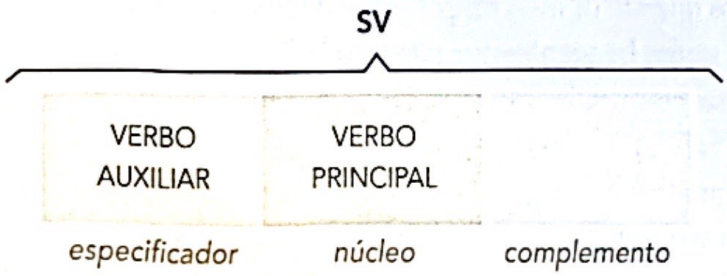
Os chamados verbos auxiliares constituem um excelente exemplo dos processos de gramaticalização aos quais estamos nos referindo incessantemente.

A TGP se limita a classificar de auxiliares apenas os verbos ter e haver, quando entram nos chamados tempos compostos (*tenho viajado; havia chegado*), e o verbo ser nas construções passivas (*é considerado o melhor*). No entanto, a auxiliaridade é um fenômeno muito mais amplo e complexo.

Os verbos auxiliares ocorrem em perífrases ou locuções verbais, isto é, em conjuntos de $v^1 + v^2$, em que o primeiro verbo é o auxiliar e o segundo, o verbo principal. Essas perífrases apresentam características bem marcadas:

(a) somente v^1 comporta a morfologia de modo, tempo e pessoa;
(b) v^2 é sempre um verbinominal (particípio, gerúndio ou infinitivo);
(c) v^1 e v^2 compartilham sempre o mesmo sujeito.

O sintagma verbal das construções com verbo auxiliar se configura assim:



Conforme afirmam Ilari e Basso (2008: 183),

> a enorme variedade de perífrases do $v^1 + v^2$ é uma característica marcante do português, e particularmente do português falado no Brasil. Ela merece ser ressaltada [...] porque marca uma diferença em relação às demais línguas românicas, apontando para uma riqueza fraseológica que muitas daquelas línguas nunca tiveram ou já perderam [...]

12.13.1 Estar *e* ir

Já vimos a importância dos auxiliares na representação do aspecto [▸547] e na modalização [▸572]. Na formação de tempos compostos, é obrigatório incluir, pelo menos, os verbos estar e ir quando seguidos de gerúndio ou infinitivo. Afinal, esses dois auxiliares entram na formação de verdadeiros tempos verbais que, embora não relacionados pela TGP, estão entre os mais empregados no PB:

- presente indic. contínuo → estar [PRES] + GERÚNDIO (*estou falando*)
- imperfeito indic. contínuo → estar [IMPERF] + GERÚNDIO (*estava falando*)

- condicional/futuro do pret. contínuo[1] → estar [COND] + GERÚNDIO (*estaria falando*)
- condicional/futuro do pret. contínuo[2] → ir [IMPERF] + estar [INFIN] + GERÚNDIO (*ia estar falando*)
- perfeito indic. contínuo → estar [PERF] + GERÚNDIO (*estive falando*)
- presente subj. contínuo → estar [PRES SUBJ] + GERÚNDIO (*esteja falando*)
- imperfeito subj. contínuo → estar [IMP SUBJ] + GERÚNDIO (*estivesse falando*)
- futuro subj. contínuo → estar [FUT SUBJ] + GERÚNDIO (*estiver falando*)
- futuro do presente → ir [PRES] + INFINITIVO (*vou falar*)
- futuro do presente contínuo → ir [PRES] + estar [INFIN] + GERÚNDIO (*vou estar falando*)

Podemos ainda acrescentar as formas *estarei falando, irei falar, iria falar*, que ocorrem quase exclusivamente em GTM.

Vale notar que o verbo estar praticamente não ocorre no VGB. Sendo verbo de uso frequentíssimo, já se reduziu a tá (infinitivo) e se conjuga sem a sílaba es-: *tô, tá, tamo, tão; tava* etc. Em alguns tempos, se tornou idêntico a ter: *tive, teve, tivemo; tivesse; tiver* etc. Com isso, ele entra no pequeno grupo de verbos com infinitivos monossilábicos que são os mais empregados da língua: ser, ter, ver, ir, vir, dar, pôr. Outros verbos muito frequentes que não têm infinitivos monossilábicos apresentam, contudo, formas conjugadas monossilábicas: faz, fez, fiz; quer [kɛ], quis; diz; traz; sei; acho que [aʃk]; pode [pɔ]; deixa eu [ʃo] etc. Por força do uso é que tais verbos se tornaram monossilábicos. E é também graças a seu uso intenso que eles permanecem irregulares, refratários aos processos analógicos que tendem a regularizar os paradigmas. (No entanto, sofreram investidas analogizantes no passado [▸609]).

12.13.2 Verbos auxiliares no PB

Um quadro mais realista dos auxiliares do PB incluiria certamente os seguintes verbos (e seus sinônimos):

AUXILIAR	+INF	+GER	+PART	
acabar				Ana acabou desistindo de viajar em julho.
acabar de				Ana acaba de desistir de viajar em julho.
acabar por				Ana acabou por viajar em julho.
andar				Ana anda pensando em viajar em julho.
cessar de				Ana ainda não cessou de sofrer com a separação.
começar				Ana começou falando dos pais.
começar a				Ana já começou a trabalhar na escola.
conseguir				Ana conseguiu viajar em julho.

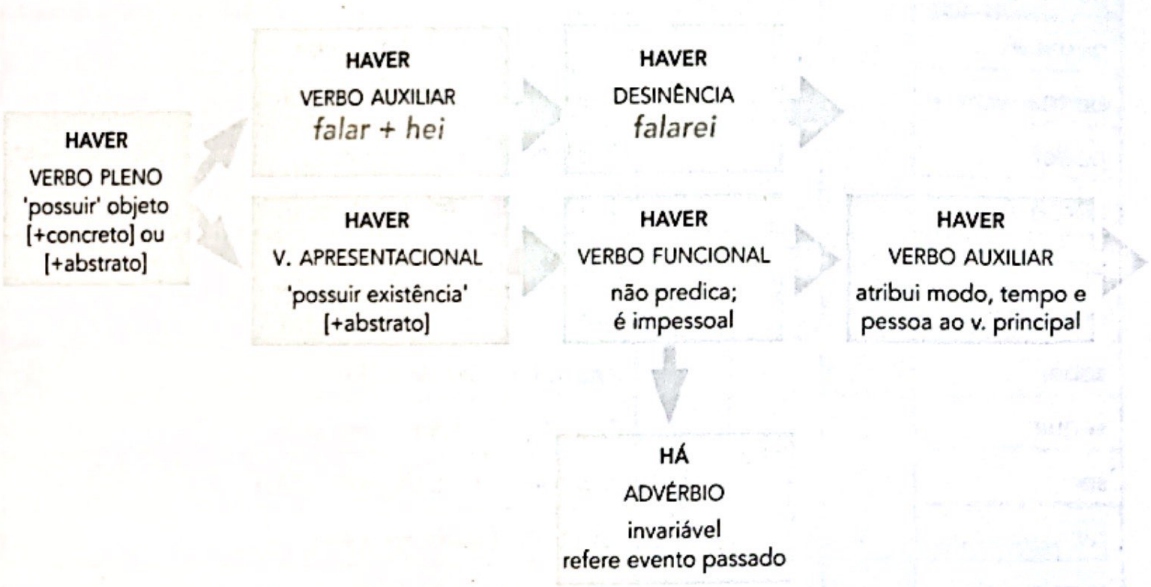
costumar				Ana costuma viajar em julho.
deitar a				Ana deitou a correr de medo do cachorro.
deixar de				Ana deixou de viajar em julho.
desistir de				Ana desistiu de viajar em julho.
dever				Ana deve viajar em julho.
estar				Ana estava viajando em julho.
ficar				Ana ficou pensando em viajar em julho.
habituar-se a				Ana se habitou a viajar em julho.
haver				Ana havia viajado em julho.
haver de				Ana há de viajar em julho.
ir				Ana vai viajar em julho. / Ana vai passando bem.
necessitar				Ana necessita viajar em julho.
parar de				Ana parou de viajar em julho.
parecer				Ana parece saber de tudo.
passar a				Ana passou a viajar em julho.
pegar a				Ana pegou a falar e não parou.
permanecer				Ana permanece viajando em julho.
poder				Ana pode viajar em julho.
pôr-se a				Ana se pôs a falar dos pais.
precisar				Ana precisa viajar em julho.
querer				Ana quer viajar em julho.
saber				Ana sabe falar de tudo.
seguir				Ana segue viajando em julho.
ser				Ana foi contratada pela escola.
ter				Ana tem viajado em julho.
terminar de				Ana terminou de falar de repente.
vir				Ana veio dizer adeus. / Ana vem gastando muito.
viver				Ana vive dizendo que vai viajar em julho.

O que logo chama a atenção é que somente três verbos — *haver, ter, ser* — formam locução com o particípio passado: justamente os únicos auxiliares reconhecidos pela TGP, formadores dos chamados tempos compostos e da voz passiva. Essa opção da TGP se deve, sem dúvida, ao processo de gramaticalização já concluído por esses verbos. Observe também que com o particípio passado, na formação da voz passiva, também é possível encontrar os auxiliares *estar* (*Ana está acompanhada do marido*), *ficar* (*Fica decidido que Ana viaja em julho*), *ir* (*Ana vai acompanhada do marido*) e *seguir* (*Ana segue respeitada por todos*).

12.13.3 A *história do verbo* haver

Conforme estudamos em [▶170], a gramaticalização consiste num ciclo (que leva séculos e até milênios para se concluir e, em seguida, começar de novo...) em que formas plenas vão aos poucos se transformando em formas presas — ou seja, as formas migram do léxico para a gramática ou, dito de outra forma, da sintaxe para a morfologia. A divisão tradicional entre léxico e gramática, portanto, capta apenas um determinado momento da história da língua, enquanto a noção de gramaticalização — ampliando o foco para um tempo mais dilatado — anula essa divisão e considera a língua sempre em processo (e nunca como um produto), sempre a emergir de dentro de si mesma, por obra e graça dos falantes:

Sem dúvida, o caso mais radical de gramaticalização é o do verbo haver:



Nesses processos, o verbo *haver* que, em seu étimo latino — habere —, tinha os sentidos de 'ter; conter; encerrar; oferecer; possuir; ocupar; tomar posse de; alcançar; obter; guardar; ter em si' etc., foi aos poucos perdendo todo conteúdo semântico e se tornou um verbo meramente instrumental, com a única função de introduzir no discurso um tópico novo. Nessas etapas, ele se transformou, por um lado, em pura desinência de modo, tempo e pessoa (*falarei*), e, por outro, em verbo auxiliar que carrega as desinências de modo, tempo e pessoa para o verbo principal (*havíamos falado*).

De verbo para advérbio: outra gramaticalização radical do verbo *haver* foi sua transformação num advérbio — há — empregado para fazer referência ao passado. Embora a TGP insista em cobrar uma correlação temporal de *haver* nesses usos com

os demais verbos do enunciado — *Pedro mora aqui há 20 anos / Pedro morava aqui havia 20 anos* —, essa correlação não se faz há muitíssimo tempo, nem no PB nem no português europeu, inclusive na produção literária de alguns dos mais importantes escritores dessas duas línguas:

(308) *Quis* passear ao quintal, mas as pernas há pouco tão andarilhas, *pareciam* agora presas ao chão. (Machado de Assis, *Dom Casmurro*, 1899, cap. XIII)
(309) Padre Cabral *estava* esperando há muito tempo? (*id., ibid.*, cap. XXXVII)
(310) Há um instante *tinha* eu o desejo de lhe perguntar o que *havia* entre Capitu e os peraltas do bairro [...]. (*id., ibid.*, cap. LXXIV)
(311) Inexperiente, inábil, Marçal *tinha querido* dar uma ajuda na alimentação do forno, fazer boa figura perante a rapariga que há poucas semanas *namorava*, talvez mais ainda perante o pai dela (...) (Saramago, 2000: 107)
(312) Cipriano Algor não reparou logo que Marçal e o cão *estavam* a confraternizar e a jogar como velhos amigos que há muito tempo não se *vissem*. (*id., ibid.*: 126)
(313) Marta, que desde há alguns momentos *porfiava* por atrair a atenção do pai sem o conseguir, tão absorvido ele *estava* na disputa verbal, *escrevinhara* velozmente num papel duas perguntas em grandes letras (...) (*id., ibid.*: 132)
(314) Marçal não perguntou Obrigado porquê, *aprendera* há muito tempo que o território onde se *moviam* aquele pai e aquela filha, mais do que apenas familiarmente particular, *era* de algum modo sagrado e inacessível. (*id., ibid.*: 170)

A manutenção de haver numa forma única, invariável (não-pessoa do presente do indicativo), revela que a consciência de sua transformação em palavra gramatical já se incorporou plenamente na intuição linguística dos falantes há muito tempo. Querer cobrar a correlação temporal é querer fazer a língua voltar ao passado, restituir a haver sua extinta qualidade de verbo pleno.

Observe-se que quando usamos os verbos fazer e ter em construções do mesmo tipo, mantemos a correlação temporal:

(315) Fazia muito tempo que eu não *tomava* banho de mar.
(316) Tinha muito tempo que eu não *tomava* banho de mar.
(317) Há muito tempo que eu não *tomava* banho de mar.

É provável que tenha ocorrido um cruzamento da preposição a (*Esse fóssil remonta* a *noventa milhões de anos*) com o verbo há (*Esse dinossauro viveu* há *noventa milhões de anos*), provocando a gramaticalização dele como palavra invariável.

É isso também que explica a confusão, tão comum, que muitas pessoas fazem na hora de escrever, usando *a* por *há* ("A festa começou *a* três dias") ou *há* por *a* ("A festa começa daqui *há* três dias"), até mesmo quando não se trata de indicação de tempo, mas de distância:

(318) Eles serraram a grade que fica atrás da cela e saíram por uma abertura para entrada de luz e vento, que fica há 2 metros de altura do chão. (www.folhabv.com.br/fbv/noticia.php?id=55319; acesso em 7/2/2009)
(319) No apartamento em que morava Alves, que fica há poucos metros do de sua ex-namorada, o clima também é pesado, mas o movimento de curiosos é menor. (www.reporterdiario.com.br/index.php?id=102745&secao=22; acesso em 7/2/2009)

(320) Era para ser uma visita rotineira na casa da prima, que fica há apenas uma rua da casa da estudante Adriane Silva Gonçalves, 17. No meio do caminho, entretanto, percebeu que não estava sozinha. (www.mp.go.gov.br/portalweb/conteudo.jsp?page=1&conteudo=noticia/87a44939050ebc34c7b552d072d04eb6.html; acesso em 7/2/2009)

Evidentemente, ainda se justifica o ensino criterioso da diferença ortográfica entre *a* e *há* em construções como essas que acabamos de citar — na indicação de evento futuro e de distância espacial —, mas quando o que está em jogo é a (não) correlação temporal, torna-se absolutamente inútil tentar reverter um processo de mudança que já está firmemente enraizado na língua.

A distância entre prescrição consciente e uso real espontâneo fica evidente no seguinte caso. No dicionário *Houaiss*, no verbete dedicado ao verbo *haver*, tem a seguinte prescrição:

IX. o v[erbo] *haver* deve empregar-se em correlação temporal com o outro v[erbo] da frase: *havia* dois anos que Paula não *falava* conosco [...]

No entanto, no verbete *apesar*, aparece o seguinte exemplo:

a[pesar] de que
não obstante que; ainda que
Ex.: não o via há muito, apesar de que o sabia doente

Outra demonstração muito clara do abandono da correlação temporal aparece nesses dois livros didáticos destinados ao ensino fundamental:

(321) [...] o menino já estava na escola *há* um certo tempo". a) Que tempo o *há* está indicando? b) Escreva no caderno outra frase em que o *há* tenha o mesmo sentido da frase que você leu. (Sarmento, 2008, v. 5: 267)

(322) Reescreva as frases, completando-as com *há* ou *a*:
[...] c) ❑ cinco minutos do casamento, quando todos já estavam na igreja, a noiva desistiu de casar com o noivo, que conhecia ❑ seis anos. (Oliveira/Campos, 2008, vol. 7: 15)

Preocupadas apenas com a ortografia (*há/a*), as autoras não se interessam pela correlação temporal entre o verbo *haver* e os demais verbos do enunciado, correlação que a tradição normativa exige. Em Sarmento a pergunta — "Que tempo o *há* está indicando?" — deixa evidente que a autora não percebe que este *há* está conjugado *no presente*, embora remeta a um evento ocorrido *no passado*.

O emprego do *há* invariável ocorre em dois tipos de construção:

(323a) Eu moro aqui há vinte anos.
(323b) Eu morei aqui há vinte anos.

O que diferencia as duas construções é o tempo verbal: presente na primeira e pretérito na segunda. Quando o verbo está no pretérito, é muito frequente o reforço da ideia de passado com o emprego do advérbio atrás:

(323c) Eu morei aqui há vinte anos atrás.

Embora injustificadamente condenada pelos puristas, que veem redundância no uso de *atrás*, essa construção com *há ... atrás* já se tornou um regra perfeitamente gramaticalizada no PB. Com isso, nossa língua passa a ter duas formas distintas de enunciar um processo contínuo, que prossegue até hoje (*há*) e um processo já concluído num momento preciso do tempo (*há ... atrás*). Trata-se, como é fácil perceber, de uma questão de aspecto, em que o *há* e o *há ... atrás* colaboram na expressão do aspecto progressivo (323a) e do aspecto perfectivo (323c). A existência dessa dupla de palavras/locuções funcionais se verifica em outras línguas:

- francês:
  (a) J'habite ici depuis vingt ans. → 'Eu moro aqui há vinte anos'.
  (b) J'ai habité ici il y a vingt ans. → 'Eu morei aqui há vinte anos atrás'.
- italiano:
  (a) Abito qui da venti anni. → 'Eu moro aqui há vinte anos'.
  (b) Ho abitato qui venti anni fa. → 'Eu morei aqui há vinte anos atrás'.

Nosso processamento cognitivo da língua é muito mais rico do que supõe o vão purismo.

A metaforização de *habere* — de 'possuir' para 'existir' — é característica das línguas românicas ibéricas (galego, português e espanhol), nas quais a ideia de 'possuir' passou a ser expressa pelo verbo *ter* (*tener* em espanhol), oriundo do latim *tenere*, 'segurar, reter, deter, manter, subsistir, perdurar' etc. Nas demais línguas da família, os descendentes de *habere* continuam a expressar a ideia de posse de coisa concreta e/ou abstrata: *avere* (italiano), *àere* (sardo), *a avea* (romeno), *avair/aver/haver* (romanche), *avoir* (francês), *aver* (occitano), *haver* (catalão) etc.

No PB, como bem sabemos, o verbo *haver* está praticamente extinto no VGB e só se conserva (graças sobretudo ao policiamento normativo e ao patrulhamento purista) em GTM. Nas suas funções apresentacionais e como verbo auxiliar na formação dos tempos compostos, *haver* cedeu o lugar a *ter* faz muito tempo. É o que vamos examinar mais adiante.

12.13.4 A história de ser *e* estar

Os verbos ser e estar também exibem um histórico de gramaticalização muito interessante. Essa dupla de verbos com seu uso diferenciado e muito intenso é uma exclusividade das línguas do grupo espanhol e portugalego.

Para nós, falantes de PB, é crucial fazer a diferença entre, por exemplo, *ser feliz* e *estar feliz*. A declaração do intelectual Eduardo Portella ao assumir o Ministério da Educação em 1979 — "Eu não *sou* ministro, *estou* ministro" — se tornou célebre na época precisamente por recorrer de forma original aos sentidos já bem firmados desses dois verbos na nossa língua. Traduzir essa declaração para o inglês, o francês,

o alemão etc. obrigaria a uma série de perífrases e circunlóquios que pudessem dar conta do que estava em jogo.

De modo geral, podemos dizer que ser indica 'permanência; essência inerente; qualidade atemporal; imobilidade', enquanto estar exprime 'circunstância passageira; transitoriedade; qualidade temporária; movimento'. No entanto, são muitos os empregos de *ser* e *estar* que subvertem essa divisão de traços semânticos e que tornam a aprendizagem de seus usos um verdadeiro desafio para os estrangeiros que precisam aprender espanhol, galego, português europeu ou PB. Quando comparamos *ser* e *estar* nessas línguas, já topamos com diferenças: enquanto dizemos que uma mesa *é feita de madeira*, os falantes de espanhol dizem que ela *está hecha de madera*. O título da famosa canção *Soy loco por ti, América*, escrita em 1968 pelos brasileiros Capinam e Gilberto Gil, causa estranheza aos hispanofalantes, pois o mais natural em sua língua seria *Estoy loco por ti, América*. Se é o verbo ser que indica permanência, como dar conta do uso que fazemos de estar em "não adianta chamar a ambulância, o atropelado já está morto"? Em épocas remotas, era o verbo ser que funcionava nessa expressão, como podemos ver até hoje no provérbio "agora é tarde, Inês é morta", que remonta à Idade Média portuguesa. E como explicar a diferença que fazemos ao dizer que um modelo de carro *é muito bonito*, mas que em sua versão deste ano ele *está ainda mais bonito*? Como algo pode *ser bonito* e *estar bonito* ao mesmo tempo? Para nós, é claríssimo.

Seja como for, as noções de [+permanência] associada a *ser* e de [+transitoriedade] associada a *estar* decorrem da própria etimologia dos dois verbos. Em latim, sedere significava 'estar sentado', em oposição a stare, 'estar de pé' e a cubare, 'estar deitado'. Desse último verbo, que não vamos tratar aqui, derivam palavras como *concubina, cúbito, côvado, incubar, incumbir, sucumbir, íncubo, súcubo* etc.

12.13.4.1 Pré-história de ser *e* estar

A raiz indo-europeia *sed- contém a ideia de 'sentar-se', e é dela que provém o verbo latino sedere (particípio passado: sessum), assim como o inglês seat ('sentar-se') e o alemão sitzen, com o mesmo sentido. À mesma família de sedere, guardando a noção de 'estar sentado' e, por extensão de sentido, 'permanecer', pertencem vocábulos como *sede* (centro de decisão) e sua forma apocopada *sé*, referente ao trono em que se sentam o papa ou o bispo da diocese. Numerosas outras palavras, cada uma com seus próprios derivados, contêm esse radical: *assentar, assessor, assíduo, desejo, desídio, dissidente, obsedar, obsessão, possuir, presídio, presidir, residir, resíduo, sedentário, sedimento, sela, sentar, sessão, sossego, subsídio* e por aí vai.

A raiz indo-europeia *sta- contém a ideia de 'estar de pé', e é dela que provém o verbo latino stare (particípio passado: statum), assim como o inglês stay ('ficar, permanecer'), stand ('estar de pé') e o alemão stehen, com o mesmo sentido. Uma

das derivações mais interessantes dessa raiz é a terminação -stão, usada no nome de muitos países e regiões: *Afeganistão, Paquistão, Quirguistão, Cazaquistão, Hindustão, Baluquistão, Turcomenistão, Curdistão, Tadjiquistão, Uzbekistão* etc. Essa terminação deriva do persa *stan*, 'lugar', e quando associada a nomes de povos (afegãos, quirguizes, cazaques, curdos etc.) significa 'lugar onde *está* o povo X'.

São em grandíssimo número os descendentes em nossa língua do verbo latino stare e de seu derivado sistare (formado de stare mais a partícula de redobro si-): *assistir, consistir, desistir, existir, insistir, persistir, resistir, subsistir; constituir, destituir, instituir, prostituir, restituir, substituir; circunstância, constância, constar, constatar, custar, contrastar, distar, distância, instar, instância, interstício, obstar, obstetra, prestar, restar, substância; estação; estância; estado; estádio; estágio; estátua; estatuir; estande; estabelecer, estábulo; destino; superstição; solstício* etc.

12.13.4.2 História de ser

O nosso verbo ser, portanto, resulta da metaforização da ideia de 'estar sentado'. Sua história, no entanto, é cheia de peripécias. Para formar sua conjugação foi necessário recorrer a dois verbos latinos diferentes:

(1) esse ('ser') → já muito irregular em latim, a conjugação de esse se originava de distintas raízes indo-europeias, o que explica seus diferentes radicais. De uma raiz *es- mais a terminação típica dos infinitivos -re se formou *esre, com um encontro -sr- contrário à fonética da língua latina, donde a assimilação esse, origem de sua diferença com relação aos demais infinitivos e, também, da regularização analógica ocorrida no latim vulgar, em que o infinitivo se tornou éssere (fonte do italiano *éssere* e do francês *être*).

Essa raiz indo-europeia acrescida das terminações de pessoa (que, em fase ainda mais remota, devem ter sido índices pessoais) teria feito surgir *es-mi (1ª p.), *es-si (2ª p.) e *es-ti (não-p.); *es-mos (1ª plur), *es-te (2ª plur.) e *es-nti (não-p. plur.). A forma *esmi é perceptível no sânscrito (*ásmi*), no armênio (*em*), no albanês (*jam*), no letão (*esmu*), no grego (*eimi*) e no inglês (*am*), formas que deixam entrever as mudanças fonéticas ocorridas.

Quando observamos a conjugação do verbo esse no presente, encontramos as seguintes formas:

1. sum
2. es
3. est
4. sumus
5. estis
6. sunt

De onde teriam vindo as formas iniciadas com s-, em que a raiz indo-europeia parece não estar presente? Muito simples: assim como não tolerava o encontro -sr-, a fonética do latim também repelia os encontros -sm- e -sn-. Por isso, esse encontro foi desfeito com a inserção de uma vogal o que, mais tarde, se fechou em u. Nesse processo, a raiz *es- se reduziu a *s-. Essa é a origem de sum, sumus, sunt. Assim, por mais estranho que pareça, o inglês *am* e o latim *sum* são parentes muito próximos!

Dessas formas do presente derivam sou, és, é, somos, sois, são (a forma sois se formou por analogia com *sou* e *somos*). Também as formas do nosso imperfeito — era etc. — vêm do imperfeito latino (*eram, eras, erat* etc.). A 1ª pessoa sou, no galego arcaico (e no moderno também) era son, mas, por analogia com *estou*, se modificou em *sou*.

Em outros tempos verbais, esse apresentava formas iniciadas em fu-. Essas formas provinham de outra raiz indo-europeia: *bheuə-, 'existir, ser, crescer'. Dessa raiz deriva o verbo inglês be. Em sânscrito ela gerou bhūtám, 'natureza'. Com a mutação da aspirada sonora [bh] na aspirada surda [ph], temos em grego duas palavras muito importantes: phy.sis, 'natureza' (donde *físico, física, fisionomia, fisiologia* etc.), e phy.ton, 'planta' (donde *fitófago, fitoterapia, zoófito* etc.).

Em latim, a mutação foi de [bh] para [f], resultando nas formas verbais do pretérito perfeito (*fui, fuisti, futi* etc., donde os nossos *fui, foste, foi* etc.), do mais-que-perfeito (*fueram, fueras, fuerat* etc., donde os nossos *fora, foras, fora* etc.), do imperfeito do subjuntivo (*fuissem, fuisses, fuisse* etc., donde os nossos *fosse, fosses, fosse* etc.) e do futuro do subjuntivo (*fuero, fueris, fuerit*, donde os nossos *for, fores, for* etc.). Essa também é a origem de *futuro*, que é o particípio futuro do verbo *esse*.

(2) sedere ('estar sentado'): é desse verbo que provêm as formas do nosso *ser* no presente do subjuntivo (*seja* etc.), do futuro (*serei*), do condicional (*seria*), do imperativo "clássico" (*sê, sede*), do gerúndio (*sendo*), do particípio passado (*sido*) e do infinitivo (*ser*).

O verbo sedere forneceu todas as formas do verbo *ser* na fase mais remota da língua:

PRES. IND. → *sejo, sees, sé, semos, sedes, seem*
IMPERF. IND. → *sedia* ~ *seia* ~ *siia* ~ *sia* etc.
PRET. PERF. → *sive, sives, seve* etc.

É o que vemos nos seguintes versos:

Ben esforçado fui, por lhi falar
na mui gram coita que por ela ei,
e fui ant' ela e ssiv' e cuydei
e catey-a, mays non lh' oussey falar
de quanta coita por ela sofri
nem do gram ben que lhe quis, poy' la vi.
(Joham Baveea, in: Nunes, 1972: 481)

[Muito esforçado fui, para lhe falar
do grande sofrimento que tenho por causa dela,

e fui diante dela e me sentei e pensei
e olhei-a, mas não lhe ousei falar
de quanto sofrimento por ela sofri.
nem do grande bem que lhe quis, porque a vi.]

Cedo, no entanto, essas formas foram substituídas pelas derivadas do verbo esse (*sou; era; fui* etc.). A forma arcaica *semos* ainda sobrevive em variedades regionais portuguesas e brasileiras: não se trata, portanto, como se poderia pensar, de uma variação da forma *somos*, que vem diretamente do latim *sumus*, ao passo que *semos* provém do latim *sedemus*.

Em textos arcaicos, encontramos ainda o verbo *ser* empregado com a ideia de 'estar sentado', conforme a sua etimologia: *hũa seeda ... em que siia hũu rey* ('uma cadeira ... em que se sentava um rei') (Williams, 1994: 241). Observe-se aqui a própria palavra *seeda*, 'cadeira', também derivada de sedere, 'estar sentado' e origem, como já dissemos, de *sede* e de *sé* (cadeira do bispo ou do papa, donde a *Santa Sé*).

O verbo estar, derivado do latim *stare*, teve muitas de suas formas influenciadas analogicamente pela conjugação do verbo ser e do verbo ir

PRES IND → estou, por analogia com vou
PRES SUBJ → esté, mas substituído por esteja, por analogia com seja
PRET PERF → estevi, mas substituídos por estive por analogia com sive

Estar também foi usado inicialmente para a expressão exclusiva de 'estar de pé', conforme testemunha a seguinte passagem:

(324) [...] muytos havia hi deles que nõ prendiam sono jazendo, mais **estando** [...] (Machado Filho, 2009: 55)
[muitos deles havia que não dormiam deitados, mas de pé]

Nesse período, para expressar nossa ideia atual de 'estar', usava-se o verbo ser, tal como ocorre nas línguas que não diferenciam 'ser' de 'estar':

(325) [...] como os imgreses ham mui boõ costume, que, quamdo **som** no tempo da paz, nom tragem armas [...] (Nunes, 1970: 133)
[como os ingleses têm muito bom costume, pois, quando **estão** no tempo da paz, não trazem armas]

(326) E pois esto disse, deo a alma a Deus e os sacerdotes e os monges que hi **eram** todos virom que os anjos a receberom e yam com ela cantando. (Machado Filho, 2009: 50)
[E depois que disse isto, deu a alma a Deus, e os sacerdotes e os monges que ali **estavam** viram todos que os anjos a receberam e iam com ela cantando.]

12.13.4.3 Ser *e* estar *como verbos copulativos*

Não tardou, contudo, para que os verbos ser e estar perdessem sua plenitude e deixassem de predicar, transformando-se nos chamados "verbos de ligação" que, na prática, quase não são verbos e, sim, meros elementos de... ligação. Esses verbos

também recebem o nome de cópula ou copulativos. A predicação perdida por esses verbos se transferiu para o sintagma à sua direita, razão porque esse sintagma recebe o nome de predicativo, pois é ele que confere atributos aos outros argumentos da sentença. O esvaziamento dos verbos de ligação se comprova, por exemplo, no fato de não existirem verbos copulativos na maioria das línguas do mundo. Nelas, a ligação entre os nomes e seus predicativos se faz por simples justaposição, como nesse exemplo do náuatle, língua falada no México:

(327) in ti.ki.tta cihuatl no.nāntzin
essa tu-a-vês mulher minha-mãe
'essa mulher que vês [é] minha mãe'

Em russo também não se usa o verbo copulativo no presente. Na escrita ele é substituído por um travessão:

(328) Víktor — zdes
Vítor [está] aqui

(329) Víktor i Léna — glúpy
Vítor e Lena [são] estúpidos

Em latim clássico, a omissão do verbo copulativo é muito frequente, como no célebre aforismo de Hipócrates, cuja tradução latina não apresenta um único verbo:

Ars longa,
vita brevis,
occasio praeceps,
experimentum periculosum,
iudicium difficile.

A técnica é longa,
a vitalidade é breve,
a oportunidade é resvaladiça,
o experimento é perigoso,
o julgamento é difícil.

[Obs.: Esse é o início de um texto sobre medicina, por isso o termo *ars* não deve ser entendido como 'arte', no sentido de 'belas artes', mas como 'técnica', isto é, como a técnica médica, que exige muito esforço e, por isso, é 'longa', ao contrário da 'vitalidade' que é 'breve.]

Por tudo isso, como vimos em [▶441], Platão considerava os adjetivos como verbos, porque em todo adjetivo está subentendido o verbo copulativo 'ser': *vi um pássaro verde = vi um pássaro, [era] verde.*

Assim esvaziados de predicação, ser e estar se tornaram verbos funcionais:

- em estruturas locativas: *A casa é ali na esquina / O gato está no telhado*
- em estruturas temporais: *O jogo é amanhã / Ainda está cedo para jantar*
- em estruturas modais: *É pior do que eu imaginava / Ele está bem?*
- em estruturas atributivas: *Esse povo é honesto / Ana está surpresa*
- em estruturas equativas: *Ana é minha irmã / Portella esteve ministro*

12.13.5 Ser *e* estar *como auxiliares*

O próximo passo na gramaticalização desses verbos é a auxiliaridade. A perífrase ser + particípio passado se consolidou na formulação da voz passiva. Em fases arcai-

cas, ser era usado para formar tempos compostos com verbos principais intransitivos (como ocorre até hoje em francês e italiano, por exemplo):

(330) [...] des que fuy nado. (Machado Filho, 2009: 63)
[liter.: 'desde que fui nascido', isto é, desde que nasci]
(331) E dixi per toda a cidade como era morto o abade Paayo. (Machado Filho, 2009: 69)
[= tinha morrido]

Ainda conservamos vestígios desse uso quando dizemos, por exemplo, que "é chegada *a hora de...*" e também no adágio "*Agora é tarde, Inês é morta*".

Por seu turno, estar ampliou seu espectro de auxiliaridade, entrando na formulação de perífrases com o gerúndio, a ponto de fazer surgir novos tempos verbais que, embora ainda não reconhecidos como tais pela TGP, estão entre os mais empregados da língua atual. Também forma perífrase com o particípio passado, que atua como adjetivo: *estou perdido; estou arrasado; estou preso; estou assustado* etc.

12.13.6 *História do verbo* ir: *sincretismo ibérico*

O verbo ir também é um dos mais importantes da língua, e não por acaso. A categoria de MOVIMENTO é das mais fundamentais em nossa percepção do mundo e em nosso processamento cognitivo. Em todas as línguas, os verbos que expressam essa categoria estão entre os mais empregados.

Precisamente por sua importância, ir tem passado por muitos processos de gramaticalização no PB.

Nosso verbo ir tem uma conjugação para a qual confluíram nada menos do que três verbos, dois latinos e um já do galego:

(i) vadĕre ('caminhar') → da conjugação *vado, vadis, vadit* etc. provêm as formas vou, vais, vai, vamos, vades, vão. A extinta 2ª pessoa do plural (*vós*) também assumia a forma ides, originária do verbo ire. Desse mesmo verbo vadĕre se formou o imperativo (*vai, vá, vamos*), o presente do subjuntivo (*vá, vás, vá, vamos* etc.). A raiz desse verbo sobrevive em seus derivados *evadir, invadir, vadear, vau* etc.

(ii) ire ('ir') → a conjugação latina desse verbo não sobreviveu nas línguas românicas, a não ser em partes. No presente do indicativo ele se conjugava assim:

1. eo
2. iis
3. it
4. imus
5. itis
6. eunt

O que dele guardamos foi o imperfeito do indicativo (*iba, ibas, ibat* etc.) de onde provêm nossas formas ia, ias, ia, íamos, íeis, iam. Também se ligam a essa raiz os verbinominais ir, indo, ido. As formas do condicional e do futuro do indicativo (*iria, irei* etc.) se formaram já em galego pelos processos de gramaticalização que temos estudado.

Do infinitivo ire e do particípio itum se formaram muitas palavras nossas: *ambição* (< amb.it.ione-), *âmbito, circuito, comitiva, coito, êxito, início* (< in.it.ium), *introito, óbito, preterir, pretérito, reiterar, subir, súbito, trânsito* etc.

(iii) ser → a coincidência das formas do passado de *ser* com as do passado de *ir* não é... coincidência. De fato, o nosso verbo ir tomou emprestadas essas formas do verbo esse, que substituíram, nas línguas românicas, as formas clássicas do verbo latino ire. Aqui a metáfora é evidente: ter ido a algum lugar é ter estado nesse lugar, e uma vez que esse significa tanto 'ser' quanto 'estar', as formas do passado (perfeito, imperfeito, mais-que-perfeito) e do futuro do subjuntivo de esse foram capturadas na rede semântica e morfossintática do verbo ir. Observe que a metáfora "ir" → "ter estado" é bem presente no inglês: *I go to Mexico* ('vou ao México'), *I have been to Mexico* ('eu fui ao México', literalmente: "eu tenho estado no México"). Da mesma forma, em francês é possível dizer *Je suis allé au cinéma* ('fui ao cinema') tanto quanto *J'ai été au cinéma* ('fui ao cinema', literalmente: "tenho estado no cinema").

O espanhol acompanhou o galego (*voy, vas, va...; iba, ibas, iba...; fui, fuiste, fue* etc.). Em galego até hoje ocorre a forma *imos* ('nós vamos'), que também se vê no português clássico e medieval. Também ocorria a variação *vades/ides* para a antiga 2ª pessoa do plural no português antigo.

12.13.6.1 História do verbo ir: *sincretismo em outras línguas românicas*

Esse mesmo sincretismo de mais de um verbo para a formação do correspondente a ir ocorreu nas demais línguas românicas.

Em italiano e francês, o verbo que se associou na formação de 'ir' nessas línguas foi o latim ambulare, de onde se origina o nosso verbo *andar*.

Em italiano, ele assumiu a forma *andare*, que é a tradução para o nosso *ir*. O verbo latino *ire*, de fato, não contribuiu em nada para a formação do seu equivalente em italiano, mas o verbo *vadĕre*, sim, mas só no presente do indicativo e do subjuntivo:

PRES INDIC	PRES SUBJ
1. vado / vo	vada
2. vai	vada
3. va	vada
4. andiamo	andiamo

5. andate andiate
6. vanno vadano

O mesmo ocorreu em francês, onde 'ir' se diz *aller* (também derivado de *ambulare*). O latino *ire* foi abandonado, mas *vadĕre* colaborou para a formação do presente do indicativo:

PRES. INDIC.
1. je vais
2. tu vas
3. il va
4. nous allons
5. vous allez
6. ils vont

12.13.8 Gramaticalização de ir

O verbo *ir*, por ser tão fundamental nas línguas, não poderia escapar aos processos de gramaticalização. Como verbo pleno, é empregado até hoje quando desejamos expressar a movimentação espacial: *Vou para o trabalho*. Logo, no entanto, as noções de espaço e tempo se reuniram, até porque sempre estiveram juntas na cognição humana — a teoria da relatividade de Einstein veio apenas confirmar algo que intuitivamente todos os seres humanos sempre souberam: que tempo e espaço são uma coisa só. Afinal, todo deslocamento espacial também implica numa passagem de tempo, e isso se comprova pelo nosso hábito de medir as distâncias espaciais em termos do tempo que se leva para percorrê-las: *de Brasília até São Paulo são umas catorze horas de carro*.

Com isso, as locuções em que ir vinha seguido de um infinitivo passaram a ser analisadas pelos falantes como expressões de tempo:

[vou] [buscar Aninha na escola]
→ estou me movimentando no espaço, tendo o ato de buscar Aninha na escola como ponto de chegada

[vou buscar] [Aninha na escola]
→ em algum momento futuro me movimentarei rumo à escola de Aninha para buscá-la

Estava aberto, portanto, o caminho para a metaforização que, como vimos em [▶172], parte sempre do espacial/concreto para o temporal/abstrato. A partir daí, se passou a usar o verbo ir desprovido de qualquer indicação de movimento, mas exclusivamente com sentido temporal. Por isso são tantos os empregos de ir em que não há nenhum deslocamento espacial implicado:

- A pessoa está ao lado do telefone e diz: *Vou telefonar para o Zeca.*
- A pessoa está deitada ao lado de outra na cama e diz: *Vou dormir.*
- A pessoa está sentada à mesa com outras e diz: *Vou comer mais um pedaço desse bolo.*

Como mera partícula indicadora do futuro, ir passou a ser usado como auxiliar de verbos que, num aparente paradoxo, indicam posição estática, imobilidade — *vou ficar; vou parar* etc. —; movimento em sentido contrário ao de ir — *vou voltar, vou retornar* —; e de verbos jamais empregados com o sentido de movimento — *vai nascer; vai morrer; vou pensar; vai poder; vamos querer* etc. É uma pena que um patrulhamento exagerado coíba as pessoas de usar *vou ir* e *vou vir*, locuções perfeitamente intuitivas, naturais, e que são empregadas sem susto em diversas outras línguas (espanhol: *voy a ir*; francês: *je vais aller*; inglês: *I gonna go* etc.). É contraditório que não se critique o uso de *vou ficar* e *vou voltar*...

Assim, o futuro simples *falarei* e o futuro do pretérito *falaria* foram perdendo terreno gradualmente para as formas perifrásticas *vou falar* e *ia falar*, muitíssimo mais frequentes. Hoje, as formas simples (elas mesmas, como sabemos, derivadas de perífrases que se gramaticalizaram) estão restritas aos gêneros textuais falados e escritos mais monitorados. No *corpus* do NURC-Brasil, por exemplo, são 64 futuros de vou + INF, contra apenas 9 futuros simples — desses, 5 pertencem a uma mesma falante, numa situação de elocução formal (aula em universidade), enquanto as 4 restantes apareceram na fala de uma única entrevistada. No caso do modo condicional, vimos que são 223 ocorrências no *corpus* do NURC-Brasil, o que demonstra a vivacidade da forma simples nesse modo. Por seu turno, o futuro do pretérito simples teve 10 ocorrências, enquanto a perífrase ia + INF apareceu 7 vezes.

12.13.9 Usos de ir como auxiliar

O verbo ir como auxiliar é muito empregado para a expressão do aspecto *iterativo* (não por acaso, um derivado da raiz *it-*, do particípio passado de *ire* em latim: *itum*), também chamado *frequentativo*, formado pela perífrase ir + GERÚNDIO:

(332) vinha um outro carro com uma plataforma baixinha e um sujeito sentado nessa plataforma...ia apanhando as bandeirinhas...que na medida que o da frente pintava ele ia pintando e soltando uma bandeirinha...pra mostrar que a pista tava pintada:de novo. (NURC/SSA/098)

(333) É incrível! eu digo, talvez os temperos não fossem os mesmos, mas ela conseguia, ia provando, ia botando mais um pouquinho e pá, e encontrava, o mesmo gosto e a mesma aparência. (NURC/POA/291)

É raro, mas ocorre, a formação da voz passiva com ir + PART PASSADO:

(334) E, claro está, que esse agradecimento vai dirigido, com ênfase, àqueles que são a própria razão de ser da Revista, os colaboradores que a escolheram como veículo para divulgação de seus trabalhos científicos. (*Revista de Saúde Pública*, 29 [13.], 1995)

(335) O Coletivo Carioca de Hip Hop vai formado por: Romeu R3, Gutierrez, O Bando e Familia Kapone. DJ JL e Negga Gizza no comando. (http://mvbill.blogspot.com/2010/06/lancamento-do-cd-causa-e-efeito-de-mv.html, acesso 30 mar 2011)

(336) Os países desenvolvidos têm um crescimento da renda *per capita* que vai acompanhado de transformações no funcionamento do sistema econômico e, ao mesmo tempo, são observadas mudanças sociais, políticas e culturais que modificam amplamente a estrutura social deste ou daquele país. (http://www.infoescola.com/geografia/paises-desenvolvidos/, acesso 30 mar 2011)

12.13.10 Regência de ir

Quanto à regência de ir, trata-se de mais um daqueles pontos em que a TGP insiste em formas que não correspondem à realidade dos usos. Por exemplo, a regência ir + em. A razão dessa regência é simples: usamos a preposição em com o verbo ir porque desde o latim a preposição in (origem do nosso em) era usada com essa mesma finalidade. Na verdade, existia em latim uma concorrência entre duas preposições: ad (origem do nosso a) e in. Não tinha uma separação rígida entre as funções das duas, e ambas podiam indicar tanto o repouso, a localização quanto o movimento, a direção. Essa dupla possibilidade de uso permaneceu em outras línguas da família, inclusive em suas normas-padrão, como o francês e o italiano. Em francês, por exemplo, temos:

- *Je vais à Paris* ('vou a Paris') → *à* = movimento
- *J'habite à Paris* ('moro em Paris') → *à* = localização
- *Je vais en France* ('vou à França') → *en* = movimento
- *J'habite en France* ('moro na França') → *en* = localização

Em francês, a distinção fica por conta de se tratar de um nome de cidade (quando se usa *à*) ou nome feminino de país (quando se usa *en*). No entanto, se o nome do país, mesmo masculino, começar por vogal ou H mudo, usa-se também *en* (*J'habite en Iran*, 'moro no Irã').

No período de constituição da norma-padrão clássica do português, ocorreu uma tentativa de delimitar de forma mais estrita o uso dessas duas preposições. Tentou se reservar a preposição *a* para indicar *movimento, direção, destino*, enquanto a preposição *em* ficaria reservada para indicar *repouso, situação, localização*. No entanto, mesmo em autores do período chamado *clássico* (a partir do século XVI) ainda se verifica a flutuação no emprego das duas preposições. Vejamos, por exemplo, essa oscilação numa mesma obra do historiador e gramático João de Barros (1497-1570), a *Crônica do imperador Clarimundo*:

(337) ... era vindo nesta terra

(338) ... depois que Carfel, e Arquilo forão na pousada com todalas cousas...

(339) levarão-no todos aquelles Senhores à pousada.

(340) O Emperador mandou a hum Cavalleiro que fizesse levar o corpo de Forbotão à Igreja de Santa Sophia.

Também em *Os Lusíadas* (1572), de Camões, encontramos o uso de *em* com sentido de movimento:

(341) Nalgum porto seguro de verdade / conduzir-nos, já agora, determina. (II, 32)
(342) Triste ventura e negro fado os chama / neste terreno meu [...] (V, 46)
(343) Os cabelos da barba e os que descem / da cabeça nos ombros. [...] (VI, 17)

O caso do verbo *ir* é particularmente interessante porque, com sentido de direção, ele pode reger três preposições: *em*, *a* e *para*. O uso de *em* é condenado sumariamente pelos puristas, que só aceitam *a* e *para*, cada uma delas com empregos bem delimitados. Como se sabe, a tradição gramatical diz que a preposição *a* deve ser usada com o verbo *ir* para indicar uma ida temporária, passageira, uma permanência breve em algum lugar. Já a preposição *para* deve ser usada para indicar uma permanência maior ou até mesmo definitiva. Segundo essas regras tradicionais, portanto, existe muita diferença entre os dois enunciados abaixo:

(344) Amanhã vou a São Paulo.
(345) Amanhã vou para São Paulo.

Podemos representar essa (suposta) diferença acreditando que a preposição *a* indica [–permanência] e a preposição *para* indica [+permanência]. O que as muitas pesquisas já feitas sobre o tema revelam, porém, é que:

(a) na expressão de [–permanência] existe uma concorrência entre *a*, *para* e *em*, com marcada preferência pelo uso de *para*;
(b) na expressão de [+permanência] só se usa a preposição *para*.

Ao contrário também do que dizem as gramáticas normativas, é indiferente o uso das três preposições quando se trata de indicar [–permanência].

> Diante desses usos tão disseminados na nossa língua, já passou da hora de se considerar igualmente válido e igualmente correto dizer "vou ao cinema", "vou no cinema" ou "vou para o cinema".

12.14 Verbos existenciais ou apresentacionais

Os chamados verbos existenciais são poucos: ser, ter, haver, fazer, estar, existir e a combinação tratar-se de. Ao contrário de todos os demais verbos, esses não realizam a função primordial dos verbos: a predicação. Predicar é "falar de" e "dizer que". Quando digo

(346) Maria Eugênia nasceu em Leopoldina,

estou *falando de* Maria Eugênia e *dizendo que* ela nasceu em Leopoldina. Por outro lado, quando digo

(347) Tem café na garrafa,

o verbo tem não atribui nenhum papel a nenhum dos outros elementos do enunciado. Ele nada nos diz de substancial sobre o café, por exemplo, apenas menciona a sua existência. Ora, existir é o mínimo que se espera de qualquer coisa sobre a qual possamos falar, mesmo que seja uma existência na forma de ideia, percepção mental, sensação ou mito (*suspeita, medo, fome, duende* etc.). Verbos que se limitam a enunciar a existência das coisas praticamente não são verbos, são meros introdutores das coisas no mundo do discurso. Por isso, alguns teóricos preferem chamar esses verbos de apresentacionais — eles apresentam a coisa para que, adiante, se possa *falar dela* e *dizer que ela*. Esses verbos introduzem tópicos novos no discurso. Esses tópicos novos, assim apresentados, não desempenham ainda nenhum dos principais papéis sintáticos que os sintagmas nominais desempenham normalmente nas sentenças: não são sujeito nem são objeto.

Os verbos apresentacionais são meros instrumentos, operadores gramaticais — tanto que podem ser omitidos sem que se perca o conteúdo do enunciado. Se apagássemos todas as ocorrências de tinha no célebre poema de Carlos Drummond de Andrade, o resultado seria perfeitamente coeso e coerente:

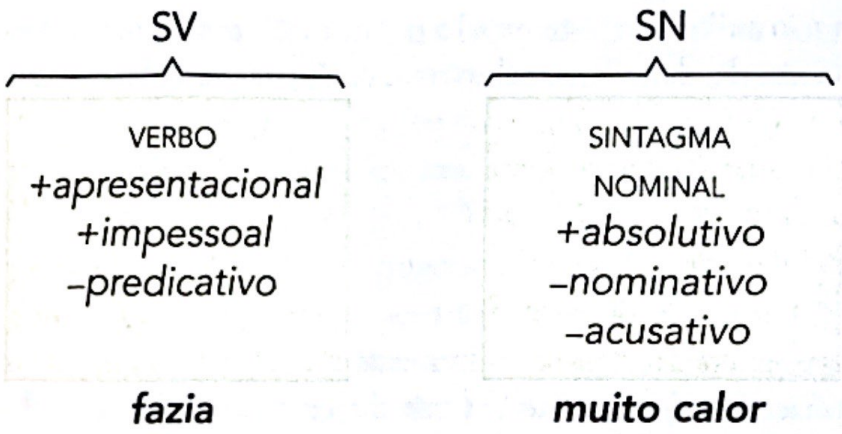
> No meio do caminho, uma pedra
> uma pedra no meio do caminho
> uma pedra, no meio do caminho, uma pedra.

12.14.1 O caso absolutivo

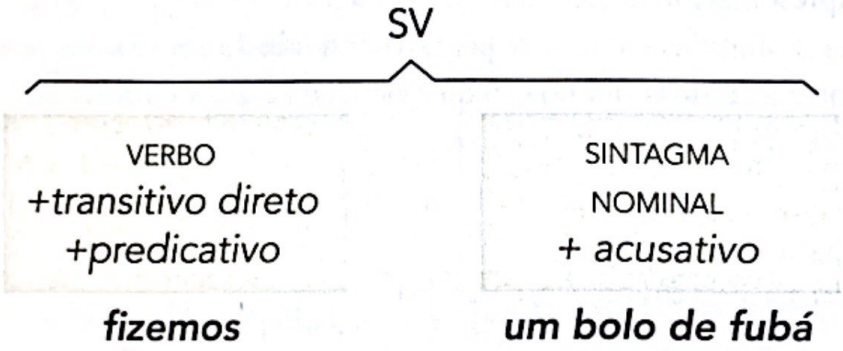
A TGP procede com flagrante incoerência na análise das sentenças apresentacionais. Quando o verbo é haver, diz que o sintagma nominal é "objeto direto". Quando o verbo é existir, diz que o sintagma nominal é "sujeito". Quando o verbo é ter... não diz nada, porque o uso existencial/apresentacional de *ter* até hoje é motivo de condenação da parte da TGP e de seus seguidores mais empedernidos.

Se os verbos existenciais não predicam, fica bem claro que não podem ter nem sujeito nem objeto. Como diz Castilho (2010: 288): "Seria necessário postular uma nova função para os sintagmas nominais únicos, sensível à tipologia dos verbos com que eles aparecem". E o autor propõe o termo absolutivo para classificar esses novos tópicos discursivos introduzidos pelos verbos apresentacionais. Essa terminologia se inspira no conceito de caso gramatical: o absolutivo seria o caso desses sintagmas nominais não predicados, assim como o nominativo é o caso do sujeito, o acusativo é o caso do objeto direto, o dativo é o caso do objeto indireto etc.

O caso absolutivo é o caso gramatical não-marcado [▸476] do argumento principal de um verbo — é, por assim dizer, a palavra em "estado de dicionário", apenas "citada" na sintaxe.



Como se vê, o sintagma nominal que é introduzido pelo verbo apresentacional não pertence ao sintagma verbal, não é seu sujeito nem seu complemento. Contraste a estrutura acima com:



Os casos marcados seriam o nominativo, o acusativo e o dativo. Quando Hugo telefona para algum lugar e a pessoa do outro lado pergunta "Quem é?", e Hugo responde "É o Hugo", o sintagma nominal "o Hugo" está no caso absolutivo, pois o verbo *ser* aqui é mero apresentacional. Isso fica evidente pela própria forma do verbo — é —, pois se "o Hugo" fosse o sujeito (nominativo) desse verbo, ele deveria ser flexionado na forma "sou". É diferente quando alguém pergunta "Quem é você?", e Hugo responde "Eu sou o Hugo", em que "o Hugo" é predicativo do sujeito e, portanto, está no mesmo caso gramatical (nominativo) do sujeito "eu"[9].

Em diversas línguas, a resposta ao telefone se faz de forma semelhante: "C'est Hugo" (em francês, com um pseudossujeito ce); "It's Hugo" (em inglês, também com um pseudossujeito it) — duas línguas em que todo verbo, mesmo apresentacional, precisa ter um sujeito, ainda que aparente (em inglês ele é chamado de sujeito

[9] Convém lembrar que os casos gramaticais continuam a existir nas línguas românicas e, portanto, no PB. A diferença é que, no latim, os casos eram marcados morfologicamente, ao passo que nas línguas românicas os casos não atribuem forma própria aos nomes: a palavra *casa* pode ser sujeito, objeto direto, objeto indireto, adjunto adverbial etc. sem alterar sua forma. A única exceção fica por conta dos índices de pessoa e de não-pessoa, que, na norma-padrão, mudam de forma conforme o caso sintático: *ela* (nominativo), *a* (acusativo), *lhe* (dativo) etc.

dummy, 'palerma, pateta, bobo; simulacro', já que não tem nada o que fazer nessas sentenças). É por isso que nessas línguas o nosso simples "chove" se traduz por *il pleut* (literalmente: 'ele chove') e *it rains* (liter.: 'isso chove'). Caso curioso é o do espanhol, em que ao telefone a pessoa diz: "Soy Hugo" — sem dúvida, uma hipercorreção que se firmou como regra normativa.

12.14.2 O *absolutivo com o verbo* ser

O caso absolutivo, portanto, também ocorre com grande frequência quando o verbo apresentacional é ser, tanto em variedades linguísticas menos sujeitas ao policiamento escolar quanto em usos menos monitorados das VUP:

(348) É nóis na fita!
(349) Se não é eu quem vai fazer você feliz? (http://www.fotolog.com.br/junninmoral/40817539, acesso 25 mar 2011)
(350) Como esquecer os dias cinzentos? Se é eles que me trazem o brilho do sol... (http://pensador.uol.com.br/frase/NTI1MDQ5/)
(351) Note ainda que o filtro que você comprou vem com dois anéis de borracha. São os anéis de vedação da tampa. É eles que impedem que o óleo vaze pela tampa (esqueça um deles e experimente ligar o motor pra você ver). (http://www.fazeronline.com/SMF/index.php?topic=8603.0;wap2)
(352) Agora é eu que quero dar o máximo de dor de cabeça para essa empresa corrupta!!!! (http://www.reclameaqui.com.br/559449/fator-digital-digifactor/a-fator-digital-e-um-virus-da-internet/)

A não-flexão do verbo se deve, mais uma vez, à ordem VS, contrária à ordem canônica do PB (SVC) — aliás, já não se trata de VS e sim de V+SN, pois o que se segue ao verbo é um sintagma nominal no caso absolutivo e não um sujeito. O verbo ser nesses casos não é um verbo pleno mas, sim, um verbo apresentacional com as mesmas propriedades de haver, ter, existir:

(353) É nóis na fita! (cp.: Tem nós na fita!)
(354) É eu e a Rute aqui! (cp.: Tem eu e a Rute aqui!)
(355) É só elas para tomar vacina? (cp.: Só tem elas para tomar vacina?)

Os falantes intuem, acertadamente, que se trata de um verbo apresentacional ou seja, impessoal, que só se conjuga na não-pessoa do singular. Como não existe em PB o sujeito *dummy* (ou "aparente" como se diz em francês) para ocupar o lugar normal do sujeito, a tradição normativa passou a exigir a concordância do verbo apresentacional com seu sintagma absolutivo — e isso não só em português (Sou eu *agora*), mas também em espanhol (Soy yo *ahora*) e italiano (Sono io *adesso*). Em francês, no entanto, língua que dispõe do sujeito "simulacro", a fórmula apresentacional é sempre c'est e o sintagma que vem a seguir nunca está no caso nominativo (sujeito):

- C'est moi ("Sou eu"), mas *eu*-nominativo em francês é je;
- C'est toi ("És tu"), mas *tu*-nominativo em francês é tu;

- C'est eux ("São eles"), mas *eles*-nominativo em francês é ils. A forma no plural "*ce sont eux*" já desapareceu há muito tempo na língua falada, inclusive nas variedades urbanas de prestígio.

12.14.3 Características dos verbos apresentacionais

Os verbos apresentacionais trazem algumas características bem definidas:

1. São impessoais — portanto, não concordam com o sintagma nominal que introduzem. E isso vale para todos, inclusive existir.
2. Ocorrem antes do sintagma nominal que introduzem ("Tem gente demais aqui!" / "Faz muito frio em Moscou" / "Houve um princípio de incêndio durante o espetáculo" / "Existe suspeitas de vazamento de informação privilegiada" / "É eles que vão me ajudar?"). Os verbos apresentacionais podem vir depois do sintagma nominal quando este é retomado por motivos de ênfase (topicalização) ou repetição: "— Quer dizer que não tem hotel em Cataguases?" / "— Hotel tem, mas não é lá dos melhores".
3. Nas sentenças apresentacionais, ocorrem com notável frequência expressões locativas ou temporais, tanto que é possível dizer que são elas que atribuem predicação ao sintagma nominal referido, isto é, são elas que *falam de* e *dizem que*: Tem café na garrafa. / Faz muito frio em Moscou. / Existe possibilidades de um voo extra amanhã de manhã.

12.14.4 Expressões locativas e verbos apresentacionais

A frequência das expressões locativas nas construções apresentacionais é tão elevada que, em muitas línguas, os verbos existenciais vêm sempre acompanhados de um advérbio de lugar, como em inglês there is (literalmente: "ali é"), em francês il y a (liter.: "ele ali tem"), em italiano c'è (liter.: "ali é") — todos eles traduzidos em PB pelos verbos há, existe ou tem.

Em espanhol, a forma hay representa a junção de ha, do verbo haber, mais o pronome adverbial locativo y que existia na língua arcaica (o mesmo que existe até hoje em francês). Em galego arcaico e em português medieval, também existia esse pronome, grafado i/hi/hy (do latim *ibi*), desaparecido com o tempo, e que se juntava igualmente ao verbo há para formar o apresentacional hai — uma forma que sobrevive até hoje em diversos falares regionais brasileiros, sobretudo rurais: "Que é que hai?", além de permanecer também no galego moderno com a mesma função apresentacional do espanhol. Exemplos do uso do pronome adverbial e, em seguida, em combinação com o verbo haver:

(356) E vymos nas terras dos Neffeos e de Babilonia companhas de monges que adur poderiam seer contadas, em que vymos que havia muytas vertudes e muyto bem. Ali, dizem

que fez Joseph, filho de Israhel, celeyros de pam em tempo de rey Pharaao quando forom os anos maaos. E dizem que aynda hoje está hy as tulhas feytas, que foram pera guardá-lo hi. (séc. XIV, in Machado Filho, 2009: 50)

(357) Onde ha i sol, ha i sombra. / Onde ha i muito beber, não ha i segredo. (Frei Heitor Pinto, séc. XVI, in Said Ali, 1964: 184)

Exemplos do verbo haver como verbo pleno no século XIV:

(358) Vymos outro sancto homem em Thebayda, que havya nome Dyoscoro abade, que havia em seu moesteiro bem cem monges. (Machado Filho, 2009: 53)

(359) Er vymos outro homem bõo com eles que havia nome Corniũ, de grande ydade e de sancta vida, e havia ja cento e dez anos. (*ibid.*, 55)

(360) Andemos enquanto havemos dia, ca de noyte nõ poderemos bem remar. (*ibid.*, 57)

12.14.5 O verbo apresentacional ter

Assim como o verbo haver aos poucos foi deixando de ser verbo pleno, perdendo seu sentido de "posse" para se tornar um mero apresentacional, o mesmo ocorreu com o verbo ter que hoje é, de longe, no PB, o verbo apresentacional mais empregado de todos. Com isso, o verbo ter adquiriu uma função a mais: além de verbo pleno — "Ana tem um computador muito bom" — também é usado como verbo funcional, apresentacional — "Tem doces ótimos naquela padaria ali". Trata-se, mais uma vez, do percurso metafórico que parte do mais concreto para o mais abstrato.

A condenação dos puristas ao uso de ter existencial se deve, como sempre, à sua tentativa de querer impor aos brasileiros os usos dos portugueses. Como os portugueses não usam o verbo ter nessa função, logo (pela lógica distorcida que move a atitude purista) tal uso é "errado". Ora, o fato é que os portugueses simplesmente abandonaram o uso de *ter* com função existencial, função que foi conservada porém por brasileiros e africanos — e se brasileiros e africanos continuam a usar *ter* como existencial/apresentacional é porque receberam esse uso da língua de seus ex-colonizadores. Isso se comprova nos seguintes exemplos do português europeu antigo:

- do livro *Peregrinaçam*, de Fernam Mendez Pinto:

(361) Na frontaria deste patio, onde estava a escada por onde subiam para cima, tinha hum grande arco lavrado. (v. II, p. 45)

(362) Aquy nos mostrou hum oratorio em que tinha huma Cruz de pão dourada. (v. III, p. 82)

(363) [...] no mais alto desses arcos tem sinos de vigia. (v. III, p. 169)

- do *Itinerário da Terra Santa*, de Frei Pantaleão Aveiro:

(364) Dentro na cidade & arrabaldes tem vinte conventos de Religiosos & vinte & quatro de Religiosas. (p. 3)

(365) Dentro na cidade tem um almazem. [...] (p. 4)

(366) Dentro do castello não tem armas. (p. 109)

Esses exemplos provêm justamente do século XVI, quando se iniciaram as navegações e conquistas portuguesas de terras de outros continentes e, por conseguinte, o transplante da língua para esses lugares e sua imposição aos povos escravizados.

Observe que em todos eles aparecem as expressões locativas que caracterizam as sentenças apresentacionais.

12.14.6 Concordância dos verbos apresentacionais

No *corpus* do NURC-Brasil, existe 28 usos de tinha como apresentacional, contra 12 de havia. Na seguinte ocorrência, o *havia* aparece como a forma "corrigida" de *tinha*, que a falante considerou menos "adequada":

(367) uma espécie duma piscina né? não tinha pis/ não havia quase piscina naquele tempo... (NURC/POA/45)

Essa mesma falante, no entanto, flexiona o verbo ter, por hipercorreção:

(368) eu noto que antigamente ti/ tinham filmes mais assim::...com maior conteúdo.

Esse exemplo nos revela um antigo problema no ensino de língua na escola: o da concordância dos verbos existenciais. A TGP, em sua incoerência, cobra uma concordância com os verbos ser e existir e proíbe concordância com os verbos haver e fazer... Essa incoerência se deve, como é frequente, à subserviência da TGP às origens mais remotas da língua: como, em latim (!) os verbos habēre e facĕre eram transitivos diretos, até hoje — no Brasil e no século XXI — a tradição gramatical analisa como "objetos diretos" os sintagmas nominais que se seguem a eles, desprezando mais de dois mil anos de gramaticalização e mudança linguística! Pela mesma razão (ou falta de razão?), como os verbos ser e existir, em latim, eram intransitivos, a TGP analisa o sintagma nominal que se segue como "sujeito"...

No entanto, dentro de uma visão mais sintonizada com a linguística moderna e com a realidade da língua atual (e não de uma língua desaparecida há quinze séculos), trata-se de uma mesma estrutura oracional que, precisamente por isso, não pode ser submetida a duas análises sintáticas diferentes. No entanto, essas ambiguidades e incoerências, como bem sabemos, aparecem com frequência na TGP.

É curioso notar que a invariabilidade do verbo haver, sua não-flexão, aparece na gramática do padre português Jerônimo Contador de Argote, publicada em 1725, da seguinte (e surpreendente) maneira:

D. Ha Idiotismos na concordancia do Verbo com o seu nominativo.
M. Porque?
D. Porque o Verbo *Haver* nas terceyras pessoas do numero singular não concorda em numero com o seu nominativo.
M. Dizey exemplo.
D. *Ha muytas flores neste jardim*. Onde o Verbo *Haver* está no numero singular, e o seu nominativo *Flores* no plurar. Da mesma sorte *Havia muytas flores nesse jardim* &tc. O que é hum Idiotismo, e Grammatica muyto irregular. (p. 269)

Nesse manual didático escrito em forma de diálogo entre um mestre e seu discípulo (M. e D.), o sintagma nominal absolutivo é analisado como nominativo do verbo haver, isto é, como seu sujeito...! A não concordância do verbo com seu suposto sujeito é considerada um "idiotismo" por Argote, isto é, uma característica própria da língua portuguesa (que em toda a obra é contrastada com a língua latina) e, por isso, "gramática muito irregular".

Não admira que tantas pessoas não entendam por que devem flexionar *existir*, mas não podem flexionar *haver*, se sua correta intuição linguística diz a elas que os dois verbos têm a mesma propriedade semântica.

Como se vê, tem sido sempre um problema classificar o sintagma nominal que aparece nas sentenças apresentacionais. Ora é "sujeito", ora é "objeto direto". Por isso, é indispensável encontrar uma solução para tal problema e garantir coerência de análise gramatical para esse tipo de sentença.

12.14.7 Incoerência e hipercorreção

A incoerência da análise da TGP e da prática de ensino nela inspirada é que provoca nos falantes a insegurança acerca de quais verbos apresentacionais devem ou não concordar com o sintagma nominal que se segue a ele. Por causa dessa insegurança, muitos falantes incorrem na hipercorreção ao flexionar os verbos apresentacionais:

(369) e tirando a parte do artista a senhora acha que **devem haver outros cuidados** para a peça ser bem::bem apresentada obter um bom sucesso? (NURC/SP/234)

(370) **começaram a haver alguns enganos**. (NURC/SP/360)

(371) eu noto que antigamente ti/ **tinham filmes** mais assim::...com maior conteúdo. (NURC/POA/45)

(372) choveu muito uma temporada quando a gente ia com o SESC... mas já faz anos... e então nós jogávamos também **tinham mais dois casais**... (NURC/SP/234)

(373) *Doc.*: e:: po/podem ocorrer (sem) algum motivo especial ou (quais são) motivos especiais para faZER uma visita a um... a um amigo?...
Inf.: motivo especial... bom agora não:: **os motivos especiais** que tiveram foram só aniverSA::rios, né?... (NURC/POA/45)

(374) Agora empregue a vírgula antes do QUE nos casos necessários por **se tratarem de frases explicativas**. (Gusso/Finau, 2008, vol. 8: 159)

(375) Notícias e Doutrina sobre "NÃO INCIDÊNCIA, **POR SE TRATAREM DE VERBAS** DE CARÁTER PESSOAL". (http://www.jusbrasil.com.br/topicos/2956441/nao-incidencia-por-se-tratarem-de-verbas-de-carater-pessoal. (acesso em 22 mar 2011)

(376) Observamos que as maiores discordâncias foram entre o diagnóstico clínico de hanseníase, que em 65,7% dos casos **tratavam-se de dermatites** crônicas inespecíficas. (http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-42302004000200035&script=sci_arttext, acesso 22 mar 2011)

De igual modo, é frequentíssima a não-flexão do verbo existir, ilogicamente exigida pela TGP:

(377) as glândulas mamárias...elas se atrofiam...elas se atrofiam porque não **existe aqueles elementos**...ou seja aqueles hormônios responsáveis pelo seu desenvolvimento... (NURC/SSA/49)

(378) Num pais onde existe mais de 100 línguas além da oficial é inconcebível perpetuar a ideia que só a língua normativa é a correta. (Texto produzido por professora de português do Distrito Federal)

(379) Mas também não devemos esquecer que dentro da própria inserção a que pertence existe as variações linguisticas com a ocorrência de subtração de 'r', 's', troca de R por L, por exemplo. (Texto produzido por estudante de Letras da Universidade de Brasília)

(380) Para as indústrias chinesas e formuladores de política que tentam conter a desaceleração econômica, ainda existe muitos motivos para o pessimismo. (oglobo.globo.com/economia/mat/2009/01/02/industrias-da-china-india-russia-cortam-producao-empregos-587758931.asp

12.14.8 *Definição das sentenças apresentacionais*

Vamos definir, então, as sentenças apresentacionais com as seguintes fórmulas:

1. O verbo apresentacional é impessoal, não realiza predicação e, *portanto*, não concorda com o sintagma nominal que ele introduz.
2. Esse sintagma nominal está no caso absolutivo e, *portanto*, não é nem sujeito nem objeto direto do verbo apresentacional.
3. O verbo apresentacional, *portanto*, é invariável, só se conjuga na não-pessoa do singular:

- Sempre existiu muitas incoerências na análise tradicional desses verbos!
- Sempre teve muitas incoerências na análise tradicional desses verbos!
- Sempre houve muitas incoerências na analise tradicional desses verbos!
- Trata-se de incoerências que só prejudicam a boa educação linguística!
- É elas que impedem um ensino mais racional de língua no Brasil!
- Faz décadas que os linguistas criticam essas incoerências! Mas não basta criticar, é preciso abandoná-las de vez e pôr outras análises no lugar!

Existe	incoerências na análise tradicional
VERBO apresentacional, impessoal conj. na não pessoa do sing.	SINTAGMA NOMINAL caso absolutivo, nem sujeito, nem objeto

12.14.9 O *verbo* existir

O caso do verbo existir é particularmente interessante porque, ao contrário dos demais apresentacionais, ele também ocorre com frequência na ordem SV. Nessa ordem, os falantes das VUP mantêm a concordância. É mais uma demonstração clara da importância crucial da ordem dos constituintes na sentença para o processamento da linguagem pelos falantes. Compare:

(381) a profissão do magistério... se/ há pessoas que REalmente abraçam e fazem pedagogia... pedagogia que dá condições da pessoa ser... um pedagogo... como a palavra tá dizendo... e exercer as condições de de: de conhecedor de didática... de pedagogia e

didática... e existe outras pessoas... que exercem o magistério... até por conta de que... áh êh êh se formou e não conseguiu exercer aquela profissão... (NURC/REC/178)

→ V+SN, portanto, V+Absolutivo = [–concordância]

(382) nasce o sol no oriente... mas é mentira... isso é mentira... isso é apenas uma aparência... mas você tem coragem de dizer que é mentira? todo mundo não está VENdo o sol girar? mas é mentira... é tão mentira quanto... fantasmas... assombrações... almas do outro mundo... milhões de pessoas dizem ver... mas não existem... (NURC/REC/216)

→ SV, ou seja, Nominativo+V = [+concordância]

Ao contrário da TGP, portanto, os falantes são perfeitamente coerentes na aplicação das regras que já se consolidaram em sua língua.

Infelizmente, porém, a concordância dos verbos apresentativos ser e existir é empregada pelos falantes mais letrados como um instrumento de avaliação e discriminação linguística, muito embora eles mesmos, inconscientemente, não façam essa concordância o tempo todo. Por isso, como visamos sempre o bem das nossas alunas e dos nossos alunos, é importante apresentar a elas e a eles exemplos dessa concordância, como sempre, em textos autênticos, falados e escritos, mais monitorados. Não se trata de condenar as formas sem concordância, mas de mostrar de que maneira elas se distribuem no espectro dos gêneros textuais falados e escritos. Com base no estudo que fizemos aqui, a professora pode explicar as origens da cobrança de uma concordância indevida e até aproveitar a ocasião para desmistificar a tradição gramatical e mostrar que, ao contrário do que muita gente imagina, ela não é portadora da "verdade absoluta" sobre a língua. Como todo e qualquer produto humano, a tradição gramatical está sujeita a falhas, incoerências etc. E também é uma boa oportunidade para discutir os valores sociais (positivos e negativos) associados a determinadas regras normativas que, mesmo consideradas "certas", trazem irracionalidades e ilogicidades óbvias.

Não tem incoerência alguma em nossa proposta de que algumas regras tradicionais sejam ensinadas e outras não. Como já expus em diversos momentos dessa gramática, o que estamos propondo é que as variedades urbanas de prestígio reais sirvam de base para a elaboração de um "novo senso comum" sobre a língua. Assim, é inútil perseverar no ensino de regras que há muito tempo deixaram de ser seguidas pelos falantes dessas VUP, sobretudo em GTM. No entanto, é im-

prescindível continuar ensinando outras regras que, embora descabidas, ainda servem de arame farpado para separar os que falam "bem" dos que (supostamente) falam "mal".

12.15 Verbos inacusativos

Os mesmos problemas no ensino sistemático da concordância são frequentes com um grupo de verbos intransitivos classificados como inacusativos. Eles recebem esse nome porque nunca podem atribuir caso acusativo, isto é, não habilitam *objeto direto*. Observe os seguintes exemplos:

(383) Vou esquentar a sopa.
(384) A sopa já esquentou.
(385) De manhã fez frio, mas agora à tarde esquentou.

Em (383) temos um verbo transitivo (objeto direto = *a sopa*); em (384), um verbo ergativo (sujeito paciente = *a sopa*), e em (385) um verbo impessoal, sem sujeito e sem objeto.

Os verbos inacusativos não oferecem essa flexibilidade de usos. São verbos como chegar, cair, aparecer, acontecer, ocorrer, vir, morrer, nascer, sair, entrar, sobrar, ficar, entre outros. O sujeito desses verbos não é o *agente* semântico do estado de coisas relatado, é muito mais semelhante ao objeto direto (*paciente*) de um verbo transitivo. Por isso mesmo, ocorrem com grande frequência antes de seus sujeitos, numa ordem VS:

VERBO	SUJEITO
Apareceu	***a Margarida***

A diferença entre as construções com verbos inacusativos e as ergativas é que, no caso das ergativas, temos verbos *transitivos diretos* cujos objetos migram para a posição do sujeito, ao passo que os verbos inacusativos são sempre *intransitivos*, jamais requerem complementos (por isso *inacusativos*).

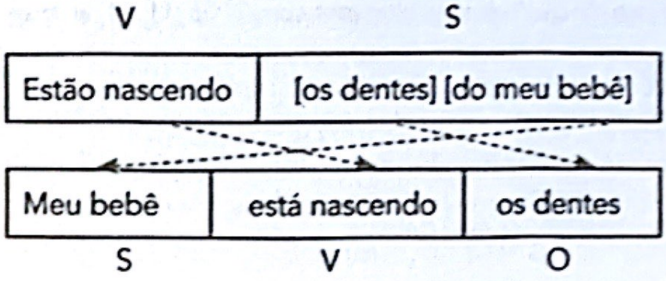
12.15.1 Os inacusativos no PB

No entanto, ocorre atualmente um fenômeno de mudança que é o exato oposto do que se passa com os ergativos — nas construções com verbos inacusativos, é o sujeito que migra para a posição de complemento. É a reanálise desses verbos, antes inacusativos, como transitivos diretos, cujos objetos são os sujeitos das construções inacusativas

clássicas. Nós, brasileiros, estamos atribuindo complementos a verbos como nascer, crescer, caber etc. E isso, mais uma vez, por causa da fixação da ordem SVC na sintaxe de nossa língua e do caráter essencialmente nominativo da nossa língua, isto é, uma língua em que o papel sintático de sujeito é o mais valorizado de todos. Observe:

(386) Meu bebê está nascendo os dentes, o que faço? (http://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20110203145912AAgy7nG, acesso 25 mar 2011)

Ora, essa sentença — que é pronunciada por praticamente todas as mães que têm bebês nessa fase — promove a perfeita inversão de papéis sintáticos esperados nas construções com verbos inacusativos:



Nesse processo de mudança, vários fatores entram em jogo:

(a) a topicalização [▸472] do elemento a ser realçado no discurso: esse elemento é complemento do núcleo do sintagma nominal sujeito;
(b) o apagamento da preposição quando o elemento antes preposicionado se torna sujeito;
(c) a recondução da sentença à ordem SVC;
(d) a atribuição dos traços semânticos [+agente][+animado] ao sujeito sintático, traços típicos desse constituinte.

Por conseguinte, os verbos antes *inacusativos* se tornaram verbos que atribuem *caso acusativo*, ou seja, verbos transitivos diretos. É uma mudança surpreendente e, de novo, salvo engano, exclusiva do PB no interior do grupo das línguas românicas. Uma verdadeira revolução na transitividade (acessos em 5 abr 2011):

(387) Esse carro cabe muita coisa apesar do tamanho. Excelente automóvel. (http://www.icarros.com.br/opiniao-carros/mercedes-classe-a/338.html)
(388) [...] nos nossos sonhos estava construir no terraço uma churrasqueira e um lugar para tomar sol, já que minha casa não bate sol [...] (http://www.infomaroto.com/blog/participar-lata-velha-caldeirao-do-huck/)
(389) Minha máquina de lavar Enxuta está vazando água por baixo, o que eu faço? (http://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20110404163255AAl0iRx)
(390) fui colocar duas calças e uma bermuda de molho e a bermuda saiu tinta e manchou a calça só vim perceber depois de seco o que faço para tirar essa mancha (http://www.mundodastribos.com/como-remover-manchas-de-roupas.html)
(391) Qual é o nome do shampoo que cresce o cabelo? (http://www.soentreamigas.com.br/brasil/zona/salud-belleza/cabello/secado-del-cabello.php)
(392) Segundo o motorista "o carro quebrou a barra de direção". Um pedestre que disse ter visto o acontecido disse que "o carro estava correndo bastante, a pista estava livre".

(http://www.eliasmuratori.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2613:acidente-na-jk-a-vitima&catid=7:blog&Itemid=3)

(393) Bom dia galera, não sei se estou postando na área certa mais vamos lá, meu carro estragou o cilindro da ignição (http://forum.corsaclube.com.br/viewtopic.php?t=43969&sid=fd55daf3a5a5c46578a7d3805086c3d0)

(394) [...] a minha camiseta zerada caiu tinta em uma segunda-feira, mas minha mãe só lava roupa na terça. assim que caiu a tinta, passei detergente e deixei até a terça onde ela lavou a camiseta... (http://forum.clubedohardware.com.br/limpar-tinta-impressora/164127?s=b0999c162f3d553c81c16a45b8b71aa2&)

(395) Estou com um problema no meu carro, quando ele esquenta o motor está saindo uma fumaça clara e quando paro na garagem sinto um cheiro meio estranho, parece ser de gasolina. (http://www.corsaclube.com.br/forum/viewtopic.php?t=41551&sid=f350389499572709f7c374030478ae30)

(396) Ela, coitada, sai arrastando um pé que perdeu o sapato, enquanto tenta endireitar o corpo olhando meio de cima, aparentando calma, mas seu cabelo arrepiou prum lado e o vestido rasgou a costura no esforço. (http://sulfurina.blogspot.com/2006_11_01_archive.html)

Essas construções em que verbos antes intransitivos se tornam transitivos têm como característica a impossibilidade de serem convertidas à voz passiva:

(397a) Meu bebê está nascendo os dentes
(397b) *Os dentes estão sendo nascidos por meu bebê.

(398a) Minha casa não bate sol.
(398b) *Sol não é batido por minha casa.

(399a) O shampoo que cresce o cabelo.
(399b) *O cabelo que é crescido pelo shampoo.

Por essa razão, Pontes (1987) considera que tais sentenças não são verdadeiras SVC, tendo somente a *aparência* de SVC. A análise da autora é eminentemente semântico-pragmática. Nessa análise, a operação sintática é decorrente da intenção comunicativa do falante de realçar um elemento do discurso que, na ordem V(inac.)-S, ficaria obscurecido — na opinião de Pontes, empregar construções de tópico-comentário permite efeitos de sentido diferentes do emprego da construção não-marcada, SVC.

12.15.2 A topicalização e o ensino de língua

A mesma Eunice Pontes lamentava que no ensino de língua na escola as estruturas de tópico-comentário fossem alvo de condenação das professoras e dos professores, que as "corrigiam" sistematicamente na produção escrita de seus alunos:

> Os professores de português, infelizmente, não seguem o uso dos bons escritores, mas as prescrições dos gramáticos. Quando lhes mostramos que mesmo os melhores escritores usam estas estruturas em suas obras, eles respondem que "o escritor sabe como usá-las, para atingir um certo efeito, mas o aluno não". Esta atitude é baseada no preconceito de que o falante nativo não sabe usar a língua para comunicar as mais sutis "nuances" de significação. Essa crença errada está sendo desconfirmada por todo aquele que estuda a língua oral em situações reais. A competência comunicativa do falante nativo é surpreendente. [...] as diferentes estruturas [...] são usadas pelo falante nativo com finalidades diferentes. Se ele as usa sabendo o que quer comunicar na língua oral, por que ele não saberia usá-las na escrita? (1987: 93-94)

O artigo que Pontes incorporou em seu livro foi escrito originalmente em 1981. Passados trinta anos desde então, a situação da sala de aula no Brasil sofreu muitas transformações — e o verbo *sofrer* aqui é empregado no que tem de negativo. Se a formação que os futuros docentes recebiam na época já era problemática, a de hoje é catastrófica. Por outro lado, um lado agora positivo, o ingresso na profissão de pessoas vindas das classes socioeconômicas C, D e E ao longo dessas últimas décadas alterou profundamente a chamada "língua da escola". Duas ou três gerações passadas, essa norma pedagógica se distanciava muito das variedades linguísticas faladas pelo alunado, a ponto de fazer surgir entre os dois grupos — o discente e o docente — um verdadeiro abismo dialetal.

Hoje, no entanto, a variação dialetal em sala de aula é quase imperceptível. O professorado da atualidade fala, na prática, a mesma "língua" de seu alunado — o que não é problema, pelo contrário, constitui até mesmo uma democratização das relações linguísticas na escola. O problema é que a passagem pelo curso superior não proporcionou à maioria dos futuros docentes uma ampliação significativa de seu espectro dialetal e, por conseguinte, de suas competências comunicativo-textuais.

Assim, a produção escrita das pessoas que se formam para a prática docente já apresenta abundantes ocorrências de estruturas morfossintáticas que dificilmente seriam admitidas por colegas das gerações anteriores. E as estruturas inovadoras do tipo inacusativos > acusativos estão entre elas. Paralelamente, a generalização do uso do computador pessoal também generalizou essas estruturas inovadoras, sobretudo nas situações de escrita/fala hibridizadas que caracterizam a maioria das interações via internet (blogues, salas de bate-papo, redes sociais etc.) —, o que se comprova pelos exemplos que exibimos aqui mesmo nessa gramática.

Problemas por um lado, mudanças positivas pelo outro... e assim navega o barco sempre instável e periclitante da educação no Brasil.

A mesma mudança inacusativo > acusativo tem ocorrido com o sintagma cair a ficha. Quando essa expressão surgiu, sua sintaxe era VS, portanto era a ficha que caía. No entanto, decerto pela pressão de nossa tendência a reconduzir as sentenças ao padrão SVC, além do efeito provocado pela topicalização, tem sido possível ouvir e ler sentenças como:

(400) Quando você me chamou para conversar na escola em uma manhã de outubro (ou seria novembro?) e disse: "Eu acho que não vai mais dar certo" e foi nessa hora que eu caí a ficha que o amor estava se tornando unilateral. (http://quandovocenaoesperar.blogspot.com/2010/02/remember-yesterday.html, acesso 5 abr 2011)

(401) Ex-tucana e ex-aliada de carteirinha do prefeito Santos, Chica Nunes vai aproveitar a mexida nos quadros da CPI e pedirá para sair. Depois de ter o nome incluído, ela caiu a ficha sobre sua situação jurídica. (http://rdnews.com.br/blog/comentadas/page/12)

(402) Ouvido pela equipe do Site RT, o deputado José Augusto Pugliese (PMDB), disse que o governo entendeu que o projeto era inconstitucional. "Nós já tínhamos chegado a uma conclusão: a LDO é uma matéria constitucional e não há por que modificá-la e o governo estava insistindo em outra tese. Em meu entendimento, ele caiu a ficha e passaram

a querer fazer a coisa do jeito que manda a lei", ressalta. (http://robertatum.com.br/noticia/para-stalin-retirada-de-projeto-abre-canal-de-discussao-josi-diz-que-deputados-estarao-de-prontidao-para-votar-orcamento/10479)

A concordância em eu caí a ficha é o que nos permite, ao contrário de Pontes, qualificar o elemento pré-verbal como sujeito.

12.15.3 Inacusativos e concordância

Os verbos que permanecem inacusativos ocorrem muito frequentemente na ordem VS, e uma vez que seus sujeitos são [+pacientes] e ocupam o lugar normalmente reservado ao objeto (tipicamente paciente), a posição pós-verbal, os falantes do PB analisam tais verbos como impessoais (à semelhança dos apresentacionais) e, portanto, invariáveis, mantidos sempre na não-pessoa do singular (acesso em 22 de março de 2011):

(403) Pra fazer almôndega ou eu aproveito as aparas dessas carnes, às vezes a gente, quando, quando eu compro um peso muito grande sai aquelas aparas, ou eu aproveito as aparas dessa carne ou então compro meio quilo de carne moída, então eu faço, faço almôndegas. (NURC/RJ/078)

(404) O sobrenatural aqui fica em segundo plano. A postura da mãe [...] que tenta provar a todos que pode cuidar da filha sozinha é o ponto mais valorizado. Mas, claro, por estar inserido no filão, acontece algumas situações tensas aqui e outras ali — principalmente no terceiro ato da trama." (*Correio Braziliense*: http://divirta-se.correioweb.com.br/cinema.htm [12/8/2005])

(405) A capital cresceu e com o desenvolvimento veio também os problemas da cidade grande: o trânsito, longas filas no mercado e a tal da violência. (http://portal.rpc.com.br/gazetadopovo/blog/blogdagazetinha/?id=692967)

Esses exemplos procedem da fala ou da escrita de usuários das variedades urbanas de prestígio e muitas de suas ocorrências provêm de textos com alto monitoramento estilístico. Não se trata, portanto, de "distrações", nem de "erros" cometidos por pessoas sem instrução formal adequada. Trata-se, isto sim, de obediência a uma regra que já se firmou na gramática do PB e tem de ser reconhecida como tal. É uma regra que se aplica não só aos verbos inacusativos, mas a todos os verbos em geral [▶655]:

REGRA: na ordem VS o elemento S deixa de ser analisado como sujeito e, por ocupar o lugar sintático do objeto, não concorda com o verbo.

No caso dos verbos inacusativos, podemos analisar as sentenças em que eles ocorrem antes do sintagma nominal, do mesmo modo que fizemos para as sentenças organizadas pelos verbos apresentacionais (ou existenciais) que vimos acima:

Chegou	os carros
VERBO inacusativo, impessoal conj. na não-pessoa do sing.	SINTAGMA NOMINAL caso absolutivo, nem sujeito, nem objeto

No caso dos verbos inacusativos, é perfeitamente razoável, portanto, admitir que as duas análises são igualmente válidas: tanto a que considera o sintagma nominal como um sujeito e, portanto, em concordância com o verbo (*Chegaram os carros novos*) quanto a que considera o verbo como impessoal-apresentacional e, portanto, o sintagma nominal no caso absolutivo (*Chegou os carros novos*). Essa segunda análise, que já se tornou uma **regra** no PB inclusive em suas VUP e em GTM não pode ser alvo de perseguição normativa, pois já representa uma mudança linguística plenamente consolidada em nossa gramática.

Essa proposta de análise não é uma novidade na linguística brasileira. De fato, a análise dos verbos que ocorrem em sentenças VS como impessoais foi proposta já em 1952 por Mattoso Camara Jr., ao assinalar a "tendência a subordinar ao verbo o sujeito posposto, desaparecendo a concordância do verbo com esse sujeito, o que resulta, em última análise, numa impessoalização" ([1952] 2004: 89).

A novidade é propor que ela seja admitida no ensino sistemático da língua, como fazemos aqui.

12.16 Verbos-suporte

Um aspecto da morfossintaxe que vem sendo estudado há algum tempo diz respeito aos verbos-suporte, também chamados de verbos leves. Conforme nos informa Neves (2001: 53):

> Os verbos-suporte são verbos de significado bastante esvaziado que formam, com seu complemento (objeto direto), um significado global, geralmente correspondente ao que tem um outro verbo da língua:
>
> *Odete* DEU UM GRITO, *alguém acendeu a luz.* (CE)
> (= gritou)
>
> *E então o falante* DEU UM RISO *e soltou a injúria suprema.* (BP)
> (= riu)
>
> *A Nana me* DEU UM BEIJINHO *e ficamos imaginando.* (FAV)
> (= beijou)
>
> [...]

Os verbos-suporte empregados com maior frequência em PB são dar, fazer, guardar, levar, manter, pegar, soltar, ter e tomar. É praticamente impossível enumerar as combinações permitidas por esses verbos. Alguns exemplos seriam os seguintes:

(406) às vezes...estão tomando banho e ficam jogando água pela janela. (NURC/SP/360)
(407) porque normalmente quando tem muitos...e um começa... a...a a ((risos)) a tomar atitudes mais ou menos autoritárias os outros mesmos se encarrega/ se encarregam de... de colocá-lo no lugar, né? ((NURC/SP/360)
(408) evidentemente a ELE caberá tomar: a decisão... final... (NURC/REC/131)
(409) ela...tem muito bom gosto é uma menina ordeira...gosta de desenho...quer dizer que eu tenho a impressão...que::...não::...não a testei ainda...não :é? ah::...ah na/ não a testei com::...como::normalmente se faz, né? submetê-la...a::a uma psicóloga e tudo o mais...mas...pelo que ela...diz e pelo que...como ela::...leva a vidinha dela talvez ela se encaminhe para. (NURC/SP/360)
(410) e eles viviam basicamente da coleta eram caçadores... e viviam da coleta... isto é levavam um tipo de vida nômade... (NURC/SP/405)
(411) havia... três ou quatro citações que faziam referência exatamente a isso. (NURC/SP/405)
(412) ele gosTAva de preparar...fazia questão de preparar uma batida diferente... (NURC/RJ/328)
(413) mas a gente podia andar na:: na Avenida Farrapos andávamos em fila de SEIS naquele tempo não tinha moviMENto.., e ainda fazia ziguezague, né? para ver que hoje não dá nem para chegar uma bicicleta até ali.., que é perigoso (NURC/POA/045)
(414) eh como assistente social, sabe? embora não::... não tivesse curso mas::...fazia o atendimento do pessoal...encaminha::va... (NURC/SP/360)
(415) minhas brincadeiras eram de moleque... de rua... soltar pipa... subir em árvore... essas coisas assim... que dizer... fui uma menina descontraída... (NURC/RJ/269)
(416) Criança pode soltar bomba atômica e tudo o mais, não tem importância Agora balão, não pode soltar. Agora a questão é a seguinte: o que é que sei estudado e isso e eu estudei é a forma de soltar o balão, que o balão quando desça pela pressão do ar, apague a bucha do balão e não haja então a queima da mata. (NURC/RJ/064)
(417) eu não sei se chama em português caldeira... infelizmente... mas enfim era a bendita caldeira que... ameaçava de pegar fogo na casa cada três por dois. (NURC/RJ/133)
(418) aquela: vivência do ônibus intermunicipal... não é? o ônibus que CHEga e que: o pessoal éh: ainda não está pronto pra pegar o ônibus... (NURC/REC/099)

Quando observamos essas ocorrências, compreendemos o uso que Neves faz do advérbio *geralmente*, ao dizer que o significado da construção com verbo-suporte é "geralmente correspondente ao que tem um outro verbo da língua". Afinal, se podemos equiparar no exemplo (406) *tomando banho* = *banhando-se*, no exemplo (408) *tomar a decisão* = *decidir* ou, em (414), *fazer o atendimento* = *atender*, já não é possível encontrar um verbo equivalente a *fazer questão* (412), *soltar o balão* (416) ou *pegar o ônibus* (418). Isso prova que a construção verbo-suporte + SN serve para preencher lacunas no léxico da língua, preenchimento que se faz por meio de sintagmação, demonstrando mais uma vez a impossibilidade de separar léxico de gramática.

12.16.1 Função dos verbos-suporte

No caso de construções com verbo-suporte que correspondem a verbos já existentes na língua, o princípio da economia linguística nos levaria a perguntar, como Ilari e Basso (2009: 211):

> por que razão a língua manteria, lado a lado, formas como *fazer uma viagem* e *viajar*, *dar um chute* e *chutar*, *dar o calote* e *calotear*, e assim por diante?

E os autores assim justificam a indagação:

> Um dos princípios mais sólidos de qualquer orientação funcionalista é que a manutenção de formas diferentes num mesmo momento da história da língua é um custo alto, que só se justifica quando essas formas proporcionam uma autêntica alternativa funcional ou semântica.

Segundo os autores, as construções com verbo-suporte se justificam pela *versatilidade* sintática e discursiva que oferecem. Por exemplo,

(419) ela...tem muito bom gosto é uma menina ordeira...gosta de desenho...quer dizer que eu tenho a impressão...que::...não::...não a testei ainda...não :é? ah::...ah na/ não a testei com::...como::normalmente se faz, né? submetê-la...a::a uma psicóloga e tudo o mais...mas...pelo que ela...diz e pelo que...como ela::...leva a vidinha dela talvez ela se encaminhe para. (NURC/SP/360)

Aqui, o uso do diminutivo confere ao discurso um valor afetivo evidente, uma vez que se trata da mãe falando de uma de suas filhas menores. Empregar o verbo *viver* no lugar de *leva a vidinha* não permitiria conferir ao discurso essa carga de afetividade.

Já do ponto de vista mais propriamente sintático, podemos dar como exemplo

(420) e eles viviam basicamente da coleta eram caçadores... e viviam da coleta... isto é levavam um tipo de vida nômade... (NURC/SP/405).

Repetir o verbo *viver*, já usado antes ("viviam basicamente da coleta"), não daria oportunidade à falante de empregar o modalizador *um tipo de*. As opções com o verbo *viver* seriam pouco atraentes ou francamente estranhas: *viviam uma vida nômade* (uma tautologia), *viviam nomademente* (?).

Assim como a construção com verbo-suporte permitiu a modalização em (420), ela também permite que o objeto receba diferentes qualificações, extensões, determinações etc. (acesso em 4 abr 2011):

(421) "Atualmente, conhecer outro idioma, independente de qual for, faz toda a diferença na sua vida. O mundo precisa de profissionais qualificados, que busquem e tenham sede do conhecimento. Com isso, estude cada dia mais, não pare!", alerta a tutora do **Portal Educação**, Aline Mendes. (http://www.portaleducacao.com.br/idiomas/noticias/42248/aprender-uma-nova-lingua-faz-toda-a-diferenca)

(422) Ter contado com um nutricionista no processo de montagem da unidade de alimentação e na elaboração do cardápio **fez a maior diferença** na qualidade nutricional do que é servido. (http://www.nutricio.com.br/alimentar-fora-de-casa.htm)

(423) Primeiro, Valdivia e Gabriel Silva não jogaram, o que **teria feito a mais absoluta diferença.** (http://malucopelopalmeiras.wordpress.com/2011/01/16/palmeiras-0x0-botafogo-paulistao-2011/)

(424) O resultado concreto é que o Protocolo de Kyoto tem uma cobertura muito parcial das emissões totais de gases estufa. O fato de ser legalmente vinculante **não fez qualquer diferença** na trajetória das emissões ou no comportamento das Partes do Protocolo. (http://www.ecopolitica.com.br/2010/01/30/o-acordo-de-copenhague-ganha-vida/)

12.16.2 Adequação de registro

Em sua gramática descritiva, Maria Helena de Moura Neves faz um detalhado exame das construções com verbo-suporte (Neves, 2001: 54-61). Um dos aspectos que

ela enumera é o da adequação ao registro de fala. Por exemplo, os verbos-suportes são muito empregados na linguagem mais informal, mais próxima da gíria, da fala vulgar e, muitas vezes, com tonalidades agressivas:

(425) O líder do PSDB senador Arthur Virgílio (Amazonas) disse na segunda-feira (31/10) que ele e sua família estariam a ser investigados por um suposto ex-policial contratado pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Virgílio disse que o ex-policial afirmou que agrediria o seu filho e teria oferecido R$ 100 mil a um sindicalista para **fazer acusações** para manchar a imagem do senador. O discurso do senador foi muito duro e ele ameaçou "dar uma surra" no Presidente Luiz Inácio Lula da Silva se descobrir que ele está por trás disso tudo. Virgílio disse: "Eu duvido que tenha neste país, uma pessoa — pode ser o Presidente Lula, o Delúbio, o segurança do Lula, qualquer um — alguém que tenha coragem, ousadia física de fazer mal a filho meu, à minha esposa sem que eu cobre do jeito que eu achar que eu devo como homem uma resposta muito drástica para uma afronta desse tipo. (...) Se isso é uma tática para intimidar aqui e intimidar acolá, eu já disse ainda há pouco que mexer comigo com meus valores, sobretudo envolvendo minha família, é tão grave e dá uma confusão tão feia quanto **passar a mão no bumbum** da namorada do Mike Tyson num bar. (http://pt.wikinews.org/wiki/Parlamentares_dizem_que_est%C3%A3o_sendo_perseguidos_e_amea%C3%A7am_%22dar_uma_surra%22_em_Lula)

(426) Os deputados Jair Bolsonaro e Paulo Henrique Lustosa (PMDB/CE), presidente da Frente Parlamentar da Criança e do Adolescente, discutiam sobre a Lei da Palmada, quando Bolsonaro afirmou: "O filho começa a ficar assim meio gayzinho, leva um **couro**, ele muda o comportamento dele. Olha, eu vejo muita gente por aí dizendo: ainda bem que eu levei umas palmadas, meu pai me ensinou a ser homem". (http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2010/11/481324.shtml)

(427) Arco-íris sobre os Andes — foto exclusiva, quem copiar vai **tomar porrada**! (http://www.flickr.com/photos/webtoc/5500457824/)

Também no discurso técnico-científico, acadêmico, especializado etc., o uso de construções com verbo-suporte permite um emprego do jargão característico da área de conhecimento:

(428) Outro dado muito importante a ser ressaltado sobre a anatomia do tórax é a presença de vasos e nervos nos bordos inferiores das costelas (vasos e nervos intercostais). Esse dado deve ser muito bem lembrado na hora de **fazer uma punção torácica** (veja adiante), pois a realização deste procedimento de forma incorreta pode lesar nervos ou provocar uma hemorragia importante. (http://www.medsara.hpg.ig.com.br/cirtorbas.htm)

(429) O paquímetro é um instrumento de medida dotado de uma escala e um cursor que desliza nela. Ele foi concebido para **tomar medições lineares externas por contato**. Ele também pode medir dimensões internas, profundidades, ressaltos dentre outras. Possivelmente, este é o instrumento mais comum da metrologia e sua arquitetura foi modificada para **tomar medidas especiais**. (http://www.stefanelli.eng.br/webpage/p_paq_fr.htm)

(430) O presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, afirmou nesta sexta-feira, 28, que o Brasil possui as ferramentas necessárias para manter a **estabilidade monetária**. Segundo ele, o País está lidando com a questão da valorização cambial, fruto do forte fluxo de cambial, e a alta da inflação. (http://economia.estadao.com.br/noticias/Economia+Internacional,tombini-diz-que-bc-tem-ferramentas-para-manter-a-estabilidade-monetaria,not_52850.htm)

É fácil perceber a utilidade e a plasticidade das construções com verbo-suporte. Por isso,

> o fato de terem uma natureza peculiar e de aparecerem com grande frequência no uso corrente justifica por sua vez que elas sejam objeto de uma atenção específica dos gramáticos, como um dos mecanismos gramaticais em que há uma predicação... formando sentença que não está primariamente vinculada a um verbo pleno. (Ilari e Basso, 2009: 214)

Se são importantes para a gramática, também são importantíssimas para o ensino de língua, na medida em que essas construções, pela versatilidade sintática e discursiva que exibem, podem ser recomendadas aos alunos como boas opções em suas produções textuais.

12.17 O FALSO "GERUNDISMO"

De alguns anos para cá, tem sido empregada no PB uma perífrase verbal que, por absoluta ignorância dos fenômenos linguísticos, tem sido chamada pelos puristas de "gerundismo". Sem instrumentos afinados para uma boa análise gramatical (uma vez que se baseiam exclusivamente na TGP ou, pior, em achismos), essas pessoas atribuem ao gerúndio uma (suposta) inovação sintática que, de fato, opera com os verbos auxiliares. Em outras palavras: não é o gerúndio que está sendo cada vez mais usado, mas sim os verbos auxiliares que se acumulam diante do gerúndio.

Nessas construções de auxiliares múltipos, o gerúndio está onde sempre esteve na língua. O que de fato causa estranheza ou até repúdio da parte dos puristas é o emprego de diversos auxiliares:

estou	assistindo TV
vou estar	assistindo TV
posso estar	assistindo TV
vou poder estar	assistindo TV

Como se vê, o nome "gerundismo" não se aplica de modo algum ao fenômeno. A reação negativa de alguns falantes se deve principalmente ao emprego dessas perífrases onde a expressão do aspecto *durativo* própria do gerúndio parece inadequada quando se trata de *ações pontuais* ou *ações perfectivas* (com início e fim), que não implicam períodos de tempo indeterminados — nesses casos, o uso do infinitivo pareceria o mais adequado:

(431a) ? O senhor pode estar experimentando o casaco, se quiser.
(431b) O senhor pode experimentar o caso, se quiser.

(432a) ? A Berenice já já vai estar atendendo a senhora.
(432b) A Berenice já já vai atender a senhora.

(433a) ? Em caso de dúvida, você vai poder estar telefonando para 4004-8008.
(433b) Em caso de dúvida, você pode telefonar para 4004-8008.

Quando o aspecto a ser expresso é o *imperfectivo*, a reação negativa parece menor ou nula:

(434) Leve o guarda-chuva: quando você voltar pode estar chovendo.
(435) Deixe tudo pronto porque o presidente deve estar chegando a qualquer momento.
(436) Me liga depois das 8, porque antes disso eu ainda posso estar dormindo.

O que está em jogo aqui, portanto, é o aspecto e não propriamente a forma verbal empregada.

O uso mais frequente dessas perífrases parece ser fenômeno recente no PB, algo em torno dos últimos vinte ou vinte e cinco anos — nos inquéritos do NURC-Brasil, por exemplo, elas não ocorrem nem uma vez. A origem desse uso não está bem esclarecida. É difícil aceitar a tese de que se trata de um decalque do inglês, porque isso levaria a supor que os milhões de brasileiros que empregam essas perífrases falam tão bem o inglês que até se deixam influenciar por essa língua na hora de falar seu PB materno — o que é um absurdo. Numa tentativa de explicação, Sírio Possenti escreveu:

> Seria interessante verificar se a nova locução tem a ver com uma cultura da falta de compromisso [...]. Não seria de espantar que se pudesse estabelecer esta relação entre um aspecto da língua e um traço da cultura. Além desses, a meu ver, há outro aspecto importante, este de cunho pragmático: a expressão conota gentileza ou formalidade ou deferência (verdadeira ou simulada, não importa). Ou seja: bem ou mal, mesmo que seja para postergar um serviço de que se precise urgentemente, deve-se reconhecer que pelo menos a recusa é expressa de forma não grosseira, e nem mesmo franca (o que alguns preferem; eu mesmo, aliás). [...] Pode-se pensar qualquer coisa desse tipo de expressão, exceto duas: a) que não sirva para nada, já que expressa um aspecto e é sinal de deferência, pois se trata de uma fórmula extremamente gentil; b) que seja simples. É que se necessita de enorme sofisticação para colocar todos os auxiliares (ir, poder, estar) na ordem aceita pela gramática do português (coisa que ninguém estuda, evidentemente). Além de estarem numa certa ordem, cada um dos auxiliares deve estar flexionado numa forma específica: deve-se flexionar o verbo "ir" sempre no presente e de forma que concorde com o sujeito, deixar os verbos "poder" e "estar" no infinitivo e colocar o verbo principal no gerúndio[10].

Não existe nenhum problema, portanto, no uso dessas perífrases. O que de fato pode incomodar a alguns é o seu uso repetido na fala de uma mesma pessoa: "Eu *vou estar levando* o seu pedido ao depósito, eles *vão estar providenciando* a entrega e o senhor *pode estar retirando* daqui a uma hora". Mas isso não é exclusividade dessas perífrases: qualquer tipo de uso intenso de uma forma linguística numa pequena unidade comunicativa torna o discurso cansativo para o interlocutor — pense, por exemplo, nas pessoas que usam advérbios em *-mente*, relativos como "o qual" e "onde", o verbo "possuir", o pronome "o mesmo" e fórmulas como "bem", "bom", "quer dizer", "tá?", "sabe?", "viu?", "entende?", "tá entendendo?", "ou seja", "digamos assim", "eu acho" a cada

[10] O texto completo de Possenti está disponível em http://vaiencarar.wordpress.com/2010/07/27/possenti-em-defesa-do-gerundio/.

instante de sua fala. Esses empregos denotam muitas vezes insegurança linguística, hipercorreção ou mesmo depreciação do interlocutor por parte do falante. Observe:

(437) porque os preços são muito elevados... tanto da parte dos honorários propriamente ditos... como também dos custos... a que nos referimos... anteriormente... outra finalidade...a que o sindicato... se propõe... evidentemente é... aquela de proporcionar... o lazer... aos seus... inúmeros... associados... sabemos por exemplo... que o sindicato... dos comerciários para falar de um assunto que nos toca... pati particularmente... possui uma granja na cidade de Carpina... e que proporciona... àquela imensa... leva... de associados... um lazer realmente magnífico... um momento de:... descanso... um momento de: felicidade podemos dizer assim... a todos aqueles... que vão... até lá em busca de paz de sossego e de tranquilidade... sabemos também... que... os sindicatos também devem levar... adiante... toda e qualquer... re reivindicação... dos seus... associados... como por exemplo a que, entende? a questão relacionada diretamente... com as vantagens... ou: ou: aumentos... salariais... que anualmente são levados em conta... e que normalmente... pelo menos nos últimos anos... tem havido um acordo entre: a classe... patronal... e a classe... trabalhadora... a fim de que se evite o chamado dissídio coletivo... quando não há um acordo entre pra / entre patrões e empregados... normalmente... quando existe... um presidente... que: procure defender... os interesses da classe... que seja realmente dinâmico...no sentido mais amplo da palavra... (NURC/REC/131)

Na entrevista dada pelo informante do inquérito acima, o advérbio *evidentemente* apareceu nada menos do que 38 vezes, numa fala de 45 minutos de duração. Além disso, outros 98 advérbios em *-mente* são empregados por ele, o que dá um total de 136 advérbios.

12.18 Concordância verbal

A concordância verbal é decerto o fenômeno linguístico que mais tem se prestado — junto com a concordância nominal — a servir de instrumento sociocultural de separação entre os que falam "certo" e os que falam "errado". Por isso, no trabalho da educação linguística, é imprescindível que a professora conheça a fundo os elementos que governam esse fenômeno linguístico e, principalmente, que se liberte de uma série de ilusões que a tradição normativa conseguiu impor ao longo dos séculos.

Já podemos começar com uma afirmação sustentada por décadas de pesquisa sociolinguística no Brasil: a diferença entre os falantes das VLE e os falantes das VUP é que os falantes das VUP fazem concordância com mais frequência do que os falantes das VLE. No entanto, não existe ninguém que realize a concordância em todas as circunstâncias previstas pela gramática normativa, nem mesmo em textos escritos mais monitorados. E isso não é exclusividade do PB — a concordância variável ocorre em todas as línguas cuja gramática prevê esse fenômeno morfossintático.

12.18.1 Redundância e tautologia

A primeiríssima noção para se abordar a concordância de um modo mais sereno é a noção de redundância. O adjetivo redundante significa 'desnecessário, dispensável, excedente, excessivo, prescindível, supérfluo'. Ele é formado do prevérbio re-, 'para trás; repetição; reforço; reação', e de unda, 'água em movimento; onda' (o prevérbio re- ganhava um -d quando a raiz começava por vogal: red-). Dessa mesma *unda* provém *abundante*, isto é, aquilo que vem em grandes ondas, em grande quantidade (nem de longe, portanto, aparentado com a palavra *bunda*, que provém de *mbunda*, do quimbundo, uma das principais línguas de Angola — embora não se possa negar o caráter divertido do trocadilho no provérbio "*O que abunda não prejudica*").

Um sinônimo que o dicionário *Houaiss* oferece para *redundância* é tautologia, que o mesmo dicionário assim define:

■ substantivo feminino
1 Rubrica: gramática.
uso de palavras diferentes para expressar uma mesma ideia; redundância, pleonasmo
2 Rubrica: lógica.
proposição analítica que permanece sempre verdadeira, uma vez que o atributo é uma repetição do sujeito
Ex.: o sal é salgado
3 Rubrica: retórica.
expressão que repete o mesmo conceito já emitido, ou que só desenvolve uma idéia citada, sem aclarar ou aprofundar sua compreensão

A prova mais evidente de que a concordância é redundante, ou seja, tautológica, excessiva e dispensável, está precisamente no fato dela ser... dispensada. Observe que um enunciado como

Eles ainda não chegou

permite, sem nenhum problema cognitivo ou comunicacional, a interpretação <quem chegou foi mais de uma pessoa>. Quem ouvir esse enunciado pode lançar sobre ele todos os juízos de valor social que quiser — é fala de gente "burra", é fala "descuidada", é "português estropiado", "não é português" etc. —, mas estará sendo desonesto se disser que "não entendeu" que se trata de mais de uma pessoa. Do ponto de vista estritamente linguístico, o enunciado "*Eles ainda não chegou*" não apresenta absolutamente nenhum problema estrutural, por assim dizer.

Se o que é redundante pode ser (e é) podado, descartado, é porque estamos aqui — mais uma vez — diante do fenômeno sociocognitivo da economia linguística [▸147]. Já examinamos a não-concordância verbal que ocorre em muitas línguas, incluindo línguas de projeção internacional e portadoras de grande tradição literária

como o inglês e o francês. Também as línguas surgidas de processos de colonização — as chamadas línguas "crioulas" [▸140] — se caracterizam universalmente pela concordância não redundante.

A redundância da concordância verbal está presente no fato de haver duplicidade de marcação das categorias gramaticais de pessoa e número em dois elementos de um mesmo sintagma:

eu	falo
tu	falas
ela	fala$_{\emptyset}$
nós	falamos
elas	falam

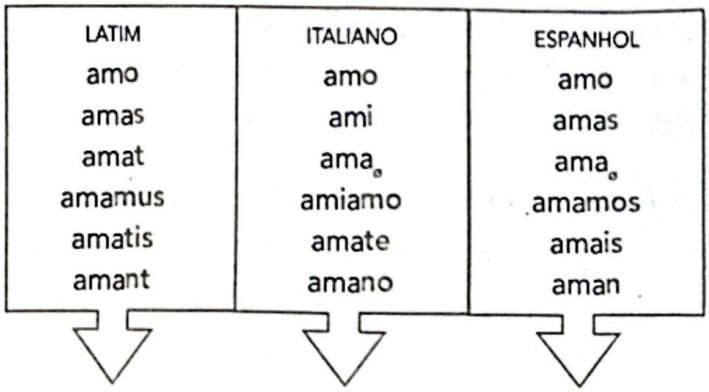
A pergunta que, inconscientemente, nos fazemos, impelidos por nossa intuição linguística é: para quê? Para que marcar *redundantemente* a pessoa e o número tanto nos índices de pessoa e na não-pessoa quanto na terminação do verbo? Por que não ficar com só um desses conjuntos de marcas?

12.18.2 A navalha de Occam

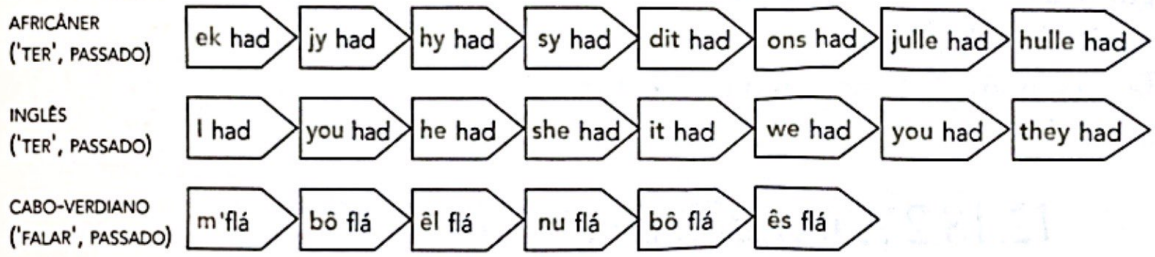
O filósofo medieval inglês Guilherme de Occam (c. 1288-c. 1348) postulou um princípio filosófico que se tornou célebre com o nome de navalha de Occam. Esse princípio foi assim formulado em latim: *entia non sunt multiplicanda praeter necessitatem* ("as entidades não devem ser multiplicadas para além da necessidade"). Segundo esse princípio, as melhores explicações, as melhores teorias são aquelas que recorrem às fórmulas mais simples, ao menor número de elementos e conceitos.

Combinando a esfera filosófica com a linguística (como se tem feito desde os gregos antigos), poderíamos alegar que os falantes das línguas passam a navalha de Occam em tudo aquilo que está "para além da necessidade" quando se trata de economizar recursos gramaticais.

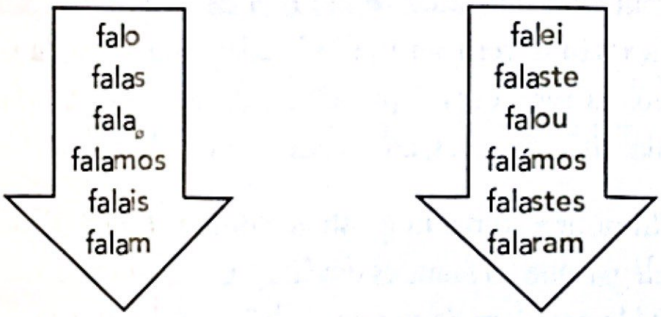
Em línguas com morfologia verbal abundante, o uso dos índices de pessoa e da não-pessoa na posição de sujeito é bastante restrito. Esse era o caso, por exemplo, do latim clássico: a forma verbal já trazia em si mesma a pessoa e o número (além, é claro, do modo, do tempo, do aspecto e da voz!). Também em italiano e em espanhol, a vivacidade da morfologia verbal permite um apagamento muito frequente dos índices pessoais e pronomes-sujeitos. Podemos dizer, portanto, que essas línguas, nesse aspecto, são muito mais paradigmáticas [▸448], isto é, recorrem mais à morfologia do que à sintaxe, e à síntese mais do que à análise, características que podemos representar por um eixo vertical:



Outras línguas, no entanto, devido a diversos processos históricos de mudança, sofreram reduções em sua morfologia verbal e, para preservar a boa interpretação número-pessoal, seus falantes passaram a realizar de forma foneticamente explícita o sujeito, pelo uso dos índices de pessoa e da não-pessoa. Essas línguas, portanto, dão preferência ao sintagma, são mais analíticas, características que podemos representar por um eixo horizontal:



18.4.5 O português "clássico" era uma língua paradigmática, uma vez que tinha formas verbais próprias para cada pessoa, cada modo, cada tempo etc.:



Essa semelhança com o latim clássico é que deixou os gramáticos maravilhados no século XVI, quando foram escritas as primeiras gramáticas do português, e levou eles a espalhar aos quatro ventos que o português era uma língua "quase idêntica" ao venerado latim:

> E por a muita semelhança que a nossa língua tem com ela [a latina] e que é a maior que nenhuma língua tem com outra, & tal que em muitas palavras & períodos podemos falar que sejam juntamente latinos & portugueses. (Duarte Nunes de Leão, 1606)

Essa propaganda já tinha aparecido alguns anos antes, estampada em *Os Lusíadas* (1572), de Camões: a deusa Vênus, protetora dos portugueses, ouve os marujos de Vasco da Gama falar uma língua que ela "com pouca corrupção crê que é a latina" (I, 33).

Ora, da viagem de Vasco da Gama (1497-1498) até hoje já transcorreu mais de meio milênio e, é claro, a língua se transformou profundamente durante esse período, até porque foi levada para diferentes lugares do mundo, onde passou e tem passado por diferentes processos de gramaticalização, contato linguístico etc.

12.18.3 O impacto de você

No que diz respeito ao PB, um importante fator na mudança da conjugação verbal foi a generalização do índice de pessoa você, que perdeu o valor que tinha de tratamento desigual (do superior para o inferior) e se transformou no mais empregado índice de 2ª pessoa do singular, substituindo amplamente o tu como forma de tratamento íntimo, informal. Sendo semântica e pragmaticamente de 2ª pessoa, mas morfologicamente de não-pessoa, *você* já causou uma redução nas desinências verbais, pois *você(s)* fala(m) = *ele(s)* fala(m). Além disso, também ocorreu no PB a ampla substituição, no VGB, de nós por a gente, que também se vale da morfologia da não-pessoa do singular: *a gente* fala = *você* fala = *ele* fala. Estava montado o laboratório para a transformação do sistema verbal paradigmático, sintético, num sistema sintagmático, analítico.

Como vimos acima, a simplificação morfológica ocorreu tanto nas variedades linguísticas rurais, mais estigmatizadas, quanto nas variedades urbanas de prestígio, sobretudo em estilos de fala menos monitorados. As variedades mais estigmatizadas do PB não atingiram ainda a radicalização de outras línguas, como o africâner, o inglês, o francês, o cabo-verdiano etc., uma vez que mantêm uma forma específica para a 1ª pessoa do singular (*eu canto*) para diferenciar o 'eu' do 'não-eu'.

12.18.4 Concordância e gramaticalização

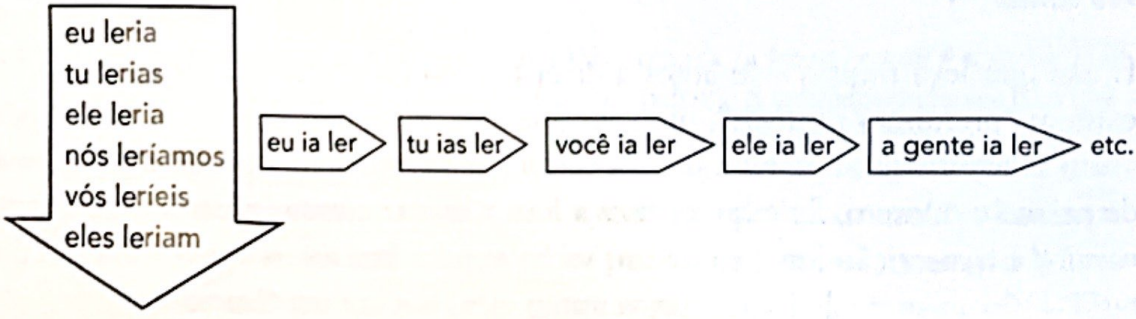
Já sabemos [capítulo 4] que a mudança linguística se processa em ciclos de gramaticalizações. As terminações verbais do latim clássico, por exemplo, são na verdade antigos índices de pessoa e de não-pessoa que se aglutinaram ao verbo. Na fase seguinte, as terminações desaparecem, e as informações de pessoa e número são carregadas pelos índices de pessoa e não-pessoa. Mais adiante, ocorre nova aglutinação das partículas pessoais ao verbo... e assim vai: *cantare habeo* → *cantar hei* → *cantarei* → *eu vou cantar* → *?*

É isso que leva muitos estudiosos a dizer que no francês atual, por exemplo, não existem "pronomes pessoais", uma vez que as palavras que antes eram classificadas assim se aglutinaram de tal modo ao verbo que se tornaram, de fato, as desinências de pessoa e número. Se esquecermos a forma escrita, muito conservadora, e observarmos a transcrição fonética de um verbo regular francês — aimer ('amar', 'gostar') — no presente do indicativo, veremos que esses autores têm razão:

O verbo permanece invariável — [ɛm] — e só o que altera é a partícula prefixada a ele para indicar pessoa e número. As únicas pessoas que conservam a concordância redundante são a 1ª do plural (nous aimons [nuzɛ'mõ]) e a 2ª do plural (vous aimez [vuzɛ'me]). No entanto, a 1ª do plural já tem sido amplamente substituída por on, equivalente ao *a gente* do PB e, tal como esse, apresenta o verbo na forma da não-pessoa do singular. Assim, o que podemos dizer é que o francês atual já abandonou a fase sintagmática e está em processo de recuperação da fase paradigmática, com a diferença de que, ao contrário da conjugação medieval, as desinências de pessoa e número se colocam *antes* do verbo e não depois dele. Com isso, o francês se torna semelhante às línguas do grupo banto, em que as desinências verbais são prefixos, como neste exemplo do lingala com o verbo *sála* ('fazer', 'trabalhar') no presente do indicativo:

nasála	eu faço
osála	você faz
asála	ele/ela faz
esála	[coisa] faz
tosála	nós fazemos
bosála	vocês fazem
basála	eles/elas fazem
isála	[coisas] fazem

Não são apenas as desinências de pessoa e número que passam pelo ciclo das gramaticalizações. Também as desinências de modo e tempo podem se desprender do final dos verbos e se transferir, ao longo dos séculos, para antes dos verbos. Esse processo fica muito claro no PB na conjugação do modo condicional. Temos uma conjugação clássica *paradigmática*, com uma terminação própria para cada pessoa e não-pessoa, e uma conjugação contemporânea *sintagmática*, com o tempo e o modo expressos pelo auxiliar *ir*:



E nem é preciso repetir que a forma clássica *leria* já é ela mesma resultante da aglutinação de *ler ia*, tal como *lerei* resulta de *ler hei*.

> Todo esse percurso histórico nos mostra que a concordância é um conjunto de fatos muito mais complexos do que as noções (exclusivamente socioculturais) de certo e errado, que empobrecem drasticamente a boa compreensão do fenômeno.

Outra ideia errônea que precisa ser abandonada é a de que "não existe concordância" em construções como

as menina fala / vocês fala / nós fala etc.

A concordância aqui existe, sim, mas no plano *sintagmático*: o que está no plural não é apenas o verbo, mas a combinação SN + V, SN que traz em si a marca suficiente de plural, ou seja, a não redundância de formas.

12.18.5 Regra geral?

Em todos os compêndios gramaticais de perfil tradicional — e até mesmo naqueles que se afastam da tradição, como o de Azeredo (2008) —, a concordância verbal vem apresentada em termos de uma *regra geral* e de *regras especiais*.

Essa regra geral é formulada nas seguintes palavras em Azeredo (2008: 227):

> O verbo apresenta-se no número e pessoa atribuídos ao núcleo do sintagma nominal que serve de sujeito à oração.

Traduzindo: "O verbo concorda com o sujeito". Já podemos levantar uma primeira objeção a essa fórmula com base no que dissemos na abertura desse capítulo: o verbo é que *projeta* seus *valores* semânticos sobre os demais elementos da sintaxe para maior eficiência *discursiva* da sentença em que ele age como o núcleo. Se é assim, então, de fato, é o sujeito que concorda com o verbo, e não o contrário. Por isso, na formulação de Azeredo — "o verbo apresenta-se no número e pessoa atribuídos ao núcleo do sintagma nominal" — podemos perguntar: *atribuídos* por quem? Ora, o número e a pessoa são atribuídos pela valência do verbo, de modo que não é o verbo que se "apresenta no número e pessoa" do sujeito: é o sujeito que tem seu número e pessoa atribuídos pelo verbo...

No entanto, nem mesmo invertendo a ordem da "regra geral" damos conta realmente dos mecanismos que agem no fenômeno da concordância.

Ainda que nos limitemos aos aspectos formais, morfossintáticos, da concordância, não podemos desconhecer os resultados obtidos por muitas décadas de intensa pesquisa sobre o fenômeno. No que diz respeito ao PB, o nome de Maria Marta Pereira

Scherre se destaca como o da pessoa que mais tempo e reflexão vem dedicando ao estudo da concordância. E é essa autora que qualifica a clássica "regra geral" de *ilusão*:

> Pelas pesquisas que temos feito, é possível levantar a hipótese de que a concordância verbal em português não é regida pelo núcleo do sujeito, mas por TRAÇOS, que podem aparecer também em outras funções sintáticas, a saber, no núcleo do adjunto ou do complemento nominal e no núcleo do predicativo. Normalmente os traços controladores da concordância — o principal deles é o número sintático singular ou plural — concentram-se no núcleo do sujeito, provocando-se a ilusão de que é o núcleo do sujeito que controla a concordância e que os demais casos são particulares ou especiais. (Scherre, 2005: 134, negrito meu)

Como eloquente comprovação de sua hipótese, a autora mostra que quando o sujeito é um número percentual, a concordância tende a ser feita com o núcleo do adjunto, como nos exemplos que ela oferece (p. 135):

(438) 70% dos moradores de Rio Branco, capital do Acre, estão infectados pelo vírus da hepatite. (*Correio Braziliense*, 8/6/1997, p. 13, c. 1)
(439) 70% da população economicamente ativa de Roraima é constituída de funcionários federais. (*Correio Braziliense*, 11/1/1998, p. 2, c. 3)

Outro fenômeno bem explicitado pela autora em suas pesquisas é a concordância que se faz no plural motivada pela presença de diversos sintagmas pluralizados entre o sujeito e o verbo. Alguns exemplos que tenho coletado:

(440) Acreditando que a audiodescrição de sequências de fluxo de consciência, ou seja, da subjetividade dos personagens cinematográficos presentes em filmes de longa-metragem necessitem de um modelo que contemple essa modalidade narrativa de forma mais sistemática, apoiamo-nos em Martin (2003) ao elucidar acerca de como se dão os procedimentos subjetivos no cinema. (Projeto de pesquisa encaminhado à seleção para o Mestrado em Estudos da Tradução da Universidade de Brasília, 2012)
(441) O preço médio das casas vendidas no mês passado caíram 13,3% na comparação com março de 2007. Foi o maior recuo percentual na comparação ano a ano desde a queda de 14,6% registrada em julho de 1970. (*Folha de S.Paulo*, 29/4/2008)
(442) Por outro lado, a pesquisa linguística levada a efeito por grandes projetos coletivos dos anos 70 confirmaram a hipótese de Nelson Rossi sobre o policentrismo da sociedade brasileira, nucleada — após a intensa urbanização do país — no Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. (Ataliba T. de Castilho, "A hora e a vez do português brasileiro", www.museudalinguaportuguesa.org.br, acesso em 20 set 2006).
(443) No final do século XIX e início do século XX, notável presença de instituições e populações estrangeiras foram observadas na região de fronteira. (Dissertação de Mestrado em Linguística, Universidade de Brasília, 2005)?
(444) Conhecer os processos mutáveis de uma língua pelo uso em diferentes tempos, regiões, necessidades sempre fizeram parte das minhas aulas [...] (Texto produzido por professora de português do Distrito Federal, 2005).
(445) No Semiárido, onde as condições são bem menos favoráveis, o aumento dos recursos destinados a financiar a agricultura familiar e o empreendedorismo dos pequenos ajudam a mudar a vida das pessoas. (*CartaCapital*, 15/12/2010, p. 30)

12.18.6 A concordância como processamento cognitivo

No entanto, ainda que reconhecendo a grande utilidade das análises morfossintáticas para o entendimento do fenômeno da concordância, há diversos outros casos em que o que está em jogo é o processamento cognitivo daquilo que vai ser (e acaba

sendo) expresso verbalmente. Nesse processamento cognitivo é que se vê de modo bastante claro a interação complexa de *sintaxe*, *semântica* e *pragmática* para a constituição do *discurso* [▶481].

> Com isso, a tese que postulamos aqui é a de que a concordância verbal se faz com algo que não está visível na materialidade do texto, mas que decerto participou do processamento cognitivo do falante/escrevente no momento de falar/escrever.

Não vamos nos atrever aqui a interpretações "psicanalíticas" na tentativa de responder a pergunta "Com o que concorda o verbo nessa sentença?", em busca de algum elemento "recalcado" que o falante/escrevente deixou de explicitar em seu discurso. O que vale ressaltar é que essas variações de concordância estão presentes em todas as línguas e em todas as fases históricas, por exemplo, do português. Aprecie os seguintes exemplos arcaicos e antigos do português escrito:

(446) Logo me quero hir, ca ja he horas de comer. (Fernão Lopes, séc. XV)
(447) Em um monte há umas árvores de maravilhosa altura, e o fruito delas são de mui bom odor. (*Orto do Esposo*, livro anônimo do final do séc. XIV ou início do séc. XV)
(448) Só a graça desses olhos venceram os brutos animais. (Jorge Ferreira de Vasconcelos, séc. XVI)
(449) A formosura de Páris e Helena foram causa da destruição de Troia. (Frei Heitor Pinto, séc. XVI)
(450) Os povos destas ilhas é de cor baça e cabelo corredio. (João de Barros, séc. XVI)
(451) Vendo os nossos como a gente destas terradas andavam nadando por se acolher a terra (João de Barros, séc. XVI).
(452) Foi D. Duardos e Flérida aposentados no aposento que tinha o seu nome. (Francisco de Morais Cabral, séc. XVI)
(453) Triste ventura e negro fado os chama neste terreno meu. (Camões, *Lus.* V, 46).
(454) Em cujo corpo a morte e o ferro entrava. (Camões, *Lus.*, IV, 40)
(455) Fuge, que o vento e o céu te favorece. (Camões, *Lus.*, II, 61)
(456) O que a natureza, a arte e a graça uniu naquelas extremidades. (Pe. Antônio Vieira, séc. XVII)
(457) Os reinos, as monarquias e os futuros era a matéria em que ele estava cuidando. (Pe. Antônio Vieira, séc. XVII)
(458) Na mesma hora nasceo Jacob e Esaú, hum foi amado de Deus, outro aborrecido. (Pe. Antônio Vieira, séc. XVII)
(459) Hoje os pregadores são eu e outros como eu. (Pe. Antônio Vieira, séc. XVII)
(460) Finalmente, continuando depois de Malaca os reinos de Camboja, Champá e Cochinchina, e o vastíssimo Império da China, todo este grande tracto de terras demoram à mão esquerda, e o mar ou mares do Oceano Chinense até o Japão à direita. (Pe. Antônio Vieira, séc. XVII)
(461) A caridade não é duas virtudes, uma com que amamos a Deus e outra com que amamos ao próximo. (Pe. Manuel Bernardes, séc. XVII)
(462) Um grande número de velas branquejavam sobre as águas do estreito. (Alexandre Herculano, séc. XIX)

Para mostrar de que modo essa ampla variação na concordância – devida a muitos mais fatores do que supõe a "regra geral" – se manifesta na escrita mais monitorada contemporânea, vejamos os exemplos a seguir:

(463) Nossa "grande imprensa" resolveu fazer do assunto o carro-chefe do noticiário. Desde agosto, quando começaram as campanhas na televisão e no rádio, trouxeram o julgamento para o cotidiano da população. (Marcos Coimbra, *CartaCapital*, 31/10/2012, n. 721, p. 25)

(464) Nem a presença no palanque de ex-presidente, no primeiro turno, e de Dilma, no segundo turno, parecem ter causado efeito positivo. (Piero Locatelli, *CartaCapital*, 31/10/2012, n. 721, p. 27)

(465) Nas hipóteses a envolver o julgamento de réus ligados a cargos de direção, como, por exemplo, de instituição financeira supostamente envolvida com o mensalão, a posição que prevaleceu no STF foi a de acolher provas de caráter indiciário. Assim reconheceram que, quando o acusado ocupava posição de direção, esse deveria presumir que todas as relações presumir que todas as relações que envolviam alto valor poderiam estar viciadas. (Cláudio José Langroiva Pereira, *CartaCapital*, 31/10/2012, n. 721, p. 33)

(466) Contra tal atentado ao Estado democrático de Direito, o Congresso Nacional, juntamente com as Forças Armadas, depuseram o presidente Zelaya, empossando o presidente do Congresso hondurenho até novas eleições. (Vladimir Safatle, *A esquerda que não teme dizer seu nome*, São Paulo, Três Estrelas, 2012, p. 54)

(467) Os violinos frenéticos e o contato de corpos dançando suas jigas e reels dentro da casa do velório ajudava os vivos a apagar a desgraça da própria existência que continuaria. (Mary Gabriel, *Amor & Capital*, tradução de Alexandre Barbosa de Souza, Rio, Zahar, 2013, cap. 9, "Londres, 1845", e-book).

(468) O preço médio das casas vendidas no mês passado caíram 13,3% na comparação com março de 2007. Foi o maior recuo percentual na comparação ano a ano desde a queda de 14,6% registrada em julho de 1970. (*Folha de S.Paulo*, 29/4/2008)

(469) O princípio defendido é correto. E o número de ligações telefônicas, por si só, não significa nada além do fato de se falarem muito. Mas as conversas travadas pelo repórter e o contraventor Cachoeira é de preocupante intimidade, como mostram algumas transcrições já publicadas (Maurício Dias, *CartaCapital*, 16/5/2012, p. 18).

O mesmo se observa no seguinte passo:

(470) A teoria multissistêmica da língua dialoga com vários autores, cujas afirmações foram de grande importância em minhas formulações: W. von Humboldt, já mencionado anteriormente, Charles Morris, Carlos Franchi, M. A. K. Halliday, R. Jackendoff, Milton do Nascimento. Deixo claro que as leituras que fiz de seus trabalhos não os compromete com minhas conclusões. (Castilho, 2010: 81)

Em todos os exemplos acima, a única explicação que não se pode dar à variação da concordância é a do "erro", a do "desconhecimento" da gramática da língua etc. Afinal, entre os autores citados estão os maiores clássicos da língua portuguesa como Camões, João de Barros, Manuel Bernardes, Antônio Vieira, Alexandre Herculano etc. No caso dos textos contemporâneos, é importante lembrar que eles passaram pela revisão dos próprios autores e pela revisão de profissionais contratados pelas editoras. A concordância variável, devida a fatores cognitivos, passa despercebida justamente porque encontra receptividade na intuição da maioria dos leitores.

12.18.7 Erros mais errados do que outros?

A concordância "errada" só desperta rejeição e condenação quando

(i) sujeito e verbo estão na ordem sv e
(ii) não há grande quantidade de material fonético ou de segmentos escritos entre s e v. Por isso, a concordância do tipo eles chegou, na fala ou na escrita, provoca reação imediata dos falantes mais letrados (que se queixam de que ela "dói no ouvido").

Fora dessas duas situações, porém, a concordância "errada" passa tranquilamente pelos ouvidos e sob os olhos desses mesmos falantes que, é claro, também se servem dela, como mostram tão bem os exemplos citados.

Por isso, uma construção como

a gente vamos começar o serviço hoje

provoca reação negativa imediata dos falantes das VUP. No entanto, esses mesmos falantes apresentam tranquilamente, na fala e na escrita, concordâncias como

(471) mas a gente podia andar na:: na Avenida Farrapos andávamos em fila de SEIS naquele tempo não tinha moviMENto.., e ainda fazia ziguezague, né? para ver que hoje não dá nem para chegar uma bicicleta até ali... que é perigoso. (NURC/POA/045)

12.18.8 Casos especiais: especiais para quem?

Assim, os célebres "casos especiais de concordância" que ocupam tantas páginas nas gramáticas normativas — 11 na de Bechara (1999), 17 na de Cunha e Cintra (1985), 25 na de Rocha Lima (1989) — representam, de fato, processamentos cognitivos que levaram a *reanálises* que acabaram por se *gramaticalizar* e por aparecer no trabalho dos escritores consagrados da língua, única razão para que fossem também *gramatizadas*, isto é, acolhidas pela prescrição gramatical. É somente por isso, por já estarem gramaticalizadas e também gramatizadas, que essas concordâncias "especiais", na verdade *variáveis*, são acolhidas pela tradição normativa e transformadas em *regras* prescritivas, de natureza (supostamente) morfossintática e semântica — a justificativa para elas é dada sob nomes técnicos como *silepse*, *sínese*, *concordância ideológica* etc.

Outras regras variáveis de concordância, porém, que poderiam ser justificadas com os mesmos argumentos que Said Ali (1964: 295) emprega ao falar da *sínese*[11] encontrada em autores clássicos — "pode ser devida a ter o escritor em mente outra fórmula da mesma proposição" —, continuam sendo alvo da condenação normativa e, sobretudo, do purismo linguístico exacerbado, que desconhece cabalmente a herança literária.

Vimos acima o caso das construções apresentacionais que recebem tratamento distinto da TGP com base exclusivamente na etimologia dos verbos que ocorrem nelas (*haver* e *fazer* sem concordância, *existir* e *ser* com concordância).

Também estudamos os verbos inacusativos que aparecem quase sempre *antes* dos sintagmas nominais que a TGP tenderia a classificar como seus sujeitos. A importância da ordem SV não é surpresa para nós [▸453]; no entanto, mais uma vez, temos de recorrer a ela para explicar fenômenos gramaticais recorrentes no PB.

12.18.9 De novo uma questão de ordem

Na verdade, em sintonia com a tese que propomos aqui, podemos dizer que a sintaxe da sentença (V+SN) é inseparável do processamento cognitivo, o que leva ao

[11] Sínese: "Construção sintática em que se atende mais ao sentido que ao rigorismo formal" (*Houaiss*).

surgimento de novas *regras* que, por serem regras, são muito bem obedecidas pelos falantes que, afinal, fizeram elas surgir...

Observe os seguintes exemplos (acesso em 27 de março de 2011):

(472) [...] disse a prefeita Dárcy Vera, que anunciou ações preventivas no caso de novas chuvas caírem nos próximos dias, como prevê os institutos de meteorologia. (http://www.sintracoopsp.com.br/prefeitura-de-ribeirao-preto-faz-balanco-da-limpeza-apos-inundacoes/)

(473) A garantia de compra não é apenas para uma safra, mas para os próximos cinco anos, como prevê os contratos firmados entre a Companhia e os agricultores. (http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/petrobras/petrobras-biocombustivel-agricultura-familiar-biodiesel-497973.shtml)

(474) No que diz respeito ao Metodismo, esse fora desenvolvido por este ex-pastor anglicano chamado John Wesley no século XVIII que considerava a salvação como um processo e não como algo já estabelecido e decidido como pensava os calvinistas em sua doutrina da predestinação. (http://www.adlondrina.com.br/new_3/01_pagina.asp?id=17&idNot=2357)

(475) O diretor é, afinal, o autor do filme? A resposta tácita de hoje é que sim. Mas nem exatamente de forma absoluta como pensava os componentes da "política dos autores" nem mesmo o autor-estrutura, ou melhor, a estrutura-autor de Wollen. ("DE QUEM É ESTE FILME? A questão da autoria no cinema", Wanderson Lima e Roselany Duarte, disponível em www.unioeste.br/travessias)

(476) Noroeste Fluminense: começou os transbordamentos. (http://saojosedeuba.blogspot.com/2010/12/noroeste-fluminense-comecou-os.html)

(477) Blumenau não tem mais Lombadas Eletrônicas. Fotos na Rua São Paulo onde só ficou as placas de "50 Km/h Fiscalização Eletrônica". (http://regional.centralblogs.com.br/post.php?href=blumenau+nao+tem+mais+lombadas+eletronicas&KEYWORD=12534&POST=3858240)

(478) Jesus Cristo não permaneceu na morte, mas ressuscitou e está vivo, junto do Pai do Céu, como testemunhou os primeiros cristãos. (http://www.a12.com/redentoristas/palavra/pe_eugenio_bisinoto.asp)

(479) Quando Owen o abordou disse que não tinha problema nenhum; depois não quis chamá-lo para atender dois irmãos que sofreram um acidente de carro e na sala de cirurgia então quis dar uma de bonzão. **Não me convenceu os gritos** durante a noite muito menos sua resistência em dizer que precisa de ajuda. (http://teleseries.uol.com.br/tag/greys-anatomy/)

(480) O pequeno investidor precisa entender que vivemos num mundo globalizado e as economias dos países estão interligadas por meio das linhas de crédito entre países, intercâmbio de mercadorias, bancos de investimento que atuam em diversos países e mercados, etc. Portanto, é fundamental que antes da abertura do mercado de ações brasileiro (BOVESPA) o investidor brasileiro saiba como **se comportou os índices de ações** de algumas bolsas internacionais importantes. (http://www.trilhacerta.com/pag/view/1)

(481) Para contextualizar o professor poderá utilizar o filme: **"Astérix nos jogos olímpicos. Atenção, professor!"** Utilize apenas trechos do filme para não perder o foco da aula, sugerimos o trecho que inicia quando o mocinho é desafiado a participar dos Jogos Olímpicos até a realização das primeiras provas quando aparecem os juízes. Após o vídeo questione os alunos sobre:

- A cidade onde surgiu os jogos
- As características físicas dos atletas
- Os países participantes
- Como era realizada as provas
- Como se comportava as torcidas

(http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=9684)

(482) Esta falta das marcas de Deus nas criaturas torna o universo mudo. Mudo porque não há mais como o homem significar o universo como fazia os medievais, uma vez que não há mais lugares naturais. Como pode o infinito ter centro ou periferia? (http://artigos.netsaber.com.br/resumo_artigo_1059/artigo_sobre_a_deriva_do_universo_na_filosofia_pascaliana)

(483) Foucault foi um filósofo que se preocupou com o desenvolvimento do poder. Para ele não existia um poder centralizador na forma de Estado como propôs os contratualistas

do século XVII e XVIII, logo o poder não estaria nas mãos de uma classe social específica, mas sim distribuído em diversos focos. ("Cultura Política e História Local: por uma construção da identidade social", Márcio Macêdo Moreira, disponível em *ce.anpuh.org/download/anais...pdf/.../Artigo_Márcio_Macêdo_Moreira.pdf*)

(484) "Lula" não emplacou — pelo menos não como esperava os produtores. Ficou abaixo de um milhão de espectadores, número até muito bom em se tratando de produção nacional. (http://www.hojeemdia.com.br/cmlink/hoje-em-dia/divers-o/filmes/nos-cinemas-chico-xavier-e-emoc-o-garantida-1.99248)

(485) Mequinho disputa partida simultânea em Campinas, dentre os participantes estava os atletas de Hortolândia. (http://www.culturaregional.com.br/hortolandia/index.php?option=com_content&view=article&id=220:mequinho-disputa-partida-simultanea-em-campinas-com-atletas-de-hortolandia&catid=3:futebol)

(486) Os policiais localizaram um objeto da vítima supramencionada (um computador portátil) e diante dos fatos acabou confessando o roubo e também indicando aos policiais o local onde estava os demais objetos roubados, não só da vítima já mencionada, mas também de outro roubo que havia praticado no dia anterior. (http://www.policiacivil.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=1801)

Ora, a tradição gramatical admite o verbo no singular com o sujeito posposto somente se este sujeito for *composto*. Segundo Cunha e Cintra (1985: 497), "o verbo que tem mais de um sujeito pode concordar com o sujeito mais próximo", e eles dão os seguintes exemplos literários:

Que te seja propício o astro e a flor,
Que a teus pés se incline a Terra e o Mar. (Florbela Espanca)

Habita-me o espaço e a desolação. (Vergílio Ferreira)

Rua da União onde todas as tardes passava a preta das bananas
[com o xale vistoso de pano da Costa
E o vendedor de roletes de cana. (Manuel Bandeira)

Por que com o sujeito composto é admissível o verbo no singular e com o sujeito simples não? A resposta já demos: a TGP só chancela um uso se ele aparecer impresso repetidamente na obra de algum grande autor publicada há pelo menos duzentos anos.

No entanto, num dos maiores escritores da língua, o padre Antônio Vieira, encontramos a seguinte construção:

(487) Já lhe ficava atraz mais de cincoenta legoas.

Ao tentar explicar esse exemplo — em tudo idêntico aos que recolhemos hoje na internet —, Said Ali (1964: 206) alega que "o verbo não concorda com *cinquenta léguas* nem com a expressão *mais de*, porém está no singular por ter-se presente no espírito a noção de 'distância de cinquenta léguas'". Como se vê, a tentação de recorrer à psicanálise, da qual fugimos mais acima, não poupou o nosso grande filólogo. Explicações semelhantes poderíamos arriscar para cada um dos exemplos acima.

Contudo, preferimos atribuir a variação de concordância mais globalmente à inversão daquilo que Contador de Argote, em sua gramática de 1725, chamou de "ordem natural":

M. E qual he a ordem natural das palavras?
D. He que o artigo esteja antes do nome, o nominativo antes do Verbo, o caso do Verbo depois do Verbo, que o adjectivo tenha o seu substantivo, &tc.
M. Dizey exemplo.
D. *Pedro ama a seu pay*. Nesta Oração as palavras estão na sua ordem natural, porque o nominativo *Pedro* está antes do Verbo *ama*, depois do Verbo está o seu caso, &tc. (p. 185)

O reconhecimento da ordem SVC como a "natural" em português data, portanto, de muito tempo. No entanto, essa "naturalidade" se radicalizou ainda mais no PB. Observe que no próprio texto de Argote ocorre uma ordem não "natural": "depois do Verbo está o seu caso".

A ânsia de preservar a imagem canonizada do grande autor também influenciou a Comissão Machado de Assis (criada em 1958, no cinquentenário de morte do romancista), que se encarregou de produzir uma edição definitiva das obras do nosso genial escritor. Topando com construções variáveis, a Comissão muitas vezes preferiu não "corrigi-las", empregando como justificativa o desejo de "não se destruir um elemento talvez precioso ao estudo de uma concordância mentalmente influenciada pelas formas pluralizadas do contexto". O advérbio *mentalmente* nos mostra, uma vez mais, a tentativa de se fazer uma *psicanálise sintática* — recurso nunca empregado quando quem escreve não é um autor consagrado, caso em que o rótulo de *erro* é imediatamente aplicado!

Ora, em *Dom Casmurro*, na primeira edição (1899), encontramos o seguinte trecho[12]:

(488) A pequena era graciosa e gorducha, faladeira e curiosa. Os paes, como os outros paes, contavam as travessuras e agudezas da menina, e nós, quando voltavamos á noite para a Gloria, vinhamos suspirando as nossas invejas, e pedindo mentalmente ao ceu que no-las matassem. → sujeito: *céu*, portanto, *matasse*; no entanto, a presença do objeto plural *-las* pode ter acarretado a concordância no plural.

O que se vê no exemplo machadiano é exatamente o mesmo que encontramos no enunciado abaixo:

(489) O diretor de *Pânico* tentou apostar mais uma vez no filão que ajudou a redefinir, mas, dessa vez, não conseguiu muito sucesso. No terror *Amaldiçoados*, três jovens precisam encontrar e matar um lobisomem que os atacaram para se livrar de uma maldição... "Programão". Christina Ricci, Joshua Jackson e Shannon Elizabeth estão no elenco. (http://divirta-se.correioweb.com.br/cinema.htm) (25/8/2005)

Por que então dois pesos e duas medidas? Para o grande autor, "recursos estilísticos"; para o escrevente comum, principalmente aluno na escola, "erro". A noção de *grande autor* ou de *clássico da língua* tem sido usada há mais de dois mil anos pela tradição gramatical para justificar sua tentativa de impor modelos de uso "certo", "bom"

[12] Ver a esse respeito a matéria "Os tropeços de *Dom Casmurro*", de Manoel Mourivaldo Santiago-Almeida, publicada em *Língua Portuguesa*, ano 5, nº 68, junho de 2011, pp. 52-53.

e "bonito" do idioma, numa seleção drástica e redutora das múltiplas possibilidades combinatórias dos recursos gramaticais da língua, seleção que, simultaneamente, relega às trevas do não-ser todo e qualquer uso que não faça parte dela (para o senso comum, o que não está nas gramáticas "não é português"). Essa é a perspectiva, como vimos, que subjaz à noção pouco consistente de "norma culta" ou "língua culta" (ou "língua exemplar", segundo Bechara) dos compêndios gramaticais normativos. As regras e prescrições da gramática tradicional sempre se pautaram exclusivamente pela língua *escrita* — desconsiderando todo o universo da língua falada, que é a manifestação primária, primeira, primordial da linguagem humana — e, dentro do universo escrito, exclusivamente pelo que é escrito por um grupo reduzidíssimo de usuários: os *grandes autores*.

Contradizendo essa tradição, Manoel Corrêa (2001: 147) escreve:

> A relação oral/escrito, nessa perspectiva, é vista pura e simplesmente como interferência do oral no escrito. Ainda que raramente de forma explícita, o ideal de pureza da escrita é de tal modo assumido como critério no julgamento de textos escritos que a recomendação, sempre repetida, é a de que se deve "evitar a interferência do oral no escrito". [...] A consideração da presença do oral no escrito como nefasta para o texto escrito é, portanto, resultado de um posicionamento de quem julga o *produto* escrito a partir de uma escrita idealizada, supostamente exemplificada nos grandes autores. Curiosamente, os mesmos autores que demonstram, em seus textos, um trabalho sofisticado com a heterogeneidade da escrita e que, muitas vezes, são considerados grandes exatamente por causa desse trabalho.

É preciso — urgentemente — deixar de contemplar a língua literária como algo acima do bem e do mal e, ao contrário, examiná-la como repleta de manifestações evidentes da gramática da língua materna do autor, gramática que se manifesta tanto no que ele escreve quanto no que escreve (ou escrevem) os outros profissionais da escrita.

12.18.10 Uma regra geral

Propomos, então, como já fizemos com os verbos inacusativos, a seguinte regra:

REGRA: Na ordem vs o elemento s deixa de ser analisado como sujeito e, por ocupar o lugar sintático do objeto, não concorda com o verbo.

Assim, como já afirmamos também sobre os inacusativos, as duas análises são igualmente válidas: tanto a que considera uma estrutura Verbo-Sujeito e, portanto, prevê a concordância, quanto a que considera uma estrutura Verbo impessoal-Sintagma nominal no caso absolutivo e, portanto não prevê a concordância.

12.18.11 Um dos que

Outra construção sempre referida pela tradição purista é a que se inicia com o sintagma um dos que. Tentando aplicar à língua uma lógica estrita e estreita, muito distinta da lógica complexa e multifacetada que caracteriza a linguagem como um dispositivo sociocognitivo, muitos puristas afirmam que nas construções com um dos que o verbo deve vir no plural, em concordância com "[d]os". No entanto a regra variável é contemplada pela tradição normativa:

> Em linguagem do tipo *um dos... que*, o verbo da oração adjetiva pode ficar no singular (concordando com o seletivo *um*) ou no plural (concordando com o termo sujeito no plural), prática, aliás, mais frequente, se o dito verbo se aplicar não só ao relativo mas ainda ao seletivo *um*:
> "Este era *um dos que* mais se *doíam* do procedimento de D. Leonor" [AH.2, 37]
> "*Um dos* nossos escritores modernos *que* mais *abusou* do talento, e que mais portentos auferiu do sistema..." [AH.2, 46]
> "Demais, *um dos que* hoje *deviam* estar tristes, eras tu" [CL.1, I, 190]
> (Bechara, 1999: 462)

Os puristas que só admitem o verbo no plural recorrem à surrada análise "lógica", como se vê abaixo:

> Com a construção "um dos que" (e semelhantes, como "um daqueles que" e "um desses que"), o mais lógico é fazer o verbo concordar no plural: "Ele é um dos jogadores que *foram* punidos"; "A cantora Marisa Monte é uma das artistas que *vão* abrilhantar a festa"; "A pesquisa do professor Ferreira é uma das que *receberam* o apoio do governo federal"; "O Palio é um dos carros que mais *vendem* no Brasil"
> Invertendo a frase, você descobre por quê: "Dos jogadores que foram punidos, ele é um"; "Das artistas que vão abrilhantar a festa, a cantora Marisa Monte é uma"; "Das pesquisas que receberam o apoio do governo federal, a do professor Ferreira é uma"; "Dos carros que mais vendem no Brasil, o Palio é um".
> O verbo fica no singular só nas poucas vezes em que a ação se refere a um só agente: "Foi uma das suas canções que tocou na festa"; "Foi um dos vinhos da sua vinícola que foi servido ontem na recepção"; "Era uma das suas filhas que estava namorando na frente da escola".
> (http://www.portuguesnarede.com/2008/01/concordncia-um-dos-que.html, acesso em 2 abr 2011).

O grande problema, como sempre, é supor que existem "equivalências" entre construções da língua. Ora, ninguém no Brasil fala ou escreve coisas como "Dos jogadores que foram punidos, ele é um", "Das artistas que vão abrilhantar a festa, a cantora Marisa Monte é uma" ou, mais bizarramente ainda, "Dos carros que mais vendem no Brasil, o Palio é um". Já sabemos que, ao contrário da matemática, na língua a ordem dos fatores altera, e muito, o produto. Iniciar a sentença matriz com *um dos que...* permite ao falante/escrevente selecionar o elemento com que vai fazer concordar o verbo, dando ênfase ou destaque a esse elemento.

Usando o mecanismo de busca do Google na internet no dia 3 de abril de 2011, encontrei os seguintes resultados:

6.930.000 ocorrências de um dos que fez
3.540.000 ocorrências de um dos que fizeram

Mesmo sabendo que entre os resultados estão as páginas que tratam de questões gramaticais, a discrepância entre os números — 51% a mais de verbos no singular do que no plural — revela a frequência muito mais alta da construção com o verbo no singular. Como se vê, a lógica dos falantes é muito mais eficiente, por ser intuitiva, do que a pseudológica dos puristas.

Diante disso, o ensino da concordância deve se fixar nos casos que provocam maior rejeição por parte dos falantes das VUP, ou seja, a contiguidade ou proximidade de sujeito e verbo — *eles ainda não chegaram, todas as meninas gostaram do filme, nós tínhamos viajado juntos*. Os demais, tão frequentes até mesmo nos GTM, podem ser examinados e discutidos em sala de aula como demonstrações da riqueza de possibilidades que os falantes de uma língua criamos para nós mesmos.

12.19 O VERBO COMO PROFORMA: O PROVERBO

Já vimos em [▸461] que muitas classes de palavras podem ser empregadas como proformas em retomadas anafóricas. No caso dos verbos temos, evidentemente, os proverbos, que retomam verbos expressos anteriormente:

(490) — Me disseram que você já fumou.
— Sim, mas foi por pouco tempo.
(491) — Você tem ido ao cinema ultimamente?
— Tenho.
(492) — Preciso emagrecer urgentemente, mas não sei como fazer.

Também é possível retomar um verbo por meio da anáfora-zero. Na escrita ela costuma ser representada por uma vírgula:

(493) Marina gosta de praia. Pedro, de montanha.

12.20 GRAMATICALIZAÇÕES DO VERBO

Assim como todas as demais classes de palavras, os verbos também passam por processos de gramaticalização. Vimos acima como o verbo há se transformou em advérbio. Além disso, qualquer verbo (como aliás, qualquer palavra) se torna imediatamente um substantivo quando vem determinado pelo artigo o: o *olhar*, o *penar*, o

querer, o saber, o poder, o sofrer, o ser etc. Outras formas inicialmente verbais também se transferiram para outras categorias gramaticais:

1. amostração, amostrado → substantivo e adjetivo derivados do verbo *amostrar* (*a* + *mostrar*), com o sentido de se exibir, de chamar a atenção para si mesmo. Na linguagem familiar é comum o verbo *se amostrar*.

2. apesar → locução formada da preposição *a* + *pesar*, infinitivo.

3. bastante → antigo particípio presente do verbo *bastar*, é usado como adjetivo — "Existem recursos *bastantes* para a construção do hospital" —, e como substantivo: "Acho que já comi o *bastante* por hoje". Contudo, seu uso mais frequente é como *advérbio*: "Ainda estou *bastante* cansado da viagem". Observe que, como advérbio, *bastante* deixou de significar "em quantidade suficiente, em medida que basta" para ter o sentido de "acima da média, muito". Assim, quando alguém diz que está "*bastante* inclinado a aceitar aquela proposta", a inclinação não é 'suficiente' e sim 'muita'.

4. chega → esse verbo era (e ainda é) usado em expressões como: "O suco está tão gelado que *chega* a doer nos dentes". A partir daí ele se gramaticalizou como um elemento adverbial: "O suco está tão gelado que *chega* dói nos dentes". O dicionário *Aurélio* classifica esse uso como "preposição", mas não é o caso. Em algumas variedades, a gramaticalização avançou ainda mais um passo, convertendo-o integralmente num advérbio, invariável: "Eu *chega* fico triste com o comportamento da Sueli". Outra evolução do verbo *chegar* se deu com a forma cheguei, que se transformou em adjetivo: "Essa combinação de cores ficou muito *cheguei*".

5. dado → particípio passado do verbo *dar* empregado como *quantificador indefinido* ("Por um dado tempo, eles foram felizes").

6. dado que → locução conjuntiva: "O governo teve de importar trigo, *dado que* a produção nacional não pôde atender à demanda interna".

7. devido a → locução prepositiva formada pelo particípio passado do verbo *dever* e pela preposição a.

8. durante → antigo particípio presente do verbo *durar* que se gramaticalizou como *preposição*.

9. exceto → de *exceptu-*, particípio passado do verbo latino *excipere*, "excetuar", usado hoje como preposição.

10. exibido → adjetivo formado do particípio passado do verbo *exibir*, muito empregado na linguagem familiar para designar a pessoa que gosta de atrair a atenção para si. O mesmo que *amostrado*.

11. feito → o particípio passado do verbo *fazer*, por seu próprio caráter de forma *nominal*, pode ser usado como substantivo ("os grandes *feitos* do herói Hércules") e como

adjetivo ("um homem *feito*"). No PB, além disso, essa palavra se gramaticalizou como uma *conjunção comparativa*: "Trabalhei *feito* [*tanto quanto*] um condenado".

12. habite-se → substantivo: autorização dada por órgão municipal permitindo que determinado imóvel seja ocupado.

13. isto é → sentença empregada como locução introdutora de uma paráfrase ou explicação.

14. mediante → preposição oriunda do antigo particípio presente do verbo *mediar*.

15. obrigado → redução da expressão "eu lhe fico obrigado [por causa do que você fez para mim]"; o termo *obrigado* guarda aqui seu sentido etimológico, pois o verbo latino *ob-ligare* significava 'ligar, atar, prender com um laço'. Pelo que você me fez eu fico 'preso', 'ligado' a você.

16. ou seja → locução introdutora de uma paráfrase ou explicação.

17. pêsames → nominalização do sintagma verbal "pesa-me", isto é, 'entristece-me, magoa-me'. O acento circunflexo registra uma pronúncia, hoje obsoleta, que procurava diferenciar o sentido de *pesar*, 'ter o peso de', e *pesar*, 'condoer-se, sofrer', pronunciando a vogal aberta no primeiro caso e fechada, no segundo. A pronúncia com [e], fechado, se verifica ainda na fala das pessoas que usam a locução *em que pese a*.

18. pode ser que → locução que se gramaticalizou como um advérbio de sentido semelhante a *talvez*: "*Pode ser que* [*talvez*] chova amanhã o dia todo". Em várias línguas, a locução verbal 'pode ser' se transformou no advérbio que traduzimos por *talvez*: *peut-être* (francês), *maybe* (inglês), *potser* (catalão). Em espanhol, a locução frequentemente perde o verbo 'ser': *Puede que llueva mañana* ('Pode [ser] que chova amanhã'). Na variedade linguística do Recife, a forma do verbo assumiu o modo subjuntivo: "*Possa ser que* ele venha hoje", decerto por influência semântica desse modo verbal, usado na subordinada, que é usado precisamente para expressar dúvida, hipótese, conjetura etc.

19. pudera → verbo *poder*, conjugado no pretérito mais-que-perfeito, empregado como interjeição. Ocorre muito frequentemente precedido de *também*: "Ana engordou muito. *Também, pudera*, comendo tanto doce, só podia dar nisso".

20. qualquer → exemplo claro de sintagma verbal que se tornou um *quantificador indefinido*. Sua origem se revela em sua flexão de número — *quaisquer*, a única palavra da língua que "faz plural no meio", conforme se diz popularmente. Outros sintagmas verbais passaram pelo processo de gramaticalização, tornando-se pronomes, sem que isso se reflita na sua forma escrita: *quem quer que, onde quer que, o que quer que, seja o que for, seja quem for, seja onde for*...

21. que dirá → corresponde a "ainda mais", "ainda por cima" etc.: "Já é difícil falar mandarim, *que dirá* escrever!"

22. quem (me) dera → com o verbo *dar* no pretérito-mais-que-perfeito, essa sentença se gramaticalizou como expressão de desejo, usada como interjeição (*Quem dera!*) ou na construção de subordinadas independentes: "*Quem me dera* agora eu tivesse a viola pra cantar" ("Ponteio", Capinam e Edu Lobo).

23. quer ... quer, seja ... seja → dois pares de conjunções correlativas [▶885] resultantes da gramaticalização de verbos.

24. quiçá → esse advérbio, muito pouco usado atualmente no PB, é um empréstimo do espanhol *quizá*, em sua forma mais antiga *quiçab*, gramaticalização da frase *qui sabe*, 'quem sabe'. Por outro lado, o sintagma completo quem sabe permanece amplamente usado como advérbio, com sentido equivalente ao de *talvez*: "*Quem sabe* você ainda chega a tempo de tomar o avião".

25. recibo → substantivo derivado do verbo *recibir* (*eu recibo*), forma arcaica de *receber* (*recibir* se manteve em espanhol: *yo recibo*).

26. salvo → particípio passado do verbo *salvar* usado como *preposição*.

27. semostração → substantivo formado de *se* + *mostra-* + *-ção*, derivado portanto de "se mostrar", no sentido de se exibir, chamar a atenção para si.

28. tirante → antigo particípio presente do verbo *tirar* usado como *preposição*.

29. tomara (que): verbo *tomar* no pretérito-mais-que-perfeito, um tempo que, em latim, era empregado para a expressão de hipóteses ou de condicionalidade — um uso que a escrita literária clássica recuperou, como no célebre verso de Camões: "Se mais terras *houvera*, lá *chegara*", ou seja, se mais terras existissem no mundo, lá chegaria o português navegador. Esse uso permanece, em enunciados altamente monitorados, com os verbos *fora* — "Não *fora* pelo apoio do governo federal, jamais teríamos conseguido superar essa calamidade" — e *quisera*: "Eu bem *quisera* mudar de emprego!" *Tomara* pode ocorrer sozinho, como interjeição, ou seguido de *que*, como locução conjuntiva: "*Tomara que* Ana chegue logo para levar a gente embora daqui".

30. vai que → locução empregada com sentido adverbial de *talvez*: "Melhor você levar o guarda-chuva, *vai que* chove [talvez chova] no meio do caminho", ou como uma conjunção condicional, introdutora de conjetura ou hipótese: "Vou levar alguma coisa para comer, *vai que* a reunião demora demais" ["*caso* a reunião demore demais", "*se* a reunião demorar demais"].

31. visto → preposição oriunda do particípio passado do verbo *ver*: "Vou viajar amanhã, visto ser impossível viajar com essa chuva toda".

32. visto que → locução conjuntiva: "O governo teve de importar trigo, *visto que* a produção nacional não pôde atender à demanda interna".

33. viva! → imperativo afirmativo do verbo *viver* empregado como interjeição. Também ocorre como substantivo: *dar os vivas a alguém*.

Muitos verbos e sintagmas verbais se tornaram substantivos (*vaivém, entra-e-sai, sabe-tudo, manda-chuva, bem-te-vi, come-quieto, leva-e-traz, diz-que-diz, Maria-vai-com-as-outras, fura-fila, bota-fogo* etc.) e também se transformaram em marcadores conversacionais:

- [kɛ'dze] < quer dizer
- compreende?
- é? / era? / foi? / será?
- entende? / entendeu? / tá entenden(d)o?
- falô! < falou!
- magina! < imagina!
- merece! (usado no Rio Grande do Sul em resposta a "obrigado!")
- mora? / morou?
- né? < não é?
- ó! < olha!
- que diga (usado em Pernambuco quando a pessoa retifica o que disse antes: "Encontrei Pedro ontem... anteontem, que diga")
- quem (me) dera!
- minto (usado para retificar o que foi dito antes)
- pudera
- sabe?
- saca? / sacou?
- tá? < está?
- tá ligado?
- tó! < toma! (em São Paulo, onde a vogal tônica de *toma* não se nasaliza)
- tomara!
- tomou?
- visse? < viste?
- viu?

à Maria Manta Pereira Soares

13

uma rosa é uma rosa é uma rosa

os nomes

A história das classes de palavras é uma verdadeira saga, dessas que ocupam vários volumes e descrevem eventos ocorridos ao longo de muitos séculos. E como toda boa epopeia, essa também é repleta de peripécias, reviravoltas e vicissitudes. Não faltam casamentos espúrios, brigas familiares, traições, deserções

etc. Quando acompanhamos, por exemplo, a longa história do adjetivo (como vamos fazer nesse capítulo), nos surpreendemos com a volubilidade desse personagem épico. Mas não vamos nos precipitar...

Já vimos [▸405] que o filósofo Platão, ao fazer a primeira divisão conhecida no Ocidente dos constituintes do enunciado, postulou a existência de duas entidades, às quais deu os nomes de *ónoma* e *rhēma*. Com isso, ele demonstrou plena consciência da oposição verbo-nominal, que estudamos em [▸440]. Esse binômio platônico recobria ao mesmo tempo a morfologia das palavras (*nomes* e *verbos*) e a sintaxe (*sujeito* e *predicado*). Um outro binômio que tem sido associado a esses pares é o que se compõe de *substância* e *acidente*, que também examinamos em [▸407]. Também surgiram outros binômios ao longo da história dos estudos linguísticos, cada um deles mais vinculado à esfera sintática, semântica ou pragmática: *tema/rema*; *dado/novo*; *tópico/comentário*; *ator/meta*; *experienciador/fenômeno*; *objeto/evento* etc.

Muito cedo, na epopeia das classificações gramaticais, as palavras que expressam a *substância* foram reconhecidas e receberam uma casa só para elas. O mesmo não aconteceu, porém, com as palavras que expressam o *acidente* — afinal, o predicado é uma entidade complexa e compósita, englobando diversos tipos de vocábulos, o que exige uma análise mais detida.

Do verbo grego *hypokeimai* ('estar por baixo', 'subjazer') se formou a palavra *hypokeimenon*. Curiosamente, esse termo grego costuma ser traduzido, na literatura filosófica, ora por *substância*, ora por *sujeito*. Essa dupla possibilidade de tradução já nos dá boas pistas para o trabalho da reflexão gramatical. E uma primeira conclusão possível é a de que entre o *substantivo* e o *sujeito* existe uma relação muito íntima, um forte laço de parentesco. Essa relação fica bem clara quando examinamos a etimologia das duas palavras:

SUB.ST.A.NT.IV.UM → adjetivo, assim formado:

- sub- ('sob', 'embaixo')
- -st- (raiz do verbo stare, 'estar')
- -a- (vogal temática da 1ª conjugação)
- -nt- (sufixo formador do particípio presente)
- -iv- (sufixo formador de adjetivos)
- -um (desinência do acusativo singular masculino)

SUB.JECT.UM → particípio passado do verbo *subjícĕre*, assim formado:

- sub- ('sob', 'embaixo')
- -ject- (radical do particípio passado do verbo *jacĕre*, 'lançar')
- -um (desinência do acusativo singular masculino)

A substância, portanto, é aquilo que "está por baixo", enquanto o sujeito é aquilo que "é lançado embaixo", aquilo que *subjaz*. Essa análise nos mostra que, na prática, *substantivo* e *sujeito* significam a mesma coisa, representam uma sinonímia (justamente o que permite a dupla tradução do mesmo termo grego).

Nós sabemos que o substantivo, de fato, exerce a função sintática de sujeito, mas não apenas essa função: ele também pode ser objeto direto, objeto indireto, complemento oblíquo, adjunto e até, pelos processos de gramaticalização, se tornar advérbio, preposição etc. No entanto, para os filósofos gregos, a função de *sujeito* era a mais importante de todas as que podiam ser exercidas pelo substantivo. Tanto que, na designação dos casos [▶418], deram o nome de reto (*orthós*) ao caso nominativo (*onomastiké*), isto é, à função sintática própria do nome (*ónoma*), a função de sujeito. Todas as demais funções eram consideradas menos nobres, menos dignas, representavam uma queda do nome de seu posto principesco — já vimos que a palavra *casu*, sendo o particípio passado do verbo *cadĕre* ('cair'), significava 'caído'. Por isso esses casos são chamados *oblíquos*, 'inclinados' (*plágios*, em grego, origem da nossa palavra *plágio*...). O *sujeito* é o portador da *substância*, daquilo que subjaz ao ser, que permanece sempre nele, do nascimento à morte.

A palavra acidente, por sua vez, tem a seguinte etimologia:

AC.CID.E.NT.EM → particípio presente do verbo *accido*, assim formado:

- ad- (prevérbio-preposição, origem da nossa preposição a)
- -cid- (raiz do verbo *cadĕre*, 'cair', com apofonia [▶270])
- -e- (vogal temática da 3ª conjugação)
- -nt- (sufixo formador do particípio presente)
- -em (desinência do acusativo singular)

O *acidente*, portanto é aquilo que "cai para, na direção de" algo ou alguém. Essa definição implica, portanto, algo que vem de fora, algo exterior que 'cai' no nosso colo, no nosso caminho ou até mesmo em cima de nós — bem ao contrário do sentido de *substância*, algo que subjaz, que está "por baixo", que é a própria essência do ser.

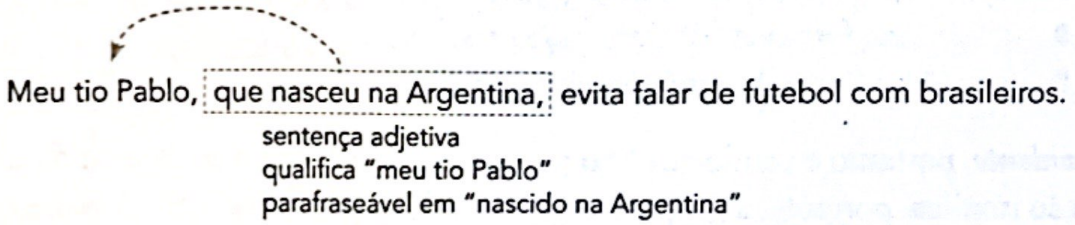
A oposição sujeito-predicado (nome-verbo) é também, nessa visão filosófica, uma oposição entre substância e acidente. Por conseguinte, na casa do rhēma platônico entravam os verbos — que por sua própria capacidade de expressão do *tempo* exprimem o que 'cai' na nossa vida —, mas também os adjetivos.

Na tradição escolar, aprendemos que os adjetivos são as palavras que expressam as "qualidades". Tudo bem. Ocorre, no entanto, que as qualidades não são permanentes, eternas, elas mudam com o tempo, não participam da substância do ser. As qualidades são flexíveis, modeláveis, plasmáveis. Se compro hoje um carro zero-quilômetro, ele será um carro novo. Depois de alguns anos, será um carro velho.

Para mim, ele pode ser um carro de passeio, mas eu posso vendê-lo a alguém que vai usá-lo como carro de carga. Ao comprar meu carro novo, escolho uma cor e adquiro um carro vermelho. Dois anos depois, decido pintar o carro de outra cor: passo a ter um carro preto. Dou o carro de presente ao meu filho, que decide pintá-lo novamente: vai ser um carro amarelo. Apesar de todas essas peripécias, de todos esses acidentes de percurso, o carro em nenhum momento deixou de ser um carro. Mesmo quando for abandonado num ferro-velho e lá ficar durante anos e se tornar uma carcaça enferrujada e irreconhecível, continuará sendo um carro.

Foi isso que levou Platão a hospedar o adjetivo (*epítheton*) na mesma casa dos verbos. O termo usado pelos latinos para traduzir o grego — adjectivus — também traz em si o mesmo radical -ject- que aparece em sub-ject-um. O adjetivo é, portanto, algo que se "lança ao lado", que "se coloca junto de" outra palavra. Trata-se, portanto, de um termo essencialmente *sintático*, que nos informa sobre a colocação dessas palavras na frase, ao passo que *subjectum* é um termo essencialmente *semântico*, pois nos informa sobre a natureza do ser que, na sentença, expressa uma *substância* (que pode ser corpórea ou incorpórea, real ou mental etc.).

Retomando o que dissemos em [▶441], todo adjetivo traz implícito um verbo, o verbo ser: quando digo apenas *mulher encantadora*, estou na verdade querendo me referir a *uma mulher* [que é] *encantadora*. Se digo *Viviane vive* posso também dizer: *Viviane é alguém que vive*. E é justamente por isso que as sentenças encabeçadas por um pronome relativo (*que*) são chamadas de sentenças adjetivas, porque desempenham a mesma função tradicionalmente atribuída aos adjetivos, isto é, atribuir uma "qualidade" ao argumento que está expresso na sentença principal:



Estavam, portanto, os adjetivos bem instalados na casa dos verbos quando, tempos depois, outros filósofos gregos, os estoicos, observaram que os adjetivos compartilhavam algumas características importantes com os substantivos: apresentavam número (singular, dual, plural) e gênero (masculino, feminino, neutro). Além disso, os adjetivos assumiam as desinências de caso. Mais notável ainda era que os adjetivos apresentavam, na frase, o mesmo número, gênero e caso do substantivo, ou seja: os adjetivos concordavam com os substantivos:

Rosa rubra pulchra est → A rosa vermelha é bonita.
Rosae rubrae pulchrae sunt → As rosas vermelhas são bonitas.
Video rosam rubram pulchram → Vejo uma rosa vermelha bonita.
Video rosas rubras pulchras → Vejo rosas vermelhas bonitas.

Ora, fazia mais sentido então (pelo menos do ponto de vista morfológico) abrigar os adjetivos na casa dos substantivos, e assim foi feito, e assim as coisas permaneceriam por muitos séculos. Substantivos e adjetivos, agora reunidos, passaram a compor a classe dos nomes.

No final do século XVII — ou seja mais de dois mil anos depois dos estoicos —, o gramático francês Nicolas Beauzée (1717-1789), autor de uma gramática filosófica bem ao gosto da época, propôs que os adjetivos tivessem casa própria e se separassem dos substantivos, após tantos séculos de coabitação. É desse período que data a classificação que existe até hoje e que distingue os substantivos dos adjetivos. Unidos pelo coração (*concordar* provém de *con* + *cord-*, 'coração'), foram obrigados a viver em casas separadas.

Mas essa independência dos adjetivos desde então vive sob ameaça. Apesar de ter se fixado muito bem nas gramáticas normativas a partir daquela época como classe distinta do verbo e do substantivo, a classe dos adjetivos nem por isso deixou de ser contestada pelos linguistas. Em seu livro *L'adjectif. Entre nom et verbe* (*O adjetivo. Entre nome e verbo*), Jan Goes (1999) passa em revista toda a história do adjetivo, desde Platão até Beauzée, para em seguida apresentar a posição de diversos linguistas contemporâneos que reivindicam o retorno do adjetivo à classe do verbo.

Outros estudiosos preferem deixar os adjetivos na classe dos nomes. No Brasil, um conhecido defensor da não separação de substantivos e adjetivos em duas classes distintas é o linguista Mário Perini. Segundo ele (1997: 42),

> depois de vários anos estudando o problema, acredito que [substantivos e adjetivos] são *impossíveis* de distinguir, pelo menos em duas classes como fazem as gramáticas usuais. O que temos aí é ou um grande número de classes ou, mais provavelmente, uma grande classe composta de membros cujas propriedades são muito variadas.

Em trabalho mais recente (2006: 168), Perini reforça sua posição e emprega o termo *nominais* para incluir os tradicionais "substantivos" e "adjetivos":

> Já vimos [...] que essas duas classes tradicionais não conseguem exprimir o comportamento dos itens do ponto de vista de seu potencial funcional. Em particular, temos itens que podem ser núcleo do SN, itens que podem ser modificadores, e itens que podem ser as duas coisas. [...] Todos esses itens pertencem à classe dos nominais, e esta se define através da possibilidade de desempenhar uma das funções de núcleo do SN, modificador, ou as duas.
>
> A vantagem de vincular assim essas duas funções vem do fato de que as palavras em português que têm uma dessas propriedades mostram grande facilidade de adquirir a outra. Assim, nomes próprios como *Kubitschek* parecem ser apenas a designação de um ser (ou seja, seriam exclusivamente referenciais); mas é possível utilizá-los como modificadores em expressões como *o governo Kubitschek*.
>
> Historicamente, pode-se citar muitos exemplos de nominais qualificativos que adquiriram referencialidade: *celular* e *maternal* eram puramente qualificativos, mas acabaram sendo usados

> para designar coisas. O fenômeno oposto é menos comum, mas também se verifica: é o caso de *cabeça*, que designava apenas uma coisa [...], mas que passou a ser usado como qualificativo: *um filme cabeça*.

Perini sugere então que se fale de *nominais* e que neles figurem os substantivos ao lado dos adjetivos.

Inspirado nesses debates de Perini é que decidi incluir no que chamo de *nomes* tanto os substantivos quanto os adjetivos. No entanto, compartilho também da visão de outros autores que fazem uma distinção nítida entre essas duas categorias e é por isso que, sob o rótulo comum de *nomes*, apresento os substantivos e os adjetivos como subclasses de uma classe maior. Afinal, quando falamos genericamente, por exemplo, de *verbos*, estamos nos referindo a uma classe que apresenta diversos subconjuntos que se caracterizam pelo que têm de comum e de diferente com relação aos demais subconjuntos. Um item como *haver*, por exemplo, desprovido de sujeito, desprovido de complemento, desprovido de predicação, só é classificado como verbo por razões morfológicas (paradigma de conjugação, expressão de tempo e modo etc.), embora do ponto de vista semântico-discursivo esteja muito distante dos verbos prototípicos. Se a baleia-azul, o morcego, o homem e o ornitorrinco (que põe ovo!) estão todos na classe dos mamíferos, não podemos nos admirar com a reconciliação de substantivos e adjetivos num mesma classe.

Em tom fatalista, o livro do Eclesiastes (1: 9) proclama:

> O que foi é o que será,
> o que se fez é o que se fará:
> nada de novo sob o sol!

Para quem, como nós, estuda os movimentos da mudança e percebe nela inovações, é mais conveniente temperar esse pessimismo bíblico com uma visão dialética da história. Se é verdade que as coisas se repetem, também é verdade que a cada repetição elas apresentam diferenças, se distanciam um pouco do que eram antes: ou seja, temos a ilusão dos ciclos, mas os processos se dão na verdade em espirais. Vimos isso no capítulo dedicado à mudança linguística [▶115].

A repetição parece estar presente aqui, nessa proposta de retomar a classificação dos filósofos estoicos e classificar substantivos e adjetivos como *nomes*. Mas se trata, na verdade, de uma repetição com algo a mais, como vamos ver.

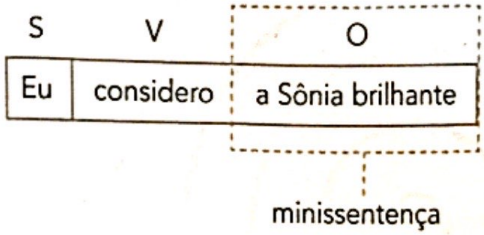
Outra volta dada pela espiral da história é a que traz de novo à cena a equiparação dos adjetivos aos verbos. Para início de conversa, sabemos que são muitas as línguas do mundo que simplesmente não têm adjetivos. Hagège, no livro em que analisa 754 línguas de todo o mundo, apresenta as seguintes estatísticas:

PALAVRAS QUE EXPRESSAM QUALIDADE, QUANTIDADE E EXTENSÃO NAS DIFERENTES LÍNGUAS	%
1. VERBOS - estativos ou de qualidade em construções semelhantes às sentenças relativas (adjetivas): *mulher fascinante → mulher que **fascina**.*	32
2. VERBOS E NOMES	28
3. ADJETIVOS VERDADEIROS - constituem classe autônoma	22
4. número reduzido de "adjetivos", que são de fato nomes: **mulher bonita → mulher de beleza; beleza de mulher**	18

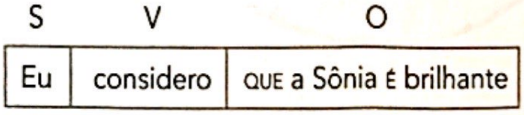
[Fonte: Hagège (2001: 73-74) com adaptações.]

A intuição de Platão, portanto, se justifica em mais de ⅓ das línguas analisadas, porção que fica ainda maior se acrescentarmos as línguas do grupo 2. As línguas, como as indo-europeias (e, portanto, o PB), que dispõem de adjetivos propriamente ditos representam menos de ¼ do total. Decerto o caso mais curioso é o das línguas que dispõem de um número reduzido de adjetivos, que constituem uma classe fechada, como vimos, no caso da língua igbo, falada na Nigéria, que tem apenas dez adjetivos (grande/pequeno, novo/velho, preto-escuro/branco-luminoso, bom/mau).

Outro aspecto assumido pela volta da espiral que reaproxima os adjetivos dos verbos é a noção de minissentença (ou minioração) que os estudos linguísticos contemporâneos têm empregado para a análise sintática. Vimos que é possível usar essa classificação para as sentenças que servem de objeto direto para os verbos causativos/sensitivos. Agora vamos ver de que modo também podemos chamar de minissentenças enunciados que contêm como seu elemento principal um... adjetivo:



Por que o objeto direto "a Sônia brilhante" é classificado de minissentença? Afinal, sabemos que só existe sentença onde existe *verbo*, e no sintagma "a Sônia brilhante" não tem verbo nenhum. Ora, retomando a análise de Platão, o que temos nessa minissentença é uma condensação da sentença completa "*que* a Sônia *é* brilhante":



A possibilidade de interpretar o sintagma "a Sônia brilhante" como uma sentença substantiva é que leva os analistas a considerá-lo uma minissentença. Nessa minissentença a predicação é efetuada pelo adjetivo.

A TGP analisa *brilhante* em *Eu considero a Sônia brilhante* como um "predicativo", ou seja, um elemento que "atribui predicação a um argumento" (*Houaiss*) e a predi-

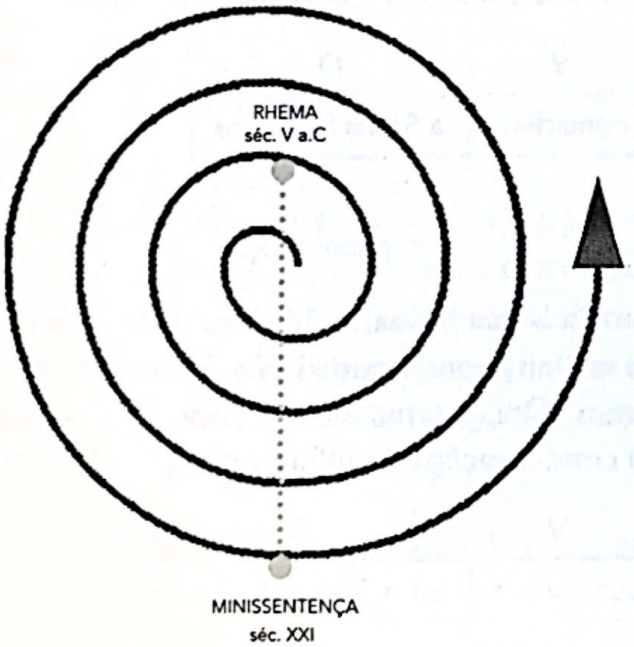
cação, como já temos visto, é *falar de* X e *dizer que* X. Ora, em *a Sônia brilhante*, estou falando da Sônia e dizendo que ela *é* brilhante. É isso que permite a alguns teóricos contemporâneos analisar *a Sônia brilhante* como uma minissentença, pois o que define uma sentença típica é precisamente a predicação e não, como nos ensinam na escola, a presença de um verbo.

Como vimos em [▸600], a minissentença que ocorre com os verbos causativos/sensitivos também equivale a um predicativo, ou seja a um adjetivo, ou seja, a uma sentença adjetiva... Assim, podemos aplicar uma só análise a construções como:

S	V	O
Ana	encontrou	a biblioteca fechada.
Ana	encontrou	o menino chorando.
Ana	fez	o menino chorar.
Ana	acha	esse filme um horror.

minissentença

Como se vê, demos uma volta de vinte e cinco séculos para retornar a Platão, mas dessa vez com instrumentos de análise mais afiados e afinados que nos permitem criar uma distância entre nós e o filósofo grego.



13.1 Adjetivo ou advérbio?

Os adjetivos, no entanto, ainda se enfronharam em outras aventuras gramaticais. Não contentes em serem equiparados aos verbos, depois aos nomes e, por fim,

ganharem casa própria, os adjetivos também costumam fazer as vezes de seus primos advérbios.

O termo latino adverbium traduz o grego *epirrhema*, e ambos significam "junto ao verbo". Ora, já vimos que *adjectivum* significa "colocado junto a". Essas duas categorias de palavras são tradicionalmente definidas como "palavra que modifica/qualifica um substantivo" (adjetivo) e "palavra que modifica/qualifica um substantivo, um verbo, um adjetivo ou outro advérbio" (advérbio). O fato é que essa semelhança de funções aproxima as duas categorias, e uma definição mais abrangente de *adjetivo*, não só no PB mas em diversas línguas, seria "palavra que modifica/qualifica um substantivo ou um verbo". Outra forma de ver os fatos é considerar, como fazem diversos autores, que os advérbios simplesmente não existem, o que existe é uma *função adverbial* que pode ser desempenhada pelas outras classes de palavras. É uma postura semelhante à nossa no que diz respeito aos pronomes [▸462], que aqui são tratados como uma função e não como uma classe específica. Vamos examinar o caso dos advérbios em capítulo próprio.

Sobre o uso dos adjetivos em função adverbial, é fácil citar exemplos:

(1) Fale ilimitado em DDD, DDI, para telefone fixo ou celular.
(2) Fala sério!
(3) Ela canta bonito.
(4) Ele canta muito desafinado.
(5) Pega leve!
(6) Você agiu certo!
(7) Ele fala muito rápido...
(8) Acho que já comi bastante.
(9) Pense grande!
(10) Fale baixo!
(11) José se machucou feio no acidente...
(12) Susana fala tão gostoso...
(13) Eu tive que falar grosso na reunião.
(14) O comentarista bateu duro nas decisões do governo.
(15) Dizem que escrever bem é escrever claro.
(16) Vamos pensar positivo?
(17) Eu quero jogar limpo com vocês.
(18) Eu fiz só o que me pediram.
(19) Você está agindo igual à sua mãe.
(20) Trate de trabalhar direito.
(21) Quem entra primeiro?
(22) A cerveja que desce redondo.

Um caso muito interessante de gramaticalização que nos mostra a relação íntima de adjetivos e advérbios é o da palavra só, que hoje usamos sem flexão quando é advérbio: "Só Pedro e João vieram", mas que, em fases antigas da língua, recebia marca de número: "Sós Pedro e João vieram", e até de gênero: "Soas Maria e Ana vieram". Com o passar do tempo, a forma única só se fixou como advérbio, invariável. Em francês, porém, até hoje se usa as marcas de gênero e número, mesmo quando a palavra é empregada com função adverbial:

- *Seul* Pierre est venu → Só Pedro veio
- *Seule* Marie est venue → Só Maria veio
- *Seuls* Pierre et Jean sont venus → Só Pedro e João vieram
- *Seules* Marie et Anne sont venues → Só Maria e Ana vieram

Como na língua falada, porém, as quatro formas têm na prática a mesma pronúncia, a flexão não passa de um capricho gráfico (como centenas de outros, aliás, no francês escrito).

13.1.1 Advérbios flexionados

O exemplo da palavra só nos ajuda a entender fenômenos de flexão de gênero (e muito raramente também de número) em palavras classificadas pela TGP como advérbios.

Um uso sempre condenado pelos puristas empedernidos é o da flexão da palavra meio quando atua como advérbio. No entanto, vejamos o que nos ensina o *Dicionário Aurélio Século XXI*:

> **meio**[1]
> [...]
> **Advérbio.**
> 22.**Por metade; um pouco; um tanto; quase:**
> *Anda* meio *doente.* [Há muitos exemplos, no português antigo como no moderno, desse advérbio flexionado (caso de concordância por atração):
> "a cabeça do Rubião meia inclinada" (Machado de Assis, *Quincas Borba*, p. 67);
> "casou meia defunta" (Id., *Várias Histórias*, p. 97);
> "a mesma mulher, sempre nua ou meia despida" (Eça de Queirós, *A Cidade e as Serras*, p. 366);
> "Uns caem meios mortos, e outros vão / A ajuda convocando do Alcorão." (Luís de Camões, *Os Lusíadas*, III, 50);
> "cinzeiros com cigarros meios fumados" (José Régio, *Histórias de Mulheres*, pp. 45-46).]

A flexão de gênero e número de palavras classificadas como advérbio não é exclusividade do português. Em espanhol, ela não só é aceita como é considerada perfeitamente correta, por exemplo, no caso de *mucho*. Enquanto nós dizemos "veio muito mais gente", os falantes de espanhol dizem: "*vino* mucha *más gente*" e "*hay aquí* muchas *más mujeres que hombres*". O fenômeno é o mesmo: concordância por atração (acessos em 2 jun 2009):

(23) ¿por qué si el alcoholismo ha matado a muchas más personas que la influenza por que no lo tratan de controlar? [mx.answers.yahoo.com/question/index?qid=20090427221719AAEHIUv]

(24) Durante las dos últimas semanas he estado recolectando opiniones sobre la situación de las mujeres que se dedican a la ciencia o la ingeniería. Comienzo del hecho de que hay muchas menos mujeres que hombres en estas profesiones [...] [www.manzanamecanica.org/2009/05/mujeres_en_ciencia_e_ingenieria.html]

(25) Pero además, cuando reaccionamos con serenidad nos percatamos que somos impotentes en muchas menos ocasiones de las que pensamos. [www.elmundo.es/yodonablogs/2006/03/10/miscircunstancias/1141983054. html]

Em espanhol também é comum a flexão de *media* (o nosso "meia") no feminino, mesmo quando é advérbio:

(26) Media asustada y nerviosa, esta adolescente de ahora 14 años, ojos rasgados, piel morena y cristiana evangélica militante, cuenta su historia [...] [www.boliviahoy.com/modules/news/article.php?storyid=340]
(27) Una vez que ya está media cocinada la cebolla, se agrega el pollo troceado y se dora un poco. [www.publiboda.com/cm/pbreceta/4379/POLLO_MARROQUÍ.html]
(28) Y con esas palabras salté el portón, con exactamente veinte pasos llegué a la puerta principal de la casa, la cual ya estaba media destrozada, solo había que empujarla un poco para lograr pasar. [secret-labyrinth.blogspot.com/2009/01/miedo.html]

Tanto em português quanto em espanhol, o que ocorre é o tratamento igual dado pelos falantes às palavras *meio/medio* e *mucho* que, pela classificação tradicional, funcionam ora como adjetivos, ora como advérbios.

Nem todas as línguas fazem a divisão clássica, herdada dos gregos e dos latinos, entre adjetivos e advérbios. Em alemão, por exemplo, embora os linguistas separem as duas classes para efeitos de teorização, a pedagogia de língua materna, sobretudo na escola primária, não distingue as duas, que recebem um mesmo nome: *Eigenschaftswort* ("palavra-qualidade"). Por exemplo, a frase: *Er ist gut und er arbeitet gut*, seria traduzida em português por: "Ele é *bom* e trabalha *bem*". Na língua romena, a grande maioria dos advérbios é simplesmente o adjetivo em sua forma masculina singular. Isso é comum em muitas línguas: usar os adjetivos com função de advérbio.

Em francês, as gramáticas registram uma lista de advérbios flexionados, fenômeno que se deve, como em português, à origem adjetiva da palavra, que leva os falantes a tratá-la como um nome que pode receber marcas de gênero e número. Entre essas palavras estão *tout, droit, dernier, large, frais, grand* e outras. Por exemplo:

- *des portes larges ouvertes* → "portas largamente abertas" (*larges* = "largas")
- *des portes grandes ouvertes* → "portas amplamente abertas" (*grandes* = "grandes")
- *des portes toutes ouvertes* → "portas totalmente abertas" (*toutes* = "todas")
- *les portes dernières ouvertes* → "as portas abertas por último" (*dernières* = "últimas")

Quanto aos falantes de PB, em diversas ocasiões, é comum haver a dúvida sobre que palavra usar: um advérbio ou um adjetivo? Por exemplo:

(29) Elba e Gal vão cantar junto [adv.] // Elba e Gal vão cantar juntas [adj.]?
(30) A resposta chegou rápido [adv.] // A resposta chegou rápida [adj.]?
(31) Elas vivem apertado com esse salário [adv.] // Elas vivem apertadas com esse salário [adj.]?
(32) Aqui eles podem trabalhar sossegado [adv.] // Aqui eles podem trabalhar sossegados [adj.]?
(33) Essa viagem vai me sair caro [adv.] // Essa viagem vai me sair cara [adj.]?

A resposta aqui é: tanto faz!

Essa indistinção entre advérbio e adjetivo é que causa a dificuldade ortográfica que existe entre os brasileiros (incluindo os mais letrados) na hora de decidir se devem escrever mau ou mal. Como, na maioria das variedades do português brasileiro, não existe diferença de pronúncia (as duas palavras são pronunciadas [maʊ]), no momento de escrever surge a dúvida que, segundo os puristas, é muito fácil de resolver porque basta saber se se trata de advérbio ou adjetivo.

Ora, como já ficou claro, a separação entre essas duas classes não é *natural*, é uma convenção teórica, uma especulação filosófica, que se fixou nas gramáticas ocidentais simplesmente por causa de seu apego à tradição greco-latina. É difícil fazer um aluno entender que *mau humor* se escreve com U, mas que *mal-humorado* se escreve com L, que *mau cheiro* é com U, mas *malcheiroso* é uma palavra só e com L... Além disso, nossa ortografia apresenta casos como *malformado* e *malformação* (por que não "má-formação"?), *malcriado* e *má-criação* (por que não "malcriação"?), *mal nutrido* e *malnutrição* (por que não "má-nutrição"?), *mal feito* e *malfeito*, *mau-olhado* e *mal-olhado*... Por que é tão fácil culpar o aprendiz ou a pessoa que se engana na grafia, quando o problema está na incoerência das decisões tomadas pelos filólogos que decidem como se deve escrever?

13.1.2 Incoerência normativa

A comprovação da incoerência que preside a atitude normativo-prescritiva é que a TGP admite a flexão de todo quando a palavra é usada como advérbio:

> como advérbio (acp. 5), *todo* é flexionável por atração ou eufonia: *a casa ardeu toda*; *ela era toda ouvidos*. (Dicionário *Houaiss*)

Se falei de incoerência é porque os dois dicionários — *Aurélio* e *Houaiss* — não coincidem no tratamento que dão à flexão de *meio* e *todo* com valor adverbial. Já vimos que no *Aurélio* encontramos uma boa descrição do uso flexionado na literatura clássica e moderna, mas nesse mesmo dicionário nada se diz acerca da flexão de *todo*. O *Houaiss*, por seu turno, explica o caso de *todo*, mas silencia sobre *meio*:

> ■ advérbio (sXV)
> 23 por metade, não totalmente
> Ex.: uma tarefa meio acabada
> 24 algo, um tanto, um pouco
> Ex.: hoje ela acordou meio tristonha

Pelos exemplos dados no dicionário, parece mesmo haver uma intenção de negar a possibilidade de flexão. Enquanto dependermos de instrumentos normativos que se deixam levar, em muitos casos, pelos gostos pessoais de seus elaboradores, será difícil consolidar uma educação linguística coerente. No entanto, se queremos ter como base as variedades urbanas de prestígio, é forçoso reconhecer que a flexão de *meio*-advérbio está presente nelas:

(34) ela também está não sei a impressão que eu tenho pelo menos...ela também está meia::...desiludida... (NURC/SP/360)
(35) Talvez até me sinto um pouco perdida no comércio de lá, porque há tanta variação e da maneira que eu sou de gostar de ver, de especular, então eu acabo meia perdida no comércio de Copacabana. (NURC/RJ/273)
(36) tinha rosinha de Santa Teresa... sabe qual é? aquela branca... você deve conhecer branca meia rosada... que dá uns cachos muito grandes eu tive uma. (NURC/REC/156)

Quanto à flexão de *todo*, não é preciso coletar exemplos, pois qualquer falante de PB sabe que construções como "*uma janela* todo *aberta*" jamais ocorre em nossa língua.

Conclusão: vamos admitir como perfeitamente legítimas as flexões de gênero e número dos advérbios meia e toda, registradas há séculos na língua antiga e moderna, e nos dedicar a coisas mais importantes.

13.1.3 Classes sem fronteiras

Se os adjetivos podem funcionar como advérbios, também não é difícil encontrar outras classes de palavra funcionando como adjetivos:

- SUBSTANTIVOS
  filme cabeça
  papo aranha
  funcionário fantasma
  países irmãos
  situação limite
  uma senhora casa
  um sabor bem Brasil
  um jeito criança
  móveis anos 50
  sofá Luís XV
  governo Lula
- VERBOS
  vestido cheguei
- ADVÉRBIO
  você é demais
  gente bem
  achei o filme mais ou menos

Isso para não mencionar sintagmas completos ou mesmo sentenças que exercem a função de adjetivo:

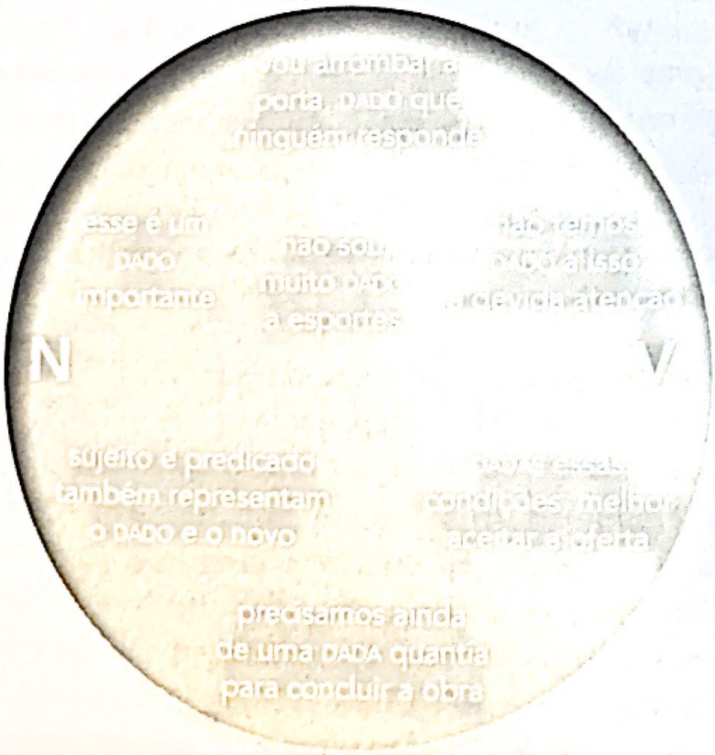
- uma história com graça (cp. uma história engraçada)
- um livro de arrepiar os cabelos (cp. um livro horripilante)
- uma situação para deixar qualquer um louco (cp. uma situação enlouquecedora)
- um caso de cair o queixo (cp. um caso incrível)
- uma cara de poucos amigos (cp. uma cara antipática)
- um trabalho pra ninguém botar defeito (cp. um trabalho perfeito)
- uma casa de tirar o chapéu (cp. uma casa excelente)
- uma aventura de tirar o fôlego (cp. uma aventura eletrizante)

- um carro do tempo de D. João Charuto (cp. um carro antiquíssimo)
- uma história do tempo do Onça (cp. uma história antiga)
- uma preocupação de tirar o sono (cp. uma grande preocupação)
- um moreno de parar o trânsito (cp. um lindo moreno)
- uma pessoa que ouviu cantar o galo sem saber onde (cf. uma pessoa desinformada)

Também convém lembrar que todo particípio passado tem direito a funcionar como adjetivo (trabalho *terminado*; casa *destruída*; vinho *falsificado*; elo *perdido* etc.), e que os nossos incontáveis adjetivos terminados em -ante, -ente, -inte eram, em sua origem, particípios presentes de verbos latinos, sem falar do gerúndio, que atua como adjetivo (água *fervendo*; carvão *ardendo*; homem *venerando*; situação *tremenda*).

Enfim, a conclusão é a mesma que vem se repetindo ao longo desse livro: as classes de palavras não têm limites fixos, nítidos, e o máximo que podemos captar são as formas prototípicas, aquelas que mais condensam em si as formas/funções tradicionalmente atribuídas às classes gramaticais. Nas periferias das classes gramaticais, o movimento migratório é intenso, com palavras transitando de um domínio para o outro graças justamente à fluidez das fronteiras. Além disso, os ininterruptos processos de gramaticalização transportam, ao longo do tempo, palavras de uma classe para outra, além de reduzir itens lexicais a regras gramaticais (o substantivo *mente* se transformou em sufixo formador de advérbios: *felizmente, fortemente, legalmente* etc.).

Em [▸440] citamos a proposta de Hagège de considerar a oposição verbo-nominal como uma escala, um *continuum*: "do nome ao verbo, passando pelos outros elementos do enunciado, ocorre uma deriva sobre uma escala de percurso fluido".



13.2 Substantivos e adjetivos: unidos mas separados

Retomando o que dissemos acima, reunimos os substantivos e adjetivos numa mesma classe — a dos nomes — por reconhecer neles muitas características comuns, como faziam os estoicos e como faz Perini. No entanto, também dividimos a classe em dois subconjuntos em concordância com outras propostas teóricas que preservam a distinção.

É o caso, por exemplo, de Camacho, Dall'Aglio-Hattnher e Gonçalves (2008), Negrão, Müller, Nunes-Pemberton e Foltran (2008) e Castilho (2010), entre outros. Inspirado nos argumentos desse último autor, tracei o seguinte quadro comparativo, que acrescenta alguns pontos à lista que ele oferece:

PROPRIEDADES MORFOSSINTÁTICAS	ADJ	SUB
1. Exibe marcas de gênero e número	x	x
2. Tem gênero como propriedade inerente, não flexional		x
3. Pode exibir marcas de gradação	x	
4. Aceita o sufixo -vel para expressão de potencialidade	x	
5. Aceita o sufixo -mente para expressão de modo	x	
6. Aceita o sufixo -oso para expressão de quantificação e intensidade	x	
7. Aceita os sufixos -ês, -ense na formação de gentílicos	x	
8. Pode ser modalizado por um advérbio	x	
9. Exerce função predicativa em minissentença	x	

[Quadro 13.1: Diferenças entre adjetivos e substantivos.]

Como é fácil ver, o adjetivo apresenta propriedades morfossintáticas que faltam ao substantivo. Vamos examinar mais detidamente cada uma delas.

13.2.1 Gênero e número

As categorias de gênero e número são exclusivas dos substantivos, dos adjetivos e das demais palavras que exercem funções semelhantes às dos substantivos, como os pronomes (*ele/ela/eles/elas*; *esse/essa/esses/essas*), e às dos adjetivos, como os artigos e outros determinantes (*o/a/os/as*; *meu/minha/meus/minhas*; *um/uns/uma/umas*), além dos advérbios *meio* e *todo*, como vimos acima. Não por acaso, a tradição gramatical faz a distinção entre *pronomes substantivos* e *pronomes adjetivos*.

No que diz respeito ao gênero e ao número dos adjetivos, suas marcas ocorrem em concordância com o substantivo: *homem bonito*, *mulher bonita*, *homens bonitos*, *mulheres bonitas*. Fica claro, portanto, que o gênero e o número do adjetivo *dependem* do gênero e do número do substantivo. E é precisamente por isso que, nos processos de eliminação de flexões redundantes, essas marcas podem ser canceladas no adjetivo, sobretudo as de número, mas às vezes também as de gênero:

(37) as orelhinhas assim meio arreado de la:do... [...] ai morria de pena do pobre dos leões [...] éh no lom:bo assim já perto do pescoço pela cabeça tem: o que chama de crina... que é também bem pelu:do... e: às vezes de uma de uma cor diferente do rosto do pelo do cavalo... [...] (NURC/REC/150)

A concordância do adjetivo com o substantivo é mais um exemplo de *redundância* na gramática. Por isso, com o passar do tempo, nas línguas que apresentam adjetivos propriamente ditos, as marcas de gênero e número podem vir a desaparecer. E não é de admirar: afinal, o adjetivo expressa primordialmente a qualidade, e a qualidade é uma propriedade em si mesma: uma gata preta e um gato preto apresentam a mesma "pretura", não existe uma qualidade de preto específica para os seres femininos e outra para os seres masculinos — e quando passamos à esfera das palavras, que não são coisas, e cujo gênero gramatical é totalmente arbitrário, isso se torna ainda mais evidente: um pensamento sombrio e uma ideia sombria são igualmente sombrios.

As palavras do latim clássico eram classificadas em três gêneros (masculino, feminino e neutro), enquanto as línguas românicas (com exceção do romeno) desconhecem o gênero neutro. A existência de adjetivos que têm a mesma forma no masculino e no feminino é a prova de que a inexistência de marca morfológica de gênero não altera em nada a compreensão do enunciado: *homem/mulher grande*; *limão/maçã verde*; *animal/planta silvestre*; *país/cidade natal*; *partido/agremiação socialista* etc.

Mas decerto a língua inglesa é o melhor exemplo dessa mudança. No inglês antigo, os substantivos podiam ser do gênero masculino, neutro ou feminino e o adjetivo, pela regra da concordância, também. Além disso, variavam em número e em caso:

HEAH (bom)	MASCULINO		NEUTRO		FEMININO	
CASO	SING.	PLUR.	SING.	PLUR.	SING.	PLUR.
nominativo	hēah	hēa	hēah	hēa	hēa	hēa
acusativo	hēane	hēa	hēah	hēa	hēa	hēa
genitivo	hēas	hēara	hēas	hēara	hēare	hēara
dativo	hēam	hēam	hēam	hēam	hēare	hēam
instrumental	hēa	hēam	hēa	hēam	hēare	hēam

[Quadro 13.2: Marcas de concordância no inglês antigo.]

Ora, como bem sabemos, todas essas 30 formas assumidas pelo adjetivo *hēah*, se reduziram à forma única high do inglês moderno. A erosão gramatical no caso dos adjetivos foi radical: desapareceram os gêneros, os números e os casos! Restou tão somente a *qualidade*, expressa numa forma única e invariável. Por isso, os falantes de inglês têm grandes dificuldades na atribuição do gênero quando aprendem línguas estrangeiras em que as categorias de masculino, feminino e neutro ainda existem. O sarcástico escritor americano Mark Twain (1835-1910) escreveu um texto célebre intitulado "The Awful German Language" ("A horrível língua alemã", 1880), em que o narrador se desespera ao ter que aprender o alemão: "O inventor da língua parece ter se comprazido em complicá-la de todos os modos que conseguiu imaginar". Entre outras características morfossintáticas que horrorizam o narrador, ele descobre que nessa língua as palavras podem ter três gêneros (masculino, feminino e neutro) e dá um exemplo que considera absurdo: "árvore" (*der Baum*) é masculino, seu "broto" (*die Knospe*) é feminino, e sua "folha" (*das Blatt*) é neutro. Também acha absurdo que em alemão se use (como no PB e nas línguas românicas) os pronomes *ele* e *ela* para se referir a seres inanimados — afinal, em inglês só se usa *he* e *she* para seres humanos ou humanizados (cães e outros animais de estimação, por exemplo), enquanto todos os demais seres são *it*. Como se vê, esse texto só funciona em inglês e só provoca o riso de quem tem o inglês como língua materna!

Na formação das chamadas "línguas crioulas", ocorreu o mesmo processo (afinal, como defendi em [▶140], ou todas as línguas do mundo são "crioulas" ou nenhuma é). No cabo-verdiano, por exemplo, o adjetivo só concorda com o substantivo se este se refere a seres animados; com os inanimados, o adjetivo tem forma única:

- cabo-verdiano: *ómi fêiu / mudjêr fêia* → [animado]
  bistidu bráncu / camisa bráncu → [inanimado]

No haitiano, não existe nenhuma marca de gênero:

- haitiano: *yon bèl fanm / yon bèl gason* ('uma bela mulher' / 'um belo rapaz'; observe que o quantificador indeterminado *yon* também apresenta forma única)

O africâner, curiosamente, não é chamado de "crioulo", embora apresente praticamente todas as características que supostamente fazem uma língua merecer tal rótulo. Será que o fato de ser uma língua falada por gente branca explica isso? Decerto. Mas o importante aqui é notar que o africâner, derivado do holandês, perdeu as marcas de gênero e de caso, exatamente como o inglês: goed, laag, hoog ('bom', 'baixo', 'alto') são formas únicas.

13.2.2 Grau

O acidente gramatical chamado grau tem sido abordado de forma muito insatisfatória na TGP. Para começar, ela atribui *grau* ao substantivo, o que é semanticamente impossível. Como explica Castilho (2010: 511):

> Grau é a intensificação ou a atenuação de traços predicativos, e os substantivos são expressões referenciais, não graduáveis. O que sim os substantivos têm são sufixos derivacionais que indicam o tamanho, como em *mesona, mesinha*; mas tamanho não é grau. [negrito meu]

Por sua vez, uma grande enciclopédia de linguística publicada na Inglaterra, assim começa seu verbete *gradation* ('gradação'):

> Como processo morfológico, a 'gradação' se refere a várias formas de adjetivos e advérbios empregadas em construções comparativas implícitas ou explícitas — o *comparativo* (*maior, mais bonito*) e o *superlativo* (*grandíssimo, o mais bonito*). Como mostram os exemplos, as formas em si mesmas podem ser analíticas, contendo um advérbio qualificador (*mais, o mais*), ou sintéticas, contendo um afixo preso (*-íssimo*). (*International Encyclopedia of Linguistics*, v. 2, *gradation*)

O que logo se percebe é a ausência de qualquer referência ao substantivo. Já os advérbios aceitam gradação (*mais devagar, muito devagar, devagarinho, bem devagarinho; agorinha, cedinho, pertinho, loguinho, cedão, nunquinha, depressinha, lonjão* etc.) — o que não admira, já que advérbios e adjetivos, como temos visto, são muito solidários e trabalham um para o outro.

A palavra *grau* deriva do latim *gradu-*, 'passo', que gerou o verbo *gradi*, particípio passado *gressu-*. É dessas raízes *grad-/gress-* que provêm nossos verbos *agredir, progredir, regredir, transgredir, digressar, ingressar, regressar, congressar, retrogradar, graduar, degradar, degredar* etc., todos com ideia de movimento ou de passagem gradativa por uma escala — escala e escada são formas divergentes [▶154] do latim *scala-*, de modo que numa escala temos graus e numa escada temos degraus. Os diversos passos gradativos dados por algum conceito que exprime propriedade, quantidade ou qualidade formam um *gradiente*. Se tomarmos, por exemplo, o adjetivo marrom, podemos traçar suas diferentes gradações:

Voltando ao par *substância/acidente*, vamos imaginar uma porta de metal que saiu da fábrica com a cor marrom$_1$. Alguém compra essa porta, instala e, anos depois, como a primeira tinta descascou, a pessoa resolve raspar toda a tinta marrom$_1$ e pintar o metal de marrom$_2$. Passa mais tempo, a tinta marrom$_2$ também descasca e agora o metal é pintado de marrom$_3$, e assim ocorre com todo o gradiente de marrom.

Ora, o que é a tinta que se aplica sobre o metal? É um *acidente*, até do ponto de vista etimológico, pois a tinta é algo que "cai", concretamente, sobre o metal. E com o tempo esse metal sofre diversos acidentes, ou seja, caem sobre ele diversas tintas. No entanto, cada vez que a porta foi raspada, o que ficou à mostra foi sua *substância*, o metal, literalmente e etimologicamente aquilo que "estava por baixo" da tinta acidental.

A mesma gradação apresentada, concretamente, pela tinta marrom vem codificada ou representada, linguisticamente, pelo grau, na morfologia e/ou na sintaxe, o que nos possibilita lidar com as propriedades, quantidades e qualidades como aquilo que elas de fato são: abstrações. Assim, comentando sobre vinhos, um grupo de pessoas pode dizer:

A: — Eu gosto do vinho mais seco.
B: — É, mas esse aqui está muito seco!
C: — Também estou achando seco demais.
D: — Para mim, ele está é sequíssimo...
B: — Eu acho até que é o mais seco que já provei!

Ora, o vinho é o mesmo, saiu da mesma garrafa, mas ele recebe predicações diferentes de cada uma das pessoas.

Os substantivos, por seu turno, sendo referenciais, isto é, designando objetos do mundo real, virtual ou mental, não admitem gradação. Como diz Castilho, eles admitem sufixos de aumentativo e diminutivo, mas esses sufixos informam sobre o tamanho, a dimensão do objeto referido, e esse tamanho é o mesmo, objetivamente, podendo até ser mensurado, no caso de objetos do mundo real — um lago com superfície de 532,8 km² será sempre um lago com 532,8 km², mesmo que para algumas pessoas ele seja um *laguinho* e para outras, um *lagão*. As qualidades do lago é que podem variar, até objetivamente: num ponto ele é fundo, mais adiante é mais fundo, logo se torna fundíssimo até voltar a ser menos fundo etc.

Outro problema contido na abordagem da TGP é o emprego do termo flexão para tratar do aumentativo e do diminutivo, problema que se torna pior quando se fala de "flexão de grau". Já vimos que tamanho não é grau. Quanto ao processo que nos permite criar aumentativos e diminutivos, trata-se de um processo derivacional. A esse respeito, Bechara (1999: 140), apesar de se referir a grau, delineia bem o problema:

> A NGB, confundindo flexão com derivação, estabelece dois graus de significação do substantivo:
> *a)* aumentativo: *homenzarrão*
> *b)* diminutivo: *homenzinho*
> A derivação gradativa do substantivo se realiza por dois processos, numa prova evidente de que estamos diante de um processo de derivação, e não de flexão:
> *a)* *sintético* — consiste no acréscimo de um final especial chamado *sufixo derivacional aumentativo* ou *diminutivo*: homenzarrão, homenzinho;

> b) *analítico* — consiste no emprego de uma palavra de aumento ou diminuição (grande, enorme, pequeno, etc.) junto ao substantivo: *homem grande, homem pequeno.*
>
> A flexão se processa de modo sistemático, coerente e obrigatório em toda uma classe homogênea, fato que não ocorre na derivação, o que já levara o gramático e erudito romano Varrão a considerá-la *derivatio voluntaria*.

Mais adiante (p. 145), o mesmo autor, ao tratar das flexões do adjetivo, volta a criticar a tradição:

> O adjetivo se combina com certos signos gramaticais para manifestar o *número*, o *gênero* e o *grau*. O grau, entretanto, não constitui, no português, um processo gramatical e, assim, deve ser excluído da nossa descrição como tal, à semelhança do que já fazem outras línguas românicas. [...] A gradação em português, tanto no substantivo quanto no adjetivo, se manifesta por procedimentos sintáticos, e não morfológicos, como o era em latim, ou por sufixos derivacionais.

A ideia de que existe uma "flexão de grau" é o que leva tantas pessoas a dizer: "Concordo com o que você disse em gênero, número e grau". Ora, só pode haver concordância quando há flexão, ou seja, processo obrigatório para que os elementos concordem entre si. Por isso, quando digo *moças belíssimas*, o adjetivo se flexiona em gênero e número para concordar com o substantivo, mas o grau superlativo não concorda com nada, é uma exclusividade do adjetivo. Conclusão: não existe flexão de grau.

O grau do adjetivo pode ser expresso de forma analítica — com uso de advérbios como *mais, menos, muito* etc. — ou de forma sintética, com sufixos. Esses sufixos têm algumas características interessantes:

(a) os superlativos terminados em -or são herança direta do latim, onde se formaram de maneira sintética, flexional: *maior, menor, melhor, pior, anterior, posterior, inferior, superior*. Essa terminação não é produtiva em PB;

(b) o sufixo -imo ocorre em superlativos também herdados diretamente do latim: *máximo, mínimo, ótimo, ínfimo, íntimo, último, próximo, supremo, extremo*. Além desses casos, ele também ocorre

(b1) em superlativos de palavras terminadas em -l: *dificílimo, humílimo, gentílimo, habílimo, nobílimo, verossimílimo*. Com exceção de *dificílimo*, os outros são de uso muito raro e só ocorrem em textos extremamente rebuscados;

(b2) em palavras sem terminação especial (como as listadas em *b* e *b1*), esse sufixo assume a forma -íssimo. O radical a que esse sufixo se prende pode ser erudito (agudo → acutíssimo) ou vernáculo (agudo → agudíssimo), sendo que em alguns casos a TGP só admite o radical erudito (provável → probabilíssimo); (b3) em palavras cujo radical latino termina em CONSOANTE + r, o sufixo assume a forma -érrimo: *acre → acérrimo; célebre → celebérrimo; negro → nigérrimo; magro → macérrimo; livre → libérrimo* etc.;

(b4) no PB, em uso informal, quase irônico ou bem afetado, surgiu, do cruzamento de -érrimo com -íssimo o sufixo -ésimo: *caro → carésimo; elegante → elegantésimo; chique → chiquésimo; bicha → bichésimo* etc.;

(b5) ainda em uso muito informal, irônico e/ou afetado, ocorre o sufixo -errésimo, com palavras curtas, em geral de duas sílabas: *chique → chiquerrésimo; caro → carerrésimo; triste → tristerrésimo;*

(b6) também num uso mais informal, o sufixo -íssimo pode ser aplicado a substantivos, conferindo a eles um sentido e uma função de adjetivo atributivo: "A prefeita é *candidatíssima* à disputa pelo governo do estado" / "Eu tenho certeza *certezíssima* do que estou dizendo".

(c) os sufixos -inho, -zinho, -ão etc., formadores de aumentativos e diminutivos dos substantivos, são muito empregados no VGB para expressar o grau dos adjetivos: *forte → fortinho, fortão; bonita → bonitinha, bonitona; vermelho → vermelhinho, vermelhão* etc. Tal como nos casos do substantivo, esses sufixos são muito empregados com valor afetivo.

Além de sufixos, também ocorrem prefixos na expressão do grau dos adjetivos, sobretudo na fala de gerações mais jovens ou no discurso informal:

- super- → superlegal, superbacana, supermoderno, superinteligente etc.
- hiper- → hiperlegal, hipertrabalhoso, hipercaro, hiperbonito etc.
- mega- → megalegal, megalouco, megainteligente etc.
- ultra- → ultrabacana, ultrachique, ultragay etc.

Muito comum é o uso enfático desses três prefixos quando ocorrem simultaneamente:

(38) Internet super hiper ultra mega lenta? (http://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20110324090803AAqPLYf, acesso 11 abr 2011)

Como tais prefixos, nesses usos, ainda não passaram pela normativização, a grafia oscila entre palavras únicas (superbacana) ou compostas (super traiçoeiro).

Como alvo de construções comparativas, os adjetivos também assumem formas *sintéticas* ou *analíticas*. As formas sintéticas são poucas, terminam em -or e são as seguintes:

- maior / menor
- melhor / pior
- superior / inferior
- posterior / anterior

É importante observar que existe diferença na regência desses comparativos:

- maior / menor que / do que X
- melhor / pior que / do que X
- superior / inferior a X
- posterior / anterior a X

Como esses adjetivos já são superlativos, não carecem de advérbios de intensidade, embora em algumas variedades eles ocorram com esses advérbios (*mais maior, mais menor, mais melhor, mais pior* etc.). Esses usos são evitados e mesmo explicitamente rejeitados pelos falantes das VUP. Em situações informais e à guisa de gracejo, é comum ouvir a comparação "*mais melhor de bom*" ou mesmo "*mais mió de bão*". Os falantes das VUP também repelem formas como *mais grande, menos grande, mais bom, menos bom, mais pequeno* etc. Os portugueses usam sem problema a forma *mais pequeno*, que no entanto é rejeitada entre os falantes letrados brasileiros.

Entretanto, outras modalizações desses superlativos comparativos são tranquilamente aceitas e empregadas pelos falantes das VUP como melhor ainda, pior ainda, maior ainda, menor ainda, muito melhor, muito pior, muito maior, muito menor, fato que também se verifica em outras línguas, como o francês (*pire encore, mieux encore*) e o inglês (*even worse, even better*). Por sua vez, os verbos formados a partir desses adjetivos vêm ocorrendo, mesmo em GTM, com o advérbio mais:

(39) ...enrola a carne...no toucinho...às vezes ela quer melhorar um pouco mais põe cenoura...põe pimentão... (NURC/RJ/328)

(40) Obesidade: discriminação piora ainda mais a saúde dos indivíduos obesos. (http://oqueeutenho.uol.com.br/portal/2011/03/23/obesidade-discriminacao-piora-ainda-mais-a-saude-dos-individuos-obesos/ acesso em 16 abr 2011)

(41) Acidente piora ainda mais o trânsito da ponte (http://oglobo.globo.com/rio/transito/mat/2010/11/29/acidente-piora-ainda-mais-transito-da-ponte-923139289.asp, acesso em 16 abr 2011)

(42) Button diz que McLaren vai melhorar ainda mais (http://www.estadao.com.br/noticias/esportes,button-diz-que-mclaren-vai-melhorar-ainda-mais,704376,0.htm, acesso em 16 abr 2011)

(43) Segunda década do século XXI deve melhorar ainda mais o rendimento escolar nas escolas do Brasil (http://www.afolhadomedionorte.com.br/2011/04/08/segunda-decada-do-seculo-xxi-deve-melhorar-ainda-mais-o-rendimento-escolar-nas-escolas-do-brasil/, acesso em 16 abr 2011)

13.2.3 Sufixo -vel

Em latim havia o sufixo -bilis, usado para formar adjetivos a partir de verbos: amare → amabilis. De sua forma no acusativo (caso lexicogênico das línguas românicas ocidentais [▸259]), -bile, deriva nossa forma -vel. O acento nos adjetivos assim formados recai sempre na sílaba anterior ao sufixo, onde se encontra a vogal temática do particípio passado do verbo:

- amar → amado → amável
- receber → recebido → recebível
- traduzir → traduzido- → traduzível

Portanto, o sufixo *-vel* traz a ideia de "que pode ser PART PASSADO": *dirigível* → '*que pode ser dirigido*'. Vários desses adjetivos foram herdados diretamente do latim ou formados com base na forma original latina e não apresentam, portanto, radicais de particípios próprios do português:

- velle ('querer') > volui > volubile- > VOLÚVEL
- solvere ('dissolver') > solutum > solubile- > SOLÚVEL
- percipere ('perceber') > perceptum > perceptibile- > PERCEPTÍVEL
- sentire ('sentir') > sensum > sensibile- > SENSÍVEL
- admittere ('admitir') > admissum > ADMISSÍVEL
- facere ('fazer') > factum > FACTÍVEL

Os substantivos derivados desses adjetivos conservam a forma do sufixo latino -bili-, seguida do sufixo -dade, derivado do latim -tate(m):

- amável → amabilidade
- dirigível → dirigibilidade
- traduzível → traduzibilidade

Em alguns desses substantivos, reaparece o radical latino:

- provável → probabilidade
- crível → credibilidade

Na formação dos superlativos, também reaparece o sufixo -bili-:

- amável → amabilíssimo
- horrível → horribilíssimo
- sustentável → sustentabilíssimo

Como vimos acima, somente os adjetivos admitem a sufixação com -vel. Quando tais adjetivos vêm acompanhados dos determinantes (artigo, demonstrativo, possessivo etc.), se tornam substantivos:

(44) Eu acho nossa governadora bem presidenciável.
(45) Hoje apresentamos o segundo debate entre os presidenciáveis.
(46) A porcelana é um material fusível.
(47) Esses fusíveis antigamente eram feitos de porcelana.
(48) São muitos os impostos que recaem sobre os bens imóveis.
(49) Muitas pessoas compraram os imóveis oferecidos pela Caixa.

13.2.4 Sufixo -oso

O sufixo -oso também é herança direta do latim (-osum), sufixo aplicado a substantivos para a formação de adjetivos que expressam 'abundância, intensidade'. Já nas primeiras fases da língua, surgiu uma metafonia [▶299] que distingue o masculino singular do plural ([o] ~ [ɔ]) e o masculino do feminino (singular e plural: [ɔ]):

- form[o]so ~ form[ɔ]sos
- form[ɔ]sa ~ form[ɔ]sas

A vogal aberta se conserva nos advérbios em *-mente* formados a partir desses adjetivos: *form[ɔ]samente*, *ardor[ɔ]samente*, *mald[ɔ]samente* etc.

13.2.5 *Sufixo* -ês/-ense

O sufixo latino -ensis, em sua forma acusativa -ense, está na origem do sufixo -ês, que é usado para a formação de gentílicos, isto é, dos chamados *adjetivos pátrios*, derivados de nomes de lugares (país, estado, região, cidade, distrito etc.). Com a síncope regular do -n- quando sucedido de -s- temos -ese que, por sua vez, com a apócope do -e, resultou em -ês (grafado antigamente com z final: *francez, inglez, japonez* etc.). Em italiano a forma -ese se conservou, empregada para os dois gêneros (*vino francese, lingua francese*).

Como os demais adjetivos que em latim terminavam em -e, os gentílicos inicialmente tinham uma única forma para o masculino e o feminino: *homem português, mulher português* — uso que permaneceu até o século XVI. Essa forma única para ambos os gêneros se manteve em alguns poucos adjetivos: *pedrês, montês, cortês, descortês*, sendo que *montês* já admite o feminino *montesa*. Essa forma única explica os advérbios de modo do tipo *portuguesmente, francesmente, inglesmente* etc., em que o adjetivo não traz marca de feminino. Não é preciso dizer, porém, que esses advérbios são de uso muitíssimo raro. Ao lado da forma -ês também temos o sufixo -ense, um latinismo usado com muito maior frequência do que *-ês* para a formação de gentílicos novos. Fiel à sua origem, -ense é forma única para os dois gêneros.

Por sua própria significação, os adjetivos gentílicos ocorrem com muita frequência como substantivos: *a língua portuguesa* (adj.), *o português* (sub.); *o povo amapaense* (adj.), *as amapaenses* (sub.). No entanto, é preciso ter claro que, cronologicamente, os adjetivos vieram primeiro e sua substantivização se deu posteriormente.

13.2.6 *Modalização por meio de advérbio*

A definição tradicional de advérbio é: "palavra que modifica um adjetivo, um verbo ou outro advérbio". Como se vê, o substantivo não entra nessa lista, justamente porque, no seu caso, é o adjetivo que "modifica" os substantivos. Portanto, essa é mais uma das propriedades que diferenciam os adjetivos dos substantivos:

- muito feliz
- menos alegre
- mais quente
- profundamente irritado
- bem distante
- mal distribuído etc.

Observe-se que mais, quando ocorre diante de um substantivo, não é advérbio, mas um quantificador indefinido [▸825] (o que a TGP chama de "pronome indefinido"), como em *mais paciência, mais pessoas, mais qualidade* etc.

Outra observação importante é que em empregos como:

- um filme muito cabeça
- um sabor bem Brasil
- um jeito meio criança etc.,

os substantivos *cabeça, Brasil, criança* são usados aqui em função adjetiva e, por isso, admitem o advérbio.

13.2.7 Gênero inerente do substantivo

No quadro acima, assinalamos a propriedade gênero inerente como exclusiva do substantivo. O que significa isso? Sabemos que o adjetivo se flexiona, ou seja, muda sua forma para concordar com o substantivo. Mas e os substantivos femininos, também se formam por flexão?

A TGP nos habituou a pensar que em pares como *gato/gata, pato/pata, professor/professora* etc., o substantivo feminino se forma por flexão. No entanto, assim como fizemos para o grau mais acima, é preciso reformular esse conceito e reconhecer que o feminino nos substantivos é um fenômeno de derivação. A flexão do substantivo nos levaria a esperar que na formação dos femininos bastaria acrescentar um *-a* ao radical de toda e qualquer palavra. Isso, porém, não acontece. Vamos acompanhar aqui o raciocínio exposto por Azeredo (2008: 161):

1) O conceito de flexão é incompatível com a quantidade de 'exceções' observada na classe dos substantivos. Para muitos substantivos em *-o* não existe contraparte feminina em uso (ex.: *mosquito, besouro, papagaio, lagarto* [*lagarta* é um inseto], *veado, camundongo*; em outros pares de nomes, a fêmea é designada por meio de um lexema que nenhuma regra é capaz de produzir (ex.: *homem/mulher, carneiro/ovelha, cavalo/égua* etc.).
2) A flexão expressa a variação formal da *mesma* palavra (*feio/feia, feios/feias, saber/sei/sabendo/soubesse, leão/leões*). *Coelho* e *coelha* não são duas formas da mesma palavra, mas palavras lexicais distintas, que os dicionários registram separadamente. A atribuição de um gênero diferente a uma unidade lexical substantiva é uma forma de criar um novo substantivo, isto é, um processo de *derivação*.
3) A criação e o emprego de certos nomes femininos (*chefa, sargenta, presidenta*), ou mesmo de certos nomes masculinos (*borboleto, formigo, pulgo*, possíveis nas histórias infantis), são frequentemente encarados como opções pessoais ou escolhas estilísticas dos falantes, o que não acontece quando estamos diante de uma flexão regular.

Já vimos que a flexão é obrigatória, de modo a permitir a concordância entre os elementos, como no caso de sujeito e verbo — o verbo *falar* tem um radical *fal-*, ao qual se unem as desinências correspondentes aos índices de pessoa e à não-pessoa, o que torna agramatical para nós uma conjugação como **eu puderes* ou **eles comi*. No entanto, isso não ocorre com o gênero dos substantivos: na retumbante maioria dos substantivos (de fato, 95,5% das palavras do português), não há nenhuma marca, nenhum elemento

morfológico que nos indique a que gênero pertence a palavra: *luz, giz, sol, anel, fuzil, flor, árvore, íris, dó, ré, pé, pá, albatroz, hortelã, alface, nariz, sangue, sal, leite* e assim com milhares e milhares. Por isso se diz que o gênero dos substantivos é uma propriedade *inerente*, ele faz parte da própria palavra como entidade linguística.

Em português (assim como nas demais línguas românicas e também nas germânicas, nas eslavas, no grego etc.), todo e qualquer substantivo pertence obrigatoriamente a uma das duas classes de gênero: a masculina ou a feminina (lembrando que nas línguas germânicas, no latim, no grego, no russo etc. também existe o gênero *neutro*). A distribuição do léxico de uma língua em classes que *aparentemente* remetem a uma característica sexual não é nem de longe um traço universal. Existem línguas em que os substantivos estão submetidos a outras classificações:

- tâmil (Sri Lanka) → *racionais* e *irracionais*, correspondendo basicamente a uma distinção entre humano e não humano. As divindades e pessoas são classificadas como racionais. Crianças e animais entram em geral na classe dos irracionais.
- dyirbal (Austrália) → apresenta quatro classes de palavras: (1) a maioria dos objetos animados e os homens (do sexo masculino); (2) mulheres, água, fogo, violência e animais excepcionais; (3) frutas e outros vegetais comestíveis; (4) o que não se inclui nas três anteriores. A classe (2) inspirou um livro do linguista George Lakoff chamado *Women, Fire and Dangerous Things: What Categories Reveal about Mind* (*Mulheres, fogo e coisas perigosas: o que as categorias revelam sobre a mente*).
- luganda (Uganda) → como as demais línguas do grupo banto, o luganda apresenta dez classes para os substantivos, sem que haja critérios evidentes para a inclusão de um substantivo nessa ou naquela classe.
- navajo (Estados Unidos) → nessa língua, são os verbos que classificam os substantivos; ao se referir a determinado objeto, verbos com igual significado vão assumir formas diferentes de acordo com o sujeito e o objeto direto da sentença; esses chamados verbos classificatórios dependem do caráter animado, da forma e da consistência do referente.
- fula (África Ocidental) → apresenta 25 classes para os substantivos; cada classe tem uma forma singular e uma plural e cada forma tem um artigo, um pronome nominativo, um pronome acusativo/dativo, demonstrativo e adjetivo específicos para ela.

Por isso, é totalmente equivocado falar do "sexo das palavras", como às vezes se lê em textos assinados por não especialistas. As palavras não têm sexo, elas têm gênero gramatical e é por mero capricho da sorte que, na nossa língua, a divisão se faz entre masculinos e femininos. Afinal, não há nada além da convenção que explique por que *garfo* é do gênero masculino e *colher*, do feminino. Nem por que *sol* é masculino e *lua*, feminino (em alemão é o inverso).

Para sabermos o gênero de um substantivo, a forma mais segura é examinar o gênero assumido pelos outros elementos que concordam com ele:

- O caixa do banco foi detido e levado preso pelos policiais.
- A caixa de bombons vazia foi usada para guardar parafusos.
- A soprano búlgara foi recebida pelo governador.
- Esta é a modelo brasileira mais bem paga no exterior.

Os exemplos acima bastam para mostrar que não existe uma equivalência rigorosa entre as palavras terminadas em *-o* e o gênero masculino e entre as terminadas em *-a* e o gênero feminino. Por causa disso, as boas gramáticas preferem explicar que são do gênero masculino as palavras que admitem o artigo o como determinante, e do gênero feminino as que admitem o artigo a. É a sintagmação, portanto, que nos revela o gênero do substantivo.

Os substantivos que designam seres biologicamente sexuados compõem uma minoria ínfima do léxico da língua (4,5%). Todo o restante se compõe de palavras que recebem um gênero gramatical convencional. E mesmo entre os seres biologicamente sexuados, a maioria dos nomes tem apenas uma forma à qual se atribui um gênero, também convencional: *o tatu, o gambá, o gorila, o mandril, a onça, a pantera, a garça, o colibri, a borboleta, a barata, a sardinha, o bacalhau* etc.

Por todas essas razões é que na formação de escritora com base em escritor, o acréscimo do *-a* se dá por derivação e não por flexão. O parentesco muito íntimo de substantivos e adjetivos e a flexão que se processa, sim, nesses últimos é que pode ter levado os gramáticos a atribuir flexão à formação do feminino nas línguas românicas.

Em suma, podemos sintetizar essa discussão no seguinte quadro:

	SUBSTANTIVO	ADJETIVO
GÊNERO	inerente [masc] e [fem] formação de [fem]: por derivação	por flexão
NÚMERO	por flexão	por flexão
GRAU		por derivação
TAMANHO	por derivação	

[Quadro 13.3: Propriedades morfossintáticas dos nomes.]

13.2.8 Mudanças de gênero gramatical

Sendo o gênero uma convenção que classifica as palavras arbitrariamente, não é de espantar que, com o passar do tempo, algumas palavras troquem de gênero, devido a análises gramaticais que os falantes fazem baseados em certas ocorrências regulares

da língua. Por exemplo, como muitas das palavras femininas em português terminam com a vogal *-a*, é natural que todas as palavras terminadas com essa vogal sejam intuitivamente classificadas pelos falantes como do gênero feminino — assim era, no português arcaico, com as palavras *planeta, cometa, fantasma*, entre outras. Só no Renascimento, quando foram elaboradas as primeiras gramáticas da língua portuguesa, essas palavras foram reconduzidas ao gênero masculino, gênero que têm na língua grega, de onde todas procedem. Em francês, no entanto, isso não aconteceu, e até hoje são femininas as palavras *planète* e *comète*...

Também são de origem grega, e do gênero masculino lá e cá, as palavras terminadas em *-ema* (*sistema, cinema, problema, edema, tema, lema, poema* etc.), em *-oma* (*diploma, sintoma, carcinoma* etc.) e as palavras terminadas em *-grama* (*programa, telegrama, anagrama, quilograma* etc.). Algumas dessas palavras, no entanto, são de uso muito difundido e frequente, o que decerto levou os falantes a atribuir a elas o gênero feminino, como é o caso de *telefonema* (*uma telefonema*) e principalmente de *grama*, que já passou da hora de ser classificada como do gênero feminino em português brasileiro, como revelam os usos absolutamente normais de expressões como *duzentas gramas de queijo e trezentas de presunto*, por parte de brasileiros de todas as classes sociais e todos os níveis de instrução.

Curiosamente (e só para comprovar a arbitrariedade da atribuição de gênero), a palavra *mapa*, que era feminina em latim e no português medieval, hoje só é usada no masculino: *o mapa*. Já as palavras *cor* e *dor*, femininas, destoam das outras terminadas em *-or*, todas masculinas: *o horror, o pavor, o suor, o calor* etc. E a palavra *dia*, que tinha tudo para ser do gênero feminino (como era em latim), só aparece acompanhada de determinantes masculinos: *um dia chuvoso* etc.

Assim como a vogal átona final *-a* caracteriza a maioria das palavras femininas em português, a vogal átona final *-o* caracteriza a maioria das palavras masculinas. Daí nossa estranheza ao aprender que a palavra *libido* é do gênero feminino (*a libido*), assim como *a virago* (um jeito muito grosseiro, pejorativo e machista de dizer que uma mulher é forte e decidida como um homem, como se todos os homens fossem — ou tivessem que ser — fortes e decididos).

Quando a palavra termina em *-á, -ó* (tônicos), em qualquer outra vogal ou em consoante, percebemos a hesitação dos falantes em atribuir gênero a ela, hesitação que está bem documentada nos períodos históricos da língua portuguesa e, na atualidade, nas diferentes variedades da língua faladas em regiões diferentes. Hoje, por exemplo, no Brasil, encontramos *o/a dó, o/a alface, o/a ferrugem, o/a sabiá, o/a hortelã, o/a tomate*...

Na tabela a seguir, podemos ver algumas palavras que, ao longo dos séculos, mudaram de gênero em português. Em seguida, alguns exemplos da literatura antiga em que essas palavras aparecem usadas com o gênero diferente do que elas têm hoje em dia.

ARCAICO/CLÁSSICO	CONTEMPORÂNEO
a cometa	o cometa
a cume	o cume
a fantasma	o fantasma
a fim	o fim
a grude	o grude
a louvor	o louvor
a mapa	o mapa
a mar	o mar
a planeta	o planeta
a tigre	o tigre
o árvore	a árvore
o catástrofe	a catástrofe
o foca	a foca
o hipérbole	a hipérbole
o linguagem	a linguagem
o linhagem	a linhagem
o origem	a origem
o tribo	a tribo

(50) A planeta que chamam Júpiter que é uma das sete planetas... (*O Livro da Corte Imperial*, séc. XIV)
(51) Apareceu no céu da parte do oriente uma cometa... (Castanheda, séc. XVI)
(52) Juraram todos os doze tribos de Israel. (Antônio Vieira, séc. XVII)
(53) Um famoso catástrofe. (Antônio Vieira, séc. XVII)
(54) Da fim de agosto até a fim de outubro. (João de Barros, séc. XVI)
(55) Em linguagem grego. (S. Josafate, séc. XVI)
(56) Revestiu-se de noite de uma fantasma medonha. (Antônio Vieira, séc. XVII)
(57) Que só dos feios focas se navega. (Camões, *Lusíadas*, I.52, 1580)

Da mesma forma como as palavras da tabela acima mudaram de gênero gramatical no passado, outras palavras também passaram ou estão passando por um processo semelhante no PB. Na tabela a seguir, propomos a aceitação pacífica de ambos os gêneros para algumas palavras de uso muito recorrente:

SUBSTANTIVOS DE AMBOS OS GÊNEROS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO ATUAL		
AGUARDENTE	(58)	A cachaça, o aguardente nacional do Brasil, é igualmente divina e diabólica. (http://culinaria.terra.com.br/dicas/ingredientes/0,,OI403420-EI149,00.html, acesso em 18 abr 2011)
ALFACE	(59)	quando geralmente quando eles servem churrasco eles não servem além das...do alface do tomate...eles não servem alguma coisa picadinha assim? (NURC/RJ/238)
BACANAL	(60)	Ala da Mocidade simula um bacanal durante o desfile (http://extra.globo.com/noticias/carnaval/ala-da-mocidade-simula-um-bacanal-durante-desfile-1231269.html, acesso 18 abr 2011)
DÓ	(61)	Tudo aquilo foi me deixando mais excitado ainda. [...] Mas, ao mesmo tempo, uma dó danada daquela menina perdida lá na Europa, chorando no meu colo. (http://www.mariopratаonline.com.br/obra/literatura/adulto/gregorio/dar_um_beijo.htm, acesso 18 abr 2011)
FERRUGEM	(62)	Qual deve ser a reação do proprietário de um automóvel seminovo, com bela pintura, ao verificar, no pé da porta, o surgimento da ferrugem? [...] Mas há maneiras de retirar o ferrugem sem a utilização de massa e, o que é mais importante, sem trocar toda a peça. (http://www.dpnet.com.br/anteriores/2000/02/18/veiculos8_0.html) acesso 18 abr 2011
FRUTA-PÃO	(63)	A fruta-pão é árvore que vive 80 anos; alcança 25-30m de altura [...] A polpa do fruta-pão de massa é rica em calorias, carboidratos, água, vit. B1, B2, C, cálcio, fósforo, ferro e tem baixo teor de gorduras. (http://www.seagri.ba.gov.br/RevBaAgr/rev_112000/carampao.htm, acesso em 18 abr 2011)
GRAMA	(64)	isto porque, para produzir somente algumas gramas desta especiaria [açafrão], são necessárias milhares de flores deste vegetal, elaboradas através de mecanismos manuais. (http://www.infoescola.com/plantas/acafrao/, acesso 18 abr 2011)
TOMATE	(65)	1/2 kg de tomate bem madura picada (http://tudogostoso.uol.com.br/receita/106456-ensopado-de-caranguejo.html, acesso 18 abr 2011)

A variação de gênero faz com que nem mesmo os instrumentos normativos sejam unânimes quanto à atribuição do masculino ou do feminino a determinadas palavras. É o que se vê no quadro comparativo abaixo:

SUBSTANTIVO	BECHARA 1999		HOUAISS 2011		AURÉLIO 2011		NEVES 2003	
avestruz	M	F	M	F	M	F	M	F
crisma	M	F	M	F		F		F
diabete(s)	M	F	M	F	M	F	M	F
gambá	M	F	M	F	M	F	M	F

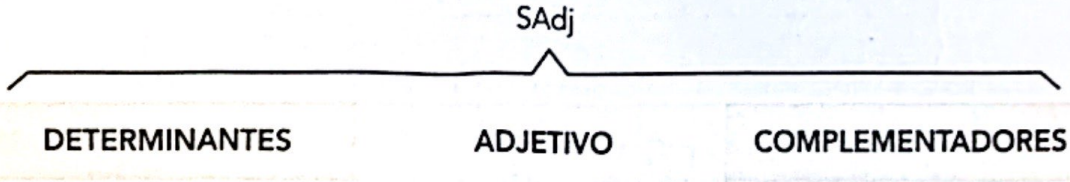
juriti	M	F		F		F		F
lhama	M	F	M	F	M	F	M	F
modelo			M	F	M	F	M	F
sabiá	M	F	M	F	M	F	M	F
sentinela	M	F		F	M	F	M	F
soprano	M	F	M	F	M	F	M	F
tapa	M	F	M	F	M	F	M	F

[(*) Em seu verbete *modelo*, o Aurélio diz que também é usado "impropriamente" no feminino.]

Fica evidente, portanto, que nos casos das duas tabelas anteriores tanto faz usar as palavras no masculino ou no feminino.

13.3 O SINTAGMA ADJETIVAL

O adjetivo ocupa o núcleo do sintagma adjetival:



A vaga dos determinantes (ou especificadores) pode ser ocupada por advérbios, quase sempre os "de modo" e/ou os graduadores, que modalizam adjetivos passíveis de gradação:

frequentemente	DISTRAÍDO
extremamente	FELIZ
muito	BONITO
menos	ATRAENTE
mais	GERAL
muito mais	INTERESSANTE
meia	DESCONFIADA
toda	ARRUMADA

Na complementação dos adjetivos podemos encontrar:

(a) sintagmas preposicionais

SATISFEITO	com tudo
JURADO	de morte
BOM	para tosse
CHEIO	de falhas
FAVORÁVEL	ao desarmamento

(b) sentenças substantivas objetivas

ALEGRE	por ter deixado de fumar
FAVORÁVEL	a que você se candidate
RELUTANTE	em aceitar a própria derrota

Alguns sintagmas completos, para ilustrar:

todo	ABERTO	às sugestões
bem	ACOSTUMADO	a esse tratamento
pouco	INTERESSADO	em viajar com Ana
tremendamente	APAIXONADO	por você
nem um pingo	DISPONÍVEL	para trabalhar aqui

Existem sintagmas, em geral preposicionais que, complementando adjetivos, dão origem a expressões idiomáticas, muitas com sentido comparativo:

uma atriz	LINDA	de morrer
um trabalho	DIFÍCIL	pra burro
um cliente	FULO	da vida
um chefe de seção	DOIDO	de pedra
uma pimenta	ARDIDA	que só o diabo

13.4 Substantivo: conceito e definição

As definições tradicionais do substantivo são tão problemáticas quanto as de sujeito. Consultando a gramática de Cunha e Cintra, por exemplo, encontramos, para substantivo, a seguinte definição (1985: 171):

> Substantivo é a palavra com que designamos ou nomeamos os seres em geral.

Essa definição é herdeira direta da tradição filosófica da antiguidade e se vale da noção de *substância* que examinamos no início do capítulo. Sua origem filosófica está bem clara no uso da palavra *ser*. Mas o que é um *ser*? No alentado *Dicionário de filosofia* do espanhol Ferrater-Mora, o verbete *ser* ocupa treze colunas densas, rastreando as investigações sobre o *ser* desde Platão até os filósofos do século XX (Heidegger, Hartmann, Sartre etc.). E as respostas dadas em cada época pelas distintas escolas de pensamento são muitas e diversificadas, entre as quais até as que fazem de *ser* um sinônimo de *nada*. Uma vez que a definição oferecida pelos gramáticos acima é lacônica, compacta, não temos notícia de qual dos muitos conceitos de *ser* subjaz a ela. Para complicar, eles ainda falam de "os seres em geral". Se não sabemos o que é *ser*, menos ainda saberemos o que são *os seres em geral*. Por fim, e não menos problemático, se nos lembrarmos que os *substantivos* são *nomes*, a definição dos autores se torna circular e nada define, uma vez que "substantivo *(= nome)* é a palavra com que ... *nomeamos* os seres em geral", ou seja: os nomes nomeiam. E continuamos sem saber o que são os substantivos. Melhor do que a definição dos gramáticos seria então o conhecido verso da poeta americana Gertrude Stein (1874-1946): "Uma rosa é uma rosa é uma rosa". Se é para dar definições circulares, as da poesia são sempre mais bonitas.

A investigação linguística mais recente tem preferido abandonar o tratamento da *substância* e do *ser*, porque ele depende de uma metafísica, e muitos são os sistemas metafísicos disponíveis na história da filosofia. Para lidar com o substantivo, parece mais produtivo optar pelo estudo da referenciação. O substantivo é a palavra que nos permite fazer referência aos objetos do mundo real, do mundo virtual e do mundo mental. E essa referência se faz pela designação: os substantivos são os nomes que damos aos objetos desses mundos para que possamos nos referir a eles. Estudando esse poder de referenciação dos substantivos, Camacho, Dall'Aglio-Hattnher e Gonçalves (2008: 32-33) propõem uma classificação das entidades (o que estamos chamando aqui de objetos) que os substantivos podem denominar:

1	*Entidades de primeira ordem*	→ homem, gato, caneta etc.
2	*Entidades de segunda ordem*	→ chegada, beleza, morte etc.
3	*Entidades de terceira ordem*	→ ideia, razão, crença etc.

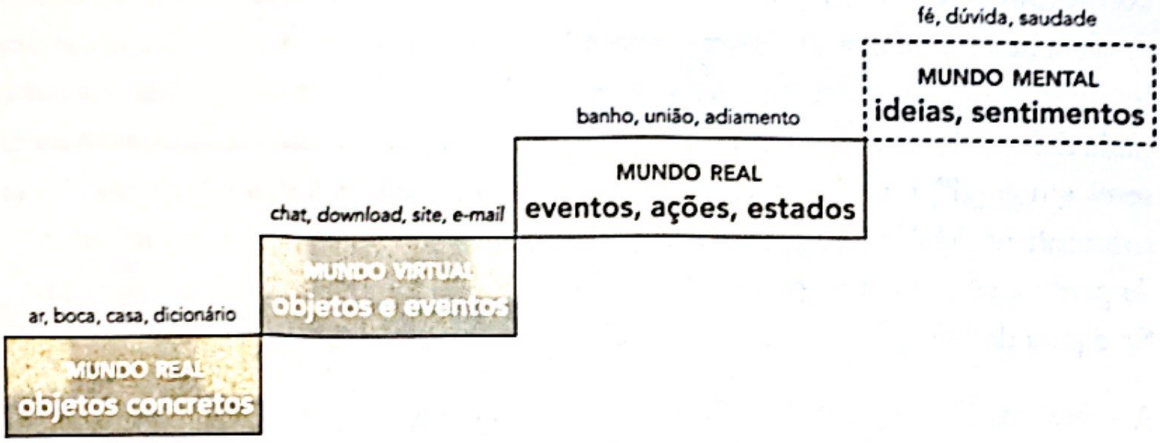
Essa ordenação assim procede:

(1) parte do mais concreto, daquilo que tem existência comprovada sensorialmente (pela visão, audição, pelo olfato, paladar e tato) e que ocupa um espaço tridimensional num momento do tempo;

(2) passa por estados de coisas (ações, processos, estados e posições), que não ocupam espaço, mas se localizam no tempo e podem ter uma duração maior ou menor; sendo entidades que *ocorrem*, isto é, não têm existência concreta; e

(3) chega às entidades abstratas, fora do tempo e do espaço, localizadas no universo mental e sentimental.

Creio que essa abordagem dos substantivos poderia incluir uma *quarta ordem* de entidades, aquelas que habitam um terceiro mundo, isto é, um mundo que não é real nem mental, porém virtual. Os avanços ininterruptos da informática têm possibilitado a criação, manutenção e extinção de mundos completos que são povoados por entidades e eventos que se situam, salvo engano, entre a primeira e a segunda ordem propostas acima:



O termo *virtual*, em seus empregos atuais, recobre diversos sentidos. É usado para designar programas computacionais (*softwares*) que agem como se fossem máquinas concretas (*hardware*) e possibilitam falar de *máquina virtual, memória virtual, disco virtual*. Esses mesmos programas geram simulacros da realidade — a *realidade virtual*. Com eles também criamos e executamos *comunidades virtuais, bibliotecas virtuais, aulas virtuais* e até mesmo *cirurgias virtuais*. A internet e as tecnologias de comunicação permitem uma divisão do espaço, no qual ocorrem eventos dos mais diferentes gêneros (conferências, aulas, bate-papo, sem mencionar o *sexo virtual*), assim como as tecnologias de armazenamento facilitam a divisão do tempo, por exemplo, entre o envio de uma mensagem e a recepção dessa mensagem. Também constroem o ambiente para o trabalho coletivo virtual, com membros de uma equipe que podem jamais vir a se encontrar pessoalmente. Os produtos desse trabalho são compartilhados eletronicamente, uma produção que se realiza sem que os membros da equipe compartilhem a mesma localização no espaço real. De igual modo, um *mundo virtual* é um tipo de hábitat que se baseia na tecnologia de redes — ela permite interações em que as pessoas usam *dinheiro virtual* para realizar transações econômicas, aquisição de propriedades imóveis, compra e venda de bens etc. nesses ambientes virtuais. Essas tecnologias também nos permitem, por exemplo, escrever centenas de páginas que suportam um texto que, até ser impresso, só tem existência virtual — e não são poucas as pessoas que já perderam trabalhos inteiros por causa de problemas com sua máquina ou ataques de vírus... *virtuais*.

Todo um vasto léxico tem sido criado e empregado intensamente para designar os objetos e os eventos desse universo virtual, um léxico com forte influência da língua in-

glesa: *software, hardware, blog, e-mail, twitter, home-page, site, internet, web, bits, bytes, megabytes, gigabytes, driver, download, upload, browser, chat, desktop, motherboard* etc.

Por outro lado, se quisermos escapar das metafísicas e tratar dos substantivos (e dos adjetivos) de modo mais prático, quem sabe vale a pena retomar a lição de João de Barros em sua gramática publicada em 1540:

> Nome sustantivo chamamos àquelle que per sy póde estar: e nam reçebe esta palávra, cousa. Nome aietivo, ao que nam tẽ ser per sy: mas está em costádo ao sustantivo, e póde reçeber em sy esta palávra, cousa, como quando digo, ó que fermoso caválo, que brávo touro. Este nome, fermoso, e brávo, sam aietivos: por que nam podemos dizer fermoso e brávo sem lhe dármos nome sustantivo a que se emcostem. E diremos, cousa fermósa, cousa bráva: e nam caválo cousa, touro cousa, por serem sustantivos que nam reçebem em sy outros.

Para João de Barros, então, o teste é substituir o termo pela palavra *coisa*: se a substituição for possível, é porque se trata de um substantivo (*coisa* forte); se não for possível, é um adjetivo (**cavalo coisa*).

Uma forma ainda mais simples e prática de definir o substantivo é a que aparece como última acepção do verbete *substantivo* do dicionário *Houaiss*:

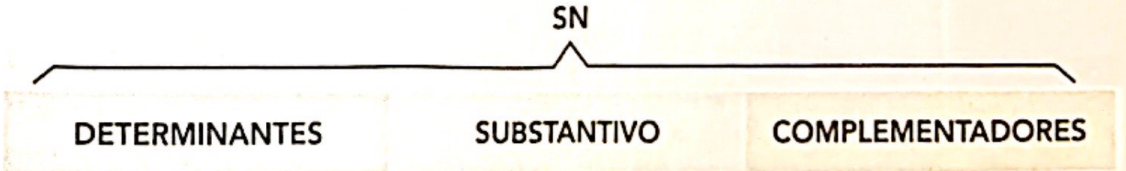
> qualquer morfema susceptível de ser antecedido por outro da classe dos determinantes, compondo com ele um sintagma nominal.

Traduzindo: qualquer palavra que possa ser antecedida do artigo o/a/os/as é um substantivo — e acabou-se a confusão!

Assim, não só reconhecemos morfossintaticamente o que é um substantivo como também aprendemos a receita para transformar qualquer palavra de qualquer classe num substantivo: antepondo a ela o artigo — *o olhar, o azul, o bem, o antes* e *o depois; o como e não o porquê; o onde* e *o quando*...

13.5 O SINTAGMA NOMINAL

O sintagma nominal, portanto, é aquele que tem em seu núcleo um substantivo ou um pronome, isto é, uma palavra que retoma anaforicamente o nome (= substantivo). No adjetivo *nominal* percebemos a conservação do termo *nome*, antigamente usado para designar o substantivo. O sintagma nominal (SN) se configura assim:



Na posição à esquerda do núcleo, podem aparecer, como determinantes do substantivo:

(a) os mostrativos [▸774]

o	PROBLEMA
aquela	COISA
esse	PESSOAL

(b) os possessivos [▸767]

meu	PROBLEMA
tua	COISA
nosso	PESSOAL

(c) os quantificadores definidos [▸825]

dois	PROBLEMAS
trinta	DIAS
1.345.897	HABITANTES

(d) os quantificadores indefinidos [▸825]

uns	PROBLEMAS
tantas	COISAS
qualquer	CRIANÇA
poucas	MULHERES
inúmeras	VEZES

(e) as expressões qualitativas (Castilho, 2010: 510)

um baita dum	PROBLEMA
essa tal de	INFLAÇÃO
uma beleza de	PAISAGEM
o imbecil do	DEPUTADO
o cachorro do	MARIDO

(f) os delimitadores (Castilho, *ibid.*)

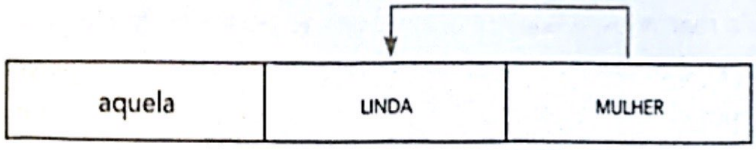
uma espécie de	PLANTA
um tipo de	ÓCULOS
um modelo de	EXERCÍCIO

Na posição à direita do núcleo, ou seja, como complementadores, podemos encontrar:

(a) sintagmas adjetivais

EXERCÍCIO	complicado
CASA	recém-pintada
RIO	totalmente poluído

[OBS.: O sintagma adjetival que complementa o substantivo pode vir também à esquerda do núcleo do SN, encaixado nele:]



(b) sintagmas preposicionais

VENDA	ao governo
VONTADE	de viajar
CONSTRUÇÃO	de novos hospitais

(c) sentenças adjetivas (ou relativas)

GENTE	que sabe o que quer
PROBLEMAS	que se repetem
ELEVADOR	que não presta

Como foi dito acima, o núcleo do sintagma nominal também pode ser ocupado por um pronome que, sendo uma espécie de nome, tem o mesmo *status* de um substantivo. Vamos ver alguns exemplos:

Quem	TE	telefonou?
	A GENTE	vai perder o avião
Ana não vai com	VOCÊ	
	AQUELA	é minha casa
Você trouxe o livro? Eu esqueci	O MEU	
Daqui não vejo	NADA	
Sei tudo sobre Paris, mas nunca fui	LÁ	

13.6 Sintaxe do substantivo

Devido à polarização verbo-nominal característica de todas as línguas, os substantivos são, evidentemente, a classe mais versátil de todas no que diz respeito às funções sintáticas, ou seja, aos casos gramaticais. Como já dissemos, o PB não tem casos morfologicamente marcados (a não ser nos índices de pessoa e na não-pessoa), mas tem casos sintáticos "abstratos". Retomando o que vimos em [▶418], os pensadores gregos e, depois, latinos consideravam o sujeito como o caso próprio do nome, daí por que chamaram ele de nominativo. Afinal, se o sujeito é o portador da substância, esse caso sintático é o mais "nobre" de todos, sendo até chamado de reto, isto é, *erecto*, de pé:

E também é por isso que falamos de declinação dos nomes: eles vão decaindo, sofrendo declínio, se rebaixando de sua nobre retidão como sujeitos em direção ao chão "vulgar" das outras funções sintáticas.

Exemplos da versatilidade sintática dos substantivos:

Alô! É ANA?
caso: absolutivo
função sintática: ø

Minha amada É ANA.
caso: nominativo
função sintática: predicativo

ANA não me ama.
caso: nominativo
função sintática: sujeito

Eu adoro ANA.
caso: acusativo
função sintática: objeto direto

Vivo escrevendo PARA ANA
caso: dativo
função sintática: objeto indireto

Meu coração só bate POR ANA
caso: ablativo
função sintática: complemento oblíquo

Não tenha ciúmes DE ANA!
caso: genitivo
complemento nominal

São lindos os olhos DE ANA.
caso: genitivo
função sintática: adjunto nominal

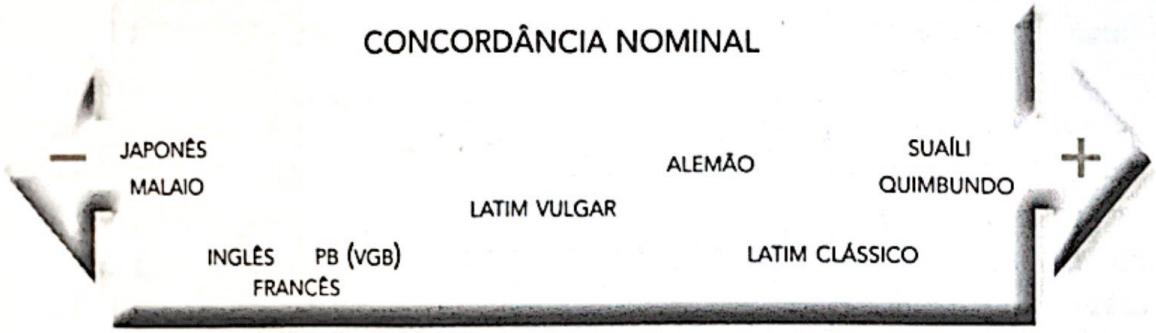
A borboleta pousou EM ANA.
caso: ablativo-locativo
função sintática: adjunto adverbial

Minha musa, ANA, é italiana.
caso: nominativo
função sintática: aposto

13.7 Concordância nominal

A concordância nominal e a concordância verbal são um mesmo fenômeno gramatical que se verifica, não por acaso, somente nessas duas classes fundamentais — lembrando que sob o rótulo nome incluímos os substantivos, os adjetivos, os pronomes, e os determinantes, que funcionam como adjetivos. Uma vez que nome e verbo representam os dois polos da gramática, a concordância permite uma coesão maior entre eles, uma solidariedade semântica.

Entretanto, quando nos distanciamos de nossa própria língua e examinamos as gramáticas de muitas outras, descobrimos que o fenômeno da concordância é altamente variável. Existem línguas em que a concordância é muito escassa e outras em que ela é superabundante. Isso nos permite traçar uma linha contínua entre esses dois extremos, situando nele algumas línguas, para exemplificar:



Uma coisa que logo fica clara é que a concordância nominal não é um traço universal das línguas, ou seja, nem todas as línguas do mundo a apresentam e, além disso, as que apresentam exibem graus muito variados de incidência da concordância. A conclusão a que se chega é a de que a concordância não é indispensável para a manutenção das interações entre os indivíduos de uma comunidade por meio da língua.

> Como na sociedade brasileira a frequência de concordância (verbal e nominal) se transformou num instrumento de discriminação dos falantes que empregam menos marcas de concordância em sua fala, é preciso de saída tomar consciência de que esse uso menos frequente decorre de fatores sociocognitivos e nada tem a ver com ignorância, preguiça ou desmazelo. A prova disso é justamente o fato de que em muitas línguas as regras de concordância coincidem com as do PB menos monitorado, além, é claro de haver línguas com nenhuma concordância. Além do mais, ninguém faz todas as concordâncias previstas na gramática normativa. O que ocorre é que os falantes mais letrados fazem mais concordância, enquanto os falantes de menor escolarização fazem menos concordância.

As principais marcas de concordância nominal incidem sobre o número, o gênero e o caso das palavras. No entanto, como vemos no diagrama acima, existem línguas

em que nada disso ocorre. O japonês é um bom exemplo: nessa língua o substantivo *hon* (本) pode se referir a um livro ou a vários livros; *hito* (人) a uma pessoa ou a muitas pessoas; *ki* (木), uma árvore ou mais de uma árvore. Em japonês não existem gêneros gramaticais.

No extremo oposto, estão as diversas línguas do grupo banto, que inclui o suaíli e também o quimbundo, uma das línguas africanas que mais influência exerceram sobre o PB. Nessas línguas, a concordância incide sobre todos os elementos da sentença: sujeito, verbo, complementos, adjuntos etc. As marcas de concordância são *prefixos*. Nas línguas bantas, as palavras são distribuídas em diferentes classes, que variam em número de uma língua para outra, mas que quase sempre são mais do que dez. Para cada classe existe um prefixo singular e um prefixo plural que aparece em todos os constituintes nominais da sentença, havendo também prefixos de classe para os verbos. Um exemplo do suaíli, importante língua de comunicação entre vários povos da África oriental e meridional (Wald, 1987: 1002):

(66a) yu-le m-tu m-moja m-refu a-li y-e ki-soma ki-le ki-tabu ki-refu
"Aquela pessoa alta que leu aquele livro longo"
(66b) wa-le wa-tu wa-willi wa-refu wa-li w-o vi-soma vi-le vi-tabu vi-refu
"Aquelas duas pessoas altas que leram aqueles dois livros longos"

Todas as palavras da sentença trazem prefixos de concordância correspondentes à classe à qual a palavra pertence. No suaíli as palavras podem pertencer a 17 classes distintas, cada qual com seus prefixos. Em (66a) o prefixo m- é aplicado às palavras da classe 1, enquanto o prefixo ki- é aplicado às palavras da classe 7. O verbo *soma* ('ler') recebe o prefixo ki- do objeto direto *ki-tabu* ('livro'). Em (66b) os prefixos correspondem ao plural das palavras da classe 1 e 7: o verbo *soma* ('ler') recebe o prefixo vi- do objeto direto *vi-tabu* ('livros'). Em (66a) o adjetivo *refu* ('alto', 'longo') recebe dois prefixos distintos para concordar com as classes das palavras a que se refere: *m-refu* (classe 1, concorda com *m-tu*, 'pessoa') e *ki-refu* (classe 7, concorda com *ki-tabu*, 'livro'), ocorrendo o mesmo em (66b), no plural. Além do verbo, também o pronome relativo concorda com seu referente, como em (66a) *y-e* (concorda com *yu-le*, 'aquela') e em (66b) *w-o* (concorda com *wa-le*, 'aquelas'). Quem foi mesmo que disse que as línguas dos povos africanos são "primitivas"?

Notamos que os candidatos a receber marcas de concordância são muitos, podendo incluir até os verbos e os relativos. Podemos dizer, então, que nas línguas bantas a concordância é simétrica, uma vez que incide sobre todos os elementos da sentença. Nas línguas indo-europeias, ao contrário, a concordância, além de redundante, também é assimétrica, ou seja, incide sobre alguns termos da sentença, mas não em outros. Na maioria dessas línguas, por exemplo, sujeito e verbo concordam em número e pessoa, mas não concordam em gênero, por exemplo, como ocorre em árabe [▶469], em que há formas verbais específicas para 'ela' e 'elas'. O russo também é uma língua em que a forma verbal ganha uma marca de gênero feminino para concordar com o sujeito:

(67a) Tanya sidela u okna ('Tânia se sentava junto à janela')
(67b) Dyadya Vanya sidel u okna ('Tio Vânia se sentava junto à janela')

Também não existe concordância entre sujeito e complementos nem entre verbos e complementos, como se dá em algumas línguas, como as do grupo banto já citado. No galego arcaico, e no português medieval, o particípio passado de tempos compostos concordava com o objeto direto:

(68) Irmãao Jacobo, quando a nostro senhor prouguer que tu chegues a Jherusalem e houveres feitas tas sentenças pelos logares sanctos [...] (Machado Filho, 2009: 68)
(69) Pois que todas estas cousas o homem boo houve ditas [...] (*ibid.*, 71)
(70) Senhor Deus, se tu tanta piedade has mostrada em mim [...] (*ibid.*, 79)

O desaparecimento dessa concordância ainda surpreendia os gramáticos no século XVIII, conforme podemos ler na gramática de Contador de Argote (1725: 189-190):

M. E essa regra [*concordância de gênero e número*] falta ás vezes?
D. Falta com os Participios algumas vezes.
M. Quando?
D. Quando vem nos tempos compostos, com o Verbo *Ter*.
M. Dizey exemplo.
D. *Nós temos comprado a louça*. Nesta Sentença o adjectivo, e participio *Comprado* naõ concorda, nem com o substantivo, e pronome *Nós*, nem com o substantivo *Louça* (que saõ os que pòdem ser os seus substantivos), não concorda com o pronome *Nós*, porque este está no Plurar, e *Comprado* no Singular; não concorda com *Louça*, porque *Louça* he feminino, e *Comprado* está na terminação masculina.

Essa concordância desapareceu nas línguas românicas ibéricas, mas permanece em francês e em italiano. No entanto, conservamos a concordância de gênero e número do particípio passado com o sujeito-paciente na voz passiva:

(71) As novas linhas do metrô serão inauguradas até setembro.

Na transformação do latim nas línguas românicas, desapareceram os casos morfológicos, que sobrevivem até hoje em grego, nas línguas germânicas, nas línguas eslavas etc. Mesmo nessas línguas, porém, a história mostra que ocorreu redução do número de casos ao longo do tempo. Em alemão, por exemplo, só existe marcação de caso no artigo e, ainda assim, não para todos os gêneros nem para todos os casos. No latim clássico, língua com um sistema de declinação complexo, as marcas de concordância eram numerosas, variando conforme o gênero e o número da palavra e sua função sintática.

A perda dos casos que ocorreu nas línguas românicas já é um bom indício de uma tendência que parece se processar de forma cíclica nas línguas: a tendência à perda da flexão, substituída por processos analíticos. Essa tendência pode ser assim representada:

da morfologia para a sintaxe
do paradigma para o sintagma
da síntese para a análise

librum Petri → libru de Petro → o livro de Pedro
LATIM CLÁSSICO LATIM VULGAR PORTUGUÊS

No entanto, já sabemos que os processos de gramaticalização se processam ininterruptamente, de modo que a perda de flexão resulta, num primeiro momento, em relações sintagmáticas que, porém, mais adiante, podem voltar a ser marcas de flexão e assim por diante. São as voltas da espiral do tempo que vimos mais acima.

Isso se verifica de forma muito clara no inglês moderno. Nessa língua, a maioria dos tempos verbais se formam por meio de perífrases, isto é, de um auxiliar anteposto ao infinitivo. Esses verbos auxiliares, no entanto, se aglutinam aos índices de pessoa e de não-pessoa, de modo que esse novo vocábulo é, de fato, a desinência de pessoa, tempo e modo do verbo:

I am walking → I'm walking
you are walking → you're walking
she is walking → she's walking etc.

I would walk → I'd walk
you would walk → you'd walk
she would walk → she'd walk etc.

I have walked → I've walked
you have walked → you've walked
she has walked → she's walked etc.

I will walk → I'll walk
you will walk → you'll walk
she will walk → she'll walk etc.

A concordância nominal, tanto quanto a verbal, é redundante (ou tautológica). Exatamente por isso é que, ao longo da história de suas línguas, os falantes têm abandonado muitas regras de concordância, sem que a comunicação tenha sofrido nada em sua eficiência. Já vimos que isso se deve à ação do princípio sociocognitivo da economia linguística. No entanto, como é importante preservar a informação do número, as marcas morfológicas de plural permanecem no elemento que encabeça o sintagma nominal, isto é, nos determinantes. Ou, mais raramente, apenas no substantivo, como no inglês, em que os determinantes são invariáveis (com a única exceção de *this/these* e *that/those*) Esse processo não é exclusivo do PB, pois é exatamente o que ocorre em línguas como o francês, o africâner, o cabo-verdiano, o haitiano, entre muitas outras línguas do mundo.

O mesmo se pode dizer do gênero dos adjetivos: como exprimem qualidades/propriedades que são, de fato, neutras, é comum a manutenção dos adjetivos no masculino que é, como já sabemos, a forma não-marcada em nossa língua. Isso ocorre sobretudo quando o adjetivo está um pouco afastado do núcleo do sintagma nominal com o qual deveria concordar:

(72) eu fiz os dois jardim de infância...fiz o primeiro e o segundo jardim de infância em colégio público...depois passei pra fazer o curso primário em colégio particular...ahn fiz

o ginásio em colégio público os quatro ano de ginásio...fiz os três anos científico no mesmo colégio...e daí:eu fiz vestibular d/ pra medicina... (NURC/SSA/231)

(73) então nós (precisamos) de ter::as (pérgulas) com todos os tipos de esportes pra ser praticado... (NURC/SSA/231)

(74) fazer uma senhora biblioteca...ahn muito ampla...com as mesas...cadeiras e os livros suficiente...que é o principal numa biblioteca né?...são os livro de consulta...os livro MAIS atualizado que é uma coisa que a gente não encontra em biblioteca...hoje, né? (NURC/SSA/231)

(75) é caderno de desenho não sei se hoje ainda tem...os desenhos tipo os desenho que eu fazia que tinha aqueles caderno de desenho... (NURC/SSA/231)

(76) eu tenho impressão eu acho que...que se fosse mais comentado através da televisão que que em todos os::os lares é é é assistido eu tenho a impressão que seria mais... aceito o teatro... (NURC/SP/234)

(77) então ele queria... que eu competisse porque... tinha uns braçon assim comprido. (NURC/POA/045)

(78) então a polimastia é mais comum...a amastia...não é tanto assim...visto...não é tanto assim encontrado. (NURC/SSA/049)

(79) vocês dois disseram... e... complementando para se tornar realmente uma ciência a sociologia jurídica... que é através de métodos e técnicas de pesquisa... empírico... ou seja... observan:do... no local... (NURC/REC/337)

Assim como vimos a tendência no PB à não concordância do sujeito com o verbo posposto, também verificamos uma tendência à não concordância de número e gênero com o adjetivo que ocorre antes do substantivo no sintagma nominal. Vejamos alguns exemplos:

(80) (então essa) pessoa é convidada para almoçar...na grande maioria das vezes...é convidado para almoçar::e aí durante o almoço::aí a/...é explicado o que é ou então é marcado uma entrevista... (NURC/SP/360)

(81) também provocou uns certos ciúmes ahn ahn ahn isso eu soube não eu vi...lá eu senti... um certo ciúmes ter::ter sido escolhido uma mulher. (NURC/SP/360)

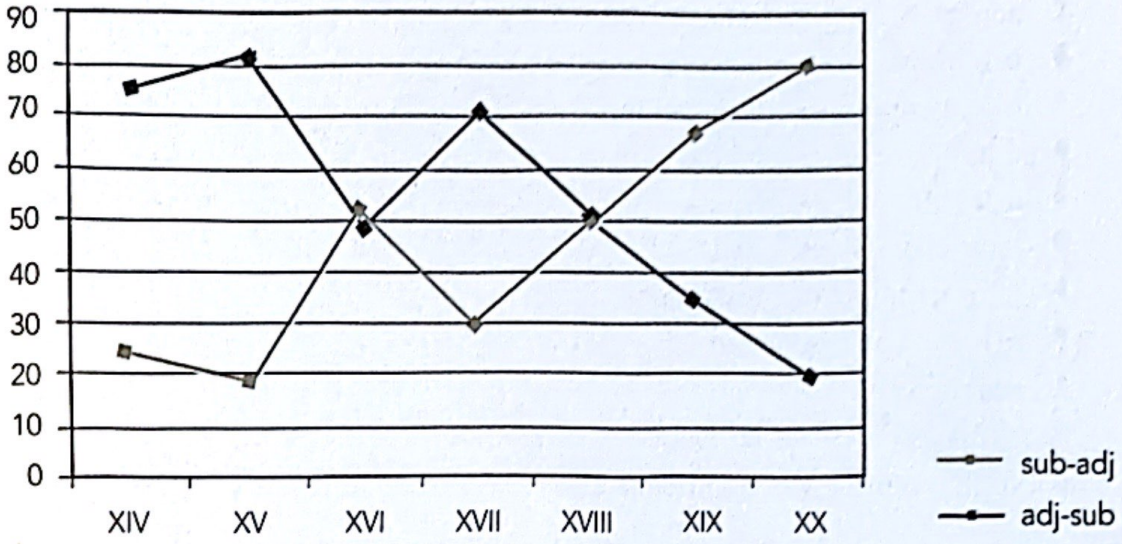
(82) Faz-se necessário duas abordagens para que se abranja a totalidade da situação. (dissertação de mestrado em linguística, Universidade de Brasília)

(83) De fato, é bastante presente nas histórias das línguas essas duas camadas de uma dinâmica [...] (Texto de estudante de Letras, Universidade de Brasília)

(84) Em uma outra parte da receita está escrito a palavra "prisma". Nessa parte, o médico colocará algum número se o paciente tiver algum grau de estrabismo ("vesguice") e for corrigir isso com óculos. Se não for o caso, essa parte da receita ficará em branco. (http://www.medicodeolhos.com/2010/07/entenda-receita-dos-seus-oculos.html, acesso 19 abr 2011)

(85) Em uma das buscas feitas pela polícia, foi apreendido no computador do ex-presidente do Detran, Sérgio Duboc, quatro minutas de processos licitatórios fraudulentos com a empresa Tópicos Gêneros Alimentícios, que pertence a parentes de Daura Irene, também funcionária administrativa da Assembleia. (*Carta Capital*, 18/5/2011, p. 30)

O que se pode concluir, de modo mais geral, é que a posição à esquerda do núcleo do sintagma desfavorece a concordância tanto nominal quanto verbal. Isso se deve, como sabemos, à gramaticalização da ordem SVC no PB e, no caso dos adjetivos, à colocação predominante desses vocábulos depois do substantivo. De fato, estudos diacrônicos mostram uma tendência constante dos adjetivos da língua a se posicionar depois do substantivo:



[Fonte: Cohen (1989), apud Castilho (2010: 520)]

O gráfico mostra que ocorreu uma perfeita inversão da sintaxe predominante, sendo o século XVIII o momento da guinada nos empregos de substantivos e adjetivos. A colocação do adjetivo depois do substantivo se tornou assim a forma não marcada [▸476] nesse aspecto particular.

A concordância nominal e verbal, apesar de intrinsecamente variável e com tendências comprovadas à eliminação das redundâncias, carrega na sociedade um pesado **valor simbólico.** Os falantes mais letrados, mesmo não fazendo concordância em 100% dos casos, consideram erro grave as lacunas de concordância, sobretudo quando os componentes do sintagma estão muito próximos: *os menino grande, esses garoto de hoje, aquelas moça bonita* etc. Por isso, em sala de aula, é imprescindível chamar a atenção dos alunos, **principalmente na produção escrita mais monitorada**, para as marcas (redundantes, pleonásticas, tautológicas) de concordância que devem ser aplicadas a todos os elementos do sintagma em questão.

Além do gênero, sabemos que a concordância em nossa língua incide sobre o **número**, que pode ser singular ou plural. Outras línguas apresentam um número dual (duas coisas), trial (três coisas), quadral (quatro coisas) e algumas um número paucal (poucas coisas).

Em latim, o plural dos substantivos neutros terminava, no nominativo e no acusativo, em **-a**:

- actum → acta
- brachium → brachia
- ferramentum → ferramenta
- folium → folia
- fructum → fructa
- lignum → ligna
- ossamentum → ossamenta
- ovum → ova
- signum → signa
- tempus → tempora
- vestimentum → vestimenta

Esses plurais em *-a* foram tomados, na formação da língua, como substantivos singulares do feminino, razão porque até hoje nos referimos a *uma ata, uma folha, uma fruta, a senha, a têmpora* etc. Alguns desses substantivos, contudo, mantêm até hoje sua ideia de coletivo, como é o caso de *braça, ova, lenha, ossamenta* e *vestimenta*. Essa recategorização dos plurais neutros em singulares femininos explica a existência de pares de palavras que se diferenciam pelo gênero:

- o ato → a ata
- o braço → a braça
- o fólio → a folha
- o fruto → a fruta
- o lenho → a lenha
- o ossamento → a ossamenta
- o ovo → a ova
- o senho → a senha

Temos aqui, portanto, um interessante fenômeno de mudança histórica não só de gênero (do neutro para o feminino) como também de número (do plural para o singular).

Decerto por analogia com essas palavras, surgiram outros pares semelhantes na língua — algumas eram femininas na origem e receberam o morfema -o para a criação de um derivado masculino; outras, masculinas na origem, receberam o morfema -a. Na lista a seguir, as palavras da primeira coluna são as primitivas e as da segunda, as derivadas, com a datação de registro na língua:

ORIGEM	PRIMITIVO		DERIVADO
lat. ibér. *barca*	a barca	>	o barco (séc. XIII)
lat. *cista*	a cesta	>	o cesto (séc. XIII)
árabe *ğárra*	a jarra	>	o jarro (séc. XVII)
lat. **lacartu-* (< *lacertu*)	o lagarto	>	a lagarta (1813)

lat. *materia*	a madeira	>	o madeiro (séc. XIII)
lat. ibér. *mantu-*	o manto	>	a manta (séc. XIII)
germ. *marka* (?)	a marca	>	o marco (séc. XIII)
lat. *ramu-*	o ramo	>	a rama (séc. XIII)
turco *čabata* (?)	o sapato	>	a sapata (séc. XVI)
lat. *serra*	a serra	>	o serro (?)
lat. *vena*	a veia	>	o veio (1813)

Existiam em latim palavras que só eram usadas no plural e recebiam, por isso, o nome de *pluralia tantum* ('só plural'). No português clássico, alguns substantivos também eram empregados exclusivamente no plural. Como eles se referiam, porém, a um objeto único, os falantes passaram a empregar tais palavras no singular. No dicionário *Houaiss* encontramos a seguinte explicação:

> PLURALIA TANTUM
>
> Rubrica: gramática.
> expressão latina com que são referidos os substantivos de uma língua cuja forma é um plural morfológico, mas que semanticamente podem denotar uma única unidade; trata-se sempre de referentes formados de partes simetricamente duplicadas (p.ex.: *tesouras, cuecas, calças, óculos, ceroulas, tenazes*)
>
> Uso
> embora o emprego do pl[ural] para indicar uma só parelha seja normal no português, registra-se uma dicotomia de tendência: de um lado, para obviar possíveis ambiguidades e explicitar a unidade, o locutor refere-se a *um par de tesouras, de alicates, de pinças* etc.; de outro, esp[ecialmente] no port[uguês] do Brasil, consuma-se o quase geral emprego do sing[ular] nos mesmos casos: *uma tesoura, uma tenaz, a minha calça, a cueca.*

Como já lamentei, é uma pena que nossos melhores dicionários de referência, o *Aurélio* e o *Houaiss*, oscilem entre a tentativa de preservação das prescrições tradicionais e a vontade de incorporar e abonar as formas inovadoras já consagradas no uso do português brasileiro. Digo isso porque, ao tratar do substantivo óculo(s), ambos os dicionários assumem o tom mais prescritivista e autoritário possível, em franca contradição com as análises mais bem feitas que encontramos em outros verbetes, inclusive no verbete *pluralia tantum* do *Houaiss* que acabamos de citar:

> AURÉLIO SÉCULO XXI: "No Brasil, pelo menos, diz-se, erroneamente, *o óculos, este óculos, meu óculos*" (verbete ÓCULOS)
>
> HOUAISS: "A palavra *óculos* é *pluralia tantum* ... sendo, portanto, erro a discordância de número (*um óculos*) que se tem vulgarizado no português coloquial do Brasil (formas corretas: *uns óculos, meus óculos, um par de óculos*)" (verbete ÓCULO)

Ora, o que aconteceu com *óculos* foi o mesmo que aconteceu com *tesouras, cuecas, calças, ceroulas, tenazes*, listados pelo dicionário Houaiss no verbete *pluralia tan-*

tum. É lamentável que não se tenha mencionado também o "quase geral emprego do singular" no caso de *óculos*. A razão do nosso uso de *óculos* no singular está nessas mesmas palavras do verbete: "Substantivos cuja forma é um plural morfológico, mas que *semanticamente* podem denotar uma única unidade".

A semântica, já sabemos, estuda a relação entre as palavras e as coisas do mundo que elas designam. Se nós concebemos o óculos como uma coisa só, nossa lógica linguística vai querer corresponder à nossa lógica de percepção da realidade: se o objeto é considerado como uma unidade, a palavra que o designa só pode estar no singular. É o que encontramos na língua falada dos informantes do NURC, todos altamente letrados:

(86) eu estou olhando bem... deixa... deixa até botar **o óculos** pra ver se aquilo ali é fila pra entrar. (NURC/RJ/147)

O uso de *óculos* no singular está amplamente registrado na internet, inclusive em páginas elaboradas por profissionais da área e por empresas do ramo:

(87) Um **óculos de sol** de boa qualidade pode bloquear os raios UVA, UVB e alguns até UVC que podem atingir os olhos favorecendo o surgimento de catarata e de lesões ou doenças oculares. (http://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%93culos_de_sol, acesso 19 abr 2011)

(88) Engana-se quem pensa que é necessário usar óculos de sol apenas quando está exposto ao sol. É preciso cuidar e muito bem da saúde dos olhos e para isso, protegê-los mesmo estando à sombra. A proteção à sombra se faz necessária em virtude de radiações ultravioleta UVA e UVB que prejudicam o cristalino, a retina e a córnea. Estando dentro do carro ou próximo a uma janela, lembre-se sempre de fazer uso **do nosso querido óculos de sol**. Acessório obrigatório para cuidar bem da saúde dos olhos. (http://www.revistafator.com.br/ver_noticia.php?not=154859, acesso 19 abr 2011)

(89) Segundo o oftalmologista, Dr. Fredy Martinelli Rodrigues, quando se usa **um óculos** de má qualidade, os perigos à visão são ainda maiores. O médico explica que os nossos olhos possuem filtros naturais que protegem dos raios ultravioletas, como a íris. Quando se usa **um óculos** sem proteção, você "engana" essa estrutura e possibilita uma quantidade maior de radiação passar dentro do olho. "Quando você usa **um óculos escuro** que não é de boa qualidade, você está danificando o olho mais do que se você estivesse sem **o próprio óculos**", ressalta o especialista. (http://www.paraguacity.com/?id=81-5425, acesso 19 abr 2011)

(90) A boa adaptação de **um óculos multifocal** começa sempre com um bom exame oftalmológico e termina com uma medida e montagem precisa na ótica. Outros fatores importantes a serem considerados são: profissão, nível de exigência do paciente e qualidade da lente prescrita. (http://www.avisaoclinica.com.br/samba/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=90&Itemid=108, acesso 19 abr 2011)

(91) O grau de presbiopia ou vista cansada, aparece na parte do grau de perto. Esse grau de perto é sempre somado ao grau de longe e é sempre precedido de um sinal positivo (+). Em muitas receitas de óculos, esse grau vem após a palavra "adição" ou a abreviação ad. Por exemplo, se uma pessoa tem +2,00 graus para longe (hipermetropia) e necessita de uma adição de +3,00 para perto, **o seu óculos de perto vai** ser de +5,00 (+2,00 + 3,00). Agora, se o grau de longe for de -2,00 (miopia) e necessitar de +3,00 para ler de perto, **o seu óculos será** de +1,00 (-2,00 + 3,00). É uma simples operação matemática. Alguns médicos já fazem essa soma na receita e outros só escrevem o valor da adição (que no exemplo acima foi +3,00). (http://www.medicodeolhos.com/2010/07/entenda-receita-dos-seus-oculos.html, acesso 19 abr 2011).

Não há nada, portanto, que justifique a condenação do uso de óculos como substantivo singular, a exemplo de outras palaras terminadas em -s como *pires, ônibus, lápis, íris, cais, cútis* etc. No lugar dessa condenação, é mais democrático e sensato admitir que a palavra óculos é um substantivo de dois números, indiferentemente.

São poucas as palavras no PB que, no uso dos falantes mais letrados, são empregadas somente no plural: *os anais, as férias, as bodas, os parabéns, os pêsames, os afazeres, os arredores, as belas-artes, as belas-letras, as exéquias, as núpcias, as fezes, os víveres* e os nomes dos naipes do baralho: *copas, ouros, espadas, paus.*

13.8 Gramaticalização dos nomes

A nominalização é a transformação de palavras de outras classes gramaticais em substantivos e em adjetivos. Nesse processo, os verbos se destacam:

(a) VERBOS → SUBSTANTIVOS DEVERBAIS:
radical + -o / -e / -a
o choro, o esforço, o bloqueio, o almoço, o arranjo etc.
o corte, o combate, o desfrute, o pernoite, o levante etc.
a perda, a escolha, a disputa, a compra, a transa etc.

(b) VERBOS → SUBSTANTIVOS DE AÇÃO OU RESULTADO:
radical + -ada / -ança / -ância / -ença / -ência
a chegada, a entrada, a derrubada
a vingança, a matança, a mudança
a alternância, a relevância, a constância
a doença, a crença, a pertença
a ocorrência, a insistência, a pendência

(c) VERBOS → SUBSTANTIVOS AGENTES OU INSTRUMENTOS DA AÇÃO:
radical + -ante / -ente / -inte / -dor(a) / -tor(a)
o estudante, a viajante, o comerciante
o gerente, a remetente, o assistente
o pedinte, o constituinte, a ouvinte
o domador, a executora, o orador

(d) VERBOS → SUBSTANTIVOS DE LUGAR OU INSTRUMENTO DE AÇÃO:
radical + -douro / -tório
o sumidouro, o vertedouro, o escoadouro
o sanatório, o interrogatório, o lavatório

(e) VERBOS → SUBSTANTIVOS DE RESULTADO DE AÇÃO:

radical + -dura / -tura

a dobradura, a rachadura, a queimadura

a formatura, a licenciatura, a costura

(f) VERBOS → SUBSTANTIVOS DE AÇÃO, RESULTADO OU INSTRUMENTO DE AÇÃO:

radical + -ção / -mento

a pregação, a migração, a retaliação

o pensamento, o fingimento, o cumprimento

Por meio dessas nominalizações, é possível transformar toda uma sentença subordinada num substantivo:

(92) Já esperávamos **[que o dique se rompesse] = o rompimento do dique.**
(93) Ana tem um filho **[que estuda piano] = estudante de piano.**
(94) Estou aguardando **[que o avião pouse] = o pouso do avião.**

Toda e qualquer palavra se transforma automaticamente em substantivo quando vem antecedida de um determinante (artigo, demonstrativo, possessivo, quantificador etc.).

Já vimos também de que modo é possível criar adjetivos a partir de verbos por sufixação ou prefixação. Outro caso interessante na gramaticalização dos adjetivos é sua transformação em substantivos por metonímia, isto é, o emprego de uma palavra por outra que condensa o significado de ambas:

- água de Colônia → a colônia
- aluno repetente → o repetente
- arquibancada geral → a geral
- assembleia constituinte → a constituinte
- cana de Bengala → a bengala
- cão pequinês → o pequinês
- cartão postal → o postal
- cidade capital → a capital
- creme hidratante → o hidratante
- empregada doméstica → a doméstica
- ensino fundamental → o fundamental
- estudante universitária → a universitária
- filme documentário → o documentário
- filme de curta metragem → o curta
- filme de longa metragem → o longa
- filtro bloqueador → o bloqueador
- forno de micro-ondas → o micro-ondas
- gato siamês → o siamês
- jogador titular → o titular

- pneu sobressalente → o sobressalente
- professor substituto → o substituto
- tecido da Caxemira → a caxemira
- telefone celular → o celular
- trabalhador sem terra → o sem-terra
- vinho do Porto → o porto etc.

Sabemos que os adjetivos funcionam como advérbios "de modo" (as aspas vão ser explicadas no capítulo dedicado aos advérbios). Há também o caso do adjetivo conforme que se gramaticalizou como *conjunção* e como *preposição*, além de ser empregado como substantivo plural em expressões como *"tudo nos conformes"*. Por seu turno, o adjetivo segundo se gramaticalizou como *advérbio*, *preposição* e *conjunção*, além de, como substantivo, significar a 60ª parte de um minuto.

13.9 Pronomes e proadjetivos

A importância dos nomes na língua fez com que a tradição só reconhecesse as proformas que retomam anaforicamente os substantivos, dando a eles o rótulo de pronomes que, na TGP, passou a ser empregado abusivamente para designar tanto os pronomes verdadeiros quanto os determinantes do nome que são, de fato, adjetivos com função dêitica. Além disso, como já foi discutido em [▸462], os índices de pessoa não podem ser considerados pronomes. Assim, vamos examinar a função pronominal das diferentes categorias gramaticais nos capítulos dedicados a elas, como já fizemos com os verbos.

No que diz respeito aos proadjetivos, temos:

(95) — Eu prefiro o meu café mais forte.
— Eu também prefiro assim.

(96) — A água do chuveiro está muito quente!
— Pois eu gosto dela desse jeito.

(97) O Oto não é rico, mas age como tal.

a Stella Maris Bortoni-Ricardo

14

entre dois amores

os verbinominais

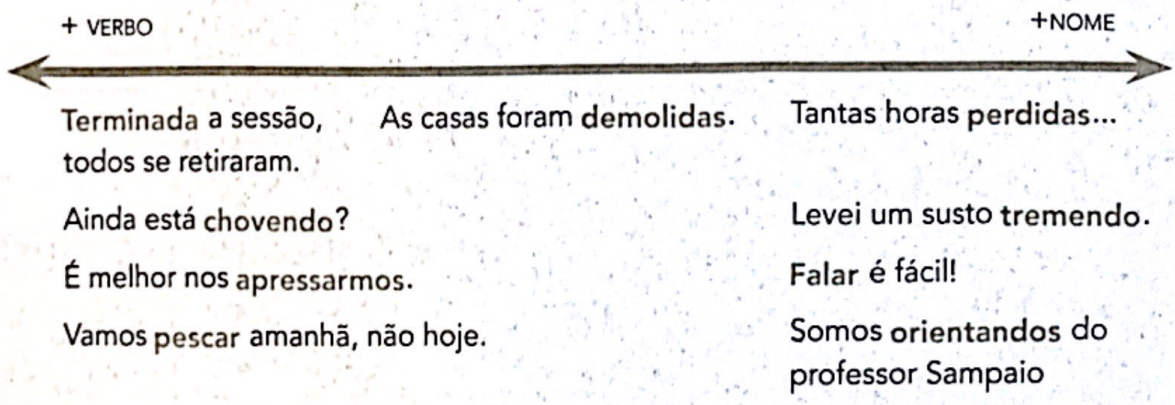
Os primeiros gramáticos gregos empregaram o termo *metokhé* ('participação') para se referir a determinadas palavras que, embora derivadas dos verbos, compartilhavam muitas características dos nomes. Por não se encaixarem perfeitamente em nenhuma das duas grandes classes principais, aqueles estudiosos decidiram colocá-las numa classe própria. Os latinos, que copiavam os gregos em tudo, traduziram *metokhé* por participium, 'participe, que faz parte de'.

Com isso, gregos e latinos queriam dizer que essas palavras *participavam* ao mesmo tempo da classe dos verbos e da classe dos nomes, com.part.ilhando com elas algumas de suas características próprias: as categorias de tempo e de voz, típicas do verbo, e as de gênero, número e caso, típicas dos nomes (substantivos e adjetivos).

Mais adiante, na evolução do pensamento gramatical, essas palavras serão integradas de vez na classe dos verbos, mas rotuladas de formas nominais do verbo. Como aqui estamos interessados precisamente em mostrar que as classes gramaticais são domínios fluidos e mutantes, prestamos uma homenagem aos gramáticos da Antiguidade considerando que tais formas compõem uma classe própria, que vamos chamar de verbinominais.

Antes de prosseguir, é importante frisar que o termo participium era muito mais abrangente na gramática latina do que na nossa tradição gramatical, porque incluía todas as formas nominais do verbo (infinitivo, gerúndio e particípios) e não somente os particípios como os conhecemos hoje.

O caráter participativo dos verbinominais fica evidente quando observamos as diversas funções que eles podem exercer:



14.1 Os verbinominais no português brasileiro

O latim clássico dispunha de uma grande quantidade de verbinominais: três particípios (presente ativo, perfeito passivo, futuro ativo), seis infinitivos (presente ativo, perfeito ativo, futuro ativo, presente passivo, perfeito passivo, futuro passivo), além do gerúndio, do gerundivo e do supino. Na transformação do latim vulgar nas línguas românicas, algumas dessas formas se perderam, outras se mantiveram e outras ainda se integraram completamente na classe dos nomes.

Hoje, no PB, temos o seguinte quadro:

INFINITIVO		GERÚNDIO		PARTICÍPIO PASSADO
(a) IMPESSOAL		*presente*	*passado*	falado, -a, -os, -as
presente	*passado*	falando	tendo falado	
falar	ter falado			
(b) PESSOAL				
presente	*passado*			
falar/falares falar/falarmos falarem	ter/teres/ter termos/terem falado			

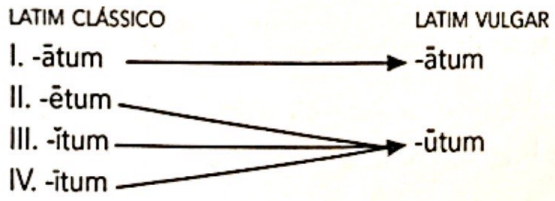
A formação dos verbinominais se dá da seguinte forma, com os verbos regulares:

(1a) infinitivo = RAIZ + VT + *-r* → fal.a.r / vend.e.r / part.i.r
(1b) infinitivo pessoal: INFINITIVO + *-ø, -es, -ø, -mos, -em* → falar.es etc.
(2) gerúndio = RAIZ + VT + *-ndo* → fal.a.ndo / vend.e.ndo / part.i.ndo
(3a) particípio da 1ª e 3ª conjug. = RAIZ + VT + *-do* → fal.a.do / part.i.do
(3b) particípio da 2ª conjug. = RAIZ + *-i* + *-do* → vend.i.do

O particípio da 2ª e da 3ª conjugações, portanto, apresentam terminação idêntica em *-ido*.

14.2 História e estórias dos particípios

A cada conjugação latina correspondia uma terminação própria para o particípio passado. No latim vulgar essas terminações sofreram mudanças:



No latim vulgar, portanto, as terminações dos particípios da 2ª e da 3ª conjugações se fundiram numa forma nova única: *-ūtum*. A origem dessa terminação é a seguinte: alguns verbos latinos tinham uma terminação *-ui* no pretérito perfeito — caso de *habere*: *habui, habuisti* etc. —; em seguida, essa terminação se propagou por toda a 2ª e 3ª conjugações. Assim, a terminação *-tum* dos particípios regulares recebeu o *u* do perfeito e se transformou em *-ūtum*. Pelas transformações fonéticas regulares ocorridas na formação do galego, esse *-ūtum* resultou em *-udo*, e é esse particípio que encontramos nos textos mais antigos da língua:

(1) [...] ha almas de que se paga Deus e em que ha cousas asconduđas [...] (Machado Filho, 2009: 50)
(2) [...] e era padre de muytos moesteiros em que havia muytas celas esparjuđas per muytos logares [...] (*ibid.*)
(3) E sobr'esto foy el preso e metuđo no carcer [...] (*ibid.*, 51)
(4) Outra vez trouverom-lhi hũa manceba a que apodrecerom as entranhas, assi que o mais havia ende perduđo [...] (*ibid.*, 56)
(5) E assi errando per desviados logares e nõ conhoçuđos, chegou ao moesteiro [...] (*ibid.*, 59)
(6) E eu, decebuđa, decebi muytos e todas estas cousas avorresco hora. (*ibid.*, 64)
(7) E mha esperança é confonduđa de rayz. (*ibid.* 66)
(8) Quando esto foy sabuđo per toda a cidade d'Antiochia [...]
(9) Esta vida é dũa que foy maa molher e desasperada de Deus alguũ tempo e, pois que foy convertuđa per sã Nono [...] (*ibid.*, 69)
(10) Sey sofruđo e temperado em teu coraçõ e roga a Deus. (*ibid.*, 79)

Esses particípios, no entanto, foram paulatinamente sendo substituídos pelos terminados em *-ītum*, da 4ª conjugação latina clássica, e já por volta do século XVI a substituição tinha se completado. Os únicos sobreviventes desse antigo particípio são o substantivo conteúdo (que em galego se diz, regularmente, contido: *o contido deste libro*) e os adjetivos teúdo e manteúdo, que só ocorrem na expressão *teúdo e manteúdo*, usada sobretudo no feminino para designar mulher que era *tida e mantida* (sustentada) por homem legalmente casado.

O desaparecimento do particípio em *-ūtum* só atingiu as línguas ibéricas. Até hoje em italiano e francês os verbos da 2ª e da 3ª conjugações conservam os derivados dessa terminação:

ITALIANO	FRANCÊS
bàttere, battuto	battre, battu
dovere, dovuto	devoir, dû
potere, potuto	pouvoir, pu
sapere, saputo	savor, su
venire, venuto	venir, venu
vívere, vissuto	vivre, vécu

Essas duas línguas também conservaram muitos dos particípios passados irregulares do latim, enquanto as línguas ibéricas os tornaram regulares em sua maioria:

LATIM	ITALIANO	PORTUGUÊS
assúmire: assumptu-	assúmere: assunto	assumir: assumido
míttere: missu-	méttere: messo	meter: metido
mórdere: morsu-	mórdere: morso	morder: mordido
offéndere: offensu-	offéndere: offeso	ofender: ofendido
offerire: offertu-	offrire: offerto	oferecer: oferecido
opprímere: oppressu-	opprímere: oppresso	oprimir: oprimido
rúmpere: ruptu-	rómpere: rotto	romper: rompido
suspéndere: suspensu-	sospéndere: sospeso	suspender: suspendido

téndere: tensu-	téndere: teso	tender: tendido
tradúcere: traductu-	tradurre: tradotto	traduzir: traduzido

O infinitivo e o gerúndio são sempre regulares, enquanto o particípio passado apresenta, em alguns verbos, formações distintas, irregulares, quase sempre provenientes de sua forma latina primitiva:

- abrir → aberto (< *apertu-*)
- cobrir → coberto (< *cupertu-*)
- dizer → dito (< *dictu-*)
- escrever → escrito (< *scriptu-*)
- fazer → feito (< *factu-*)
- morrer → morto (< *mortuu-*)
- pôr → posto (< *positu-*)
- ver → visto (< *vistu-*)
- vir → vindo (< *viindo* < *veĩdo* < *venido* < **venitu-* < *ventum*)

14.3 Verbos abundantes

Uma série de verbos em português recebem da TGP o nome de verbos abundantes. A abundância, no caso, se refere aos particípios passados: dois ou, raramente, três. Os mais conhecidos e frequentes são os seguintes:

INFINITIVO	PART. REGULAR	PART. IRREGULAR
aceitar	aceitado	aceito / aceite
acender	acendido	aceso
assentar	assentado	assente / assento
desenvolver	desenvolvido	desenvolto
eleger	elegido	eleito
entregar	entregado	entregue
envolver	envolvido	envolto
enxugar	enxugado	enxuto
erigir	erigido	ereto
expressar	expressado	expresso
exprimir	exprimido	expresso
expulsar	expulsado	expulso
extinguir	extinguido	extinto

UNIVERSIDADE FEDERAL
Biblioteca Comunitária
S. CARLOS